Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2023 a 31/07/2023
Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/326

114.2023	Sessão Ordinária - CD	03/07/2023-18:04
Publ.: DCD - 7/4/2023 -	Gilvan da Federal-PL -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva contrário aos bons costumes, à família tradicional cristã e ao patriotismo e a favor do comunismo. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Contrassenso entre a eleição de Presidente da República condenado por corrupção, e a declaração de inelegibilidade do ex-Presidente Jair Bolsonaro pelo Tribunal Superior Eleitoral. Despropósito da homenagem prestada pelo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santos, coronel Carlos Wagner Borges, ao Prefeito Municipal de São Mateus, preso por prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

O SR. GILVAN DA FEDERAL (PL - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

No nosso País, está tudo trocado. O certo está querendo virar o errado, e o errado querendo virar o certo. Por isso, nós estamos aqui para defender o que é correto.

O ex-presidiário condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, algo de que nós não podemos nos esquecer, disse, no famigerado Foro de São Paulo, que sempre combateu os costumes, a família e o patriotismo e que tem orgulho de ser comunista.

Pois bem. O Presidente Jair Bolsonaro foi proibido, na campanha eleitoral, de mostrar o ex-presidiário com o Maduro e com esses ditadores da América Latina. Agora está aí o próprio ex-presidiário dizendo que sempre combateu e sempre vai combater os valores cristãos, sempre vai combater a família tradicional cristã. Por isso, essa história de que um homem que se sente mulher pode entrar no banheiro das nossas mulheres. Isso é um absurdo!

Quem fez o L para comer picanha e tomar cerveja se lascou, porque está aí a reforma tributária — e eu já adianto que vou votar contra.

É um absurdo alguém defender um ladrão como esse!

Vejam a que ponto nós chegamos: nós temos na Presidência da República um ex-presidiário condenado por corrupção e temos um ex-Presidente honesto, sem condenação por corrupção, agora inelegível.

E, no Espírito Santo, o Coronel Wagner, do Corpo de Bombeiros, fez uma homenagem ao Prefeito de São Mateus, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro. Ele foi preso pela Polícia Federal por roubo. Falo aqui no Congresso Nacional que o Prefeito de São Mateus foi preso pela Polícia Federal por roubo, e o Coronel Wagner, do Corpo de Bombeiros, faz uma homenagem a um Prefeito preso por corrupção!

Com todo o respeito e admiração que eu tenho pelo Corpo de Bombeiros, tenho que dizer que é uma vergonha o Corpo de Bombeiros fazer uma homenagem a um Prefeito ladrão. Então, aqui fica o meu repúdio a esse fato, a se bater palma para corrupto. O que estou dizendo é que o fato de o Coronel Wagner levar o Corpo de Bombeiros a fazer uma homenagem a um Prefeito ladrão significa bater palma para corrupto.

Meu repúdio a essa homenagem!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/326

114.2023	Sessão Ordinária - CD	03/07/2023-18:08
Publ.: DCD - 7/4/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, estou aqui, nesta segunda-feira, atendendo a uma convocação do Presidente Arthur Lira para votarmos. Eu estou aqui para votar a reforma tributária, que é o mais importante projeto econômico do século XXI. Estou à disposição das Sras. e Srs. Deputados, das bancadas de todos os partidos e das entidades para ajudar a esclarecer os pontos da matéria

que não estão claros.

Eu sou favorável à aprovação do texto do Deputado Aguinaldo Ribeiro e quero que ele seja votado. É uma matéria suprapartidária, de interesse da Federação, de interesse da sociedade, especialmente de interesse do povo brasileiro.

Coloco-me à disposição de todos.

Documento 3/326

114.2023	Sessão Ordinária - CD	03/07/2023-19:08
Publ.: DCD - 7/4/2023 -	Airton Faleiro-PT -PA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da sanção presidencial dos Projetos de Lei de nºs 1.085, de 2023, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento de igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens no exercício de mesma função; e a alteração da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho; 1.852, de 2023, referente à alteração da Lei nº 8.906, de 1994, acerca do Estatuto da Advocacia, para consideração como infração ético-disciplinar o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; e 1.084, de 2023, relativo à alteração da Lei nº 10.891, de 2004, a respeito da instituição do Programa Bolsa-Atleta, com vista à ampliação de direitos e garantias às atletas gestantes e mães de recém-nascidos. Desafio da Casa de realização da reforma tributária.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero fazer coro com outros colegas que vieram a esta tribuna, porque eu também participei junto ao Presidente Lula do sancionamento dos três projetos de lei. Foi um momento de muita felicidade, em especial das companheiras mulheres, com essa justiça que será feita, porque é um processo será implantado. A CLT já está dizendo, há muitos anos, que as mulheres e os homens têm direitos iguais e salários iguais para profissões e trabalhos iguais, mas na prática isso não aconteceu.

Acho que a grande novidade são as penas estabelecidas na lei e a fiscalização que o Governo do Presidente Lula vai fazer para que a lei seja cumprida. Então, eu quero parabenizar a luta das mulheres e parabenizar também as nossas Relatoras da Câmara e também do Senado que produziram essa lei, que foi aprovada por maioria e hoje foi sancionada pelo Presidente Lula.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que foi emocionante o discurso da atleta paraplégica que esteve lá comemorando outro projeto de lei sancionado que

reconhece que a atleta gestante, ou que esteja amamentando, ou que tenha tido filho, possa receber o Bolsa Atleta sem prejuízo nesse período

Também foi comemorado pela OAB o fim do assédio na profissão.

Por fim, Sr. Presidente, quero aproveitar para dizer da necessidade de se aprofundar a pauta desta semana. Eu considero que a reforma tributária, Deputado Reginaldo Lopes, V.Exa. que coordenou esse grupo de trabalho, e o nosso Relator conseguiram trazer esse tema para a Mesa Diretora dos trabalhos nesta Casa. Então, nós temos um grande desafio esta semana. Entre as grandes matérias que o Congresso Nacional vem aprovando, como a PEC da Transição, o arcabouço fiscal, que agora volta para esta Casa, é preciso votarmos agora a reforma tributária. Para mim, essa é condição fundamental para que este País possa se desenvolver.

É determinante que a reforma tributária seja inclusiva, que ela seja distributiva: quem pode mais pague mais, quem pode menos pague menos.

Estou muito feliz com a produção do Congresso Nacional nesses 6 meses do Governo do Presidente Lula.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 4/326

114.2023	Sessão Ordinária - CD	03/07/2023-19:12
Publ.: DCD - 7/4/2023 -	Carol Dartora-PT -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. Relevância da Lei nº 10.639, de 2003, sobre a alteração da Lei nº 9.394, de 1996, relativa ao estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional, com vista à inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede nacional de ensino. Repúdio à discriminação racial praticada pelo Deputado Gustavo Gayer contra os povos africanos. Avanço da sanção presidencial do Projeto de Lei nº 1.085, de 2023, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento de igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens no exercício de mesma função; e a alteração da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Combate às desigualdades estruturais pelo governo petista. Votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, referente à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. CAROL DARTORA (Bloco/PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada. Boa noite a todas e a todos.

Hoje é dia 3 de julho, Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. E aqui eu quero falar de uma importante lei, que foi a primeira lei sancionada pelo Presidente Lula em seu primeiro Governo. Refiro-me à Lei nº 10.639, de 2003, sobre a qual houve uma importante audiência pública hoje na Comissão de Direitos Humanos do Senado. É uma lei fundamental para termos, de fato, uma política de equidade racial e combate ao racismo; é uma lei fundamental para combatermos também os discursos de ódio e garantirmos que a nossa sociedade saia desse contexto de racismo estrutural, que hoje é o maior problema social que temos para combater.

Nesse sentido, eu quero repudiar a fala do Deputado Gustavo Gayer, que, num *podcast*, comparou o QI de macaco a QI de africanos, insinuando que pessoas daquele continente não tinham capacidade cognitiva para escolher a democracia. Fez esse comparativo também com o Brasil. Essa fala é odiosa. Essa fala demonstra o quanto temos ainda por superar, o quanto é necessário superar essa mentalidade atrasada e retrógrada, que é a mentalidade racista.

Hoje também houve uma importante sanção, a sanção da lei da igualdade salarial, fundamental para o avanço na sociedade brasileira, para a redução das desigualdades de gênero. É lamentável pensar que as mulheres têm mais anos de estudo do que os homens, e muitas vezes têm a mesma competência e ocupam a mesma função, mas seu salário não é garantido de maneira igualitária.

Portanto, esse é mais um avanço, mais uma sinalização de como este Governo tem agido para combater desigualdades estruturais.

Por fim, ainda esta semana, veremos, com muita alegria, a vinda da reforma tributária para o Plenário. Essa PEC trata de sanar distorções que há sobre a nossa carga tributária no consumo. É muito importante pensar que as pessoas que são mais impactadas pela injustiça tributária do nosso País são as mulheres negras. São elas que, proporcionalmente, pagam mais impostos.

Então, esperamos com muita ansiedade essa reforma, que também vai ser importante para combater desigualdades históricas no nosso País.

Gostaria que a minha fala constasse nos canais de comunicação da Câmara.

Muito obrigada.

Sumário

Discussão pela Casa do Projeto de Lei nº 2.617, de 2023, sobre a instituição do Programa Escola em Tempo Integral, e a alteração da Lei nº 11.273, de 2006; do Projeto de Lei nº 2.920-A, de 2023, acerca da instituição do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e a alteração das Leis de nºs 12.512, de 2011, e 14.133, de 2021; das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 93-B, de 2023, referente à instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País, e a criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico; do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023, sobre o disciplinamento da proclamação de resultados de julgamentos, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF; à conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; e o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Esta semana será histórica para o Estado brasileiro. Teremos uma pauta na área da educação, com a escola em tempo integral, que é fundamental na perspectiva da inovação, da universalização das oportunidades.

Discutiremos um programa ousado de aquisição de alimentos para enfrentar e superar a fome no país que mais produz e exporta alimentos no planeta Terra.

Discutiremos também as novas regras fiscais, buscando metas sociais, com responsabilidade fiscal, buscando o mínimo de investimento para garantir o funcionamento da economia brasileira, do Estado brasileiro, e, ao mesmo tempo, controlando a trajetória da dívida pública no País. Essa é uma inovação do Governo do Presidente Lula, junto com o Ministro Fernando Haddad, mais real, que vai dar ao Brasil mais previsibilidade, credibilidade, estabilidade política e social para resgatar a confiança e atrair novos investimentos.

Vamos discutir também os critérios do CARF, que tem a ver com a desorganização do nosso sistema tributário.

De fato, nós vamos encerrar esse período com a reforma mais estruturante do Estado brasileiro, que é a reforma tributária sobre o consumo, que vai dar à economia brasileira eficiência produtiva. É impossível o Estado brasileiro produzir para o mercado interno com um modelo de cumulatividade tributária. Os nossos serviços e os bens manufaturados custam para o povo brasileiro de

8% a 20% mais caro em decorrência do princípio de se cobrar imposto do imposto e não cobrar imposto só do valor adicionado, só do valor agregado. Isso também vai dar à economia brasileira oportunidade de superar o déficit na balança comercial, entre importação e exportação, de 128 bilhões de dólares. O montante de 1 bilhão de dólares significa 30 mil empregos diretos na indústria. Nós estamos exportando sem gerar isso no País, ao mesmo tempo não competindo com as importações.

Portanto, essa reforma tributária é uma reforma que tem o apoio do Governo do Presidente Lula, do Ministro Fernando Haddad, mas não é uma reforma ideológica, é uma reforma estruturante, é uma reforma do Estado, para dar dinâmica, para dar eficiência ao nosso setor produtivo.

Será uma grande oportunidade para esta Casa mostrar que nós estamos unificando, pacificando o Brasil com uma proposta que vai fazer o Brasil voltar a ser competitivo.

Eu tenho convicção, certeza, de que o povo brasileiro vai ter mais empregos, com aumento da renda *per capita* em 6 mil reais por ano, e o povo brasileiro vai ter mais...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG) - Com certeza, Presidente, essa reforma vai permitir mais oportunidades para o nosso povo, porque a economia vai voltar a gerar emprego, a economia vai voltar a crescer, vai permitir o aumento da renda *per capita*. Diga-se de passagem, a renda *per capita* hoje é menor do que a da China.

Então, é fundamental um modelo econômico que permita à economia ser mais competitiva.

Obrigado, Presidente.

Documento 6/326

114.2023 Sessão Ordinária - CD 03/07/2023-20:08
Publ.: DCD - 7/4/2023 - Tarcísio Motta-PSOL -RJ
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre

a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Relevância de emenda apresentada pelo Deputado Ivan Valente à proposição.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aqueles que nos assistem pelas redes sociais ou pela *TV Câmara*, boa noite.

Fomos convocados esta semana para votar a respeito de um assunto sobre o qual ouço falar há muito tempo: a reforma tributária. Trata-se de uma das reformas mais importantes que este Brasil precisa fazer. Por quê? Porque nós temos no Brasil uma estrutura tributária profundamente injusta — este é o principal elemento.

Temos uma estrutura tributária absolutamente regressiva, que cobra muito dos que têm pouco e pouco dos que têm muito. Como nossos impostos estão sobretudo nas mercadorias, nos bens e serviços, o pagamento de impostos pelas classes trabalhadoras pesa muito mais do que para aqueles que vivem dos lucros, dividendos, louros e enriquecimento vindos dos tais investimentos.

Mas o que vamos votar esta semana, infelizmente, vai refletir muito pouco sobre essa injustiça. Perdemos a oportunidade neste Congresso de fazer o debate dos impostos renda e patrimônio de forma concomitante com o dos impostos sobre o consumo. Houve a opção de fazer primeiro a simplificação e a modernização tributária sobre o consumo, com a unificação dos impostos, para apenas depois fazer a necessária, urgente e fundamental progressividade nos impostos de patrimônio e renda no nosso País.

Com isso, estamos diante de um projeto que aponta um caminho positivo: a simplificação e a modernização. O Brasil conta hoje com 443.236 normas tributárias. De fato, não há transparência, controle social e fiscalização que garanta isso. Por outro lado, enquanto na média dos países da OCDE dois terços da arrecadação vêm sobre patrimônio e renda, aqui no Brasil mais da metade é sobre consumo.

Por isso, uma emenda colocada pelo Deputado Ivan Valente neste projeto, que obriga que o Governo envie em 180 dias a reforma tributária da parte da renda, seja talvez a maior conquista deste texto que virá aqui, porque nós não podemos recuar em cobrar mais dos milionários, dos bilionários, daqueles que têm que dar a sua parte para que continuemos a fazer política social para aqueles que precisam, para que possamos desonerar a carga tributária dos trabalhadores.

Esse é o princípio que nos move no Partido Socialismo e Liberdade.

Documento 7/326

114.2023 Sessão Ordinária - CD 03/07/2023-20:12
Publ.: DCD - 7/4/2023 - Maria do Rosário-PT -RS
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de votação e aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

Eu quero cumprimentar este Plenário da Câmara dos Deputados e dizer que a matéria mais importante deste atual momento é de fato a reforma tributária. As características desta reforma tributária, proposta pelo Presidente Lula, construída pelo Ministro Fernando Haddad e dialogada profundamente com a Câmara dos Deputados, são trazidas à pauta neste momento a partir do grupo de trabalho, do Deputado Reginaldo, dos Deputados e Deputadas que compõem esse grupo de trabalho.

É uma grande responsabilidade tratarmos com senso de urgência a reforma tributária. O atual cenário tributário do Brasil é complexo não apenas pelas suas distorções históricas. Diferente do que afirmam vários setores que muitas vezes apelam para o senso comum, sobretudo os deuses do mercado, Deputada Erika, o nosso maior problema no sistema tributário não é a extensão da carga tributária, que é menor no Brasil do que em vários países da OCDE, mas, sim, a regressividade, o que significa dizer que os mais pobres e a classe média brasileira pagam mais impostos do que os ricos no Brasil.

Esta reforma tributária está enfrentando essa realidade. Um exemplo concreto é que agora nós teremos o IPVA pago não apenas por quem tem carro, inclusive carro popular. Aqueles que têm *jet ski*, aqueles que têm jatinhos, aqueles que têm lanchas também vão pagar tributos no Brasil. Esta é uma forma de enfrentar essa regressividade. Com a aprovação desta PEC, nós não teremos mais apenas o dono do carro popular pagando IPVA, mas teremos também aqueles que possuem renda para comprar outros meios de transporte a fim de aproveitar o seu fim de semana pagando os tributos que devem ao Erário.

Outro elemento é o que o Deputado Reginaldo Lopes batizou de *cashback* do povo, Deputado Alexandre Lindenmeyer, que cumprirá importante papel também no enfrentamento à regressividade do sistema ao devolver parte dos impostos diretamente ao povo, mediante critérios técnicos e transparentes, garantindo que os que mais necessitam e que pagarem os seus tributos lá na

ponta, no momento em que estiverem consumindo determinados produtos, tenham a possibilidade de receber de volta aquilo com que contribuíram.

São vários os elementos nesta proposta que devem ser louvados neste momento. Este é o começo da justiça no Brasil. Não é em concretude tudo, talvez, o que queríamos aprovar, mas é a construção política da democracia, do diálogo, da competência do Ministro Fernando Haddad e dos líderes políticos que estão à frente dessa negociação, desde o Presidente Arthur Lira até o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente do grupo de trabalho, e o Relator. Há um conjunto de trabalhos aqui sendo desenvolvidos que escuta o Brasil para fazer o melhor para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) - Por isso, pela aprovação da reforma tributária é que nós vamos sustentar aqui como é importante para o Brasil a aprovação dessas medidas compostas através do substitutivo da PEC 45. Com os dois tributos simplificados, nós teremos no Brasil simplificação, transparência e enfrentamento à regressividade.

Muito obrigada.

Documento 8/326

114.2023	Sessão Ordinária - CD	03/07/2023-21:36
Publ.: DCD - 7/4/2023 -	Zé Trovão-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta Casa foi convocada às pressas para que nesta semana nós votássemos aquilo que é definitivamente o fim da economia brasileira: a PEC 45.

A PEC 45 é a PEC do desemprego, é a PEC da complexidade, da destruição do pacto federativo, a PEC que esteriliza os Municípios brasileiros, as cidades médias e grandes, uma transição, complexa e arriscada, que põe em risco a

economia das finanças públicas.

Esta é uma transição que pode levar quase 1 década. E olhe lá se haverá resultados. Quem defende essa PEC diz que ela vai trazer crescimento econômico, Pr. Marco Feliciano. Mas isso é uma mentira deslavada.

Esta reforma tributária está querendo passar a cavalo, a galope, está querendo ser enfiada garganta abaixo deste Parlamento, para que o povo brasileiro, que já está vivendo à míngua, morra de vez de fome.

Nós temos hoje que pensar no que realmente vai acontecer: os nossos Municípios terão que, definitivamente, viver com as xícaras sobre suas mãos implorando recursos, que estarão centralizados, recursos esses que só chegarão aos Estados e aos Municípios que se curvarem diante do Governo que está no comando deste País hoje.

Mais ainda, nos próximos 15 anos, os Municípios terão um endividamento de 412 bilhões de reais e vão ficar mais dependentes ainda dos fundos da União. Essa é uma PEC concentradora de poder. Mas eu lhe dei outro nome: reforma tributária dos comunistas. É a reforma tributária daqueles que querem cercear não só o direito de fala do cidadão brasileiro, mas querem cercear também em nosso País a economia e tomar o poder sobre o nosso dinheiro. Dinheiro esse que nós nunca mais conseguiremos ver novamente.

Enquanto o povo brasileiro irá trabalhar todos os dias para sustentar um sistema obeso, alguns amigos do rei estarão se fartando e comendo picanha, estarão se fartando e tomando a cervejinha. Ou melhor, esses não tomam cerveja, gostam de uísque da maior qualidade.

A proposta da reforma tributária apresentada na semana passada pode provocar um aumento de 59,83%, em média, nos impostos que recaem sobre a cesta básica e os itens de higiene, de acordo com estimativa da Associação Brasileira de Supermercados. E nós temos um dado, Pr. Marcos Feliciano, mais alarmante ainda: fala-se que de cada 10 brasileiros empregados, com esta nova reforma, 3 correrão o risco de ficar desempregados. Então, nós teremos 30 milhões de brasileiros no olho da rua, sem ter emprego, porque as empresas fecharão as portas.

Aquilo que era para ser a solução do nosso País, a desburocratização, as menores cargas tributárias, está sendo algo que vai de uma vez por todas acabar com o nosso País e deixar o nosso povo miserável.

Além da ausência de diagnóstico amplo, detalhado, consensual e compartilhado sobre a carga tributária, há que se registrar a pretensão de criar um conselho federativo. Querem criar um conselho que vai determinar como será a distribuição. Este conselho não será formado por técnicos no atual Governo, será indicação política para comprar votos dentro desta Casa. É isso que será. É assim que será. E não tem nada a ser escondido. A verdade é uma

só: centralizar o poder, fazer com que pessoas que nunca mais deveriam retornar à política se perpetuem no poder. E isso, senhores, estará sobre a conta de V.Exas. que querem aprovar este absurdo. Este absurdo que vai devastar a nossa Nação vai matar as nossas crianças e empobrecer de vez aquele que já está sofrendo todos os dias para levar o arroz e feijão a sua mesa. Por que foi prometida picanha e agora ele tem que comer abóbora? Com esta reforma tributária, ele vai tomar água de poço sujo.

E não adianta ficar estressadinho, não, Deputado. A verdade nesta Casa pode até doer, mas tem que ser ouvida, porque vocês são os grandes responsáveis por essa aberração que está acontecendo nesta Casa. Nesta semana fomos obrigados a correr para Brasília, a fim de discutir o texto de uma matéria. Nem sequer foi criada uma Comissão Especial para tratar do assunto mais importante do Brasil: tirar o peso tributário dos nossos patriotas, das nossas famílias e dar dignidade ao povo.

O que este desgoverno quer é afundar o Brasil enquanto enriquece o seu bolso.

Documento 9/326

114.2023	Sessão Ordinária - CD	03/07/2023-22:24
Publ.: DCD - 7/4/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Mendonça Filho pelo parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 2.617, de 2023, acerca da instituição do Programa Escola em Tempo Integral, e a alteração da Lei nº 11.273, de 2006. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Criação do Imposto de Valor Agregado - IVA.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Cabo Gilberto Silva, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, quero parabenizar o ex-Ministro da Educação e Deputado Mendonça Filho pelo excelente relatório que fez a favor do período integral.

Há 40 anos, eu, como Prefeito do Município de Cambé, tive a oportunidade de fazer a primeira escola pública de período integral no Parque Manela. Essa escola existe até hoje. Ela é uma referência educacional para a Universidade Estadual de Londrina, é motivo de estudo, pois é a escola que tem a maior longevidade em período integral.

Educação é fundamental. Lugar de criança é na escola. É uma vergonha, é uma

mancha que o Brasil tem não oferecer período integral até hoje para todas as crianças do País. Isso é mais importante que tudo.

A segunda reforma é a econômica. Se a educação precisa de período integral, de ensino profissionalizante, de investimento, a economia brasileira, há 40 anos, cresce um terço do que crescem os nossos concorrentes Tigres Asiáticos. E o motivo está detectado: é a falta de um sistema tributário harmônico com o sistema tributário internacional.

Eu venho defendendo a reforma aqui nesta Casa há mais de 30 anos. Aliás, desde a Constituinte de 1988, quando Secretário da Fazenda do Paraná, tomei conhecimento, num convênio que fiz com a Secretaria da Fazenda de Berlim, que o sistema europeu é o sistema vencedor, e o sistema brasileiro é o sistema perdedor. Passei a estudar atentamente e vi que o Brasil tem um defeito gravíssimo. Por isso, eu quero dizer à Casa: a reforma tributária, a PEC 45 e a PEC 110, é suprapartidária, pertence a esta Casa. Ela é dos Governadores, dos Prefeitos, do Governo Federal, dos empresários, dos trabalhadores. Eu fiz o Super-SIMPLES, em 2006, e, na aprovação do Super-SIMPLES, ficou claro que se tratava de um projeto da Câmara e do Senado, um projeto do Congresso Nacional para a sociedade. E a aprovação, esta semana, da reforma tributária, da PEC 45, do Líder Aguinaldo, será suprapartidária. Vai ser uma revolução na economia brasileira. Vai ser boa para todos.

Estou aqui à disposição dos Parlamentares, individualmente ou em bancadas, e de membros da sociedade organizada que queiram conversar comigo. Estou à disposição para informá-los corretamente.

Não há ideologia na proposta, não há pegadinhas na proposta. O IVA é adotado no mundo há mais de 70 anos. Foi criado na França como único tributo viável para a base do consumo. As críticas que estão vindo por parte da sociedade, de algumas entidades...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Desculpe. Pensei que eu tivesse mais 1 minuto.

São de má qualidade as informações deles. A qualidade das informações que eu tenho aqui é atestada pela minha palavra, a palavra de quem fez o Super-SIMPLES para o Brasil — 7 milhões de microempresas e 14 milhões de MEIs. Quero dizer que o projeto do Deputado Aguinaldo é aquilo de que o Brasil precisa para sair do atraso.

Estou à disposição.

Que Deus abençoe o Brasil e este Congresso!

Documento 10/326

115.2023 Sessão Ordinária - CD 04/07/2023-14:00
Publ.: DCD - 7/5/2023 - Cabo Gilberto Silva-PL -PB
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo aos Parlamentares de rejeição da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço a atenção do Parlamento brasileiro, mais uma vez, para a reforma tributária.

Trata-se, literalmente, da reforma da fome do Governo do PT, que quer secar os Municípios que produzem e trabalham, para fortalecer quem? O Governo Federal, Deputado Luiz Lima. Isso é muito grave. E o pior: querem aprovar a reforma a toque de caixa, sem sequer a debatermos. Passaram, atropelaram!

Sr. Presidente, eu peço aos Parlamentares que digam "não" à reforma tributária do desgoverno Lula, que é um tiro de misericórdia no povo brasileiro. Vai prejudicar diretamente, Deputado Pr. Marco Feliciano, quem mais produz. Quem vai pagar a conta? O pobre que Lula diz defender.

Este não é discurso de oposição, de situação, de partido A ou de partido B, mas é discurso de Brasil. Precisamos, sim, da reforma tributária, até porque a última foi feita há várias décadas, e o sistema tributário do País é uma loucura, mas, fazê-la da forma como o PT quer fazer, concentrando toda a renda no Governo Federal, Deputado Luiz Lima, é muito grave, principalmente para as grandes cidades. Os Governadores já tiveram coragem de dizer "não", de se posicionar contra a reforma.

Por que votar tão rapidamente a reforma tributária? Por que, se temos tempo para debatê-la? Votar para prejudicar os marginais, ninguém quer. Houve crimes bárbaros, como o de um militante petista, apoiador de Lula, que estuprou uma garota de 12 anos. Está lá, com a bandeirinha de Lula! Fez até piada: "*Rolou um clima*". O que falaram contra esse cidadão, esse vagabundo, esse marginal?

Sr. Presidente, este Parlamento tem que dar uma resposta ao povo brasileiro. Arrochar a criminalidade, ninguém quer. Por que não apresentam um projeto

para que ele passe 40 anos na cadeia, já que não pode haver pena de morte, nem prisão perpétua? Aprovaríamos esse projeto, e vagabundos como esse pensariam duas vezes antes de algemar, dopar e estuprar uma criança de 12 anos. Ninguém disse nada! Onde está o Ministro dos Direitos Humanos? Onde estão os Ministros do desgoverno Lula? Calados! Mas querem aprovar a "deforma" tributária em tempo recorde, relâmpago.

Sr. Presidente, é importante que o povo brasileiro fique atento. Precisamos, sim, de reforma tributária, mas não desta que o desgoverno Lula quer aprovar a toque de caixa.

Eu vou ter o prazer de conversar com muita gente, pois sou piolho da Câmara, fico aqui o dia todo. Se for o caso, conversarei com os Parlamentares, explicando que se está votando algo que nem sequer se sabe do que se trata. Muitos Deputados e Deputadas votam sem nem sequer saberem o que estão votando.

É importante todos os Parlamentares se preocuparem em votar "não" a essa "deforma" tributária, que só vai prejudicar quem mais precisa e beneficiar apenas o desgoverno do PT, que poderá gastar como vem gastando em quatro mandatos consecutivos — ganhou as eleições —, quando afundou o Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 11/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-14:04
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Luiz Lima-PL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PL pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento. É uma honra ter a sessão presidida por V.Exa.

A reforma tributária do PT é um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres.

Durante o Governo Bolsonaro, diminuímos em um terço o IPI de mais de 4 mil produtos; zeramos os impostos federais de combustíveis e também zeramos, via CAMEX, os impostos de pneus de caminhões, remédios contra câncer e HIV, peças de tratores, *games*, itens hospitalares. Mesmo com tais reduções,

mês a mês, batemos recorde na arrecadação e terminamos 2022 com superávit primário.

Também no ano de 2022, reduzimos o gasto público. Tivemos uma inflação menor do que a dos Estados Unidos e um crescimento maior do que o da China. Além disso, o desemprego caiu, e nós batemos recorde na geração de empregos, com quase cem milhões de brasileiros trabalhando. Por fim, ocorreu expressiva redução na taxa de pobreza, que atingiu o menor patamar da série histórica.

A atual reforma tributária do PT vai na contramão do que fizemos. Caso tivesse um mínimo de coerência, o atual Governo deveria manter a nossa política econômica, que deu certo: menos impostos, mais arrecadação.

Nessa atual proposta, o PT aumenta de forma absurda os impostos da cesta básica — arroz, açúcar, óleo, batata, feijão, farinha. Além disso, cria um imposto seletivo para refrigerantes, produtos açucarados, carnes, bebidas alcoólicas, entre outros. A PEC ainda retira a capacidade de investimento dos Estados e subtrai recursos dos Municípios. Concentra na União tais recursos, cuja liberação se sujeitaria a um conselho composto de companheiros, um conselho que eu gostaria de chamar de conselho soviético. Agregue-se a isso o fantasma da taxação do PIX e o imposto sobre herança, aos quais somos radicalmente contrários.

Em razão do exposto, o Presidente do PL e seu Líder na Câmara dos Deputados encaminharão, junto aos seus 99 Deputados, pela rejeição da PEC da Reforma Tributária.

Presidente Gilberto, outro dado muito interessante: será que o PT encaminharia de forma diferente a reforma tributária, se ele tivesse um número de Prefeituras considerável? O PT só tem 179 Prefeituras sob seu comando. O MDB possui 774; o PP, 682; o PSD, 650; o PSDB, 512; o DEM, 459; o PL, 345.

Deputados do PP e do DEM, se V.Exas. votarem a favor dessa reforma tributária, estarão votando contra o Município de V.Exas. O PT quer trazer para si o poder de domínio do recurso para tornar Prefeituras incapazes de gerenciarem o seu recurso e obrigá-las a vir a Brasília se arrastar pedindo dinheiro para o Governo Federal.

Não vamos permitir que, dos 5.560 Municípios, apenas os 179 governados pelo PT sejam os agraciados. Não vamos matar a política e o direcionamento do Município. O brasileiro mora no Município.

Menos Brasília e mais Brasil!

Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

Documento 12/326

115.2023 Sessão Ordinária - CD 04/07/2023-14:16
Publ.: DCD - 7/5/2023 - Nikolas Ferreira-PL -MG
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta governamental de reforma tributária. Gastos de dinheiro público pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua esposa em viagens luxuosas. Repúdio às acusações aos defensores do cristianismo.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

Quero dizer ao povo brasileiro que o pobre foi usado, o pobre foi enganado. Anteriormente, foi prometida picanha, entregaram abóbora, mas não para por aí. Basicamente estão fazendo uma reforma tributária que, na verdade, é uma reforma da fome, porque haverá um aumento, em média, de 60% na cesta básica, e não nos alimentos que o Lula come no Palácio da Alvorada. Inclusive, Deputado Gustavo Gayer, ele disse que lá os alimentos são ruins, não são iguais aos da casa dele, menosprezando o que ele come lá no Palácio da Alvorada.

Na cidade de São Paulo, o preço médio da cesta básica é de 782 reais e vai para 1.212 reais. Basicamente, você aí, trabalhador, que ouviu na eleição que, se o Lula ganhasse, teria cervejinha, teria picanha, vai ter que trabalhar o mês inteiro para conseguir comprar uma cesta básica caso a reforma da fome passe!

Em Belo Horizonte, onde a cesta básica chega a 707 reais, o aumento vai ser de 55%, ou seja, vão ser necessários mais mil reais para se comprar uma cesta básica lá.

O que quero dizer aqui? Que, enquanto o Lula e a Janja ficam viajando pelo País, comendo nos melhores restaurantes, você aí, pobre, trabalhador, cidadão comum que acorda cedo para poder sustentar a sua casa, basicamente está sendo enganado.

Eu quero inclusive saber quando o Lula, que visita todos os países, vai visitar o Brasil. Quando o Lula, de fato, vai visitar o nosso País para tomar conta da nossa Nação?

Eu quero dizer que nós somos contra a reforma da fome, uma reforma que aumenta impostos, que retira as atribuições dos Municípios e que nada mais faz do que colocar, sim, o pobre no orçamento, mas não de uma forma boa, e sim

fazendo com que ele pague com seu dinheiro por esse orçamento, deixando o Lula cada vez mais rico, a União cada vez mais rica.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que ontem eu tive que ouvir aqui diversas acusações aos cristãos. Eu quero dizer que nós não vamos mais aguentar rótulos de fascistas, homofóbicos, genocidas e não vamos mais aceitar que coloquem os cristãos do Brasil como se fossem criminosos. Já fizeram isso em anos passados, tentando despersonificar, desumanizar os cristãos. Se daqui a pouco os cristãos forem retirados do Brasil, ninguém mais ligará, afinal de contas, o que se prega aqui é que essas pessoas são ruins.

Deixo aqui o meu apoio a todos os cristãos deste Brasil! E digo: nós vamos resistir e não há nada que nos pare!

Documento 13/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-14:28
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Zé Trovão-PL -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito boa tarde ao senhor.

Esta é a semana em que o Brasil definirá o rumo econômico dos próximos mil anos. Nós saberemos quantos brasileiros irão morrer de fome nas próximas décadas. Isso se dará através da irresponsabilidade do Congresso Nacional, se aprovar este absurdo chamado de reforma tributária.

Santa Catarina é um Estado que tem 7,7 milhões de brasileiros, pessoas que trabalham num Estado que tem 1% do território nacional, mas que dá exemplo de produtividade. Nós temos, em dez Municípios catarinenses, a referência de 48% dos nossos cidadãos empregados. Aí vem a grande bomba: a minha cidade reflete em 9,4% dessas pessoas empregadas.

Essa reforma tributária, que tem como base acabar com o agronegócio, destruir o setor de serviços e criar uma instabilidade financeira em nosso País, traz a todos nós o maior desespero da história do Brasil. Estamos dando na mão dos comunistas todo o poder econômico e tirando dos nossos Municípios o direito

de gerir os seus próprios recursos. Isso é muito grave! Isso é muito grave!

Nós não podemos permitir que aquele que em 6 meses de desgoverno conseguiu gastar uma bagatela de 25 milhões de reais em viagens ao exterior tenha mais poder sobre a economia nacional. Nós não podemos permitir que o dinheiro que é deste povo, que sua sobre a sua terra, seja extirpado e destruído pelas mãos daqueles que corromperam a Nação inteira através da corrupção.

Sr. Presidente, o Brasil não passará jamais por esta crise, porque ela vai trazer a falência e a morte do povo brasileiro. Seremos escravos e teremos que comer nos latões de lixo. A história lembrará que, se este Congresso Nacional aprovar esta medida, esta PEC, estará aprovando a falência e a morte do povo brasileiro.

A pergunta que eu vou fazer a V.Exas. é: V.Exas. querem ser os responsáveis por dar aos comunistas a última ferramenta que eles precisam? Calaram a nossa voz, tiraram o nosso direito de nos manifestarmos e, agora, vão tirar as nossas riquezas. Isso será o fim do Brasil e será o fim deste Parlamento! O próximo passo será trancar a porta do Congresso Nacional! Apenas dois Poderes comandarão este País: o Poder que está lá do outro lado, com o homem que voltou à cena do crime, e o Poder que é conduzido apenas por 11 homens. O resto será jogado em uma cela, cuja chave será jogada fora. Mas nós não veremos o povo morrer de fome, porque estaremos presos.

É isso o que se quer: tomar o poder econômico, para aí, sim, levar tudo aquilo que nós acreditamos ser o mais precioso neste País: a liberdade, liberdade da fala, liberdade religiosa, liberdade econômica. Esses são os pilares da sociedade. Se isso acabar, o Brasil acaba. Mas nós não vamos permitir. Nós estamos juntos aqui hoje para dizer que Arthur Lira não vai descer goela abaixo de ninguém nesta Casa esse descalabro com a Justiça.

Muito obrigado.

Documento 14/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-14:40
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	General Girão-PL -RN	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional. Não liberação de recursos aos Municípios brasileiros pelo Governo Federal. Conclusão de obras de transposição de águas do Rio São Francisco pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostaria que a nossa voz fosse repercutida no programa *A Voz do Brasil*.

O tema de hoje é sobre a reforma tributária e o seu agravo na vida dos mais pobres. Estão querendo aprovar uma reforma tributária a toque de caixa, mas atenção, meus colegas: o Governo que se diz ser dos pobres vai piorar a vida das classes mais pobres do Brasil.

Segundo a Associação Brasileira de Supermercados, o estudo aponta que os impostos sobre os produtos que compõem a cesta básica podem subir até 60%. O povo já sente o resultado da falta de políticas econômicas efetivas do PT e vai sofrer mais ainda, D. Madalena, se a reforma for aprovada da forma que está sendo proposta. Esta é a realidade.

Os Municípios serão outros prejudicados com essa reforma, com a redução das prestações dos serviços públicos municipais, devido à perda do Imposto Sobre Serviços — ISS. Se este imposto for reduzido, haverá enfraquecimento nos grandes Municípios. Querem concentrar mais poder tributário na União, com o apoio dos Conselhos Federais que serão criados. Deus sabe como! É a volta do cabresto, como já vem sendo feito, com a liberação das emendas.

Deputado Gustavo Gayer, reunidos hoje nós discutimos essa história. Nós não queremos emendas, se for a toque de querer nos vender, nos cobrar e nos comprar. De maneira alguma, aceitamos isso. A emenda é impositiva, e a obrigação do Governo é liberá-la. Nós estamos no mês 7, e até agora nenhum centavo das emendas de 2023 foi liberado. É isso que estamos vivendo hoje. É o Governo do mais Brasília e menos Brasil. E a concentração aqui. Enquanto isso, Deputado, nós estamos com uma quantidade enorme de Prefeitos aqui em Brasília passando o pires, pedindo esmola. É lamentável esse Governo que diz que é o Governo dos mais pobres. É mais Brasília e menos Brasil, exatamente o contrário do Presidente Bolsonaro.

Seja de qualquer bandeira política, temos centenas de gestores públicos, municipais e estaduais, pedindo os recursos aqui em Brasília, e não querem de maneira nenhuma esta reforma tributária do jeito que está. O PT sempre gostou de botar cabresto nos outros. Este é o jeito PT de governar.

Temos a indústria da seca, com a demora para a conclusão da transposição do São Francisco. E vejam, quem terminou a transposição das águas do São Francisco para o Ceará, para a Paraíba e para o Rio Grande do Norte foi o Presidente Bolsonaro. O cartel político dos carros-pipas, e agora estão querendo criar o tal *cashback*. Estão querendo implantar na reforma tributária o *cashback*, que vai ser uma maneira de colocar cabresto nos mais pobres. É lamentável.

Em nome da responsabilidade fiscal, somos favoráveis a uma reforma

tributária sim, mas não esta. Do jeito que está sendo proposta, não tem como. Em vez de enxugar a máquina pública, pelo contrário, tivemos uma medida provisória que aumentou o número de Ministérios, cargos e gastos. Por que não temos redução dos gastos do Governo Lula no exterior? Aliás, o Governo Lula Terceiro está fazendo uma lua de mel de luxo, pago com o nosso dinheiro, Deputado Cabo Gilberto Silva. É o nosso dinheiro que está pagando essa lua de mel de luxo que ele prometeu à Primeira-Dama. Lamentamos. Na contramão da responsabilidade fiscal com recursos públicos, temos um Presidente e sua numerosa comitiva que esbanjam com nosso dinheiro.

O PT não tem responsabilidade com os nossos recursos. Isso é suficiente para não aprovarmos essa reforma do jeito que está. Não vamos aprová-la goela abaixo, como está sendo dito pelos Líderes do PT aqui para os Deputados, fora do microfone. Eles falam em aprová-la goela abaixo, porque acham que estão nos comprando. Podem comprar alguns indecisos, alguns que não tenham a certeza do que é essa reforma. Nós não aceitaremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 15/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-14:44
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Charles Fernandes-PSD -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Disposição do PSD para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019 relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional; do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País; e a criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, (novo arcabouço fiscal); bem como de outras proposições constantes na pauta. Transcurso do 112º aniversário de instalação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil. Desafios impostos à trajetória da instituição religiosa. Congratulações aos fiéis, pastores e obreiros da Assembleia de Deus.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, nobre Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Sr. Presidente Gilberto Nascimento, estamos aqui convocados pelo Presidente Arthur Lira, desde o dia de ontem, prontos para a sintonia com a bancada do nosso PSD, sob a coordenação e a liderança do nosso conterrâneo, o Deputado Antonio Brito, para debatermos essa pauta extremamente importante para o

País, a reforma tributária, o arcabouço fiscal e outros projetos que nós estamos aqui a discutir nesta semana.

Temos ouvido Governador, Prefeitos — inclusive alguns Prefeitos da Bahia já se encontram aqui na Capital Federal, Brasília.

Ainda em tempo, nobre Presidente, gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa os 112 anos da Igreja Assembleia de Deus no Brasil, data que foi celebrada no último dia 18 de junho. Nós não fizemos o registo porque não estávamos aqui, as sessões estavam paradas. Em nome do Presidente da Assembleia de Deus na Bahia, Pastor Valdomiro Pereira, e do Pastor Ananias Boa Sorte, um homem de Deus, Presidente da Assembleia de Deus em Guanambi, minha terra natal, quero parabenizar todos os irmãos da Assembleia de Deus pela passagem da data e colocar o nosso mandato à disposição dessa valorosa instituição.

A trajetória dessa instituição foi feita de muitos desafios, desde os enfrentamentos pelos missionários suecos que vieram para a América para propagar a palavra da salvação até a fundação da igreja no Estado do Pará, em 1911.

Ficam aqui os meus parabéns a todos os fiéis, pastores e obreiros da Igreja Assembleia de Deus, em nome do nosso Pastor Presidente da Assembleia de Deus em Guanambi, minha cidade, Pastor Ananias, o homem que tem procurado edificar e levar a palavra de Deus para toda a região.

Foram construídos diversos templos não só na cidade de Guanambi, mas também em toda a região. A Assembleia de Deus hoje, na minha cidade, é uma das maiores igrejas evangélicas daquela região.

Ao Pastor Ananias e a todos os obreiros os meus agradecimentos. Que Deus os abençoe! Que Deus continue dando-lhe entendimento, discernimento, o amor que o senhor tem no coração para continuar pregando a palavra e servindo a Deus na Assembleia de Deus em Guanambi e em toda a região.

Nobre Presidente, peço a V.Exa. que seja dada divulgação a essa nossa fala nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sumário

Elogio ao Deputado Pastor Henrique Vieira pelo discurso proferido no plenário. Realização da reforma tributária.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta, Deputada Maria do Rosário.

Eu quero saudar o Deputado Pastor Henrique Vieira pelo belo e verdadeiro discurso que fez hoje, desta tribuna.

Nós vamos votar a reforma tributária, uma das reformas mais importantes para o País, o que não é simples, o que não é fácil. Por isso ela está há 30 anos em discussão neste Parlamento.

Uma reforma tributária deve buscar a correção das distorções do nosso sistema de cobrança de impostos, ela deve buscar a simplificação, ela deve buscar a progressividade, mas ela também não pode gerar desajustes regionais e federativos.

Foi com esta preocupação que eu estive conversando com Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, e com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad: de que não haja perda de arrecadação para a cidade de São Paulo. A partir dessas conversas, nós apoiamos o Fundo de Desenvolvimento Regional, que está no texto da reforma, que vai reservar mais de 70 bilhões de reais por ano, da União, meu caro Deputado Alfredinho, justamente para a correção de eventuais perdas arrecadatórias, com a unificação de impostos. Nós apoiamos também o período longo de transição, de 50 anos, para a unificação dos impostos no Imposto sobre Bens e Serviços — IBS, para garantir que nesse período não haja nenhuma perda arrecadatória para as grandes cidades, particularmente para a cidade de São Paulo.

Eu destacaria ainda que a reforma tributária vai acabar com a guerra fiscal que leva Estados e Municípios a darem incentivos, desonerações, que depois fazem falta para investimentos em educação, em saúde, nas necessidades do nosso povo. Por exemplo, na cidade de São Paulo, o tributo de maior arrecadação é o ISS, de 26,1 bilhões de reais por ano, e as isenções e renúncias fiscais chegam quase à arrecadação do ISS, a 23,4 bilhões de reais.

Destacaria ainda a desburocratização proposta pela reforma, que, ao transformar cinco tributos em um único tributo, vai permitir maior desenvolvimento econômico, mais facilidade para a abertura de empresas e geração de empregos na nossa cidade e no nosso País.

Nesse processo todo nós debatemos com o Governo, com o Relator da matéria, para evitar perdas de arrecadação para a cidade de São Paulo e seguiremos

nessa toada, para que São Paulo tenha o recurso para combater as desigualdades que lá existem.

Muito obrigado.

Documento 17/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-16:16
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Jorge Solla-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de realização da reforma tributária.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

É um prazer estar aqui mais uma vez, Sra. Presidente, Deputada Maria do Rosário, enquanto preside a Mesa.

Caros colegas Parlamentares, nós vamos ter esta semana a oportunidade de promover a justiça social em nosso País, debruçando-nos sobre a questão tributária.

Dos 195 países do mundo, o Brasil está entre os 21 que ainda não adotaram o modelo de imposto sobre valor agregado, o chamado "imposto unificado". Isso faz, entre outras razões, com que a carga tributária brasileira seja uma máquina de produzir desigualdades, uma vez que os mais pobres, obviamente os que ganham menos, pagam a mesma alíquota de imposto, no consumo, sobre o mesmo produto que os ricos consomem. Nesse sentido, a carga variada de tributos que se acumula desde a indústria da produção até o consumidor final pesa mais para as famílias mais pobres — e muito mais, Presidente Maria do Rosário. Para se ter uma ideia, o trabalhador ou a trabalhadora que ganha um salário mínimo compromete em média, hoje, 57% da sua renda para comprar uma cesta básica. Acrescentem-se aí os gastos com moradia, aluguel, educação, saúde, transporte, vestiário etc. Observem que estou considerando o impacto do imposto sobre uma pessoa. Para uma família de 4 membros, Deputado Josenildo, essa conta não fecha em hipótese alguma.

Da forma como a carga tributária está hoje, só para dar um exemplo, para vermos como é brutal isso, se a geladeira da D. Maria pifa, Deputado Reimont, e ela precisa comprar uma nova geladeira, ela vai pagar 3 mil reais. Sabe qual é carga de impostos sobre esses 3 mil reais? É de R$1.800,00. Para a D. Maria, esses R$1.800,00 equivalem a 140% do salário que ela recebe, o salário

mínimo. Agora vamos considerar uma pessoa que receba um salário de 10 mil reais — nem vou considerar alguém que receba um supersalário. Nesse caso, vai representar apenas 18% o valor do imposto que a pessoa vai ter que pagar na compra da geladeira. Então, colegas, isso é justo com quem ganha menos? Em hipótese alguma!

A respeito da reforma tributária, nós temos que atuar não só na questão do consumo, mas também na questão da renda e do patrimônio. Quanto a isso, também há injustiça. Enquanto os pobres pagam de IPVA, proporcionalmente, 410% a mais que os mais ricos, no caso do IPTU a diferença chega a 150%. Isso é até imoral. Pior é a excrescência que isenta IPVA de jatinhos, de lanchas, de helicópteros, de iates, e quem tem um carrinho usado ou uma motocicleta usada tem que pagar imposto.

É preciso que aconteçam, urgentemente, alterações na tributação em nosso País. No Canadá, o imposto sobre o patrimônio chega a 11,5%, enquanto no Brasil é de apenas 4,5%. Nós precisamos não somente unificar impostos e diminuir o custo da tributação, nós precisamos realizar uma reforma tributária que faça justiça social. O passo que está sendo dado não é suficiente para resolver toda a questão tributária, mas é um passo importante. Esta Casa vai, com certeza, aprovar a proposta originária do Governo do Presidente Lula. Esse é mais um importante passo que dá o Governo do Presidente Lula para reconstruir o nosso País, para viabilizar justiça social e políticas públicas para nosso povo.

Presidente, peço que este discurso seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 18/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-17:08
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Tadeu Veneri-PT -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos próximos dias, provavelmente, vamos votar na Casa a reforma tributária, polêmica, na qual há pontos polêmicos, que, talvez, não contenha tudo aquilo de que gostaríamos,

aquilo que é possível.

Ontem, eu ouvi algumas afirmações aqui que são surpreendentes, que não têm o objetivo de debater a reforma tributária, que propõe, por exemplo, a redução da alíquota única, como regra geral, de 50% das alíquotas para bens e serviços dos seguintes setores: serviço de transporte público coletivo — como disse o Deputado Carlos Zarattini, há pouco, absurdamente caro em alguns Municípios e em alguns Estados —; serviço de transporte público urbano, semiurbano, metropolitano; medicamentos; dispositivos médicos; serviços de saúde; serviços de educação; produtos agropecuários, pesqueiros, florestais, extrativistas; vegetais in natura; insumos agropecuários; alimentos destinados ao consumo humano.

Nós temos hoje, no Brasil, um manicômio do ponto de vista tributário. As empresas, muitas vezes, gastam mais para poder chegar a um acordo com a Receita e com aqueles órgãos para os quais elas têm que fazer pagamento do que propriamente, efetivamente, trabalhando. Entretanto, a impressão que nos dá é que há setores — eu não diria da sociedade, porque seria dizer demais — aqui, dentro desta Casa, que fazem afirmações que eu não consigo entender de onde tiram. Eu ouvi hoje um Deputado dizer que a cesta básica aumentará em mais de 300% se for aprovada a reforma tributária. De onde se tira isso?

Ontem, um Deputado falou que a reforma tributária é a reforma comunista. De onde tirou isso? De onde as pessoas... O Deputado tem uma responsabilidade com o seu eleitor. O Deputado não pode ser uma pessoa que fala como se estivesse no boteco, como se estivesse em um bar, como se estivesse em um estádio de futebol, apesar de o estádio ser um local, às vezes, mais sério do que as afirmações que ouço aqui. Fala para o seu leitorado, fala para assustar determinadas pessoas.

Eu ouvi hoje dizerem que a reforma tributária pode ser responsável por trazer o comunismo e fechar igrejas. Meu Deus do céu! Como é possível tanta insanidade? Insanidade, irresponsabilidade, Sr. Presidente! Leviano! Isso não pode ser feito dessa forma. Eu sei que nós podemos ter opiniões diferentes. Eu sei que há gente que torce para que o Governo dê errado. Eu sei que há gente que quer que o Governo dê errado, até porque o seu candidato não será mais candidato, mas não dá para torcer contra a população, fazendo afirmações como essas.

Nós sabemos o que o setor produtivo sofre hoje no Brasil, Sr. Presidente. O senhor acabou de falar do que aconteceu no Rio Grande do Sul. Nós sabemos o que aconteceu nos últimos anos. Agora, vir falar que a reforma é comunista, que a reforma aumenta em 100% a cesta básica, que a reforma fechará igrejas? Meu Deus, daqui a pouco vão falar que a reforma vai trazer os marcianos para o Brasil, porque vai ser feita a reforma tributária. Chegam às raias da burrice, da ignorância, da insanidade. Mais do que isso, nós não podemos concordar com algo que é absolutamente leviano, Sr. Presidente, que não quer fazer o

debate político.

Vamos fazer o debate político. Encontrei-me agora com várias pessoas que são contra a reforma, mas têm argumentos, têm a preocupação com os conselhos, têm a preocupação com a perda de receita dos Estados, têm a preocupação em como serão feitos os setores que hoje podem perder. Os Prefeitos, Deputados e aqueles Governadores que são contra têm toda a legitimidade, mas não dá para ser insano e...

(Desligamento do microfone.)

Documento 19/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-17:16
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Paulo Guedes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Balanço positivo dos 6 primeiros meses do Governo Luiz Inácio Lula da Siva. Defesa de realização da reforma tributária.

O SR. PAULO GUEDES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil está no caminho certo. Estamos vendo nesses 6 meses a inflação cair, os empregos voltarem, o Brasil ser respeitado lá fora. O Presidente Lula está acertando, e todos reconhecem, o mundo reconhece isso.

É o momento agora de esta Casa fazer o seu papel, dando ao Brasil as condições necessárias para o seu crescimento. Eu vejo aqui alguns discursos distorcidos por alguns membros da Oposição, que falam para as suas bolhas. Nós precisamos fazer, sim, a reforma tributária. É inadmissível ouvir aqui alguns Parlamentares falarem cada coisa absurda, como falou aqui o colega que me antecedeu.

Portanto, está na hora de nós darmos uma resposta ao Brasil. Da mesma forma que estamos aqui lutando e denunciando os juros escandalosos praticados hoje no Brasil, para enfrentar a inflação, para que haja regras claras, nós precisamos ter a reforma tributária e devemos ter juros decentes. O Presidente Lula já provou como se faz. Todo mundo sabe que o principal fator que faz a elevação da inflação no Brasil é o preço dos combustíveis, e nós já começamos na linha certa. Abaixamos o preço da gasolina, do gás, e, com isso, a inflação está caindo a cada dia.

Agora chegou a vez de fazermos o dever de casa. Todo mundo sabe que quem mais paga imposto neste Brasil são os mais pobres, e a reforma tributária vem justamente corrigir isso, ou seja, cobrar daqueles que sonegam, cobrar dos mais ricos, que pagam menos impostos ou pagam quase nada, e poder devolver um pouco mais aos mais pobres. É essa a reforma tributária que nós queremos, com regras claras. As pessoas, ao comprarem arroz, feijão, sua roupa, seja lá o que for, em qualquer lugar, vão saber o que estão pagando de imposto.

Portanto, a reforma tributária não é do PT, não é do PCdoB, não é do PSDB. A reforma tributária é necessária para o Brasil. Hoje nós temos o dever de discuti-la e aprová-la.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil.*

Documento 20/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-20:16
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Bia Kicis-PL -DF	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Conveniência de adiamento da votação da propositura.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sra. Presidente.

Colegas, estamos aqui na iminência de votar às cegas, no escuro, uma reforma radical que pretende mudar todo o Sistema Tributário Nacional, que promete melhorar a vida dos brasileiros, promete simplificação tributária, que na verdade promete, promete, promete, mas não vai entregar nada.

Eu, como Procuradora de Estado que fui por 24 anos, trabalhei na execução fiscal, tenho familiaridade com o assunto. Já me debrucei sobre o tema, junto com vários técnicos, professores. Por mais que tentemos entender, vemos que essa reforma não tem a menor condição de entregar aquilo que promete.

Aliás, o Lula em sua campanha dizia que queria colocar, Deputado Cabo Gilberto, o pobre no Orçamento. Ele vai colocar é o dinheirinho do pobre no Orçamento para pagar as suas viagens, suas regalias, suas mordomias, dele

com sua "Esbanja".

Nós temos que ter seriedade. Não é possível que fiquemos por vários dias aqui neste plenário aguardando uma votação sem conhecer um texto, um substitutivo. Aliás, não há um estudo feito. No estudo que existe, há vários problemas que têm sido denunciados por tributaristas. É um estudo para o texto original da PEC 45, que não é mais o texto que vai ser votado.

A Receita Federal não entregou memória de cálculo.

O setor de serviços vai ser altamente onerado. As pessoas não têm ideia de quanto elas vão pagar. O sistema hoje é confuso, e nós entendemos que precisamos de uma reforma tributária, sim. Eu sempre quis que nós fizéssemos uma reforma tributária, mas não essa que está aqui. Nem está, aliás, porque nem conhecemos ainda o texto que está sendo debatido. Precisamos de uma Comissão Especial, para que possamos realmente estudar o assunto e oferecer uma proposta que, de fato, traga simplificação, o que não é o caso. Diminuir o número de impostos ou juntar impostos não significa que você vai trazer simplificação para a vida do pagador de impostos. Vamos pensar, o setor de prestação de serviços é o que mais emprega. Mais de 70% do emprego no Brasil vem do setor de serviços, que vai ser castigado com essa reforma.

Eu gostaria, então, de pedir aos colegas que não votassem de forma açodada. Nós podemos aguardar o próximo semestre, podemos com calma analisar o que está sendo proposto, e não votar açodadamente algo que rompe de forma tão radical com o sistema e promete muito, promete o céu, mas entrega o inferno.

Presidente, peço que minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Obrigada.

Documento 21/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-20:20
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Ana Paula Lima-PT -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Deputada Maria do Rosário, Sras. Deputadas aqui presentes, Srs. Parlamentares, alguns disseram "aqui foi dito", "aqui ouvi", mas o problema é que ninguém tem certeza de nada.

Falo da reforma tributária, há muito tempo esperada no Brasil. Eu sempre ouvia dizer: *"A reforma tributária não acontece"*. Há guerra fiscal entre Estados e Municípios, cada Município legisla sozinho, os Estados legislam sozinhos. Não havia controle de nada.

Agora, num momento tão importante por que o Brasil está passando, nós queremos, sim, fazer a reforma tributária. Claro que não é a ideal, mas é a possível neste momento.

A reforma tributária que nós estamos votando e apreciando esta semana na Casa não é um projeto de Governo, mas é um projeto do Estado brasileiro, sempre ouvindo os Governadores, os Prefeitos e principalmente a nossa população, que não sabe o tanto de impostos que paga. É imposto em cima de imposto. A população não tem noção da quantidade de impostos que paga, quanto é cada imposto pago, tanto em bens quanto em serviços.

Digo isso porque quem paga imposto no Brasil, Srs. Parlamentares, é o pobre. O pobre é quem paga mais imposto no Brasil.

O debate dessa reforma tributária apresentada aqui, cujo Relator é o Deputado Aguinaldo Ribeiro, cujo grupo de trabalho é presidido pelo Deputado Reginaldo Lopes, tem sido feito em vários Estados do nosso Brasil, inclusive nesta Casa. Todos os Parlamentares receberam o texto, sim. Quem não tinha conhecimento é porque não foi procurar. E agora procura o microfone aqui desta Casa para desdenhar ou para falar aquilo que não sabe.

É bom estudar um pouco sobre isso. Apresentem onde querem fazer as modificações, quais são os problemas, mas os apresentem, porque o que eu tenho percebido é que há muito blá-blá-blá e pouco conteúdo. É este o problema: muito blá-blá-blá e pouco conteúdo.

A reforma tributária que estamos apresentando vai gerar, sim, menos impostos para as famílias mais pobres no nosso País. Nós temos uma carga tributária muito sobre o consumo. Ela vai, sim...

Esta não é a reforma ideal, mas, como eu disse antes, a que é possível neste momento. Os Parlamentares que tenham dúvida procurem o texto, estudem o texto.

Eu tenho recebido manifestações do setor de empresários, de Prefeitos. O Governador do Rio Grande do Sul nem é do meu Estado, mas fez uma bela fala ontem.

Inclusive, Sr. Presidente, o Governador do seu Estado, o Rio Grande do Sul, fez uma fala.

Então, senhores, está havendo um grande debate. Temos que participar do debate. Eu fiz um debate no Estado de Santa Catarina. Deputados que não foram lá é porque não quiseram debater. Fiz um debate lá na Assembleia Legislativa, esteve presente de Governo do Estado. Mas tem que ir lá debater.

Nós só construímos algo melhor quando temos argumentos. E os argumentos de alguns Parlamentares hoje, os argumentos que eu ouvi hoje são insignificantes diante da grandeza desse projeto que estamos apresentando.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 22/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-20:32
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Fernando Mineiro-PT -RN	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023, sobre o disciplinamento da proclamação de resultados de julgamentos, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF; a disposição da conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; e o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade; bem como das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição de regime fiscal sustentável para a garantia da estabilidade macroeconômica do País, e a criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 2022, (novo arcabouço fiscal); e da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, pertinente à alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. FERNANDO MINEIRO (Bloco/PT - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas, colegas Deputados, esta semana temos diante de nós uma agenda que considero uma das mais importantes do semestre.

Nós temos três votações fundamentais à espera de que se avance em alguns consensos ou se construa maioria em volta delas. Refiro-me ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF, fundamental para que Estados e Municípios avancem e aumentem a sua arrecadação, tendo em vista o conjunto de judicializações que existem nessa área. E estou me referindo, é óbvio, à

questão do voto de qualidade.

Temos a proposta do arcabouço fiscal, da nova regra fiscal, que vem do Senado.

Eu quero, inclusive, adiantar, Sr. Presidente, que achei as modificações do Senado bastante pertinentes e importantes, em particular a retirada do FUNDEB do cálculo e do limite. Quero aqui registrar que votarei favoravelmente à manutenção das modificações do Senado.

E temos aquela proposta de que já falei neste plenário, aqui desta tribuna, que considero a principal decisão desta Casa. Refiro-me, evidentemente, à reforma tributária.

Existe um consenso no País, Sr. Presidente, de que é preciso fazer alguma coisa em relação à situação do sistema tributário brasileiro. Mas esse consenso, às vezes, esgota-se aí, porque, quando se vai aprofundar no que deve ser modificado, começam a aparecer aqueles e aquelas que são beneficiados com o atual sistema, que é irracional, que é absurdo, que é muito caro para a sociedade, e começam a colocar uma série de poréns para não se tomar uma decisão de que eu acho que o País precisa. Não temos como terminar este período parlamentar das sessões sem votar essa medida tão importante para o Brasil.

Evidentemente, não é a reforma, do meu ponto de vista, mais importante — eu quero aqui reafirmar que a mais importante é a reforma tributária sobre renda e patrimônio —, é a reforma sobre o consumo, mas ainda assim é um grande avanço diante do que nós temos. Representa muito para o Brasil ter transparência. Representa muito, para aqueles que querem produzir, ter condições mais seguras e regras mais claras. É por isso que nós precisamos votar essa reforma ainda este semestre, para encerrar este período de avanços no Brasil, como vem sendo conduzido pelo Presidente Lula.

Documento 23/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-14:52
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Gustavo Gayer-PL -GO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Afronta à democracia pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrada na participação em evento com ditadores latino-americanos. Posicionamento do Presidente da República contrário ao patriotismo, à tradicional família cristã e aos bons costumes. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de

reforma tributária. Repúdio ao governo petista.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Na semana passada, o Brasil testemunhou mais uma grande aberração, um verdadeiro atentado contra a nossa democracia, que foi uma reunião presidida pelo nosso Presidente da República, na qual vários narcoditadores e ditadores e a escória da política internacional se reuniram para apoiar uma ideologia que já matou mais de 100 milhões de pessoas ao longo dos últimos 100 anos. Isso é algo que se espera do pessoal do PT e da Esquerda latino-americana.

Durante esse evento, o Presidente da nossa democracia disse que sente orgulho mesmo de ser um comunista. E ainda falou que tem como missão lutar contra o discurso da família, o discurso do patriotismo e o discurso dos costumes, basicamente, o pilar de qualquer sociedade sadia e realmente democrática.

No mesmo dia, durante uma entrevista, ele falou abertamente, sem rosear as bochechas, que acredita na democracia relativa. E ficamos sem entender que democracia relativa é essa. Eu acho que esta proposta que o PT quer aprovar a toque de caixa neste Congresso, nesta semana, dá um diagnóstico do que é essa democracia relativa.

No comunismo, eles precisam ter a centralização total do poder, não só do poder jurídico, mas também do poder econômico. Essa reforma tributária, que não tem absolutamente nada de reforma...

Aqui, eu abro um parêntese para fazer um comentário com os meus colegas. Imagine que você vai fazer uma reforma na sua casa e, em vez de um ar-condicionado, você coloca um velho ventilador; em vez de uma janela de vidro, você coloca uma lona; em vez de um chão de azulejo, você coloca terra batida. Você está reformando a sua casa ou a está destruindo?

Esta reforma tributária não tem absolutamente nada de reforma, porque não traz nenhuma benfeitoria. O que há ali é uma centralização do poder e do dinheiro do País na mão de uma facção criminosa que só não está presa porque ele escolheu os Ministros que o libertou e o descondenou.

Tirando isso, nós teremos ainda o aumento da cesta básica — item crucial de sobrevivência dos mais pobres, dos mais desfavorecidos —, que é a bandeira pela qual a Esquerda disse que veio a existir no mundo político. Eles vão aumentar a cesta básica, aumentaram os serviços em 261% e, além disso, criaram uma nova forma de tributação, uma tributação do pecado, em que aqueles produtos e serviços que podem causar um dano ao meio ambiente poderão ser tributados a mais. Só que esse critério de escolha passa a ser dessa facção criminosa. Então, se quiserem, eles podem simplesmente tornar qualquer nicho da nossa iniciativa privada um alvo, assim como pretendem

tornar o agro um alvo.

Nós estamos prestes a votar, nesta semana, uma reforma tributária que pode enterrar o Brasil em dívidas, fome e miséria. E, pior do que isso, sem tempo hábil para debatermos, discutirmos a matéria. Mais uma vez, algo está sendo feito a toque de caixa. Mais uma vez, nós temos essa facção criminosa articulando nos bastidores, atrás das cortinas, para aprovar uma proposta que é extremamente danosa para o nosso País, talvez até mais danosa do que o PL da Censura. Essa proposta pode levar o Brasil a décadas de sofrimento, fome, miséria, o que vai aumentar o crime, mas é isso que o PT quer. E, por trás das cortinas, estão tentando comprar votos novamente.

Eu não vou perder a fé de que nós temos, nesta Casa, uma maioria — não é uma maioria de direita, não é uma maioria conservadora — de pessoas decentes, de pessoas que não têm etiqueta de preço, de Parlamentares que estão aqui realmente preocupados com seus Estados, suas cidades e seus Municípios, de pessoas que estão aqui pelo Brasil, e não por um projeto de poder.

Eu oro a Deus para que toque no coração de cada um dos senhores hoje e para que esta semana não seja aprovada essa reforma tributária, porque ela, sim, pode trazer ao nosso País um dano talvez irreversível.

Para concluir, é isso que o PT quer. O PT quer jogar o Brasil na miséria, porque é mais fácil controlar uma população com fome dando migalhas. Eles querem controlar vocês através de migalhas. E nós queremos a sua independência financeira.

Um abraço.

Obrigado, Presidente.

Documento 24/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-15:00
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Coronel Ulysses-UNIÃO -AC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Preocupação do orador com os reflexos da proposta governamental de reforma tributária sobre os Estados da Região Norte. Exigência de manutenção de incentivos fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio e à Zona Franca de Manaus.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho aqui para dizer que estou preocupado com essa reforma do sistema tributário nacional, tendo em vista que ela afeta muito a Região Norte do nosso País, sobretudo, os Estados do Amazonas, de Roraima, do Amapá e, principalmente, do Acre, ao qual pertenço. Essa reforma tem que vislumbrar alguns benefícios que hoje existem para essa região, e eles têm que ser mantidos por uma questão de sobrevivência da nossa região.

Eu quero aqui relatar um documento que recebi hoje do Sr. Leandro Domingos, Vice-Presidente do Sistema S, que fala em nome da FECOMÉRCIO da nossa Região Norte. Ele diz que, com os Estados do Amazonas, do Amapá, do Acre, de Rondônia e de Roraima sem os atuais incentivos fiscais garantidos às Áreas de Livre Comércio, ocorrerá a perda da estabilidade econômica dessa região, que essa ausência também propiciará excessivo aumento nos valores dos produtos, aumento de imposto e provocará o encerramento e a falência da atividade em massa das empresas do setor de comércio e serviço daquela região.

O Estado do Acre já sustentou este País. O Brasil tem uma dívida imensa com o Estado do Acre, impagável.

Nós tivemos poucos ciclos econômicos no nosso País: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o do ouro, o do café. E nós tivemos um ciclo que se dividiu em dois: o primeiro e o segundo ciclo da borracha, quando o Brasil foi sustentado pelo Acre. A borracha sai de uma árvore chamada seringueira, que só existe no Acre. O País não foi sustentado no momento de normalidade, mas no momento em que nós estávamos passando pela Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

O nosso Estado do Acre teve a chance de sustentar o País, e hoje o Brasil tem que rever a situação, porque nós estamos numa região em que, por questões ambientais, não se pode tocar nas riquezas que temos. Nós temos riqueza, mas a população é pobre, está na miséria. Nós temos que manter os benefícios fiscais dessas Áreas de Livre Comércio.

Eu venho aqui solicitar a esta Casa que veja com carinho essa situação. O nosso Estado e a Região Norte, de modo geral, não podem tocar nas riquezas, só podem explorar 20% de tudo o que existe; 80% são intocáveis, e os 20% que nós temos lá, que pertencem a propriedades privadas, também não podem ser tocados, só podem ser utilizados 20%.

Então, tem que ser dado um retorno para que a economia daquela região possa ser sustentável, social e a nossa região possa ser integrada ao Brasil e também à comunidade latino-americana.

Solicito que esses benefícios sejam mantidos, não somente na Área de Livre Comércio, mas também na Zona Franca de Manaus.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja transmitido nos meios de

comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 25/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-15:00
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Gilberto Nascimento, querido amigo, estou aqui na qualidade de representante do povo brasileiro, talvez o decano hoje da Câmara dos Deputados, com oito mandatos, trabalhando sempre pelo Brasil, pela Câmara Deputados. Nunca fui Executivo Federal. Já fui Secretário da Fazenda do Paraná duas vezes, Vereador e Prefeito. Sou municipalista, estadualista e desenvolvimentista.

Presidente Gilberto Nascimento, tive a honra de ser o Relator do SIMPLES, do Super-SIMPLES e do MEI.

Eu pergunto à Casa e à Nação: o SIMPLES, o Super-SIMPLES, não foi um projeto extraordinário para o País?

É com esta autoridade que eu quero dizer aqui que quem fez o SIMPLES, a lei de exportação do Brasil, tem credibilidade para falar do IVA, da reforma tributária, que é o projeto mais importante que o Brasil precisa adotar. O Brasil está 70 anos atrasado, porque o IVA já foi adotado em 173 países do mundo. Não existe outra forma de tributar o consumo que não seja pelo IVA. O IVA tem que ser tecnológico, 5.0, não pode ter a mão da empresa, do Governo Federal, dos Estados e Municípios no pagamento do imposto. O imposto é sagrado, é da população e tem que ser o mais exato possível.

Eu quero referendar o projeto do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que é igual ao meu projeto da PEC 110, e dizer que esses que vêm aqui falar mal do IVA não têm moral, não têm capacidade de enfrentar o Hauly num debate. Qualquer alternativa ao IVA é falsa, não existe no mundo, tanto que todas as grandes nações do mundo adotaram o IVA.

E digo mais: não sou do Governo, sou o Deputado Hauly. Votei, na última eleição, no Bolsonaro.

Aqueles que são do Governo têm o seu interesse; os Governadores, o seu interesse; os Prefeitos, o seu interesse; os empresários, o seu interesse. Mas aqui se trata do interesse do povo. Eu peço apoio para a reforma do povo. Não há ideologia! Não há ideologia!

Então, quero explicar depois que o IVA é tudo de bom para o Brasil. O maior erro que o País vem cometendo, há quase 40 anos: sem IVA, sem crescimento. Se não fizer agora, não fará mais. Quem não fizer no primeiro semestre, não fará mais. E não é vantagem política para ninguém; é uma derrota para a Nação não votar essa matéria.

Documento 26/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-15:08
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Paulo Foletto-PSB -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.617, de 2023, sobre a instituição do Programa Escola em Tempo Integral; e a alteração das Leis de nºs 11.273, de 2006; 13.415, de 2017, e 14.172, de 2021. Pioneirismo do Estado do Espírito Santo na implantação no ensino integral. Importância de realização da reforma tributária.

O SR. PAULO FOLETTO (Bloco/PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto.

Ontem, nós aprovamos aqui uma matéria sobre ensino integral, sobre escola de tempo integral. Essa é uma pauta que já vem sendo praticada há muito tempo no Estado do Espírito Santo. Nós temos lá, além das escolas de tempo integral, várias escolas, algumas estavam até desativadas, mas foram reformadas e transformadas em escolas profissionalizantes de tempo integral. O Estado do Espírito Santo saiu na frente desse processo de integralização do ensino. É um Estado que tem uma proporção muito grande de alunos na escola de tempo integral.

Mas o assunto do dia é a reforma tributária, uma reforma que, como disse o Deputado Luiz Carlos Hauly, um militante da causa, há mais de 40 anos vem sendo empurrada, adiada, jogada para frente. O Fernando Henrique Cardoso esteve próximo de conseguir aprová-la, mas não conseguiu, ficou para depois. E nós não podemos perder a chance de aprovar, ainda antes do recesso

parlamentar, a reforma tributária. É uma reforma que vem simplificar a maneira de cobrança dos tributos, que é apelidada hoje de "manicômio tributário". É assim que se trata no Brasil a questão da cobrança de impostos.

Não dá para resolver tanta loucura praticada ao longo de tantos anos numa canetada só.

A reforma tributária está sendo colocada numa linha de que vai simplificar, facilitar, diminuir o trabalho, e logo, logo veremos as particularidades. Nem todos podem ganhar. Alguns perderão no início, mas o fundo que está sendo avalizado pelo Governo Federal é para fazer as compensações e trazer de novo o equilíbrio.

Nós precisamos ter responsabilidade. Neste Congresso, este mandato nosso tem a chance de passar para a história do Brasil como aquele que iniciou o processo de correição para que nós tenhamos mais fluxo financeiro do exterior vindo para o Brasil. Quando nós fizemos acertos no arcabouço fiscal, que deverá ser corrigido novamente aqui, porque houve trocas no Senado — e vamos votar rapidamente —, melhorou o fluxo financeiro vindo para a Nação brasileira.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que a reforma tributária fará com que um fluxo de recursos, um fluxo de investimento vindo de fora, dólares vindos de fora a um preço mais baixo ajudarão a equilibrar a nossa economia. E o Brasil dará um salto em direção ao futuro, com escolaridade, com ensino em tempo integral e com correção tributária.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 27/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-15:12
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Abilio Brunini-PL -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Quem será prejudicado são os mais pobres. Este Governo, que veio falando de amor, vai penalizar com impostos os mais pobres. Essa reforma vai aumentar o imposto em cima do mecânico, vai aumentar o imposto em cima da escola, vai aumentar o imposto em cima da alimentação, vai aumentar o imposto em cima

dos serviços de saúde. Quem vai pagar o pato dessa reforma tributária, que nada mais é do que um acúmulo do dinheiro público para o Lula, é o povo.

O povo, que hoje paga 5% de imposto como prestação de serviço, vai pagar 30%. E o que você acha que vai acontecer? O que você acha que vai acontecer na hora em que você for ao mecânico e ver que aumentou 20% o valor do serviço por causa do imposto? O que você acha que vai acontecer na hora em que você for ao dentista e ver que o valor da consulta aumentou? Na hora em que você for ao médico, vai ver que o valor da consulta aumentou.

O Governo está fazendo isso porque está gastando com as viagens do Lula, está gastando com o aumento de Ministérios. Essa não é uma reforma tributária que vem para simplificar; é uma reforma tributária para tomar dinheiro dos Municípios, dos Governos. Eles querem tomar o dinheiro que os Governos, que os Municípios arrecadam com impostos. Com a justificativa de simplificar, aumentam o imposto do prestador de serviço. Essa é a verdade! Quem pagava 5% vai passar a pagar 25%. O Prefeito vai ter que pegar o pires e pedir para o Lula um pouquinho de receita para o seu Município. O Governador vai ter que vir de pires na mão pedir para o Lula receita para o seu Estado. Aquela rua que você queria que fosse asfaltada não vai poder ser feita com o dinheiro do Município, vai ter que pedir para o Lula dinheiro para asfaltar a rua, senão ela não será asfaltada.

Eu quero dizer para vocês que esse é o golpe. Esse é o golpe que a democracia está sofrendo. Esse é o golpe que o nosso País está sofrendo. Cai quem quer.

Se um Deputado votar hoje ou amanhã esse projeto, ele estará contra o povo.

Que saudade do Deltan!

Documento 28/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-15:16
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Giovani Cherini-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Associação à mensagem do ex-Presidente Jair Bolsonaro contrária à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Colegas Parlamentares, eu tive o privilégio, nesta Casa de, por 3 anos, ser Vice-Líder

do Governo do Presidente Bolsonaro. Ao mesmo tempo, tive o privilégio de ser o Deputado Federal do Rio Grande do Sul mais votado pelo Partido Liberal.

Hoje de manhã, recebi do Presidente Bolsonaro a seguinte mensagem:

Reforma tributária do PT: um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres.

Em nosso gestão, diminuímos um terço do IPI de mais de 4 mil produtos. Zeramos os impostos federais dos combustíveis e também zeramos, via CAMEX, os impostos de pneus de caminhões, remédios contra câncer, HIV, peças e tratores, games, itens hospitalares, etc.

Mesmo com tais reduções, mês a mês, batemos recorde de arrecadação, terminamos 2022 com superávit primário. Também em 2022, reduzimos o gasto público. Tivemos uma inflação menor que a dos Estados Unidos e um crescimento maior que o da China.

Além disso, o desemprego caiu e batemos recorde na geração de emprego, com quase 100 milhões de brasileiros trabalhando. Por fim, ocorreu uma expressiva redução na taxa de pobreza, que atingiu o menor patamar da série histórica.

A atual reforma tributária do PT vai na contramão do que fizemos. Caso tivesse o mínimo de coerência, o atual Governo deveria manter a nossa política econômica que deu certo: menos impostos, mais arrecadação.

Essa atual proposta do PT aumenta de forma absurda os impostos da cesta básica, arroz, açúcar, óleo, batata, feijão, farinha, etc., cria um imposto seletivo para refrigerantes, produtos açucarados, carnes, bebidas alcoólicas, entre outros.

A PEC retira ainda a capacidade de investimento dos Estados e subtrai recursos dos Municípios, concentra na União tais recursos, onde sua liberação se sujeitaria a um conselho composto de companheiros.

Agregue-se a isso o fantasma da taxação do Pix e o imposto sobre herança, os quais somos radicalmente contra. Do exposto, o Presidente do PL e seu líder na Câmara dos Deputados encaminharão juntos com os seus 99 Deputados rejeição total da PEC da reforma tributária.

Jair Bolsonaro

Na verdade, o que aconteceu nesse projeto é que jogaram fora a criança, os 20 anos de debate nesta Casa, e estão tentando criar a placenta. Essa é a realidade da reforma tributária que está em discussão. Ela só serve para os banqueiros e para o setor industrial. Ela mata o comércio, mata os serviços e mata a

agricultura.

Portanto, eu vou votar "não" à reforma tributária nesta Casa e espero que ela seja rejeitada, porque aqui, quando se quer, nada passa. Pode ser um rei sentado àquela Mesa, que não vai passar essa reforma de jeito nenhum.

Documento 29/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-15:24
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Marcos Pollon-PL -MS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós estamos caminhando a passos largos para o verdadeiro desmanche do nosso País. Nós, que experimentamos por 4 anos o que era *"menos Brasília, mais Brasil"*, hoje temos um capítulo triste desse retrocesso se avizinhando. A tal da reforma tributária vem jogar uma pá de cal sobre a possibilidade de desenvolvimento dos Estados e dos Municípios. Alguns Estados, como Mato Grosso do Sul, chegam a sofrer uma queda de 20% a 25% em sua arrecadação. Municípios estão sendo destruídos. Nós estamos acompanhando casos de Municípios que terão mais de 90% de sua receita vilipendiada. Pior do que isso, muito pior do que isso, é que haverá a oneração da classe produtora. O setor primário do agronegócio, que é a locomotiva do Brasil, especialmente no meu Estado do Mato Grosso do Sul, em alguns casos chegará a sofrer uma oneração superior a 600%.

O pacote de maldades não para por aí. Os alimentos da cesta básica em alguns Estados chegarão a ter uma oneração superior a 60%. E, no final das contas, os impostos, que aumentarão muito, recairão sobre os mais carentes, os mais pobres. É sempre assim: qualquer imposto que é criado, qualquer imposto que é vinculado é repassado até chegar na ponta da linha, a classe mais pobre. Os mais abastados têm ferramentas jurídicas para evitar a tributação. No entanto, quem vai pagar por esse arroubo é o povo.

Este Governo gastão, perdulário, sem responsabilidade fiscal vem agora enfiar a mão no bolso da população brasileira para arrancar dali o dinheiro, o recurso escasso das pessoas. Imposto é roubo, e o imposto num país que gasta mal, que não tem responsabilidade com os gastos é muito mais do que roubo, é imoral, é ilegal, é inadmissível.

Nós não podemos permitir que a tal reforma tributária venha destruir o nosso

País e colocar todos como reféns do Governo Federal. Governadores e Prefeitos terão que mendigar recursos perante a União, perante o Governo para poder fazer qualquer coisa em seus Estados. Isso é um grandessíssimo absurdo. Nós não podemos permitir que isso passe.

E o mais assustador é que não se permite sequer uma discussão madura sobre o tema. É tudo votado no afogadilho. O texto é imposto de cima para baixo. O tema é delicado, é extremamente importante. Nós não merecemos a destruição do País nessa velocidade. O que se vê não é um projeto de governo, é simplesmente um projeto de vingança.

Documento 30/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-15:32
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Zucco-REPUBLICANOS -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. ZUCCO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

"Não" à reforma tributária que aumenta imposto! "Não" à reforma tributária que tira recursos de Estados e Municípios. E, agora, "não" à reforma tributária que libera 465 milhões de reais em emendas para o Centrão!

Quero falar com os brasileiros, com o Sr. João e com a D. Maria, que estão ali comprando seu arroz e feijão, a sua carne e macarrão e que, possivelmente, vão ter um prejuízo de até 60% com uma reforma que está chegando a esta Casa, sem um diálogo franco, sem o estudo feito pelas Comissões. É uma reforma irresponsável que quer trazer o chamado "Conselhão da Esquerda", um conselhão que quer desrespeitar, inclusive, o pacto federativo, que quer desrespeitar a independência de União, Estados e Municípios. E os Municípios vão ser os mais prejudicados. Governadores e Prefeitos já falaram em alto e bom tom que vão sair prejudicados desta reforma. Não podemos aprovar um texto que não está de acordo com o que os brasileiros precisam. Queremos menos impostos, menos burocracia; mas não queremos que o time do Lula faça um conselhão para dizer quem deve gastar, o quanto gastar e como gastar.

Meus amigos, nós não queremos uma reforma que gere dinheiro para pagar as mordomias deste Governo, Governo irresponsável que gasta com sofá, com viagens milionárias, um Governo que não está tendo voz no Parlamento

federal.

Por isso, Deputado Delegado Caveira e meus colegas, vamos dizer "não" a esta reforma tributária irresponsável!

Documento 31/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-15:36
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Padre João-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Francisco Carlos Delfino, conhecido por Chico Ferramenta, e ex-Prefeito do Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais. Defesa de aprovação pela Casa da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidenta, primeiro eu quero aqui prestar a minha homenagem e expressar minha gratidão ao ex-Deputado Federal e ex-Prefeito de Ipatinga, o Chico Ferramenta, que foi para nós uma referência em orçamento participativo. Ele veio a falecer no início da tarde, precisamente às 12h04min, no Hospital Márcio Cunha, lá em Ipatinga. O Partido dos Trabalhadores agradece por tudo o que ele fez, não só pelo Vale do Aço, mas também por Minas Gerais e pelo Brasil, na condição de Deputado Federal.

Então, registro a nossa gratidão, a nossa solidariedade e um abraço solidário à sua companheira, a Cecília Ferramenta, que foi minha colega, Deputada Estadual, e também aos seus filhos Fred, Lucas e Wladimir.

Na política, temos que fazer como tão bem fez o Chico Ferramenta, que governou para o povo, mesmo com Governadores de outros partidos. Temos saudade dessa política, que tinha divergências, mas sempre tinha respeito, sempre convergia para servir mais e melhor o nosso povo.

Chico Ferramenta, presente, presente, presente!

Sr. Presidente, eu não vou pedir 1 minuto de silêncio, porque ele continua vivo no nosso meio.

Quero agora falar da reforma tributária, mas quero me dirigir ao povo brasileiro, que sabe que aqueles que estão falando contra é porque sempre bancaram as *fake news*. Então, peço para não ir nessa onda. O povo brasileiro

sabe da sensibilidade do Lula com os mais pobres. A isenção total da cesta básica foi federal, e aconteceu no Governo Lula. O cuidado com os pobres sempre foi uma preocupação do Partido dos Trabalhadores.

Ocorre que essa reforma, colegas do PL, não é do Partido dos Trabalhadores. Sabem por quê? Se essa reforma fosse do Partido dos Trabalhadores, nós estaríamos taxando as grandes fortunas, as grandes heranças.

Se essa reforma fosse do PT, colega Deputado Nikolas Ferreira, conterrâneo, vizinho de gabinete, nós estaríamos pondo fim à isenção das *commodities*, do minério. Para mim, ainda é um absurdo. E digo isso porque, nessa reforma, nós tínhamos que taxar as grandes fortunas, as grandes heranças, nós tínhamos que pôr fim às *commodities*, à exportação de matéria-prima.

E nós estamos abrindo mão disso, porque essa reforma não é do Partido dos Trabalhadores, como ouvimos alguns Deputados fazerem essa defesa. É um escândalo para nós, para o Parlamento, não ter essa sabedoria. Há 58 anos se está tentando fazer uma reforma tributária e não se consegue. Será que não vamos ter a sensibilidade e a sabedoria para, mesmo nas divergências, construir, convergir, em favor do povo, dos mais pobres, de todos? Cabe a todos nós.

E a nossa responsabilidade é garantir a dignidade e simplificar todo o processo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) - Na verdade, estão contestando algo que já está na reforma: simplificação e transparência.

Nesse sentido, apelo ao cidadão brasileiro que cobre de seus Deputados e de suas Deputadas a aprovação da reforma, o quanto antes, a fim de garantirmos mais recursos para a educação, para a saúde, para a assistência e para o cuidado com o meio ambiente.

É mais dinheiro para o povo brasileiro. A lógica deste Governo é arrecadar para garantir dignidade para o nosso povo.

Sra. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil.*

Muito obrigado.

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Maria do Rosário, colegas Deputadas e Deputados, algumas amarras impedem o Brasil de crescer mais e de maneira sustentada, durante muitos anos, entre elas, os mais altos juros do mundo. Porém, a mais poderosa de todas as amarras que seguram o Brasil, este gigante, é o atual sistema tributário: um manicômio tributário que sacrifica os pobres, ao obrigá-los a pagar mais tributos que os ricos proporcionalmente, e que também sacrifica as empresas, sujeitas a uma miscelânea de legislações estaduais e municipais, sujeitas a arcar com altos custos de administração tributária; um contencioso judicial enorme, que já chega quase ao tamanho do Produto Interno Bruto do Brasil; um sistema tributário que nos levou à guerra fiscal, reduzindo a capacidade de investimento dos Estados e dos Municípios; um sistema fiscal que espanta do nosso País boa parte do capital estrangeiro.

Não é esse o caminho para o Brasil. Tanto não é que, depois de um longo esforço de concertação e de diálogo, chega-se a um projeto mediano, e as viúvas do atual sistema tributário levantam suas vozes. A turma das *fake news* vem, de maneira mobilizada, tentar convencer o Brasil a não romper com o atual sistema tributário, a não partir para uma experiência moderna, que simplifica, ao adotar o Imposto sobre Valor Agregado, que acaba com o efeito cascata, com a cumulatividade, que adota a cobrança do imposto sobre o consumo no destino, e não na origem. Um imposto transparente, em que a cada operação a pessoa fica sabendo exatamente quanto está pagando de tributos.

Portanto, meus colegas Deputados e Deputadas, a hora é de encararmos esse desafio. Depois de 5 décadas, devemos ser capazes de oferecer ao Brasil um sistema tributário moderno, que começa a ser reformado pelo consumo para que, na sequência, tenhamos força para partir para a reforma também do sistema do Imposto de Renda e do imposto sobre o patrimônio, para, aí sim, começarmos a efetivamente implantar um sistema, que não só seja mais simples, que não só seja transparente, mas que também seja justo do ponto de vista social.

Muito obrigado.

Sra. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

115.2023 Sessão Ordinária - CD 04/07/2023-15:44
Publ.: DCD - 7/5/2023 - Sargento Gonçalves-PL -RN
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, não sou contra uma reforma tributária.

A Direita não é contra a reforma tributária. Nós somos contra a reforma tributária do PT, a reforma da fome, Deputado Delegado Caveira, a reforma que quer sangrar os mais humildes, os mais necessitados. Uma reforma que tem por objetivo aumentar a carga tributária, que tem por objetivo aumentar o preço dos produtos.

Você, cidadão, que me ouve, há a possibilidade de aumento de 60% no preço dos alimentos da cesta básica. Cidadão, do Nordeste, cidadão do Rio Grande do Norte, de acordo com estudos da Associação Brasileira de Supermercados — ABRAS, poderemos ter aumento nos produtos da cesta básica, no feijão, no arroz, no macarrão. O aumento no Nordeste pode ser de 35% e, no Rio Grande do Norte, de 24%.

Essa é uma reforma tributária que sangra, Deputado André Fernandes, o setor salineiro, que gera mais de 70 mil empregos no Estado do Rio Grande do Norte. É uma reforma tributária que quer sequestrar heranças, podendo haver uma alíquota de até 20% sobre a herança. Não estamos falando aqui de milionários, mas daquele que luta a vida toda para comprar a sua casinha lá de 150 mil reais, 200 mil reais. Uma alíquota de 20% significa 40 mil reais que o Estado irá comer da herança. É um direito, inclusive um direito bíblico, a herança.

Por isso, somos contra essa reforma tributária, que, na verdade, é uma reforma de poder. O PT, esse desgoverno, está indo na contramão do que fez o Governo Bolsonaro, que era *"menos Brasília, mais Brasil"*. Na verdade, eles querem menos Brasil e mais Brasília. Eles querem o poder concentrado em um único órgão, dando superpoder para um conselho, o Conselhão, que está baseado num modelo soviético. Por isso, não concordamos com essa reforma.

E a pergunta que não quer calar: por que esse atropelo, essa pressa toda de se fazer a reforma? Há quantos anos estamos esperando? Por que não debater mais essa matéria? Quem está ganhando com isso? Quem irá ganhar com isso?

Deus abençoe o Brasil!

Documento 34/326

115.2023 Sessão Ordinária - CD 04/07/2023-16:32
Publ.: DCD - 7/5/2023 - Geovania de Sá-PSDB -SC
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manifestação de boas-vindas à ex-Vereadora Giovana Galato, de Cocal do Sul, e ao Vereador Diácono Ricardo, de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, presentes na Câmara dos Deputados. Votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Anúncio da apresentação de emenda à proposição em prol do setor cooperativista. Transcurso do Dia Internacional do Cooperativismo.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (Bloco/PSDB - SC. Sem revisão da oradora.) - Nobre Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, é um privilégio subir mais uma vez a esta tribuna num momento tão importante para o nosso País, quando estamos analisando a PEC 45, que trata da reforma tributária.

Antes de abordar esse tema, Presidente, eu quero registrar a presença aqui de duas personalidades do Estado de Santa Catarina, duas autoridades: a minha amiga e xará Giovana Galato, ex-Vereadora na cidade de Cocal do Sul e suplente de Deputada Estadual; e o nosso grande Vereador Ricardo, que é da nossa Capital, Florianópolis. Inclusive, quero mencionar que os dois são guerreiros em relação à pauta do autismo. Nós temos um trabalho, que o Vereador Ricardo está desempenhando em Florianópolis, e a Giovana, lá no sul de Santa Catarina, para fortalecer o atendimento às famílias. Eles estão aqui discutindo conosco pautas importantes para todos os autistas do nosso País.

Muito obrigada. Vocês sabem que têm aqui uma Deputada que está com vocês nessa causa.

Presidente, eu visitei várias cooperativas no Estado de Santa Catarina, e a preocupação é única no que diz respeito à PEC 45. Quero fazer um destaque, enquanto Coordenadora do Ramo de Consumo na FRENCOOP, que é a Frente Parlamentar do Cooperativismo, liderada pelo Deputado Arnaldo Jardim. Ressalto a necessidade do adequado tratamento a respeito da reforma tributária. É preciso que tenhamos um olhar diferenciado para o ato cooperativo. Ficará inviabilizado o cooperativismo no Brasil se não lhe dermos esse tratamento e não tivermos um olhar sensível.

Essa adequação vai garantir segurança jurídica e a sustentação do

cooperativismo como modelo que promove o importante papel inclusivo no que diz respeito a cooperados e comunidades. Algumas premissas são fundamentais para garantir a não incidência de tributos nas cooperativas, mantendo-se a tributação relativamente ao cooperado. Porém, é preciso considerar a importância de não haver bitributação, senão vamos inviabilizar as cooperativas, os produtores de todo o nosso País. O novo regime tributário não vai ser suficiente se não houver esse olhar para as cooperativas. A reforma é necessária, mas ela precisa ser justa, a fim de impulsionar a economia e, assim, evitar que esse modelo de negócios seja inviabilizado.

Eu conversei com os presidentes de cooperativa na reunião da FRENCOOP.

Inclusive, Presidente Maria do Rosário, no dia 1º de julho, nós comemoramos o Dia do Cooperativismo no Brasil.

Gostaria de pedir aos Deputados que tivessem esse olhar para a PEC 45.

Obrigada, Vereador Ricardo. Obrigada, Vereadora Giovana.

Presidente, eu gostaria que este discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e também por todos os canais de comunicação desta Casa.

Obrigada.

Documento 35/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-16:36
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Valmir Assunção-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Sucesso dos 6 primeiros meses do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, comprovado na implementação do Programa Bolsa Família e do Programa Minha Casa, Minha Vida; na redução dos índices inflacionários; na adoção de medidas de geração de emprego e renda e na aprovação de novas regras fiscais. Necessidade de realização da reforma tributária. Defesa de redução das taxas de juros vigentes no País.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nesses primeiros 6 meses do Governo do Presidente Lula, ele trouxe de volta um conjunto de políticas de proteção social — o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida — e, ao mesmo tempo, diminuiu a inflação, promoveu geração de trabalho, de

emprego. Tudo isso é fundamental. Estabeleceu as regras fiscais que foram aprovadas por esta Casa. Isso resulta em cada vez mais credibilidade no chamado mercado.

Agora chegou a hora de se aprovar aqui a reforma tributária, que tem mais de 30 anos de espera. Com a força do Governo do Presidente Lula, a relação aqui na Câmara dos Deputados vai permitir a aprovação de uma reforma para diminuir a desigualdade social, gerar emprego, desenvolvimento. A responsabilidade por isso tem que ser do conjunto dos Deputados e das Deputadas desta Casa.

É preciso trabalhar para se criar no Brasil um ambiente em que as pessoas tenham oportunidade de emprego e desenvolvimento. Para isso, é necessário baixar os juros. Não podemos concordar com a taxa de juros estabelecida pelo Presidente do Banco Central, que é bolsonarista. Nós vamos trabalhar pela diminuição da taxa de juros no Brasil.

Documento 36/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-17:28
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Marcelo Moraes-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCELO MORAES (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero trazer a este Plenário a minha contrariedade à reforma tributária do Governo do PT, reforma esta que empobrece o povo, enriquece o Governo e deixa Estados e Municípios à míngua, reféns do Governo Federal.

Por isso, eu acredito que esse projeto é mais um passo para a "venezuelização" do Brasil. Lá na Venezuela — temo que isto aconteça num futuro próximo aqui no Brasil —, famílias são obrigadas a sacrificar seus animais para se alimentarem.

Aqui no Brasil, nós lutamos contra isso. Nós não aceitamos esse tipo de ditadura. Nós não aceitamos esse modelo econômico que permite que parceiros do Governo fiquem financeiramente bem, e a população pague a conta.

Para que vocês tenham uma ideia, com esse projeto, o aumento da cesta básica chega a uma média de 60%. Lá no Estado do Rio Grande do Sul, o nosso

aumento, Deputado Vilson, chega a 93,5%, ou seja, quase dobra o valor da cesta básica.

Eu espero que os Parlamentares desta Casa tenham consciência e votem a favor da população brasileira e contra esse projeto da reforma tributária.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Marcelo Moraes.

A próxima inscrição é do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. *(Pausa.)* Não está presente no plenário.

Tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta, do PSOL do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

O SR. MARCELO MORAES (PL - RS) - Presidente, eu gostaria de solicitar a divulgação da minha manifestação no programa *A Voz do Brasil.*

Documento 37/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-17:32
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Tarcísio Motta-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de realização da reforma tributária.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Deputadas e Deputados aqui presentes.

Falarei também da reforma tributária.

Ontem, eu fiz um discurso lembrando que essa, sem sombra de dúvida, não é a reforma tributária que nós do PSOL consideramos a prioritária, que deveria mexer, sobretudo, na questão de patrimônio e renda. Essa é uma reforma que mexe nos impostos sobre consumo. Ela é, sobretudo, modernização e simplificação.

Nesse ponto, há preocupações que estão presentes nos debates desde o início

do GT da Reforma Tributária. Não pode haver aumento da carga tributária para o povo. Nisso nós concordamos. Também não pode haver impedimento das políticas públicas por algum tipo de redução de receitas de Estados e Municípios. Essas preocupações são legítimas.

Precisamos ter responsabilidade e seriedade. Um Deputado que me antecedeu acabou de falar em números, sem citar qualquer fonte que diga sobre isso, de uma reforma cujo parecer ainda está em debate. Nós precisamos ter responsabilidade com a verdade. O que se está fazendo aqui, Presidente, é algo que foi feito também com o PL das Fake News, quando criaram o pavor, o pânico, para impedir o debate sério, que precisa ser feito nesta Casa de Leis. É assim que Governadores bolsonaristas estão agindo. Eles espalham o terror sem qualquer base factual e impedem o debate legítimo.

A mudança da cobrança, por exemplo, do ICMS e do ISS, que vão ser incorporados no IBS da origem para o destino, pode impactar na receita de Estados e Municípios? Pode, e isso é algo que precisa ser amenizado. No entanto, há uma transição de 50 anos para isso acontecer, com um fundo regional para estabilização.

Do que reclamam os Governadores e Prefeitos bolsonaristas? Do que reclamam eles? Estão a espalhar o pavor para fazer uma política baixa e não fazer o debate que precisa ser feito.

Deputada Sâmia Bomfim, esta reforma tributária acaba com a guerra fiscal. Sabe quanto a Prefeitura do Rio de Janeiro renunciou, em ISS, só em 2021? Houve a renúncia de 1,5 bilhão de reais. Isso corresponde a 22% da arrecadação. Agora reclamam da reforma tributária? Abrem mão de 22% da arrecadação e reclamam agora que vai acabar com isso num prazo de 50 anos? O Estado do Rio de Janeiro renunciou, em ICMS, só no ano de 2022, a 8,6 bilhões de reais, o que corresponde a 22% da arrecadação.

O fim da guerra fiscal significará mais recursos. A mudança da origem para o destino significará combate à desigualdade regional. A simplificação e a modernização significarão mais transparência no processo. O compromisso de que não haverá aumento da carga tributária na cesta básica e de que haverá uma transição está colocado na reforma.

Portanto, não venham espalhar o pânico moral em cima desta reforma!

Sumário

Críticas à proposta governamental de reforma tributária. Protesto contra o preço estipulado para o pagamento de produtos orgânicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

O SR. JUNIO AMARAL (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nesta semana, o Brasil está na expectativa do que vai ser votado nesta Casa relacionado à reforma tributária, que alguns já estão apelidando de "reforma da fome".

Como pode um Governo à esquerda, que se propõe a olhar para as classes menos favorecidas — ou, pelo menos, se apresenta assim —, de repente, lutar para aprovar uma reforma em que, por exemplo, produtos da cesta básica serão os grandes prejudicados? Aliás, os grandes prejudicados não serão os produtos, será o povo, que os consome, que mais depende deles.

Por estarmos concentrados nessa reforma, algumas coisas passam nesta Casa sem a devida atenção. Está sendo discutido paralelamente a isso o Programa de Aquisição de Alimentos, um programa antigo, que muda de nome a depender do Governo. Esse programa foi muito bem abastecido e trabalhado no Governo Bolsonaro, com o Alimenta Brasil. Agora, estudando o texto desse novo formato que está sendo apresentado, nós identificamos que estão querendo colocar em meio aos alimentos plantas medicinais. Ora, nós sabemos quem é o Relator! É claro que isso aqui tem o objetivo desvirtuado — para não falar outra coisa. Trabalhamos, chegamos a apresentar o destaque supressivo e, agora, ao que parece, enfim, foi retirado do texto esse jabuti.

Mas não para por aí, não! Estão querendo pagar por alimentos orgânicos até 30% mais do que pagam por alimentos convencionais. Lá em Juiz de Fora, cidade administrada pelo PT, nem precisaram dessa previsão: estão pagando 43 reais no pacote arroz, enquanto, no restante do Estado, a média do preço do arroz é em torno de 19 reais, 20 reais.

Isso serve para que nós Parlamentares estejamos atentos o tempo todo, porque essa turma que hoje governa o País não descansa, seja para alimentar o próprio projeto de poder, seja para sacrificar o povo brasileiro ainda mais.

Como eu disse, o primeiro dispositivo já foi retirado do texto. Nós trabalhamos agora para retirar essa segunda parte, esse acréscimo de 30% no valor dos alimentos, que, é claro, só prejudica o povo brasileiro e favorece o MST.

Obrigado, Presidente.

Documento 39/326

115.2023 Sessão Ordinária - CD 04/07/2023-17:44
Publ.: DCD - 7/5/2023 - Heitor Schuch-PSB -RS
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. HEITOR SCHUCH (Bloco/PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, colega Presidente Pompeo de Mattos.

Minha saudação ao senhor e aos demais colegas Deputados e Deputadas!

Esta semana está reservada para o debate, para a discussão, para o encaminhamento do tema da reforma tributária, algo importante e necessário, que há tanto tempo vem se arrastando.

Quando nós falamos de uma PEC, fica claro que estamos falando de um assunto do Parlamento. Esse tema não é do Governo atual, não é do Governo passado. Esse tema não é da Direita, não é da Esquerda; é do Brasil.

Há 30 anos, 40 anos, eu escuto os empresários dizerem que a nossa legislação tributária é uma loucura. Há mais gente no escritório tentando decifrar a legislação do que gente no chão da fábrica produzindo.

Caminhando por aqui, nós percebemos setores e, inclusive, Parlamentares dizendo: *"Não vamos mexer em nada!"* Se há 30 anos está errado, vai continuar errado? É como estar doente, ir ao médico, receber a receita, ir para casa e não tomar o remédio! Não vai mudar nada! Vamos ter de novo problemas de competitividade, o problema do Custo Brasil e todos os reflexos pertinentes a tudo isso.

Não estamos fazendo uma grande reforma. Se fosse uma grande reforma, estaríamos falando aqui da dívida pública, das grandes fortunas, da tributação da renda e dos dividendos. Tudo isso está fora. Mas essa é a reforma, talvez, no momento, possível, viável, na qual nós temos a oportunidade de colocar a nossa digital e fazer esse trabalho.

Como Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, desta Casa, eu recebi representantes de todos os segmentos. Recebi gente do Norte, do Sul, da indústria, do comércio, do serviço.

É importante deixar claro aqui — inclusive, parabenizo o Relator Aguinaldo

Ribeiro e toda a Comissão pelo trabalho — que não pode haver aumento de tributos, de carga tributária. Ponto! Acho que essa é a coisa mais sagrada.

Segundo ponto: Estados e Municípios precisam ter suas receitas preservadas, porque é lá que as pessoas moram, é lá que as coisas precisam funcionar.

Nós vamos ter uma simplificação, com menos tributos, menos impostos. Com isso, certamente, haverá muito mais transparência.

É claro que nós devemos olhar — e vamos olhar — para setores específicos das cooperativas, da indústria, do comércio, dos serviços, do agro, mas alguém se lembrou da classe trabalhadora? Alguém se lembrou de quem bate o cartão? Não há dúvida de que, nessa hora, todos querem puxar a brasa para a sua carne, mas daqui a pouco pode não haver carvão para todos.

Eu quero concluir, Presidente, agradecendo a oportunidade e dizendo que é dever do Parlamento garantir que haja brasa para todos os setores.

Que nós possamos fazer essa reforma! Que nós possamos votá-la e aprová-la! Depois, se tivermos que fazer algum ajuste, nós faremos.

Eu estou convicto de que o texto que está aqui é muito melhor e muito mais justo do que o texto em vigor hoje, que recebe tantas críticas.

Obrigado.

Documento 40/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-17:52
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Zé Neto-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos parar de ficar falando aqui no plenário que a reforma tributária é do PT, é do Governo. A reforma tributária é do Estado brasileiro.

Vamos ter responsabilidade com este País! Nós estamos há 40 anos discutindo a reforma tributária e, agora, uma turma fica dizendo que é contra isso, que é contra aquilo. Então, diga: você é a favor de quê? Qual é sua proposta? *"Ah! mas tem a cesta básica!"* Então, vamos lá: bote aqui na mesa o que você está

pensando para a cesta básica. Vamos acabar com isso, gente! É por isso que o Brasil não evolui. Enquanto nós pensarmos que sempre temos que ideologizar os temas, nós nos afastaremos da verdadeira realidade de um país que deve ter temas dele, temas de Estado, temas da sociedade.

A reforma tributária é boa para o povo? É boa para o povo, é boa para o trabalhador, é boa para o empresário, é boa para quem precisa, de fato, ver um país que se integre novamente com o desenvolvimento do mundo. Nós estamos atrasados! Nós estamos lá atrás! Nós estamos distantes da realidade que se vive na Europa, que se vive nos Estados Unidos, que se vive na Ásia!

Aí fica uma turma dizendo aqui: *"Eu sou contra!"* E você é a favor de quê? *"Ah! eu sou contra esta. Eu sou a favor de alguma"*. Diga qual? Esta é uma semana decisiva, e não é para o Governo, não! Esta é uma semana decisiva para o Brasil, para quem, de fato, tem responsabilidade com a coisa pública e com o Estado brasileiro. A reforma tributária tem que sair do papel.

Documento 41/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-17:56
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação dos Sistema Tributário Nacional. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2020, a respeito da reforma tributária.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Muito me preocupa a condução da discussão da reforma tributária, porque eu participei disso há mais de 5 anos, começando lá em 2018, logo depois da minha eleição, sabendo que o tema tributário seria central na legislatura passada e nesta, como já foi em várias legislaturas.

Nós propusemos a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2020; fizemos um parecer muito positivo na CCJ, que passou com ampla maioria; e, depois, foi feita uma Comissão Especial, na qual a PEC passou de forma unânime. Esquerda, Direita e Centro foram unânimes com relação à PEC 7/20. É esta PEC que está sendo contemplada? Não, não é. A PEC que está sendo contemplada é uma PEC que sempre gerou resistência. É isso que preocupa,

porque nenhuma dessas resistências foi mitigada nos projetos apresentados.

Por isso, mais uma vez, nós suscitamos aqui problemas regimentais de conduta dessa PEC. A PEC 45 tem problemas regimentais de conduta, sim: não está sendo contemplada numa Comissão Especial; os Deputados não têm direito a voto e não têm direito a fazer emendas; não há representatividade de todos os partidos aqui compostos, dos 513 Deputados; e está sendo passada de última hora, com menos de 1 semana para se fazer a avaliação.

Esta é uma proposta complexa, que vai impactar os pequenos e médios empregadores do Brasil de uma maneira tremenda, com muito mais complexidade adicional à complexidade que existe no atual modelo. Querem passá-la aqui com acordos entre o Legislativo e o Executivo, no afogadilho do processo legislativo? O que é isso? É como diria aqui o Deputado Gilberto. Exatamente esses dois problemas denotam que esta não é uma proposta boa para o Brasil; não é uma proposta boa para a população pagadora de impostos; não é uma proposta boa para o consumidor, para o pequeno e médio empregador. É exatamente isso que está óbvio.

Está óbvio também que a compra de Deputados com emenda parlamentar para aprovar essa proposta denota que há prejuízos graves a todos os setores da economia, aos Prefeitos, aos Governadores, aos pequenos e médios empresários do agro, dos serviços, do comércio. Esses, sim, estão fazendo conta — coisa que os Parlamentares não fizeram, coisa que o Governo não fez. Esses, sim, estão fazendo conta, na suposição de como vai ser essa próxima reforma.

Por isso, meus caros, eu entrei com um mandado de segurança com relação a todo esse processo espúrio da condução dessa reforma tributária.

Nós somos favoráveis à reforma tributária. Nós já temos uma reforma tributária aprovada em Comissão Especial. Ela não está sendo contemplada! Mas a proposta ruim, que dá poderes ditatoriais a Brasília sobre tudo e todos, está tendo a luz do dia em processo espúrio.

Por isso, eu rogo aos senhores que tenhamos mais tempo e um processo regimental, de fato, parlamentar, para que nós Deputados tenhamos a contemplação do detalhe desse tema, que vai afetar a todos nós e, certamente, a todos que nos elegeram.

Presidente, muito obrigado.

Colegas, muito obrigado.

Sumário

Votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Retomada, pelo governo petista, do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Redução das taxas de desemprego e dos índices inflacionários no País. Expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Necessidade de redução das taxas de juros pelo Banco Central do Brasil. Lançamento do Plano Safra de 2023/2024 e do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024. Aprovação do Projeto de Lei nº 2.617, de 2023, sobre a instituição do Programa Escola em Tempo Integral; e a alteração das Leis de nºs 11.273, de 2006; 13.415, de 2017; e 14.172, de 2021.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos, que preside os trabalhos.

Colegas Deputados, a votação da reforma tributária, nesta semana, está dentro do aspecto de um ambiente de melhora do nosso País. O Governo Lula fez o Brasil ser, de novo, reconhecido e respeitado na geopolítica mundial. O Governo do Presidente Lula reconstruiu programas que fazem com que o povo tenha dignidade, como o Minha Casa, Minha Vida; o PAA. Além disso, o salário foi reajustado acima da inflação. Há um conjunto de programas que são importantes para dar dignidade ao nosso povo. Já há uma diminuição da inflação e do desemprego no nosso País. A cada dia, aumenta a expectativa de crescimento do PIB no nosso Brasil.

O que está totalmente fora da regra é o Banco Central, no qual o bolsonarismo ainda atua. Aliás, o Bolsonaro ficou inelegível agora pelas suas práticas criminosas. O Presidente do Banco Central, que é bolsonarista, que foi indicado por Bolsonaro, fixa juros tão altos que fazem com que a economia não cresça ainda mais do que já está crescendo em virtude das políticas corretas do Presidente Lula.

A aprovação da reforma tributária é algo que a sociedade está reivindicando há anos, porque desburocratiza, unifica, passa a cobrança para o destino, porque é nos Municípios que as pessoas compram. Lá é que tem que haver estrada boa, saúde, educação para as pessoas.

Essa é a inversão de uma lógica fundamental para que possamos, sim, avançar na progressividade tributária. Este é o debate que o Brasil está fazendo.

A reforma tributária que nós votaremos esta semana faz parte de um conjunto de acertos que o Presidente Lula está coordenando para reafirmar o Brasil para

o Brasil, e na sua referência, na geopolítica mundial. O Presidente Lula anunciou na semana passada os dois Planos Safra, ao lado do Ministro Fávaro e do Ministro Paulo Teixeira. Mesmo com os juros dos bolsonaristas tão altos, nós fizemos juros mais baixos para quem produz comida, alimento. Está de volta o Mais Máquinas, o Mais Alimentos, o Minha Casa, Minha Vida, para o comércio vender, para gerar emprego, para dar dignidade à nossa gente. Já votamos ontem — que bom — o turno integral de educação e não escolas militares. E temos muitas coisas boas ainda a votar.

Aprovar a reforma tributária esta semana é estar neste ambiente de melhora, para o nosso País se desenvolver com dignidade.

Por isso, votaremos favorável à reforma.

Muito obrigado.

Documento 43/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-18:08
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fui membro do GT sobre o Sistema Tributário Nacional, e, nesta semana, a reforma se encaminha para a votação.

Eu queria reafirmar a posição do PSOL, desde o começo. Primeiro, a discussão da necessidade de uma reforma tributária. Segundo, a concomitância de combater a regressividade no consumo e defender a progressividade na renda, na propriedade, no patrimônio. É evidente que nós queríamos essa reforma, que não é a ideal. Aliás, alguns pontos necessitam de apresentação de PEC, e outros, não. Por exemplo, nós poderíamos estar votando a taxação de lucros e dividendos há muito tempo, assim como a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, que consta na Constituição. Nós poderíamos ter trabalhado a questão do ITCD, que é projeto de resolução do Senado, que vai estar na progressividade do relatório do Deputado Aguinaldo Ribeiro. Temos que tratar também do sistema atual, que começou pela PEC e que nós vamos enfrentar.

A questão principal é que esse sistema não pode mais viger, porque ele é

extremamente complexo e privilegia a guerra fiscal, aumenta as desigualdades regionais, continua trabalhando com a cumulatividade, que a reforma vai combater. Mais do que nunca, nós precisamos dar transparência de impostos ao consumidor brasileiro.

Por isso, o IVA foi adotado em 90% das nações do globo. Essa é a questão. Nós não podemos ficar regredindo. É óbvio que essa transição vai ser complexa, porque nós estamos aqui discutindo os setores econômicos que não querem desmamar, ou seja, aqueles que têm isenções fiscais vão brigar pelas isenções, e aqueles que pagam muito, hoje, querem pagar menos.

Trata-se de uma complexa rede, mas há um processo de transição, que vai desde a extinção dos atuais impostos, como IPI, PIS/COFINS, ICMS e ISS, até 2033, ou seja, até daqui a 10 anos. E a extinção vai se dar num processo de compensações. Então, nós temos um fundo de compensações...

(Desligamento do microfone.)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - E nós temos uma transição federativa de 50 anos. Essa é a verdade! E um dos pontos centrais da reforma é a questão dos tributos na origem e no destino. Essa transição da origem para o destino demorará 50 anos, são 2% ao ano na prática.

Nós temos que entender que é necessário votarmos...

(Desligamento do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Presidente Pompeo, concluo agora.

Temos que votar esse processo. Embora a reforma não seja a ideal, é necessário destravar esse processo e fazer as críticas corretas e não críticas irresponsáveis que vêm da associação de supermercados, que falam em explosão de recursos da cesta básica.

E nós defendemos também o *cashback*, que é o retorno aos trabalhadores nas cestas básicas.

Sumário

Realização da reforma previdenciária, especialmente da reforma administrativa com a redução do número de Ministérios, como premissa básica para a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Realização da reforma tributária em conformidade com as demandas da população brasileira.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Parlamentares.

Este tema da reforma tributária deixa a todos nós, hoje, aflitos. A reforma tributária precisa acontecer, mas não nos moldes em que está acontecendo. Ninguém conhece o texto na íntegra, e uma coisa é clara: vão se majorar cada vez mais os tributos, os impostos que o cidadão na ponta vai pagar. Nós precisamos realmente fazer com que esse sistema seja mais simplificado, seja ideal para a população, mas não podemos utilizar nem permitir que o Governo o utilize para arrecadar cada vez mais.

Precisamos dizer ao Governo que ele precisa ser mais enxuto e mais eficiente. Com 37 Ministérios, não há como fazer isso. Ele inchou a máquina e está fazendo com que essa máquina inchada seja paga com o dinheiro da população, com o dinheiro do bolso do contribuinte. Não entrou nenhuma pauta aqui nesta Casa, ou até mesmo no Senado, em benefício do cidadão. Só veio pedindo que majorassem impostos. Só veio pedindo que aumentassem as alíquotas. Pessoas que eram isentas agora serão tributadas. Precisamos dizer a este Governo que ele precisa ser mais simples e mais eficiente, e não que tenha mais impostos.

Desse jeito, Presidente, nobres Parlamentares, nós não vamos aguentar. Primeiro, veio esse novo projeto de reforma tributária. No segundo semestre, há a previsão de atualização da tabela do Imposto de Renda sobre pessoa física e pessoa jurídica. Será que vamos aguentar? Será que lá na ponta vai haver pão para o cidadão? Será que vamos ter feijão e arroz? Será que vamos ter pessoas que trabalham com bens e serviços em condições de cobrar pelos seus serviços? Como é que essas pessoas vão pagar o imposto? Como elas vão sobreviver? Como é que você aí vai contratar alguém para exercer uma função para você, para prestar um serviço para você, se vai pagar uma alíquota de 25%? Não podemos permitir que isso aconteça. Precisamos pensar no cidadão brasileiro.

Essa narrativa de que vai melhorar não existe se o Governo também não melhorar a sua eficiência e desinchar a máquina. São 37 Ministérios, e agora ele quer reforma tributária!? Que venha primeiro a reforma administrativa! Que venha primeiro a reforma previdenciária! Que ele reconheça primeiro as necessidades, porque, senão, não vai sobrar dinheiro para melhorar a tabela do SUS. Hoje o SUS paga uma merreca pelo serviço de saúde. Não vai melhorar a educação, porque precisamos de mais investimentos. Não vai melhorar a

segurança pública, porque não há investimento. Enquanto isso, o Governo majora os impostos, incha a máquina, e o crime organizado toma conta das cidades.

Cidadão, tenha consciência disso!

Deputados Federais, V.Exas. não foram eleitos pelo Governo. V.Exas. aqui representam o povo. V.Exas. já perguntaram aos seus eleitores se eles querem pagar mais impostos? Se eles querem trocar uma simplicidade por majoração de alíquotas? Tenham consciência disso!

Vamos trabalhar uma reforma tributária? Vamos, mas uma reforma que realmente atenda à população brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

Peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Documento 45/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-18:20
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Saullo Vianna-UNIÃO -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. SAULLO VIANNA (Bloco/UNIÃO - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Esta semana é uma semana muito importante para a nossa Câmara e para o nosso Brasil, porque está na pauta a reforma tributária. Eu tive a oportunidade e a honra, dadas pelo meu partido, de integrar o grupo de trabalho que discutiu a reforma tributária. Analisamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 45 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, do Senado, e, numa construção, apresentamos um texto. Hoje temos condições de começar a discutir a reforma tributária aqui no plenário da Câmara e avançarmos na sua aprovação.

Com toda certeza, essa é a reforma mais importante do nosso País e é

extremamente necessária. O que nós buscamos com a reforma tributária e o que foi construído nesses mais de 100 dias de trabalho do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional? Primeiro, que possamos simplificar os impostos no Brasil. O nosso País tem o pior sistema tributário do mundo. Nós dizemos que temos um manicômio tributário, por conta dos vários tipos de impostos e das várias legislações. Cada Estado e até alguns Municípios têm a sua própria legislação. Isso atrapalha muito o desenvolvimento e a economia do País.

Com a reforma tributária, nós também buscamos fazer algo que é muito importante, trazer a questão da transparência e da justiça social. Hoje, infelizmente, nos impostos sobre o consumo de produtos, o valor que paga uma pessoa com alto poder aquisitivo paga também uma pessoa de baixo poder aquisitivo. Nós estamos trabalhando para mitigarmos esses efeitos na reforma tributária.

Quanto aos entes federativos, nós vamos ter um período longo de transição para que os Estados e os Municípios não sintam tanto os efeitos da reforma tributária. É muito importante avançarmos nessa pauta.

Eu, particularmente, defendo a reforma tributária. Sou do Estado do Amazonas, que vive principalmente da Zona Franca de Manaus. Esse é um ponto que também está assegurado dentro da reforma tributária, para que possamos manter a competitividade das empresas, para que possamos manter os empregos que são gerados no Estado do Amazonas, e para que possamos continuar entregando a maior contrapartida que a Zona Franca de Manaus dá ao Brasil e ao mundo, que é a preservação da nossa Floresta Amazônica, a preservação de 97% da floresta em pé.

Nós vamos continuar nessa luta para entregar ao País uma reforma tributária que, como eu disse, vai trazer simplificação dos impostos, transparência e, principalmente, justiça social para o País, que hoje tem milhares de desempregados. Que tenhamos condições de melhorar a economia do nosso País, gerando emprego e renda e fazendo com que o pobre pague menos impostos!

Obrigado pela benevolência, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Sumário

Necessidade de ampliação dos debates em torno da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente esta é uma semana muito importante para o povo brasileiro. Porém, nós precisamos de responsabilidade para discutir um assunto de tamanha importância. É inadmissível que a discussão fique somente na parte conceitual, porque realmente falar da reforma tributária é imperioso para que o Brasil possa prosseguir.

Nós precisamos discutir isso a fundo, e a responsabilidade desta Casa é imensa, porque com certeza nós não queremos que o pobre pague mais, nem queremos que os set*ores* sejam afetados. Quando se fala em alíquota, não existe um parâmetro. É a mesma coisa de dizer: *"Olhe, você vai fazer uma viagem ao redor do mundo". "Mas quanto custa?" "Não interessa quanto custa. Vá, depois você vai ser cobrado!"* De maneira alguma! Temos que ter responsabilidade e trabalhar pela reforma. Então, não podemos fazê-la à bancarrota, não podemos fazê-la a fórceps. Tem que haver discussão. E isso carece tempo; isso carece uma grande discussão, ampliada, com todos os setores.

Muito obrigado.

Documento 47/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-18:28
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Maria do Rosário-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional; bem como do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023, relativo ao disciplinamento da proclamação de resultados de julgamentos, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF; à conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; e ao contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade; e do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, acerca da instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País, e do estabelecimento de condições

adequadas ao crescimento socioeconômico brasileiro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputado Pompeo de Mattos. É uma honra falar sob a condução de V.Exa.

Quero agradecer também ao Deputado Rogério Correia a oportunidade deste pronunciamento.

A reforma tributária nos chega com senso de urgência, porque é preciso dar estabilidade ao Brasil e garantir uma vida melhor para o nosso povo, para o povo brasileiro. Nós já estamos exercendo no nosso País um projeto econômico diferenciado, que olha para aqueles que mais abandonados estiveram ao longo desses últimos 6 anos e assegura recursos que voltam para a educação, a saúde pública, a assistência, o atendimento à família e a geração de empregos e renda. Mas é preciso criar um lastro de simplificação, ao mesmo tempo em que nos aproximamos da justiça fiscal e tributária. É isso que o Ministro Fernando Haddad tem trazido a esta Câmara dos Deputados para o diálogo com os Parlamentares. Todos e todas foram convidados, chamados e chamadas a construir essa reforma aqui na Câmara dos Deputados.

O atual cenário tributário do Brasil tem distorções históricas. Data a última reforma de 1965, ápice de um processo de ditadura civil-militar. O povo ali não opinava, mas agora é fundamental que estejamos racionalizando o sistema tributário, substituindo esse conjunto de informações, de obrigações, por cinco impostos e um sistema de Imposto Sobre Valor Agregado Dual. Serão dois tributos sobre o consumo incidentes nas diferentes fases da cadeia produtiva e de circulação de bens materiais e imateriais. De pronto, nós já podemos dizer que haverá 50% de desoneração em áreas fundamentais, como transporte coletivo, como saúde, como educação. Haverá isenção tributária em bens culturais, como livros, por exemplo, e tantas outras áreas.

É preciso aqui observar as necessidades, sim, dos Municípios. A substituição, portanto, de qualquer perda que exista no ISS, por 40 bilhões de reais, deverá estar dentro do sistema para assegurar, como dizia ontem o Presidente do Grupo de Trabalho Reginaldo Lopes, o Relator...

(Desligamento do microfone.)

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) - ...para conseguir que os Municípios não tenham perdas.

O objetivo da reforma tributária é desonerar os que mais pagam. Se os pobres ganham, se os mais abandonados terão mais chance de diminuir a carga tributária sobre si, isso é positivo para os Municípios, é positivo para os Estados, é positivo para o Brasil.

Por isso, com senso de urgência, votemos a reforma tributária, o arcabouço fiscal, e venhamos a garantir também o voto de qualidade no CARF, porque isso jamais deveria ter deixado de existir. Nós devemos pensar, quando falamos em matéria tributária, nos brasileiros e brasileiras, em quem paga mais e paga sobre o salário. E é hora de invertermos essa lógica.

A reforma tributária está colocada para buscar a justiça fiscal e tributária no Brasil.

Muito obrigada.

Documento 48/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-18:32
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Delegado Éder Mauro-PL -PA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta governamental de reforma tributária.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que hoje nós estamos discutindo a questão da reforma tributária, que é uma vergonha para o nosso País, um acinte ao povo pobre deste País. Simplesmente eles vão tirar o poder econômico do pobre elevando a quase 60% a cesta básica do pobre. Isso é um absurdo! Cito, por exemplo, Belém do Pará, minha gente, onde nós temos uma cesta básica em torno de 666 reais, que consome quase 55% do salário mínimo. Isso vai passar para 1.300 reais, todo o salário mínimo do pobre. É uma destruição o que eles estão fazendo com o povo pobre do nosso País.

Aliás, o Lula, Sr. Presidente, já havia dito que ia incluir o pobre no Orçamento. Ele conseguiu, tirando o dinheiro do pobre, tirando o poder aquisitivo do pobre. E vocês ainda querem votar essa vergonha em detrimento do povo pobre do País?! Isso nós não vamos aceitar!

Documento 49/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-18:44
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES

Sumário

Contestação ao pronunciamento de Deputado do PT contra o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema. Preocupação do orador com o teor da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há pouco, estivemos no Senado da República, no gabinete do Senador Eduardo Girão, eu; a Deputada Adriana Ventura, Líder do nosso Partido Novo na Câmara; o Deputado Gilson Marques; o Senador Eduardo Girão, é claro; e o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema. Estivemos lá para tratar da reforma tributária.

Mas antes de entrar na questão da reforma em si, eu quero lamentar como há mentirosos que frequentam estas tribunas aqui na Câmara dos Deputados, a exemplo de um Deputado de Minas Gerais que me antecedeu e que deturpou, mais uma vez, como outro Deputado do PT, aliás, fez ontem, uma postagem do Governador Romeu Zema usando como exemplo o fascismo justamente para criticar os arbítrios e os autoritarismos que estão acontecendo.

O Zema está botando medo no PT, essa é a verdade, porque o ataque que o PT tem feito ao Zema é o ataque de quem tem medo de Romeu Zema como eventual candidato numa próxima eleição à Presidência da República, coisa que está muito distante. Ele está cuidando hoje de Minas. Mas o sucesso dele é tão grande, e principalmente os Deputados que são daquele Estado e do PT percebem isso, que a única arma que eles têm para atacá-lo é a mentira.

Foi falta de caráter o que disseram aqui na tribuna. Não é falta de interpretação, porque a escola, normalmente, como eu disse ontem também, ensina a ler, mas também a interpretar, e o Deputado que me antecedeu ou só aprendeu a ler, mas não a interpretar, o que o classifica como incompetente e analfabeto funcional, ou não tem caráter e veio aqui apenas mentir em relação ao Governador Romeu Zema, o melhor Governador do Brasil.

O Governador Romeu Zema esteve conosco aqui para tratar de reforma tributária.

O que nos preocupa, Sr. Presidente, e muito, é a criação de um conselho federativo quase soviético, um conselho que vai desequilibrar a Federação, que precisa ser equilibrada.

Nós precisamos atentar também para que um eventual fundo regional para desenvolvimento contemple as regiões pobres dos Estados do Sul e do Sudeste, porque há, sim, pobreza no Sul e no Sudeste, inclusive no meu Estado do Rio Grande do Sul. A forma como é feita a arrecadação nos Estados e Municípios precisa ser, sem dúvida nenhuma, bem pensada. Não deve ser da forma como

está hoje proposta neste relatório.

Além disso, nós temos uma grande preocupação com um possível aumento da carga tributária.

O nosso ex-Deputado Alexis Fonteyne, Presidente Pompeo de Mattos, tem uma proposta de emenda muito boa, que foi apresentada na legislatura passada e deveria ser incorporada à atual proposta — e estamos trabalhando por isso — , evitando que aumente a carga tributária com o aumento do PIB. Toda vez que aumentar a produção no nosso País, a arrecadação não pode acompanhar, de forma a superar a carga tributária anterior, inchando mais a máquina pública. Precisamos modernizar a máquina pública, simplificá-la, numa reforma tributária verdadeira.

Por isso a nossa preocupação com a proposta que aí está, já que precisamos que ela seja boa para o Brasil.

Documento 50/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-18:48
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Eli Borges-PL -TO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Maior atenção dos legisladores para com os cidadãos brasileiros no processo de reforma tributária.

O SR. ELI BORGES (PL - TO. Sem revisão do orador.) - Meu querido irmão e amigo, Presidente Deputado Pompeo de Mattos, nós estamos vivendo um momento de turbulência nacional. O País está dividido. Há opiniões diversas. Agora, em pauta, a reforma tributária.

Eu estava fazendo um levantamento e percebi, matematicamente, que o brasileiro trabalha em torno de 162 dias por ano só para pagar impostos. Percebi também que temos uma das maiores cargas tributárias do mundo. E o pior, Sra. Presidente, é que eu percebi também, nos estudos que fiz, que o que recebemos é um dos piores retornos que o cidadão tem em um dos países que mais paga impostos. É um contrassenso que nós temos que levar em conta.

E, *a priori*, Sra. Presidente, nesse tempo, inclusive, se observarmos o volume de impostos que se paga, a taxa de juros que se cobra, nós temos que admitir que, no nosso sistema econômico, o Governo e os bancos são sócios

majoritários e prioritários do cidadão.

Observei um dado muito interessante, Sra. Presidente: o brasileiro trabalha 29 dias por ano, 1 mês, só para cobrir a corrupção.

É um País que tem que se reencontrar. Eu sei que é preciso ser feita uma reforma tributária, mas nós temos que buscar a coerência, de modo que as coisas não comecem do Governo para o cidadão, mas do cidadão para o Governo. Afinal, o poder emana do povo e para ele é exercido.

É interessante, Sra. Presidente, também observarmos que no Brasil nós temos outras problemáticas. Por exemplo, os Estados que não cresceram no tempo que deveriam crescer, como o Tocantins, são vítimas do CONFAZ, inserido diretamente nessa questão tributária, amarrando para que o Estado não se desenvolva. Além disso, Sra. Presidente, quando os Governos não aumentam mais impostos, porque a lei não permite, começam a inventar outros itens.

Vou citar um exemplo: a energia. Quando não se podia mais aumentar a tarifa de energia no Brasil, inventaram bandeira vermelha, bandeira amarela, bandeira... Depois, quando não se podia mais aumentar impostos no Brasil, passaram a encher as rodovias federais e estaduais de radares para cobrar multa do cidadão. É interessante que a situação das vias que transportam a nossa riqueza não é levada em conta, muitas vezes, mas ali se cria a indústria da multa. É um País...

Solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Concluo, Presidente, perguntando: é preciso haver uma reforma tributária? Sim. Mas vamos caminhar mais profundamente, no sentido de priorizar o cidadão nessa questão.

Muito obrigado.

Documento 51/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-18:56
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Joseildo Ramos-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Melhoria dos indicadores macroeconômicos brasileiros, não obstante à manutenção da elevada taxa básica de juros, a Taxa SELIC, pelo Banco Central do Brasil. Expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro acima de 2%. Oportunidade de realização da reforma tributária.

Redução dos índices de desemprego no País.

O SR. JOSEILDO RAMOS (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados e Deputadas, nós estamos há 6 meses no Governo Lula enfrentando a fome, retornando com projetos que foram extremamente vitoriosos, privilegiando os mais despossuídos, mas estamos verificando uma efetiva melhoria nos indicadores macroeconômicos da nossa economia. Então, observem que, apesar dos juros reais que são praticados em nosso País, há uma expectativa de ampliação do PIB para além daquilo que foi pensado, em que pese a Presidência do Banco Central manter os juros e a taxa SELIC do jeito como estão.

Independentemente disso, diminui, na realidade, o desemprego; eleva-se a formalidade daqueles que se empregam; elevam-se os investimentos na Bolsa de Valores — algo inesperado há pouco tempo; e, principalmente, resgata-se a imagem do Brasil como uma Nação respeitada mundialmente. E isso não somos nós que estamos dizendo; o mundo está vendo isso.

A volta do voto de qualidade faz justiça, porque nós estamos tratando com quem mais pode pagar impostos. Mesmo assim, retira-se a multa, e estamos conversados neste primeiro momento em que se simplifica o modelo da PEC da Reforma Tributária, porque só a simplificação traz um ambiente seguro para o crescimento econômico.

Estima-se que, neste ano, a nossa economia pode crescer acima de 2% do PIB. Essa é uma situação alvissareira, em que pese o atual momento de muita dificuldade em todo o mundo. O Brasil tem feito o dever de casa, e o Governo Lula está com a aprovação para além daquilo que foi esperado, batendo quase 60%.

Para concluir, Sra. Presidente, estamos num excelente momento. A reforma tributária chega num bom momento para que nós possamos melhorar o ambiente econômico entre nós, principalmente para a classe trabalhadora, já que estamos diminuindo o desemprego e aumentando a formalização do emprego no mundo do trabalho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sumário

Superávit da balança comercial brasileira no primeiro semestre de 2023. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta Maria do Rosário. É uma alegria muito grande falar neste plenário sob a sua Presidência.

Acabou de sair o relatório da balança comercial do Brasil do primeiro semestre, com um superávit de 45 bilhões de dólares, um recorde. Isso mostra claramente a expectativa do povo brasileiro, do setor produtivo, do mundo todo celebrando a eleição do Presidente Lula neste momento que estamos vivendo.

É importante este momento, esta oportunidade, e é uma alegria muito grande vir aqui falar neste plenário nesta semana em que, com certeza, nós vamos votar a reforma tributária. Todos têm visto, nesses últimos 20 ou 30 anos, o quanto é necessário nós atualizarmos o sistema tributário brasileiro, que é injusto, que é burocrático, que é oneroso, que faz com que os mais pobres paguem mais impostos do que os mais ricos. E a proposta que nós temos hoje resolve, enfrenta esse problema: estabelece que quem tem mais paga mais, quem tem pouco paga pouco e quem não tem nada não paga nada.

Mas eu quero celebrar esta proposta porque ela traz um conceito que é uma oportunidade para o Brasil. Quando debatemos uma reforma tributária, nós estamos falando do que queremos para os próximos 30, 40, 50, 70 anos. Tanto é que o atual marco tributário que temos é antigo. A última vez que nós tivemos este debate foi na década de 60. A PEC que está em debate nesta Casa traz aquilo que é oportuno para o Brasil: o conceito da sustentabilidade ambiental.

O mundo todo procura diminuir as emissões de gás de efeito estufa. O mundo todo procura fazer a transição energética, a transição ecológica, para enfrentar a crise climática. O mundo todo também procura meios de enfrentar a desigualdade. Vemos esta proposta que está aqui na Casa para ser votada como uma oportunidade para o Brasil, que poucos países têm, de incentivar cadeias produtivas com baixa emissão de gás de efeito estufa, como uma oportunidade de aproveitar a biodiversidade, a riqueza da agricultura brasileira.

Por isso, vamos votar! É importante que esta Casa, nesta semana, veja esta oportunidade para o Brasil: a de votar a reforma tributária que o povo brasileiro quer. Ela é uma oportunidade para o Brasil frente aos desafios que nós temos: enfrentar a desigualdade e, ao mesmo tempo, a crise climática.

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-19:04
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Átila Lins-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reunião da bancada federal amazonense com o Governador Wilson Lima e com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para debate da reformulação do Sistema Tributário Nacional. Exigência de preservação de direitos da Zona Franca de Manaus no processo de reforma tributária.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, registro que hoje a bancada federal do Amazonas se reuniu com o Governador Wilson Lima para tratar da reforma tributária. É claro que todos nós temos muito interesse no tema, porque envolve a Zona Franca de Manaus, uma ferramenta criada em 1967 que tem dado resultados auspiciosos para o nosso Estado e para a nossa região.

Nós estamos nos reunindo, conversando. Amanhã vamos conversar com o Ministro da Fazenda e com o Relator, porque a intenção do Amazonas é oferecer sugestões que já se encontram inseridas no texto da reforma, mas amarrando melhor a Zona Franca de Manaus, que é um instrumento, como disse, indispensável para o desenvolvimento do Amazonas. Todo mundo sabe que o Amazonas sofre muitas restrições internacionais por ser o famigerado pulmão do mundo. Então, é preciso que a Zona Franca exista para não prejudicar mais a população amazonense.

Todos nós, Sra. Presidente, estamos trabalhando no sentido de que a Zona Franca seja preservada na reforma. Como disse, acabamos de nos reunir, a bancada federal de Deputados e Senadores, com o Governador Wilson Lima. Vamos sugerir, portanto, alguns ajustes no texto da reforma, que com certeza vai continuar a beneficiar o nosso Estado e a nossa região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 54/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-19:04
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Pompeo de Mattos-PDT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência e aos Parlamentares de votação do Projeto de Lei nº 375, de 2022, sobre as inclusão de portadores da Síndrome de Tourette no rol das pessoas com deficiência. Posicionamento do orador a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, acerca da reformulação do Sistema Tributário Nacional. Necessidade de realização da reforma tributária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Eu quero fazer um apelo a todos os colegas Parlamentares, à Mesa, ao Presidente Arthur Lira, a V.Exa., Deputada Maria do Rosário, acerca da luta que estamos empreendendo para votar o Projeto de Lei nº 375, de 2022, que classifica a síndrome de Tourette como deficiência. O projeto já foi aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

A síndrome é uma condição neurológica caracterizada pela presença de tiques, uma movimentação motora, inclusive vocal, involuntária, Deputado Terra, que é médico. Esses tiques podem variar de intensidade e de frequência, podendo afetar significativamente a vida das pessoas que convivem com a síndrome.

Reconhecer isso é um acolhimento, um amparo, uma proteção, é dar dignidade. Mais do que isso, dar à pessoa o reconhecimento da sua condição como deficiência é dar amparo da sociedade, é dar acolhimento. Isso é fundamental.

O Deputado Léo Prates, que foi o Relator da matéria, chamou para si a responsabilidade e já colheu quase 300 assinaturas pedindo urgência para esse projeto na Casa, porque ele é urgente. Inclusive um cantor famoso no mundo deixou de cantar por conta dos tiques causados pela síndrome de Tourette.

Então, quero deixar consignada a nossa luta. Este é um projeto de minha autoria. Ele é fundamental para a vida das pessoas que enfrentam essa realidade. A sociedade tem que acolher; a lei tem que amparar; o Brasil tem que fazer a sua parte; e esta Casa tem que dar resposta.

Por fim, nós vamos votar a reforma tributária. Eu sou a favor da votação. Eu não sou a favor do projeto nem contrário a ele, mas entendo que nós temos que votar. Nós estamos há 40 anos discutindo isso aqui. Não se votava a reforma tributária no Governo Fernando Henrique porque o PT era contrário a ela, já que o Governo era o do Fernando Henrique. Depois, o Governo era do Lula, e os outros não votavam porque o Governo era do Lula. Depois vieram o Governo do Temer e, em seguida, o do Bolsonaro, e o PT não votava porque era o Governo do Bolsonaro, do Temer. E agora o Governo é do Lula, e os outros não votam porque o Governo é do PT.

A reforma tributária não é do PT, não é do PCdoB, do PDT, do MDB, não é de nenhum P; é do Brasil! Nós temos que encontrar um ponto comum, um

equilíbrio!

Eu defendo, primeiro, que não haja aumento de imposto para o cidadão; que se reforme sem aumento de imposto para ninguém, pois ninguém aguenta mais pagar aumento de imposto. Em segundo lugar, defendo que não se diminuam as receitas dos Municípios. Em terceiro, que não se diminuam as receitas dos Estados. O quarto ponto, na mesma linha, é a necessidade de se dar transparência: quem paga, quanto paga, para quem é pago, para onde vai o que foi pago. O quinto item que apontamos é a necessidade de simplificação do sistema de impostos. As empresas pagam um sistema dentro delas mesmas só para montar boleto, só para arrecadar, para pagar as taxas. Isso é uma coisa absurda! É um gasto, uma burocracia exagerados.

Por fim, considero necessário que nós tenhamos este fundo para equilibrar as receitas, para acabar com a guerra fiscal. Não dá para aceitar a guerra fiscal. Ou seja, se estes conceitos constarem da reforma que nós precisamos fazer, votamos aqui, e ela vai para o Senado. E, se for preciso, volta de lá, e nós a corrigimos. Mas temos que votar alguma coisa.

Muito obrigado, Presidente.

O Brasil precisa de uma reforma tributária e nós precisamos fazer a nossa parte com dignidade, independentemente do Governo, independentemente da Oposição. Nós temos que fazê-la contemplando o País e melhorando o sistema tributário deste País, que é falho e caótico. Temos que organizar, simplificar, melhorar, e não que aumentar impostos.

Muito obrigado.

Documento 55/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-19:16
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Osmar Terra-MDB -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ineditismo da declaração de inelegibilidade do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Descompasso entre a pena imposta pela Justiça Eleitoral ao ex-Presidente da República e a devolução, pelo Poder Judiciário, dos direitos políticos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenado por corrupção. Contrariedade à aprovação da emenda relativa ao financiamento do plantio de ervas medicinais, apresentada pelo Deputado Guilherme Boulos ao Projeto de Lei nº 2.920, de 2023, acerca da instituição do Programa de Aquisição de Alimentos - PAS, e a alteração das Leis de nºs 12.512, de 2011; e 14.133, de 2021. Contrariedade à liberação da maconha no Brasil. Açodamento na votação da proposta

governamental de reforma tributária.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria primeiro registrar uma posição que já manifestei nas redes mais de uma vez, mas que queria registrar também desta tribuna.

Pela primeira vez na história do Brasil, um ex-Presidente, que fez 58 milhões de votos, 49% dos votos, é uma liderança seguida por uma enorme parcela da população do Brasil, teve seus direitos políticos cassados por expressar uma opinião. Não roubou, não matou. Foi por opinião. É a primeira vez na história deste País que acontece isso.

Decisão da Justiça não se discute, cumpre-se, mas realmente causa espanto esse tipo de decisão. Nós já tivemos ex-Presidente condenado em três instâncias, preso por corrupção, com denúncia do seu Ministro da Fazenda explicando como recebia propina, com vários delatores dizendo como faziam para passar o dinheiro. Foram presos também, cumpriram pena também e devolveram centenas de milhões de reais. E esse ex-Presidente é descondenado, recebe de volta seus direitos políticos e pode concorrer à Presidência. Mas o Presidente que manifestou uma opinião não pode.

Eu queria manifestar aqui o meu espanto como Deputado. É a primeira vez que eu vejo isso. Estou no sétimo mandato, e é a primeira vez que vejo isso na história política do País que eu pude acompanhar.

A segunda coisa para a qual queria chamar a atenção é que está para ser votado aqui, em relação ao PAA, o financiamento do plantio de plantas medicinais — plantas medicinais que podem ser a maconha. O Ministro Paulo Teixeira foi o grande líder nesta Casa da liberação da maconha, da liberação das drogas. Agora apoia uma emenda do Deputado Boulos — não sei se combinaram — para que seja liberado o financiamento para o plantio de ervas medicinais e da maconha. Não se vai separar isso.

Eu estou muito preocupado e gostaria de ouvir o Deputado Boulos. Parece que há uma intenção dele de retirar esse item, mas estou muito preocupado, porque maconha nunca foi medicinal. Maconha causa danos mentais permanentes para a grande maioria das pessoas que a usam. Ela só tem uma molécula medicinal, dentre 480, que pode ser usada. Já está sendo vendida, inclusive, nas farmácias.

Então, eu queria manifestar essa preocupação e gostaria de ouvir o Deputado Boulos.

Outra questão que eu queria mencionar aqui é que essa reforma tributária está vindo de uma maneira açodada. Ninguém sabia do texto até ontem. Existem números que não se sabem. Não há condições de votar isso deste jeito, nem a

curto prazo. Nós temos que pedir um tempo para discutir melhor.

Era isso.

Documento 56/326

115.2023 Sessão Ordinária - CD 04/07/2023-19:20
Publ.: DCD - 7/5/2023 - Enfermeira Ana Paula-PDT -CE
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação da oradora com a agressão policial praticada contra enfermeiros na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. Descaracterização, pelo Supremo Tribunal Federal, da Lei nº 14.434, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 7.498, de 1986, com vista à instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Imediata aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, pertinente à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ENFERMEIRA ANA PAULA (Bloco/PDT - CE. Sem revisão da oradora.) - Presidente Maria do Rosário, por ocasião da 17ª Conferência Nacional de Saúde, Brasília está recebendo usuários, gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde. Grande parte desses trabalhadores corresponde a profissionais da enfermagem, que decidiram no dia de ontem ir até o Ministério da Saúde para reivindicar celeridade na publicação da portaria do piso salarial da enfermagem, dos recursos que serão transferidos aos Municípios e aos Estados.

Neste momento, Presidente Maria do Rosário, eles foram recebidos pela força policial do Distrito Federal. A maioria deles, que outrora foram aplaudidos na pandemia e citados como heróis, foram agredidos com *spray* de pimenta e outras armas não letais em frente ao Ministério da Saúde, quando reivindicavam apenas a celeridade no repasse do fundo, no repasse do financiamento do piso salarial da enfermagem, conforme a Emenda Constitucional nº 127, de 2022, de autoria do Deputado Mauro Benevides Filho — presente em plenário —, trabalhada e aprovada por esta Casa.

Entristece-me muito, Presidente Maria do Rosário, a mim que sou enfermeira, que fui auxiliar de enfermagem, observar que a luta pelo piso travada nesta Casa se transformou em objeto de violência, coisa que nós nunca na vida imaginaríamos.

Cito a Deputada Ana Paula Lima, que é enfermeira; a Deputada Alice Portugal, que faz uma grande luta aqui nesta Casa, que eu reconheço; e Deputado Mauro

Benevides Filho, que nos ajudou muito com a sua *expertise* econômica. Nós nunca na vida imaginávamos que a nossa luta pelo piso pudesse se transformar em objeto de violência e que pudesse, inclusive, trazer desunião à nossa categoria.

Então, lamento muito e quero me solidarizar com aqueles que ontem passaram por esse momento de dificuldade. Espero que o quanto antes nós resolvamos essa problemática.

Também quero lamentar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que desconfigurou a Lei nº 14.434, de 2022, quando atrelou a jornada de trabalho de 44 horas semanais ao pagamento do piso, situação essa que já havia sido devidamente articulada, organizada e pautada aqui nesta Casa para que o piso não fosse atrelado a nenhuma jornada de trabalho. Desconfigurou a lei e nos trouxe inconformidade.

Este é o momento, Presidente Maria do Rosário, de fortalecermos ainda mais os nossos sindicatos, as nossas entidades representativas, para que, nos acordos e convenções coletivas, possam de fato cumprir aquilo que esta Casa aprovou, que foi um piso salarial digno, justo e que não estivesse atrelado à jornada de trabalho.

Para finalizar, Presidente Maria do Rosário, eu queria dizer que nós precisamos, com urgência, acelerar a votação da reforma tributária. O Brasil necessita dessa urgência, porque a economia precisa urgentemente de compostos tributários que possam, de fato, reerguer o nosso Brasil. A reforma tributária já tramita nesta Casa há muito tempo e não há mais justificativa para que não seja aprovada.

Obrigada, Presidente.

Documento 57/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-19:24
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Julia Zanatta-PL -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Obrigada, Presidente.

Eu vim falar aqui hoje sobre a reforma tributária. Todo mundo discute, todos os Parlamentares enchem a boca para falar de reforma tributária. É claro que é muito lindo falar. Porém, para mim, não faz o menor sentido uma reforma tributária que não diminui imposto para o cidadão, para o povo lá na ponta, que já paga impostos demais.

Então, não é questão de ser Governo A ou Governo B. É óbvio que eu me preocupo com o Governo que está aí. Agora, é o seguinte: a tendência em gestão pública é descentralização. E o que nós estamos fazendo com essa reforma? Estamos concentrando poder onde já existe poder e dinheiro demais, que é aqui em Brasília, e estamos mandando menos dinheiro para os Municípios e para os Estados, o que fere o pacto federativo. E mais: eu me posicionei contra, mas não contra a reforma. Sou contra, acima de tudo, à forma, à falta de debate neste Parlamento do texto que veio agora. Acho que todos os Parlamentares deveriam ter o direito de ser incluídos nesse debate, e não somente eles discutirem no andar de cima e esquecerem-se do restante do Parlamento.

De mais a mais, pela forma como está colocada essa reforma, é claro que Estados como Santa Catarina serão mais uma vez punidos. Há um negócio que fala de compensação por meio do PIB invertido: quanto mais pobre o Estado, maior será a compensação. Não há nenhum demérito a nenhum Estado. Agora, os Estados do Sul, como Santa Catarina, são historicamente ignorados e prejudicados pelo dinheiro que vem de Brasília. Nós mandamos muito dinheiro para cá e recebemos pouco. Nós não temos, como em outras regiões, um fundo constitucional, por exemplo. E nós temos, sim, problemas no nosso Estado, como de infraestrutura, porque falta voltar para o nosso Estado de Santa Catarina o dinheiro que nós mandamos aqui para Brasília.

Agora, nós vamos votar algo que vai concentrar mais poder ainda, mais dinheiro ainda em Brasília? Isso não é uma reforma tributária, isso é um plano de poder. E esse conselho federativo que querem criar vai, com certeza, prejudicar muito o povo catarinense e também todo o povo brasileiro, que vai pagar mais imposto.

Vai ficar mais cara a cesta básica. Vai ficar mais cara!

Sumário

Expectativa quanto à realização de reforma tributária justa, com ênfase no combate às desigualdades sociais e na valorização das mulheres, notadamente das negras. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.218, de 2023, sobre a alteração de dispositivos da Lei nº 9.250, de 1995, relativa à legislação do Imposto de Renda de pessoas físicas, com vista à garantia do direito à dedução dos valores de contribuições pagas a trabalhadores e trabalhadoras domésticas, bem como dos valores referentes a gastos pela categoria com educação de seus descendentes diretos pagos pelos empregadores. Instalação do Grupo de Trabalho Tributação, Gênero e Raça, no âmbito da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

A SRA. CAROL DARTORA (Bloco/PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todas e todos.

É com muita ansiedade e expectativa que nós esperamos o debate sobre a reforma tributária no Plenário. E aqui eu quero fazer a retomada dos esforços coletivos que temos feito para que tenhamos a reforma tributária mais justa possível. No dia 14 de março, iniciamos os trabalhos, com a instituição do Grupo de Trabalho de Digitalização e Desburocratização, um grupo de trabalho somado ao Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional, para pensar, a partir desse espaço, uma reforma tributária moderna, uma reforma tributária que seja vista pelo conceito de interseccionalidade e que promova a desburocratização necessária para que se torne justa.

No dia 27 de abril, apresentei, junto com a Deputada Natália Bonavides, o PL 2.218, que altera dispositivos da Lei nº 9.250, de 1995, para garantir direito à dedução dos valores das contribuições pagas a trabalhadoras domésticas e dos valores referentes a gastos com educação das mesmas trabalhadoras e seus descendentes.

Em 30 de maio, realizamos nesse GT de Digitalização uma audiência pública com diversas entidades para debater a reforma tributária a partir da perspectiva de gênero e raça. Em 30 de junho, participamos de reunião prévia para pensar a reforma tributária pela perspectiva interseccional dentro da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Hoje, dia 4 de julho, foi instalado o Grupo de Trabalho Tributação, Gênero e Raça, do qual faço parte, na Secretaria da Mulher. Estamos contribuindo com isso para uma tributação justa e equânime, que combata as desigualdades sociais, pensando especialmente nas mulheres, nas mulheres negras, que são a base da pirâmide social. Hoje, com a inversão tributária que temos, com a tributação retrógrada que temos, essas mulheres são as mais impactadas proporcionalmente, porque são as que mais têm dificuldades para consumir.

Então, essa reforma tem pontos essenciais, como, por exemplo, a dedução de

valores para alimentos da cesta básica.

Esperamos uma reforma tributária justa e queremos fazer esse debate com muita qualidade no Plenário.

Muito obrigada.

Documento 59/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-19:32
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Caroline de Toni-PL -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração de voto pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Açodamento da Casa na votação da propositura.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Presidente, estamos falando nesta semana, de forma açodada, da tão clamada reforma tributária.

Nós queremos uma reforma que simplifique e diminua os impostos, mas não é isso que vai acontecer. Essa reforma ficou sendo elaborada durante 3 meses num grupo de trabalho e está sendo votada a toque de caixa no Parlamento Federal. Ao contrário, os mais pobres, que aquele Governo diz defender, vão sofrer com taxação de até 60% na cesta básica.

Hoje a cesta básica média brasileira está em 700 reais. Com um aumento de 60%, vai chegar praticamente a um salário mínimo, considerando o aumento nos alimentos. Ou seja, isso desdiz aquilo que o atual Governo diz, que é proteger e desonerar os mais pobres. Já a classe média, que rala muitas vezes para poder ter um plano de saúde, uma escola particular, vai sofrer com o encarecimento dos serviços. Então, vai ser prejudicada também por essa reforma.

E o que falar da desoneração do setor da indústria? Sempre se falou isso durante anos, só que essa desoneração vai acarretar a transferência de impostos ao setor de serviços, que pode ser onerado em até 25%. Nós não sabemos bem qual será essa alíquota, porque tudo isso, como o *cashback* dos alimentos, vai ser definido em lei complementar. Ou seja, daremos um cheque em branco

para esse Governo a fim de que possa, por meio de um conselhão, definir as metodologias e as alíquotas a serem aplicadas.

O setor de serviços engloba quem? O profissional liberal, a costureira, o mecânico, o padeiro. Você que faz bolo para vender, você que faz um docinho, prepare-se, porque todo o setor de serviços vai sofrer aumento na taxação.

E também está sendo criada uma figura que quebra o pacto federativo. Hoje, Estados fazem legislações específicas sobre ICMS, e os Municípios, sobre ISS. Esses tributos vão ser unificados, e vai ser criado um conselho no âmbito federal para definir a metodologia, a forma como vai ser aplicada a tributação, ou seja, o conselho vai ter mais força do que os Estados, o que é uma violação direta do pacto federativo e um desrespeito aos entes federados. Então, nós veremos novamente mais Brasília e menos Brasil.

Existem mais de 5 mil Municípios no Brasil, e o PT está administrando menos de 180 deles. Imaginem, com esse controle centralizado em Brasília, o poder desse Governo em pressionar os membros de conselhos nas eleições do ano que vem! Isso é muito perigoso.

A complexidade tributária é tamanha, que a transição final vai demorar 50 anos para acontecer. Enquanto isso, durante 10 anos, vamos conviver com dois sistemas tributários, o que gera imensa insegurança jurídica.

Nós vamos votar "não" a essa proposta, porque não temos conhecimento sobre o texto definitivo, há uma insegurança plena, não sabemos quais são as alíquotas, não existe clareza e transparência. A Oposição já bateu o martelo esta semana e votará "não" à reforma tributária tal como está sendo proposta pelo atual Governo e pelos partidos que o estão apoiando.

Muito obrigada.

Documento 60/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-19:40
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Reinhold Stephanes-PSD -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manifestação de desagravo ao Deputado Osmar Terra diante de ofensas desferidas pelo Deputado Guilherme Boulos. Protesto contra a não aquisição, pelo Governo Federal, de vacina de combate à dengue desenvolvida no Japão. Posicionamento do PSD acerca do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023, sobre o disciplinamento da proclamação de resultados de julgamentos, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

- CARF; a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; e o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade. Conveniência de adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Deputado Osmar Terra, eu quero fazer um desagravo aqui. V.Exa. foi um grande Ministro da Saúde do Brasil. Não se importe com as palavras do Deputado Boulos. A inteligência sempre perseguiu o Deputado Boulos, mas ele é muito rápido, ela nunca o alcançou.

E, por falar em vacina, eu vi que o Japão está com 15 anos de estudos e preparou uma vacina para dengue. Este ano, mais de 1 milhão de brasileiros já contraiu dengue — foram mais de 500 mortes. E o Governo Federal não comprou a vacina do Japão. O principal motivo, vejam só, é que há um instituto no Brasil que daqui a 2 ou 3 anos deve tê-la disponível. Aí deixam as pessoas morrerem até lá. Isso é que é genocídio.

Mas o que me traz à tribuna hoje é a reforma tributária e o CARF. Nós reunimos a bancada do PSD hoje e, quanto ao CARF, vamos votar para se voltar ao modelo em que o contribuinte, no empate, era vencedor nas disputas de interpretação. Isso é melhor para o País. Essa sanha arrecadatória não pode continuar. Da mesma forma, eu fiz uma emenda, que o Relator Beto Pereira acatou, em que eu disciplino as multas da Receita Federal. Hoje, se uma empresa for multada, ela vai ter que pagar 200%, 300%, 400% a mais sobre o imposto que não foi devidamente pago ou que foi sonegado. Isso não faz o menor sentido. Então, ali eu disciplino a atuação do Fisco com relação à aplicação de multas. Hoje, o passivo que nós temos de multas no Brasil chega a mais de 500 bilhões de reais. Isso tem que ser disciplinado.

Com relação à PEC 45, da reforma tributária. Eu sou a favor da reforma tributária, mas estamos num momento em que não temos o texto. Há o problema do pacto federativo, em que os Estados e Municípios não vão poder mais ter controle sobre a sua arrecadação, e não estão definidas corretamente as alíquotas do imposto sobre serviços, sobre o comércio e sobre a agricultura. É preciso que se adeque isso. O melhor é não votarmos de hoje para amanhã e deixarmos para o segundo semestre.

Muito obrigado, Presidente.

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. PRISCILA COSTA (PL - CE. Sem revisão da oradora.) - Presidente, obrigada pela oportunidade.

Eu confesso que cheguei a esta Casa, à Câmara dos Deputados e a Brasília, cheia de esperança para participar de um momento em que o Brasil teria a chance de trazer mudanças na nossa forma de arrecadação tributária, um momento esperado pelo brasileiro há séculos, visto que o Brasil está entre os países que tem a carga tributária mais pesada em cima dos pobres. Esse momento tão esperado acabou se tornando uma decepção.

Para V.Exas. terem uma ideia, o brasileiro trabalha mais de 5 meses por ano só para pagar imposto. Agora nós estamos aqui, na Câmara dos Deputados do Brasil, apresentando uma reforma que aumenta os impostos ainda mais e castiga o pobre ainda mais. Até quinta-feira, eu estava como Vereadora de Fortaleza, Capital do Ceará. Com esse mesmo espírito municipalista de quem está pertinho do povo e sente a dor do povo e das Prefeituras, eu me preocupei com esse tipo de proposta específica apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, primeiro porque toca diretamente a cesta básica. Vejam só: eleva em quase 60% o preço da cesta básica em todo o País. Imaginem para uma família nordestina o que é ter a cesta básica ainda mais onerada. É dessa forma que essa reforma toca a mesa da família brasileira, do povo brasileiro.

Então, aqui nós precisamos ter um olhar especial para os Municípios, para as cidades. É na cidade que nós vivemos. A cidade é o pedaço de Brasil vivenciado pelo brasileiro. Nós moramos no Município. O Brasil vivenciado pelo fortalezense é Fortaleza, o Município vivenciado pelo maracanauense é Maracanaú e por aí vai. Então, como nós vamos aprovar uma reforma que trabalha contra os Municípios, que tira o poder dos Municípios e concentra esse poder na União? Se essa reforma for aprovada, em 15 anos os Municípios perderão quase 500 bilhões de reais.

A quem interessa prejudicar os Municípios, que são os que mais sofrem? Quantos de nós presenciamos Prefeitos e Vereadores batendo às portas, de gabinete em gabinete, pedindo ajuda orçamentária para não fecharem hospitais, para não fecharem postos de saúde, para não fecharem CRAS?

Nós vamos aprovar uma reforma que pode fazer com que os Municípios sejam impedidos de continuar com esses serviços para a população que mais precisa. Nós não podemos fortalecer essa discussão sem pontuar as questões mais sensíveis para o povo brasileiro. O meu Município de Fortaleza, por exemplo, tem como uma das principais fontes de arrecadação o Imposto sobre Serviços,

e o serviço será um dos pontos mais prejudicados por essa reforma.

Então, nós queremos nos colocar contra uma reforma que vai totalmente na contramão daquilo que nós acreditamos como um projeto de Nação. Nós acreditamos que o projeto de Nação deve ser menos Brasília e mais Brasil. E essa reforma do PT, essa reforma tributária, é a reforma da fome, que traz mais Brasília e menos Brasil.

Nisso nós não acreditamos.

Muito obrigada.

Documento 62/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-19:52
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Coronel Telhada-PP -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de consenso para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Elevados gastos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagens internacionais e com o cartão corporativo. Gastos de dinheiro público com a criação de novas pastas ministeriais. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma tributária. Conveniência de adiamento da votação da propositura.

O SR. CORONEL TELHADA (Bloco/PP - SP. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro, todos que nos acompanham, hoje a sessão foi chamada para se iniciar às 14 horas. São 20 horas. Nós estamos há 6 horas aguardando o que vai acontecer, porque um dos projetos que seriam votados é justamente sobre a reforma tributária, e nós notamos que não há consenso nesta Casa para se votar essa reforma, porque é uma reforma desconhecida. Ela não é clara, ela não explica a que veio. Na realidade, é interessante se falar numa reforma tributária neste Governo Federal, que gasta da maneira como gasta, que gasta dinheiro a tufas. É um absurdo o que se gasta!

Para os senhores terem ideia, nos 5 meses iniciais deste ano, o Governo Lula já gastou 24 milhões de reais em viagens internacionais. Este Governo é o que fala em economizar. E essa informação é do dia 30 de maio, dada pela revista *Veja*. Creio que já passaram dos 25 milhões de reais os gastos em viagens internacionais. São 37 Ministérios, ou seja, foram criados mais Ministérios para se gastar mais dinheiro público. Só em cartão corporativo, o

Governo Lula, nos 3 primeiros meses de 2023, já gastou 2 milhões e 574 mil reais.

Não é à toa que eles querem mais dinheiro, porque o que querem é gastar. E essa reforma vem para centralizar justamente essa intenção, centralizar o dinheiro através do pacto federativo nas mãos do Governo Federal, para tirar a autonomia, para tirar a governabilidade dos Srs. Governadores, dos Srs. Prefeitos, simplesmente levar todos à bancarrota, para o Governo Federal ficar dono da situação, dando dinheiro para quem ele achar que tem que dar. Então, é muito prejudicial o que tem acontecido e o que tem sido trazido nessa proposta de reforma tributária.

É inadmissível nós falarmos em aumentar impostos numa reforma. Nós temos que diminuir impostos. O povo não aguenta mais pagar impostos. Sras. e Srs. Deputados, nós fomos eleitos pelo povo, e não pelo Governo. É inadmissível votarmos uma reforma que aumente impostos. Além disso, haverá queda nos investimentos devido às incertezas do que está sendo apresentado. Nada é certo.

Também foi falado aqui do aumento de 60% na cesta básica. Esse Governo que fala tanto em ajudar o pobre, está propondo um aumento de 60% na cesta básica. É uma vergonha essa reforma do jeito que ela está sendo apresentada! E nota-se que não há clima para votá-la aqui. Portanto, que a reforma fique para o segundo semestre, a fim de que ela possa realmente ser estudada e apresentada de maneira mais honrosa e mais clara para o povo.

Chega de impostos! Chega de sacrificar o povo!

Sra. Presidente, solicito que minhas palavras sejam divulgadas no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 63/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-20:40
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Luciano Alves-PSD -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional, com vista ao aprofundamento do debate em torno da matéria. Congratulações à Rede Bandeirantes de Televisão pela exibição de reportagens especiais a respeito do

Bicentenário da Independência do Brasil.

O SR. LUCIANO ALVES (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite a todos. Uma situação que preocupa Prefeitos, Deputados e até Governadores do Brasil esta semana é a reforma tributária. Eu tenho a humildade de reconhecer que estou aprendendo muito na política brasileira aqui nesta Casa. E quando temos a humildade de saber que não entendemos, perguntamos, conversamos com colegas que têm experiência, Deputados de vários mandatos aqui nesta Casa, e vamos tirando conclusões.

E estudando, Presidente, a respeito da reforma tributária, vi que tanto se falou no Brasil sobre isso, há tantos anos aguardamos por ela, e eu só espero, aguardo e tenho fé que possamos debater mais esse assunto, que é tão importante para o desenvolvimento econômico do nosso País, dos Municípios, das cidades.

E, em alguns trechos que eu li, eu até percebi que os Municípios ficam no prejuízo. Até impostos, que são fundamentais para que a máquina pública funcione nos Estados e nos Municípios, podem dar prejuízos a essas cidades. Só a cidade de Medianeira perderá 6 milhões de reais por ano se a reforma for aprovada do jeito como está, mas pode ser que haja uma contrapartida. Precisamos estudar mais esse projeto.

Então, eu espero que hoje não ocorra essa votação, que ela fique para o próximo dia ou para a próxima semana, para que esta Casa possa debater mais esse assunto, que é tão importante para nós brasileiros.

A cidade de Foz do Iguaçu, que eu represento, minha cidade natal, perderá 42 milhões de reais em 1 ano com essa proposta. *"Ah, mas haverá a contrapartida do Governo"*. Pode ser que haja.

Eu peço que, neste mês em que nós estamos comemorando o Bicentenário da Independência, os Municípios continuem independentes e os Estados também, a Nação brasileira. Vamos torcer para que a reforma fique para a próxima semana, para que possamos debatê-la mais, a fim de que fique bom para todos, não só para alguns.

E, falando em independência, quero deixar aqui os meus parabéns a uma emissora brasileira de TV que esta semana vem exibindo várias matérias sobre os 200 anos da Independência, inclusive a da Bahia. Gostaria de dar os parabéns à Rede Bandeirantes de Televisão, ao Fernando Mitre, que é o diretor nacional de jornalismo da Band. Não o conheço, mas o acompanho há muito tempo. Eu, jornalista que sou, acompanho o trabalho da Band e do Fernando Mitre. Quero dar os parabéns à Rede Bandeirantes, que mostrou a fundo a história do Brasil e os 200 anos da Independência, enaltecendo as mulheres

também com um minidocumentário sobre as mulheres que fizeram parte da Independência.

Então, parabéns, Rede Bandeirantes de Televisão, pelo belo trabalho jornalístico, mostrando à população brasileira a verdadeira história da Independência do nosso País!

Que Deus abençoe todos: a Nação brasileira e o Estado do Paraná!

Obrigado, Presidente.

Documento 64/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-20:48
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Sidney Leite-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manutenção de direitos e benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus, no processo de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estão ocorrendo neste momento várias reuniões para que este Parlamento, Deputado Airton Faleiro, possa votar a reforma tributária.

O sistema tributário brasileiro é um dos itens que mais pesam no Custo Brasil, e isso atrapalha a economia como um todo, prejudicando a geração de emprego e renda, impactando toda a atividade econômica. E o seu Estado, Deputado Airton Faleiro, sofre muito, porque é exportador e, na maioria das vezes, não tem a devida compensação. Se nós simplificarmos o sistema e fizermos a tributação no destino, nós não só faremos uma correção tributária, mas também melhoraremos a atividade econômica, porque não vamos mais exportar imposto, e o Estado de V.Exa. não vai mais depender da Lei Kandir.

Nós construímos a quatro mãos uma proposta para manter a vantagem comparativa do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus, que diz respeito não só ao Amazonas, mas também ao Acre, a Rondônia, a Roraima e a Macapá e Santana. Esse polo representa o terceiro PIB da indústria brasileira, com 640 empresas instaladas e faturamento superior a 170 bilhões de dólares no ano passado. Isso permite ao Estado do Amazonas responder, sozinho, por pouco mais de 50% da receita tributária federal na Região Norte do Brasil. Além

disso, a indústria lá gera 110 mil empregos diretos e mais de 400 mil empregos indiretos em toda a cadeia produtiva, fora o efeito que tem do ponto de vista ambiental, haja vista que o Estado do Amazonas mantém 97% de toda a sua floresta em pé, considerando as áreas urbanas dos Municípios. Por isso nós estamos aqui destacando a importância desse modelo e desse polo, que exporta não só para outros Estados brasileiros, mas também para os Estados Unidos da América.

Esse exemplo de sucesso construído no coração da Floresta Amazônica precisa ser mantido, não só do ponto de vista da competitividade, mas também para garantir a presença das indústrias naquele polo e garantir a receita oriunda desse modelo econômico, que é um modelo de desenvolvimento regional consolidado no Brasil e um exemplo de sucesso.

Estamos construindo essa proposta a quatro mãos, discutindo com o Governo e com as lideranças, para que o polo não sofra solução de continuidade e permaneça contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Os empregos gerados no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus se replicam em todo o Brasil, como é o caso dos polos de duas rodas, de bebidas e outros. Estamos vigilantes, atentos e confiantes no reconhecimento desse modelo.

Sr. Presidente, solicito que a minha fala seja divulgada nos canais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 65/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-20:56
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Zé Neto-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer aqui uma reflexão sobre um fato que acho muito interessante. Eu ouvi aqui hoje alguns Deputados da Oposição, de forma muito radical, tratarem da reforma tributária como se fosse um tema do PT, um tema

do Governo Lula.

Sr. Presidente, nós participamos — V.Exa. inclusive — de quantos debates durante o Governo anterior? Na minha cidade, Feira de Santana, Deputado Helder, nós fizemos uma audiência pública com o Relator e com os dois importantes economistas que tratavam desse tema, o Appy e o Guilherme, no SESC, no mês de maio de 2019.

Sr. Presidente, não dá para entender que um debate de Estado, um debate da população brasileira e do setor produtivo seja tratado assim. Se há alguma coisa para corrigir, vamos corrigir, vamos ver o que pode ser feito. Não dá para mexer em tudo, porque já estamos aqui há mais de 20 anos discutindo esse tema tanto na PEC 45 como na PEC 110.

Não dá para entender que, quando olhamos para o mundo, para a Europa, para os Estados Unidos, para o Japão, para a China, nós encontramos países que têm pautas que unificam o Parlamento, unificam a sociedade em defesa dos seus interesses, enquanto, no Brasil, alguns acham que têm que ser sempre contra, mas não contra a política, e sim contra os interesses do Estado.

Eu fui oposição aqui. Eu sou do PT, e o PT foi oposição. Digam qual foi a pauta de Estado discutida aqui que nós não apoiamos, especialmente no que diz respeito a reforma tributária.

Essa é uma reforma de Estado. Essa reforma depende muito mais do Parlamento e de o Parlamento ter — e tem tido — a capacidade de ouvir a sociedade. Nós não podemos jogar para cima este momento histórico e necessário. Não dá tempo de o Brasil perder esse bonde. Se o Brasil perder esse bonde, com certeza, nós vamos ter grandes dificuldades do ponto de vista econômico. E eu não sei como é que nós vamos estruturar a nossa caminhada em meio a um mundo moderno, um mundo mais eficiente e um mundo com uma capacidade tributária muito mais avançada do que a nossa.

Chega! A reforma tributária tem que ser resolvida esta semana. Vamos botar o pé no chão e a cabeça no lugar.

Documento 66/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-21:00
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Abilio Brunini-PL -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Caráter demagógico do discurso da Esquerda. Indignação com pronunciamentos em defesa do regime ditatorial venezuelano e da relativização

da democracia. Prejuízos causados aos Estados e Municípios pela Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Contestação ao discurso do Deputado Guilherme Boulos sobre a recusa do ex-Presidente Jair Bolsonaro de aquisição de vacinas contra o coronavírus.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Boulos teve a capacidade de vir aqui dizer que quem foi contra a vacina não pode falar de medicina. Eu quero responder a ele na mesma medida, dizendo que quem é contra a propriedade privada não pode falar do Minha Casa, Minha Vida. Quem é contra o Banco Central não pode falar de economia. Quem é a favor da ditadura de Cuba, da Venezuela e de outros países não pode falar de democracia.

É preciso parar com essa palhaçada! É preciso parar com essa demagogia! Eles são contra o nosso País e não podem falar de nação!

É uma vergonha para um país como o nosso ainda haver pessoas que defendem um país como a Venezuela e o seu regime ditatorial. É uma vergonha que pessoas que quererem falar de democracia defendam a fala do Lula, que disse que a democracia é relativa. É uma vergonha que pessoas que querem ser candidatas a Prefeito defendam a atual proposta de reforma tributária, que prejudica, e muito, as Prefeituras e os Estados. Quem é contra a democracia não pode ter o direito de usar este plenário para defender ideias absurdas.

Eu quero finalizar dizendo, Sr. Presidente, que o Deputado Boulos vir aqui falar de vacina é, no mínimo, hipocrisia. Não é possível que ele tenha recebido a vacina sem reconhecer que foi o Bolsonaro quem comprou a vacina para vacinar todos os cidadãos brasileiros, inclusive ele, eu, V.Exa. e todos os que estão nos acompanhando. A vacina foi comprada pelo Presidente Bolsonaro. É importante deixar isso registrado.

Se estiver preocupado com a medicina, eles vai ter que prestar muito mais atenção em diversas pautas sobre as quais são negacionistas, porque eles são negacionistas da ciência, são negacionistas da medicina, são negacionistas da economia, são negacionistas dos princípios da educação, são negacionistas da democracia, são negacionistas de toda forma legítima e democrática de administração de um país e ainda são negacionistas do fato de que o nosso País está vivendo um princípio de ditadura.

Não seja negacionista! Seja uma pessoa que luta pela liberdade! Lute pelo nosso País! Lute pelos nossos princípios!

Meu nome é Abilio!

115.2023 Sessão Ordinária - CD 04/07/2023-21:12
Publ.: DCD - 7/5/2023 - Dandara-PT -MG
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência de matéria veiculada pelo WhatsApp sobre a majoração dos componentes da cesta básica, no caso de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional. Defesa de aprovação da propositura pela Câmara dos Deputados.

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG. Sem revisão da oradora.) - Olha, está rolando uma mentira no WhatsApp, dizendo que a reforma tributária vai provocar aumento do preço da cesta básica. Eu estou vendo isso e estou preocupada com o nível de desinformação que o Bolsonaro e seus seguidores estão trazendo para tentar impedir a aprovação da reforma e gerar medo na população, num tema que é tão caro e tão precioso para nós.

A carga tributária não cairá sobre a cesta básica. Sabem qual é o problema? O cálculo que eles apresentam está errado, porque ele desconsidera que há impostos embutidos nos preços de todos os insumos utilizados para a produção dos itens da cesta básica e que, no modelo atual, esses impostos não são recuperáveis. A estimativa errada diz que a carga tributária aumentaria, e não que o preço aumentaria em 60%.

Qual é a verdade? A verdade é que esta proposta de reforma tributária, se for aprovada, vai impactar diretamente nos itens da cesta básica e vai reduzir a alíquota, correspondendo a uma redução de 50% da alíquota padrão.

Nós precisamos considerar a necessidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas! Nós voltamos para o Mapa da Fome! Nós temos diversas famílias vivendo em situação de insegurança alimentar!

Vários estudiosos já concluíram que, com a alíquota de 12,5%, os gastos dos consumidores com produtos da cesta básica cairão 1,7%, só no primeiro momento. A estimativa é a de que, com a reforma tributária aprovada, aumentaremos em 500 reais por mês o poder de compra de quem recebe um salário mínimo, um aumento de 6 mil reais por ano.

Então, quando eles falam em preocupação, em não aprovar a reforma tributária, é porque na verdade essa reforma está pautada na justiça tributária. Quem ganha mais paga mais; quem ganha menos paga menos. Essa é a proposta do *cashback.*

Hoje são as mulheres negras que mais pagam impostos neste País. Nós

sabemos muito bem que essa carga tributária está presente em tudo o que nós compramos, e as mulheres negras estão na base da pirâmide econômica, social e política. As mulheres negras gastam tudo aquilo que recebem.

A lógica da tributação no século XXI prevê que, ao pagarmos impostos, nós devemos recebê-los de volta em serviços, mas nós estamos recebendo muito pouco ainda em serviços. Então, nós queremos ter o *cashback* para fazer um cálculo. Quem mais está pagando imposto, se não receber em serviço, vai receber de volta o valor com que contribuiu ao pagar os impostos. E isso vai construir no nosso País um equilíbrio da balança.

A reforma tributária vai unificar uma série de tributos, vai simplificar a vida, vai contribuir para acabarmos com as falsificações e com o desajuste que há nos tributos.

Por isso, eu queria pedir que, ao longo dos próximos dias, a Câmara pudesse realmente se debruçar, de forma séria, honesta e justa, sobre um projeto de reforma que vem sendo discutido há muitas décadas nesta Casa. Não há debate novo, não falta discussão; pelo contrário, há muito acúmulo produzido, que precisa ser votado.

Obrigada, Presidente.

Documento 68/326

115.2023	Sessão Ordinária - CD	04/07/2023-21:20
Publ.: DCD - 7/5/2023 -	Jack Rocha-PT -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Falecimento dos militantes de causas sociais Laureni e Toni Marques, no Estado do Espírito Santo. Sanção presidencial do Projeto de Lei nº 1.085, de 2023, sobre o estabelecimento de igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens no exercício de mesma função; e a alteração da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente Pompeo de Mattos.

Antes, porém, de contar meu tempo, eu quero fazer aqui uma saudação aos familiares e amigos de dois militantes muito importantes, lá no Espírito Santo,

dos movimentos sociais, que são o Laureni e o Toni Marques, que se foram no mesmo dia. Então, fica aqui o meu registro de solidariedade a esses companheiros valorosos que, ao longo desses anos, dedicaram suas vidas a uma causa muito justa, que é a da defesa da democracia e da luta por direitos.

Porém, hoje também estou aqui para falar de algo muito importante: ontem, o Presidente Lula sancionou o projeto de lei da igualdade salarial e remuneratória, um projeto muito importante para as mulheres brasileiras. E aqui vai o meu agradecimento, mais uma vez, à Câmara dos Deputados e das Deputadas por fazerem esse debate amadurecido e colocarem hoje uma legislação avançada para a América Latina e para o Brasil, pela inclusão das mulheres brasileiras.

Mas nós também precisamos falar do tema que está sendo debatido aqui na Casa, que é a reforma tributária. Essa reforma tributária, Sr. Presidente, nobres colegas e todos e todas que nos acompanham, não pode ter um olhar por baixo, principalmente quando falamos sobre regionalização, em que cerca de 40 bilhões de reais serão divididos entre os Estados, e convalidação, em que mais de 160 milhões serão divididos entre os Municípios, a partir da ótica do empobrecimento. Ao contrário, isso significa fortalecimento do pacto federativo. É por isso que nós precisamos aprovar a reforma tributária.

Com a reforma tributária, o valor da cesta básica tem uma queda de cerca de 1,7%, e mais de 1.380 itens compõem a mesa de muitos brasileiros e brasileiras que dependem dessa reforma. Nós já temos a maior taxa de juros do planeta. Não é possível que nós vamos seguir com nosso País estagnado economicamente por não termos ainda chegado à conclusão de que é necessário fazer a reforma tributária, mas uma reforma tributária que seja inclusiva, participativa, e que, principalmente, reduza os três impostos federais a um único imposto. Com a redução dos impostos estaduais e municipais também a um único imposto, eu tenho certeza de que você, que é do setor da indústria, do setor de serviços, do setor que investe e acredita no País, vai saber muito bem que a compra de empregos por renúncias fiscais e isenções fiscais não é mais o modelo de sustentabilidade da nossa economia.

Então, por mais oportunidades e geração de emprego e renda, vamos todos e todas fazer uma grande mobilização neste plenário para a aprovação da reforma tributária.

Sr. Presidente, gostaria que minha fala constasse no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

Sumário

Importância de aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a reforma tributária é um instrumento fundamental para retomar o crescimento econômico do País, simplificar as regras tributárias, tornar mais transparente os tributos deste País, centralizar para distribuir melhor, enfrentar a guerra fiscal, encontrar, produzir e construir fundos constitucionais regionais para haver um equilíbrio melhor no desenvolvimento nacional.

A proposta da reforma tributária é a ideal? Não. Nós gostaríamos de enfrentar as grandes fortunas, os lucros e dividendos, o imposto progressivo, as grandes heranças e o sistema financeiro, que pouco imposto paga neste País, mas é a reforma possível, dentro da correlação de forças deste Congresso Nacional, e dará um salto para que possamos, efetivamente, investir no Brasil, investir no processo produtivo e econômico, gerando oportunidade de empregos. O contribuinte vai pagar menos.

Reindustrializar este País é o segundo desafio para o qual a reforma tributária vai contribuir. É importante vender soja para os porcos da China? Sim. Há a balança comercial, a receita, mas, de outro lado, nós precisamos reindustrializar este País. É por isso que a reforma tributária é um passo importante, junto com o arcabouço fiscal que queremos votar nesta semana, mantendo o FUNDEB e também a ciência, tecnologia e inovação fora do arcabouço fiscal, para que nós consigamos colocar a inovação, a ciência e a educação como prioridades nacionais, de um lado.

Com uma reforma tributária transparente, mais justa, mais equitativa, para construir um Brasil como nação, num primeiro passo a ser enfrentado, eu não tenho dúvida de que nós vamos reconstruir este País, retomar o crescimento econômico e gerar oportunidades para o povo brasileiro. Ganha o setor econômico, ganha o consumidor, ganha o Brasil.

Sumário

Votação pela Casa das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País, e a criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022. Defesa de reindustrialização do País. Importância da realização de investimentos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Apoio as agricultores e ao agronegócio brasileiros. União dos Governadores da Região Centro-Oeste em torno da reforma tributária.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Quero cumprimentá-lo, Deputado Pompeo de Mattos, que preside tão bem esta sessão do Parlamento, com educação e fineza, abrindo espaço para todos os Parlamentares. Talvez eu seja o último orador desta noite. Estou neste Parlamento trabalhando, lutando pelo meu Estado de Goiás e pelo Brasil, fazendo a boa política.

Agora, estamos debatendo o arcabouço fiscal, que é a nova regra fiscal que o Brasil precisa para crescer, para gerar renda, gerar emprego e possibilitar investimentos do poder público.

O poder público, Sr. Presidente, tem que voltar a fazer investimentos. No passado, havia dinheiro dos pagadores de impostos para fazer rodovias, construir pontes e grandes obras. Tudo era feito com dinheiro do Governo Federal, dos governos estaduais e governos municipais.

Sentimos que esta nova regra vai abrir espaço para investimentos na área da saúde, na área da educação e também na área da infraestrutura. Também devemos valorizar o setor privado. É importante, Srs. Parlamentares, a iniciativa privada, porque é ela que paga os impostos, são os empresários brasileiros. Concordo com o Deputado Pedro quando ele diz que nós temos que fazer a nova reindustrialização do Brasil. O Brasil cometeu um grande equívoco nesses 20 anos ou 25 anos. O Brasil passou a importar produtos da China, de todo o planeta, esquecendo aqui a nossa indústria.

Eu sou nacionalista. Defendo o empresariado brasileiro, até porque, se fecharmos uma pequena indústria ou uma média indústria, nós vamos desempregar a mão de obra do Brasil, nós vamos gerar emprego lá na Argentina, lá no Uruguai, lá na China, lá nos Estados Unidos. Então, nós temos que repensar o nosso modelo industrial, temos que fazer investimentos,

Deputados, na ciência e principalmente em duas palavras: tecnologia e inovação.

A partir do momento, Srs. Parlamentares, que o Brasil realmente aplicar recursos tanto da iniciativa privada como dos pagadores de impostos, dinheiro público, na inovação e na tecnologia, nós vamos competir — aí a palavra é competição — em pé de igualdade com a Europa Central, com a América do Norte e também com a Ásia.

Não podemos mais continuar sendo um país de importação de produtos eletrônicos que nós podemos produzir no Brasil. Nós podemos, Srs. Deputados, competir com Taiwan e competir com a China em pé de igualdade. Basta o Governo dar oportunidade aos nossos empresários, à inteligência brasileira, que precisam ser valorizados. Não podemos ser um país de exportação de *commodities*.

O agronegócio do Brasil é o grande exportador. Eu apoio o agronegócio, o médio negócio e o pequeno agricultor. Todos precisam do apoio do poder público. Não podemos — eu peço mais 1 minuto, Sr. Presidente — continuar exportando *commodities.* O Brasil é o grande exportador de soja. Poderíamos, Srs. Deputados, transformar a soja no Brasil. Aqui, da soja, nós temos cinco subprodutos para exportar para a Europa Central, exportar para a Ásia, assim como podemos exportar milho, exportar carne.

O Brasil tem que ter o consentimento do empresariado, colocar na cabeça que nós temos que criar a agroindústria, quer dizer, levar para o homem do campo a indústria, para que o óleo de soja seja fabricado, saia da lavoura, saia do campo, entre no secador e vá para a agroindústria podendo ter cinco subprodutos aqui.

Esse é o Brasil da ciência, é o Brasil da tecnologia, é o Brasil da inovação. É esse que nós queremos.

Agora, queremos uma reforma tributária que seja o equilíbrio da Federação, o equilíbrio do Nordeste, o equilíbrio do meu Estado, do Centro-Oeste. E aqui eu fiz uma proposta ao Governador Ibaneis para ficarmos juntos, pelo Centro-Oeste do Brasil — Brasília, Goiás, comandado pelo Governador Ronaldo Caiado, juntamente com os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Propus uma reunião em Brasília, com o Governador Ibaneis, o Governador Ronaldo Caiado, o Governador Mauro Mendes, os quatro governadores, para que nós pudéssemos, na reforma tributária inovadora, defender o Centro-Oeste do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

115.2023 Sessão Ordinária - CD 04/07/2023-21:47
Publ.: DCD - 7/5/2023 - Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC
ENCERRAMENTO DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto ao aperfeiçoamento pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, subo a esta tribuna para tratar sobre a PEC da reforma tributária. O texto apresentado traz grandes inovações e, com elas, muitos pontos polêmicos que deverão ser objeto de discussões futuras em caso de aprovação.

O texto que devemos discutir e votar nos próximos dias prevê a criação de um novo imposto que incidirá sobre bens e serviços prejudiciais à saúde, conforme edição de lei complementar. Em outras palavras, seria o equivalente ao imposto seletivo, que terá seu fato gerador, bem como o conceito daquilo que é prejudicial à saúde definido pela legislação tributária. Há uma tendência de profundos debates para uma conclusão acerca do conceito, principalmente. de serviços prejudiciais. Tal imposto, ao que tudo indica, terá uma forte característica extrafiscal, com o claro objetivo de desestimular o consumo dos bens e serviços citados.

Esse imposto poderá ter alíquotas alteradas por ato do Poder Executivo além disso se submeterá somente ao princípio da noventena, e não ao da anterioridade de exercício, seguindo uma característica que já era presente no Imposto sobre Produtos Industrializados.

Na parte sobre Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD, relativamente a bens móveis, títulos e créditos, o projeto apresentado define que ele será de competência do Estado onde era domiciliado o *de cujus*, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal. Tal regra simplifica o entendimento que já era aplicado, seguindo a regra do art. 1.785 do Código Civil, pois o imposto já era devido no último domicílio do *de cujus*.

Além disso, o ITCMD será progressivo em razão do valor da transmissão ou da doação, consolidando uma jurisprudência adotada pelo Supremo Tribunal Federal — STF, em 2013, no texto constitucional. Entretanto, o comando passa a ser pela aplicação obrigatória do princípio em questão, que até então era facultativo. Assim, com a nova proposta, os Estados passam a ser obrigados a aplicar a progressividade, podendo impactar nos planejamentos sucessórios que já foram realizados adotando como domicílio o Estado de São Paulo, por exemplo, cuja alíquota é única de 4% e terá que ser progressivo. Isso é algo que precisamos analisar durante a votação da matéria.

Também é importante lembrar que a proposta apresentada pelo Governo define que o IPI, o ICMS e o ISS somente serão efetivamente extintos em 2033, sendo aplicada uma redução gradual a partir de 2027, com a extinção completa do IPI, que será mantido somente para os produtos produzidos na Zona Franca e a transição da distribuição da receita ocorrerá até 2078.

A PEC muda por completo a sistemática de cobrança de impostos no País. Atualmente, o ICMS cobrado nas operações dentro de um mesmo Estado fica com a Receita estadual. Nas operações interestaduais, a arrecadação é dividida entre

o Estado produtor/exportador e o Estado consumidor/importador, em diferentes regras de repartição.

Com a reforma, toda a cobrança será no destino, ou seja, sobre a venda ao consumidor. Nas operações interestaduais, a arrecadação fica com o local "consumidor", mas o imposto pago nas matérias-primas utilizadas pode ser abatido, ou seja, parte do tributo sobre a cadeia de fornecedores fica com o local "produtor".

Com essa lógica de cobrança, saem perdendo os Governos dos Estados e as Prefeituras de locais com pouca atividade econômica e pouco populosos, ou seja, com mercados consumidores pequenos, como é o caso do Acre. Grandes cidades que concentram sedes de bancos e empresas prestadoras de serviços de tecnologia da informação e da comunicação poderão perder parte dessa arrecadação, que será distribuída por vários Governos.

É inegável que a proposta possui problemas sérios. Definitivamente, não estamos diante do melhor modelo de reforma, que deveria ser mais discutida entre os setores interessados. Se o texto apresentado corrige alguns erros históricos da tributação brasileira, por outro ele insere novos equívocos no sistema tributário nacional, que se não debatidos previamente, serão judicializados no futuro, colaborando para o cíclico contencioso de massa em matéria tributária.

Espero que o Congresso Nacional corte os excessos, corrija os equívocos e as redundâncias, permitindo, enfim, a justiça tributária que todos queremos.

Era o que tinha a dizer.

Peço que este discurso seja veiculado nos meios de comunicação da Casa.

Documento 72/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-14:00
Publ.: DCD - 7/6/2023 - General Girão-PL -RN
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com a não concessão pela Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Fátima de Bezerra, da Medalha do Mérito Policial Luiz Gonzaga à Reitora da Universidade Federal do Semiárido, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira. Precariedade da malha rodoviária potiguar. Repúdio à administração da gestora estadual. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que a nossa fala tivesse repercussão no programa *A Voz do Brasil.*

Com certeza absoluta, é com muito pesar, Deputado André Fernandes, que eu venho me reportar a um assunto local do Rio Grande do Norte.

A Polícia Militar do Rio Grande do Norte tem uma honraria chamada Medalha do Mérito Policial Luiz Gonzaga. Quem foi o soldado Luiz Gonzaga? Na Intentona de 1935, ocorreu um ato muito criminoso no Estado do Rio Grande do Norte, na Capital Natal. Depois os comunistas quiseram sair para o Seridó, mas foram derrotados.

No evento, em 25 de novembro de 1935, em Natal, houve um atentado terrorista e tomaram o quartel da Força Pública. Nessa ação criminosa e terrorista, um soldado morreu de forma corajosa, daquele jeito que nós não aceitamos. O cabra foi morto pelos comunistas de um jeito que só Deus sabe. Esse soldado recebeu o direito de ter seu nome nessa medalha, a mais alta honraria do Estado do Rio Grande do Norte que a Polícia Militar entrega.

Neste ano, nós tivemos dois fatos no mínimo inusitados que não podemos aceitar.

Primeiro, a Sra. Governadora, que é do PT, o partido do Lula III, se negou a entregar essa medalha à Reitora da Universidade Federal do Semiárido. Essa universidade, que está fazendo um trabalho sensacional, é comandada por uma Reitora que, felizmente, não advoga a ideologia comunista, não defende os comunistas, como a Governadora defende. A Reitora foi convidada pela PM — o ofício chegou a ser publicado — para receber a medalha, mas a Governadora ficou sabendo que a Reitora seria agraciada e mandou avisar que ela estava

desconvidada e não poderia receber a medalha.

Além disso, uma Deputada Federal do PT do Rio Grande do Norte, Deputada Federal que está sempre aqui na tribuna, foi contra o nosso projeto de lei para agravar as penas de bandidos e marginais que assassinam policiais militares — a Deputada foi contra, não votou a favor —, mas simplesmente foi agraciada com a medalha pela Governadora.

Rapaz! Meu Deus do céu! Ave Maria, menino! Eu não sei onde é que está o Brasil, onde é que está o Rio Grande do Norte! Está tudo virado de cabeça para baixo. Os policiais militares estão revoltados com isso.

Governadora, a senhora não pode fazer isso. A concessão da medalha deve ser feita por mérito, merecimento, e não por ideologia. Não é brincadeira, não! Eu não sei onde vamos parar.

Enquanto isso, o desgoverno toma conta do Rio Grande do Norte. Nós sabemos quando estamos no Ceará por causa das estradas. Nós sabemos quando estamos na Paraíba por causa das estradas. Nós sabemos quando estamos no Rio Grande do Norte porque não há estrada. É tábua de pirulito! Só há cratera, e toda hora há acidente fatal. Por quê? Porque a Governadora não governa. É um desgoverno.

Lamento bastante essa entrega. Já até a oferecemos para a Paraíba. É uma pena que o Deputado Cabo Gilberto Silva não esteja aqui hoje. Já estamos até dizendo: *"Leve essa mulher de volta para a Paraíba, pelo amor de Deus!"* Eu não quero levá-la para o Ceará, porque senão vai estragar o Estado. Para a Paraíba pode ser levada de volta, porque ela nasceu lá. Mande-a desgovernar na Paraíba. Chega! Chega! Não aguentamos mais.

Sr. Presidente, quero deixar claro que a reforma tributária não pode ser aprovada. Não tem cabimento nós fazermos uma reforma tributária. Com certeza absoluta, 90% dos Deputados não sabem o que estão votando, Deputado Delegado Palumbo. Não sabem. Por quê? Porque não houve um amadurecimento, discussão em plenário. Isso está faltando, e esta Casa precisa disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 73/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-14:04
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Luiz Carlos Busato-UNIÃO -RS
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Conveniência de adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional, com vista à ampliação do debate em torno da propositura.

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (Bloco/UNIÃO - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, eu quero agradecer o espaço que V.Exa. me concede para falar com o Brasil inteiro, em especial com o Rio Grande do Sul.

Segundo, quero elogiar o esforço que o nosso Relator Aguinaldo Ribeiro tem feito no relatório da reforma tributária. Entretanto, eu confesso que estou preocupado com esse processo de elaboração da relatoria da reforma tributária. A reforma foi apresentada há cerca de 10 dias. É uma reforma de que nós não tivemos a transparência adequada, antes dos 10 dias. Agora sim, está sendo dada transparência, mas nós não tivemos tempo suficiente para fazer uma análise adequada dela.

É a maior reforma, o maior projeto, talvez, dos últimos anos desta Casa. Ela vai definir o futuro do nosso Brasil, as relações comerciais, fiscais do País inteiro entre os Estados. Por isso, é fundamental termos mais informação. Nós não sabemos ainda quem perde e quem ganha nessa reforma. Evidentemente, haverá setores que irão perder e outros irão ganhar.

Eu sou de uma cidade lá do Rio Grande do Sul que tem 400 mil habitantes. Sou de Canoas, uma cidade pujante. Preocupa-me o impacto dessa reforma na arrecadação da minha cidade. Preocupa-me também o impacto lá no Rio Grande do Sul, Deputado Bibo Nunes.

É uma reforma que não teve nenhuma Comissão para discuti-la. Talvez tenha tido em outra legislatura, mas nesta não teve. Eu sou um Deputado que está chegando aqui agora, apesar de ter tido três mandatos anteriormente — este é o meu quarto mandato —, mas não estive aqui, na legislatura passada, para discutir essa reforma.

Então, acompanho isso com preocupação. Acho que nós temos que pedir um tempo e discutir essa reforma no início do mês de agosto, depois do recesso, para que tenhamos tempo de conversar, discutir com os diversos setores e possamos ler finalmente o texto final do Relator, que não existe ainda. Com o texto final na mão, aí, sim, vamos ter condições de analisar, discutir com os setores.

Eu tenho, por exemplo, uma pergunta em relação aos profissionais liberais de profissões regulamentadas, como médicos, arquitetos, advogados: qual é o impacto que essa reforma vai ter nessas profissões? São perguntas que ficam. Há Deputados que dizem: *"Não, mas essa reforma só vai ter impacto em 2033"*. Não importa. A responsabilidade é deste mandato, destes Deputados

que aqui estão e que vão votar a reforma.

Então, peço, com a devida vênia, ao Relator Aguinaldo Ribeiro que nos dê um tempo e nos possibilite a discussão de todas as matérias, para nós votarmos com consciência e termos um Brasil pujante e tranquilo daqui para frente.

Muito obrigado, Presidente, pelo tempo.

Documento 74/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-14:08
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Luiz Lima-PL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Pou, pelo posicionamento contrário ao ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Indignação do orador com a declaração de inelegibilidade da pré-candidata oposicionista à Presidência da Venezuela, María Corina Machado. Necessidade de reação dos Estados, dos Municípios e de partidos políticos contra a proposta governamental de reforma tributária.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Gilberto Nascimento. É uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa.

Presidente Gilberto, em 1950, a seleção do Uruguai derrotou o Brasil no Maracanã, construído para a Copa do Mundo realizada no Rio de Janeiro. Ontem, na 62ª Reunião do MERCOSUL, novamente, o Uruguai derrota o Brasil. Derrota o Brasil no sentido moral de ter um Presidente uruguaio puxando a orelha, no bom sentido, ou no mau sentido, do Presidente brasileiro, ao falar sobre democracia.

O Presidente Luis Lacalle se posicionou contra a entrada da Venezuela no bloco do MERCOSUL, até porque, se o MERCOSUL aceita a Venezuela, está referendando um regime ditatorial, um regime contra a liberdade, de opressão ao povo venezuelano. E o Presidente Lula estava lá com cara de bobo, com cara de perdido, com cara de quem nunca teve um diploma, de quem nunca teve uma educação formal — não estou diminuindo os brasileiros que não têm educação formal —, despreparado, sem inteligência, sem pensamentos cognitivos, como dizia Enéas Carneiro, totalmente contra o que o mundo precisa. E o Brasil, o quinto maior país do mundo, a 12ª economia mundial, tomou pito do Uruguai, que é menor do que o Rio Grande do Sul, 85ª

economia mundial.

A principal candidata de oposição, María Corina Machado, ex-Deputada Federal venezuelana, foi cassada pela Mesa Diretora. O Brasil está indo pelo mesmo caminho. Estamos vivendo tempos difíceis.

Recebi de amigos venezuelanos, hoje pela manhã, as imagens da María Corina Machado, já em uma pré-campanha, lotando as ruas da Venezuela. E o Presidente Maduro torna inelegível uma mulher, professora, nascida em 1957, com 55 anos de idade. É uma covardia, é uma vergonha para o Brasil.

Eu acho que o Presidente Lula podia mudar o nome do Brasil de República Federativa do Brasil para República Democrática do Brasil. Aí fecha o caixão de vez.

Que os cidadãos de bem do nosso País, que os 33 milhões de autônomos que vão pagar um imposto pesado, se a reforma tributária for aprovada hoje ou amanhã nesta Casa, que os empresários bem sucedidos não deem as costas para o País.

Nós precisamos reagir, Governadores e Prefeitos, que estão desesperados. Por que estão desesperados? Porque o PT só tem 179 Prefeituras, de 5.560.

Alô, MDB! Alô, DEM! Alô, PP! Alô, PSD, que detém o maior número de Prefeituras! Vocês vão ficar reféns de um conselho soviético? Vocês não vão ter mais recurso para ter autonomia! Vocês que produzem riqueza; o brasileiro que mora no Município, que consome, que paga o ISS, que paga o ICMS, que paga os impostos saibam que esses impostos vão ficar concentrados aqui em Brasília.

Parabéns ao Presidente do Uruguai, que botou o Presidente Lula no seu devido lugar, no seu lugar de insignificância, de pensamento isolado. Vamos seguir o que pensa os Estados Unidos, o Canadá, a Suécia, a Europa, a Austrália, os países democráticos em que o cidadão de bem tem retorno dos seus impostos. O Brasil não pode ir no mesmo caminho da Venezuela. O Brasil, sim, tem que se inspirar no Uruguai, país que nos derrotou em 1950 na Copa do Mundo, em pleno Maracanã, e que chamou a atenção do Presidente Lula ontem, na 62ª reunião do MERCOSUL, realizada na Argentina.

Muito obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

Sumário

Solidariedade ao Deputado Gustavo Gayer diante de ataques da Esquerda. Declaração de voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Indignação com a convocação de sessões deliberativas improdutivas. Expectativa quanto à abertura de processo de impeachment contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. GILVAN DA FEDERAL (PL - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu quero prestar o meu apoio e a minha solidariedade ao meu colega de Parlamento Deputado Gustavo Gayer. Quero dizer, irmão, que você é uma voz hoje não só de Goiás, mas também do povo brasileiro.

(Palmas.)

Você é uma voz que prega a verdade, uma voz que luta pela liberdade do nosso povo. E nós sabemos que o que mais dói na Esquerda é a verdade, porque ela trabalha com narrativas mentirosas. Então, Deputado Gustavo Gayer, você representa não só Goiás, mas também todo o nosso País. Estamos contigo em todas as batalhas e nessa trincheira, irmão!

Vou falar aqui da reforma tributária, que, na verdade, deveria ser chamada de reforma de aumento de imposto — e já declaro meu voto contra. Essa é a reforma do dito "pai dos pobres", que na verdade não é o pai dos pobres, é o pai da mentira, é o maior charlatão que existe no nosso País, mentiroso, ex-presidiário e ladrão! Vou votar contra a reforma!

Sou Deputado novato aqui e estou disposto a trabalhar pelo meu Estado, o Espírito Santo, e pelo meu País, de segunda a segunda, mas estou indignado com o que estão fazendo conosco. Fomos convocados para estar aqui na segunda-feira, e não fizemos nada. Ontem, terça-feira, não fizemos nada. Quanto custa um Deputado Federal para o Brasil? Isso é um absurdo! Eu estou aqui para trabalhar de segunda a segunda, se for preciso, mas o que fizeram conosco é um absurdo! Volto a dizer, sou Deputado novato e estou indignado com o que estão fazendo com os Deputados Federais aqui. Não somos meninos nem meninas. Estamos aqui para trabalhar, e não para ficar esperando o acordo que será feito com esse ex-presidiário ladrão que não representa o povo brasileiro.

Essa reforma tributária apresentada aqui vai sufocar os Estados e os Municípios, que já estão pedindo socorro. Só a cesta básica irá aumentar uma média de 60%. Para quem prometeu picanha e cerveja... E você, otário, que fez o L e acreditou nessa picanha e nessa cerveja, se hoje a Câmara dos Deputados

não rejeitar esse absurdo, você vai se ferrar. Faz o L aí para comer picanha e cerveja. Vai tomar um aumento em todos os impostos para deixar de ser otário.

O Brasil não aguenta... Aqui há vários pedidos de *impeachment*. O nosso País não aguenta 3 anos e meio com um ex-presidiário ladrão, que gasta mais de 700 mil reais em 2 diárias de hotel e quer ser o pai dos pobres. É o pai da mentira, o maior charlatão que existe no nosso País.

Eu tenho certeza e tenho fé de que um dia nós vamos votar aqui o *impeachment* desse ex-presidiário ladrão.

Deus, Pátria, família e liberdade! Não acabou ainda! Bolsonaro, estamos juntos, pois 2026 é logo ali!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 76/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-14:32
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Paulo Guedes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio ao discurso proferido pelo Deputado Gilvan da Federal contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PAULO GUEDES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui repudiar a fala do Deputado Gilvan, uma fala mentirosa, uma fala de ódio, uma fala de quem quer mentir para o povo brasileiro, uma expressão da vergonha e da mentira.

Todo mundo sabe que o Brasil precisa de uma reforma tributária. Ele está defendendo aqui a "bolsa-banqueiro". Quem não quer reforma quer manter o sistema que está aí, que beneficia meia dúzia de banqueiros, meia dúzia de latifundiários.

Por isso, Sr. Presidente, é inadmissível ouvir aqui o que ele falou do Presidente Lula, um Presidente que trabalha, um Presidente que é responsável, que criou programas e projetos que estão mudando o Brasil. O Brasil hoje é respeitado mundialmente.

Deputado, V.Exa. precisa se enrolar em uma bandeira para enganar as pessoas?

Seja brasileiro! Seja homem, rapaz! Seja homem! Seja brasileiro! Isso é covardia!

(Tumulto no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Documento 77/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-16:00
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Helder Salomão-PT -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação pela Casa da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, este Congresso Nacional, esta Casa de Leis, tem uma importante missão nesta semana, que é apreciação, a discussão, Deputado Joseildo Ramos e Deputado Florentino Neto, e a aprovação da reforma tributária.

Há mais de três décadas, o Congresso Nacional se debruça sobre a reforma tributária. A última reforma tributária no Brasil ocorreu na década de 1970. De lá para cá, apenas alguns remendos. Na verdade, o Brasil não tem um sistema tributário. O Brasil tem um emaranhado de situações que tornam o sistema tributário brasileiro confuso, com grande insegurança jurídica, promove as desigualdades regionais e não ajuda no crescimento, na geração de empregos; não ajuda a indústria nacional, o comércio, os serviços, todos os segmentos da sociedade brasileira.

Portanto, nós precisamos pensar a reforma tributária não como uma reforma de um governo, de um partido. Aliás, aprovada a reforma tributária nos moldes em que está no relatório preliminar, nós teremos um longo período de transição. Quem vai se beneficiar da reforma tributária, se aprovada por esta Casa, e nós vamos trabalhar para isso, não é o atual Governo, é o povo brasileiro. Quem não quer a aprovação da reforma tributária quer manter a insegurança jurídica, quer que seja mantido um sistema que promove a desigualdade regional, quer manter um sistema confuso, que ninguém sabe como funciona direito: o empresário não sabe quanto paga de imposto, o cidadão não sabe quanto paga de imposto quando vai a um supermercado, a um

açougue, a uma mercearia, a uma loja de confecções.

Nós precisamos fazer com que o Brasil esteja junto com as principais nações do mundo que adotaram o IVA, que é o que há de mais moderno no sistema tributário mundial. Há recente exemplo da Índia, que em 2017 aprovou a reforma tributária e hoje cresce acima de 6%. A reforma tributária é boa para todo mundo, especialmente porque há o compromisso de não elevar a carga tributária.

Nós não vamos aumentar impostos com a reforma tributária. Nós vamos fazer justiça fiscal e vamos fazer com que os pequenos negócios, as micro e pequenas empresas, estejam garantidos na reforma. O SIMPLES está mantido. E vamos acabar com um regime pernicioso, que é o regime da substituição tributária, que promove a bitributação no Brasil e faz com que os pequenos negócios paguem duas vezes por um mesmo negócio realizado.

Aprovar a reforma tributária é um gesto de grandeza do Congresso Nacional, é um gesto de compromisso com a Nação brasileira, não é com este Governo, não é com o atual momento em que nós vivemos. Aprovar a reforma tributária é ter um compromisso com o presente e com o futuro do Brasil, com as famílias brasileiras, para que haja mais recursos para investimento na agricultura familiar, na segurança pública, na educação, na saúde, na assistência social, na cultura, no esporte e no lazer.

Não me venham dizer que nós deveremos permanecer com esse sistema confuso que nós temos!

A insegurança jurídica é tão grande, que mais de 9 bilhões de reais estão na Justiça, quase um PIB do nosso País.

Vamos aprovar a reforma tributária e fazer justiça no Brasil.

Documento 78/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-16:04
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Florentino Neto-PT -PI	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no dia de hoje, nós temos que

refletir sobre a importância histórica do momento que estamos vivendo. Desde 1960, todos nós, os atores econômicos, a sociedade brasileira, os empresários, as Prefeituras, os Estados, os Municípios, o Governo Federal, convivemos com um sistema tributário anacrônico, ultrapassado, que não corresponde e não contribui para a competitividade, para o crescimento econômico, para as relações comerciais, para o desenvolvimento do nosso País; um sistema tributário que promove o litígio, em que se proliferam as demandas judiciais tributárias e assim abarrotam o sistema do Judiciário.

Neste momento, o Parlamento brasileiro, por meio da Câmara dos Deputados, com um diálogo profícuo com o Governo Federal, que contribui, de forma decisiva, amadurece uma proposta de reforma tributária, baseada na transparência, na diminuição dos conflitos, numa legislação simples, que deve ser aplicada a todos, com menos litígio, mais resultados e menos impostos para os contribuintes, visando ao crescimento econômico, à melhoria da competitividade interna e externa do País. A extinção do IPI, do PIS e da COFINS, do ICMS e do ISS dá nova roupagem à criação do IBS, o Imposto sobre Bens e Serviços, na modalidade de um imposto sobre valor agregado com base ampla, tributando-se tanto o consumo como os serviços pelo mesmo tributo, em uma sistemática aplicada hoje por mais de 170 países. A não cumulatividade também é adotada como princípio dessa reforma, a incidência do tributo por fora, dando transparência. O contribuinte vai poder perceber na nota fiscal o valor da mercadoria e o valor do tributo, o valor do serviço e o valor do tributo, a desoneração das exportações, as regras de transição. E Governo Lula está dando esse grande estímulo para um fundo de desenvolvimento que vise diminuir os desequilíbrios econômicos e sociais no nosso País.

Por tudo isso, eu acredito que hoje nós tenhamos uma unidade de pensamento. Os atores econômicos, os agentes políticos, as lideranças chegam a um consenso em mais de 95% do texto da reforma tributária. Eu acredito que nós haveremos de chegar a um consenso até amanhã, sob a Presidência do Presidente Arthur Lira, sob a liderança dos nossos Líderes partidários, para dar ao Brasil o que ele merece: uma reforma tributária que possa nos ajudar e levar o Brasil a crescer mais e a atender às demandas de seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 79/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-16:12
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Coronel Chrisóstomo-PL -RO
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Liberação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de recursos orçamentários a Parlamentares para votação a favor da proposta governamental de reforma tributária. Posicionamento do orador contrário à aprovação da matéria. Apoio à gestão do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Exaltação do comunismo pelo Presidente da República. Inadmissibilidade de internacionalização da Amazônia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Sem revisão do orador.) - Olá, Rondônia!

Olá, Brasil!

Olá, cidade de Ariquemes! Um beijo para esse povo maravilhoso!

Atenção, senhores e senhoras! O povo de Rondônia pediu para eu iniciar a fala assim:

(Exibe cartaz.)

Mas eu não vou iniciar assim, não. Eu não vou. Eu vou iniciar dizendo o seguinte: fiquei muito preocupado com os Parlamentares, com os Deputados, porque o barbudinho liberou 2,1 bilhões de reais para os Deputados votarem favoravelmente à reforma da fome, a reforma tributária, senhores.

Essa reforma é para o povo passar fome, porque, só no meu Estado de Rondônia e na Amazônia, os impostos da cesta básica sobem em torno de 50%.

O barbudinho disse que gosta de pobre, mas cada vez mais massacra o pobre!

Eu vou dizer uma coisa a V.Exas.: é entristecedor isso! Eu estava com vontade de votar favoravelmente a essa reforma. Como eu queria, Deputados! Sabem por quê? Porque nós precisamos baixar impostos. É este o caminho: baixar impostos daquilo que nós podemos para fazer o Brasil crescer. Mas eu só vi um rapaz fazer isso aqui. É ele mesmo: Bolsonaro.

É por isso que eu tenho saudade de ti, Bolsonaro, porque o senhor baixou muitos impostos aqui!

O interessante é que ele baixava impostos, e as pessoas compravam mais.

Por isso eu tenho saudade de ti. Eu quero tomar um cafezinho de novo aí contigo, tá?

Há outra coisa, gente. Já sabem, não é? Eu vou sentar o cacete e votar contra essa reforma da fome. Rondônia não quer essa reforma.

Agora, há ainda outra coisa mais séria, gente. Todas são sérias. Além disso

tudo, o barbudinho disse que se orgulha de ser chamado de comunista. Não tem condições! Não tem condições, gente! O Presidente da República de um Brasil desse, democrático, onde lutamos todos os dias, enquanto estamos aqui defendendo o Brasil, defendendo a Amazônia, vem dizer que se orgulha?

Vai embora! Pede para ir embora!

Aliás, agora vale: "Fora, Lula!". Nessa condição, esse lugar não é teu. Vai para Cuba e pede para ser Presidente lá, rapaz! Aqui não é lugar de comunismo! Aqui não é!

(Palmas.)

Não aceitamos isso! Não aceitamos! Eu estou chateado, sim.

Presidente, peço mais 30 segundos para eu encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Conclua, Deputado, por favor. Há uma lista grande de oradores.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Eu presidi a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na semana retrasada, que contou com a presença de vários Parlamentares europeus. Sabem o que eles disseram no discurso? *"A Amazônia é nossa"*. Uma Deputada da Alemanha disse: *"A Amazônia é nossa"*. É o cacete! É na porrada! A Amazônia é o seguinte: entrou lá, vai levar porrada. Ela é dos brasileiros!

Documento 80/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-16:24
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Bibo Nunes-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter vexaminoso da liberação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de vultosos recursos de emendas orçamentárias a Parlamentares, para aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Gilberto Nascimento. Atenção! Quando um homem toma a sua decisão ou a sua orientação político-ideológica baseada no dinheiro, o valor desse homem é nada! Eu digo isso porque hoje o ex-presidiário Lula destinou 2 bilhões e 100 milhões de reais em emendas. Hoje! Eu pensei que era

impossível baterem o recorde de 1 bilhão e 700 milhões de reais. Para que esses 2 bilhões e 100 milhões de reais, se não para influenciar na votação de hoje ou de amanhã da reforma tributária? Isso é pura vergonha! Sinto-me envergonhado, em nome do Brasil!

Documento 81/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-16:28
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados de rejeição da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu peço a atenção dos Parlamentares, pois o assunto é muito importante. Pode acontecer hoje a votação da deforma tributária do desgoverno Lula, um Governo que não tem credibilidade nenhuma, nem aqui nem em nenhum lugar do planeta. Aonde vai é um pária, faz vergonha internacional, recebe ditadores. Quando abre a boca, é para desrespeitar o povo.

V.Exas. lembram o que ele falou do Rio Grande do Sul, que o Rio Grande do Sul era exportador de veado. V.Exas. lembram. Ele falou e não respeita ninguém.

Então, Sr. Presidente, eu peço a atenção dos Parlamentares para que não votem essa deforma tributária, que vai prejudicar o povo, vai prejudicar os Estados, vai prejudicar os Municípios e só vai beneficiar o Governo Federal, que engana a população todos os dias.

Quem fala besteira, quem desrespeita a democracia, quem ataca este Parlamento é o desgoverno Lula.

Lula, seu lugar é na prisão!

Documento 82/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-16:32
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Paulo Guedes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da Oposição contrário à aprovação da proposta governamental de reforma tributária. Contestação às críticas da Direita ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PAULO GUEDES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chega a ser engraçado ver o teatro armado pela Oposição.

Eles tentam, a qualquer custo, transmitir para a população brasileira as mentiras que eles conseguiram ao longo do tempo formar em suas bolhas. Só que essas mentiras perderam o sentido.

V.Exas. não conseguem mais enganar ninguém. V.Exas. não conseguem mais enganar as pessoas. Todos aqui sabem que V.Exas. estão falando para as mesmas pessoas. V.Exas. não estão falando para o Brasil. V.Exas. não estão nem aí para a população brasileira. V.Exas. não se importam nem um pouco com os mais pobres.

Quando vemos esse teatro armado aqui pela Oposição, fica claro e evidente o papel de V.Exas. aqui. Enquanto nós defendemos aqui um Brasil mais justo, mais igualitário, políticas públicas, V.Exas. defendem o "bolsa-banqueiro". Está claro!

V.Exas. não querem fazer a reforma porque querem manter o sistema atual, querem manter os privilégios de alguns. Isso está claro e evidente! E V.Exas. se enfeitam, alguns se enrolam em bandeiras, agridem, berram, sapateiam aqui da tribuna, fazem todo o tipo de teatro para chamar a atenção; mas V.Exas. não chamam mais a atenção de ninguém, porque o Brasil já está vacinado contra o ódio que V.Exas. respiram e soltam todo dia aqui nesta Casa. O Brasil já está vacinado contra tudo de ruim.

E não adianta defender aqui o inelegível. Não adianta aqui atacar o Presidente Lula. O Presidente Lula foi inocentado. O Presidente Lula foi condenado injustamente. Cito aqueles que armaram contra ele: o Dallagnol já teve o seu futuro, já recebeu a sua primeira punição; a de Moro vem aí; Bolsonaro já está inelegível e logo, logo, vai estar na Papuda. Esperem para ver! E não adianta ficar esperneando aqui, não.

Nós vamos fazer, sim. Nós vamos votar, nós vamos fazer a reforma tributária, porque nós queremos um regime claro, um regime transparente, em que as pessoas vão saber onde estão pagando o imposto.

V.Exas. estão com medo de quê? V.Exas. estão escondendo o quê? V.Exas. querem proteger quem? Meia dúzia de banqueiros. Isso acabou. O Brasil

voltou!

Documento 83/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-16:36
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Rogério Correia-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da ultradireita contrário à proposta governamental de reforma tributária. Necessidade de reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, fiquei assustado de ver hoje a ultradireita aqui no cercadinho. Eu acho que a inelegibilidade fez mais mal a eles do que a cloroquina. Pelo amor de Deus! Foram palavrões, mau-olhado, xingamentos, palavras de baixo calão. Pelo amor de Deus! Eu acho que a inelegibilidade lhes fez muito mal.

É bom que tenham calma, pessoal! Isso já é um fato. Vocês têm que conviver com isso. Têm que ver se conseguem ter um discurso político de conteúdo para conversar com o povo brasileiro, porque, com esses palavrões e com esse ódio, vocês vão perder sempre. Já perderam por causa do ódio. Dizem que conselho não é bom nem de graça, mas fica um conselho: baixem o tom, discutam sobre conteúdo. Por exemplo, vamos discutir a reforma tributária. É um bom assunto sobre o qual o País quer conversar. E não adianta apenas a ultradireita ficar contra a reforma tributária, porque o povo brasileiro já começou a desconfiar de vocês. Por que os bolsonaristas, que estão tão ofendidos, estão contra a reforma tributária? O nosso Deputado Paulo Guedes deu uma dica: é porque os banqueiros não estão gostando, os ultrarricos não estão gostando. Isso liga Bolsonaro, a ultradireita, aos mais ricos do País. É, aliás, onde ele tem um percentual mais alto de voto. Mas o povo mais pobre quer a reforma tributária.

A tributação como é hoje no Brasil é injusta, e o povo sabe disso. O povo mais pobre acaba pagando muito mais, nos alimentos e nos produtos, do que pagam os grandes, que não pagam sobre aquilo que têm de patrimônio e de renda. Então é preciso que se pague menos no consumo. A reforma vem exatamente para que essa injustiça de que todos falam comece a diminuir e seja quebrada.

Trago, por exemplo, alguns dados importantes. Mais de 95% do setor de comércio e serviços terão menos imposto do que hoje, ou seja, um impacto positivo ou neutro com a reforma tributária, e, a médio e longo prazo, 100% desse comércio e serviços estarão atendidos com menos impostos. Isso vai significar preços mais baixos. Esse é um dado inequívoco da reforma tributária

que nós estamos querendo fazer.

Mas há outros dados. Quem ganha mais vai ter que pagar mais, quem ganha menos vai pagar menos. É o que está sendo chamado de *cashback* do povo. O País vai ficar mais rico em 10 anos — talvez isso V.Exas. não queiram, porque vão perder as eleições durante esse período e em outros.

Peço a V.Exa. 30 segundos, Presidente.

Serão gerados 11,9 milhões de novos empregos com essa reforma tributária. Olhem os dados positivos, povo brasileiro: crescimento de 17% na renda das famílias e redução da taxa de juros — hoje o Banco Central está com uma tática bolsonarista, insistindo em não baixar esses juros.

Então a reforma tributária é uma necessidade do País, é uma necessidade do povo brasileiro. Por isso, está unindo vários, menos, é claro, a ultradireita reacionária, que só sabe xingar.

Muito obrigado.

Documento 84/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-16:40
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Welter-PT -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Imprescindibilidade de realização da reforma tributária.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria falar para todo o povo brasileiro, de modo especial os Estados e Municípios, os Prefeitos e Prefeitas e os Governadores.

Eu estive, agora há pouco, numa aula do colega Deputado paranaense Luiz Carlos Hauly, que é um dos melhores tributaristas e conhece com profundidade a legislação tributária.

O modelo que está posto no País só ajuda o malandro, só beneficia os grandes escritórios tributaristas que ganham dinheiro. Essa reforma vai simplificar a forma de arrecadar, sem subir imposto e desonerar o consumo. Vai tirar imposto do trabalhador. Vai melhorar a vida do empreendedor que trabalha corretamente, e o Estado brasileiro inclusive vai arrecadar mais, vai ter mais eficácia, porque ela simplifica. O Estado brasileiro precisa dessa reforma. Não

é uma reforma do PT ou do Lula, é uma reforma porque o Estado brasileiro está precisando.

Eu entendo por que a ultradireita está ecoando, batendo contra, divulgando *fake news* de que vão subir os impostos da cesta básica. Isso é um absurdo! Vai baixar o custo da cesta básica. Isso está muito claro. Está explícito, é só ler a lei. A interpretação está duvidosa para alguns, mas falem com quem entende. Leiam, por favor, para compreender que essa reforma é para o bem do povo brasileiro, é para o bem do desenvolvimento econômico do País, para nós fazermos um enfrentamento junto à geopolítica internacional.

O nosso País precisa dessa reforma. É o povo brasileiro que está clamando por simplificar a forma de arrecadar os impostos. Para os Municípios brasileiros, eu quero dizer o seguinte — esta foi a minha fala inicial —: o ISS está garantido. Se pagarmos hoje uma nota no dentista, daqui a 2 dias, o ISS está na conta da Prefeitura.

O IPTU também é um "problemaço", quando vai corrigir a planta de valores. Vai ser definido nesta lei da reforma tributária que a planta de valores será corrigida sempre de acordo com a inflação.

Veja só que beleza para Vereadores que não vão ser mais pressionados, Deputado Alencar, para votar a correção da planta de valores e atualizar o IPTU! Veja só a segurança que vai ter no ISS e no IPTU para que a arrecadação dos Municípios melhore sem a pressão da sociedade e de grandes imobiliárias que pressionam para não subir o IPTU, ou o setor econômico, muito forte.

Sr. Presidente, diante disso tudo, a reforma é imprescindível. A reforma é um bem que esta Câmara fará para o Estado brasileiro. Ela não é do PT, ela é do povo brasileiro.

Cada Deputado, Sr. Presidente, vai bater no peito e dizer com orgulho que participou da simplificação e do método que facilitou a vida do povo brasileiro no sistema tributário, e, por consequência, melhorará o crescimento econômico do País, de forma gradativa, beneficiando em especial quem mais precisa.

Não tenham dúvida disso. Podem votar com segurança, porque quem quiser compreender melhor, se tiver dúvidas sobre essa votação, consulte quem entende. Nós temos um paranaense muito bom, eu não tenho dificuldade de elogiar esse grande Deputado que veio para cá, o Deputado Luiz Carlos Hauly. Conhece muito! Tirem dúvida com ele.

Muito obrigado.

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-16:44
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Afonso Hamm-PP -RS
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da votação da proposta governamental de reforma tributária, com vista ao amplo debate da propositura. Importância de reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Gilberto Nascimento, que preside esta sessão, eu, Deputado Federal Afonso Hamm, com a responsabilidade que tenho de cinco mandatos como titular e de um mandato como suplente aqui na Câmara Federal, subo a esta tribuna com a atribuição de, com responsabilidade e competência, representar o meu Estado, o Rio Grande do Sul, e também o meu País. Nós, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, temos essa autenticidade de representação.

Quero externar uma preocupação e falar da importância da reforma tributária. A reforma tributária é necessária. Isso não se discute. Inclusive, eu estive com o Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, em cinco oportunidades, entre elas, uma reunião partidária, uma reunião ligada às questões do agro e outra ligada às questões da vitivinicultura, do vinho, dos sucos e dos espumantes, um setor que represento aqui com uma frente parlamentar e onde há muita preocupação.

A principal preocupação é com a velocidade do processo. É certo que é importante promovermos essa reforma, tanto que isso provocou a vinda ontem e hoje a Brasília de Governadores e Prefeitos, mas não há esclarecimento suficiente sobre ela; ainda há dúvidas.

Aliás, essa reforma é feita para o povo, para o contribuinte, para o desenvolvimento, para a criação de empregos, para a geração de oportunidades. Ela não é feita para o Governo. E o único que está garantido aqui é o Governo, porque as alíquotas definidas garantem a receita do Governo Federal. Para os Estados e para os Municípios, onde vivem as pessoas, não há essa garantia. Muito pelo contrário, pequenos e grandes Municípios perdem. E há uma desconfiança sobre se o Governo atual tem a capacidade de fazer a gestão dessa reforma. Esses são pontos importantes a serem trabalhados.

As entidades representativas do setor produtivo, como a que representa a indústria no Rio Grande do Sul, avaliam que a reforma alivia a carga tributária, sim. Vai-se tributar na origem, e isso favorece as exportações. Que bom! Mas, para o setor de serviços e para o comércio, é tudo complexo, preocupante, e há, pelo contrário, uma condição até de perda. Como equiparar isso?

E o que é mais importante: a população não está entendendo a reforma, porque

foi apresentada há pouco tempo. A proposta que fiz na reunião da bancada gaúcha, Sr. Presidente, eu a faço agora aqui no plenário: essa votação tem que acontecer no final de agosto. Já seria tempo suficiente. Não temos que esperar até o fim do ano. Não queremos perder o esforço, que eu quero destacar aqui, do Relator Deputado Aguinaldo, que tem sido sensível e está buscando alternativa. Agora, não se admite votar algo aqui que o brasileiro não conhece, que o pai de família não entende. Nós estamos mexendo na vida das pessoas. Mexer nas contribuições, mexer nos impostos, enfim, mexer nos tributos é mexer na vida das pessoas.

Portanto, com a situação como está, o Deputado Afonso Hamm gostaria de trabalhar para aprofundar o debate e construir um texto para fazer as compensações, garantindo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado Hamm, conclua, por favor. Nós temos uma lista grande de oradores.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Vou concluir, Presidente. Eu achei que ainda estava dentro do meu tempo. Desculpe-me.

Concluo dizendo que um momento como este é um momento em que nós temos que nos manifestar e trabalhar para não criar um problema de ordem maior para o nosso País. Portanto, queremos a reforma, mas ela deve ser votada no final de agosto. É esta a posição do Deputado Afonso Hamm. No momento, voto contra ela.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - O.k., Deputado Afonso Hamm.

Agora, ouviremos o Deputado Marco Brasil. Depois, falará o Deputado Joseildo Ramos.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Defesa de aprovação pela Casa da proposta governamental de reforma tributária. Expectativa de redução da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil.

O SR. JOSEILDO RAMOS (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós temos à nossa frente uma janela de oportunidade para criar um sistema tributário moderno, progressivo, como ordena a Lei Fundamental do Estado brasileiro, para melhor tributação das atividades produtivas, trazendo no primeiro momento, na primeira etapa, a simplificação do sistema e retirando dele um emaranhado de normas, de leis que fazem com que o sistema tributário brasileiro seja algo da Idade Média.

Mais de 170 países do mundo têm imposto sobre valor agregado. Nós agora poderemos fazer isso. E essa é uma reforma de Estado, não é uma reforma de governo.

O Brasil está colocando à nossa disposição e à disposição do povo brasileiro a oportunidade de desonerarmos a folha de pagamento e a oportunidade de onerarmos, isso sim, a renda, o patrimônio, numa outra etapa, para que aqueles que têm mais possam pagar mais.

E não adianta ficar aqui neste plenário, dizendo que a reforma vai aumentar o imposto da cesta básica! Isso não existe!

Há um nível de convergência com Governadores e Prefeitos jamais alcançado numa reforma com tamanha complexidade. Portanto, repito, esta é uma janela de oportunidades para que o Brasil modernize o seu sistema tributário. Tão somente isso já coloca no horizonte, com brevidade, o aumento do dinamismo da nossa economia, o crescimento do PIB, que vai crescer entre 2% e 3% até o final do ano.

Nós esperamos que a Presidência do Banco Central perceba que todo o esforço está sendo feito para que os indicadores macroeconômicos da nossa economia estejam convergindo para que a inflação vá para a média prevista para este espaço temporal.

Esta é uma janela de oportunidades, e o Parlamento tem que fazer a sua parte: votar a reforma, pelo nível de convergência...

(Desligamento do microfone.)

Sumário

Apoio à luta da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH Nacional, contra a elevação dos impostos do setor pela reforma tributária.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu acho que todos nós desta Casa e todos os brasileiros sabemos da importância da votação da reforma tributária. A reforma tributária é de uma importância muito grande para este novo momento que o País vive, porém, nós precisamos preservar alguns setores da economia brasileira.

Eu estou aqui falando do setor hoteleiro. Eu estive hoje com representantes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis — ABIH Nacional, e eles me trouxeram uma preocupação com o fato de que essa reforma, no formato que está, eleva a tributação do setor hoteleiro em mais de 100%. A maioria do setor hoteleiro não está no SIMPLES Nacional; ou trabalha com regime de lucro presumido ou com o regime de lucro real. Quem está no regime de lucro presumido, paga 3,65% de COFINS e 5% de ISS, ou seja 8,25%; quem está no regime de lucro real, 9,25% no total. Com a reforma, essa alíquota vai para 25%, e esse setor é importante, principalmente com essa reforma.

O setor hoteleiro integra o setor do turismo, que é importante demais para os Estados pequenos, como o meu Estado, o Espírito Santo, porque, depois da reforma, a economia vai gerar em torno daquilo que vai ser consumido no destino. O turismo vai ser então a alavanca para os Estados pequenos. Porém, com essa reforma no formato que está, o setor hoteleiro, que sofreu muito na pandemia, vai continuar sofrendo agora com uma alíquota de 25% do IBS, porque o setor hoteleiro não tem insumo. O insumo do setor hoteleiro é mão de obra, então o setor é gerador de emprego e renda. Setores como esse nós precisamos preservar, porque geram empregos. E este País precisa de geração de empregos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós precisamos ficar atentos para que setores que geram emprego e renda neste País sejam preservados. E o setor hoteleiro precisa ser preservado nessa reforma tributária.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis nos trouxe essa preocupação, e eu estou aqui dividindo isso com todos os Parlamentares, para que nós possamos, na votação da reforma, aliviar o setor hoteleiro, para que o turismo brasileiro seja realmente para os Estados pequenos uma forma de recuperação das suas receitas.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

Documento 88/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-16:56
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Alencar Santana-PT -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma tributária. Ampliação do Trevo de Bonsucesso, na Rodovia Presidente Dutra, no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Tenho algumas perguntas muito simples para quem está nos acompanhando: você sabe quanto você paga de ISS? Você sabe quanto você paga de ICMS? Você sabe quanto você paga de outros tributos, como IPI, COFINS, PIS, que vão ser extintos para a criação de um único tributo? Pois é! Essa reforma tributária da Câmara dos Deputados, desta Casa do Parlamento, é justamente para permitir que as pessoas saibam o quanto pagam de tributo.

Nós temos que fazer ainda, eu diria, outras reformas adiante, mas essa também é necessária. As pessoas têm o direito de saber o quanto pagam de tributo, porque são justamente elas as fornecedoras desse recurso aos governos e as beneficiárias dos serviços públicos. Elas têm que saber quanto pagam, justamente para poderem cobrar.

Nós queremos entender a razão por trás daqueles que são contra a reforma, a razão verdadeira, os argumentos reais. Estão dizendo por aí que a reforma vai aumentar a carga tributária. É mentira! Um princípio básico observado por todos no Grupo de Trabalho que discutiu essa reforma foi justamente o de não se aumentar a carga tributária. O objetivo, neste momento, é garantir a simplificação do sistema. Nós queremos adiante fazer a reforma também da tributação sobre a renda e sobre o patrimônio, mas esse é outro debate que teremos que travar nesta Casa.

Dizem também que a reforma vai aumentar o preço da cesta básica. É mentira! As pessoas de baixa renda vão ter o *cashback*, a devolução do tributo pago sobre os produtos da cesta básica. E setores essenciais como educação e transporte público serão isentos. Então, quem está falando o oposto quer somente tumultuar. Esses não querem que o Brasil avance e não querem um sistema tributário que seja, nesse caso, transparente. E é um direito de todo e qualquer cidadão saber exatamente o quanto ele paga de tributos.

Sr. Presidente, agora eu queria falar sobre a cidade de Guarulhos. O Governo está fazendo lá uma obra que é uma necessidade antiga, a ampliação do Trevo

de Bonsucesso, na Rodovia Presidente Dutra. Todas as alças do trevo foram feitas a partir de convênio do PAC Mobilidade, no Governo da Presidente Dilma, do PT, com o Governo Municipal também do PT. Agora, será feita pela gestão atual a ampliação do trevo com recursos lá de trás. A concessionária, debaixo da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob o comando do Ministro dos Transportes, Renan Filho, iniciou a obra na alça do Trevo de Bonsucesso, o que, de fato, vai melhorar muito, muito, muito o trânsito na região para quem mora ou trabalha ali, para quem por ali trafega com o seu caminhão, com o seu automóvel, e para quem está no ônibus. Com certeza haverá um grande ganho. E nós estamos fiscalizando.

Fizemos diversas reuniões sobre isso e continuaremos acompanhando não só esse trabalho do trevo, mas também outras intervenções na Dutra.

Documento 89/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-17:00
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Bia Kicis-PL -DF	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tribunal Nacional, tendo em vista à necessidade de ampliação do debate em torno da propositura.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Nós temos ouvido aqui de algumas pessoas que quem é contra a reforma é porque quer que permaneçamos num sistema que é obscuro, num manicômio tributário. Bom, eu quero dizer que eu sou a favor da reforma, mas de uma reforma que traga realmente benefícios para o pagador de impostos, que simplifique o sistema e que traga luz realmente a esse manicômio tributário.

Quando temos que votar de forma tão açodada, tão apressada, isso mostra muito claramente que não querem sequer que entendamos o que estamos votando. E olha que não podem dizer que eu seja uma pessoa que desconheça o sistema tributário, porque fui Procuradora do Distrito Federal e coordenadora da execução fiscal. Então, se eu que sou uma pessoa do direito, das leis, estou tendo dificuldade de compreender a proposta, porque está tudo realmente obscuro...

Nós estamos discutindo um texto constitucional que vai liberar um verdadeiro cheque em branco para o Governo, que está concentrando para si mais e mais

poder e relegando tudo a futuras leis complementares. Ou seja, nós vamos abrir a porteira com um quórum necessário para aprovação de PEC, e depois deixar que o Governo aprove aqui na Casa com facilidade leis complementares, com um quórum muito menor, e passe tudo o que quiser, porque um governo que não conseguir aprovar lei complementar é porque é fraco demais. Então, nós não podemos deixar que isso aconteça.

Foi tido aqui: *"Vocês sabem quanto pagam de impostos?"* Sim, sabemos. A carga de impostos diretos e indiretos, hoje, chega a 26%. Paga-se hoje, por exemplo, 8% de FGTS, mais a parcela patronal para a Previdência. Tenho uma tabela de 2021 que mostra 15% de impostos indiretos, mais 8%, o que sobe para 23%, e isso vai ter um acréscimo de 11 pontos percentuais, indo a até 36%. Ou seja, o IVA, do jeito que está sendo proposto, vai fazer com que haja uma elevação de 11 pontos percentual nesses tributos. Como as pessoas não estão enxergando isso eu não sei. Está faltando saber fazer conta.

Então, Sr. Presidente, eu me recuso a votar uma proposta de emenda à Constituição que vai mexer de forma tão radical com o sistema tributário, sem que possamos conversar, sem que haja oportunidade para debatermos com calma e colocar em pratos limpos quais serão as alíquotas. Se tem que haver emenda, se tem que haver lei complementar, não podemos votar às cegas.

Eu peço aos colegas que não votemos agora. Vamos adiar essa votação, como disse um colega que me precedeu, para o fim de agosto. Vamos entender o que estamos votando, sob pena de realmente concentrarmos poder demais na União, tirando o poder de Estados e Municípios, tirando poder do povo brasileiro.

Obrigada.

Documento 90/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-17:04
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Padre João-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma tributária. Agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos investimentos realizados no Estado de Minas Gerais nas áreas de saúde, educação e cultura. Retomada, no Estado, do Programa Minha Casa, Minha Vida; do Programa Mais Médicos; do Programa Bolsa Família e da Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - É

importante que o povo brasileiro saiba que a última reforma tributária tem quase 60 anos. É um escândalo se não tivermos discernimento e sabedoria para fazer outra reforma agora. A última reforma tem 58 anos, e com ela não há transparência, não há alíquota definida, há guerra fiscal e há muita sonegação.

Eu venho a esta tribuna para agradecer ao Presidente Lula o que fez em 6 meses de Governo em Minas Gerais. Vou citar aqui números referentes a Minas Gerais. Na área da saúde, temos mais 874 médicos com a retomada e o fortalecimento do Mais Médicos. No apoio à cultura, só neste ano houve investimento de 378 milhões de reais com a Lei Paulo Gustavo, em 853 Municípios do Estado de Minas Gerais. Houve a retomada de obras do FNDE, na área da educação. Havia 69 obras paradas e 137 inacabadas, desde 2016, desde o golpe, quando paralisaram tudo. Esse investimento contempla 154 Municípios. Houve repasse de 240 milhões de reais para hospitais filantrópicos. Outras obras e ações retomadas, sem ser da área educação, envolvem o Estádio Municipal de Pirapora e 600 moradias do Minha Casa, Minha Vida. E houve destinação de recursos para a aquisição de viaturas. Então, lá não temos Governador, mas temos um Presidente da República que atua e vem socorrendo Minas Gerais.

Quero também destacar os valores que circulam graças à retomada e à ampliação dos programas sociais. No Bolsa Família, 1,6 milhão de famílias receberam até junho o benefício de 750 reais por família, porque foi ampliado o valor por família, contemplando 724 mil crianças de zero a 6 anos e 176 mil crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, além de 11,3 mil gestantes. Então, há cuidado com a criança, com o adolescente e com a gestante. Na alimentação escolar, 3,7 milhões de alunos foram atendidos em maio, em 13 mil escolas, com repasse de 143 milhões de reais até maio, fortalecendo também a agricultura familiar, porque 30% dos alimentos da merenda escolar vêm da agricultura familiar.

Houve também a retomada do Brasil Sorridente, com quatro novas equipes, chegando a 3.506 equipes no Estado. Com relação às Unidades Básicas de Saúde, 34 UBS entraram em funcionamento, elevando o total a 5.426. No Saúde da Família, 30 novas equipes começaram a atuar. O SAMU conta agora com 257 ambulâncias. E aumentou o emprego formal.

Então, o Brasil voltou...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Peço que conclua, por favor.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) - O Brasil voltou com Lula, a quem deixo a nossa gratidão. Nesses 6 meses de Governo, ele já mudou a qualidade de vida do povo brasileiro e do povo mineiro. Isso é visível na zona rural e nas

cidades, nos grandes centros.

Expresso minha gratidão ao Presidente Lula, desejando a ele vida e saúde para continuar fazendo o bem, sobretudo para os mais pobres. E com a reforma tributária vamos avançar muito mais.

Presidente, peço a V.Exa. que dê divulgação ao meu pronunciamento.

Obrigado.

Documento 91/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-17:12
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Capitão Alden-PL -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração de voto contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional. Defesa de supressão do dispositivo da propositura destinado à criação do chamado imposto de carbono.

O SR. CAPITÃO ALDEN (PL - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a reforma tributária que tentam empurrar goela abaixo, através da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, traz um ponto pouco falado pela Esquerda e pela imprensa: a criação do tal imposto do carbono. Para variar, como tudo o que a Esquerda faz, a proposta vem com uma roupagem bonita, mas com esse jabuti no meio.

Na prática, o que isso traz de malefícios? Vamos lá. O imposto do carbono é uma forma de taxação de produtores, distribuidores ou utilizadores de combustíveis fósseis. O Governo espera arrecadar com esse imposto mais de 28 bilhões de dólares — isso representa 1,5% do PIB — em 2030. A desculpa é bem simples: taxar combustíveis fósseis conforme seu potencial poluente. Esses impostos seriam convertidos em ações para a execução de medidas de controle da poluição. Mas a verdade é simples: é mais uma narrativa, infelizmente, para o pessoal do MST.

Vamos ter trabalho, viu, Deputado Ricardo Salles? Não bastasse quererem invadir as terras por um suposto não cumprimento da função social delas, agora vão ter mais um argumento.

Segundo estudos, o setor agrícola seria responsável por quase 40% das

emissões de gases de efeito estufa, principalmente por causa do metano liberado nas fezes de animais como vacas e ovelhas.

A Europa é um exemplo desastroso dessa política de cobrança de impostos relacionados ao carbono para combater as tais mudanças climáticas, Deputada Bia Kicis. O Governo da Irlanda considera obrigar pecuaristas a abaterem mais de 200 mil vacas. O Governo holandês planeja comprar e fechar até 3 mil fazendas que se comprometerem com a agenda climática. E aqueles que não se enquadrarem terão suas terras tomadas pelo Governo. Aqui no Brasil, lógico, o MST vai entrar na reta também. Na Inglaterra, muitos produtores rurais estão sendo obrigados a trocar todas as suas máquinas agrícolas que operam movidas por *diesel* por máquinas elétricas.

Então, vejam que há uma série de pontos nessa PEC que precisam ser discutidos amplamente aqui nas Comissões e por todos nós Parlamentares, independentemente de sermos de direita ou de esquerda.

Portanto, as pessoas ligadas ao agronegócio fiquem atentas a essa PEC, cobrem de seus Parlamentares que efetivamente votem contra essa medida injusta e que não foi amplamente debatida aqui na Câmara dos Deputados.

Por esses e outros motivos, votarei contra a PEC 45, por entender que não foi amplamente discutida e traz uma série de jabutis que apenas tiram do povo brasileiro a possibilidade de ter um País com progresso e com economia forte. Se a PEC for aprovada, haverá muito desemprego, aumento de impostos e demissões em massa. Com certeza, há uma série de pontos da PEC que ainda não foram amplamente discutidos aqui na Casa.

Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja incluído nos Anais da Casa e divulgado em todos os meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Documento 92/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-17:16
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Valmir Assunção-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização da reforma tributária.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a reforma tributária é uma

necessidade do povo brasileiro. Nós precisamos de uma reforma tributária que nos dê condições de taxar as grandes fortunas. Nós precisamos de uma reforma tributária que coloque o povo negro no orçamento. Nós precisamos de uma reforma tributária que reduza a desigualdade social. Nós precisamos de uma reforma tributária para uma tributação mais justa, em que os mais ricos paguem mais impostos, e os mais pobres não paguem imposto. Ou seja, queremos que quem ganha mais pague mais imposto e que quem ganha menos não pague imposto. Nós precisamos de uma reforma tributária que trate o Brasil como ele é, levando em consideração o aspecto da justiça com o povo brasileiro. Mas o que está sendo debatido aqui é uma simplificação do sistema tributário no Brasil. É isso que está sendo debatido.

Qual a minha grande preocupação hoje? É com o fato de que o debate que está sendo feito aqui não sobre uma proposta do Governo do Presidente Lula, não é sobre algo que nós apresentamos aqui. Há mais de 20 anos esta Casa debate uma reforma tributária para simplificar a cobrança de tributos no Brasil. Essa é a grande verdade. E agora os bolsonaristas estão todos nervosos, dizendo que isso vai aumentar a carga tributária, que se vai cobrar justamente das pessoas mais pobres. Isso não é verdade! Essa simplificação tributária não vai fazer isso.

O Relator dessa proposta de emenda à Constituição debateu em todos os lugares deste País, e agora vêm os bolsonaristas dizer: *"Não, vamos deixar isso para agosto, ou vamos deixar para o mês de outubro"*.

Eu sou daqueles que acham que nós temos que cumprir a nossa função enquanto Parlamentares. Nós precisamos discutir essa simplificação tributária nesta Casa. Nós temos que debater para também contribuir com a população brasileira. E uma das formas de contribuirmos é aprovando um processo de simplificação tributária para que fique mais fácil para a população saber o que está pagando de imposto e, com muita transparência, acompanhar os impostos que ela paga no País. É isso o que nós temos que fazer aqui no dia de hoje. Sou a favor desse projeto porque eu acho que ele é fundamental para o povo brasileiro. Por isso, acredito que nós temos que utilizar o nosso tempo, tanto hoje quanto amanhã, para aprofundar o debate e aprovar a simplificação tributária para o País.

Era isso, Sr. Presidente.

Sumário

Necessidade de ampliação do debate em torno da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. DANIELA REINEHR (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Prezados colegas, eu quero começar o meu pronunciamento hoje falando da minha indignação com a forma como este projeto da reforma tributária está correndo aqui na Casa. Ele está correndo de forma açodada, em total desrespeito a esta Câmara de Deputados, impedindo que nós façamos o nosso trabalho de legislar e de atender as pessoas que nos trouxeram até aqui, o cidadão brasileiro que confiou a nós o seu voto.

Todos nós sabemos que todos nós recebemos diariamente inúmeras manifestações dos mais diversos setores da sociedade. Todos nós sabemos também da necessidade de uma reforma tributária, mas não da forma como está sendo feita, não sem que esteja no texto... Aliás, primeiro, tem que existir um texto, porque nem texto existe. Nós existe um texto pronto. Nós estamos tentando discutir algo que não está pronto. Isso já é um desrespeito por si só.

Mas o fato é que não constam, nesse esboço de texto, elementos necessários que nos deem a garantia de que não haverá aumento de imposto, nem há elementos sobre a maneira como será feita essa reforma. A única coisa que sabemos, até o presente momento, a única certeza que temos, é que a reforma vai mexer no pacto federativo, vai mexer na autonomia de Estados e Municípios e vai promover uma arrecadação centralizada. Ou seja, o Governo Federal, que já é detentor do poder político e um grande influenciador, digamos assim, de outros Poderes, para não dizer algo que não posso dizer aqui, vai ser detentor também de toda a arrecadação do nosso País.

Nós precisamos ter no texto, de forma muito clara, muito clara, a garantia dos parâmetros legais mínimos necessários para que depois possa estar, na lei ordinária, na lei complementar, o elementar. Os parâmetros precisam estar no texto constitucional, e essa garantia nós não temos no momento.

Nós precisamos ter clareza, nós não podemos dar um cheque em branco para este Governo, como no caso do Conselho Federativo. De que forma esse conselho vai funcionar? O Governo vai ter os seus conselheiros? De que forma os nossos Estados, os nossos Municípios vão estar representados nesse conselho? E como é que nós vamos garantir a distribuição dos recursos de forma adequada por esse conselho? Como é que vamos garantir que os créditos cheguem aonde têm que chegar, lá ao nosso Município, ao nosso Estado? E qual é a cláusula nesse texto que vai garantir o não aumento de impostos, o não aumento da cesta básica?

A verdade, Sr. Presidente, é que nós temos muitas incertezas, nós temos muitas

dúvidas e nós temos poucas respostas. E de nada adianta nós ficarmos aqui preocupados se esse texto não chega nunca. Nós não sabemos o que vamos assinar. Estão tentando nos forçar a assinar esse texto, como já foi falado aqui por inúmeros colegas.

Então, Sr. Presidente, nós queremos e nós precisamos de uma reforma tributária, mas nós precisamos que nela constem os elementos mínimos para garantir que o nosso contribuinte não seja onerado, que a carga de impostos não aumente e que os nossos Estados e Municípios não sejam prejudicados.

Portanto, hoje, nós não temos condições de aprovar essa reforma tributária da forma como se encontra.

Obrigada, Presidente.

Quero pedir que o meu pronunciamento conste nos canais de comunicação.

Documento 94/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-20:32
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Sâmia Bomfim-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aspectos da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional. Defesa de supressão de dispositivos constantes na proposição, relativos à redução de impostos incidentes na comercialização de agrotóxicos e à diferenciação tributária do sistema bancário.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a discussão de uma reforma tributária para o Brasil é uma das pautas mais fundamentais e urgentes, e nós gostaríamos, francamente, de estar debatendo uma reforma que pudesse modificar completamente a lógica de tributação no Brasil, que hoje recai majoritariamente sobre o consumo e faz com que os 10% mais pobres tenham 32% da sua renda comprometida para pagar impostos, enquanto os 10% mais ricos têm somente 21% da sua renda comprometida com isso.

Sem dúvida, nos próximos meses o próximo passo será fazer essa discussão. É deste tipo de reforma tributária que o Brasil precisa com urgência: que cobre imposto sobre lucros e dividendos, que finalmente taxe grandes fortunas, que reveja completamente essa lógica absurda de desonerações, sobretudo para o

agronegócio no Brasil, e também aumente, finalmente, a alíquota sobre heranças, que é muito baixa no Brasil — nos Estados Unidos, por exemplo, ela chega a 40%, e aqui há Estados que sequer os 8% cobram.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 45 traz alguns aspectos interessantes, principalmente no que diz respeito à simplificação de tributos, mas também no que diz respeito à regionalização dos recursos que seriam arrecadados, para diminuir as desigualdades regionais, no que diz respeito à possibilidade, finalmente, de cobrança de IPVA sobre iates e jatinhos, o que é uma grande aberração que ocorre no Brasil, no que diz respeito ao fortalecimento de algum modo dos pequenos produtores rurais e no que diz respeito a essa lógica do *cashback*, que apresenta algum tipo de progressividade, que não é o modelo ideal, mas devolve tributos para os setores mais pobres da população, com recorte de raça e de gênero, o que é fundamental para que haja algum tipo de justiça.

Agora, há elementos que são gravíssimos, do nosso ponto de vista, e que inclusive serão objeto de destaque por parte do PSOL. Um deles é a diminuição da tributação sobre os agrotóxicos no Brasil — e sabemos que foi uma exigência da bancada conservadora, daqueles que fazem parte da bancada do agro aqui na Câmara dos Deputados —, porque, afinal de contas, faz muito mal, principalmente para as populações do entorno e para os trabalhadores que trabalham diretamente com os agrotóxicos. Deviam ser, ao contrário, sobretaxados e não receber ainda mais isenção tributária.

Outro aspecto gravíssimo e que está presente nesta PEC, que não vamos conseguir destacar porque só podemos destacar um item, mas que precisa ser dito, é a diferenciação tributária para bancos, em lei complementar, o que significa que vai continuar havendo ainda mais benefícios, ainda mais com uma lógica diferenciada. Já deveria estar explícito nesta PEC que não somente se mantém a mesma carga tributária, mas também a possibilidade da sua ampliação.

Cito também alguns aspectos da própria Lei Kandir, como a isenção do agro, que vão ser constitucionalizados. Isso é grave, tendo em vista que deveria ser o oposto, que deveria haver a revisão da Lei Kandir.

Essa é a nossa posição.

Sumário

Necessidade de ampliação do prazo de exame e discussão da proposta governamental de reforma tributária. Protesto contra o açodamento na apreciação da propositura.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Olha, muito preocupa-me a condução desta Casa com relação a tudo o que é tributário. Tributário, de fato, é técnico. Nós temos visto com a quebra do teto de gastos, com o arcabouço fiscal, os Deputados não sabem exatamente qual é o texto, mas se cria um movimento de mídia, de pressão de Governo, de pressão de liderança partidária, e os Deputados são coagidos a irem com a manada. Cria-se uma manada de Deputados. *"Bom, vamos votar, porque é o momento. A mídia está dizendo que tem que votar, tem que ser a favor da reforma tributária, não tem que olhar os detalhes, porque se olhar os detalhes você está sendo contra o povo brasileiro".*

Meus amigos, a questão tributária é a questão mais fundamental das civilizações, é o contato da cidadania com o Estado. É onde nós somos cobrados, nosso contato com o Estado. Nós temos que nos mobilizar exatamente por questões tributárias, porque aí é que se justifica toda essa construção que hoje nos oprime. Então, nós temos que entender esses detalhes.

E agora fica a questão: nós temos tempo para revisar esses detalhes? Todos são favoráveis à reforma tributária? Nós sabemos que o atual modelo — não é nem modelo tributário o atual conjunto de loucuras tributárias — acarreta ao Brasil um atraso muito grande no potencial de negócios. Sabemos disso. Mas vamos aceitar um texto recheado de ideologia e recheado de estruturas novas, que vão concentrar poder político em Brasília com este Governo, meu Presidente, com este Governo desqualificado, que nomeia Ministro corrupto, que é feito de corruptos? Vamos dar mais poder a este tipo de governo? Pelo amor de Deus!

Nós temos que olhar os detalhes! Esses detalhes são fundamentais. É exatamente a isso que não está sendo dado tempo aqui! Este Presidente da Câmara, o Presidente Lira, não está dando tempo aos Deputados para avaliar a reforma. Existem várias propostas de reforma, outras até sendo suscitadas no momento em que nós discutimos, mas a nada disso está sendo dado o devido tempo. Nós queremos tempo, podemos ter meses só de discussão da reforma tributária, mas, não! Estão afogando a discussão com esta única proposta, que já conta com resistências históricas que estão, mais uma vez, sendo regurgitadas neste Parlamento.

Não há cabimento na condução deste processo, Presidente. Eu peço aqui aos Deputados que têm algum bom senso e que têm alguma idoneidade a leitura do texto de maneira isenta, sem ideologia, para entender quem é que paga os impostos. Consumidores, trabalhadores e empresários — são esses que

financiam o Brasil. Vamos manter uma proposta para eles, e não uma proposta para o Estado, mas é esta a proposta que nós estamos vendo crescer aqui! Infelizmente, é uma proposta de Estado contra a população, contra os empresários e contra os trabalhadores — é esta a proposta que está sendo feita.

Presidente, colegas, muito obrigado.

Documento 96/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-14:48
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Paulo Guedes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	QUESTÃO DE ORDEM DISCURSO

Sumário

Questão de ordem sobre a retirada das notas taquigráficas de termos ofensivos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contidos em discurso proferido por Deputado no plenário. Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. PAULO GUEDES (Bloco/PT - MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diz o art. 73, XII, do Regimento Interno da Câmara:

Art. 73. .....

XII - nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República (...)

O Deputado que me sucedeu, V.Exa. bem sabe, chamou o nosso Presidente Lula de ladrão e de ex-presidiário. Portanto, eu quero que seja retirado das notas taquigráficas esse termo que ele usou no seu discurso.

E mais do que isso, Presidente, só para encerrar, eu quero dizer que é um absurdo completo o que essas pessoas estão pregando aqui: a desinformação — a desinformação! A reforma tributária é a favor do povo. Repito, ela é a favor do povo, e nós precisamos aprová-la para ter regras claras. E quem não a defende aqui é porque quer manter os privilégios de alguns.

Que isso fique registrado, Presidente.

Documento 97/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-14:56
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Zé Trovão-PL -SC
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Preocupação do orador quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal, a respeito da ação direta de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 13.103, de 2015, (Lei dos Caminhoneiros). Caráter ideológico da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, que semana triste para o Brasil.

O STF julga uma ADI que simplesmente destrói o transporte de cargas brasileiro e afunda de vez os meus irmãos que estão na estrada passando já muita necessidade. E, dessa maneira, nós vamos agora caminhar para que o transporte seja, de uma vez por todas, destruído e afundado num lamaçal do qual talvez nunca mais se recupere.

Mas não vamos assistir a isso calados, como se fosse algo natural. Nós estamos lutando, para derrubar isso através do bom senso e do diálogo, buscando as autoridades, inclusive o Ministro Renan, para que se tome uma posição sobre isso o mais rápido possível, senão teremos a falência do transporte. E, com isso, nós teremos problemas econômicos ainda maiores no País. Algumas empresas já estão falando em paralisação. Isso é muito grave.

Outro assunto. Eu fico sem voz, mas não paro de falar sobre a reforma tributária. A cada dia, há um cenário novo diante dos nossos olhos. A todo instante, algo novo aparece para nos atormentar. Alguns que eram contra a reforma, agora, já estão até falando de maneira favorável a uma reforma que levará o Brasil a uma decadência de que nunca mais irá se recuperar.

Essa reforma tributária — eu vou falar 1 milhão de vezes se for preciso — é uma reforma ideológica de arrecadação e de total controle financeiro do Brasil. Dessa maneira, nós teremos, de uma vez por todas, um país falido, Srs. Deputados, de uma maneira que, nos próximos mil anos, não será possível se recuperar.

E isso tudo se dá numa casa cujo Presidente não tem responsabilidade. O Presidente desta Casa não teve a maturidade de deixar o processo legislativo seguir dentro da sua normalidade, criando uma Comissão Especial, fazendo o trabalho que deveria ter sido feito. Mas não, atropelou tudo. E atropelou a preço de quê? Eu disse hoje e repito: vendeu a sua alma para o diabo. Vendeu a sua alma para o diabo e está entregando o Brasil nas mãos do próprio diabo. E

isso tudo levará as próximas gerações à miséria e destruição.

Mas eu jamais vou deixar de lutar por aquilo em que acredito. Jamais vou deixar de lutar e falar sobre aquilo que eu defendo. Nós não podemos permitir que esse escárnio aconteça diante dos nossos olhos e ficar de braços cruzados. É um absurdo!

Mas a história cobrará de cada Parlamentar que tiver a audácia de votar favorável a esse crime. É um crime, inclusive um crime constitucional, contra a família brasileira, contra o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus abençoe o nosso País e nos livre das garras daqueles que se vendem por ouro.

Documento 98/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:00
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Luiz Lima-PL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Acerto da declaração Estamos voltando a um modelo de um Brasil autoritário, diz Eduardo Paes sobre reforma tributária.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há pouco um Deputado do PT falou que é narrativa da Direita o nosso discurso contra a reforma tributária. Não é um discurso narrativo, não é um discurso político e eu vou provar aqui.

O Prefeito do Rio de Janeiro foi um dos maiores cabos eleitorais do Presidente Lula, pôs o seu Poder Executivo todo para apoiar o Presidente Lula no primeiro turno e no segundo turno. Declaração do Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro, ontem: *"Estamos voltando a um modelo de um Brasil autoritário, diz Eduardo Paes sobre reforma tributária"*.

Eu vou repetir aqui: o PT tem 179 Prefeituras, as outras Prefeituras — MDB, 700 Prefeituras; PP, 600 Prefeituras, PSD, 400 Prefeituras — ficarão órfãs e dependentes do Governo Federal, porque tudo vai ser concentrado aqui em Brasília.

Obrigado, Presidente Gilberto.

Documento 99/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:00
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Gustavo Gayer-PL -GO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevação dos índices inflacionários e de desemprego, e recorde no desmatamento na Amazônia e nos cerrados brasileiros no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Oneração da cesta básica pela reforma tributária. Prejuízos causados pela reforma às municipalidades brasileiras.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de começar a minha fala hoje, nesta semana tão importante para o futuro da nossa economia, fazendo um convite aos meus colegas que sentam normalmente à direita do plenário, dos quais eu compartilho dos valores, dos princípios e da idoneidade. Eu gostaria que os senhores olhassem para os nossos colegas que sentam normalmente à esquerda deste plenário e tenham um pouco de compaixão.

Eu venho fazer um pedido para os Parlamentares da Direita, os que pensam por conta própria, os que não são vassalos do crime organizado: peço que tenham um pouco de empatia e compaixão. Está sendo um ano muito difícil para os nossos colegas da Esquerda, que passaram os últimos anos, na verdade, toda a sua carreira política, dizendo que a Esquerda era para ajudar os mais pobres e, de repente, o desemprego aumenta, a inflação sobe no Governo do chefe da facção criminosa.

Usaram, exaustivamente, o discurso da proteção do meio ambiente, e, nos primeiros meses do ladrão que ocupa a cadeira presidencial, há recordes de desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Eu sei que aqueles que têm que defender tudo isso sentem muita vergonha, muitos deles até gostariam de abandonar essa posição e partir para o lado de cá, mas quem faz isso normalmente desaparece do mapa, quando se trata da ideologia deles.

Tenham um pouco de compaixão, pois são pessoas que estão sofrendo muito. É só olhar para os rostos dessas pessoas para ver que eles estão sofrendo, quando percebem que venderam uma imagem, e o Lula está destruindo o nosso País, e se veem obrigados a defender o seu chefe, que é indefensável.

Quando V.Exas. sobem a esta tribuna e cometem o atrevimento de falar as verdades, isso machuca a mente, o coração dos nossos colegas da Esquerda.

Vamos pegar leve, principalmente nesta semana, em que o chefe deles quer aprovar um projeto, uma reforma tributária que vai simplesmente aumentar a oneração da cesta básica, vai causar mais fome no nosso País, vai centralizar toda a economia na mão do chefe da facção. Muitos desses nossos colegas — coitados — são candidatos a Prefeitos, em suas cidades, em seus Estados, e agora têm que apoiar uma reforma tributária que vai tirar deles, enquanto possíveis Prefeitos, o direito de gerir os seus Municípios. Pensem o quão deve ser difícil viver defendendo esse lado da ideologia. Deve ser muito difícil!

Eu volto a pedir aos meus colegas à direita do plenário: tenham um pouco de compaixão. Eles estão sofrendo. Basta olhar. Olhem para lá. Eles estão sofrendo, meus amigos. Não deve ser fácil, mas lembrem-se de que é uma ideologia prisioneira. Aqueles que tentam se libertar dela, desaparecem do mapa. Isso faz e sempre fez parte da história da Esquerda.

Tenhamos um pouco de compaixão. Vamos tratar essas pessoas com carinho, porque não deve ser fácil para alguém que fez o seu nome, chegou a uma posição política, na defesa da ajuda aos mais pobres, da geração de emprego, da proteção ao meio ambiente, e, de repente, ter que defender uma pessoa que está destruindo toda essa narrativa. Eles têm a imprensa do lado deles, é verdade. Mas, mesmo assim, não deve ser fácil ter que apoiar uma reforma tributária que vai acabar com o nosso País.

Documento 100/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:08
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	José Medeiros-PL -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

O assunto desta semana realmente não poderia ser outro, Sr. Presidente: a reforma tributária. A reforma tributária que estão querendo vender aqui tem o mesmo modelo daqueles insetos que picam a vítima, mas antes colocam um anestésico, para que possam sugar sem que a vítima sinta. Nós aqui na Câmara e também no Senado, há muito tempo, vimos defendendo a reforma tributária.

Agora é importante sabermos que defender a reforma tributária não é defendermos qualquer reforma tributária. Há dois quesitos básicos e muito

importantes para que façamos uma remodelagem do sistema tributário brasileiro. Primeiro, acabar com a complexidade, com o cipoal de leis, regulamentos, portarias, que infernizam a vida de quem quer investir no Brasil. Esse é um ponto. Segundo, baixar a carga tributária, que já passa de 30%.

Está sendo proposta uma reforma, que querem aprovar de uma hora para outra, que nem abaixa imposto, nem descomplica o sistema, porque, talvez as pessoas não saibam, daqui até 2033, segundo o projeto, nós vamos ter dois sistemas tributários. Segundo o texto, é para um ir com o tempo sumindo, e o outro tomando lugar. Mas você percebe a complexidade disto para quem tem uma pequena empresa ou mesmo para quem tem uma grande empresa: manter estrutura para dar conta de fazer frente a dois sistemas tributários? Isso não é possível. Não é possível que o País fique num atraso de 10 anos.

Nós temos outras propostas melhores. Temos a PEC 46, por exemplo, que é melhor.

Agora falta falar aqui das perdas que muitos Estados que precisam de dinheiro vão ter. Isso está na ponta do lápis. O Estado de Mato Grosso vai perder 7 bilhões de reais por ano, fora os Estados que ainda têm aquelas contribuições. No caso de Mato Grosso, são mais de 900 milhões de reais.

Nós temos a questão do equilíbrio dos Estados da Federação, caro Presidente, porque Estados que deram incentivos fiscais, o chamado para o PRODEIC, não terão mais isso. Com certeza, essas empresas vão sair disso daí. Como é que você vai fazer um equilíbrio? Nós sempre fizemos reuniões aqui em todos os Governos — geralmente, é o Presidente do Senado que gosta de fazer essas reuniões — com todos os Governadores, falando: "*Agora nós vamos fazer um pacto federativo*". Pois bem, isso acaba com o pacto federativo. É muito pernicioso.

Eu defendo — e não é questão de Governo — que aprovemos uma reforma, mas uma reforma que seja boa não só para atender à emergência de dinheiro do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 101/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:28
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Ricardo Salles-PL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Condições impostas pela Oposição para discussão de eventual aprovação da

proposta governamental de reforma tributária.

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Esta semana traz talvez o ponto mais importante para a competitividade do Brasil. Refiro-me à reforma tributária e aos temas econômicos em geral, como o CARF e outros. E é justamente pela importância desse tema que esta Casa Legislativa precisa afirmar a sua posição com relação aos quatro pontos principais dessa reforma.

Não há hipótese de haver aumento de carga tributária. Nenhum brasileiro, nenhum setor, nenhum segmento aguenta mais aumento de carga tributária. Por outro lado, também é inaceitável esse movimento de "mais Brasília, menos Brasil", que se refere, nesse caso concreto, à concentração da arrecadação nas mãos do Governo Federal, que só então passará a distribuir recursos para Estados e Municípios. Isso vai frontalmente contra aquilo que vem sendo defendido por toda e qualquer pessoa que tem noção da amplitude do nosso País e do excesso de poderes da União. Isso transcende qualquer governo. Não se trata de não concentrar na mão do PT ou do governo de qualquer outra pessoa. Não se deve concentrar no Governo Federal. Ponto. Essa visão é equivocada.

Também, por outro lado, há o equilíbrio de poderes entre os Estados. Foi dito ontem pelo Governador Zema que os Estados que concentram a maior parte da Federação terão uma sub-representação no referido conselho. Isso é inadmissível. Mais do que isso: quando esses Estados, que são os principais pagadores de impostos do País, vão remeter recursos para o Governo Federal, não terão sequer o Fundo de Desenvolvimento Regional. Repito, como disse o próprio Governador Zema, os Estados do Sul e do Sudeste também têm pobreza e pagam grande parte dessa conta. Portanto, não faz sentido esse preconceito, essa visão discriminatória com o Sul e com o Sudeste, dizendo que essas regiões não têm direito a um Fundo de Desenvolvimento Regional.

Então, Sr. Presidente, eu conclamo os colegas desta Casa para que, vencidos esses quatro pontos, possamos discutir eventualmente uma aprovação. Não vencidos esses pontos, é necessário que os partidos, sobretudo os que se dizem de oposição, fechem questão em torno dessa postura contra a reforma tributária. Chega de enganação no nosso País. Chega de usar instrumentos regimentais ou jurídicos para burlar aquilo que a população quer.

O partido de oposição, aquele do qual eu faço parte, não vencidos esses quatro pontos, deve ser integralmente contrário a essa reforma tributária.

Muito obrigado.

Documento 102/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:28
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Adriana Ventura-NOVO -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Colaboração do Deputado Alexis Fonteyne com a bancada do partido Novo na análise da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, só quero endossar a sua fala.

Eu estou muito feliz porque o meu grande amigo, o Deputado Federal Alexis Fonteyne, está aqui me ajudando e ajudando a bancada do NOVO ainda nessa missão de fazer uma reforma tributária de que o Brasil tenha orgulho.

Muito obrigada, Deputado Alexis. É muito bom ter V.Exa. aqui. É uma honra estar presente neste momento. Muito obrigada por tanta ajuda ao Brasil.

Documento 103/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:32
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Giovani Cherini-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Cerceamento à liberdade de expressão da Direita. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Gilberto, Sras. e Srs. Parlamentares, confesso a V.Exas. que está pairando no ar um medo em todos nós. Estão todos os dias nos amedrontando. Quem tem algo tem medo. Quem tem o que perder tem medo. Quem tem família tem medo de perder sua família. Quem tem liberdade tem medo da prisão.

Por isso, o que nós podemos dizer aqui desta tribuna? A quem nós temos que

perguntar?

Eu me lembro de quando — eu estou no meu oitavo mandato — tive o privilégio de estudar em Israel. Eu me lembro da história de Massada, quando 900 judeus que estavam para ser presos pela ditadura daquela época resolveram todos se matar e deixaram escrito numa pedra: *"É preferível morrer a ser escravo. É preferível morrer a não ter o que dizer ou não poder dizer aquilo que se pensa"*.

Nós estamos vivendo um momento — o que nós podemos dizer aqui? — em que quem é da Direita não pode dizer nada e quem é da Esquerda pode dizer tudo. Eu me lembro de quantas vezes eu tive que ouvir aqui a palavra "genocida" usada contra o Presidente Bolsonaro. Agora, nós não podemos falar a verdade sobre o que aconteceu com esse desgoverno que está aí. Nós não podemos nem sequer falar sobre a reforma tributária.

Aliás, essa é a pior reforma tributária que este País já discutiu. É a reforma tributária que mata o povo brasileiro, que tira a liberdade do povo brasileiro, que tira a herança do povo brasileiro. Quem trabalha, quem faz um bem e constrói para a sua família vai perder a sua herança. Não é *fake news*, está lá escrito. Quem trabalha vai ter que pagar mais imposto na agricultura. Quem trabalha vai ter que pagar mais imposto no comércio. Quem trabalha vai ter que pagar mais imposto na cesta básica. Mas será que eu posso dizer isso aqui? Será que nós Parlamentares podemos falar aqui à vontade sem que amanhã haja um processo contra nós?

Sinceramente, nós não podemos nos calar neste momento, mas nós temos que perguntar para o grande Chefe da Nação o que nós podemos dizer aqui, porque eu sou uma pessoa disciplinada, sempre respeitei os adversários. Mas aqui no Brasil existe uma separação: hoje há uma esquerda que quer um projeto de Governo estilo Venezuela e há uma direita que quer um projeto igual ao dos Estados Unidos, que é o da liberdade. A liberdade é antiprisão, a liberdade é o pão do espírito, e não existe nada mais importante. A liberdade é mais importante que a própria vida das pessoas. Portanto, por favor, digam-me.

Inventaram, então, um tal de Projeto das Fake News, que é outro engodo para calar a Direita. É preciso que haja igualdade de condições.

Então, eu continuo perguntando: o que é crime por aquilo que nós defendemos? Nós defendemos a propriedade privada, nós defendemos o livre comércio, nós defendemos a liberdade de imprensa, nós defendemos a liberdade de expressão, nós defendemos liberdade para que as pessoas possam empreender, possam crescer, nós defendemos a liberdade do voto para o cidadão, nós defendemos a liberdade de ir e vir das pessoas.

Portanto, viva a liberdade!

Mas até quando nós vamos viver a liberdade?

Obrigado.

Documento 104/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:44
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Julia Zanatta-PL -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma tributária em tramitação na Casa.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Vou me manifestar hoje novamente sobre a reforma tributária. Todo mundo quer reforma tributária, parece ótimo falar sobre reforma tributária, mas não uma reforma tributária que vai acarretar aumento de impostos para o consumidor, para o povo brasileiro. Essa reforma tributária, além de tudo, fere a autonomia dos Estados.

Eu que sou uma defensora da revisão do pacto federativo para que os Estados tenham mais autonomia, para se respeitar a característica de cada um dos Estados. Mas vejam só, senhores, hoje recebi a notícia de que o Relator da reforma tributária afirmou que não entraria em divididas entre Esquerda e Direita, que não entraria em radicalismos. Para mim, quando alguém fala isso, já quer dizer que está pendendo um pouco para a Esquerda.

Hoje eu recebi uma mensagem de uma Deputada famosa por militar pelo absorvente grátis. Disse que o Relator já garantiu na reforma que os produtos de higiene menstrual terão alíquota reduzida. Então, fiquem tranquilos, meus colegas, porque o pobre agora vai comer absorvente, quem sabe? Parece que para alguns está tudo bem o preço da cesta básica aumentar. Se garantirem alíquota reduzida para absorvente, para produtos de higiene menstrual, então está tudo bem.

Além de essa ser a reforma da fome, agora descobrimos que será também a reforma da lacração, porque, segundo a Deputada famosa por militar pela distribuição de absorventes, o Relator se comprometeu com a inclusão das diretrizes de combate às desigualdades de renda, raça e gênero no âmbito do *cashback*.

Vejam, senhores, é a agenda de gênero, essa agenda nefasta, enfiada até mesmo em uma coisa que era para ser livre de ideologias, como a reforma tributária. Imaginem só como vai ser o *cashback* baseado em gênero. Quem se identificar como hétero vai ser punido. Estamos caminhando para isso, senhores. O anticristo está presente até mesmo em uma reforma tributária que era para ser livre de ideologias, mas vai enchendo a boca para falar bonito e dizer que ajudou o Brasil a fazer uma reforma para piorar a vida do brasileiro, que vai ter que pagar cada vez mais caro para manter um Estado caro, ineficiente e lacrador. Lacrador!

Quem votar com essa reforma vai votar contra o povo trabalhador, que chega ao final de semana e só quer beber a sua cervejinha em paz, pois o Lula quer aumentar o preço da cervejinha.

Muito obrigada.

Documento 105/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:48
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Carlos Jordy-PL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Recorde nos índices de desmatamento da Amazônia e do Cerrado durante da gestão do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Denúncia de liberação de recursos de emendas parlamentares para aprovação de projetos de interesse do governo petista. Registro de voto contrário à proposta de reforma tributária em tramitação na Casa.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Todos nós sabemos que o desgoverno Lula é o desgoverno dos recordes. São recordes atrás de recordes sendo quebrados. Temos um recorde recentemente quebrando. Fevereiro tinha tido o recorde de desmatamento da Amazônia. Agora, há mais um: Amazônia e Cerrado registram em junho o maior número de queimadas desde 2007.

Parabéns ao desgoverno Lula por mais esse recorde! Falavam tanto de proteção da Amazônia, falavam que o Presidente Bolsonaro era o culpado pelas queimadas na Amazônia, mas hoje nós vemos esse brilhante trabalho de estragar a nossa querida Amazônia.

Um dos maiores recordes que também tem sido quebrado cada vez mais pelo desgoverno Lula é o de emendas Parlamentares, de distribuição de emendas Parlamentares. Antes eram milhões, depois passaram a bilhões. Nós vimos na MP dos Ministérios a distribuição de 1,7 bilhão em emendas para a aprovação daquela matéria. Agora, nós vemos num único dia, hoje, às vésperas da votação da reforma tributária, a distribuição de 2,1 bilhões em emendas Parlamentares, mais um grande recorde do desgoverno Lula.

Nós sabemos que há toda uma discussão em torno dessa matéria. Existem alguns pontos que o Relator sinaliza, atendendo aos Governadores, no sentido de retirar dessa reforma tributária para "despiorá-la". Há a questão do conselhão — que é um grande absurdo! —, que concentra as forças no Governo Federal, uma concentração de poder imensa na União, e há a questão de uma melhor distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional. Fora essas questões, é óbvio, nós vamos votar contrariamente, vamos ser contra por tudo isso que esta reforma representa. É uma reforma que vai encarecer a cesta básica, que vai retirar dinheiro dos Municípios. Ainda que ela atenda, até quando vão gastar tantos bilhões para comprar votos aqui?

Esse Governo é frágil, sem base, compra a todo momento votos dos Parlamentares, abrindo a mala preta. Atacava o Presidente Bolsonaro falando de entrega de emendas, de orçamento secreto, como o maior caso de corrupção. Agora, deleita-se dessa forma para comprar votos, porque não tem aprovação, não tem base na Câmara dos Deputados. Eu digo aqui: os Deputados que são conscientes do que representa esta reforma da fome votarão contrariamente, ainda que haja essas alterações que estão sendo propostas pelos Governadores.

Pensem no mais pobre e não nas emendas parlamentares!

Documento 106/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-15:52
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Zucco-REPUBLICANOS -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma tributária em tramitação na Casa. Tentativa de implementação de ditadura no País pelo governo petista.

O SR. ZUCCO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Sem revisão do orador.) - Querem acabar com os Estados e os Municípios! Este é um alerta de extrema gravidade! Meus colegas, estamos diante de uma fachada de golpe, sim, de uma manobra para a implantação de um projeto de poder absoluto! Todo ditador precisa tirar poder de qualquer fonte. Estão querendo tirar o respeito e a

dignidade de Governadores e Prefeitos!

Que papo é esse de conselhão? Qual é o Governador que não tem maioria nos seus conselhos? Qual é o Prefeito que não tem maioria nos seus conselhos? Esse descondenado terá a maioria no seu conselho, e caberão migalhas para Governadores e Prefeitos. Querem matar a autonomia desses gestores, que foram eleitos democraticamente pelo voto! Não se enganem! Não se adiam guerras inevitáveis!

Como falava Churchill, *"o apaziguador alimenta o crocodilo na esperança de ser comido por último"*. Sim, quem alimenta a tirania depois será devorado por ela. Não dá para fazer rodeios. Quem silencia frente ao mal se associa a ele.

Conclamo todos os brasileiros para cobrar dos seus Parlamentares, para falar com os Deputados: *"Não a esta reforma tributária da fome! Não a esta reforma tributária que não fará o objetivo final, que é diminuir a carga de impostos!"* Não deem poder a este Governo, que não tem um projeto de Nação, e, sim, um projeto de poder e de vingança!

Documento 107/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-17:28
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Nilto Tatto-PT -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa da proposta governamental de reforma tributária. Importância de retomada do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

Quero cumprimentar os caros colegas Parlamentares.

Nós temos uma semana muito importante. Esta semana que estamos vivendo agora é histórica para o povo brasileiro, afinal, depois de mais de 30 anos discutindo reforma tributária, nós vamos ter a oportunidade de votar uma reforma que vai pensar o Brasil para os próximos 30 anos, 40 anos, 50 anos.

E, quando vemos a extrema direita reduzida, inclusive aqui no plenário, mas desesperada, gritando, é porque nós temos uma reforma tributária que vai colocar os ricos no imposto. E nós precisamos fazer aquilo que o Lula sempre disse: colocar os pobres no Orçamento e os ricos no Imposto de Renda. É este

o sentido desta reforma tributária: trazer justiça social.

O outro componente importante desta reforma tributária é que ela é atualizada pensando nas oportunidades para o Brasil gerar emprego e renda, se industrializar novamente, enfrentar a crise climática com empregos, com indústrias de baixa emissão de gases de efeito estufa.

Mas esta semana também nós vamos celebrar, porque vamos votar aqui a volta do Programa de Aquisição de Alimentos, que é um programa que leva desenvolvimento, em especial aos pequenos Municípios do País todo.

O Programa de Aquisição de Alimentos leva um desenvolvimento social e uma inclusão social aos agricultores familiares, porque o Governo garante a compra dos alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, que são produzidos pela agricultura familiar. Esses alimentos são entregues nas Prefeituras e são distribuídos para as famílias que mais precisam.

Então, ele é um instrumento importante para combatermos a fome, fome que voltou ao País por causa dos Governos do Temer e do Bolsonaro, porque o Brasil tinha saído do Mapa da Fome. O Programa de Aquisição de Alimentos é importante porque o dinheiro que os agricultores familiares recebem vendendo e entregando os alimentos que produzem é gasto ali no seu Município e gera emprego na quitanda, na farmácia, no mercadinho. E isso vai desenvolvendo o País inteiro.

Só é possível votar a reforma tributária, depois de 30 anos, e ter de volta o PAA porque nós temos Lula como Presidente da República.

Obrigado, Presidente.

Documento 108/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-17:32
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	João Daniel-PT -SE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Retomada do crescimento econômico brasileiro. Congratulações ao Tribunal Superior Eleitoral pela declaração de inelegibilidade do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Realização da reforma tributária.

O SR. JOÃO DANIEL (Bloco/PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria registrar com muito carinho que o

Brasil voltou para quem viaja, para quem conhece, para quem tem compromisso. Voltamos a ver a economia funcionar e o Brasil respirar uma democracia forte, firme.

Quero parabenizar o Tribunal Superior Eleitoral pela decisão firme e coerente contra aquele que ameaçou durante 4 anos na Presidência da República a democracia e as instituições. Aliás, que vergonha internacional este País passou! Os estudiosos, os filósofos e os historiadores haverão de escrever na história do Brasil quantas décadas nós tivemos de atraso, o retrocesso que tivemos com esse que, hoje conhecido como inominável, foi o Presidente da República, a vergonha que passamos.

O resultado daquela política foram o armamento, as mortes, os ódios, os preconceitos e a vergonha instalada em setores conservadores, perversos, que aqui dentro estão representados, alguns com esse mesmo ódio, com esse mesmo modelo de fazer a política do "quanto pior, melhor", tudo para tentar impedir esta grande política, que já decolou, que é a do Presidente Lula. Todas as pessoas, do mais pobre ao mais rico, começam a perceber que o Estado tem políticas públicas.

Por isso, é fundamental que a reforma tributária que nós iniciaremos neste plenário — eu espero — no dia de hoje possa ser aprovada pelo Congresso Nacional. O Presidente Lula resume a reforma com muita clareza: os pobres precisam estar nos orçamentos, e os ricos precisam pagar impostos. O Congresso Nacional tem a grande oportunidade de, desta vez, fazer uma reforma tributária que, aliás, não é nova, vem sendo debatida em todas as legislaturas, Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos os Parlamentares desta Casa e do Senado.

A força e a energia do Presidente Lula, que percorre o mundo — destaco a reunião com o Papa —, em todos os fóruns internacionais, dão-nos a oportunidade para reerguer a economia deste País, fortalecer a democracia e garantir que o Brasil volte a dar felicidade e amor a toda a nossa população.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação, Presidente.

Documento 109/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-17:44
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Luiz Carlos Hauly-PODE -PR
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Deputado Pompeo de Mattos, nosso grande representante do grande e belíssimo Estado do Rio Grande do Sul.

Venho à tribuna mais uma vez para falar com a Nação brasileira, com os Congressistas, Deputadas e Deputados, que representam o povo brasileiro, a respeito da mudança tributária que está em curso nesta Casa. É o mais importante projeto econômico da história do Brasil.

Há mais de 50 anos, o Brasil errou na concepção de seu modelo, que se transformou num manicômio tributário e jurídico, num *frankenstein* funcional, que mata empresas, mata empregos, mata o salário líquido — é o trabalhador brasileiro que leva o menor salário líquido para casa —, mata o poder de compra das famílias e mata a economia.

Tivemos baixíssimo crescimento econômico nas últimas 4 décadas. O Brasil, que, por 80 anos, do começo do século XX até 1980, teve um dos maiores crescimentos econômicos do mundo, capotou, crescendo a 2% ao ano. Nos 80 anos anteriores, cresceu a 6%, que é o que o Brasil precisa voltar a fazer. E qual é o erro? O erro é o sistema tributário: ISS, ICMS, IPI, PIS, COFINS são todos da mesma família de tributos do consumo, que incidem sobre os preços relativos de toda a economia.

As redes de supermercado têm 70 mil itens e subitens e, digamos, mais 30 mil itens de serviços, num total de 100 mil itens. Qual é a característica principal do IVA? É, antes de tudo, uma ferramenta de negócios que retira o imposto para que as empresas comprem umas das outras, comprem e vendam, sem a interferência de impostos. É isso que acontece com as empresas na Europa, nos Estados Unidos e Canadá.

Portanto, o IVA assegura que o imposto nunca mais fique nas mãos das empresas nem dos Governadores, do Governo Federal e dos Municípios sem que ele esteja líquido, liquidando todos os créditos anteriores. É uma inovação que já é experimentada no mundo há 70 anos, é um plano de negócio, é a reconstrução da economia de mercado para livrar os pobres de pagar o dobro da carga tributária dos ricos. Vai reduzir a carga tributária, vai diminuir o preço dos bens e serviços consumidos pela população.

Não adianta dizer que a reforma vai aumentar impostos. É mentira. Desafio quem quiser no Brasil a vir debater comigo. O sistema que nós estamos propondo, de IVA de tecnologia 5.0, vai diminuir a carga tributária da população brasileira, vai facilitar os negócios, vai aumentar a geração de empregos, vai fazer o Brasil voltar a crescer, vai combater a sonegação, acabar com a guerra fiscal, acabar com a inadimplência, acabar com o contencioso

tributário, acabar com o custo burocrático. É isso que queremos.

A reforma não é de esquerda, nem de direita, nem de centro. Ela é do povo, é do País. O Brasil precisa dela, e quem está contra ela está contra o povo brasileiro. É isso que eu quero deixar claro.

Documento 110/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-17:52
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Junio Amaral-PL -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Recusa, pelo governo petista, da aquisição de vacina contra a dengue. Responsabilização do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por óbitos decorrentes da doença. Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma tributária. Liberação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de vultosos recursos de emendas orçamentárias para aprovação da matéria.

O SR. JUNIO AMARAL (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, antes que eu me esqueça, já quero deixar registrada a minha solicitação para que o nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Antes de entrar no assunto mais importante de hoje, que é a tal reforma tributária, também conhecida como reforma da fome, pelo impacto que vai causar, em especial nas pessoas de baixa renda deste País, eu preciso falar sobre esta notícia que eu encontrei, de ontem para hoje, a respeito da recusa do Governo Federal — pasmem, senhores! — a adquirir vacinas: *Saúde ignora vacina importada contra dengue e pretende esperar até 2024 por nacional*.

No passado recente, em um tuíte, o ex-presidiário disse o seguinte: *"700 mil brasileiros morreram vítimas do COVID. Metade dessas mortes poderiam ser evitadas não fossem as fake news, o atraso na obtenção de vacinas (...)"*.

Lula, segundo as suas palavras, o senhor é responsável hoje por cada morte por dengue no Brasil, porque o senhor está se recusando, por meio do seu Governo, a adquirir essas vacinas.

Presidente, sobre a reforma tributária, é inadmissível nós concebermos a possibilidade de votá-la, pelo menos com o texto que foi apresentado até agora. Nós vamos aguardar as alterações, mas, com tantos problemas em um texto, é complicado. São 171% a mais de arrecadação em cima de atividades

recreativas. Dizem defender os pobres. Quer dizer que os pobres não podem ter acesso a atividades recreativas e culturais, ter acesso à recreação? São 160% a mais em serviços pessoais; 153% a mais em hospedagens; e 40% a mais no comércio de calçados, minhas queridas Nova Serrana, Perdigão e Araújos. Apesar de a indústria, de um modo geral, não estar sendo afetada, não adianta nada viabilizar o cenário para indústrias se o comércio está pagando o triplo dessa conta.

Portanto, Sr. Presidente, fica o nosso posicionamento contrário. Nós esperamos que o Relator apresente alterações que possam viabilizar a aprovação desta reforma. Da maneira como está, evidentemente, nós vamos votar contra.

Leio aqui uma manchete de hoje: *Lula libera R$ 2,1 bi em emendas parlamentares em um único dia*. Diz a notícia: *"O novo recorde diário do repasse foi registrado em meio às negociações na Câmara para a aprovação da reforma tributária"*. A minha ingenuidade não me permite sequer imaginar o porquê disso. Mas a minha digital esta reforma não vai ter, não.

Obrigado, Presidente.

Documento 111/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-18:04
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Coronel Fernanda-PL -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manifestação de boas-vindas à nova Deputada Gisela Simona. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Quero avisar a todos que hoje 50% da bancada de Mato Grosso é formada por mulheres. Hoje, passa a compor essa bancada a Deputada Federal Gisela Simona, que está vindo se somar conosco pelo bem de Mato Grosso. Quero parabenizá-la e dizer que é bem-vinda e que estamos aqui para ajudá-la.

Aproveito, Presidente, para dizer que nosso Brasil tem que acordar. Há a reforma tributária, mas ninguém está falando em alíquotas adequadas para a população brasileira. Não podemos majorar com a desculpa de simplificar. Precisamos garantir que o cidadão brasileiro pague menos impostos. A reforma

tributária não é para majorar tributos; ela é para facilitar a vida do contribuinte, para o cidadão brasileiro pagar menos imposto, e não pode ser do jeito como está sendo apresentada.

Enquanto isso não mudar, nós iremos ser contra a reforma tributária. Precisamos que o povo saiba disso. Vamos reformar? Vamos, mas com qualidade, com baixos impostos, para que possa sobrar dinheiro no bolso do povo e haja a qualidade de vida necessária.

Obrigada, Presidente.

Parabéns, Gisela! Seja bem-vinda!

Documento 112/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-18:24
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Tadeu Veneri-PT -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, de auditoria na 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela condução de processos da Operação Lava-Jato. Inconsistência do discurso da Oposição contra a proposta governamental de reforma tributária. Confiança na aprovação da matéria pela Câmara dos Deputados.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, às vezes, nós nos deparamos com algumas circunstâncias na história, Deputado Glauber, que não eram previstas, mas são pedagógicas.

Hoje nós soubemos que o Conselho Nacional do Ministério Público fará, nos dias 12 a 14 de julho, uma auditoria nas unidades da 13ª Vara de Curitiba — para quem não sabe, a 13ª Vara é aquela famosa Vara da Lava-Jato.

E o que o Conselho Nacional do Ministério Público irá buscar esclarecer nesta Vara, que ficou tão famosa de 2014 até algum tempo atrás — inclusive, algumas vezes, de forma negativa, como quando nós soubemos que 2 bilhões e 300 milhões de reais, que haviam sido depositados, talvez estejam em contas ainda não propriamente esclarecidas e quando um dos seus principais expoentes, o ex-Deputado Deltan Dallagnol, um daqueles que defendia a Lava-Jato de corpo e alma, foi cassado?

Falo isso não com satisfação, porque acho que isso só nos remete a algumas situações que são vividas ciclicamente no nosso País. Nós vivemos isso ciclicamente. Parece que quando o País começa a crescer, quando começa a dar sinais de que poderá fazer com que a sua população se levante, seja de fato autônoma, veem aqueles que não aceitam, não concordam e, por todos os métodos possíveis, acabam fazendo o que podem para destruir aquilo que é a emancipação do nosso povo.

Foi assim com a Lava-Jato durante todo esse tempo, Deputado Tião Medeiros. Nós, de Curitiba, acompanhamos isso. Nós vimos todos os dias o que era a propaganda feita pela Lava-Jato. E a Lava-Jato hoje está virando não só um caso passado, mas um caso recente que tem ser investigado.

Da mesma forma, falo da reforma tributária que nós vamos aprovar nesta Casa.

Ouço falas daquele lado que parecem ser remanescentes da extrema direita, remanescentes do atraso, remanescentes daqueles que não aceitam que o País possa melhorar! E o fazem no momento em que todos os indicativos — todos os indicativos, Deputada Gleisi Hoffmann, V.Exa. que é Presidente do nosso partido — mostram que o Presidente Lula está no caminho certo, mostram que o nosso País está melhorando, mostram que nós estamos voltando a aplicar na educação, estamos voltando a aplicar na agricultura, estamos voltando a aplicar no desenvolvimento.

Mas aqueles que não se conformam fazem tudo o que podem para atrapalhar! Sobem à tribuna, muitas vezes, com falsas afirmações, com falsas verdades. Fazem alarde, dizendo que o mundo vai acabar, se a reforma tributária for aprovada.

Dias atrás, era o Maduro. Depois, era a Parada LGBT. Agora é a reforma tributária. Todos esse alarde que é feito tem um objetivo: desconstruir o Governo que, nas urnas, ganhou as eleições, superou o golpe, vai superar a fome, vai superar a miséria e vai superar inclusive o atraso da extrema direita.

Nós vamos aprovar a reforma tributária e vamos fazer deste um país decente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 113/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-18:32
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Emidinho Madeira-PL -MG
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma tributária. Inadmissibilidade de aumento da carga tributária imposta ao setor agropecuário. Dificuldades financeiras enfrentadas pelo homem do campo.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos os colegas.

Eu quero falar da reforma.

Eu acho que o nosso País precisa, sim, de uma reforma, mas de uma reforma que aqueça a economia do Brasil, uma reforma que simplifique as coisas para o cidadão brasileiro, uma reforma que dê mais condições para os nossos Estados e também para os nossos Municípios. O texto que foi apresentado maltrata muito os nossos produtores rurais e os brasileiros em geral.

Eu queria dizer a todos os colegas e a todo o povo brasileiro que nós já nascemos pagando imposto, desde o primeiro cueiro que usamos, o primeiro colchãozinho que está lá no berço, a decoração do quartinho. E vamos crescendo, pagando imposto na hora de estudar — pagamos 30%, 40%, 50% de imposto. Na hora em que o cidadão procura o retorno para esses impostos, não encontra. É por isso que esse texto não atende aos interesses dos cidadãos brasileiros. É por isso que eu sou contrário a esse texto que foi apresentado.

Para o nosso produtor rural, o nosso pecuarista, as coisas já estão muito difíceis lá na roça, lá na ponta. O plantador de soja está desanimado, devido ao mercado; o plantador de milho, também; e do cafeicultor, então, nem se fala. Hoje nós já estamos vendendo o café abaixo do custo de produção. O produtor de leite está desanimado, tirando leite por amor, por não saber fazer outra coisa.

Qual é o produtor de leite, hoje, que vai conseguir manter os seus filhos, fazer a sucessão no campo, se não tem renda? Qual é o jovem que vai ter interesse de tocar, às vezes, um retiro com a produção de leite, se ele não tem renda? Qual é a motivação que ele tem para ficar lá? Às vezes, vem de duas, três gerações de produtores de leite, mas agora está ficando cada vez mais difícil permanecer na atividade.

O homem do campo, o produtor rural, todas as vezes em que uma entidade precisa dele — a APAE, o Lar do Idoso, o Hospital do Câncer —, todas as vezes, ele dá um bezerro, ele dá um saco de café, ele dá uma prenda para ajudar. Além de gerar emprego, direto e indireto, o homem do campo ainda é muito solidário, e vem uma reforma para trazer-lhe uma carga tributária mais pesada ainda. Ele não aguenta. É muita gente para alimentar neste Brasil.

No nosso País, no Brasil hoje, os cafeicultores estão de parabéns. Nós tínhamos que estender o tapete para o homem do campo, para ele poder chegar

aqui, porque os nossos produtores rurais tratam de quatro nações brasileiras. Se eles desanimarem, nós estamos completamente perdidos. É muita gente para alimentar e são muito poucas as pessoas que têm vocação e coragem para produzir. E, às vezes, a pessoa está com um prato de comida e ainda está denegrindo a imagem do produtor rural.

Quero pedir que esta fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.

Documento 114/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-18:40
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Lindbergh Farias-PT -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu espero que daqui a pouco nós comecemos a discutir e a votar a reforma tributária.

A verdade é que nós temos um dos piores sistemas tributários do mundo. Há uma complexidade excessiva, Deputado Cabo Gilberto Silva. Para se ter uma ideia, desde a Constituição de 1988, foram editadas 460 mil normas tributárias. É uma confusão! Há cumulatividade e vários outros problemas. Todo mundo sabe que, na guerra fiscal entre os Estados, quem perde é o povo. Há um ponto importante em relação à questão federativa: a tributação no destino beneficia Estados e Municípios mais pobres com grandes populações.

A simplificação é muito importante, mas a principal anomalia da tributação brasileira é seu caráter regressivo. Ele é um dos sistemas mais injustos do mundo. Aqui quem paga imposto são os mais pobres, os trabalhadores.

Existem lucros e dividendos. Só dois países do mundo não taxam lucros e dividendos: Brasil e Estônia. O diretor de um banco que recebe 1 milhão por mês paga zero imposto, enquanto um professor paga 27,5%.

Estamos falando de uma reforma que vem em duas partes. A tributação sobre o consumo no Brasil pega igualmente o rico e o pobre, mas o pobre, proporcionalmente, paga muito mais. Deputada Fernanda Melchionna, no Brasil, paga-se 50%; nos países da OCDE, 32,4%; nos Estados Unidos, 17%.

A tributação sobre renda e patrimônio no Brasil, Deputado Luiz Couto, é de

apenas 23%. Sabe de quanto é nos Estados Unidos? É de 60%. Nos países da OCDE, é de 40%. Então, aqui está um problema.

Desde o começo eu tinha uma preocupação grande de que essa reforma fatiada congelasse nos 50% a tributação sobre o consumo. Mas houve um ponto muito importante, Sr. Presidente. Se V.Exa. me der mais 30 segundos, eu posso falar dele — e eu quero agradecer ao Relator, porque sugeri isso em várias conversas com o Relator, e o Deputado Ivan Valente também. O art. 15 do projeto possibilita, — e eu espero que aconteça a reforma da tributação sobre renda e patrimônio! —, se nós elevarmos a tributação sobre renda e patrimônio — por exemplo, lucros e dividendos —, que nós baixemos a tributação sobre o consumo. Isso está aqui, e eu acho um grande avanço.

Acho um grande avanço também ter entrado a tributação de IPVA sobre jatinhos, helicópteros, lanchas, todos esses...

(Desligamento do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Sr. Presidente é que o tempo é pouco mesmo, mas eu agradeço a V.Exa. a oportunidade.

Muito obrigado.

Documento 115/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-18:44
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Nikolas Ferreira-PL -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma tributária. Questionamento sobre a liberação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de vultosos recursos de emendas orçamentárias em concomitância com a apreciação da proposta de reforma tributária. Posicionamento contraditório de Parlamentares da Esquerda a respeito do chamado orçamento secreto.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero dizer ao povo brasileiro que é mentira que essa reforma está sendo discutida há 20 anos. Na verdade, ela tem sido desejada há 20 anos. Essa reforma de hoje está sendo discutida há uma semana. Não há Relator. Pelo contrário, houve somente um Grupo de Trabalho, cujo Presidente é um petista.

Ou seja, você não faz uma reforma nem na sua casa de um dia para o outro, e eles querem colocar aqui a discussão em um dia e a votação dessa reforma no outro dia.

Eu pergunto: em que você, brasileiro, vai ser impactado com esta reforma? Em primeiro lugar, a Associação Brasileira de Supermercados disse, em uma pesquisa, que irá aumentar em 60%, em média, o preço da sua cesta básica. A sua, trabalhador, que acorda cedo. Não vai aumentar para o Lula e para a Janja, não; o aumento vai ser para você.

E com relação à atual reforma, nós temos a composição do Conselho Tributário, que é completamente desproporcional, uma vez que há Estados, como Minas Gerais, que contribui com 10% para o PIB brasileiro; e São Paulo, que, somente a capital, também contribui com 10%, tendo o mesmo peso dos demais Estados.

E aí eu pergunto: tem que existir um fundo de desenvolvimento regional somente para o Nordeste, Centro-Oeste e Norte? O Sul e o Sudeste ficam de lado? Não há pessoas pobres em Minas Gerais? Não há pessoas passando dificuldade no nosso Estado?

Eu quero dizer que não sou Mãe Dináh, não sou futurologista, mas o "imposto do pecado" será usado por Marina Silva, por ecoterroristas para taxar o agronegócio, para acabar com a locomotiva do nosso País.

Eu tenho aqui — Deputada Júlia, por favor, se puder, pegue aqueles papéis ali para mim — material que mostra algumas coincidências. Hoje — logo hoje, no dia em que vai ser votado isso —, houve uma liberação de emendas pelo Presidente Lula, que antigamente chamava isso de orçamento secreto, de 2,1 bilhão de reais. Eu pergunto: será que essa liberação tem alguma coisa a ver com a votação da reforma, Deputado Pr. Marco Feliciano? Será que tem alguma coisa a ver?

Dê só uma olhada em quem antes era contrário a esse tipo de emenda: Erika Hilton, que dizia: *"orçamento secreto, não"*. Fabiano Contarato dizia que o orçamento secreto era bolsolão. Olhem quem está aqui, se não é ele, Lula, dizendo que *"o orçamento secreto é a excrescência da política brasileira"*. Sâmia Bomfim: *"orçamento secreto, não"*. Randolfe Rodrigues também era contrário. Felipe Neto também era contrário. O "Pastor da Shopee" também era contrário. Talíria Petrone também era contrária. Jandira Feghali também era contrária. O mentiroso Janones também era contrário. Simone Tebet também. Gleisi Hoffmann e o mentiroso do Guga Noblat, todos eles, contrários. Para concluir, Presidente, todos eles eram contrários ao então orçamento secreto.

Agora já não é mais orçamento secreto. Agora é orçamento do bem. Mas, graças a Deus — graças a Deus! —, o amor venceu, e nós não temos mais problema nenhum. Mas ninguém disse que esse amor seria sofrido. Ninguém

disse que esse amor seria doloroso.

Quando a cesta básica aumentar, não vai haver impressão digital minha em um projeto que vai trazer mais pobreza para o nosso País.

Obrigado, Presidente.

Documento 116/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-18:48
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Tabata Amaral-PSB -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação pela Casa da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Nós estamos vivendo um daqueles raros momentos em que temos a oportunidade de mudar o rumo para o qual o nosso País está indo, mudar a nossa história para sempre. Eu estou falando do nosso sistema tributário, que, infelizmente, é neste momento um dos piores do mundo. Nós estamos diante da possibilidade de votar uma reforma que vai fazer com que o nosso sistema seja mais simples, mais justo, mais transparente.

Eu poderia falar aqui da cobrança no destino, da simplificação, de todo o desenvolvimento econômico que essa reforma vai trazer para o nosso País, mas, infelizmente, eu tenho que subir a esta tribuna mais uma vez para rebater mentiras, *fake news* que estão sendo espalhadas por grupos organizados, que, esses sim, sempre querem o seu quinhão do Estado para poderem assustar a população.

E eu começo falando da mentira — não há outra palavra — que está circulando de que o preço da cesta básica vai aumentar 60%. Isso é mentira. Eu jamais assinaria embaixo de uma proposta como esta.

E quem está dizendo isso? Não sou apenas eu, o nosso Relator, Deputado Aguinaldo, e o nosso coordenador, Deputado Reginaldo. É o Banco Mundial, uma instituição reconhecida internacionalmente, que fez as contas — coisa que, infelizmente não fizeram aqui — e mostrou que o preço dos produtos da cesta básica vai baixar 1,7%. É isso mesmo que vocês ouviram: com esta

reforma vão baixar os preços dos produtos da cesta básica.

Existe outra mentira circulando: *"Ah, mas esta reforma está sendo votada a toque de caixa"*. Esta discussão é travada no Brasil há mais de 20 anos, e, de forma muito consistente, aqui, neste Congresso, com audiência, com pesquisa e com debate, pelo menos desde 2019. Se alguns Parlamentares não tiveram interesse de se envolver nessa discussão, a culpa é deles. Que estudem, que façam o seu papel, porque recebem para vir aqui defender os interesses da população.

Eu poderia falar de inúmeras outras coisas, mas, agora, eu queria falar das vitórias que nós conquistamos.

Nós temos um texto, hoje, que traz avanços na pauta ambiental; que menciona, de forma explícita, que o *cashback* — que é o dinheiro que a população mais pobre vai receber de volta — existe para combater a desigualdade de renda, para combater a desigualdade de gênero, para combater a desigualdade racial.

E eu faço um apelo aos meus colegas que estão aqui para que não façam deste tema um tema de eleição, um tema de palanque, porque este é um tema do Brasil.

E eu queria também dizer que nós já perdemos tempo demais por mesquinhez, por coisa pequena, por *lobby*, por interesses pequenininhos, como esses que nós estamos vendo, infelizmente, no dia de hoje.

O que a população brasileira espera de cada um de nós é coragem e grandeza para, finalmente, aprovar a reforma tributária.

Muito obrigada, Presidente.

Eu peço, por favor, que divulgue...

(Desligamento do microfone.)

Documento 117/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-18:52
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Abilio Brunini-PL -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Ai, ai... É, Marco Feliciano, na Bíblia, há uma passagem que diz que o amor tudo sofre, tudo crê, tudo suporta. Mas não é desse tipo de amor que a Bíblia fala. A Bíblia não fala do amor petista, não; a Bíblia fala de outro amor. O amor que suporta o aumento de impostos não está na Bíblia. O amor que crê que não é para favorecer o PT e roubar o povo não está na Bíblia. O amor que acredita nessa conversinha fiada não é o amor da Bíblia.

Na verdade, essa desculpinha de tirar o dinheiro dos Municípios, dos Estados e colocar na mão do Lula não é amor, não é democracia, não é nada. É amor ao dinheiro do povo, que é tomado — não é contribuição, não — por imposição. Para quê? Para sustentar viagem de Janja e Lula num jatinho para a Europa, para a China, para a América; para reclamar da comida do Planalto, enquanto o povo do Nordeste, levado a erro, passa fome. Isso não é amor. Reclamar que alguém liga para falar que um companheiro, que um amigo morreu não é amor. Defender ditadura na Venezuela não é amor. Esse amor petista não é amor.

Há gente que precisa entender o golpe que está sendo dado no País. Nessa reforma tributária, não existe nada de amor, porque ela aumenta o imposto em cima do prestador de serviço, que paga 5% de Imposto sobre Serviços e vai passar a pagar 25%. E aí vem Deputado com chapinha querer fazer graça?! Isso não é amor. Não adianta vir aqui bonzinho e falar mansinho. Isso não é amor.

Estão querendo entubar a população brasileira. Estão querendo entubar os comerciantes do nosso País. É um processo de vingança, porque sabem que o empresário, que o comerciante apoiaram o Bolsonaro. Eles são de direita, não caem em conversa fiada.

Essa conversa fiada de Robin Hood, de tomar dos ricos para dar para os pobres não cola, porque ele toma dos ricos e dá para os corruptos. Não dá para os pobres. Os pobres passam dificuldade do mesmo jeito.

Não caiam nessa!

Documento 118/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-18:56
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Zé Neto-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação pela Casa da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa discussão sobre a reforma tributária é extremamente importante, para que nós possamos perceber de que lado estão os que são contra e de que lado estão aqueles que acreditam no Brasil.

Há algum Deputado realmente convicto de que o Brasil deve continuar com 5 trilhões de reais de passivo fiscal, acumulando isso permanentemente, sendo o país em que as empresas e o setor produtivo mais gastam horas com organização fiscal e tributária?

Eu conversei com um executivo de uma empresa química que me disse que, nos Estados Unidos, a mesma empresa é quatro vezes o tamanho da empresa no Brasil e tem dois profissionais para cuidar da vida tributária. No Brasil, essa empresa têm 48 profissionais para isso e um passivo astronômico.

Essa não é a reforma que queríamos — uma reforma ampla —, é uma reforma na tributação do consumo, mas ela já se inicia fazendo justiça fiscal para aqueles que ganham menos. O trabalhador e a trabalhadora vão ser beneficiados. A população vai ser beneficiada. O que não dá mais para aceitar é que, no mundo, 174 países tenham o IVA, enquanto nós temos o atraso. Digo isso porque não temos uma direção tributária.

Esse processo que estamos a viver não é uma construção de agora. Quem não acompanhou foi porque não quis. E nos últimos meses — de março para cá, ou do começo de abril —, com o grupo de trabalho funcionando permanentemente nesta Casa, realizando encontros às noites e aos fins de semana nos Estados, demos conta de abrir esse debate, de abrir esse leque.

É claro que ainda temos algumas coisas, algumas contas a ajustar, como sempre é feito na democracia. E aqui nesta Casa teremos mais 1 ou 2 dias, mas dá sim, com boa vontade, para construirmos neste instante da história do Brasil uma reforma tributária de Estado, uma reforma tributária com o grande emblema e a grande tatuagem da construção feita no Parlamento brasileiro, ouvindo o setor produtivo e observando as grandes necessidades da população, especialmente aquela mais carente.

Documento 119/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-19:08
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Célia Xakriabá-PSOL -MG
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inadiável aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

Importância de exame do requerimento de destaque para votação em separado do art. 8º do parecer oferecido à propositura.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na condição de Parlamentar indígena, venho me posicionar nesta Casa. Nós bem sabemos o que é atraso no Brasil. Então, não podemos mais adiar a votação e a aprovação dessa reforma tributária, para promover a transparência para todo cidadão, sobretudo para diminuir as desigualdades regionais, de que muitos Municípios e Estados são vítimas, e para simplificar o sistema. Não podemos mais adiar essa reforma tributária.

Eu gostaria de refletir sobre o art. 8º do parecer preliminar do Relator dessa reforma, que prevê alteração na Constituição, a redução de 50% dos tributos sobre insumos agropecuários, entre eles os agrotóxicos. Isso vai causar um dano ambiental sem tamanho. Precisamos fazer perguntas. V.Exas. sabem que mais de 70% dos agrotóxicos são consumidos no Bioma Cerrado? Sabem que, na região do Mato Grosso do Sul, muitas crianças são envenenadas ainda no útero das mães? Sabem que, como resultado da política do ex-Presidente Bolsonaro, 1.800 agrotóxicos foram aprovados no Brasil?

Então, é importante analisarmos esse destaque, porque nós precisamos de alimentos que não nos matem. V.Exas. sabem que o agrotóxico influencia diretamente a alimentação brasileira, porque adoece a terra, adoece as águas, adoece os nossos rios?

Venho mostrar exatamente este dado trazido pelo povo guarani-kaiowá: no Mato Grosso do Sul, desde 2019, é grande o índice de uso de agrotóxicos, principalmente numa região que também tem sido alvo de conflitos fundiários. Cito o povo xerente.

Nós estamos aqui para dizer, então, da importância da reforma tributária, mas sobretudo nos atentando para os danos ambientais, para pensarmos sobre o consumo de agrotóxicos no Brasil. Nós queremos alimentação, queremos um Brasil que caminhe para o futuro, mas com uma economia inteligente. E uma economia inteligente é uma economia que não mata.

Muito obrigada, Presidente.

Sumário

Realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, Distrito Federal. Confirmação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da permanência da Sra. Nísia Trindade no cargo de Ministra da Saúde. Defesa, pelo Presidente da República, de fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. Garantia, pelo Chefe da Nação, do pagamento do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. encaminhamento ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de pedido de fiscalização da política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil. Defesa da aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, inicialmente, eu quero registrar a beleza da 17ª Conferência Nacional de Saúde, que trouxe a Brasília quase 7 mil delegados e delegadas e que pôde fazer, mais uma vez, uma defesa unitária do Sistema Único de Saúde e elevou propostas importantes para a continuidade do sistema.

A Ministra Nísia, muito bem sustentada por essa conferência, recebeu o Presidente Lula, que não só reafirmou a Ministra Nísia no comando do Ministério, mas também fez uma defesa bastante forte do Sistema Único de Saúde. Também valorizou os profissionais de saúde, dirigindo-se particularmente à enfermagem e reafirmando o pagamento do piso salarial nacional, que é um direito, retroativo a maio deste ano, com nove parcelas já em 2023.

Quero também registrar que entregamos ao Presidente Rodrigo Pacheco uma petição para que o Senado intensifique a fiscalização sobre a política monetária nacional. E ele afirmou que vai trazer, no dia 3 de agosto, o Presidente do Banco Central para uma audiência pública no plenário do Senado, a fim de que ele explique a política monetária adotada. Pedimos ainda que as providências necessárias sejam tomadas pelo Senado em relação ao Banco Central.

Por último, quero aqui, Presidente, falar que a reforma tributária brasileira não é uma reforma de um ou de outro partido; é uma proposta fundamental para que se comece a avançar para a justiça tributária nacional. É uma proposta que reduz a sonegação e simplifica a justiça tributária nacional. Ela vai pensar uma cesta básica unificada, nacional, com desoneração dos seus produtos, mas vai também pensar como recuperar a compensação para aqueles de menor renda, com recorte de classe e gênero.

Nós precisamos atingir uma segunda etapa, a da tributação sobre a renda de patrimônio e herança, é lá que nós queremos chegar. Nós precisamos começar. Essa proposta de reforma tributária que aí está tem a chance de nós darmos um salto, sem que Estados e Municípios percam, mas, ao contrário, aumentem a sua arrecadação. E nós poderemos fazer isso de forma transparente, de uma forma justa, fazendo com que o Fundo de Desenvolvimento Regional possa dar recursos a Estados e Municípios, combatendo a pobreza e fazendo

investimentos.

Por isso, nós precisamos votar essa reforma tributária.

Obrigada.

Documento 121/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-19:16
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Cobalchini-MDB -SC
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado gaúcho Pompeo de Matos, colegas Deputadas e Deputados, não há como não falar do projeto da reforma tributária, que, infelizmente, muitos estão politizando. Quando fui eleito e empossado Deputado, uma das coisas que eu queria votar ao vir para cá era a reforma tributária, sobre a qual ouço há muitos anos lá em Santa Catarina. Acompanhei tantos projetos que vieram para cá, do Executivo, do Legislativo, mas quando estavam prestes a ser pautados, infelizmente, os projetos eram arquivados.

Diferentemente do que muitos falam, este projeto, os projetos, as propostas de emenda à Constituição, as PECs, têm origem parlamentar. Uma PEC veio do Senado, a PEC 110/19, e a PEC 45/19 é aqui da Câmara, cujo autor é o colega Deputado Baleia Rossi. Esta reforma é para o Brasil. Temos muitos argumentos pró-reforma para votarmos a reforma tributária, como a simplificação do sistema, tornando o processo muito mais simples, mais transparente e com equidade fiscal para todo o País.

Eu estava vendo um vídeo que me foi enviado e observei a incrível capacidade que alguns têm de inventar, de mentir, de dizer que a cesta básica vai aumentar 63%, quando, na verdade, vai haver desoneração de PIS e COFINS, estímulo ao empreendedorismo e ao investimento, combate à sonegação e à informalidade, estímulo à competitividade internacional.

Ontem, eu participei de uma reunião com todos os Governadores do Sul e do Sudeste, com as respectivas bancadas. Quando o Governador de São Paulo, o Governador de Minas Gerais, o Governador do Rio de Janeiro do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina dizem que são a favor da reforma, será

que eles estão ficando malucos? Será que não conhecem o teor da reforma? Será que o Relator, que tem estado diuturnamente presente, participando de todas as...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC) - Vou concluir, Presidente.

Aliás, eu quero elogiar a condução do Presidente. Eu não o conhecia, passei a conhecê-lo agora, durante esse processo de discussão da reforma tributária. S.Exa. tem tido muita paciência para conversar com todas as bancadas, com todos os segmentos. Eu tenho certeza absoluta de que os ajustes necessários para que esta Casa possa votar a matéria com tranquilidade vão acontecer até amanhã.

Era isso, Presidente.

Eu peço que, por gentileza, meu pronunciamento seja veiculado nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 122/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-19:20
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Pastor Henrique Vieira-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de aprovação da proposta governamental de reforma tributária. Defesa de inserção, no texto da propositura, de dispositivo destinado à criação de fundo nacional de reparação ao povo negro.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos e a todas.

Quero falar também, brevemente, sobre a reforma tributária, que vai muito além de uma proposta do Governo. É uma proposta ampla e que precisa ser aprovada, pois trará simplicidade e transparência ao sistema tributário e o fim da guerra fiscal. O texto apresenta algumas questões na área de agrotóxicos que

nos preocupam — e nós do PSOL faremos esse debate —, mas, no geral, é um avanço. É óbvio que, para corrigir a injustiça tributária no Brasil, é preciso incidir sobre renda e patrimônio, porque é aí que se faz justiça e se combate a desigualdade.

Eu quero acrescentar outro olhar hoje sobre a reforma tributária. A partir da ação negra que organiza coletivos, entidades e militantes do movimento negro, nós queremos propor, inclusive no Senado, um amplo debate sobre uma perspectiva antirracista na economia e no sistema tributário. Foram quase 4 séculos de escravidão do povo negro. Por meio da escravidão, com exploração, com trabalho não remunerado, a riqueza nacional deste País foi construída a partir da população negra. Com muita luta e mobilização quilombola, houve o fim da escravidão. No entanto, a abolição não significou reparação, justiça social e justiça racial, de tal forma que até hoje, no Brasil, nós temos uma profunda e grave desigualdade social vinculada a uma desigualdade racial.

Qual é o debate que nós queremos colocar, especialmente quando o texto chegar ao Senado e for passível de receber emendas? Nós precisamos criar — e essa é uma ideia que já está prevista no Estatuto da Igualdade Racial — um fundo nacional de reparação ao povo negro. É possível, é factível, é viável e é necessário, a partir de financiamento público, criar um fundo para fortalecer, no Brasil, uma economia preta, popular, solidária, cooperativa e periférica.

Nós acreditamos que o sistema econômico e tributário também precisa de uma análise a partir de uma perspectiva racial, a partir de uma perspectiva de reparação, de compensação. Neste País, a desigualdade social está atrelada à desigualdade racial, e a economia não fica isenta ou neutra.

Vamos aprovar essa reforma tributária aqui na Câmara e, quando ela for ao Senado, vamos pressionar por uma perspectiva antirracista tributária e econômica no Brasil.

Documento 123/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-19:36
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Pedido, pelo PSOL, de supressão do art. 8º do parecer oferecido pelo Relator à proposição.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara deve votar ou começar a discutir ainda hoje a reforma tributária.

Certamente, o estabelecimento de um imposto único, o IVA, seria o ideal, como já fazem 180 países no exterior, porque uma série de distorções é eliminada, como a guerra fiscal, a cumulatividade, a falta de transparência do sistema. E a PEC propõe que a cobrança passe a ser no destino, num período longo, de 50 anos.

Nisso tudo existe uma grande disputa, e nessa disputa quem leva mais vantagem são sempre os que têm o poder econômico. Nós do PSOL propusemos que fosse feita concomitantemente a reforma dos tributos sobre a renda e o patrimônio, junto com a do consumo. Propusemos a regressividade e a progressividade. A regressividade do consumo seria liquidada, e a progressividade na renda e no patrimônio seria implementada imediatamente. É lógico que há alguns setores que se beneficiam.

Eu queria tratar particularmente de uma questão que vai aparecer no nosso debate. No art. 8º do seu relatório, o Relator privilegia o setor agropecuário, quando diz que lei complementar vai instituir um imposto chamado IBS. O art. 195 prevê regime diferenciado, com desconto de 50%, para vários produtos — eu não tenho tempo de listar todos aqui. O inciso VII vai dizer que se trata de insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, com a redação vigente em 30 de abril de 2023.

Isso quer dizer que foi constitucionalizada uma lei que vai trazer a seguinte questão: agrotóxicos, particularmente, sobre os quais devia incidir imposto seletivo, pagando alíquota maior, serão descontados. Então, eles estão, junto com insumos agropecuários, constitucionalizados com desconto. É veneno com desconto. Inclusive, existe uma tabela chamada Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — TIPI, que inclui rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas. Tudo isso está embutido na parte que trata de alimentos e higiene.

Nós do PSOL vamos pedir a supressão dessa proposta, para garantir a defesa da saúde, do meio ambiente e da economia popular no Brasil.

Obrigado.

Sumário

Liberação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de vultosos recursos de emendas orçamentárias para aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Fico grato, digníssimo Presidente Pompeo de Mattos.

Quero fazer uma constatação. Hoje foram liberados 2 bilhões e 100 milhões de reais em emendas. Isso é para chorar! Alguns, de alegria. Eu sou bem objetivo...

(Manifestação no plenário.)

A Esquerda que me respeite, porque eu não cometo *fake news*.

Esse dinheiro liberado é para pagar emendas. Podem ter pago até para mim...

(Manifestação no plenário.)

Não, hoje foram liberados 2 bilhões e 100 milhões de reais, e pode ser para mim uma parte.

Por quê? Que coincidência! Logo hoje?

Querer influenciar a mente, a ideia, a maneira de votar e de pensar. Isso é uma vergonha, nobre ex-presidiário Lula! Por favor, tenha mais respeito com esta Casa e com os Parlamentares!

Aqui fica meu protesto contra a tentativa de influenciar a reforma tributária.

Muito obrigado.

Documento 125/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-19:48
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Reginete Bispo-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a sanção presidencial do Projeto de Lei nº 1.085, de 2023, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento de igualdade salarial e remuneratória

entre mulheres e homens no exercício de mesma função; e a alteração da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Conclamação à Casa para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. REGINETE BISPO (Bloco/PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, colegas Deputados e Deputadas.

Boa tarde, Presidenta Jack Rocha.

Boa tarde, público que nos ouve.

Eu subo a esta tribuna para saudar o importante ato político que o Presidente Lula fez esta semana, que foi sancionar a lei de igualdade salarial entre homens e mulheres, com um conjunto de medidas para que essa legislação realmente seja efetiva. Quero dizer que saúdo essa iniciativa porque não é mais possível vivermos num país onde homens e mulheres que exercem a mesma função, com a mesma escolaridade tenham salários distintos, onde mulheres recebem em torno de 70% do que um homem branco ganha. Se formos falar de uma mulher negra, veremos que ela ganha menos de 50% do que um homem branco ganha. Esses são resquícios de uma sociedade patriarcal e escravagista.

Saudando essa iniciativa do Presidente Lula, quero dizer também que hoje deverá vir a esta Casa o projeto da reforma tributária. Para mim, é o projeto mais importante que deverá tramitar aqui, porque nele está contida — e nós precisamos ficar atentos a isso — a justiça tributária. A justiça tributária coloca no centro do debate mulheres, negros, trabalhadores, pobres, aqueles que consomem e que realmente pagam impostos neste País.

O projeto da reforma tributária traz medidas importantes, como a desoneração da cesta básica. E aqui quero dizer que circula *fake news*, por todo lado, dizendo que a cesta básica vai aumentar em 60%. Primeiro, não é a cesta básica que vai aumentar. Aumentam os impostos. Na realidade, é uma redução em mais de 50% do que está colocado hoje. Quem fez esse cálculo não colocou os inúmeros impostos que vão se sobrepondo, um embutido no outro. Então, essa reforma tributária vem para dar um ordenamento no sistema tributário do nosso País e também para garantir justiça social.

Convoco todos os meus pares para, hoje, amanhã e nos próximos dias, somarmos forças para aprovar essa reforma tributária, que é urgente, que é necessária. É a reforma pela qual, há mais de 30 anos, este País espera.

Muitíssimo obrigada, Presidenta.

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-19:52
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Dr. Frederico-PATRIOTA -MG
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à votação de forma açodada da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DR. FREDERICO (Bloco/PATRIOTA - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente. Obrigado, amigo Pompeo, por ter me garantido a palavra.

Hoje tem sido um dia bem desgastante aqui, porque temos que fazer milagre nesta Casa. Eu fui da Comissão da PEC 45, da qual participei de várias reuniões como membro. Em 2019, a Comissão parou e não concluiu nada até 2020. Hoje é outro projeto.

O projeto está sendo discutido há exatamente 12 dias. Foram 30 anos discutindo conceitos, e há 12 dias estamos discutindo a PEC que vai alterar a Constituição. Isso é bagunça! Isso é baderna! E o mais absurdo é ficar falando aqui de cesta básica.

Senhores, a verdade é a seguinte: ninguém sabe nada! Com todo respeito ao Secretário da Reforma, Bernard Appy, cadê os números? Cadê os dados? Cadê o número concreto? Isso é piada! Isso é palhaçada! Como é que faz reforma tributária se ninguém sabe quem está ganhando ou quem está perdendo; se ninguém sabe se a cesta básica vai aumentar ou se vai abaixar? Vamos parar de hipocrisia!

Vamos depender de Banco Mundial? Os senhores acham que o Banco Mundial está ligando para o Brasil? Os senhores acham isso mesmo? Se o Brasil não tem o dado, por que o Banco Mundial vai ter? Vamos parar com isso!

Então, com todo respeito a esta Casa, eu estou de saco cheio de ser feito de palhaço! Eu acho que nós temos que ter seriedade. Vamos abrir uma Comissão Especial, vamos levar número, vamos discutir quem ganha e quem perde, vamos fazer o trem direito, vamos fazer um negócio decente!

Eu quero votar a favor da reforma, eu quero simplificar imposto, eu quero melhorar a vida do povo, mas eu não quero assinar um cheque em branco para acabar com a população, para dobrar a carga tributária. E nós vamos pagar essa conta, porque não estudamos matemática básica aqui.

Eu quero os números! E o último número que eu quero é o da alíquota. Cadê a alíquota, senhores? Não há alíquota! Cadê a alíquota? O Bernard Appy disse

que o valor vai ser perto de 25%. A CBS federal vai ser perto de 25% ou tudo junto vai ser perto de 25%? A CBS vai ser de 25%, e o IBS cada Município e Estado aumentarão o que quiserem? Isso está vergonhoso! Esta Casa tem que ter mais responsabilidade. Não dá para ficar votando às cegas.

Então, eu quero deixar esse manifesto aqui, com muita firmeza. Nós precisamos amadurecer o processo. O ideal é que não se vote a reforma tributária e que se faça um estudo sério, elaborado, para termos os números de quem está ganhando, quem está perdendo, quem está compensando quem, quem vai ficar com o fundo de quê. Não dá para votar uma PEC dessa importância, que vai impactar a vida de milhões de brasileiros por 50 anos, no escuro.

Não é possível que a equipe econômica não tenha dados! Precisamos do Banco Mundial para nos explicar? Estão de brincadeira! Cadê a soberania nacional?

Então, é isso. Chega! Vamos fazer o trem direito aqui! Vamos ser Deputados de verdade!

Muito obrigado.

Documento 127/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-19:52
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Carol Dartora-PT -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de realização da reforma tributária.

A SRA. CAROL DARTORA (Bloco/PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Deputadas, Deputados.

A discussão que está sendo feita aqui é fundamental para colocar o Brasil em sintonia com o resto do mundo.

O sistema tributário que temos hoje é um sistema extremamente retrógrado, um sistema que penaliza as pessoas mais pobres, que penaliza aquelas que estão na base da pirâmide social, que são as mulheres negras. Não podemos permitir que, diante de um tema tão importante, que vai promover simplificação e modernização, tenhamos que lidar com *fake news*.

A reforma tributária não vai aumentar os valores dos itens da cesta básica. Isso

é uma mentira do bolsonarismo, que não tem interesse em que essa sociedade caminhe, que não tem interesse em que essa sociedade avance. É um grupo que só tem ódio, que deseja o atraso do Brasil, que deseja a eliminação dessa população extremamente diversa e impactada por várias desigualdades.

Acho que não podemos nos furtar a falar para o Brasil que esse grupo está sendo destrutivo ao promover mentiras e tentar distorcer um debate fundamental, que é o debate da reforma tributária. Hoje nós pagamos diversos impostos, impostos picados, e estamos diante da possibilidade de termos o IVA — Imposto sobre Valor Agregado. E isso é um avanço significativo. Então, não podemos cair em falácia. Basta de mentira! Basta de *fake news*!

A reforma tributária vai ser importantíssima para que as mulheres parem de ser tão penalizadas. Os itens da cesta básica são fundamentais, porque são as mulheres as principais responsáveis por esses cuidados. E vai haver essa desoneração. Também temos, nesse texto da reforma, a intenção de colocar itens que vão combater a pobreza menstrual, que é imposta para as mulheres. Então, itens de higiene menstrual vão ser desonerados também e podem fazer parte da cesta básica.

Não podemos cair em falácia.

Muito obrigada.

Documento 128/326

116.2023 Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Sessão Ordinária - CD Guilherme Boulos-PSOL -SP BREVES COMUNICAÇÕES	05/07/2023-20:00 COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Avanços da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós estamos num momento muito importante do debate político aqui no Parlamento brasileiro, que é a discussão da reforma tributária, uma reforma necessária para o Brasil.

A reforma tributária que nós vamos votar, em primeiro lugar, simplifica tributos. Ela transforma cinco impostos diferentes em um único, o Imposto

sobre Bens e Serviços — IBS. Ela também reduz a intensa complexidade de alíquota que abre espaço para isenções fiscais, para negociatas, para falta de transparência no sistema tributário. Muitas vezes, eu diria que, na maioria das vezes, as pessoas não sabem quanto pagam de imposto por cada produto. Essa reforma vai trazer maior simplificação, transparência, e vai acabar com a farra das desonerações e isenções. Isso, por si só, já seria muito importante.

Eu queria destacar alguns pontos que foram debatidos no grupo de trabalho e que trouxeram também avanços. Cito como exemplo a alíquota menor para serviços de transporte público coletivo, que pode levar a uma redução das tarifas de ônibus, metrô e trem. Cito também como exemplo a alíquota menor para atividades culturais, para a cultura. E, para quem não sabe, informo que a economia da cultura representa 3% do PIB nacional.

Quero falar também de uma conquista importante, algo que nós vínhamos defendendo aqui em Plenário — e agradeço ao Deputado Reginaldo Lopes, que foi o Coordenador do GT, por ter acolhido esta questão e também as de outros Parlamentares —, que é a questão do IPVA. Hoje, no Brasil, no sistema tributário, quem tem mais paga menos, e quem tem menos paga mais. O IPVA é uma caricatura disso. Hoje, quem tem um carro velho ou uma moto para trabalhar, o *motoboy* de qualquer periferia brasileira paga IPVA, e quem tem jatinho, iate ou helicóptero não paga 1 real de IPVA. O texto que nós vamos votar aqui vai reverter esse absurdo e fazer com que comecem a pagar o que devem.

Quero saudar também meu companheiro Ivan Valente, que foi representante do nosso partido no grupo de trabalho e incluiu a proposta de que, em 180 dias, o Governo terá que enviar um projeto para tratar do tema da progressividade. Isso é muito importante, porque a simplificação é um passo. E nós temos que ter maior progressividade no nosso sistema tributário e menos impostos sobre consumo, produção, para poder estimular a roda da economia, gerar emprego e tributar adequadamente altas rendas e grandes patrimônios.

Nós vamos seguir nessa luta. O projeto traz avanços importantes, como os que foram destacados aqui, mas vamos seguir brigando para que tenhamos um regime tributário mais justo no Brasil.

Vamos em frente!

Documento 129/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-20:04
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Uma boa noite para todos e todas. Quero cumprimentar a nossa Presidenta Jack Rocha. Quero cumprimentar os demais Deputados e Deputadas.

De fato os próximos dias, na minha opinião, serão para a história do Brasil um divisor de águas. Nós temos a grande oportunidade de fazer a mais importante reforma do Estado brasileiro, a reforma que vai garantir ao Brasil o direito de voltar a ser um país competitivo do ponto de vista do mercado interno e do ponto de vista do mercado externo.

O censo demográfico nos alerta para a necessidade de o Brasil ter um modelo econômico mais eficiente. E, para nós voltarmos a ter eficiência produtiva, é fundamental acabar com o sistema tributário que hoje cobra imposto do imposto.

Esse modelo, que ficou conhecido como "cumulatividade tributária", impede o Brasil de competir com as importações de bens manufaturados, impede o Brasil de se transformar numa nação exportadora de valor agregado. Portanto, essa é uma reforma que, de fato, vai eliminar 80% do Custo Brasil, que se concentra na administração tributária ou na judicialização da complexidade do nosso sistema tributário ou no modelo do imposto sobre imposto.

Ao se cobrar imposto só nas etapas do valor agregado, do valor adicionado, Deputado Airton Faleiro, vamos diminuir o custo: se a cadeia for curta, por exemplo, para produtos da agroindústria, e até mesmo para a exportação de grãos, vai ficar na casa dos 8%; mas, se a cadeia for longa, vamos diminuir o custo para cerca de 20%. Em um mundo globalizado, um mundo aberto, um mundo de recomposição das cadeias regionais, essa reforma vai colocar o Brasil em outro patamar do ponto de vista da produção de riqueza.

Nós não estamos inventando nenhum sistema tributário novo. Nós estamos copiando o sistema internacional de tributação sobre consumo praticado em mais de 95% dos países. Isso, portanto, dá-nos o direito de dizer que essa reforma não é uma reforma ideológica. Essa é uma reforma do setor produtivo. Essa é uma reforma que vai dar ao Brasil mais eficiência e vai construir as possibilidades da retomada econômica. Vamos eliminar, no mínimo, mais de 1,5 trilhão do Custo País. Portanto, ela vai trazer dinâmica. E a política de desenvolvimento regional, pela primeira vez, vai ter um fundo de desenvolvimento regional para potencializar as políticas nos territórios. É um modelo mais eficiente que o da renúncia fiscal. E, ao colocar a tributação no destino, esse instrumento não poderá mais ser usado. Por isso, o instrumento do fundo de desenvolvimento regional é um instrumento melhor para

potencializar políticas e para enfrentar as desigualdades regionais.

Assim, vamos estar juntos neste debate, durante os próximos dias, para consolidarmos uma reforma tributária que possa gerar renda, emprego e oportunidades para o povo brasileiro, aumentando, acima de tudo, a renda *per capita* das famílias para melhorar o consumo.

Documento 130/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-20:24
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Airton Faleiro-PT -PA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação pela Casa da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sinceramente, nós temos que optar por um dos caminhos: mantermos esse sistema tributário injusto, e qualquer cidadão brasileiro, qualquer cidadã, se lhe for perguntado, vai reclamar desse sistema, ou fazermos as alterações, que a sociedade brasileira espera há anos, no nosso sistema tributário.

Nós vamos querer manter um sistema tributário injusto, em que os que podem menos pagam mais e os que podem mais pagam menos? Nós vamos querer manter um sistema tributário com essa complexidade, em que não se sabe quanto se paga nem como se paga? Não! Nós queremos mudança. O Brasil espera por mudança.

Nós vamos querer manter um sistema tributário que estimula a guerra fiscal? Os estudos feitos dão conta de que 75% do que se arrecada é judicializado, e muitas vezes a União perde sua arrecadação.

Não! Nós queremos um sistema novo que acabe, primeiro, com essa bagunça de uma grande quantidade de impostos estabelecendo dois impostos apenas: o imposto da União, imposto federal, e o imposto dos Estados e dos Municípios.

Essa reforma tributária traz, sim — ao contrário do que se diz, que aumenta o valor da cesta básica —, redução e isenção, como disse aqui o Deputado Guilherme Boulos.

Transporte público, saúde, educação, agricultura, que produz alimentos

saudáveis — setores desses vão ter redução de 50%. Aliás, vai haver isenção total, a exemplo dos produtos da agricultura familiar.

Nós queremos!

E é bom que se diga, essa reforma traz um componente novo: ela inaugura um debate com proposições, princípios e diretrizes sobre o que eu vou chamar aqui de um processo de transição ecológica neste País. Eu espero que o relatório que vai chegar aqui hoje, ou amanhã, ainda traga inovações nesse sentido.

Portanto, não nos resta outro caminho: aprovar essa reforma.

Peço que a minha...

(Desligamento do microfone.)

Documento 131/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-20:28
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Carlos Zarattini-PT -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação pela Casa da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós estamos a poucas horas ou a poucos minutos de iniciarmos a discussão da reforma tributária, uma reforma que é tão importante para o Brasil, para poder facilitar e dinamizar a nossa economia, para fazer com que as grandes, as médias e as pequenas empresas possam entender melhor o sistema tributário. Essa reforma vai fazer com que esse sistema seja mais simples e, ao mesmo tempo, possamos garantir uma redução da carga tributária de forma a que o trabalhador, a trabalhadora, o povo brasileiro consiga pagar menos imposto no consumo.

Por quê? Porque é necessário que se tributem exatamente a riqueza, os milionários, os bilionários deste País, que concentram o poder econômico. Para isso, nós precisamos reduzir o imposto sobre o consumo. E para reduzi-lo é necessário simplificá-lo. E é isso o que essa proposta de reforma faz.

Além disso, essa proposta também beneficia a grande esmagadora maioria dos Municípios brasileiros, em que não existe um sistema de produção,

principalmente a produção industrial. Esses Municípios serão beneficiados, porque a arrecadação se dará agora no local de consumo e não mais no local de produção. Isso permitirá a muitos Municípios que hoje dependem de transferências da União e dos Estados melhorar a sua arrecadação e ter mais autonomia.

É por isso que nós vamos votar favoravelmente à reforma tributária, sempre com o objetivo principal de que depois podemos avançar na reforma do Imposto de Renda, na cobrança de imposto sobre lucros e dividendos, de imposto sobre heranças, de imposto sobre grandes fortunas, para que, sim, tenhamos um sistema tributário mais justo neste País, um país com tanta desigualdade, onde 1% da população detém 50% da renda nacional, um país onde esse desequilíbrio perdura há séculos. Precisamos de um sistema tributário que seja justo e que beneficie a maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 132/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-20:36
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Tarcísio Motta-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aspectos da proposta governamental de reforma tributária. Reexame de dispositivos da proposição, relativos à redução de impostos incidentes na comercialização de agrotóxicos e à tributação do sistema bancário.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna falar sobre o assunto da noite, a reforma tributária. É a terceira vez que venho a esta tribuna falar deste assunto.

No primeiro momento, destacava que, na nossa opinião, nós deveríamos estar discutindo primeiro ou pelo menos concomitantemente a reforma tributária sobre patrimônio e renda e, junto, a reforma tributária sobre consumo. A lógica era a de ampliar a tributação sobre patrimônio e renda, sobretudo para ultrarricos, para os mais ricos, com isso diminuir a tributação sobre consumo e, portanto, melhorar a progressividade ou acabar com a regressividade absurda que nós temos no sistema tributário brasileiro. Não foi esse o caminho adotado. Estamos discutindo primeiro a reforma sobre consumo.

Ontem eu falava sobre um aspecto positivo desta reforma, que é o de acabar com a chamada "guerra fiscal", que só traz prejuízos para o Estado e para a

população. É curioso como, por exemplo, alguns Prefeitos ou Governadores ainda reclamam que estão perdendo autonomia. Sim, estão perdendo a autonomia de dar isenções aos empresários e, assim, continuar a negar recursos que são necessários para educação e saúde, por exemplo.

Mas hoje eu queria chamar a atenção para dois aspectos sobre os quais, na minha opinião, ainda não chegamos a um bom texto. Um deles já foi aqui destacado pela Deputada Sâmia Bomfim e também pelo Deputado Ivan Valente, do PSOL. Falo da questão de colocar agrotóxicos, venenos, numa situação de benefícios tributários. Ora, todo esse debate feito no Grupo de Trabalho da Reforma Tributária serviu para não haver listas de produtos e mercadorias beneficiadas neste momento, mas esse dispositivo acaba por constitucionalizar o benefício tributário para agrotóxicos. Isso é muito ruim. Nós precisamos encontrar um caminho diferente. Agrotóxico, veneno deveria sofrer inclusive o imposto seletivo, e não entrar numa categoria que vai pagar menos impostos.

O segundo elemento é o da falta de definição da tributação sobre bancos, um elemento fundamental. Nós vemos, e há longa data, que os bancos estão entre aquelas empresas que mais lucram no nosso País. Acho muito ruim deixarmos para decidir a tributação sobre esse serviço numa lei complementar, e não discutirmos agora que a tributação de bancos tem que ser sobre o total do faturamento bruto deles, e não apenas sobre as tarifas.

Para mim, esses são dois elementos muito importantes, e a bancada do PSOL trabalhará para aperfeiçoá-los. Mas vamos trabalhar para a aprovação desta reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 133/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-20:40
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Sidney Leite-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da votação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, este Parlamento, há muito tempo, tem a expectativa, a partir de quem empreende, de quem produz, de quem trabalha, de fazer uma reforma tributária que simplifique tributos, que garanta transparência, que permita a quem deseja exportar o fruto do seu

trabalho, e não tributos, que garanta a simplificação tributária, que tire do Brasil essa imagem de país com um sistema tributário confuso, complexo, que leva a contencioso na casa de um PIB de vários trilhões de reais.

Fruto deste trabalho a que se propôs o Presidente deste Parlamento, o Deputado Arthur Lira, a proposta não é de governo, a proposta é deste Parlamento, coordenado pelo Deputado Reginaldo Lopes e que tem na relatoria o Deputado Aguinaldo Ribeiro. Entendo que nós avançamos muito para construir um texto que contemple os vários setores produtivos, mas, principalmente, Sr. Presidente, que efetivamente melhore o ambiente de negócios no Brasil, que reduza o Custo Brasil em função da reforma tributária, e com isso nós possamos fomentar a atividade produtiva, gerar emprego, renda e desenvolvimento econômico, mas também buscar, através do *cashback*, a justiça social.

Fica aqui registrado o compromisso de votarmos a reforma tributária da renda e do patrimônio, com o indicativo de diminuição da regressividade, na proposta que votarmos aqui.

Eu entendo que se faz necessário que esta pauta tão importante, não para o Congresso Nacional, mas para o nosso País, para o Brasil, para todos aqueles que muitas vezes teimam em empreender mesmo diante das dificuldades impostas, que a votação da reforma tributária se dê neste Parlamento como uma demonstração do comprometimento desta Casa para com o povo brasileiro, para com o desenvolvimento da atividade econômica, para com a geração de emprego e renda, e que isso se traduza em levar milhares de trabalhadores para a formalidade, em construir um Brasil de oportunidades e diminuir a desigualdade social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Peço que minha fala seja divulgada nos canais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 134/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-20:44
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Juliana Cardoso-PT -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária. Aplausos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Sindicato dos Químicos de São Paulo, pelo encaminhamento, ao Município de Praia Grande,

de refugiados afegãos acampados no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro.

A SRA. JULIANA CARDOSO (Bloco/PT - SP. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste pela *TV Câmara*.

Hoje nós estamos fazendo um grande debate sobre a reforma tributária, em que pese ela tramitar aqui há um bom tempo, mas preciso dizer, senhoras, senhores e público que nos assiste pela TV, que teimam em manter a *fake news* de que a cesta básica será tributada e terá maior custo com esta reforma tributária. Pelo contrário. Na verdade, esta reforma vai simplificar os tributos, principalmente sobre o consumo. Quem consome mais, normalmente, senhoras e senhores, é a população trabalhadora brasileira. Essa reforma fará, principalmente, com que haja menos tributos a pagar sobre consumo.

Eu quero aproveitar estes minutos que me restam para falar da grande atuação que foi feita pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em relação ao Aeroporto de Guarulhos, da cidade de São Paulo, em relação aos nossos irmãos afegãos que estão há muito tempo naquele aeroporto. Quando esses refugiados chegavam aqui, ainda no Governo do Sr. Jair Messias Bolsonaro, não havia o atendimento devido para encaminhá-los. No momento em que há um surto de sarna entre aquelas pessoas que estão ali, sem eira nem beira, o Ministério da Justiça se organiza com o Governo do Estado, não só dos Municípios de Guarulhos e Praia Grande, com Deputados, movimentos sociais e, principalmente, aqueles que atuam há muito tempo com os refugiados. O desfecho foi a ida dos refugiados para Praia Grande, mesmo que a Prefeita, no primeiro momento, não quisesse recebê-los. O Presidente do Sindicato dos Químicos abriu as portas imediatamente para eles, para receber essas pessoas, e ela entendeu que vai iniciar um programa, uma política pública para receber essa população refugiada.

Para V.Exas. terem uma ideia, ainda há mais de 7 mil pedidos de vistos que ainda vão chegar ao Brasil. Muitos deles precisam só da relação de documentos. Eles não precisam só de atendimento, de acolhimento, mas também de organização da documentação, para viver sua vida aqui no Brasil ou em qualquer outro lugar.

Muitíssimo obrigada, Sr. Presidente.

Sumário

Inevitável agravamento da crise financeira do agronegócio brasileiro, no caso de aprovação da proposta governamental de reforma tributária. Defesa de rejeição da propositura.

O SR. RODOLFO NOGUEIRA (PL - MS. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente.

Hoje subo a esta tribuna com muita preocupação com a reforma tributária. Tudo o que se está desenhando torna muito difícil para o agronegócio subsistir no País. O texto desta reforma tem tudo para aumentar a crise já instaurada no agronegócio. Estudo feito pelo Governador do Estado de Mato Grosso, o Mauro Mendes, faz a projeção de que um produtor de soja pode chegar a perder até 45% do faturamento bruto e, em média, até 30% do faturamento de milho, de soja e outros produtos do agronegócio.

É com muita preocupação que nós vemos este texto da reforma tributária, mais um absurdo deste desgoverno, que elegeu o agro como inimigo número 1, que quer colocar o agronegócio para pagar a conta desta reforma tributária. O agronegócio, que sustenta a economia do Brasil, poderá pagar muito caro com esta reforma. O preço dos alimentos na mesa da população brasileira e o preço da cesta básica pode ficar mais alto. Os membros desta Casa precisam saber que tudo o que afeta o agro impacta o País, impacta a economia do Brasil. Quem irá perder nesse jogo revanchista deste desgoverno será o povo mais carente. Volto a falar: este Governo espanca a mão de quem o alimenta.

"Não" à reforma tributária, ao texto original, que penaliza o agronegócio no Brasil e decreta a falência do produtor rural, que sustenta a mesa do brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 136/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-20:52

Publ.: DCD - 7/6/2023 -

Adriana Ventura-NOVO -SP

ORDEM DO DIA ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Caros colegas, entramos com o pedido de retirada de pauta, mas é algo que realmente nos incomoda muito, principalmente porque, como todos sabem, o Partido Novo é um partido que luta por reformas, por todas as reformas. Estivemos à frente da reforma administrativa e da reforma previdenciária, e a reforma tributária é aquela reforma que vai permitir que o País avance, que vai permitir que o ambiente de negócios melhore.

Nós temos vários questionamentos importantes a fazer. Sabemos da importância da simplificação, sabemos pelo que passa o empreendedor, alguém que queira gerar sua riqueza, sabemos o que é um sistema tributário caótico, que não conversa com nenhum sistema tributário no mundo. Agora, nós parecemos alienados aqui. Vou usar um exemplo do meu colega de bancada, o Deputado Alexis Fonteyne: se perguntar quanto há de imposto neste meu celular, ninguém saberá responder. Eu não sei, os secretários de fazenda não sabem. É tanto imposto em cima de imposto, em cima de imposto, que ninguém tem essa resposta. Se alguém souber, deve ser um revoltado que com certeza quer aprovar esta reforma.

Precisamos simplificar e dar transparência ao sistema, mas é preciso que seja uma coisa de fácil entendimento. De que esta reforma é importante eu não tenho a menor dúvida. De que nós queremos uma reforma tributária eu não tenho a menor dúvida, mas precisamos ter certeza de que a carga tributária não será aumentada. Nós não temos essa certeza. A maioria das definições vai ficar para depois, para uma lei complementar. Nós temos problemas com o conselho federativo, que vai prejudicar Estados com determinada população, que vai tirar poder e autonomia dos Estados. Sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional também há várias questões, porque nós temos bolsões de pobreza em todos os Estados.

Nós queremos conhecer o texto desta PEC. O novo texto com alterações subiu para o sistema há 5 minutos. São 120 páginas, que ninguém leu — cento e vinte páginas sobre as quais precisamos nos aprofundar. Precisamos, em relação a um assunto sério como este, debater de maneira respeitosa, não no solavanco, sem saber o que estamos votando, sem saber o que estamos discutindo. Nós estamos sendo desrespeitados aqui todos os dias com esse cabresto, com essa coleirinha. Temos que saber o que estamos votando.

Eu quero votar, sim, a favor de uma reforma que possamos debater, que possamos discutir. Por isso pedimos a retirada de pauta, para que...

(Desligamento do microfone.)

Documento 137/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-20:56
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa posição é contrária à retirada de pauta do requerimento porque, pelos últimos 40 anos, a sociedade brasileira sonhou com um novo sistema tributário, um sistema tributário capaz de ir ao encontro do desejo do povo brasileiro de uma economia mais dinâmica, uma economia mais pujante, um sistema tributário que elimine o custo da produção.

Hoje o nosso sistema tributário é responsável por 80% do Custo Brasil, é um sistema cumulativo de carga tributária, que cobra tributo sobre tributo, que cobra imposto sobre imposto. Nós estamos propondo a implementação de um sistema tributário que é praticado em mais de 95% dos países do mundo. A proposta é a de cobrar imposto só sobre o valor agregado, só sobre o valor adicionado nas etapas de produção.

Sr. Presidente, o texto-base é do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados, do Deputado Baleia Rossi. Durante os últimos 5 anos nós debatemos esse texto nesta Casa, numa Comissão Especial, numa Comissão Mista da Câmara e do Senado, e agora ele é o texto-base de um grupo de trabalho que trabalhou durante 120 dias, que debateu com todos os setores produtivos. Foram realizadas 20 audiências públicas. Nós nos reunimos com mais de 300 representantes de vários setores da economia brasileira, do setor de serviços até o comércio e a indústria. Nós reunimos as bancadas e conversamos no Colégio de Líderes.

Na minha opinião, não há razão nenhuma para adiar este debate, para retirá-lo de pauta. O Deputado Aguinaldo Ribeiro vai fazer a leitura do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, e nós vamos fazer um amplo debate nos próximos dias. Com certeza, isso vai ser muito importante

para a economia brasileira, vai otimizar a economia brasileira. O Brasil virou um país meramente exportador do setor primário. Com a reforma, o Brasil vai voltar a agregar valor, vai voltar a ser competitivo no mercado internacional, vai voltar a ser uma economia aberta e globalizada, vai disputar com as importações. Hoje os nossos produtos também são mais caros para o povo brasileiro.

Portanto, é uma reforma suprapartidária, é uma reforma do Estado brasileiro, é uma reforma que o Governo Federal, pela primeira vez, está apoiando, para a qual está aportando recursos.

Portanto, eu quero fazer um apelo ao Parlamento brasileiro: vamos à votação!

Documento 138/326

116.2023 Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Sessão Ordinária - CD Zé Trovão-PL -SC	05/07/2023-20:56
	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM DISCURSO

Sumário

Questão de ordem sobre o açodamento na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, acerca da reformulação do Sistema Tributário Nacional. Necessidade da criação de Comissão Especial para exame da propositura.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de trazer esta questão de ordem, nesta noite, porque todo o processo que permeia esta reforma tributária, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, está cheio de dúvidas.

Primeiro, nesta legislatura não foi criada uma Comissão Especial para tratar deste assunto. Além disso, é um engano falar que nós somos contrários à reforma tributária. Nós somos favoráveis à reforma tributária, desde que ela tenha parâmetros legais e que dentro dela esteja tudo claro. Como podemos trazer ao Plenário desta Casa uma discussão que deveria ser feita por uma Comissão Especial? *"Ah, mas a Comissão foi feita em 2019"*. Mas nesta legislatura ela não foi feita. Nós temos o direito de discutir este assunto e, não só isso, de falar sobre isso e colocar os pontos negativos, não simplesmente receber um relatório, que chega hoje, se é que já chegou o novo texto, e ter que aprová-lo. É impossível isso, Sr. Presidente! Isso é impossível nesta Casa. Não podemos permitir, de maneira nenhuma, que isso aconteça. Nós temos que ter tempo, tempo hábil.

Este é o momento de uma reforma necessária, mas de uma reforma que

realmente vá beneficiar o povo brasileiro, não uma reforma cheia de informações que ainda não se concretizaram. Há centralização de recursos na União. Como se vai centralizar os recursos na União? Há outros aspectos que ainda não foram falados. Como vão ser destinados ou divididos? *"Ah! Uma comissão"*. Que comissão é essa? Quem fará parte dela? Como será gerida essa comissão?

Então, Sr. Presidente, esta questão de ordem eu fiz, basicamente, porque nós não podemos, de maneira nenhuma, imaginar que o Brasil passe por isso, neste momento, a galope, que se traga um texto que ficou pronto agora. Ele deve estar pegando fogo no forno ainda! Há o texto preliminar, mas e o texto final? E aquela discussão final? Não foi dado tempo para isso, Sr. Presidente. Com todo o respeito que eu tenho a V.Exa., eu acho que está muito rápido. Não é preciso essa pressa toda para fazer uma reforma que pode mudar o rumo do Brasil definitivamente. Nós teríamos mais 6 meses pela frente.

Que Deus abençoe.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Luis Carlos Hauly, será tão rápida a resposta que eu vou dar ao Deputado Zé Trovão que não é preciso nem fazer contradita.

A resposta à questão de ordem que V.Exa. fomenta, Deputado Zé Trovão, já foi integralmente respondida nesta legislatura. Falo da Questão de Ordem nº 5, de 2023, da Deputada Adriana Ventura.

Deputado Zé Trovão, esta PEC passou por 101 sessões na Comissão Especial, quando o prazo máximo era de 40 sessões. Esta PEC passou pela Câmara e pelo Senado, por uma Comissão Mista e agora por um grupo de trabalho, durante mais de 100 dias — acho que foram 120 ou 150 dias.

Eu penso que todos nós — e incluo V.Exa. nisto — teremos o maior interesse em contribuir para o texto. Todas as pessoas, todos os setores, bem como Governadores, Prefeitos de capitais, Prefeitos de grandes cidades, o pacto federativo, o agronegócio, pelo qual V.Exa. tanto preza e pelo qual eu tanto prezo, todos estão negociando e contribuindo para que este texto saia da melhor forma. A única forma de fazer isso, de agora para a frente, é negociar no Parlamento.

Nós vamos ter hoje a leitura do parecer prévio. Acordos foram feitos hoje, durante o dia, com relação à contraparte do ICMS para os Municípios, para as capitais. Acordos foram feitos sobre o conselho federativo sugerido pelo Governador Tarcísio de Freitas e acomodados dentro do texto, para uma governança perfeita, com a transparência adequada, para a reforma de que o

Brasil precisa e que é justa.

Portanto, com todo o respeito a V.Exa., quero dizer que esta PEC já cumpriu prazo de discussão extremada nesta Casa e no Senado Federal e terá uma discussão longa na noite de hoje e durante todo o dia de amanhã, para que possamos levá-la, no final do dia, à votação em primeiro turno, com os devidos destaques.

Portanto, indefiro a questão de ordem de V.Exa., muito respeitosamente, reportando-lhe que a Questão de Ordem nº 5, de 2023, já trata da instalação e da persecução das Comissões Mistas, para o trato de PEC nesta Casa.

Orientação de bancadas sobre o requerimento de retirada de pauta.

Como orienta o Bloco União Brasil/PP/PSB/PDT?

Documento 139/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:04
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Domingos Sávio-PL -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu peço a atenção de todos. Nós do PL — eu em particular — gostaríamos de votar "sim" a uma reforma tributária de que o Brasil precisa, mas é bem melhor votar "sim" à retirada de pauta do que ter que votar "não", daqui a pouco, ao projeto. Por quê? Eu vou dizer o óbvio: porque o projeto, da forma como está, aumenta assustadoramente a tributação, aumenta sobre a cesta básica, aumenta sobre os serviços.

A prova inconteste: os Prefeitos vieram aqui ontem, todos assustados, querendo dizer "não". Apresentaram a eles um estudo do IPEA que diz que a arrecadação de 98,6% dos Municípios vai aumentar. Os Estados estavam assombrados. Foi mostrado a eles que vai aumentar a arrecadação. Ora, se vai aumentar a dos Estados, se vai aumentar a dos Municípios, se o Governo Federal tanto quer aprovar, quem vai pagar a conta? O contribuinte. Portanto...

(Desligamento do microfone.)

Documento 140/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:04
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Pompeo de Mattos-PDT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Deputado André Figueiredo, quero dizer que esta proposta de emenda à Constituição é de 2019, do Deputado Baleia Rossi, e tem junto a ela a proposta de emenda à Constituição do Deputado Luiz Carlos Hauly. Naquela época, o Governo era o do Bolsonaro, mas a PEC não era do Bolsonaro. Agora, em 2023, o Governo é o do Presidente Lula, mas a PEC não é do Presidente Lula. A PEC não é da Direita, a PEC não é da Esquerda, a PEC é do Brasil, a PEC é deste Parlamento.

Se fizermos o trabalho bem feito, vão reconhecer o trabalho do Parlamento. Se não fizermos bem, a cobrança virá para nós. Temos tomar uma atitude e fazer a nossa parte. Chega de empurrar com a barriga, Sr. Presidente! Ao fazer, nós vamos aperfeiçoar, elaborar, contribuir, corrigir, ajustar. É isso o que precisamos fazer.

Para andar 1 légua, é preciso dar o primeiro passo, e hoje nós estamos dando o primeiro passo.

Nós votamos "não".

Documento 141/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:04
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Maria do Rosário-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Federação PT, PCdoB e PV orienta "não" porque acredita que nós estamos aqui contribuindo, realizando a reforma tributária dialogada com o Brasil, construída na Câmara dos Deputados com amplo diálogo com todos os Poderes, com o Governo Federal, com Governos dos Estados e Governos dos Municípios, com o setor produtivo nacional, principalmente para enfrentar a sobreposição de tributos que faz a regressividade e que faz com que os mais pobres no Brasil sempre paguem uma tributação excessiva.

Nós estamos construindo, portanto, Deputado Aguinaldo e Deputado Reginaldo, justiça fiscal e tributária, estamos construindo a simplificação desse processo de forma transparente.

O voto é "não" à retirada e "sim" ao Brasil.

Documento 142/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:08
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Luciano Alves-PSD -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUCIANO ALVES (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, parabenizo a Presidência por abrir a discussão. Muitos colegas estavam reclamando que não estava havendo discussão. Estamos aqui, e o Relator está aí. Agora é o momento de discutirmos tudo o que achamos que deve ser colocado e o que não deve ser colocado. O Brasil não pode esperar mais.

O Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODEMOS orienta "não" à retirada de pauta.

Documento 143/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:08
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Tarcísio Motta-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE orienta "não" à retirada de pauta. Se fosse apenas para termos mais tempo para discutir o relatório, talvez fizesse algum sentido, mas o que nós estamos vendo aqui neste plenário há alguns dias é apenas a tentativa de provocar um pânico econômico, com números tirados sabe-se lá de onde, para tentar tumultuar e fazer palanque eleitoral com o debate da reforma tributária. Há muitos temas a serem resolvidos e discutidos aqui, mas não há por que nós retiramos de pauta este projeto hoje. Até mapa errado do Brasil já estão espalhando por aí, para criar esse pânico econômico.

Vamos aprovar a reforma tributária nesta semana aqui na Câmara!

Documento 144/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:08
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Gilson Marques-NOVO -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de ampliação do debate em torno da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu espero que o Deputado Tarcísio não tenha generalizado, porque nós do NOVO, mais do que ninguém, queremos uma reforma tributária.

Desafio alguém a dizer que tenha lido as 142 páginas, além do nosso Relator Aguinaldo, em 5 minutos. Nós estamos falando de uma transição de 10 anos, com efeitos de 50 anos, quiçá para as próximas gerações. Nós discutimos por

períodos mais longos nome de ponte, dia disso e dia daquilo. Quando é para discutir a reforma tributária, temos 5 minutos para ler 142 páginas e entrar na discussão. Isso é inacreditável!

É óbvio que nós queremos discutir, apreciar, pensar, fazer contas. Não existem contas nem esclarecimentos no relatório, muito menos por parte do Governo. Então, esse prazo nem é só para quem quer discutir e votar, é um tempo para a própria pessoa que apresentou o relatório fazer os esclarecimentos necessários.

O NOVO...

(Desligamento do microfone.)

Documento 145/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:08
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	José Nelto-PP -GO	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP orienta pela não retirada de pauta.

Esta matéria da reforma tributária está sendo debatida neste Parlamento há 35 anos. V.Exa., Presidente Arthur Lira, teve a coragem de colocar a reforma tributária em debate. Assim que o Relator Aguinaldo Ribeiro, do meu partido, do nosso partido, mostrar o seu relatório, que foi debatido durante 90 dias — e foi debatida a Proposta de Emenda à Constituição nº 45 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 110 —, nós poderemos fazer emendas e chamar os Governadores, os Prefeitos e o setor produtivo.

Vamos, sim, discutir democraticamente a reforma tributária para o povo brasileiro...

(Desligamento do microfone.)

Documento 146/326

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela Oposição e pela Minoria, votamos "sim", pela retirada de pauta.

Gostaria de fazer um pedido de bom senso, Sr. Presidente: haja vista que estão aqui os assessores se debruçando sobre as 142 páginas do relatório, que se faça somente a leitura hoje e se postergue a discussão para o dia seguinte, que nos sejam dadas ao menos 24 horas para revermos o texto.

Faço esse pedido pela Oposição e pela Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Luiz Philippe, nós vamos fazer a discussão hoje e amanhã o dia todo. Ela não vai ser interrompida...

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP) - Mas sem haver a leitura do texto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Relator vai fazer uma leitura detalhada no plenário, vai fazer as explicações dos acordos que estão em andamento e que ainda não constam do texto, é verdade. O texto poderá ser modificado até a hora da votação.

Não há, por parte desta Presidência, nem do Relator, nem de ninguém a vontade de que esse texto não seja conhecido e debatido. Nós deixamos esta semana à disposição completa da Casa, para que todas as bancadas estaduais, partidárias e temáticas pudessem discutir esse texto. Se ele for ou não aprovado, vai ser de acordo com a vontade da maioria ou não desta Casa. Portanto, fique V.Exa. tranquilo. V.Exa. terá tempo de ler, com a sua Assessoria, e de discutir com o Relator durante a noite de hoje e até quando for necessário e amanhã o dia todo, até que nós possamos iniciar a votação no início da noite.

Muito obrigado, Excelência.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

Documento 147/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:12
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Jandira Feghali-PCdoB -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu vou orientar pelo Governo, entendendo que a iniciativa da matéria é deste Parlamento — um dos autores, inclusive, está à Mesa, é o Deputado Baleia Rossi. Parabenizo os autores e o Relator pela paciência, pelo diálogo, por todas as rodadas de conversa.

Esta matéria está sendo discutida há anos. Este texto está em debate no grupo de trabalho há mais de 100 dias. Quem teve interesse conheceu o debate. Agora estamos aqui no debate no plenário.

É fundamental que avancemos na votação da reforma tributária. O Governo tem total compromisso com este tema, porque esta é uma matéria do Estado brasileiro, é uma matéria do País e da sociedade brasileira. Nós sabemos que ainda haverá ajustes, ajustes importantes, mas serão fruto do debate, do acordo e da construção que vai sendo feita na Casa.

Portanto, o Governo orienta "não".

Documento 148/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-21:16
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional, e às emendas apresentadas à proposição.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentar o nosso Presidente, o Deputado Arthur Lira, inicialmente, e agradecer pela confiança para uma missão tão árdua, que é a de relatar uma matéria de emenda constitucional que trata da reforma do sistema tributário brasileiro.

Acho que hoje, minhas senhoras e meus senhores, nós estamos vivendo um dia histórico. Há quanto tempo esta matéria está em pauta no nosso País, neste Parlamento, e não conseguimos chegar a este dia e de fato discutir uma mudança nesse sistema, que todos concordam que virou um sistema caótico, que virou um sistema ineficaz, que aumenta o Custo Brasil, que impede ganhos de produtividade, que retira a competitividade, mas que sobretudo penaliza os mais pobres? O nosso sistema tributário sobre o consumo, além de ser distorcido, por ser a base maior de arrecadação no País, é também extremamente regressivo, ou seja, os mais pobres, os que têm menos renda, pagam mais impostos.

Por essa razão, meus amigos, eu queria saudar e cumprimentar todos aqueles que, ao longo dessa história, contribuíram para esse debate, em vários momentos do Parlamento — vários Relatores discutiram esta matéria. Nós chegamos ao dia de hoje. Acho que a discussão tão longa terminou permitindo que, finalmente, chegássemos aqui, mas também foi uma decisão corajosa do Presidente Arthur Lira a de pautar esta matéria.

Presidente Arthur, eu quero reconhecer a sua coragem de enfrentar um tema que nunca se ousou enfrentar neste País e que agora nós estamos enfrentando neste plenário.

Quero agradecer àqueles que participaram desse processo, cumprimentando o autor da propositura, o Deputado Baleia Rossi, cumprimentando também o Deputado Luiz Carlos Hauly, que está aqui conosco — quis o destino que ele estivesse aqui conosco para participar deste momento, desta discussão.

Cumprimento o nosso Senador Davi Alcolumbre, que apresentou a proposta do Deputado Luiz Carlos Hauly no Senado Federal, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que também discutimos neste cenário.

Quero cumprimentar todos os membros do Grupo de Trabalho, que nesse passado mais recente da discussão da reforma tributária se dedicaram diuturnamente, durante quase 120 dias, para construirmos e debatermos novamente com os setores, com os entes federados e com todos aqueles que representam a nossa sociedade. Soubemos ouvir todos, para, num processo de diálogo, construirmos este texto que estamos apresentando agora e sua versão que será apresentada até consubstanciarmos tudo aquilo que este Plenário, como é de praxe, constrói em qualquer proposta que se apresenta nesta Casa.

Eu cumprimento o Deputado Reginaldo Lopes, que foi o Coordenador desse

grupo. Ele esteve ao nosso lado, junto com todos os demais, cumprindo o importante papel de promover o diálogo e visitar Estados quando fomos chamados. Durante todo esse tempo, discutiu esse tema exaustivamente. Quero cumprimentá-lo pela serenidade e pela dedicação.

Quero cumprimentar também estes nossos amigos: o Deputado Sidney Leite, que estou vendo aqui, que esteve participou sempre desse processo; o Deputado Jonas Donizette; o Deputado Ivan Valente; o Deputado Adail Filho; a Deputada Tabata Amaral, representando as mulheres nesse Grupo de Trabalho; o orador que falou agora, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, que esteve no nosso Grupo de Trabalho e teve também oportunidade de debater. Não sei se me esqueci de alguém. O Deputado Newton Cardoso Jr, nosso Deputado de Minas Gerais, também participou ativamente e continua participando desse debate. Cito o Deputado Vitor Lippi, entusiasta da reforma tributária e de um Brasil melhor. O Deputado Saullo Vianna também esteve presente nesse Grupo de Trabalho.

Pois bem, nós ouvimos muito e dialogamos muito para chegar até aqui. E, como disse o nosso Presidente Arthur Lira, vamos continuar ouvindo até que possamos, conforme o papel do Parlamento, construir o texto que, tenho certeza, tenho convicção, entrará para a história, mudando o sistema tributário, que de fato precisa mudar.

Quero fazer menção a todos os nossos Líderes partidários que participaram e construíram, junto com o nosso Presidente Arthur, essa possibilidade de chegarmos ao plenário na noite de hoje.

Cumprimento os Governadores de todo o Brasil que tiveram espírito público para reconhecer que precisávamos mudar esse sistema tributário. E, como foi dito aqui, esta não é uma proposta que tem viés político, ela é estrutural, é uma proposta do Estado brasileiro, não é proposta de governos, é uma proposta de Brasil. É uma proposta que começou num passado recente, em 2019, e que discutimos muito, com todos também, mas não nos foi possível votá-la naquele momento. Mas as condições para isso se construíram agora, neste período, também com a compreensão e o apoio dos Prefeitos de todo o País.

Estive ontem na Confederação Nacional de Municípios, estive com o Presidente Paulo Ziulkoski, e recebemos a manifestação expressa de todos aqueles Municípios brasileiros, que, sem dúvida nenhuma, querem um novo sistema tributário no Brasil.

Quero ressaltar a participação importante aqui, ontem e hoje, dos Prefeitos. Ainda há pouco, existia muita divergência. Mas recebi um telefonema dos Prefeitos João Campos e Eduardo Paes dizendo que também queriam contribuir com a proposta. Amanhã vamos ter uma conversa para concluir esses entendimentos com os grandes Municípios, que também já estão contemplados na proposta.

Menciono todas as entidades que participaram desse debate, e não podia deixar de ressaltar a nossa participação no Consórcio Nordeste, junto com todos os Governadores do Nordeste, para discutir, debater, recebendo deles apoio, assim como do CONSUD — Consórcio de Integração Sul e Sudeste, dos Governadores do Centro-Oeste e do Norte do nosso País. Deixo registrada essa mensagem.

Faço alguns registros importantes antes de passar à leitura do parecer propriamente dito.

Com relação ao acordo federativo, ele foi e continuará sendo construído até o momento em que formos apreciar e votar esta PEC. Quando o nosso Presidente Arthur reuniu todos os Governadores, havia alguns pontos de dissenso. Quando lemos o nosso relatório no dia 22 de junho, ali expressamos que estávamos apresentando um substitutivo, mas que estávamos tratando de alguns pontos importantes, como algumas dissensões relativas ao conselho federativo proposto na PEC, e que ali havia algumas posições divergentes, e foram construídas, no meio desse processo, com muito diálogo.

Eu não poderia deixar de registar uma posição importante, que foi a do Governador de São Paulo. O Governador Tarcísio assumiu uma postura, uma posição favorável a uma reforma tributária em que uma tributação sai da origem e vai para o destino. São Paulo sempre se posicionou contra a reforma tributária. Detém no seu Estado 33% do PIB, 22% da população e 44 milhões de habitantes. Agora tomou um posicionamento a favor da reforma. Esse posicionamento foi muito importante para consolidar a posição de outros Governadores que tinham o mesmo entendimento sobre esse ponto do conselho federativo, a exemplo do Governador Helder Barbalho, do Pará, do Governador Marcos Rocha, de Rondônia, e de outros, mas foi o espírito público que nos possibilitou construir este momento. Nós temos que aqui fazer todos esses registros.

Eu não poderia deixar de registrar sua determinação e mencionar, por dever de justiça, o compromisso do Ministro Fernando Haddad, que, durante todo esse período, ao lado de Bernard Appy, que está na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, pôde tomar decisões importantes para que nós chegássemos aqui. Uma delas foi o aporte exclusivo do Fundo de Desenvolvimento Regional, de onde estão sendo cortados 40 bilhões de reais para que sejam destinados aos Estados brasileiros, visando o desenvolvimento regional, para que cada Estado da nossa Federação possa manter sua política de desenvolvimento regional e de atração de investimentos. São pontos importantes. Esse ponto também travava a reforma tributária. E esse ponto foi decisivo para que pudéssemos avançar, inclusive para o meu Nordeste, para a minha Paraíba.

Pois bem, nós estamos nesta reta de ajustes. E alguns pontos, como esse ponto do conselho federativo — quero fazer menção a isso —, ainda não constam dessa versão que foi apresentada, porque estamos finalizando exatamente o

texto que compatibiliza tudo aquilo que foi acordado, para não nos equivocarmos e não cometermos erros no texto, assim como a questão dos critérios de distribuição de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, o que praticamente já finalizamos. Agora só falta modificar o texto. Estou fazendo essa ressalva prévia para que não reste nem paire nenhuma dúvida.

É importante mencionar a questão trazida hoje por Prefeitos de pequenas, de médias e das grandes cidades brasileiras. Estamos considerando a solicitação de todos, mas também atendendo antecipadamente a FNP, independentemente da posição, Deputado Jonas, tomada anteriormente. E não foi por falta de diálogo deste Relator, é importante deixar isso registrado. V.Exa. esteve comigo por 4 horas discutindo com a FNP. Nós nos colocamos à disposição deles, para que participassem da discussão sobre o texto. Respeitamos a posição que haviam tomado. Por um momento, decidiram se afastar da discussão. Mas ontem vieram e buscaram a discussão. Queremos um Brasil melhor. E neste Brasil devem caber todos os Municípios brasileiros e todos os Estados brasileiros. Portanto, amanhã estaremos conversando sobre isso.

Mais um ponto importante está sendo atendido. Estará no texto de amanhã a questão da distribuição da cota-parte dos Municípios, relativa ao IBS, que será feita automaticamente. Isso dará a segurança que todos estão demandando.

Outro ponto relevante se refere à Zona Franca de Manaus. Tínhamos preservado esse ponto no texto, conforme decisão do Grupo de Trabalho e a demanda de todos os Parlamentares. Mas houve um acordo durante o dia de hoje. Recebi esse acordo quando estava vindo para cá, já com o parecer pronto. Portanto, não era possível incluir no texto o que foi acordado. Mas foi feito um acordo com a bancada do Amazonas nesta Casa — está aqui o Deputado Sidney Leite confirmando o que estou dizendo —, com os Senadores e com o Governador do Estado. Essa construção ainda não consta do texto, mas amanhã vamos ultimar a redação e trazer esse acordo que está sendo consolidado neste momento.

Há outro ponto importante que estamos trazendo ao texto. Precisamos falar sobre isso porque, na verdade, eu acho que não há má-fé. Quero crer na boa-fé das pessoas. Não acredito em má-fé porque todo mundo me diz: *"Aguinaldo, tem que ser feita a reforma tributária"*. Eu não ouvi ninguém dizer que é contra a reforma tributária.

(Palmas prolongadas.)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Faremos isso para que ninguém fique inventando alíquota e fique dizendo que vamos pesar a mão sobre o pobre.

Não posso crer que algum Parlamentar desta Casa possa votar contra os mais pobres. Se fosse assim, meu Presidente, eu votaria contra a reforma, porque eu

não votaria contra o pobre.

Então, queremos incluir no texto constitucional a Cesta Básica Nacional de Alimentos. Aliás, eu substituí o texto do art. 8, que tratava da redução, e incluí ali a questão da cesta básica. Quanto à redução, eu a inseri logo abaixo, para dar um sinal claro a todo o Brasil de que estamos fazendo aqui um trabalho sério e responsável com todos os brasileiros.

(Manifestação no plenário: Muito bem!)

Existe a parte que ainda não está aqui, porque nós fizemos um acordo — o Deputado Baleia, inclusive, participou comigo — com todo o agro, toda a FPA, a Frente Parlamentar da Agropecuária, que esteve conosco durante a tarde e quase na noite de hoje. Nós realizamos ali vários endereçamentos importantes. Inclusive, eu dei ciência à FPA de que criaríamos uma cesta básica nacional.

Estamos tratando ali de outros pontos importantes, que vou detalhar no parecer, porque são muitos. Por exemplo, vamos preservar o ato cooperativo, dando segurança, quanto a esse ato, a todas as cooperativas do nosso Brasil.

(Manifestação no plenário: Muito bem!) Essa foi uma demanda do Grupo de Trabalho. O Deputado Vitor Lippi nos cobrou muito, assim como tantos outros. Nós consignamos isso no texto para que pudéssemos dar essa segurança em relação ao ato cooperativo.

Eventualmente pode não estar da forma que desejávamos, em função do tempo. O nosso Presidente Arthur, enquanto eu estava preparando o texto, ele me ligava e dizia: *"Vem embora, vem embora, vem embora!"* Eu vim embora, estou aqui para apresentar o texto, mas estou enumerando tudo aquilo que nos foi demandado e colocado.

Nós estamos continuando este debate com alguns setores, o que nos foi demandado durante o dia de hoje. Com o setor de turismo, que nos procurou ontem e hoje, estamos tratando e amanhã vamos continuar conversando para encontrar uma solução responsável, que mantenha a carga tributária.

Também vamos acabar com a falácia de que a reforma vai aumentar impostos. A reforma não vai aumentar impostos. A reforma vai promover simplificação, a reforma vai gerar empregos, a reforma vai gerar renda no nosso País, vai aumentar a produtividade!

Vamos continuar esse debate e, tenho certeza, amanhã, com esse aprimoramento do texto, vamos fazer a reforma tributária construída por todos nós, por este Parlamento. Não é o Relator quem está elaborando o texto. Esse texto é uma construção deste Parlamento.

Estamos discutindo também, por exemplo, Deputado Jonas Donizette, a

questão que nos foi apresentada sobre transportes. A questão dos motoristas de aplicativo foi uma demanda que chegou agora, e eu já requeri que isso esteja claro amanhã, para que nenhum brasileiro seja alvo de mão pesada do sistema tributário. Nós estamos também cuidando disso.

É importante destacar que o IVA — Imposto sobre Valor Agregado não tributa setor, ele tributa serviço, bem ou direito. Então, quando dizemos "é um setor", estamos falando a respeito de serviço, bem ou direito do setor. É isso que nós estamos debatendo exaustivamente ao longo desse tempo.

Pois bem, meus amigos, estivemos também na Frente Parlamentar em Defesa do Comércio e Serviços, com o Deputado Domingos Sávio, com tantos amigos, com o Deputado Luiz Gastão. Eles estão nos trazendo uma proposta em relação à qual não tivemos tempo ainda para discutir, mas vamos discuti-la. Estive com o Deputado Luiz Gastão hoje para ver se também conseguimos endereçar isso nesta reforma tributária.

O Deputado Julio Lopes nos trouxe a contribuição da digitalização, que vai nos ajudar quanto ao processo arrecadatório de um sistema que tenha efetividade.

Meus amigos, deve-se dizer também que a reforma tributária, além de preservar a Zona Franca de Manaus, preservou um importante regime favorecido, o SIMPLES Nacional.

(Manifestação no plenário: Muito bem!)

Quando falamos a respeito dos serviços, devemos considerar que, do total dos CNPJs relativos a serviços no Brasil, 90% são do SIMPLES Nacional. Foi construída por este Parlamento essa sensibilidade.

Aproveito este momento, meus amigos, para agradecer também a compreensão de cada uma das nossas famílias, da minha família — cito minha esposa e minhas filhas —, das famílias de V.Exas., pois ficamos ausentes durante todo esse tempo por causa da nossa dedicação à reforma tributária. Agradeço também aos nossos amigos dos Estados e aos nossos eleitores. Nós ficamos praticamente o tempo todo dedicados a essa questão. Até aproveito o momento para abraçar os amigos do meu Estado da Paraíba e agradecer a compreensão quanto a todo esse tempo dedicado à nossa reforma tributária.

Se me esqueci de alguma coisa, basta que me digam. Estou aqui à disposição de todos.

(Manifestação no plenário.)

Falei de comércio e serviços. É que o setor de serviços é muito grande. Depois vamos ter oportunidade de discutir aqui sobre serviços.

Nós também tratamos da questão de ciência, tecnologia e inovação. Vamos

endereçá-la no nosso texto.

Meus amigos e minhas amigas, Sras. e Srs. Parlamentares, passo à leitura do parecer.

"I.1 Conteúdo da proposição

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, de autoria do Deputado Baleia Rossi e outros, propõe alterações profundas no sistema tributário nacional, em relação aos tributos que incidem sobre o consumo e à repartição das receitas tributárias deles decorrentes."

Lembrei agora que não posso deixar de fazer um agradecimento. Não posso deixar de fazer menção ao ex-Deputado e ex-Presidente desta Casa Rodrigo Maia, que também insistiu muito para que a reforma fosse votada e contribuiu para que esse processo fosse pautado no período do Governo passado.

"Propõe-se a unificação da tributação do consumo em uma mesma base de incidência, com a substituição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O novo tributo seria instituído por meio de lei complementar, em projeto de iniciativa do Presidente da República, encaminhado para apreciação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias da promulgação da emenda constitucional.

A iniciativa busca estabelecer uma definição ampla para o fato gerador do IBS, ao reunir bens e serviços na sua base de incidência, e a não cumulatividade plena, com dedução do tributo que incide sobre as operações anteriores, mesmo que indiretamente relacionado à atividade produtiva. Assim, passaria a prevalecer o denominado crédito financeiro, não físico. Pretende ainda efetivar a completa desoneração das exportações, garantida a manutenção dos créditos.

Apesar de lei complementar instituir o IBS e definir os seus contornos, cada esfera federativa —federal, estadual e municipal — exerceria a sua competência tributária mediante a fixação de alíquotas próprias, em lei ordinária do ente, que juntas comporiam a alíquota total do tributo, aplicável uniformemente a todos os bens, tangíveis e intangíveis, serviços e direitos, inclusive na importação, e segundo o princípio do destino. Até o ente federativo estabelecer a respectiva alíquota de IBS, prevaleceria a 'alíquota de referência', determinada pelo Senado Federal, com base em cálculo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em patamar equivalente ao necessário para reproduzir a arrecadação dos tributos substituídos.

Como medida de simplificação, além da aplicação da mesma alíquota para

todos os bens, serviços e direitos, evita-se a profusão de tratamentos diferenciados, ao não se permitir a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros vinculados ao imposto. A exceção a tal regra estaria circunscrita à devolução do IBS recolhido pelos contribuintes de baixa renda.

O regime diferenciado e favorecido do SIMPLES Nacional permaneceria vigente. Porém, as empresas do SIMPLES poderiam optar pelo recolhimento apartado do IBS, de modo a poderem se aproveitar da não cumulatividade do imposto.

Os lançamentos de débito e crédito do tributo seriam escriturados por estabelecimento, com apuração e pagamento do IBS devido de forma centralizada. A correspondente receita arrecadada seria distribuída aos entes federados na proporção do saldo líquido de débitos e créditos a eles atribuídos.

A lei complementar instituidora do IBS criaria o comitê gestor do tributo, com representantes de cada esfera federativa, responsável pela regulamentação e gestão do imposto, pela atuação coordenada da fiscalização federal, estadual e municipal, pela distribuição dos recursos arrecadados e pela representação judicial e extrajudicial dos entes, competência esta que seria exercida, de forma coordenada, pelos Procuradores da Fazenda Nacional, dos Estados e dos Municípios. Além de o regulamento do imposto ser único para todo o território nacional, haveria regras uniformes para o processo administrativo fiscal do IBS.

Além do IBS, a PEC acrescenta a possibilidade de criação de impostos seletivos, com finalidade extrafiscal, ao rol de competências tributárias da União. A seletividade tributária poderia ser aplicada para desestimular o consumo de determinados bens, serviços ou direitos.

O novo texto constitucional promove alterações substanciais no regime de repartição de receitas, com o estabelecimento de 'alíquotas singulares', correspondentes a destinações específicas de parcela da alíquota do IBS, federal, estadual ou municipal. Pela sistemática proposta, uma fração da alíquota do IBS teria a mesma destinação das atuais aplicações da receita arrecadada com os tributos substituídos.

Busca-se, assim, conferir maior flexibilidade aos entes na gestão dos recursos arrecadados com o IBS. Seriam estabelecidas 'alíquotas singulares de referência', as quais reproduziriam os percentuais hoje fixados para destinações e vinculações constitucionais. Lei ordinária federal, estadual ou municipal, conforme for o caso, poderia fixar percentual diferente, observadas duas condições. A primeira: a de que a União estabeleça alíquotas singulares em patamar não inferior ao daquelas fixadas a título de Fundo de Participação do Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e transferência aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor

das respectivas exportações de produtos industrializados (FPEX). A segunda condição: dirigida desta vez para União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a de que a soma das alíquotas singulares referentes à aplicação em saúde e educação seja superior à soma das respectivas alíquotas singulares de referência. Outra mudança significativa na repartição de receitas tributária reside na partilha da cota-parte dos Municípios referente ao IBS, na fração equivalente à cota-parte do ICMS, cujo critério de distribuição passaria do valor agregado para a população municipal.

Para implementar o IBS, a PEC 45/19 propõe uma transição de 10 anos, iniciada por uma fase de teste de 2 anos, que seria utilizada como base para posterior definição da alíquota do novo tributo. Na fase seguinte, da transição propriamente dita, ao longo de 8 anos, os atuais tributos sobre o consumo seriam substituídos pelo IBS.

Na fase de teste, seria cobrada uma alíquota de IBS de 1%, com o intuito de mensurar o potencial arrecadatório do imposto. Em contrapartida, ficaria estabelecido que a alíquota da COFINS e da COFINS-Importação seria reduzida para compensar essa nova incidência, de modo a manter a carga tributária.

Após o período de 2 anos, teria início a transição da atual para a nova tributação do consumo. Nos 8 anos subsequentes, seriam reduzidas em um oitavo as alíquotas, fixadas na legislação de cada ente, de todos os tributos que seriam substituídos — Contribuição para o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. Seria realizado, então, o cálculo de qual seria a elevação da alíquota do IBS necessária para cobrir a perda de receita decorrente da redução das alíquotas dos tributos substituídos. Em seguida, seria fixada a alíquota de referência do IBS, a cada ano, por resolução do Senado Federal, de modo a compensar a redução de receitas dos cinco tributos substituídos. Ao final do sétimo ano desse período de transição, os tributos supracitados seriam extintos e o IBS começaria a ser cobrado integralmente.

Além da transição para os contribuintes, a PEC 45/19, prevê uma transição de 50 anos para o modelo de repartição dos recursos arrecadados com o IBS, cuja receita passaria a pertencer ao Estado e ao Município de destino das operações com bens e serviços. O começo da denominada transição federativa coincidiria com o início da redução das alíquotas estaduais e municipais, ou seja, após o período de teste de 2 anos.

Nos primeiros 20 anos da transição federativa, a distribuição de recursos reporia a perda real de receita dos Estados e dos Municípios decorrente da redução do ICMS e ISS respectivamente. Aumentos ou reduções promovidos pelos entes nas 'alíquotas de referência' do IBS seriam computados no valor a eles repassado. Nos 30 anos seguintes, essa distribuição seria realizada com base no princípio do destino, de forma crescente e gradual, à razão de 1/30 por ano.

I.2 Tramitação da proposição

Em 22 de maio de 2019, a PEC 45/19 passou pelo crivo da admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a partir de parecer exarado pelo Deputado João Roma.

Em 10 de julho de 2019, foi criada Comissão Especial para analisar a PEC 45/19, da qual fui designado Relator, e o Deputado Hildo Rocha, Presidente. Contudo, em 12 de maio de 2021, a Comissão foi extinta, por esgotamento do prazo regimental, tendo a proposição sido avocada ao Plenário da Câmara dos Deputados.

No dia 22 de junho de 2023, apresentei texto preliminar do substitutivo à PEC 45/19 , para debate antes de ser submetido ao Plenário.

I.3 Emendas apresentadas na Comissão Especial

Duzentas e dezenove emendas foram apresentadas, mas 15 delas não obtiveram assinaturas em número suficiente. Na tabela a seguir, descrevemos o conteúdo das emendas apresentadas, classificadas em ordem numérica crescente e com a identificação dos respectivos autores que as encabeçaram."

Consulto o Plenário se posso apenas citar os autores, para não ter que ler a ementa de cada uma delas, porque isso demandaria bastante tempo.

Não sei se o Plenário concorda.

(Pausa.)

Emenda nº 1, Deputado Capitão Alberto Neto; Emenda nº 2, Deputado Luciano Bivar; Emenda nº 3, Deputado Júlio Cesar; Emenda nº 4, Deputado João Campos; Emenda nº 5, Deputado Luis Miranda; Emenda nº 6, Deputado Sergio Souza; Emenda nº 7, Deputado Professor Israel Batista; Emenda nº 8, Deputado Celso Sabino; Emenda nº 9, Deputado Júlio Cesar; Emenda nº 10, Deputado Júlio Cesar; Emenda nº 11, Deputado Celso Sabino; Emenda nº 12, Deputado Eduardo Costa; Emenda nº 13, Deputado Eduardo Costa; Emenda nº 14, Deputado Enrico Misasi; Emenda nº 15, Deputado Jerônimo Goergen; Emenda nº 16, Deputado Celso Sabino; Emenda nº 17, Deputado Carlos Jordy; Emenda nº 18, Deputado Eduardo Costa; Emenda nº 19, Deputado Laércio Oliveira, hoje Senador; Emenda nº 20, Deputado General Peternelli; Emenda nº 21, Deputado Renata Abreu; Emenda nº 22, Deputado Eduardo Costa ; Emenda nº 23, Deputado Eduardo Costa; Emenda nº 24, Deputada Leandre; Emenda nº 25, Deputado Carlos Gomes; Emenda nº 26, Deputado Eduardo Costa; Emenda nº 27, Deputado Eli Borges; Emenda nº 28, Deputado João Campos; Emenda nº 29, Deputado Silas Câmara; Emenda nº 30, Deputado Eduardo Costa; Emenda nº 31, Deputado João Roma; Emenda nº 32, Deputada Celina Leão; Emenda nº 33, Deputado Moses Rodrigues; Emenda nº 34, Deputado Moses Rodrigues; Emenda nº 35, Deputado Moses Rodrigues;

Emenda nº 36, Deputado Moses Rodrigues; Emenda nº 37, Deputado Fernando Rodolfo; Emenda nº 38, Deputado Dr. Frederico; Emenda nº 39, Deputado Christino Aureo; Emendas nºs 40, 41, 42 e 43, Deputado André Figueiredo; Emenda nº 44, Deputado Alexis Fonteyne; Emenda nº 45, Deputado Lucas Vergilio; Emenda nº 46, Deputado Darci de Matos; Emendas nºs 47 e 48, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança; Emenda nº 49, Deputado Wilson Santiago; Emenda nº 50, Deputado Rodrigo de Castro; Emenda nº 51, Deputado Silvio Costa Filho; Emenda nº 52, Deputado Mauro Nazif; Emenda nº 53, Deputada Aline Sleutjes; Emenda nº 54, Deputada Paula Belmonte; Emenda nº 55, Deputado Evair Vieira de Melo; Emenda nº 56, Deputado Efraim Filho; Emendas nº 57 e 58, Deputado Marcelo Ramos; Emenda nº 59, Deputado Vanderlei Macris; Emenda nº 60, Deputado Roberto Pessoa; Emendas nºs 61 e 62, Deputado Vanderlei Macris; Emenda nº 63, Deputado Luiz Flávio Gomes; Emendas nºs 64 e 65, Deputado Raul Henry; Emendas nºs 66 e 67, Deputado Sidney Leite; Emenda nºs 68, 69 e 70, Deputado Arnaldo Jardim; Emenda nº 71, Deputado Fausto Pinato; Emenda nº 72, Deputado Dr. Frederico; Emenda nº 73, Deputado Marcelo Ramos; Emenda nº 74, Deputado Laércio Oliveira; Emenda nº 75, Deputado Subtenente Gonzaga; Emenda nº 76, Fausto Pinato; Emenda nº 77, Euclydes Pettersen; Emenda nº 78, Deputado Laércio Oliveira; Emenda nº 79, Deputado Sidney Leite.

Faço uma consulta ao Plenário. A Emenda nº 79 foi a última que citei, mas são 219 emendas. Querem que eu cite o nome de todos os Parlamentares que apresentaram emendas? Estou consultando o Plenário. Posso passar direto ao voto?

(Pausa.)

Todos esses Parlamentares apresentaram emendas durante o processo de discussão na Comissão Especial sobre a PEC 45/19. O nome de cada um deles está no texto, mas quero que a citação conste também no registro feito pela Taquigrafia da Casa.

Então vou passar direto ao voto.

"II - Voto do Relator

II.1 Atribuição regimental

Este Relator foi designado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, para emitir parecer sobre o mérito da proposição principal, bem como a admissibilidade e o mérito das emendas que lhe foram apresentadas, cabendo oferecimento de substitutivo, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), observados os mesmos pressupostos de admissibilidade que condicionam a proposição principal.

II.2 Admissibilidade

Como já mencionado no relatório, a PEC 45/19, passou pelo crivo da admissibilidade pela CCJC, em 22 de maio de 2019, a partir de parecer exarado pelo Deputado João Roma.

Passamos então a analisar a admissibilidade das emendas apresentadas pelas Sras. e Srs. Deputados.

As Emendas nºs 35, 79, 106, 107, 108, 109, 198, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209 e 219 não reúnem número suficiente de assinaturas, conforme atesta a Secretaria-Geral da Mesa, não cumprindo, portanto, o requisito fixado no inciso I do art. 60 da Carta Magna. Passa-se à análise das demais emendas.

Não incidem as vedações circunstanciais estabelecidas no § 1º do mesmo art. 60. No que respeita aos requisitos intrínsecos, observa-se que as emendas não incorrem em violação das cláusulas pétreas do § 4º do art. 60, uma vez que não tendem a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes nem os direitos e garantias individuais.

Quanto à técnica legislativa, foram observados os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Em face do exposto, nosso voto é pela admissibilidade das emendas apresentadas, exceto das Emendas nºs 35, 79, 106, 107, 108, 109, 198, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209 e 219.

II.3 Mérito

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, buscam-se alternativas para aperfeiçoar o sistema tributário nacional, de forma a torná-lo mais justo e eficiente. Em todas as legislaturas, a discussão sobre a necessidade da reforma tributária esteve presente.

A par do aumento do gasto público consolidado — a despesa primária total como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), incluídas as transferências por repartição de receita, passou de 16,5% em 1997 para 22,8% em 2022 —, a carga tributária apresentou crescimento significativo nas últimas décadas. A carga tributária registrada em 1997 foi de 26,48% e, em 2021, correspondeu a 33,90%. Esses 33,90% de carga tributária em 2021 se distribuíram entre União, Estados e Municípios da seguinte forma: 22,48%, 9,09% e 2,33%. De acordo com as estimativas mais recentes da Receita Federal, em 2021, a participação da base de incidência sobre bens e serviços correspondeu a 44,02% da arrecadação total, um aumento de 0,30 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O aumento histórico de receitas advindas de tributos como proporção do PIB concentrado na tributação sobre o consumo, regressiva, onera de maneira mais pesada as classes de renda mais baixa, que consomem uma parte maior de seus rendimentos.

Se comparados os resultados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 com os dados obtidos no Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) 1974-1975, observa-se um aumento de 74,6% para 81% nas despesas de consumo e um crescimento de 5,3% para 11,7% nas outras despesas, incluídas nestas as despesas com o pagamento de tributos. Nas despesas de consumo, predominam aquelas referentes a alimentação, habitação e transporte. Consideradas as classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, importa destacar que as despesas de consumo equivalem a 92,6% na faixa até 1.908 reais e 66,3% na faixa superior a 23.850 reais. Resta evidente, portanto, o aumento das despesas de consumo nas últimas décadas, que proporcionalmente compromete mais o orçamento das famílias de renda menor.

Além do impacto distributivo negativo, as diversas distorções da tributação sobre o consumo no País prejudicam a atividade empresarial e a competitividade do produto nacional no mercado externo. Enquanto países desenvolvidos e países em desenvolvimento que concorrem com o Brasil por participação no fluxo internacional de mercadorias e de capital lograram tornar mais eficientes os seus sistemas tributários, o País remanesce em um modelo dissociado da realidade imposta pela nova economia, permeada por mudanças profundas nos processos produtivos e nas atividades econômicas.

No relatório da Comissão Mista da Reforma Tributária que apresentamos em 2021, citamos dois levantamentos, um realizado pelo International Institute for Management Development (IMD) e o outro pelo Banco Mundial, que revelavam a baixa competitividade da economia brasileira, com destaque para o regime tributário.

Em 2020, o Brasil ocupava a 56ª posição em competitividade entre os 63 países pesquisados pelo IMD, atrás de países como Chile (38ª posição), Peru (52ª posição) e Colômbia (54ª posição). Passados 3 anos, o País caiu quatro posições no levantamento de 2023 para 64 países e passou a ocupar a 60ª posição, à frente apenas da África do Sul, da Mongólia, da Argentina e da Venezuela. Apesar de a economia brasileira apresentar um desempenho razoável em relação a outros países, na 41ª posição, a baixa eficiência dos negócios se evidencia em *ranking* no qual o Brasil amarga a 62ª posição nesse quesito.

Em pesquisa mais abrangente, publicada pelo Banco Mundial, intitulada *Doing business 2020*, o Brasil ficou na 124ª posição entre 190 países no quesito facilidade de negócios e na 184ª posição no quesito pagamento de impostos. Segundo levantamento do Banco Mundial específico para o Brasil, publicado em 2021, gastam-se entre 1.483 horas e 1.501 horas para o cumprimento das obrigações tributárias, ou seja, as empresas pagam, em média, 65,3% de seus lucros em tributos. Importa destacar que a maior parte do tempo gasto para cumprimento dessas obrigações decorre dos tributos sobre o consumo, com 867 a 885 horas despendidas, justamente o que buscamos corrigir há tantos

anos e agora vislumbramos uma oportunidade única.

Em um contexto de redução das taxas de crescimento da economia mundial, quadro agravado pela crise sanitária, econômica e financeira provocada pela recente pandemia de COVID-19, urge avançarmos no aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro, como fator essencial de estímulo ao crescimento da economia, com vistas à geração e à formalização de empregos, e ao aumento no nível de renda da população. Precisamos concentrar esforços para levar a cabo reformas estruturantes, como a reforma tributária, de forma a rompermos com a trajetória da baixa taxa de crescimento da economia brasileira e assim oferecermos a nossa contribuição para melhorar a projeção para os próximos anos.

Antes de adentrarmos na apreciação do mérito da PEC 45, de 2019, passamos a discorrer sobre o histórico da tributação do consumo no Brasil, importante ao entendimento das disfunções hoje existentes na estrutura tributária brasileira; sobre as formas de tributação do valor agregado e os modelos internacionais, necessários à compreensão de nossa proposta para a tributação do consumo no País; e ainda sobre o impacto da modernização do sistema tributário nacional no crescimento econômico, cujos estudos avançaram sobremaneira nos últimos anos e validam a premência da reforma tributária.

II.3.1. Evolução da Tributação do Consumo no Brasil

Neste tópico, optamos por reproduzir mais trechos do relatório que apresentei na Comissão Mista da Reforma Tributária, fundamentais à compreensão dos problemas existentes e das soluções possíveis, que remontam não dos últimos anos, mas de décadas de discussão.

Da Proclamação da República até os dias atuais, a estrutura tributária brasileira sofreu mudanças, com a incorporação das características de cada Constituição, a depender do papel e do tamanho do Estado. Passamos por períodos de maior ou menor descentralização estatal, o que se refletiu diretamente na legislação tributária.

Na Constituição de 1891, o Brasil adotou o regime federativo, em que havia maior autonomia dos governos subnacionais, materializada na descentralização de encargos e de recursos. A União e os Estados passaram a ter competências tributárias exclusivas, o que não ocorreu com os Municípios. Até a Primeira Guerra Mundial, a principal fonte de receitas advinha dos impostos sobre o comércio exterior. No entanto, o conflito forçou o País a reforçar a tributação em bases domésticas.

A Constituição de 1934 assentou as bases da tributação sobre o consumo no País. Atribuiu o imposto sobre consumo de quaisquer mercadorias à União e o imposto sobre consumo de combustíveis de motor de explosão e o imposto sobre vendas e consignações aos Estados. O novo texto constitucional estabeleceu a competência tributária dos Municípios e passou a prever a

repartição de receitas tributárias entre os entes federados.

Na Constituição de 1937, houve poucas mudanças. Cabe destacar a transferência da competência tributária referente ao imposto sobre consumo de combustíveis de motor de explosão, antes dos Estados, para a União.

A Constituição de 1946 especificou os impostos únicos sobre combustíveis, lubrificantes, minerais e energia elétrica, e procurou reforçar as finanças municipais, ao ampliar o número de impostos de competência dos Municípios. Consolidou ainda a sistemática de repartição de receitas tributárias, embora se destinassem ao desenvolvimento de determinados setores à época.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os impostos sobre o consumo se tornaram a principal fonte de receitas, superando a arrecadação com os impostos sobre o comércio exterior. Na década de 1950, intensificaram-se as políticas de apoio à industrialização e ao desenvolvimento regional. As despesas crescentes frente a uma estrutura tributária ainda deficiente assentaram as condições para a nossa última grande reforma tributária, associada à reestruturação do aparelho arrecadador, em meados da década de 1960.

Àquela época, a formulação da política econômica se voltou para impulsionar o crescimento da economia brasileira e os tributos passaram a ser considerados variáveis determinantes do crescimento econômico acelerado, não apenas fontes de financiamento. A reforma tributária da década de 1960 e o fortalecimento da estrutura arrecadatória tiveram o efeito de tornar o sistema tributário nacional mais moderno e eficiente, e estimular o crescimento da economia, ao reduzir a carga tributária suportada pelo setor produtivo.

Dentre as várias mudanças promovidas, destacamos a redução do número de tributos e a preferência da tributação sobre o consumo baseada no valor agregado, tal qual discutimos neste momento, mais de meio século depois. O imposto sobre consumo de mercadorias se transformou no IPI; o imposto de vendas e consignações, no ICM; e o imposto de indústrias e profissões e o imposto sobre diversões públicas se fundiram no ISS.

Embora fosse evidente a modernização de nosso sistema tributário, não tardou para se acentuarem as distorções causadas pelos diversos incentivos fiscais concedidos a setores específicos, que favoreceram a concentração da renda e a erosão da base de arrecadação, problemas que até hoje persistem na estrutura tributária brasileira. Para garantir a arrecadação necessária, a legislação infraconstitucional sofreu inúmeras alterações, o que resultou no sistema injusto, complexo e pouco eficiente que hoje conhecemos.

Em paralelo, o baixo grau de autonomia conferido aos entes subnacionais levou ao progressivo aumento nos percentuais dos fundos de participação dos Estados e dos Municípios.

O sistema tributário nacional delineado na Assembleia Constituinte que originou a Constituição de 1988 foi fruto de intensos debates, concentrados em subcomissões temáticas, com a participação de constituintes e cidadãos.

As discussões sobre a receita e a despesa públicas foram conduzidas de maneira apartada na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, o que originou as já conhecidas dificuldades para o Estado se financiar.

Após um longo período de concentração do poder no Governo Federal, os constituintes atribuíram maior autonomia tributária e fiscal para Estados e Municípios, com o intuito de fortalecer a Federação. O número de impostos de competência dos entes subnacionais aumentou e a participação de Estados e Municípios no produto arrecadado pela União atingiu os maiores níveis históricos.

Quatro impostos federais – imposto sobre serviços de transporte e comunicações; imposto sobre produção, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos; imposto sobre produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica; e imposto sobre a extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais do País – e o ICM, estadual, fundiram-se no ICMS, cuja ampliação de base culminou no tributo de mais expressiva arrecadação no País.

Uma discussão travada no curso dos trabalhos da Constituinte digna de registro e de suma importância para compreender o debate que retomamos agora foi a sugestão do Poder Executivo à época de se adotar o princípio do destino na tributação do consumo. Dada a concentração da atividade produtiva no País, existente até hoje, tinha-se a exata noção de que a tributação na origem favoreceria a concentração da arrecadação. O debate ainda estava incipiente e optou-se por enfrentá-lo em momento posterior.

Por sua vez, a União efetivou mudanças na legislação tributária na tentativa de recompor a sua base arrecadatória. Aumentou as alíquotas dos impostos federais, porém grande parte da recomposição foi feita pela instituição e pela majoração de contribuições sociais não partilháveis com os entes subnacionais.

A concentração da arrecadação federal em tributos cumulativos, juntamente com a guerra fiscal promovida pelos Estados, que concederam de forma indiscriminada toda sorte de incentivos fiscais de ICMS, antecipou sobremaneira a discussão sobre a necessidade de reformar o recém-aprovado sistema tributário.

II.3.2. Tentativas de Reforma Tributária após a Promulgação da Constituição de 1988

Como resultado do modelo concebido na Constituição de 1988, a base da tributação sobre o consumo foi fracionada nos três entes federativos – o IPI, a COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, na competência da União; o

ICMS, na competência dos Estados; e o ISS, na competência dos Municípios –, cada um legislando conforme as suas prioridades, muitas vezes em prejuízo do cidadão, que viu a carga tributária crescer substancialmente nas últimas três décadas. Não bastasse o aumento da carga tributária, a legislação foi tornando-se mais complexa, e por mais que o Parlamento engendrasse amplos debates sobre a reforma da estrutura tributária, não logramos êxito em avançar de fato na modernização de nosso sistema, tão importante para recolocar o Brasil no eixo do crescimento e desenvolvimento econômicos, após a grave crise experimentada pelo País na década de 1980.

Logo no início da década de 1990, o Governo Collor criou a Comissão Executiva de Reforma Fiscal, para fazer um amplo diagnóstico da situação fiscal brasileira e apresentar propostas de solução. O grupo elaborou extenso e aprofundado relatório analisando as diversas dimensões da crise fiscal brasileira, cujo entendimento era fundamental para enfrentar a hiperinflação que o País não conseguia debelar. No trabalho, havia propostas para aperfeiçoar a tributação da renda, do consumo e do patrimônio, e criar um imposto sobre transações financeiras.

Em relação à tributação do consumo, há mais de 30 anos já se evidenciava a tendência pela adoção do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) e dos impostos seletivos. O primeiro contribuiria para facilitar a integração econômica regional e internacional, ao tornar transparente o tratamento tributário conferido à produção e ao comércio em cada país. Os impostos seletivos, por sua vez, proporcionariam aumento de arrecadação, com baixo custo administrativo, onerando produtos cujo consumo se quisesse desestimular pelos efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Desse modo, recomendou-se a adoção de um IVA, mediante a incorporação do IPI e do ISS em nível estadual, para consolidar os ganhos observados com a ampliação da base do ICM, originando o ICMS, acompanhada pela total desoneração de investimentos e importações e pela implementação do princípio do destino. Além disso, previu-se a instituição de impostos seletivos sobre 'produção, circulação, distribuição ou consumo de bebidas, veículos automotores, energia, tabaco, combustíveis e derivados de petróleo, nacionais ou estrangeiros, serviços de telecomunicações, bem como quando definidos em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sobre o ouro e outros metais preciosos, pedras preciosas e semipreciosas'.

Em agosto de 1995, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a PEC 175, em que se propôs o IVA dual — federal e estadual —, em substituição ao IPI e ao ICMS, em seu texto original. Cada ente cobraria o seu IVA com base em regras uniformes, válidas para todo o território nacional. A Comissão Especial destinada a apreciar a matéria aprovou o substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Mussa Demes, no final de 1999, mas perdeu apoio do próprio Governo e acabou não sendo apreciada em plenário.

Logo no início do primeiro Governo Lula, o Poder Executivo apresentou nova

proposta de Reforma Tributária por meio da PEC 41, de 2003, que contou com o apoio de todos os Governadores e 10 Prefeitos de capital. Ao contrário da PEC nº 175, de 1995, a PEC nº 41, de 2003, não trazia alterações significativas na forma de tributação do consumo, mas sim buscava aperfeiçoar as normas constitucionais dos tributos existentes, em especial do ICMS, para contornar as distorções verificadas nos anos que se seguiram à promulgação da Constituição Cidadã.

Além de alguns ajustes na tributação sobre o patrimônio, a PEC nº 41, de 2003, previa um regulamento único para o ICMS, editado por órgão colegiado integrado por representantes de cada Estado e do Distrito Federal. As alíquotas interestaduais e internas passariam a ser definidas em resolução do Senado Federal, com iniciativa e quórum de aprovação qualificados. As alíquotas internas seriam uniformes em todo o território nacional, em número máximo de cinco. Caberia à lei estadual apenas instituir o imposto.

Algumas medidas propostas na PEC nº 41, de 2003, avançaram na discussão, obtiveram consenso e consubstanciaram a Emenda à Constituição (EC) nº 42, promulgada em 19 de dezembro de 2003. Dentre outras providências, a referida EC ampliou o campo de incidência das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, ao incluir nele as importações de produtos estrangeiros ou serviços. Além disso, desonerou as exportações da incidência do ICMS. Ambas as medidas tiveram por objetivo equiparar a carga tributária entre produtos e serviços importados e nacionais.

Ainda foram promovidas alterações nos tributos sobre o patrimônio. Para imprimir maior eficiência na fiscalização e na cobrança do imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), essas atividades puderam passar a ser exercidas pelos Municípios, ainda que o tributo continuasse no rol de tributos federais. Para o imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA), passou a existir a possibilidade de os Estados instituírem alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização do veículo e de o Senado Federal fixar alíquotas mínimas, para contornar o problema da guerra fiscal.

A PEC nº 228, de 2004, objeto do desdobramento da PEC nº 41, de 2003 (PEC nº 74, na numeração do Senado Federal), continha os pontos que não haviam obtido consenso durante a tramitação da matéria nas duas Casas Legislativas. Mais uma vez, parte do texto foi aprovada pelo Congresso Nacional e resultou na Emenda Constitucional nº 44, promulgada em 30 de junho de 2004, que estabeleceu a destinação de parcela do produto arrecadado pela União com a CIDE-combustíveis para os Estados e o Distrito Federal. A outra parte do texto da PEC nº 228, de 2004, sobre a qual ainda não havia acordo, foi desmembrada na PEC nº 25521, a qual, por sua vez, originou a PEC nº 28522 e a PEC nº 29323, todas de 2004. A PEC nº 285, de 2004, foi declarada prejudicada com a promulgação da EC nº 55, de 2007,24 que aumentou a participação dos Municípios na arrecadação do imposto sobre a renda (IR) e do IPI. A PEC nº 293, de 2004, viria a ser debatida quase 15 anos depois, como veremos mais

adiante.

O Relator da PEC nº 228, de 2004, Deputado Virgílio Guimarães, protocolou nova tentativa de reforma tributária em 2007, por meio da PEC nº 31, de 2007, em linha com o que vinha sendo discutido para o ICMS. O debate sobre a necessidade de mudança da tributação sobre o consumo não arrefeceu e, em 28 de fevereiro de 2008, já no segundo Governo Lula, o Poder Executivo apresentou nova versão de proposta, a PEC nº 233, na tentativa de avançar nas discussões já travadas durante a tramitação da PEC nº 41, de 2003, e das PECs dela derivadas.

A PEC nº 233, de 2008, apensada à PEC nº 31, de 2007, unificava contribuições sociais em um IVA federal e estabelecia novas regras para o ICMS, cujas alíquotas seriam fixadas em resolução do Senado Federal, com iniciativa e quórum de aprovação qualificados, inclusive a alíquota padrão aplicável. O ICMS teria regulamentação única, sob competência de órgão colegiado, presidido por representante da União e integrado por representantes de cada unidade federada. A referida PEC modificava também regras da repartição de receitas e criava os fundos de desenvolvimento regional e de equalização de receitas.

Ao final de 2008, o parecer do Relator à PEC nº 31, de 2007, e apensadas, Deputado Sandro Mabel, foi aprovado pela Comissão Especial destinada a apreciá-las. A deliberação da proposta, contudo, não avançou no Plenário da Câmara dos Deputados.

As discussões sobre a matéria somente voltaram a ganhar força com a criação e a instalação da "Comissão Especial destinada a analisar, estudar e formular proposições relacionadas à Reforma Tributária", em 22 de julho de 2015. Dois anos mais tarde, em 22 de agosto de 2017, o Relator, Deputado Luiz Carlos Hauly, apresentou minuta de PEC, cujo teor passou a ser apreciado no âmbito da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 293-A, de 2004, do Poder Executivo, criada em 29 de maio de 2018. O substitutivo proposto pelo Relator, mais uma vez o Deputado Luiz Carlos Hauly, foi aprovado em 11 de dezembro de 2018.

A partir de então, a discussão sobre reforma tributária ganhou novo impulso. Uma das emendas protocoladas naquela Comissão Especial tornou-se a PEC nº 45, de 3 de abril de 2019, apresentada na Câmara dos Deputados pelo Deputado Baleia Rossi, que ora analisamos.

Pouco tempo depois, o texto do substitutivo à PEC nº 293, de 2004, converteu-se na PEC nº 110, de 9 julho de 2019, apresentada no Senado Federal pelo Senador Davi Alcolumbre. Essa proposição procede a uma ampla revisão do sistema tributário nacional, mediante a extinção de nove tributos: IPI, COFINS, inclusive COFINS-importação, Contribuições para o PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Combustíveis (CIDE-

combustíveis), Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Imobiliários (IOF), Salário Educação, ICMS e ISS. No lugar desses tributos, um imposto sobre o valor agregado de competência estadual (IBS) incidiria sobre o consumo, em conjunto com um imposto seletivo sobre operações com petróleo e seus derivados, combustíveis e lubrificantes de qualquer origem, gás natural, cigarros e outros produtos do fumo, energia elétrica, determinados serviços de telecomunicações, bebidas, e veículos automotores novos, terrestres, aquáticos e aéreos. Atualmente, a proposição está sob análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) daquela Casa, aguardando a designação de novo Relator.

Com o amadurecimento da discussão nas duas Casas Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal decidiram criar uma Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária, em 19 de fevereiro de 2020, para produzir uma proposta que unificasse os textos das PECs nºs 45 e 110, de 2019, para a qual tive a honra de ser nomeado Relator, na nobre companhia do Senador Roberto Rocha como Presidente. Em 12 de maio de 2021, foi apresentado substitutivo à Comissão Mista, que não chegou a ser apreciado pela extinção, por esgotamento do prazo regimental, da Comissão Especial da PEC nº 45, de 2019, tendo a proposição sido avocada ao Plenário da Câmara dos Deputados.

O Senado Federal, contudo, deu continuidade à discussão com base no substitutivo da Comissão Mista. Em 16 de março de 2022, o então Relator, Senador Roberto Rocha, apresentou novo parecer à PEC nº 110, de 2019, na CCJ, que incorporou diversas medidas previstas no substitutivo da Comissão Mista, mas trouxe algumas alterações.

Os substitutivos da Comissão Mista e da CCJ do Senado possuem mais semelhanças do que assimetrias, visto que resultaram de um longo processo de debate conjunto das duas Casas Legislativas. Em apertada síntese, as duas proposições trocam os cinco principais tributos sobre o consumo atual — IPI, PIS, COFINS, ICMS, ISS — por um IBS e um Imposto Seletivo voltado para desestimular o consumo de produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Enquanto, no substitutivo da Comissão Mista, o IBS é único e nacional, no substitutivo da PEC nº 110, de 2019, o modelo é dual, com uma CBS para a União e um IBS para os Estados e Municípios, sendo que os tributos possuem desenho constitucional similar.

Iniciado o novo Governo Federal em 2023, o Poder Executivo indicou como umas das prioridades a reforma tributária, mas entendeu que a melhor solução seria a construção do texto pelo próprio Parlamento, a partir do debate já realizado.

Alinhada a esse objetivo, em 9 de fevereiro de 2023, a Câmara dos Deputados instituiu Grupo de Trabalho (GT) para, no prazo de 90 dias, prorrogáveis por igual período, analisar e debater a PEC nº 45, de 2019, para a qual também tive a honra de ser designado Relator, cabendo a coordenação ao nobre Deputado

Reginaldo Lopes.

Entre os meses de março e maio de 2023, o GT realizou 16 audiências públicas, 11 visitas técnicas a diversos Estados da Federação, 1 missão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) em Paris, na França, dezenas de reuniões administrativas internas, além de vários encontros com autoridades dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, todos descritos no relatório final. Nesses eventos, os Parlamentares tiveram a oportunidade de conhecer diversos posicionamentos, favoráveis e contrários à reforma tributária, que se mostraram fundamentais para que firmassem posição sobre a matéria.

No dia 6 de junho de 2023, o Grupo de Trabalho encerrou suas atividades, apresentando relatório, com diretrizes para o substitutivo à PEC nº 45, de 2019. Concluiu pela extinção do IPI, da Contribuição para o PIS, da COFINS, do ICMS e do ISS; e pela criação de um modelo dual de IVA, formado por uma CBS federal e um IBS subnacional, além de um Imposto Seletivo voltado para desestimular o consumo de produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. O modelo dual de IVA teria as seguintes características: (i) base ampla, alcançando o consumo de todos os bens e serviços que existem ou que venham a existir, independentemente se classificados como bens materiais ou imateriais, serviços, ou direitos sobre eles existentes; (ii) incidência 'por fora'; (iii) cobrança no destino; (iv) não cumulatividade plena; (v) poucas exceções/alíquotas, permitidas apenas alíquotas reduzidas para bens e serviços dos setores de saúde, educação e transporte; manutenção dos regimes favorecidos do SIMPLES Nacional e da Zona Franca de Manaus; e criação de regimes tributários específicos para imóveis, operações financeiras e combustíveis; (vi) legislação única e nacional para o IBS subnacional e harmonizada com a legislação do CBS/IBS federal; (vii) Conselho Federativo, formado por Estados e Municípios, para gerir o IBS subnacional; (viii) direito a crédito não condicionado ao efetivo recolhimento pelo fornecedor; (ix) devolução do imposto preferencialmente para famílias de baixa renda (*cashback*); (x) criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional; e (xi) períodos de transição adequados para os novos tributos e para o princípio do destino.

II.3.3. Substitutivo

O desafio de se reformar o sistema tributário de um país é tão árduo quanto mais complexas forem suas relações sociais e econômicas internas e mais democrática for a participação de suas instituições neste processo reformador. Acresça-se a isso nossa organização em três níveis federativos, cada um com competência tributária própria deferida pela Carta Constitucional.

Nossa intrincada e oscilante legislação fiscal decorre da preocupação do legislador constituinte em projetar um sistema que garanta a autonomia financeira dos entes federados, destinando-lhes atribuições legislativas que julgou compatíveis com sua capacidade e aptidão. Contudo, o diagnóstico atual

de nosso sistema tributário desmorona as mais meritórias intenções de seus arquitetos, na medida em que deparamos com conflitos federativos, insegurança jurídica e injustiça fiscal.

Na tentativa de se remediar o insanável, têm-se promovido pontuais reformas às disposições constitucionais, por vezes arcaicas diante das novas relações entre agentes econômicos. Sem atacarmos os problemas estruturais de nossa tributação, assistimos à perenização de nossos embaraços tributários.

Em relação às normas inferiores à Carta, a confusão é completa, espraiando-se o caos por unidades produtivas, residências, escritórios e repartições públicas, sendo-lhes comum apenas a batalha diária do convívio com nosso definhado sistema tributário.

Diante desse cenário obscuro, aceitamos o múnus que nos foi atribuído, na certeza de que a atual conjuntura do País não apenas favorece, mas depende vitalmente de profundas modificações em seu arcabouço jurídico. Enganam-se aqueles que pensam que remendos fracionados são capazes de soerguer um modelo falido.

O substitutivo que ora apresentamos parte das diretrizes traçadas pelo Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, acima transcritas, às quais buscamos dar concretude a partir do diálogo com os Governos Federal, estaduais e municipais, com os setores econômicos e com a sociedade civil, em uma intensa e muito necessária reformulação do sistema tributário nacional.

Não se pretende esgotar todas as mazelas que hoje permeiam a tributação do consumo, fazendo-se necessário contínuo avanço por parte deste Congresso Nacional. Algumas repercussões práticas desta reforma tributária estarão condicionadas à futura aprovação de normas infraconstitucionais que a viabilizem.

Nada obstante, temos por certo que a proposta se baliza pelos princípios mais caros à harmonização da atuação da Federação e de sua relação com os contribuintes.

II.3.3.1. Novo Modelo de Tributação do Consumo no Brasil

O modelo de tributação sobre o consumo adotado no Brasil, que surgiu de forma inovadora no século passado, acumulou distorções ao longo do tempo que o tornaram excessivamente complexo e disfuncional. Entendemos que a principal causa da frustração do modelo em sua concepção original é a fragmentação da tributação do consumo.

Tal fragmentação, por tributos e esferas distintas, criou-se uma infinidade de regras, que tornaram nosso sistema ineficaz, ambíguo, injusto, cumulativo, lacunoso, regressivo e contrário à harmonização federativa. Em resumo, temos hoje o oposto ao que se entende no mundo como boa tributação sobre o

consumo.

Nossa intenção com a proposta é enfrentar definitivamente esse problema. Consideramos que os desafios atuais somente serão solucionados com o fim do fracionamento da tributação do consumo.

Qualquer modelo que possibilite o fracionamento da tributação do consumo de bens ou serviços, ou direitos, por mais que seja concebido cuidadosamente por seus formuladores, manterá resquícios das imperfeições existentes hoje. Além disso, a legislação precisa ser harmônica, para mais uma vez não se tornar mais complexa e disfuncional com o decorrer do tempo, em uma trágica repetição do roteiro malsucedido que tanto conhecemos.

Nesse cenário, propomos a extinção da contribuição para o PIS, da contribuição do IPI, do ICMS e do ISS. No lugar desses tributos, para modernizar e simplificar o sistema tributário, dar mais transparência aos cidadãos sobre o quanto lhes é cobrado de tributos, combater a regressividade tributária, findar a guerra fiscal e garantir aos entes tributantes a receita necessária ao desempenho de seu papel constitucional, instituímos uma tributação geral sobre o consumo cobrada sobre o valor agregado, complementada por um imposto específico sobre determinados bens e serviços.

O tributo geral sobre o consumo terá a forma do que parte da doutrina tributária denomina de “IVA Moderno”— base ampla, cobrado “por fora” e no destino, não-cumulatividade plena e poucas alíquotas e exceções — e será dual, denominado Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para a versão de competência da União, e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para a de competência partilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. O tributo específico, denominado de Imposto Seletivo, será de competência federal, com arrecadação dividida com os demais entes federados, destinado a desestimular o consumo de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

II.3.3.1.1. Modelo Dual de Tributação sobre o Valor Agregado

Um dos elementos centrais na estruturação da tributação do valor agregado a ser instituída é a definição do seu modelo de gestão. Nesse sentido, as duas alternativas em discussão são o regime nacional único (compartilhado por todos os entes federados) ou o regime dual, em que a União arrecada separadamente a sua parcela na tributação..."

É importante frisar isso porque muitas pessoas ainda confundem isso. Muitos Parlamentares me perguntam: *"Nesse Conselho Federativo vão estar a União, os Estados e os Municípios?"* Não. Com a adoção do IVA dual, a União arrecadará separadamente os seus impostos, e o que nós chamamos de Conselho Federativo será composto tão somente de Estados e Municípios, que farão a gestão dos seus impostos e arrecadarão esses impostos através desse

Conselho Federativo, que é de Estados e Municípios.

"(...) que a União arrecada separadamente a sua parcela na tributação e os Estados e Municípios, a sua.

É consensual que um tributo único nacional seria o melhor para atender o objetivo de simplificação tão almejado pela reforma tributária, com a troca de dezenas de legislações do ICMS, milhares do ISS e inúmeros regimes da contribuição para o PIS, da COFINS e do IPI, por uma única legislação de IBS. Além disso, um só tributo demandaria uma única estrutura de gestão e arrecadação, alternativa mais lógica, econômica e eficiente.

Recebemos, contudo, muitas demandas pela adoção da versão dual, separando a gestão da União sobre um tributo federal daquelas dos Estados, do DF e de Municípios sobre um tributo estadual/municipal, tendo sido essa a diretriz do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, o que, em nosso entendimento, não compromete, de nenhuma maneira, a eficiência do novo modelo. Nesse contexto, adotamos um modelo com dois tributos sobre o consumo: um de competência da União e outro compartilhado entre Estados e Municípios.

Nessa versão dual, optamos por atribuir à União a espécie de contribuição social. Isso se faz necessário, pois uma das premissas da reforma tributária é não alterar as vinculações constitucionais existentes, e dois dos tributos federais substituídos são contribuições sociais integralmente destinadas ao financiamento da seguridade social: a contribuição para o PIS e a COFINS. Já a versão estadual/municipal adota uma espécie de imposto, figura mais adequada a receitas voltadas a financiar o Estado como um todo.

Dessa forma, no modelo que propomos, prevemos a instituição da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência partilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Como veremos na seção seguinte, os tributos terão legislação harmonizada.

II.3.3.1.1.1. Legislação Harmonizada.

Não houvesse um conjunto de regras comuns e harmônicas entre si, o esforço para simplificar a tributação do consumo, ao substituir cinco por dois tributos, seria infrutífero. Depararíamos com o gradual retorno à multiplicação de procedimentos, alíquotas e regimes diferenciados, hoje tão presentes em nosso ordenamento jurídico.

Em um modelo de tributo único, seria possível adotar legislação única e nacional que impusesse idênticas regras a toda a Federação, com a instituição de dois tributos sobre bens e serviços. Contudo, somente julgamos possível exigir a unicidade legislativa para cada um dos tributos com uma legislação federal para a CBS e outra legislação de índole nacional para o IBS, única para todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, exigindo o instrumento da

lei complementar para a instituição de ambos.

Apesar de prevermos uma legislação para cada tributo, para preservar o objetivo da simplificação, exigimos que as suas características principais sejam idênticas, como as definições de contribuintes, fatos geradores, base de cálculo, não cumulatividade plena, regras de creditamento e regimes diferenciados, especiais, favorecidos ou simplificados de tributação.

A alíquota de cada tributo será aquela necessária para manter a arrecadação atual dos tributos substituídos, sendo que, para o IBS, o imposto sobre cada operação será calculado pelo somatório de duas alíquotas: dos Estados ou Distrito Federal e dos Municípios. Observe-se que cada ente federado terá autonomia para alterar sua própria alíquota por lei ordinária, mas ela será a mesma aplicada a todas as operações, reforçando a desnecessidade em se diferenciarem operações com bens e com serviços, ou mesmo em se consultar qualquer tabela de classificação de mercadorias para identificação da alíquota aplicável", o que ocorre hoje no nosso sistema. "Além disso, a legislação infraconstitucional não poderá prever a concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relacionados ao imposto ou regimes específicos ou favorecidos de tributação. Excetuam-se desses regramentos somente as hipóteses autorizadas pela Constituição Federal, em especial os regimes diferenciados, favorecidos e específicos de tributação, como descrito na seção II.3.3.1.1.8.

Ressalte-se que o exercício de competência tributária de Estados e Municípios por lei complementar na instituição do IBS segue o modelo constitucionalmente consagrado. Com efeito, a Constituição Federal já defere a esse normativo a competência para estabelecer normas gerais em matéria tributária, inclusive definir fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, as quais são de observância obrigatória pelos entes competentes para instituir o tributo.

No modelo proposto, a autonomia tributária de cada ente será preservada em sua vertente mais relevante: a autonomia financeira representada pela possibilidade de fixar sua alíquota. Eventual inquietação decorrente da vedação de concessão de benefícios fiscais em relação ao IBS, ao argumento de que impediria a utilização de importante instrumento de atração de empresas e desenvolvimento regional, não procede, em vista da adoção do princípio do destino para esse tributo, como descrito na seção II.3.3.1.1.3.

II.3.3.1.1.2. Base de Incidência Ampla

É consenso internacional que as regras tributárias devem ser claras e de simples compreensão para que os contribuintes tenham segurança jurídica no cumprimento de suas obrigações e no planejamento de seus negócios. Contudo, não é isso que verificamos em nosso País, em face do alto grau de incerteza tributária que é aplicado aos contribuintes. Inúmeros são os exemplos que

ilustram as vicissitudes de nosso sistema.

No caso do ICMS e do ISS, a opção original do Constituinte em se delegar a esse último o campo de incidência residual em relação ao primeiro, bem como exigir-lhe o arrolamento das atividades tributadas em uma lista, como traz a Lei Complementar nº 116, de 2003, não se mostra compatível com a modernização da atividade econômica.

Percebe-se a progressiva 'servicização' da economia, que consiste na incorporação crescente de serviços nos processos produtivos, na forma de soluções embarcadas, pesquisa e desenvolvimento e serviços digitais. Trata-se de fenômeno desejável ao nosso desenvolvimento econômico, pois incrementa o valor agregado das operações. Além disso, a economia digital frequentemente desafia as classificações existentes, na medida em que novos modelos de negócios surgem a cada dia e que, por serem inovadores e disruptivos, muitas vezes, trazem características que não cabem nos conceitos tradicionais.

Com efeito, a utilização do conhecimento e do serviço estrangeiro — mediante importação de bens com tecnologia acoplada, investimentos diretos vindos do exterior, treinamentos e obtenção de licenças —, associada ao desenvolvimento doméstico de serviços que suportam o setor secundário da economia, é medida fundamental para impulsionar a produtividade de um país em desenvolvimento. Há muito tempo já se sabe que esse é o caminho para aumentar a participação de nosso setor produtivo nas cadeias internacionais de mais alto valor.

O surgimento de transações que não representam transferência de mercadorias ou prestação de serviços em suas definições clássicas, como o compartilhamento de bens, corrobora essa obsolescência do ICMS e do ISS.

Destacamos que a própria conceituação jurídica do termo 'serviços' pelo intérprete da norma constitucional já acarreta vastos entraves à aplicação da norma tributária. Vale lembrar as discussões sobre o enquadramento de venda de *softwares* ou a cessão de espaço para publicidade *on-line* como mercadoria ou serviço, ou mesmo a esdrúxula lacuna tributária sobre operações de locação de bens móveis.

No âmbito federal, não são menos labirínticas as questões postas aos contribuintes. Eles devem, por exemplo, identificar com precisão o enquadramento de seus produtos no código da Tabela de Incidência do IPI, o que nem sempre é trivial. A diversidade de alíquotas nela previstas — mesmo para produtos semelhantes — ilustra o provável resultado de políticas fiscais imprecisas, fruto da atuação de grupos de interesse ou até mesmo de certa aleatoriedade.

É lastimável que tenhamos um sistema tributário que funcione em sentido contrário a essas inovações, afogando-as em seu oceano de normas, conflitos

de competência e cumulatividade. O resultado é o prejuízo a todos os interessados, sejam eles os sujeitos ativos, os passivos ou a própria Nação.

Para fulminar os óbices sobre a definição do tributo aplicável, o IBS e a CBS são previstos como tributos de base ampla, que devem incidir sobre toda a base de consumo, nela incluída todos os bens e serviços que existem ou que venham a existir, independentemente se classificados como bens materiais ou imateriais, inclusive direitos e serviços.

A lei complementar poderá traçar as condições em que determinada pessoa, física ou jurídica, será contribuinte dos tributos, podendo definir como sujeito passivo a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior, o que confere dilatada chancela ao legislador infraconstitucional para que trace os limites de sua incidência.

Em relação ao termo 'serviços', apesar de a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já o ter desvinculado do conceito de 'obrigação de fazer' do direito civil, deixamos expresso que, para fins de incidência do IBS, lei complementar poderá:

estabelecer o conceito de operações com serviços, seu conteúdo e alcance, admitida essa definição para qualquer operação que não seja classificada como operação com bens.

Com isso, o País passa a adotar como nomenclatura de seu tributo a mesma que prevalece internacionalmente (*goods and services tax*), ao passo que supera discussões jurídicas anacrônicas e confere ao legislador a flexibilidade necessária para que a legislação tributária acompanhe a intensa dinamicidade do mundo real.

II.3.3.1.1.3. Princípio do Destino

Para que se chegue ao desenho ótimo de um imposto sobre o consumo, é necessário que o ônus econômico e a arrecadação ao Erário ocorram no local onde o bem ou o serviço seja consumido.

A opção de se considerar o local do estabelecimento do contribuinte como o fator determinante para a definição do sujeito ativo do ICMS e, consequentemente, da alíquota aplicável é a eterna fonte das constantes distorções alocativas e conflitos federativos.

Por décadas, temos assistido ao embate entre os Estados, que, por meio da concessão de incentivos fiscais — não raramente inconstitucionais —, buscam atrair empresas para seu território, na expectativa de que isso promova o desenvolvimento socioeconômico da região, com geração de empregos. Essa disputa, além de impulsionar uma espiral negativa de renúncia tributária demandada pelos agentes econômicos, ocasiona a instalação de

empreendimentos em locais menos favoráveis, sem considerar as vantagens comparativas inerentes às respectivas atividades.

A proximidade com o mercado consumidor, a existência de mão de obra local qualificada e a facilidade de acesso aos insumos por vezes são superadas em decorrência da magnitude de uma vantagem comparativa artificial, consubstanciada em um benefício fiscal recebido. Posteriormente, eventual anulação, revogação ou glosa deste incentivo escancara a inaptidão para a prosperidade daquela atividade naquela região. Amplie-se esse grave problema para todo o território nacional e encontramos a patente ineficiência do nosso setor produtivo, na produção e na comercialização dos mais variados bens e serviços.

Noutro giro, tem-se que tratamentos diferenciados concedidos localmente pelo ente subnacional onde se localiza a unidade de produção são prejudiciais ao ambiente concorrencial, submetendo contribuintes que promovem transações similares a cargas tributárias distintas.

Propomos, então, que nossa tributação sobre o consumo passe a ser neutra, não mais influenciando e distorcendo as decisões dos agentes econômicos. Assim, contribuintes que promovam transações semelhantes (mesmo bem ou serviço para o mesmo destino) estarão sujeitos a idêntica exação fiscal.

A partir do momento em que se adote a alíquota de destino das operações, esvaziam-se as discussões e os pleitos sobre a concessão de benefícios tributários. A alíquota do ente incidirá sobre as operações que sejam destinadas aos consumidores nele domiciliados, e não mais sobre as operações de saída de bens e serviços promovidas por empresas nele instaladas. Outra vantagem da cobrança no destino decorre do fato de a receita do tributo pago pelo consumidor ser direcionada ao Estado e ao Município em que reside, que são os entes de quem demanda e recebe serviços públicos.

Destacamos que a Constituição Federal já apresenta encaminhamentos no sentido da tributação do consumo pelo destino da operação, como se pode verificar nos incisos VII; IX, ‘a’; e X, ‘a’, de seu art. 155, que tratam do ICMS. Com efeito, o texto constitucional em vigor mantém a previsão de incidência do imposto nas importações de bens e serviços provenientes do exterior, como medida de equalização da tributação em relação à praticada internamente, ao passo que imuniza as exportações dessa exação.

Antecipando indagações jurídicas sobre o conceito constitucional de 'destino', propomos delegar largo campo de atuação ao legislador infraconstitucional — assim como fizemos para o conceito de 'serviços' —, o qual poderá definir o ente federativo considerado destino da operação diferenciando-o em razão das características da operação. Entendemos não ser adequado prever na Constituição qualquer definição para o referido termo, o que poderia até mesmo inviabilizar o funcionamento prático da norma.

Nesse sentido, dispomos que os critérios para a definição do ente de destino da operação poderão ser, inclusive, o local da entrega, da disponibilização ou da localização do bem, o da prestação ou da disponibilização do serviço ou o do domicílio ou da localização do adquirente do bem ou serviço, admitidas diferenciações em razão das características da operação.

Por evidente, os critérios legais não podem desvirtuar o termo 'destino' e devem resultar no local em que o bem ou o serviço presumivelmente seja consumido. Nos casos em que isso for evidente, a lei não poderá dispor diferentemente. Do mesmo modo, não é possível aceitar atribuição legal de local em que obviamente não ocorrer o consumo.

II.3.3.1.1.4. Cobrança 'Por Fora'

Inserimos dispositivo constitucional para afastar a nociva instituição de imposto que venha a incidir sobre sua própria base. A partir das lições experimentadas com o ICMS, o PIS e a COFINS, constata-se que a reprovável técnica de incidência do tributo 'por dentro' tem servido apenas para reduzir a transparência da carga tributária nas aquisições de produtos e serviços e para trazer insegurança jurídica sobre a forma de cálculo da obrigação tributária e sua constitucionalidade.

Os revezes dessa fórmula irracional atingem inclusive o poder público. O acórdão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS da base da contribuição para o PIS e da COFINS, por exemplo, ainda que não definitivamente transitado em julgado, já traz impactos dramáticos à arrecadação tributária. Em manifestação no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, que trata do tema, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional asseverou:

Com o trânsito em julgado das primeiras ações que determinaram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, foram R$ 4 bilhões compensados em 2018, R$ 23,1 bilhões apenas em 2019 e, pasmem, R$ 63,6 bilhões em 2020. [...] utilizado o critério de cálculo do ICMS defendido pela União (ICMS a recolher), o impacto econômico da decisão será de aproximadamente R$ 258,3 bilhões de reais. Utilizado o critério proposto pelos contribuintes (ICMS destacado na nota fiscal de saída[...]), o impacto se multiplicará a valores imprevisíveis.

Resolve-se, assim, mais um grave problema de nosso sistema tributário.

Antecipamos que o imposto seletivo, mais adiante apresentado, tampouco será calculado 'por dentro'. Todavia, cuidamos de inserir dispositivo que faculta ao legislador sua inclusão na base de cálculo do IBS e da CBS, de forma a se garantir a neutralidade da tributação da cadeia produtiva.

Isso porque o imposto seletivo cobrado no início da cadeia produtiva acaba por se incorporar ao custo do produto e incrementar a base de cálculo do IBS

devido pelos agentes econômicos. Para equalizar a carga tributária, é necessário que, na venda direta de produto gravado com o imposto seletivo a consumidor final, ele componha a base de cálculo do IBS.

II.3.3.1.1.5. Não Cumulatividade

O princípio da não cumulatividade objetiva conferir neutralidade à incidência do tributo ao longo da cadeia produtiva. Por meio dele, garante-se que as sucessivas etapas descontem do tributo devido o que já foi recolhido em relação a seus insumos, gravando-se apenas o valor agregado em cada uma.

Diante da fragmentação da tributação do consumo, contudo, verificam-se regramentos distintos sobre a apropriação de créditos relativos aos insumos utilizados na produção. Isso provoca a permanência de resíduos tributários ao longo da cadeia de comercialização — mesmo para bens desonerados, como no caso das exportações, o que explica em boa medida a má posição do Brasil no *ranking* de competitividade a que nos referimos na seção II.3

No caso do IPI, a não cumulatividade é observada por meio do creditamento físico dos insumos, isto é, o valor correspondente ao imposto incidente sobre o que se incorpora à mercadoria vendida, como matéria-prima, produtos intermediários, material de embalagem e a industrialização por encomenda, e sobre a importação de bens industrializados. No caso de acúmulo de créditos pelo contribuinte, ele poderá ser ressarcido ou compensá-los com débitos próprios relativos a tributos administrados pela Receita Federal.

Já no ICMS, encontramos piores distorções e bastante cumulatividade ao longo das sucessivas operações. Assim como o IPI, o ICMS se funda no creditamento físico, correspondente ao imposto anteriormente cobrado em operações com mercadorias ou no recebimento de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação.

No entanto, a Lei Complementar nº 87, de 1996, traz exceções a essa regra. O creditamento referente ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de comunicação, por exemplo, duas operações fortemente tributadas pelo imposto, só estará disponível a todos os contribuintes a partir do ano de 2033. Registre-se que esta data vem sendo reiteradamente postergada por mais de 20 anos, em franco desprezo ao princípio da não cumulatividade. A restrição temporal para a apropriação de créditos referentes a mercadorias destinadas ao ativo permanente também demonstra a imperfeição da aplicação desse princípio no ICMS.

Além dessas vedações no aproveitamento de créditos correspondentes a insumos tributados pelo imposto, notamos que, mesmo para as hipóteses autorizadas, há dificuldade na consecução da não cumulatividade. Isso porque os contribuintes são detentores de enormes estoques de créditos junto aos Estados, que beiram o inexequível.

A situação é ainda mais crítica para as empresas exportadoras, as quais são imunes à incidência do tributo e fazem jus ao ressarcimento do ICMS incidente sobre os seus insumos. No levantamento 'Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras', promovido pela Confederação Nacional da Indústria em 2018, identificou-se que apenas 34,5% das empresas que solicitam o ressarcimento de créditos de ICMS recebem em até 1 ano. Em relação às demais, 32,9% não conseguem obter o benefício e 15% só recebem o ressarcimento após 2 anos.

Em relação à contribuição para o PIS e à COFINS, sem considerar os diversos regimes diferenciados, encontramos dois principais sistemas: cumulativo (alíquota conjunta de 3,65%) e não cumulativo (9,25%). Como regra, a eleição da modalidade de tributação é facultada ao contribuinte, sendo que o creditamento em relação aos insumos tributados se dá de forma indireta. É dizer que não é relevante o montante do tributo cobrado nas operações anteriores, pois o valor do crédito será obtido mediante a aplicação da alíquota do regime não cumulativo sobre o valor dos insumos adquiridos (...).

(...)

Apesar da interpretação favorável aos contribuintes e direcionada à efetivação do princípio da não cumulatividade, é inegável o potencial de multiplicação de questionamentos por parte de cada empresa inserida no regime não cumulativo das contribuições, ao se demandar a análise da imprescindibilidade e da importância de cada uma de suas aquisições. Na verdade, o 'teste da subtração' ainda permite que muitos créditos indiretamente vinculados à atividade econômica não possam ser compensados pelo contribuinte.

(...)

De qualquer modo, para aqueles que defendem a 'vontade do legislador' como vetor hermenêutico, fique claro que a intenção derivada desta emenda constitucional é garantir a não cumulatividade plena, isto é, o direito de o contribuinte compensar do IBS e da CBS devidos o montante desses tributos cobrado em todas as operações que concorram para sua atividade econômica, independentemente se ligadas à função administrativa ou à atividade-fim da empresa, de modo a garantir a neutralidade quanto à carga fiscal de todos os contribuintes.

(...)

Pretendemos, com isso, revolucionar nossa tributação sobre o consumo, incrementando exponencialmente a confiabilidade dos contribuintes no Fisco. A certeza do recebimento dos créditos referentes aos insumos da atividade econômica reduzirá nossos custos de produção e alçará o Brasil a um reposicionamento no cenário internacional, expandindo nossa competitividade global.

(...)

II.3.1.a.i.1. Direito à Dedução do Crédito das Aquisições

Um dos pontos que geraram mais discussões quando apresentamos nossa proposta de substitutivo no âmbito da Comissão Mista da Reforma Tributária diz respeito à necessidade de se comprovar o efetivo pagamento do tributo pelo fornecedor (...). Aquela previsão decorria da crença de que seria implementado um instrumento que, no momento do pagamento, separasse e enviasse para o Fisco o valor do tributo devido de modo automático. Com essa metodologia, o adquirente conseguiria certificar-se de que foi recolhido.

(...)

O recolhimento do tributo no momento do pagamento da operação retira a discricionariedade do contribuinte em adimplir sua obrigação fiscal, levando o IBS e a CBS a um grau de eficiência nunca antes verificado em tributos sobre o consumo, utilizando a evolução tecnológica de cruzamento de informações fiscais e de pagamentos em favor da higidez do sistema. Isso é especialmente importante em vista da ampliação da apropriação de créditos que veiculamos.

(...)

Além disso, o efetivo recolhimento do IBS ou da CBS na operação anterior é o que vai garantir que existam recursos para se proceder à devolução dos créditos acumulados. A não observância desta condicionante desmantela o novel tributo.

A garantia de recolhimento dos tributos pode ser implementada de múltiplas formas, mas o substitutivo exige que ela só seja exigida para garantir o direito ao creditamento quando o adquirente puder efetuar o recolhimento do tributo incidente (...).

Regras claras devem proporcionar um ambiente de fácil identificação, pelos intermediários responsáveis (provedor de serviço de pagamento, operadora de cartão de crédito, instituição bancária), das operações em relação às quais deverão fazer a retenção. É preciso que os custos de conformidade desses terceiros sejam ínfimos, recaindo a responsabilidade em relação à qualificação da operação e à alíquota aplicável exclusivamente sobre contribuinte que praticar o fato gerador.

Ademais, deve-se avançar no compartilhamento de informações entre contribuintes, intermediários responsáveis e autoridades fazendárias (...).

Destaque-se que, como esses mecanismos não conseguirão abarcar todas as operações, ainda será necessária a apuração mensal do tributo devido pelo contribuinte, tanto para que apure seus créditos a compensar ou ressarcir como também seus débitos referentes a operações realizadas com meios de

pagamento físicos, a exemplo do dinheiro em espécie".

Aqui eu estou falando do *split payment.*

"Quanto a este, dada sua difícil rastreabilidade, é fundamental que a legislação institua mecanismos que previnam a ocorrência de operações não declaradas e a lavagem de dinheiro. O combate a esses crimes tributários pode dar-se na esteira do praticado por outros países (...).

II.3.3.1.1.6. Devolução do IBS (Cashback)

Na Constituição vigente, o principal mecanismo para a realização da justiça fiscal em matéria de tributação do consumo consiste na desoneração dos bens considerados pelo legislador infraconstitucional como mais essenciais. Seriam estes preponderantemente consumidos pela população de baixa renda, em contraposição à oneração dos bens supérfluos, cujo consumo é atribuído às faixas de maior poder aquisitivo (...).

Como esclarecido pela doutrina especializada, contudo, a experiência internacional tem demonstrado que a destinação direta de recursos às finalidades sociais almejadas é mais efetiva do que a adoção de modelos de desonerações fiscais, especialmente porque, na maioria dos casos:

(i) os benefícios fiscais estabelecidos não são necessariamente transferidos em sua totalidade para o consumidor final; e

(...)

Por essas razões, o nosso substitutivo prevê a adoção de mecanismo de devolução a famílias de baixa renda, cujo desenho constará de legislação infraconstitucional, a qual determinará o público elegível beneficiado e o montante e a forma de devolução.

(...)

II.3.3.1.1.8.1. Regimes de Tributação Diferenciados

Já mencionamos acima que o 'IVA Moderno', aquele considerado mais eficiente economicamente, tem alíquota única aplicável a todos os bens e serviços.

Isso porque diversos estudos econômicos comprovaram que políticas públicas baseadas na concessão de alíquotas menores para produtos essenciais são pouco efetivas. Nesse contexto, diversos especialistas passaram a defender que se cobrasse a mesma alíquota sobre todos os bens e serviços, em conjunto com medidas que mitigassem a regressividade própria da tributação sobre o consumo.

A PEC nº 45, de 2019, em essência, propõe um IVA de alíquota única. (...)

Nesse contexto, a diretriz do GT foi de se adotar uma alíquota padrão, permitindo-se outras alíquotas para bens e serviços específicos. Contudo, a recomendação foi de que as alíquotas reduzidas fossem aplicadas apenas a determinados casos, evitando-se sua aplicação a setores da economia como um todo, limitada a alguns bens e serviços relacionados a determinados setores elencados na emenda constitucional.

(...) o substitutivo oferece restrito rol de regimes diferenciados, seja por meio da redução das alíquotas aplicáveis a uma seleção de bens e serviços de determinados setores da economia, seja pela possibilidade de algumas pessoas físicas não aderirem ao IBS e à CBS, seja pela concessão de créditos presumidos. Vale ressaltar que essas exceções são previstas na própria Constituição, vedadas inovações setoriais por atos normativos de menor envergadura.

Interessa ratificar nossa compreensão sobre a maior efetividade de gastos tributários qualificados com base nas partes envolvidas na operação, em relação a benesses fiscais amplamente instituídas em favor de bens ou setores específicos.

(...)

Iniciamos com os regimes diferenciados que envolvem alíquotas reduzidas para alguns bens e serviços de determinados setores de relevante função social, cujos usuários de menor poder aquisitivo poderiam ter fração maior da sua renda comprometida. Enquanto os setores estão elencados expressamente no texto constitucional, os bens e os serviços que farão jus à redução constarão de lista na legislação infraconstitucional, lembrando que, por disposição expressa do substitutivo, deverá ser idêntica para o IBS e a CBS.

O primeiro setor que fará jus à alíquota reduzida de 50% do IBS e da CBS para bens e serviços selecionados em lei complementar é o de educação, a fim de evitar qualquer repercussão nos preços das mensalidades escolares. Além disso, com o objetivo de viabilizar a implantação de programas educacionais inclusivos, a lei complementar poderá zerar a alíquota da CBS sobre serviços de educação de ensino superior nos termos do Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096, de 2005.

Em segundo lugar, dado que a Constituição Federal elevou a saúde a direito fundamental de todos e dever primordial do Estado, consideramos importante incluir os serviços de saúde, os dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência e os medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual nas exceções ao regramento ordinário, permitindo a redução (...) das alíquotas do IBS e da CBS. Para medicamentos específicos de alta relevância, a lei complementar poderá inclusive zerar as alíquotas desses

tributos.

Em terceiro lugar, o transporte público coletivo urbano, semiurbano, metropolitano, ou entre regiões metropolitanas, cuja desoneração possui caráter mais progressivo em virtude de pessoas de alta renda não serem usuários típicos, é igualmente adequado constar do rol de exceções com redução de alíquota em 50% do IBS e da CBS. A lei complementar pode ainda isentar parte desses serviços. Busca-se evitar, assim, reajustes nos preços das tarifas que obstaculizem o livre deslocamento dos cidadãos.

Em quarto lugar, estão os produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais (...), bem como os insumos agropecuários, os alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal (...) merecedores da redução em 50% da alíquota da CBS e do IBS. Além disso, instituímos" — como já disse anteriormente — "a cesta básica nacional de alimentos, em observância ao direito social à alimentação, cujos produtos poderão ter"— poderão não, terão, corrigindo — "redução de alíquota a zero.

Em quinto lugar, estão as atividades artísticas e culturais nacionais, que também (...)" terão "os bens e serviços listados em lei complementar com redução de 50% nas alíquotas do IBS e da CBS. Além disso, para respeitar benefícios fiscais concedidos por prazo certo, a lei complementar poderá zerar a alíquota da CBS, até 28 de fevereiro de 2027, sobre serviços beneficiados pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, com a redação vigente (...).

Passamos aos regimes diferenciados que permitem que pessoas físicas não sejam contribuintes do IBS e da CBS, mesmo realizando atividades comerciais que exigiriam que pagassem esses tributos, e os que concedem créditos presumidos.

O produtor rural pessoa física que obtiver receita anual inferior (...)" a 3 milhões e 600 mil reais "poderá optar por não ser contribuinte do IBS e da CBS, podendo repassar crédito presumido relativo aos insumos por eles adquiridos aos adquirentes de seus produtos.

Por fim, lei complementar poderá autorizar a concessão de crédito presumido ao contribuinte adquirente de serviços de transportador autônomo pessoa física que não seja contribuinte do imposto, e ao contribuinte que adquira bens móveis usados de pessoa física não contribuinte para revenda, desde que esta seja tributada e o crédito seja vinculado ao respectivo bem, vedado o ressarcimento.

Concluímos assentando nossa plena preocupação em reduzir a regressividade da tributação do consumo. Apesar de inerente a esta base tributável, podemos adotar medidas que a mitiguem. Por certo, a forma de se concretizar essa mitigação não é mediante o alastramento de regramentos de exceção.

II.3.3.1.1.8.2. Regimes Específicos de Tributação

Nesta seção, trataremos de regimes destinados a alguns serviços e produtos que possuem peculiaridades que dificultam ou não recomendam a apuração tradicional a partir do confronto de débitos e créditos.

É o caso de serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos, que necessitam de sistemas de apuração próprios, como acontece na maior parte dos IVAs internacionais. Além disso, propomos um regime próprio para compras governamentais.

(...)"

Vocês querem que eu descreva um por um ?

(Pausa.)

Atendendo à nossa Deputada, passo agora a ler o voto.

Peço que todo o parecer seja incorporado. Estou encaminhando-o à Taquigrafia, para que fique consignado tudo o que está no nosso parecer, que também já está disponível no sistema aos Parlamentares.

"Voto

Pelas razões expostas, submeto aos ilustres pares meu voto pela admissibilidade das emendas apresentadas, exceto das Emendas nºs 35, 79, 106 a 109, 198, 201 a 203, 206 a 209 e 219.

No mérito, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e pela aprovação parcial" — isso é importante, porque nós estamos acolhendo aqui emendas que foram apresentadas durante o processo de discussão, inclusive ainda na Comissão Especial — "das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 10, 12, 15 a 18, 21 a 24, 31 a 34, 36 a 39, 40, 43, 44 a 47, 50, 51, 53, 55 a 58, 61, 62, 68 a 71, 73, 78, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 110, 112, 117 a 119, 122 a 124, 128, 131, 135, 137 a 139, (...), 143, 150 a 153, 158, 161, 163, 166 a 169, 170, 172, 175, 177, 178, 180, 181, 185, 189, 190 a 193, 194, 212, 214, 216 e 218, na forma do substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 9, 11, 13, 14, 19, 20, 25 a 30, 35, 38, 41, 42, 48, 49, 52, 54, 59, 60, 63 a 67, 72, 74 a 77, 79 a 81, 83, 86, 90, 92 a 94, 97, 99, 100, 103, 106 a 109, 111, 113 a 116, 120, 121, 125 a 127, 129, 130, 132 a 134, 136, 140, 142, 144 a 149, 154 a 157, 159, 160, 162, 164, 165, 171, 173, 174, 176, 179, 182 a 184, 186 a 188, 195 a 211, 213 a 215, 217 e 219.

Sala da Comissão."

Esse é o nosso voto.

Sr. Presidente, eu devolvo a V.Exa. a palavra, cônscio do dever cumprido. Eu sei do adiantado da hora, e nós estamos cansados, mas, mais do que nunca, com muita energia para prosseguirmos nesse debate e no diálogo e aprovarmos a nossa reforma tributária.

Muito obrigado.

Documento 149/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-23:28
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Arthur Lira-PP -AL	
	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

Sumário

Cumprimento pela Presidência do rito regimental na discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional. Ratificação de acordos para alteração de dispositivos referentes ao Conselho Federativo; ao Fundo de Desenvolvimento Regional; ao setor agrícola; ao repasses de recursos aos Municípios brasileiros e à Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu quero deixar bem claro que vou usar o rigor máximo no debate, que vai ser democrático, para seguirmos o rito regimental. Não vamos ter pegadinha, não vamos ter nenhum tipo de extrapolação. Então, vamos fazer os debates, as críticas e as defesas de maneira organizada.

Eu queria deixar algo claro para o Plenário e para quem está nos assistindo. Mais uma vez, eu queria ratificar que o texto lido é o relatório publicado, na última versão preliminar.

Nós vamos durante o dia de amanhã, principalmente na parte da manhã, honrar os acordos que foram feitos sobre o Conselho Federativo, que foi construído pelo Governador Tarcísio, de São Paulo, com outros Governadores, o Relator e a área de economia. A intenção é dar ao Conselho Federativo o caráter de transparência e de governança de um órgão de Estado, e não de um órgão de Governo, que será votado e que perdurará por vários anos e vários governos.

Para que fique claro, esse texto será alterado.

Será discutido e alterado o texto do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Com relação ao agro, tudo que foi acertado, como o ato cooperativo, a questão

da cesta básica e as outras situações todas, tanto no que for relativo ao texto de PEC quanto ao texto que foi acertado de lei complementar, serão liberados durante o dia, bem antes da votação do projeto.

Com relação aos Municípios, as quotas-partes dos Municípios do ICMS, os 25% dos Municípios que os Estados repassam, o acordo foi para fazer o repasse — peço ao Deputado Aguinaldo que me corrija — diretamente aos Municípios.

Quanto à Zona Franca de Manaus — destaco aos manauaras que votaram contra o prosseguimento da discussão —, está preservada a zona livre de comércio. Isso será ajustado no texto, assim como a cesta básica nacional, dentre outros assuntos.

Então, as conversas com todos os interlocutores e algumas outras conversas que acontecerão ainda no dia de amanhã sobre esses assuntos que nós citamos serão honradas no texto, Deputado Marcel. Por isso, faremos o máximo esforço e nos dedicaremos a fazer da discussão de amanhã um momento de discussão de texto, não de outros assuntos.

Eu queria ouvir só um orador, para cumprir o acordo e encerrar a sessão. Amanhã, iniciaremos por volta de 11 horas da manhã...

Documento 150/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-23:28
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Julia Zanatta-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre o rito procedimental de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não. Eu só queria pedir... Os colegas estão fazendo um pedido.

Estávamos conversando aqui, tanto os colegas da Oposição quanto os da Base do Governo, e queremos um esclarecimento sobre como acontecerá amanhã a discussão da matéria. Todos terão oportunidade de falar? Que hora começará? É preciso deixar isso bem claro, porque há muita gente aqui com dúvida. Estávamos discutindo isso com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A minha intenção, Deputada Julia Zanatta, é que o Relator — não sei se isso vai ser possível, mas espero que seja —, a partir do momento em que vá atualizando o texto, incutindo e colocando dentro do texto os acordos que forem sendo feitos, vá atualizando as coisas. O texto vai se atualizando, para que as pessoas tenham a segurança de que o que foi conversado estará no texto.

A discussão, Deputada Júlia, ocorrerá a partir de 11 horas da manhã. Ela transcorrerá durante a manhã, passando à tarde. Eu quero iniciar a votação da PEC por volta das 18 horas. Espero que seja tempo suficiente para que as conversas sejam finalizadas e para que o texto definitivo esteja pronto para ir à votação em primeiro turno.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente, quero apenas fazer uma questão de ordem...

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) - Presidente, se todos concordarem, é claro, tem como começarmos a partir do meio-dia? Nós temos uma reunião do maior partido da Câmara, que tem 99 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Julia, isso não vai atrapalhar. Tudo bem, o maior partido vai se reunir de 9 horas ao meio-dia. De meio-dia às 18 horas, ainda terão 6 horas para falar. Por acaso, os Deputados do PL que estiverem inscritos...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - V.Exa. não vai chamar então...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Se eu puder falar, Deputada Bia...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Pode falar...

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Os Deputados do PL que estiverem inscritos no período entre 11 horas e meio-dia eu garanto que terão a sua inscrição preservada para falarem a partir do meio-dia, quando todos deverão estar aqui.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) - Podemos começar ao meio-dia, então?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não, eu vou começar às 11 horas. Eu preservarei as inscrições.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) - Entendi. Sem encerramento de

discussão, não é?

Documento 151/326

116.2023	Sessão Ordinária - CD	05/07/2023-23:32
Publ.: DCD - 7/6/2023 -	Domingos Sávio-PL -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Fator determinante da inscrição do orador para discussão contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a minha indagação tem a ver inclusive com a observação que V.Exa. fez ao Deputado Marcel van Hattem. Nós estamos vivendo um processo dinâmico, que é saudável. Temos um projeto original, depois um grupo de trabalho, um relatório preliminar, que já vai ser objeto de uma mudança para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nesses acordos que já foram publicamente feitos, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Em função desses acordos, mas nem todos os conhecem inteiramente. Estou fazendo essa ponderação porque eu me inscrevi baseado no relatório que foi lido hoje, porque é o que tínhamos condição de avaliar. Portanto, eu me inscrevi para falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exas. querem que reabram as inscrições?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Não, não, eu estou apenas ponderando com V.Exa., porque eventualmente pode haver alguém que se inscreveu contra e que até, no decorrer do processo, estará a favor, mas não tem como ele mudar sua inscrição. O que se inscreveu a favor...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós vamos avaliar então. Eu só estou aqui colocando que regimentalmente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Então, é essa a ponderação que estou fazendo, para ser coerente, porque eu desejo votar numa reforma tributária para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tenho certeza de que V.Exa. o fará.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Mas eu só o farei com a segurança de que ela será boa para o País.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É claro, se eu não tivesse essa segurança, eu não estaria aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Então, eu me inscrevi contra, porque o texto preliminar que chegou às minhas mãos não me deu segurança para me posicionar a favor. É isso que estou ponderando.

Documento 152/326

116.2023 Sessão Ordinária - CD 05/07/2023-23:36
Publ.: DCD - 7/6/2023 - Adriana Ventura-NOVO -SP
ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre a concessão ao Plenário de tempo hábil para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional; sobre a previsibilidade de votação da propositura em segundo turno; e sobre a pauta da próxima sessão extraordinária.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, há um ponto só que eu queria esclarecer. A questão da votação ou não do segundo turno é uma coisa relevante para a previsibilidade, para sabermos se ficamos aqui na sexta-feira ou não. Não sabemos se iremos aprovar a PEC. Eu espero que, aprovando ou não, saibamos que o segundo turno será votado se for aprovada. Acho que é o mínimo de previsibilidade que temos que ter.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Espere um pouquinho só. Eu tenho três perguntas, Presidente.

Minha segunda pergunta é em relação ao tempo hábil. V.Exa. aqui garantiu que teríamos tempo hábil de fazer essa leitura do texto final, já que ele está mudando ao longo do dia. Eu só quero garantir isso para termos tranquilidade

de votar.

Meu terceiro e último ponto, Presidente, que eu acho que também é um ponto relevante, é em relação à previsibilidade da pauta de amanhã. Eu, no caso, e vários outros Deputados estamos vendo várias cabines de votação lá fora. Como não consta da pauta nenhuma votação de eleição, nem de CNJ, nem de CNMP, não há candidato, não há currículo, não há critério, eu queria entender exatamente isso. Com tantos problemas que temos agora com discussões do Judiciário, é superimportante que saibamos quais são os candidatos, conheçamos os candidatos previamente e sigamos o rito. Não podemos fazer uma eleição sem saber disso. Então, eu gostaria que V.Exa. esclarecesse, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana, deixe-me só...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deixe-me só acabar de falar, Presidente, por favor. Não corte a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Mas eu já entendi a pergunta de V.Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deixe-me só encerrar, por favor.

Eu só peço esse esclarecimento, essa previsibilidade, porque está muito difícil ficarmos nesse escuro. Então, quero clareza se vamos votar, quem são os candidatos e quais são os critérios, por favor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana, eu queria responder, na ordem, às perguntas de V.Exa.

A PEC terá, sim, tempo. Eu já li ao começar e estou lendo ao terminar quais foram os itens e quais itens dos acordos que foram feitos e que constarão no texto como alteração. Então, o texto que V.Exa. tem, com mais esses itens que eu falei aqui, são os que sofrerão alteração de acordos feitos com Estados, Municípios e setores. O.k.?

Com relação a se vai votar em primeiro turno ou se vai votar em segundo turno, tudo está de acordo com o andamento. A PEC está na pauta. Regimentalmente, um partido pode pedir quebra de interstício se for aprovada no primeiro turno, e a matéria seguirá. Se ela não tiver votos, no primeiro turno, ela fica.

Com relação ao terceiro item, não há previsão expressa se será amanhã ou depois a eleição com relação ao CNJ e ao CNMP. Há, sim, a possibilidade,

porque foi mandado para todas as Lideranças. E a questão em tela é que o NOVO não é representação e não recebeu, mas todos os partidos receberam a circular para apresentar os nomes de possíveis candidatos para as vagas da Câmara com relação ao CNJ e ao CNMP.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Eu vou pedir os procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peça os procedimentos, que eles estão corretos, Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Mas nós não temos os nomes e os currículos. Se essa votação for amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É porque eles não foram apresentados, Deputada Adriana. V.Exa. está no "se". No "se" é difícil!

Nós estamos em uma preparação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Teremos votação amanhã, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Os partidos indicarão os nomes que aparecerem.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Teremos votação amanhã, Presidente? É uma pergunta simples.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não sei, Deputada Adriana. Amanhã nós teremos PEC, mas a convocação é até sexta-feira.

Mais alguma coisa, Sras. e Srs. Deputados, ou posso encerrar?

Documento 153/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-11:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Marcel van Hattem-NOVO -RS
ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, eu quero começar dizendo a todos que estou inscrito para falar favoravelmente a esta Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, chamada PEC da Reforma Tributária.

Nós do NOVO sempre estivemos a favor dessa PEC 45, apresentada pelo Deputado Baleia Rossi, ainda em 2019, com a relatoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro.

Nós do Partido Novo sempre dissemos que precisamos simplificar o sistema tributário, pois não dá para aguentar hoje a forma como se cobra imposto no Brasil. O empreendedor, o trabalhador, todos os brasileiros são subjugados por um sistema nocivo que foca a complexidade, e não a liberdade do cidadão de poder trabalhar, produzir, oferecer produtos e serviços para os seus clientes, para os seus consumidores, sem que haja tanta dificuldade como hoje nós vemos no Brasil.

Por isso, a confusão ontem, quando o Deputado Arthur Lira, Presidente desta Casa, perguntou-me se eu era favorável ao texto, uma vez que recentemente tenho feito muitas críticas ao relatório apresentado.

E por que eu tenho feito críticas? Porque eu entendo que o projeto protocolado lá atrás, que sempre contou com o nosso apoio, inclusive para ser aprimorado, hoje está muito pior.

São três as premissas básicas para uma reforma tributária no Brasil. A primeira, eu já mencionei, é a da simplificação. Não há como escapar disso.

E há outras duas premissas. A segunda é a da manutenção da carga tributária, e nós somos a favor de reduzi-la. Aliás, o Estado hoje é paquidérmico, inchado, não dá para o mais pobre, principalmente, o retorno que ele precisaria ter em serviços públicos básicos e paga muito caro por salários, por exemplo, da elite do funcionalismo. Por isso, não podemos aceitar qualquer tipo de inchaço da máquina pública.

E a terceira é a de que deve haver uma descentralização profunda. No entanto, este projeto centraliza o poder na União e concentra o poder em determinadas regiões do Brasil, em detrimento de outras, que, costumeiramente, como é o caso do meu Rio Grande do Sul, da Região Sul e da Sudeste, pagam a conta de outros Estados que arrecadam muito menos.

Por isso, Sr. Presidente, estamos agora em compasso de espera para este novo relatório, que deve ser apresentado hoje.

Esta discussão açodada é inexplicável, ou melhor, hoje saiu uma explicação que eu não quis acreditar. Supostamente, o Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, sairia de férias na semana que vem e por isso queria votar às pressas hoje. Isso é muito grave, se for esse o motivo. Eu espero que haja um

desmentido oficial desta Casa, porque estamos submetendo os Deputados a uma votação às pressas, em virtude de caprichos individuais. Não é possível que 513 ou 512 Deputados se sujeitem a um capricho individual.

Essa semana já foi um exemplo claro disso: uma sessão estava marcada para ser remota e, no dia em que ela deveria acontecer, foi alterada para ser presencial. Isso fez com que centenas de Deputados — não foi o meu caso porque eu já estava em Brasília —, de última hora, pagassem passagens caríssimas para estar aqui num dia em que praticamente não se votou nada, aliás, votou-se um projeto, e, no dia seguinte, na terça-feira, nada se votou aqui.

Portanto, Sr. Presidente, as nossas preocupações são essas duas principalmente.

Quanto à simplificação e ao IVA, excelente! Precisamos atrair investimento e melhorar no nosso País o ambiente de negócios, para gerar mais emprego, mais renda, para garantir que a população floresça melhor.

Agora, a preocupação que temos é com estes dois outros pontos: manutenção e aumento da carga tributária num momento em que o Governo já contratou mais de 200 bilhões de reais em novas despesas. Sabemos, lamentavelmente, que isso até já foi aprovado aqui pela Câmara. E de algum lugar, Deputado Jordy, o Governo vai ter que tirar dinheiro.

Não dá para ser ingênuo. É lógico que essa reforma tributária traz uma série de aumentos de impostos. E há uma coisa muito grave sob o aspecto federativo: inclui a possibilidade de Prefeitos aumentarem o IPTU sem passar pelas Câmaras de Vereadores locais. Isso é muito grave. Isso está no texto, supostamente, Presidente, para compensar uma perda de arrecadação no ISS. Na verdade, isso é aumento de carga tributária!

Nós precisamos ter um texto que seja bom para o Brasil. Neste momento, não estou vendo isso no atual relatório. Eu falo isso com muita tristeza, porque nós sempre apoiamos a reforma tributária.

Peço a sua tolerância, Presidente, para concluir o meu pronunciamento. Comprometo-me a utilizar apenas a última adição de tempo.

Nós sempre apoiamos a reforma tributária, sempre fomos a favor da simplificação, mas ela precisa andar junto com a redução da carga tributária, não com o aumento. Hoje essa proposta dá, sim, muita abertura para aumento de carga tributária não só na União, mas também nos outros entes federativos. Como eu disse, nos Municípios o IPTU poderá ser aumentado pelos Prefeitos sem passar pela Câmara de Vereadores.

Também é preciso que haja uma descentralização. Não é possível continuar concentrando tudo aqui na corte em Brasília, nos Palácios de Brasília, com o chapéu sendo passado por aqui. Os Estados desta nossa Federação não podem

continuar tendo uma relação que não é de harmonia, mas, sim, de hierarquia, em que Estados que menos produzem ou que têm menos população estão em um ponto superior àqueles que mais produzem e têm mais população. Não dá para aceitar, Sra. Presidente.

Essa é a minha opinião sobre a reforma tributária.

Documento 154/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-11:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Glauber Braga-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta.

Senhoras, senhores, principalmente aqueles e aquelas que estão assistindo a esta sessão neste momento, a tributação no destino, evidentemente, nós consideramos uma medida positiva, porque faz com que aqueles Municípios que não têm indústrias instaladas, mas têm um número grande de pessoas, uma grande população, possam efetivamente arrecadar mais e transformar isso em serviços públicos. No entanto, há muitos problemas nesse relatório, que foi disponibilizado e que vai continuar a ser disponibilizado no dia de hoje. Eu quero chamar a atenção para pelo menos dois itens.

Vamos ao primeiro deles. A bancada do latifúndio, que se autodenomina do agronegócio, meteu um negócio no texto que tem que sair. Deputado Pedro Uczai, Deputada Fernanda Melchionna, Deputado Airton Faleiro, tem que ser grande a pressão da população brasileira para tirar esse negócio do texto.

Vejam bem: o art. 8º, mais especificamente o inciso VII, remete à Lei nº 10.925, de 2004, falando em tributação pela metade, em menos de 50%, dos itens de higiene. Quando você abre a tabelinha dos itens de higiene, vê que é fraude mesmo o que está colocado no texto que foi apresentado. Não dá! Isso tem que sair do texto. Inclusive, a bancada do PSOL — não é, Deputada Fernanda? — apresentou um destaque para retirar isso do texto, mas nós esperamos que o Relator faça isso antes inclusive da votação do destaque.

Quando você abre a tabela, o que está lá? Inseticida, rodenticida, fungicida,

herbicida, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou ainda sob a forma de artigos, tais como fitas, mechas e velas sulfuradas e papel mata-moscas. O que é item de higiene pessoal nessa lista? Isso é *lobby* da bancada do latifúndio para reduzir a tributação sobre os agrotóxicos.

A discussão no mundo vai no sentido contrário, vai no sentido exatamente de ampliação da tributação, de fortalecimento da agricultura familiar e da agricultura evidentemente orgânica. Não dá para colocar os agrotóxicos na cesta básica, porque agrotóxicos não são itens da cesta básica.

Então, o nosso destaque vai nesse sentido. Isso tem que ser modificado.

Segundo ponto: os bancos. A criação de um fórum específico para tratar, por legislação complementar, da tributação de bancos não tem o menor cabimento. A minha pergunta é: se está sendo votada agora uma proposta de emenda à Constituição, por que não tratar disso imediatamente? Porque está havendo um *lobby* pesado da FEBRABAN e do seu respectivo conselho nacional — eu nem sabia, mas é presidido pelo ex-Presidente da Câmara.

Esse fórum faz esse ataque, esse *lobby*, por motivos bastante objetivos. Eles acabaram de perder uma ação no Supremo Tribunal Federal, ação esta que faz com que, nos últimos 5 anos, os bancos tenham que fazer um pagamento de 115 bilhões de reais de PIS/COFINS. Quando eles embaralham o jogo, levando para uma legislação complementar, evidentemente, se fizermos as contas dividindo por 5 anos, isso dá mais de 20 bilhões de reais. Por quê? Esse recurso de 20 bilhões de reais não é mais do que necessário para fazermos investimentos nas mais variadas áreas?

O PSOL tem direito a um só destaque e está apresentando esse para retirar a tributação privilegiada para agrotóxicos, inclusive porque, como o texto determina que não existe ampliação da carga tributária, se é dado o privilégio para os agrotóxicos, para se estabelecer esse privilégio que está no texto — *lobby* da bancada do latifúndio —, necessariamente, será preciso ampliar a tributação dos outros itens. Então, o absurdo fica ainda maior.

Nós só temos um destaque. Estamos apresentando exatamente esse destaque para retirar essa tributação privilegiada para agrotóxicos. Mas outros partidos também podem apresentar destaques. Esperamos que apresentem um destaque relacionado à tributação especial ou posterior a ser definida em relação a bancos, porque isso deveria ser tratado, de maneira imediata, nesta reforma tributária.

Com o pouco tempo, essas foram as duas preocupações que deu tempo de colocar, mas nós vamos continuar fazendo esse debate e avaliando cada um dos textos que vão ser disponibilizados durante o dia de hoje.

Documento 155/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-11:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Airton Faleiro-PT -PA	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Laura Carneiro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu vou dividir a minha fala em aspectos do texto do Relator que eu considero positivos e também em sugestões no que eu acho que dá para avançarmos até o fim do dia, sob orientação do Presidente da Casa.

Eu começo reconhecendo a determinação política do Parlamento brasileiro para colocar em apreciação a tão sonhada reforma tributária. Reconheço aqui o papel do Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, que se estende aos Líderes dos partidos, ao Líder do Governo, para que essa reforma estivesse em pauta hoje.

Mesmo que digamos que essa reforma não é uma reforma de Governo, que é uma reforma de interesse brasileiro, do Estado brasileiro, nós temos que reconhecer o papel e a determinação política do Presidente Lula em fazer com que essa reforma andasse. Destaco a atuação competente, democrática e segura do Ministro Fernando Haddad. Reconheço também o papel dos Governadores influenciando na decisão para que essa reforma viesse para a pauta. Quero me referir ao Governador do Pará, Helder Barbalho, que cumpriu um grande papel.

Quero falar aqui da importância de os Municípios terem encampado essa questão, para que ela viesse para a pauta, inclusive com sugestões. Quero falar aqui da importância da participação da sociedade civil na proposição. Aliás, há questões que vou trazer aqui que eu acho que não foram contempladas no relatório. Quero dizer da importância de os setores produtivos rurais e urbanos dizerem: *"Vamos fazer a reforma"*.

Estamos fazendo uma reforma que é do Parlamento brasileiro, que é do Governo do Presidente Lula, mas estamos fazendo uma reforma de interesse da sociedade brasileira. Isso que é importante.

Eu, sinceramente, acho que a nossa geração e esta legislatura entram para a história ao fazerem essa reforma tributária. Primeiro, nós estamos saindo de um sistema tributário injusto, em que os que podem menos pagam mais e os que

podem mais são privilegiados. Nós estamos saindo de um sistema complicado, em que o cidadão não sabe o que paga, como paga e quanto paga. Nós avançamos para um sistema que, em primeiro plano, traz, sim, reduções e isenções para setores estratégicos e importantes, a exemplo da cesta básica, contemplada nessa redução e nessa isenção, e também do cooperativismo, dos produtos agrícolas, em especial da agricultura familiar e do extrativismo. Também serão contempladas políticas sociais, como saúde, educação, transporte coletivo. Isso tem redução. Isso tem isenção.

Mas eu gostaria de dizer que há algumas coisas em que nós temos que avançar no dia de hoje. Deputado Glauber, nossos companheiros e nossas companheiras do PSOL, eu acho que o instrumento do destaque é válido, mas nós tínhamos que convencer o Relator a incorporar algumas coisas no seu relatório, porque isso facilitaria a votação, Deputado Alencar.

Vejam só: no que se refere ao que eu vou chamar de princípios e diretrizes para uma política de transição ou de transformação para uma economia ecológica, o texto praticamente ignorou o que a sociedade civil produziu, o que o Parlamento produziu e mesmo o que os setores do Governo produziram.

Da mesma forma, eu concordo que setores e produtos que estão sendo contemplados com redução de até 50% não deveriam estar. Produtos como insumos agrícolas, que causam alto envenenamento da comida, não deveriam estar contemplados. Mas a agricultura familiar, o extrativismo, a produção de alimentos saudáveis, esses, sim, merecem não só 50%, merecem isenção.

Nós precisamos melhorar esse texto, mas, no geral, temos que aprovar essa reforma, para entregarmos à sociedade brasileira um sistema justo e distributivo.

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 156/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-11:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Fernanda Melchionna-PSOL -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da

oradora.) - Presidenta Laura Carneiro, cumprimento V.Exa. e todos que nos acompanham.

Eu acho que este debate é muito importante. Primeiro, é necessário esclarecer exatamente o que nós estamos votando. Eu tenho uma compreensão e tenho dito que nós estamos tratando de uma reforma de forma e não, lamentavelmente, de conteúdo.

O Brasil é o segundo país mais desigual do mundo em relação à renda. Os bilionários ficaram mais bilionários depois da pandemia. Deputada Laura, 1% da população concentra 46% de toda a riqueza nacional. Infelizmente, essa carga tributária extremamente regressiva que nós vemos no Brasil não é mexida na PEC 45.

Pode haver algumas coisas positivas, como a taxação no destino e não na origem. Ao longo de muitos anos, isso ajuda em alguma medida distributiva. O fim da guerra fiscal pode ajudar a combater a farra da guerra fiscal, das sonegações, de isenções bilionárias que não geram emprego e que acontecem Brasil afora. Evidentemente, são temas de uma reforma que busca a simplificação, a coerência, a racionalização desse sistema de tributos unificando os tributos. Mas temos que ser honestos. E nós do PSOL somos muito honestos. Aqui não há uma vírgula sobre a taxação das grandes fortunas, que está na Constituição desde 1988, para pegar justamente aqueles bilionários que são beneficiados com uma carga tributária majoritariamente sobre o consumo. Isso faz com que os mais pobres paguem mais tributos, porque, na prática, todo o salário está comprometido com a vida material, com a alimentação, com o deslocamento, com coisas básicas, numa lógica de que os 10% mais pobres da população gastam 32% da sua renda em tributos, e os 10% mais ricos gastam 21% em tributos.

A taxação das grandes fortunas nunca ter sido regulamentada é um paraíso para esses bilionários. E eu tenho estado nessa luta há muitos anos, batalhando pelo projeto da então Deputada Federal Luciana Genro, que apresentou essa proposta lá em 2008, aqui na Câmara dos Deputados. A proposta atual não trata da taxação de lucros e dividendos. Só o Brasil e a Eslovênia não taxam lucros e dividendos.

Olhem a farra das Americanas! O trio parada dura, os maiores bilionários do País, era responsável por uma das maiores fraudes, o roubo premeditado. Nessa farra toda, eles maximizavam o lucro para ganhar dinheiro; os acionistas ganhavam bônus e dividendos milionários baseados na fraude. Nenhum centavo desses milhões era taxado, porque no Brasil isso não é taxado. Como vai ser justo um sistema tributário que massacra os bens mais imediatos para a população e poupa os ricos? A sinalização da taxação dos iates e jatinhos — porque é muito simbólico, num País em que todos pagam IPVA, os ricos não pagarem — entrou na proposta original, mas a partir da luta do PSOL na Comissão Especial.

E a taxação das heranças, gente? Não estamos falando da pequena herança dividida por 15 filhos, porque essa tem que ser isenta; nós estamos falando das grandes heranças, que ficam taxadas em até 8%, enquanto em países da OCDE, a taxação chega a ser de 40%, 50%. Disso a reforma tributária não trata.

Embora haja esses mecanismos importantes que eu estava elogiando mais cedo, é preciso também resgatar os jabutis, que a bancada do agro, do atraso, quer fazer aqui. Isenção para agrotóxico? Agrotóxicos estão envenenando a nossa população, estão sendo banidos dos seus países de origem. E eles estão querendo pegar carona na reforma tributária para não pagar imposto, para envenenar a população. O art. 8º tem que cair, esta parte da lei que fala dos agrotóxicos e fungicidas.

Além disso, a reforma visa jogar para uma lei complementar a tributação sobre os bancos, que já é baixa, porque eles só pagam PIS e COFINS, não pagam ICMS, e o IBS iria, sim, incidir sobre o capital financeiro. Jogam para uma lei complementar, para fazerem *lobby* e não pagarem tributos, como outros setores pagam. É preciso fazer esse debate no bojo da reforma tributária.

Eu peço 30 segundo para concluir.

É preciso fazer esse debate com seriedade. Simplificar, tornar coerente, ajudar a combater a sonegação, a guerra fiscal. Ela tem pontos importantes, mas aqui nós não estamos vendo a revolução tributária que o Brasil precisa para que os ricaços, os bilionários paguem a conta da crise, e não a população assalariada.

Documento 157/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-11:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Alencar Santana-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Depois de praticamente 30 anos, tantos Governos que chegaram, que se foram, tantos debates que realizados, tantas tentativas de se aprovar uma reforma tributária, chegou a hora!

Esta é uma reforma importante. É verdade que ainda queremos mais, porém ela é muito importante para o País, para o cidadão brasileiro, para que, no mínimo,

tenhamos mais transparência naquilo que se paga de tributo, de imposto sobre o consumo de qualquer produto que se compre em qualquer lugar do País.

Ela também demonstra nessa conquista de hoje a política verdadeira sendo feita, porque eram propostas de outros anos, de outras legislaturas, Deputado Joseildo, que estavam tramitando na Casa — uma proposta na Câmara, outra no Senado. Chegou um Governo novo, com vontade de fazer uma reforma, Deputada Jack, mas que trabalhou a partir dos textos existentes.

Tivemos figuras importantes nesse processo. No Governo do Presidente Lula, sem dúvida o Ministro Fernando Haddad. Aqui, o Presidente Lira, que montou um grupo de trabalho e soube muito bem trabalhar para que essa proposta fosse da Casa, porque ela é de todo mundo; também o Presidente do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional, o Deputado Reginaldo Lopes, nosso companheiro, ex-Líder da bancada do PT, e o Relator Aguinaldo Ribeiro. Debates, reuniões, audiências e inúmeras conversas foram feitas, Deputado Alfredinho, trabalhando-se para poder entender o que pensavam alguns setores, suas contribuições, suas críticas, Prefeitos, Governadores, Secretários de Fazenda Estaduais e Municipais, economistas, enfim, várias pessoas.

E nós temos hoje uma proposta que, com certeza, para o Brasil, será um avanço muito importante. Como eu falei, no mínimo garante um sistema em relação ao consumo mais transparente, mais eficiente, mais simplificado, criando o IVA, no caso dual — um sobre competência, uma arrecadação que vai para o Governo Federal, outro para os Estados e Municípios.

Tivemos outros avanços, que já foram falados por alguns aqui, como a cobrança de IPVA sobre jatos, aeronaves, embarcações, que não havia, enquanto o trabalhador pagava o IPVA da sua moto, do seu automóvel, mesmo no Uber, no iFood — quem estava passeando de lancha não.

Queremos, sim, uma segunda etapa, esperamos que avance e vamos trabalhar para tal, na reforma também sobre o patrimônio e sobre a renda. E você que está nos acompanhando, não fique preocupado, não fique assustado, não é a renda do trabalhador. Aliás, a renda do trabalhador já está sendo isenta de Imposto de Renda para quem ganha até 2 salários mínimos. E o Presidente Lula tem o compromisso de fazer essa isenção chegar a 5 salários mínimos. Queremos e precisamos trabalhar nas grandes rendas, nas grandes heranças, para darem uma contribuição maior. Mas esse é outro debate.

Esta reforma, sabe por que alguns a criticam? Primeiro, porque são adoradores das *fake news.* Segundo, porque passaram 4 anos com um Ministro, Deputado Emanuel, que falava, falava, falava, na gestão anterior, e nada se fez de concreto para aprovar aquela reforma. E o Governo atual sim, na política, no debate, na conversa, respeitando as diferenças, dialogando com todos. Esta Casa dá o exemplo de compromisso com o Brasil e está votando a reforma tributária, tão sonhada, tão desejada, mesmo que, porventura, ainda haja

algumas outras coisas a serem feitas.

Eu não tenho dúvida de que o Brasil já melhorou. O sinal político e econômico é bem melhor, Deputado Welter, do que em anos anteriores. A economia está dando demonstração de recuperação, de crescimento e de geração de emprego. Os preços abaixando dá uma sensação positiva. E eu não tenho dúvida de que vai se concretizar no seu conjunto. A reforma tributária vem ajudar, porque ela dá um sinal para a política, para a sociedade brasileira, para o mundo econômico, para os empresários, para o setor comercial, para todos, também para o cidadão.

É importante frisar que ela não vai se implementar de imediato, será de forma gradual, ao longo do tempo. Há uma transição, para a adaptação do sistema atual ao novo sistema, de modo que não haja uma mudança abrupta e não haja choques políticos, desentendimentos, etc.

Para combatermos as *fake news*, é importante destacar que aqueles que não tinham proposta, aqueles que só trabalhavam com a mentira, que tentaram, às vésperas, dizer que ia aumentar a cesta básica, isso é mentira. Não vai aumentar. Aliás, vai haver isenção total sobre os produtos da cesta básica nacional. É uma conquista importante que desmente claramente aqueles que só sabem trabalhar com a mentira.

Por isso votamos "sim".

Documento 158/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-11:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Lindbergh Farias-PT -RJ	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Relator da reforma tributária, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, e o Deputado Reginaldo Lopes, que esteve à frente como Presidente dessa Comissão.

O bom é que as máscaras caíram. Eu ouvi os discursos dos bolsonaristas, vi o Twitter do Bolsonaro que dizia que essa reforma tributária ia prejudicar os

mais pobres. Mentira! Mentira atrás de mentira!

Primeiro, eu quero elogiar a decisão do Relator de criar uma cesta básica nacional, zerando toda a tributação. Isso é muito importante, Deputado Emanuel.

E quero contextualizar que essa reforma tributária acontece em um momento de boas notícias na economia. A inflação, que estava em 10%, despencou. No acumulado dos 12 meses, a inflação está em 3,4%. Caiu o preço do botijão de gás, por decisão do Presidente Lula, não por sorte, porque ele atacou a política de preços da PETROBRAS. O preço do botijão de gás, que custava 120 reais, caiu para 80 reais. Caiu o preço da gasolina, caiu o preço do *diesel*. O óleo de cozinha, que custava 13 reais, está menos de 5 reais. Caiu o preço dos alimentos. E essa decisão do Relator de zerar a tributação sobre a cesta básica, construída nacionalmente, com critérios objetivos, vai fazer com que o preço dos alimentos caia ainda mais, porque hoje a tributação é zerada em PIS/COFINS. Agora, não. Colocando isso na Constituição Federal, nós vamos zerar no ICMS e no ISS. Isso vai ter um peso muito grande. Isso é a cara do Governo Lula, melhorando a vida do povo, diminuindo a carestia. Mas esse projeto é muito importante para acabar com a guerra fiscal, onde todos perdem. Naquele leilão, quem perde é o povo com a guerra fiscal.

Esse projeto é importante, porque a tributação agora é no destino. Isso ajuda os Municípios, os Estados mais pobres que não são produtores, a aumentarem a sua arrecadação.

Olhem! Alguns consideram o nosso sistema tributário o pior do mundo. Não funciona, é complexo, com cumulatividade. Agora, a maior anomalia desse sistema tributário brasileiro é o seu caráter regressivo. Infelizmente, aqui no Brasil, os pobres pagam muitos impostos, e os multimilionários não pagam impostos.

Nesse ponto, eu quero trazer alguns números. V.Exas. sabem que 50% da tributação, aqui no Brasil, recaem sobre o consumo. O pobre paga igual ao rico. Proporcionalmente, o pobre paga muito mais. Olhem os números, pessoal! Aqui no Brasil, a tributação sobre o consumo representa 50% de toda a tributação; sobre renda e patrimônio representa apenas 23%. Nos Estados Unidos, a tributação sobre o consumo é de 17%, e sobre renda e patrimônio é de 60%. Nos países da OCDE, sobre o consumo é de 32%, e sobre renda e patrimônio é de 40%. Isso aqui é uma grande distorção, que nós temos que enfrentar.

O texto do Relator traz um avanço muito importante, porque a nossa preocupação era que esses 50% da tributação no consumo, ao se fazer uma reforma fatiada, permanecessem assim ao longo do tempo, e nós não iríamos conseguir diminuir esse aspecto, que aumenta a desigualdade aqui no Brasil.

O Relator, por sugestão do Deputado Ivan Valente — e eu também sugeri e

conversei com o Relator várias vezes sobre esse tema —, coloca um ponto no art. 15 que é muito importante: em 180 dias, o Governo vai encaminhar para cá a proposta da reforma da tributação da renda e do patrimônio, e, se nós aumentarmos a tributação sobre renda e patrimônio, vai ser possível diminuir a alíquota da tributação do consumo. Isso é um avanço muito grande. Isso aproxima as duas fases da reforma.

Houve outros avanços, como a cobrança de IPVA sobre jatinhos. Essa turma que comprava jatinho não pagava nada, mas quem comprava um carro pagava. E a cobrança de IPVA não é só sobre jatinhos, mas também sobre lanchas, iates...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado Lindbergh, nós havíamos feito um acordo aqui. Há agora 99 Deputados inscritos. Então, peço a V.Exa., que tem sido tão compreensível, que conclua, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Obrigado, Presidente. Nós vamos ter até as 18 horas para discutir aqui.

Eu acho que este relatório foi aprimorado nos debates deste Parlamento. Registro os meus parabéns ao Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, e ao Presidente do Grupo de Trabalho, o Deputado Reginaldo Lopes.

Documento 159/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-11:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Bohn Gass-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Mais uma vez, saúdo o querido Presidente Gilberto Nascimento.

Quero dizer aos Srs. Deputados e ao Brasil que este é um dos debates mais importantes que nós temos para fazer, porque o atual sistema tributário é caótico, burocrático, concentrador, regressivo — ou seja, ele não é progressivo

e, portanto, é injusto, porque os ricos pagam menos impostos do que os pobres no Brasil, já que a cobrança é sobre o consumo —, sem transparência, estimula a sonegação e é cumulativo. Todos nós concordamos com isso. Mas, quando tomamos uma atitude para mudar esse sistema, Deputados, há pessoas que dizem: *"Não, não podem fazer isso"*. Por que não podemos fazer essa mudança? Querem manter o sistema caótico? Querem manter o sistema regressivo, para os pobres pagarem mais imposto do que os ricos? Querem manter o sistema sem transparência? Nós queremos transparência. Nós queremos diminuir os custos de quem produz, como tem feito o Lula, que está trabalhando para isso. E isso acontece quando o preço da gasolina fica mais barato, quando o preço do *diesel* fica mais barato, quando a cesta básica fica isenta de tributação, para os pobres poderem se alimentar melhor e, assim, tirarmos o Brasil do Mapa da Fome, já que o bolsonarismo deixou as pessoas com fome.

Nós precisamos garantir que quem quer investir tenha segurança. Hoje, como o atual sistema é burocrático, as pessoas ficam pensando em quantos advogados ou em quantos escritórios de contabilidade precisarão contratar para poder honrar as obrigações do sistema tributário brasileiro. Não! Nós queremos simplificar esse sistema. E todos concordam com isso.

Mais do que simplificar o sistema, nós queremos acabar com a guerra fiscal. E o principal motivo da guerra fiscal é que hoje a maior arrecadação acontece na origem, onde está a fábrica.

Por que São Paulo nunca quis concordar com essa mudança? Porque lá está concentrada a produção. E os outros Estados, onde estão os consumidores — e é por isso que a tributação tem que ser no destino —, transferem recursos para que as pessoas fiquem em cidades superlotadas, concentradas num lugar, e não haja descentralização. Então, a cobrança no destino, fundamentalmente para evitar a guerra fiscal, é para mim um elemento central desta reforma tributária que nós estamos fazendo. Este é o grande debate.

"Ah, mas não poderá haver mais políticas de atração de investimentos!" Não, ainda haverá fundos, só que os fundos vão ser com políticas abertas, transparentes, para não acontecer que a um milionário que venha de fora do Brasil o Estado dê todas as condições que não dá a outro empreendedor localizado no Estado, porque, depois, quando cessa o tempo do benefício dado a esse que veio de fora, 20 ou 30 anos depois, ele faz uma chantagem: *"Eu só posso ficar aqui se eu tiver prorrogação dos meus benefícios"*. Mas o benefício dado é dinheiro que não vai para educação, não vai para estradas, não vai para a ciência, não vai para a tecnologia, e vai para o empresário, que, muitas vezes, o leva para fora do País.

Agora, não. Agora vai ser transparente. Pode-se, portanto, fazer fundos de desenvolvimento com a participação da sociedade. Esse é outro grande tema. Por isso eu subi com tanta honra a esta tribuna, neste momento, para fazer este

debate, porque este debate interessa ao País.

Mais do que isso, quero dizer que se abriu uma possibilidade para que falássemos hoje do sistema tributário na parte do consumo. Esta é a grande injustiça no Brasil: a maior parte da arrecadação tributária vem da tributação sobre o consumo, sobre o que o povo compra. Então, se existem mais pobres, eles acabam pagando mais tributos, porque existem menos ricos, e a tributação é sobre o consumo.

Após a votação desta matéria que nós vamos aprovar hoje, esta é a tarefa do Congresso Nacional para o próximo período: fazer um debate sobre tributação da renda, do patrimônio, das grandes fortunas, dos lucros e dividendos — e isso não é o povo que detém, são os ricos —, porque essa tributação tem ter progressividade. Essa é a grande questão para o período após a votação desta matéria, que trata mais da tributação sobre o consumo.

Para a classe média eu quero dizer que o Lula já iniciou uma coisa fundamental. O assalariado pagava Imposto de Renda a partir de 1.900 reais. Nós aumentamos o salário mínimo acima da inflação e jogamos para dois salários, ou 2.640 reais, a faixa de isenção do Imposto de Renda. E o Lula já anunciou que a isenção da classe média no Imposto de Renda vai chegar a 5 mil reais.

Então, estes são os grandes debates que teremos: políticas específicas para a classe média e progressividade na tributação, após a simplificação do sistema com a tributação no destino, para evitar a guerra fiscal.

Vamos aprovar a reforma!

Documento 160/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-11:44
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Pedro Uczai-PT -SC	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos dar mais um passo importante na perspectiva de colocar o Brasil na rota do crescimento, do desenvolvimento, com um sistema tributário simplificado, mais eficiente, com

menos custo para as empresas e para os Governos e mais transparente para o povo brasileiro perceber quanto vai pagar de imposto nesse novo sistema tributário nacional.

Eu voto "sim" à reforma tributária.

O que está em debate aqui são dois horizontes fundamentais.

De um lado, estão os bolsonaristas, que perderam o argumento e, para serem contra a reforma tributária, precisam mentir, esconder e dizer algumas *fake news*. Uma Deputada bolsonarista do meu Estado disse que é um cheque em branco para o Governo Federal a reforma tributária. Ou ela não leu o texto, ou está de má-fé, ou está mentindo. Vai haver o Conselho Federativo, no qual com certeza será contemplada a representação dos Governos Estaduais, levando em consideração a população e os Estados. Nesse equilíbrio, esse conselho vai definir a distribuição dos tributos do IVA dual de Estados e Municípios, do ISS e do ICMS. Segunda mentira: dizem que a reforma vai tributar os mais pobres e a cesta básica. Fizeram um carnaval nas redes sociais, e o Relator ontem desmentiu isso aberta e publicamente. Vocês acham que o Ministro Fernando Haddad e o Presidente Lula, com a sensibilidade social que têm, tributariam ou aceitariam tributar os mais pobres e, particularmente, a cesta básica? Vocês perderam esse debate. Vocês vão ficar constrangidos aqui ao votarem contra a reforma tributária, porque vocês não têm argumento.

Há um segundo horizonte nessa reforma tributária, algo que não foi feito e está nessa proposição: a necessidade do debate sobre a questão dos agrotóxicos, que nós também criticamos. Além disso, temos que deixar claro que os banqueiros são os que mais lucram neste País, os especuladores são os que mais lucram neste País. Não podem ficar em aberto, nesta reforma tributária, benefícios para o setor financeiro. Portanto, esse ponto tem que ser alterado.

De outro lado, não temos a reforma tributária sobre grandes rendas e sobre patrimônio. Essa injustiça do atual sistema se mantém com a votação desta matéria no dia de hoje. Não vamos mexer no 1% mais rico. Não concordo com a visão de que essa reforma tributária vai definir que quem tem mais paga mais e quem tem menos paga menos. No máximo, é uma reforma liberal. Por isso, vai ter a concordância deste Plenário para votar a favor.

Nós temos que ir atrás dessa mudança, porque efetivamente quem tem mais deve pagar mais, para universalizar as políticas públicas, distribuir renda e construir um país mais justo, mais solidário e mais igual. Tem que mexer no setor financeiro! Tem que mexer nas grandes fortunas! Tem que mexer nas grandes heranças! Tem que mexer nesses setores que mais se beneficiaram do imposto regressivo ao longo da história.

Portanto, hoje não se conclui a reforma tributária. Hoje se conclui uma parte da reforma tributária, que é sobre o consumo, para fazer um pouco mais de justiça nessa área do consumo. Mas nós queremos mais. Fazer justiça no País só é

possível ao se fazer justiça tributária. E, na justiça tributária, para universalizarmos o direito à saúde, à educação, à infraestrutura, à neoindustrialização, numa perspectiva social, ambiental e economicamente sustentável, é nessa direção que nós temos que apontar.

Ainda não vai ser possível no dia de hoje, mas vamos votar "sim" à reforma tributária.

Documento 161/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-11:52
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Carlos Jordy-PL -RJ	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Nós estávamos há pouco numa reunião com o Governador Tarcísio, com o Presidente Bolsonaro, com diversos Deputados e Senadores do PL e, também, de oposição.

Tarcísio falava a respeito das grandes reformas que o Presidente Bolsonaro deixou como legado. Foi o governo mais reformista de todos os tempos. Ele dizia que nós não temos como ser contra uma reforma tributária, contra a reforma tributária. Num ponto, nós concordamos: de fato, não podemos ser contra a reforma tributária, mas não essa reforma tributária. Essa reforma tributária não é aquela que nós sempre buscamos, que sempre almejamos. Inclusive, anteriormente, éramos favoráveis à PEC 45, só que a PEC foi contaminada pelo PT, como tudo aquilo em que eles botam a mão — é a praga do Egito.

Essa PEC, essa reforma não é do Parlamento. Essa reforma não só está sendo patrocinada pelo desgoverno Lula, mas também está sendo promovida e feita pelo desgoverno Lula. É uma reforma que concentra poder no Governo Federal, que cria esse tal "conselhão", que, como bem disse o Governador Caiado, parece um "conselhão" venezuelano, que estabelecerá como será feita a distribuição desses impostos para os Estados e os Municípios, tirando autonomia de Estados e Municípios.

Inclusive, a reforma, além de transferir a carga tributária do setor da indústria para os serviços, encarecendo os serviços, vai retirar arrecadação, vai diminuir a arrecadação dos Municípios. Mais de 1.100 Municípios serão prejudicados.

E, aí, o que vai acontecer? Ou vai acontecer o sucateamento dos serviços públicos municipais, como hospitais, postos de saúde, escolas, transporte público; ou — é óbvio que esta alternativa é muito mais coerente — os Municípios vão aumentar a carga tributária de outros impostos, de outros tributos, como o IPTU, por exemplo.

Além disso, vejam bem o que está acontecendo: como esse projeto aumenta a arrecadação do Governo Federal, reduzindo a arrecadação de Estados e Municípios, tirando deles sua autonomia, nós vemos hoje o *gran finale* do pacote que é uma farra com o dinheiro público, o pacote das maldades. Por quê? Porque inicialmente aprovaram a PEC da Transição, dizendo que era para pagar benefícios sociais. Colocaram aquele jabuti, que era um dispositivo para acabar com o teto de gastos via lei complementar, e aprovaram aqui a nova lei, a do arcabouço fiscal, que está para ser novamente votada aqui, após as mudanças feitas no Senado.

O arcabouço fiscal aumenta o gasto público, atrelando esse gasto ao aumento da receita. Como vai ser feito o aumento dessa receita? Pelo aumento de arrecadação de impostos. Por meio dessa proposição que está para ser votado aqui, a reforma do PT aumentará a arrecadação de impostos do Governo Federal para gastar da forma que quiser. Isso não é uma reforma com um projeto de País, mas com um projeto de poder.

Existem inúmeros problemas nessa reforma — inúmeros! Outro que nós podemos destacar é o tal *cashback*. É o PT sempre dividindo a sociedade, jogando os brancos contra os negros e os heterossexuais contra os homossexuais!

"A CBS — Contribuição sobre Bens e Serviços e o IBS — Imposto sobre Bens e Serviços terão o objetivo de reduzir as desigualdades de renda, gênero e raça." E o que isso significa, Deputado Gayer? A pessoa compra um produto ou utiliza um serviço e paga por isso. Depois, a pessoa vai dizer que ela se sente mulher e por isso terá direito ao *cashback*, terá direito ao ressarcimento desse imposto que pagou.

Esse é um dos estímulos que o PT faz à ideologia de gênero. A Constituição não tem nenhuma previsão do termo "gênero". Essa é mais uma das inconsistências desse projeto. A Constituição só fala de sexo, mas o projeto estimula a ideologia de gênero e o racialismo.

Nós vamos votar contrariamente a essa reforma não porque somos contra o Brasil, nem porque nós somos contra uma reforma tributária, mas porque somos contra a forma como ela está sendo proposta aqui, sobretudo porque se trata de uma reforma que está vindo a toque de caixa.

É um desrespeito tremendo com o Parlamento fazer isso! Começamos ontem a discussão de um projeto do qual nem sequer temos o relatório. O Relator disse que vai modificar hoje o parecer, de 142 páginas. Não há a estimativa de

impacto da Receita Federal. Como é que Parlamentares que têm juízo vão votar um projeto que nem sequer conhecem?

Muito obrigado.

Documento 162/326

117.2023 Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Sessão Ordinária - CD Dandara-PT -MG	06/07/2023-11:56
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos fazendo hoje o que deveria ter sido feito lá em 1988, ainda dentro do movimento da Constituição. A reforma tributária vem simplificar tributos e corrigir muitas distorções.

Quanto aos Deputados que estão subindo à tribuna para dizer que não houve discussão ou que não conhecem a matéria, nós já conhecemos essa balela, até porque o debate da reforma tributária acontece pelo menos há 50 anos neste País; até porque já saíram, há muitos meses, desde o início desta legislatura, diversos compilados sobre o que se pretende com esta reforma tributária. Então, esse discurso de "não sei, não debateu" não cola. A sessão de hoje está, inclusive, dedicada exclusivamente a este debate, a esta discussão.

Aos Deputados que ainda não estão sabendo o que está vindo na reforma tributária, eu queria dizer, ajudando-os na compreensão, que, primeiro, a reforma tributária estabelece alíquota zero para os itens da cesta básica. Sabem o que significa isso? Comida barata na mesa do povo num País que tem muita gente passando fome.

A reforma tributária traz mais investimentos para quem produz com responsabilidade. Isso significa investimento na sustentabilidade, na produção com responsabilidade ambiental.

A reforma tributária traz compensações regionais para acabar com aquela *fake news* de que os Estados menores vão sofrer muito impacto.

A reforma tributária traz a isenção de imposto para vários medicamentos, ou

seja, é remédio mais barato na mão de quem precisa de remédio.

Essa reforma também reduz tributos sobre itens de higiene, como, por exemplo, os itens de higiene menstrual, para combater a pobreza menstrual, a desigualdade menstrual neste País.

Essa reforma também traz a redução de tributos sobre produtos de acessibilidade, para garantir que a pessoa com deficiência, o cadeirante, tenha acesso a equipamentos que lhe garantam vida digna e bem viver.

Essa reforma tributária está mexendo, sim, na taxação de herança, porque muda o imposto. Ela garante que os super-ricos, que recebem heranças bilionárias, terão que pagar imposto sobre essas heranças, de forma progressiva.

A reforma tributária também mexe no patrimônio, porque vai retornar o IPVA sobre o jatinho, o jet-ski e a aeronave, já que o cidadão comum que anda numa CG 150 paga IPVA.

Esta é só a primeira etapa da reforma, que garante ainda o *cashback*, que tem a seguinte lógica: o pobre paga impostos e precisa recebê-los em serviços. Quando não os receber em serviços, ele vai ter de volta na carteira o dinheiro que pagou.

A reforma tributária contribui para a justiça tributária. E é isso que ameaça tanto essas elites herdeiras da casa-grande, que só constroem política na lógica do privilégio. Quando nós falamos de equilibrar um pouco mais a balança, essas pessoas correm para espalhar medo na população.

Eu quero finalizar minha fala parabenizando o Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro; o Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Reginaldo Lopes; o Governo Federal; o Ministro Fernando Haddad; o Secretário Appy pela dedicação e empenho. Também quero parabenizar os Prefeitos e Governadores que se uniram a essa luta.

A reforma tributária que será aprovada hoje significa um grande passo para o futuro: significa combater as desigualdades sociais, significa construir um País de justiça, de equilíbrio e de oportunidades.

Eu estou convencida de que não há outra forma de agir que não seja votar "sim" a essa reforma, pensando naqueles e naquelas que virão depois de nós.

Presidente, quero, por fim, pedir que esta fala seja divulgada em todos meios de comunicação da Câmara.

Muito obrigada.

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-12:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Márcio Jerry-PCdoB -MA
ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, Deputadas, povo brasileiro, muito especialmente meu querido povo do Maranhão.

Esse é um momento muito importante, um momento até histórico. Eis que finalmente nós criamos, através de muitos debates democráticos, a construção da busca metodológica de um consenso progressivo para ajustar posições bastante diferentes e que agora convergem para que nós tenhamos finalmente aprovada no nosso País a reforma tributária.

É muito importante perceber que Prefeitos, Governadores, empresários, organizações dos trabalhadores e diferentes partidos políticos que militam em visões ideológicas diferentes conseguem encontrar uma convergência para aprovar a reforma tributária. Só há um setor aqui do Parlamento e da sociedade que vocifera ainda contra a reforma tributária, que é exatamente aquele setor do bolsonarismo radical, porque nem todos do PL estão alinhados com essa aprovação aqui hoje da reforma tributária.

Portanto, esse é um momento de construção política, de edificação política muito virtuosa, muito importante para o País. A reforma tributária que nós estamos na iminência de aprovar — e, com certeza, aprovaremos — ela nos assegura, primeiro, simplificação tributária, depois, justiça tributária e faz com que tenhamos um sistema tributário que, de uma vez por todas, acabe com essa tributação em cascata. Dessa forma, teremos um sistema tributário simplificado, justo e capaz de ser um aporte fundamental para o desenvolvimento do nosso País.

É importante também sublinhar o processo por meio do qual esta reforma tributária chega aqui à Câmara dos Deputados. Há quem ainda reclame da falta de debate. Ora, são 4 décadas de debates, e debates afunilados agora, sob o comando dos Deputados Reginaldo Lopes e Aguinaldo Ribeiro, os quais parabenizo pelo importante trabalho que fizeram.

Portanto, não tem faltado debate. O que ainda há de alguns agora é má vontade com o Brasil, é se posicionar com um sectarismo ideológico, na contramão dos

interesses nacionais, é ficar com um discurso que em nada agrega àquilo que é a prioridade do Brasil hoje, para que nós possamos ter previsibilidade e planejamento, dentro de um contexto de simplificação tributária e de justiça tributária.

Aqui nós temos ouvido as vozes do Brasil inteiro. Os setores representativos da sociedade aqui se manifestaram. Ainda agora e até o último momento, o Relator continuará ouvindo e acolhendo sugestões.

Esse momento, portanto, merece de todos nós o reconhecimento, o comprometimento e a responsabilidade com o País, para que possamos, de fato, aprovar esta reforma tributária.

Nós temos neste momento, Sr. Presidente, uma rara oportunidade, oportunidade esta construída pela boa política, e nós não podemos desperdiçá-la. E, com esse debate, com esse acúmulo de convergências, com a boa vontade patriótica, realmente patriótica, chegamos a um texto que atende a necessidade do País e que nos dá condições de fazer com que o Brasil seja, progressivamente, dia a dia, como tem sido nos últimos meses, reconstruído.

Alguns hoje ainda se opõem a esse ciclo virtuoso, que se iniciou no Brasil no dia 1º de janeiro de 2023, com a posse do Presidente Lula, com as políticas públicas sociais voltando, com ações de indução da economia sendo apresentadas, sendo colocadas em prática, com a plenitude da nossa democracia e com a organização da nossa economia, com todos os indicadores de agora e os prognósticos bastante otimistas.

Portanto, é importante que o Brasil olhe para este Parlamento e testemunhe este momento histórico, em que a ampla maioria desta Casa dará um passo adiante, aprovando finalmente a reforma tributária.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 164/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-12:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Helder Salomão-PT -ES	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje nós efetivamente vamos avançar para aprovar a reforma tributária, para unificar impostos, simplificar cobrança, distribuição, fazer justiça social e tornar o nosso sistema tributário, que hoje é uma confusão, em um sistema eficiente.

Com a adoção do IVA e com a cobrança no destino, o Brasil vai unificar impostos e vai se aproximar das boas práticas adotadas no mundo. Eu vou repetir: ao adotarmos o IVA, ao simplificarmos, ao termos um sistema mais eficiente, nós vamos nos aproximar das boas práticas que são adotadas no mundo. Nós vamos, Deputado Joseildo Ramos, contribuir para acabar com algo que é maléfico para a Federação Brasileira, que é a guerra fiscal. A guerra fiscal não corrige as desigualdades regionais; pelo contrário, ela aprofunda as desigualdades regionais no nosso País.

A reforma tributária não pode ser pensada apenas para o presente; a reforma tributária tem que ser pensada para o presente e especialmente para o futuro, para as novas gerações, para as gerações que virão e que não podem sofrer o que nós sofremos por causa de um sistema tributário que não promove o crescimento econômico, com distribuição de renda, patrimônio, e, acima de tudo, que não contribui com a sustentabilidade e a inclusão social.

Essa reforma, senhoras e senhores, prevê um longo processo de transição para que haja acomodação de Estados e Municípios, para que nós possamos, ao longo dos anos, reestruturar o sistema tributário brasileiro e pensar em novas perspectivas de crescimento econômico, de desenvolvimento social sustentável, com justiça tributária, para fazer com que aqueles que menos têm possam pagar menos impostos.

Eu quero dizer que gostaria de estar votando aqui uma reforma muito mais ousada do que esta. Mas esta é a reforma possível no momento, possível e fundamental para o Brasil.

Eu pergunto o seguinte: quem diz que vai votar contra a reforma, quer votar contra a alíquota zero para cesta básica dos mais pobres? Isso está no texto. Então, votar contra a reforma é votar contra alíquota zero para os produtos da cesta básica; votar contra a reforma tributária é votar contra a taxação de jatinhos, de iates, de lanchas de luxo. Hoje, o cidadão que tem carro usado paga imposto, enquanto aqueles que têm helicópteros, jatinhos, iates, lanchas de luxo não pagam. E nós vamos passar a cobrar, porque aqueles que muito têm pagam menos do que do que os mais pobres.

Nós queremos a reforma tributária porque queremos mais desenvolvimento econômico e social, porque nós queremos mais crescimento econômico, nós queremos mais empregos, a exemplo do que o Presidente Lula está fazendo nesses 6 meses: cresceu o número de empregos, diminuiu a inflação e o Brasil voltou a crescer.

É fundamental que daqui a pouco, em 180 dias, recebamos nesta Casa o projeto do Executivo para que nós possamos discutir a tributação sobre renda e patrimônio de maneira mais efetiva.

E não podemos esquecer que o *cashback* é fazer justiça com os mais pobres. É devolver para que o povo mais pobre saiba o quanto paga de imposto e tenha a restituição de uma parte do consumo que ele promoveu. Aqui para nós, os mais ricos já têm *cashback*, Deputado Pedro Uczai, quando pagam o Imposto de Renda e têm a dedução do Imposto de Renda. Por que os mais pobres não podem ter?

Então, reforma tributária para o Brasil crescer para todos!

Documento 165/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-12:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Gustavo Gayer-PL -GO	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Queridos colegas, mais uma vez, estamos em um daqueles momentos determinantes e decisivos nesta Casa do Povo. Algo muito estranho está acontecendo. Primeiro, nós sabemos que uma reforma tributária é sim vital e necessária em nosso País, onde a iniciativa privada, aqueles que querem gerar emprego, aqueles que querem criar as suas empresas, aqueles que realmente sustentam a máquina estatal da nossa Nação carregam um peso há muito tempo, o que tem impedido que o nosso País possa realmente decolar e se tornar um *player* mundial.

O problema não é que existe uma parcela do Congresso contra a reforma tributária — não, nós somos a favor. Na verdade, historicamente, a Direita sempre foi a que mais fez pressão, a que mais tentou influenciar para que houvesse uma reforma tributária, porque nós queremos menos impostos, menos tributos, nós queremos simplificar. Porém, o que está acontecendo hoje, de forma totalmente desrespeitosa com o processo legislativo, não é uma reforma tributária.

A palavra "reforma" traz em si um sentido de melhoria. Quando você reforma a sua casa, você não troca um ar-condicionado por um ventilador; você não reforma a sua casa para trocar uma janela por uma lona, para trocar o porcelanato por chão batido. Isso é depredação. Isso é destruição.

E o que nós estamos vendo agora é um oportunismo extremamente perverso. Estão tentando pegar uma demanda de décadas e enfiá-la goela abaixo, sem o tempo hábil para que seja debatido um texto extremamente danoso. E aí vem a pior parte, meus amigos. Nós recebemos o texto final de 142 páginas ontem, às 10 horas da noite. Aliás, ele nem é o texto final, porque, enquanto eu falo, ele está sendo alterado. Como é possível votarmos, ponderarmos, analisarmos um texto desse tamanho, dessa complexidade, em um período tão curto?

Vamos analisar o seguinte: durante a história, a Esquerda — o PT — sempre foi contra a reforma tributária, porque todos os textos apresentados da reforma tributária sempre tentavam simplificar, diminuir os impostos, o que representa menos dinheiro na mão daqueles que estão no poder e mais dinheiro na mão do povo. Sempre foi assim. Aí, de repente, não se vê mais um petista questionando esse texto. Na verdade, esse texto virou algo como um texto bíblico para eles, que não pode ser questionado, é um texto maravilhoso, *"tem que ser analisado urgentemente, antes que eles possam analisar os jabutis que nós colocamos ali dentro"*.

Que texto, não é, querido colega? O texto está sendo alterado enquanto nós falamos. Então, fica aquela questão. Como pode um grupo de pessoas que sempre foram contra algo que nós defendemos de repente estarem desesperados para que ele seja aprovado? Como pode um Presidente da República agora, que sempre foi contra essa reforma, de repente, liberar 2,1 bilhões de reais em emenda no dia da discussão do texto? Algo está muito errado. Muitos Parlamentares estão sendo enganados, estão sendo influenciados a aprovar um texto terrível às pressas, o que é algo que nós vamos carregar em nossa história. E quem vai pagar pelo erro que será cometido aqui hoje — eu espero que não, mas que pode ser cometido aqui hoje — serão as próximas gerações. Essa é a pior parte. Muitos de nós nem poderemos estar aqui para reverter o processo, mas as próximas gerações que vão pagar por esse dano.

E aí, para piorar, eles acrescentam no texto "ideologia de gênero"! Não é brincadeira, eles conseguiram colocar dentro do texto ideologia de gênero! Sabia disso, meu colega Deputado Bibo? No *cashback*, agora as pessoas que se identificarem como mulher, negros... O gênero vai poder ter ressarcimento no *cashback* acima das outras pessoas. Como eles conseguem? Como isso pode ser aprovado? Retiraram o poder dos Governadores e dos Prefeitos e deram poder na mão de um cara que foi descondenado, que estava andando com o Maduro até semana passada, que estava numa reunião com comunistas!

Nós só pedimos uma coisa: um prazo para poder sentar e analisar com cautela, com carinho, esse texto. Nós estamos diante de um recesso. Aguardemos até

depois do recesso para podermos ter uma opinião formada por nós, não uma opinião formada por alguém que quer incutir na sua mente o que o senhor deve fazer.

Nós somos Parlamentares e estamos sendo desrespeitados nesta Casa! Isso tem que acabar.

Obrigado, Presidente.

Documento 166/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-12:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O nosso Governo fez uma opção pelo *slogan União e Reconstrução*. E esta matéria da reforma tributária talvez seja o gesto mais concreto e mais objetivo de generosidade e grandeza de quem vence um processo eleitoral.

O Governo do Presidente Lula, sob a liderança do Ministro Fernando Haddad, compreende que é obrigação da União enfrentar a guerra fiscal que se estabeleceu neste País com o sistema tributário, que deixou de ser funcional, que não resolveu a infraestrutura dos Estados, que não resolveu os contrastes regionais e sequer garantiu redução de preços das mercadorias e dos serviços.

Portanto, para reconstruir e unificar seria necessário que a União tivesse grandeza de participar desse debate, promovendo um alinhamento e entendendo que esta reforma não é uma reforma de Governo, que essa reforma é uma reforma do Estado brasileiro e que a União deveria ter grandeza de assumir a responsabilidade histórica de substituir a política do incentivo fiscal para um instrumento moderno, capaz de dar uniformidade a um País continental. Deveria aportar 40 bilhões de reais para dar aos governadores e às Regiões do País a oportunidade de resolver o problema da infraestrutura rodoviária, portuária, ferroviária, de garantir a tecnologia da comunicação e da informação, e até mesmo, de maneira transparente, incentivo orçamentário para

as empresas instalarem, naquelas regiões, mas a partir da vocação econômica.

O que acontece no dia de hoje é um alinhamento, Presidente Gilberto, histórico da democracia brasileira. O Presidente Lula reconheceu que este debate se iniciou no Parlamento e deveria ser do Parlamento para a sociedade brasileira. Reconheceu, com legitimidade, que as duas PECs poderiam convergir para criar o melhor sistema tributário, baseado no modelo Internacional, e que o alinhamento político, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, na Câmara dos Deputados, com diálogo amplo com todos setores produtivos.

Quero agradecer aqui o acolhimento do setor agro, do setor de serviços, do setor da indústria, que compreenderem que, com esse modelo, todos perdem, ninguém ganha. O Brasil produz mercadoria e serviço mais caros para o povo brasileiro. Por isso o povo faz opção pelos importados.

O Brasil também perdeu competitividade internacional e se desindustrializou. Viramos um país primário-exportador. Até o setor primário-exportador compreende que o modelo de cumulatividade tributária compromete o futuro das 40 mil empresas agro, agroindústria exportadoras, que hoje ainda têm vantagens comparativas, mas, no mundo global, no mundo aberto, essas vantagens comparativas se perderão, como perdeu a indústria da transformação, que desindustrializou de maneira precoce, por causa do sistema tributário, por causa do custo tributário, por causa da cumulatividade tributária, porque cobra imposto do imposto.

Não é justo cobrar do povo brasileiro o imposto do imposto. O imposto do mundo é cobrado no valor adicionado. Esta reforma não é ideológica. Essa reforma cabe todos e todas deste Parlamento, cabe da Direita à Esquerda, porque esta reforma utiliza um padrão internacional, executado em 184 países no planeta Terra. Esta reforma é para dar eficiência, eficiência à economia brasileira, eficiência produtiva, para quê? Para melhorar a vida do povo, para reduzir o preço dos alimentos na cesta básica, verdadeiramente, Presidente.

O imposto hoje é por dentro, o imposto é escondido, o imposto é embutido. Agora não, o cidadão vai chegar ao bar, à mercearia, ao supermercado, e o imposto é por fora. Se é por fora, vai estar lá, é zero na União, é zero no Município e é zero no Estado. O povo vai ter comida mais barata, vai ter mais emprego e vai ter mais renda *per capta*.

Vamos juntos pela reforma tributária!

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. JOSEILDO RAMOS (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto, a quem saúdo neste momento.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos aqui na antessala de uma votação histórica. Há quase 4 décadas essa proposta está aqui no Parlamento brasileiro. E eu tenho dito sempre quando venho aqui que esse é um Parlamento que sub-representa o que é, de fato, a sociedade brasileira nos seus três níveis.

Eu gostaria de estar ouvindo as propostas e as críticas da Direita. E peço que as tragam, porque nós estamos abertos para consolidar aquilo que for melhor para esta reforma, que é uma reforma de Estado, e não de Governo.

Não se inibam. Subam à tribuna e tragam as contribuições, mas deixem de mentir, deixem de trabalhar nas *fake news* e respeitem o povo brasileiro. Essa é uma oportunidade de ouro para aquele que votou no seu Deputado, na sua Deputada. Saibam o quanto são sérios aqueles que estão aqui representando quem lhes deu o voto.

Portanto, neste momento, como votar contra uma reforma tributária que simplifica esse sistema maluco, tresloucado que o Brasil sustenta até hoje? Nós estamos na Idade Média do ponto de vista do sistema tributário. Como é que podemos ouvir alguém dizer que não houve e que não está havendo debate? Estamos esperando o debate, mas não estamos ouvindo aqueles Deputados da Oposição trazerem as suas contribuições, que certamente poderiam ser valiosas. Nós estamos sentindo falta disso. Esse é o bom combate, mas estamos aqui falando sozinhos. É por isso que estamos pedindo a V.Exas. que digam o que querem, porque essa reforma é de Estado, e não de Governo — repito.

É preciso que acabemos com essa complexidade desnecessária. É preciso que diminuamos o nível de judicialização, que deixa valores que poderiam estar cumprindo um papel social e produtivo imensurável neste País. É disso que estou falando, Deputado Jorge Solla. É quase um PIB — 75% do PIB — em valores judicializados. Não podemos conviver com essa verdade. Nesse sistema que estamos propondo existe claramente a ausência de neutralidade.

No início desta semana, ouvimos seguidamente vários Deputados de oposição dizendo que haveria aumento de imposto na cesta básica. O imposto será zero. É uma pena que, a partir daí, estejam acontecendo as *fake news*. Isso não podem continuar. Queremos ouvir essas vozes. Está na hora de os senhores trazerem o debate e a contribuição. Os senhores operam muito bem nas *fake*

news. Na verdade, o grande debate é sobre a condição daquele mais despossuído, que paga desproporcionalmente aquilo que não tem cabimento de ser pago por quem não tem dinheiro.

Vamos, sim, na segunda etapa, taxar os juros e os dividendos e colocar essa turma... O preço do dinheiro que é comercializado neste País pela agiotagem oficial vai deixar de existir. Por isso, essa reforma tem que ser abraçada por todos os Deputados e Deputadas que querem o bem do nosso País. Esta é uma oportunidade histórica e única, senão os senhores vão ficar devendo pela ausência aqui e pela falta de respeito ao voto que lhes foi conferido.

Um grande abraço, Presidente.

Documento 168/326

117.2023 Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Sessão Ordinária - CD Jorge Solla-PT -BA ORDEM DO DIA	06/07/2023-12:32 DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Deputado Joseildo, estamos vivendo uma situação interessante aqui no plenário. Os Deputados da Oposição, que são contra a proposta da reforma tributária, em vez de virem debater conosco, estão divulgando *fake news*, mentindo nas redes sociais. Em vez de virem discutir a proposta que efetivamente está sendo apresentada estão nas redes sociais mentindo, dizendo que vai aumentar imposto, que vai aumentar imposto da cesta básica, que o pobre vai pagar mais imposto.

Eu peço que os senhores venham ao plenário discutir a proposta que efetivamente o Governo está apresentando. Parem de mentir nas redes sociais, fazendo a pregação de terror, inventando uma proposta que não é a que está em debate.

Precisamos deixar muito claro que essa proposta de reforma tributária que o Governo Lula está apresentando e está em negociação nesta Casa combate de frente a injustiça social. Ela combate um sistema de tributação extremamente injusto, cujo grosso da tributação é em cima do consumo, e aí as pessoas que

menos renda têm são as que, proporcionalmente, mais pagam. O imposto que está no quilo de feijão é o mesmo para quem ganha o Bolsa Família, para quem é o dono do supermercado ou para quem é o dono da empresa que produziu determinado alimento. Nós não podemos continuar com um sistema que concentra a tributação na maioria da população que menos tem recursos.

Na sequência, quem é mais tributado é o assalariado. Depois de tributar o consumo, a nossa legislação tributária penaliza o salário. São as duas grandes... Nós temos que atacar de frente essa situação.

Apesar de termos uma carga tributária menor do que a média dos países da OCDE, essa carga tributária incide principalmente sobre os consumidores que menos têm, porque ela é feita independentemente da renda. Além disso, é uma legislação tributária extremamente complexa, que aumenta, com múltiplas legislações, o custo da gestão tributária por parte das empresas, como também leva à sonegação. Muitos não pagam e contratam bancas de advogados para depois buscar evitar que sejam cobrados. Vide todo o debate que está no CARF, que inclusive nem chegou ainda a ser votado aqui, para reverter aquela medida que tomaram para dar vantagem aos sonegadores, aqueles que não pagam imposto. E aí a judicialização é fruto dessa complexidade.

Além disso, é um sistema tributário que, mesmo na questão relacionada a consumo, tributa na origem, e não no destino. Isso leva — e continuou levando, por muito tempo — à guerra fiscal, à redução dos valores de ICMS, ISS, à renúncia fiscal por parte de entes federados para tentar atrair os empreendimentos.

Esta proposta, a PEC 45, vai resolver toda a mudança necessária? É óbvio que não. Mas vai atuar de forma decisiva em alguns aspectos, com mudanças importantes. A fusão de tributos que vai se dar na esfera federal, juntando ICMS com ISS, vai ser importante. Há um processo de transição lento, progressivo, cuidadoso. Então, é uma gestão adequada da transição. E já começa a alterar também outros itens de tributação, como renda e patrimônio. No caso dos veículos aquáticos e aéreos, os jatinhos, os helicópteros com cocaína ou sem cocaína, que não pagam imposto, vão passar a ser cobrados.

Eu sei que há até alguns Deputados que estão preocupados, porque eles não pegam voo comercial para vir a Brasília. Vem em jato a turma das benesses, dos financiadores. Aqueles que representam os interesses do sistema financeiro, dos grandes empresários não estão muito satisfeitos. Mas é isso.

Eu peço, Presidente, que possamos ainda hoje votar essa conquista importante, reduzindo a injustiça do nosso sistema tributário e melhorando a capacidade de alocação financeira das políticas públicas.

Muito obrigado.

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-12:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Jandira Feghali-PCdoB -RJ
ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço.

O tema da reforma tributária é um tema muito importante para o Brasil e está há muito tempo sendo demandado pela sociedade brasileira e por muitos de nós aqui no Parlamento. Obviamente, nós gostaríamos de ter uma reforma tributária completa. Em 2019, como Líder da Minoria, coordenamos junto com vários Parlamentares uma proposta de reforma tributária sustentável, progressiva e justa e a entregamos a esta Casa. Nela fizemos uma proposta sobre renda, patrimônio e com grande possibilidade de trazer ao Brasil uma reforma que coadunasse com o movimento mundial para que tivéssemos de fato uma reforma redistributiva no Brasil.

No entanto, essa primeira etapa que nós vamos seguindo aqui já é importante, porque nos retira desse cipoal tributário, facilita a simplificação e traz a tributação sobre aeronaves e transporte aquaviário, o que é hoje necessário e fundamental, porque já incide sobre determinados bens e sobre a renda, já reduz a sonegação e já possibilita que os pobres paguem menos impostos.

É importante combater falsas informações que vêm aqui sendo trazidas por Deputados ligados a Bolsonaro que tentam atacar a reforma por mentiras, porque, como disse ontem o Relator Aguinaldo Ribeiro, que tem sido um Relator de construção ampla e do diálogo, a cesta básica terá tributo zero. Nós trabalhamos muito por isso. Os alimentos saudáveis *in natura* serão tributados a zero. Estamos trabalhando muito para que os alimentos saudáveis *in natura* tenham tributo zero, para que haja o *cashback*, com retorno dos impostos para a população mais pobre, usando como critério renda, gênero e raça, para que haja possibilidade de fazer com que Estados e Municípios não tenham perdas com a unificação dos tributos e para que haja também possibilidade de não haver perdas em algumas áreas fundamentais. Temos lutado muito para que a cultura brasileira não tenha perdas porque é uma área importante da dimensão econômica, inclusive preservando as leis de incentivo aos Estados e Municípios.

Toda a construção que vai sendo feita pelo Relator possibilita com a União,

com os Governadores e com os Prefeitos das grandes, das médias e das pequenas cidades nos possibilita um texto redondo, que neste momento é o texto possível e certamente nos permitirá dar um salto para a fase dois da reforma tributária, que será, aí sim, sobre renda, sobre patrimônio, sobre heranças, sendo de fato uma reforma progressiva que nos possibilite redistribuição real para que quem tem mais pague mais e que tem menos não seja tributado. Assim, poderemos trazer o Brasil para uma realidade justa, com uma reforma redistributiva de fato, fazendo com que a população brasileira se sinta confortável com o sistema tributário brasileiro.

Quero dizer que os argumentos falsos sobre a reforma tributária... Aliás, eu vi vídeos e *posts* dos bolsonaristas usando mapas em que São Paulo vira Sul, Bahia e Sergipe viram Sudeste, Tocantins está no Centro-Oeste. Eles precisam aprender geografia para discutir o Brasil, precisam aprender um pouco de matemática para discutir reforma tributária, precisam aprender um pouco de social para discutir a reforma tributária, olhando para a maioria do nosso povo, com coisas que eles nunca se preocuparam e para o qual nunca olharam, porque não têm vínculo com o povo.

Por isso, eu quero aqui fazer a defesa da reforma tributária: nós precisamos dar esse salto, nós precisamos avançar, mesmo que seja com um passo, para depois dar outro passo para melhorar o Brasil. Portanto, nós defendemos aqui o texto da reforma tributária, com os ajustes que ainda serão apresentados, para avançarmos.

Obrigada, Presidente.

Documento 170/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-12:44
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Benedita da Silva-PT -RJ	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Relator Aguinaldo Ribeiro pelo acolhimento de emendas apresentadas pelo Grupo de Trabalho da Secretaria da Mulher à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Criação da Cesta Básica Nacional de Alimentos. Pedido ao Relator de incorporação de outras relevantes questões ao seu parecer. Reiteração do voto a favor da aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um

agradecimento ao Deputado Aguinaldo Ribeiro pela sensibilidade ao acolher, no último relatório apresentado, parte das emendas apresentadas pelo Grupo de Trabalho da Secretaria da Mulher, que tratam da análise da reforma tributária na perspectiva de gênero e raça e pelo conjunto de entidades que nos auxiliaram e também vieram a apresentar suas demandas nesta Casa.

O Relator incorporou a preocupação externada de se diminuir a tributação para a cesta básica ao criar a Cesta Básica Nacional de Alimentos, em observância ao direito social à alimentação, previsto no art. 6º da Constituição Federal, e permitir que esta Casa defina os produtos destinados à alimentação humana por meio de lei complementar. Esses produtos terão suas alíquotas reduzidas a zero.

Nesse importante debate, para que a lei conceda redução em 100%, também foram incluídos como produtos os hortícolas, as frutas e os ovos. Não podemos deixar de registrar a incorporação dos produtos de cuidados básicos à saúde menstrual na lista de produtos que terão redução de 50% e poderão ter redução de 100% por lei complementar.

Outro ponto acolhido é sobre o *cashback*. Quando delimitado na lei complementar, ele passa a ter como princípio a redução da desigualdade de renda, de gênero e de raça.

Gostaríamos também, neste momento, de continuar sensibilizando o nosso Relator para que possa acolher três pontos que consideramos importantes.

Primeiro, a permissão de diminuição de alíquotas para produtos que estejam ligados à economia do cuidado, que serão definidos em lei complementar — inclusão de novo inciso no art. 9º do último substitutivo —, que impactam de forma mais presente a vida das mulheres.

Segundo, a permissão para que os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional também atendam obras para a primeira infância e para a população idosa, já que a estruturação da política do cuidado deve atender a estes públicos prioritários.

Terceiro, a priorização para os projetos que envolvem os recursos do fundo para a superação das desigualdades, além da necessária preservação do meio ambiente, já previstas no texto de S.Exa., o Sr. Relator.

Ao final, eu pediria ao Sr. Relator que também deixasse bem transparente a questão da isenção dos livros.

Haverá as mesmas imunidades, mas isso pode ensejar entendimentos contrários. Os livros estarão com a sua imunidade ampliada ou não? É importante termos essa resposta, que, desde já, agradeço.

Mais uma vez, quero dizer que votaremos favoravelmente à matéria. Estaremos

unidos. O Brasil precisa, o povo brasileiro precisa, e a responsabilidade de fazer a reforma tributária está em nossas mãos, para fazê-la verdadeiramente acontecer.

Assim, a bancada feminina e eu também, em nome dela, nos manifestamos desta tribuna.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 171/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-12:52
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Ivan Valente-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegamos a este momento de deliberação da reforma tributária. Nós queríamos dizer que o PSOL vai votar a favor da reforma e vai ter as suas sugestões e destaques no plenário.

A primeira coisa que eu queria colocar, como membro do GT da reforma tributária, é que a nossa posição original sempre foi fazer concomitantemente a reforma do consumo, da renda e do patrimônio. É evidente que a reforma do consumo é importantíssima, porque 44% da arrecadação de impostos é indireta e regressiva. Quem paga mais são os de baixo mesmo. Vou dar um exemplo clássico: o sujeito que ganha o Bolsa Família e o sujeito mais rico do Brasil pagam o mesmo imposto, o mesmo ICMS, por uma dúzia de ovos. É lógico que isso concentra renda no nosso País.

Então, a reforma do consumo é importante. No entanto, nós poderíamos ter avançado na tributação sobre lucros e dividendos, que já existe no mundo todo; poderíamos ter avançado na tabela do Imposto de Renda, no ITR e em tantas outras questões juntamente com a reforma do consumo, que precisa de uma emenda constitucional, para fazer algumas mudanças.

Nesse sentido, nós queríamos dizer o seguinte. Em primeiro lugar, é necessário modernizar, é necessário desburocratizar, simplificar. O IVA já é adotado em mais de 180 países. Essa simplificação é importante. A questão da origem e do destino é uma das centrais. Esse é um processo que tem transição, mas é óbvio

que nós não podemos continuar mais com esta guerra fiscal. Como vivem, lado a lado, uma cidade que tem uma mega-arrecadação e uma cidade-dormitório que precisa oferecer serviços e não tem arrecadação nenhuma? A mesma coisa vale para os Estados. Por isso, foi feita uma transição longa. Até o Governador de São Paulo, o Estado mais importante, topou fazer a reforma.

E, mais do que nunca, é necessária a transparência dos impostos e a unificação do IVA. É óbvio que nós queríamos que a reforma avançasse mais. Mas há o ITCMD e o IPVA a veículos terrestres, aquáticos e aéreos, o que é importante para mostrar as distorções que nós temos. Jatos e helicópteros e lanchas de luxo não pagam o imposto, e uma motocicleta e um carro antigo pagam o imposto.

Presidente, eu queria registrar aqui foi aceito pelo Relator Aguinaldo Ribeiro o destaque do PSOL para que em 180 dias, Deputado Arlindo Chinaglia, após a promulgação da PEC, se mande imediatamente a reforma do Imposto de Renda; também a indicação de que o aumento da arrecadação pela renda diminui a arrecadação do consumo, ou seja, diminui a regressividade, diminui o IVA e impacta diretamente sobre os produtos. Esses foram os grandes ganhos que nós conseguimos nessa proposta.

Mais do que isso, queria dizer que temos, sim, uma proposta de retirada supressiva no art. 8º original, inciso VII, que vai tratar dos insumos agropecuários e vai introduzir a redução dos agrotóxicos. Então, é o contrário, os agrotóxicos deveriam estar num imposto seletivo com uma elevação, como o álcool e o fumo, e não descontados como estão aqui.

Então nós saudamos o Relator por ter feito o art. 8º sobre a cesta básica. Foi muito importante. A lista vai estar na lei complementar, mas já está garantido que haverá essa cesta básica e não haverá aumento de impostos nem custos para os mais pobres. Também há a garantia de que o Relator saia hoje ainda com a promessa que ele fez de que a carga tributária sobre os bancos não seja reduzida. Existe a indicação disso já na emenda constitucional.

Por isso, vamos aprovar esta proposta de reforma tributária.

Documento 172/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-12:56
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Julia Zanatta-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a

reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente, nobres colegas.

Vamos ser bem claros aqui: vai haver aumento de impostos, de carga tributária. Quando eles falam em aumentar arrecadação, é porque vai ser o Estado pegando a mão, colocando a mão no seu bolso e tirando o dinheiro da sua comida, do seu dia a dia. Além disso, querem criar um imposto seletivo, e eles vão escolher o que você vai pagar mais caro ou não.

O Lula quer aumentar, repito, o preço da cervejinha que o cidadão trabalhador quer beber no final de semana. *"Que saudade do Bolsonaro!"*, muitos dizem por aí. Eu, particularmente, pessoalmente, gosto dele. Mas não é saudade da pessoa do Bolsonaro. É saudade de um governo honesto, um governo que pensa no povo brasileiro, nos mais pobres.

Há pessoas falando: *"Não dá para ser contra uma reforma tributária"*. Claro, se a reforma tributária for boa para o povo, para os mais simples. Agora, dizer que é a favor só para dizer que é a favor? Muito obrigada. Bolsonaro, na pandemia, não se preocupou em ficar do lado de narrativa. Quem fica do lado de narrativa é a Esquerda. Bolsonaro enfrentou tudo e todos para não ver o povo mais simples passar fome, porque queriam que todo mundo ficasse em casa.

Essa reforma tributária não sei para quem está boa, mas para o povo é que não é; para o pagador de imposto é que não é; para o consumidor é que não é; para o povo mais simples é que não é.

Além de tudo, nós, nobres colegas, temos o direito de discutir com mais tempo. Briguem por isso! Lutem por isso! O Grupo de Trabalho dessa reforma excluiu três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por que nos alijaram do processo? Como eu vou votar num negócio que eu não tive o mínimo direito de discutir? E não estou falando que tinha que ter alguém do meu partido lá. Não tinha ninguém de nenhum partido, nem de direita, nem de esquerda, nem de ninguém!

Bolsonaro foi o único Presidente que diminuiu imposto — o único. E o que aconteceu? A arrecadação aumentou, porque, quando se diminui imposto, é mais dinheiro no bolso do povo, e o consumo aumenta. É uma coisa óbvia. Mas aqui em Brasília parece que pensam diferente. Querem aumentar, aumentar, aumentar. E isso nós não podemos mais admitir que aconteça.

Eu fiz um compromisso: nunca votar pelo aumento de imposto. E assim vou fazer. *"Ah! Vão dizer que você..."* Não estou nem aí com o que vão dizer. Eu tenho a minha convicção e as minhas defesas.

Além do mais, pessoal, tem gente querendo fingir uma normalidade democrática, após Bolsonaro ficar inelegível, e querendo aprovar logo uma reforma tributária que vai concentrar mais poder e mais dinheiro aqui em Brasília.

O Presidente tem orgulho de dizer que é comunista. Sabem o que comunista gosta de fazer? Tirar a sua propriedade, e não estou falando de grandes propriedades, mas da sua casinha, do seu pedacinho de terra, que a sua família conquistou com muito trabalho honesto, com muito suor. Comunista gosta de tirar. E Lula — não sou eu quem está dizendo, não é teoria da conspiração — disse que tem orgulho de ser comunista.

Vocês querem dar mais poder e dinheiro na mão de um cara que quer tirar tudo da população, que tem orgulho de ser comunista, que não pensa no povo, que está querendo buscar dinheiro para a Argentina, enquanto o povo aqui vive de migalhas?

Acordem! Saiam das suas cadeiras, dos seus gabinetes, conversem com o povo!

Ninguém aguenta mais pagar imposto neste País.

Quem sabe a arrecadação maior será para a Argentina e a Venezuela?

Eu sou contra.

Obrigada.

Documento 173/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-13:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Bibo Nunes-PL -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Gilberto Nascimento.

Nobres colegas, é uma imensa honra estar neste ringue onde eu luto pelo Brasil. Estamos vivendo o momento de votar esta reforma tributária. Ontem

450 páginas foram aqui apresentadas. Quem consegue, das 10 horas da noite até hoje, ler essas páginas? Nem o Batman. E é assim que querem empurrá-la.

Eu fico pasmo quando vejo os Parlamentares da Esquerda defendendo a reforma — *"É bom para o Brasil. Temos que olhar o País em primeiro lugar."* Quando, na legislatura passada, apresentamos a reforma tributária, o PT, a Esquerda era contra tudo e a favor de nada; era a Esquerda do "quanto pior, melhor".

O Presidente, que se orgulha de ser comunista, vai se preocupar com o bem dos pobres, quando o PT depende da pobreza? Aliás, a Esquerda gosta tanto de pobre que, por onde passa, multiplica a pobreza. E tentará multiplicar a pobreza com essa reforma tributária.

O Governo está tentando nos vender uma ambulância, quando vai nos entregar um carro fúnebre. Essa é a verdade desta reforma. Prefeitos e Governadores reclamam. Aumento de impostos? Em hipótese alguma. Jamais! Jamais o aumento de impostos!

Eu vejo as pessoas e a imprensa questionarem. E o que mais me choca, o que mais me surpreende é quando eu vejo o Governo, mais de uma vez, tentar corromper, comprar a maneira de pensar, a maneira de decidir dos Parlamentares com emendas. Ele deu, em um único dia, 1,7 bilhão de reais, e eu pensei: bateu o recorde, não há mais como. Mas, ontem, destinou 2,1 bilhões de reais. E, junto com essas emendas, vêm alguns extras, para comprar o caráter, o pensamento, a ideologia. Quando um homem toma uma decisão baseado no dinheiro, o valor desse homem é nada. E Parlamentares que estão aqui tomando esse tipo de decisão envergonham a mim, envergonham Parlamentares sérios e envergonham a Nação brasileira.

Eu, com certeza, estarei votando contra a PEC, porque não vi fundamento suficiente. A toque de caixa, estão tentando disparar o míssil hipersônico nuclear para explodir neste plenário. Não! Eu sou a favor de uma reforma tributária, mas justa e não feita ontem, com 450 páginas, para decidir agora. Isso é impossível.

Quando apresentamos a nossa proposta, que tinha mais Brasil e menos Brasília, o PT, a Esquerda sempre foi contra. Sempre, contra! Eu sou a favor, contanto que seja justa. Eu olho o Brasil e não faço como a Esquerda, que olha só o poder. E me surpreende Parlamentares que eram a favor da reforma tributária do Governo Bolsonaro agora votarem a favor desta reforma, que é muito diferente. É o princípio básico, que qualquer cidadão entende: antes, era mais Brasil e menos Brasília. Hoje, é mais Brasília e menos Brasil. Por quê? Temos cerca de 5.500 Municípios no Brasil, e o PT detém cerca de 170. Município não interessa ao PT.

Por isso, essa reforma é injusta e é açodada. E, como eu digo, o Governo está

tentando nos vender uma ambulância, quando vai entregar um carro fúnebre.

O meu voto é patriótico, é pelo Brasil. O meu voto é um rotundo, um explosivo "não"!

Documento 174/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-13:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Tarcísio Motta-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos hoje no dia decisivo do debate sobre a reforma tributária. Como o Presidente já afirmou aqui, eu sou do PSOL, o Partido Socialismo e Liberdade, um partido de esquerda. E todas as vezes que discuto qualquer questão que tem a ver com tributos, com impostos, com reforma tributária, há dois princípios fundamentais na minha defesa: progressividade nos impostos e justiça tributária. Na nossa opinião, esses são os princípios que devem nortear os nossos posicionamentos.

Nesse sentido, desde o início e em todas as vezes que tratei desta reforma, lembrava que deveríamos estar fazendo numa ordem inversa, ou pelo menos de forma concomitante, o debate a respeito da questão tributária sobre patrimônio e renda, onde é mais fácil e mais possível aplicar a progressividade, e — de forma concomitante — a redução da carga tributária sobre consumo. Este é o princípio que nos move. Porém, a decisão tomada aqui pelo Congresso no próprio GT sobre o Sistema Tributário Nacional foi tratar primeiro da reforma sobre consumo.

E a segunda parte daquilo que defendemos deve estar presente. Para nós do PSOL há uma preocupação de que esta reforma, que visa, sobretudo, a tributação sobre consumo, não represente aumento de carga tributária, porque aumentar a carga tributária sobre consumo é aumentar a regressividade do nosso sistema tributário, e isso significa cobrar mais dos mais pobres — isso está errado. Portanto, o nosso olhar para a reforma tributária tem essa preocupação. Nesse sentido, nós atuamos hoje e durante o GT da reforma

tributária.

Ouvi aqui Deputados dizendo que não puderam participar do GT, o que eu acho curioso. Eu fui ao GT, falei, debati, fui ouvido, fui respondido. Ninguém estava proibido de participar do GT da reforma tributária. Nós estávamos muito preocupados e atuamos. E quero aqui destacar que o PSOL contribuiu para alguns avanços importantes.

O primeiro deles, anunciado aqui ontem pelo Relator, foi zerar os impostos de consumo sobre a cesta básica, com a criação de uma cesta básica nacional. Isso é muito positivo para tranquilizar as pessoas de que não haverá aqui aumento da carga tributária sobre a comida dos mais pobres.

O segundo avanço, pelo qual o meu querido companheiro Deputado Ivan Valente lutou muito no GT da reforma tributária, foi por um prazo para o envio a esta Casa da reforma que incidirá sobre patrimônio e renda. Este prazo foi uma conquista importante, mas não veio sozinho. Aqui há algo do qual também nos orgulhamos. Já está contido neste projeto que votaremos agora, Deputada Erika, que o aumento de arrecadação sobre patrimônio e renda, que poderá vir da reforma, será reduzido na tributação sobre consumo. Se não conseguirmos fazer concomitantes, como queríamos, estamos vinculando uma coisa à outra. Isto é muito importante, garantirmos que qualquer aumento de arrecadação que venha da reforma sobre patrimônio e renda tenha redução na carga tributária sobre consumo — isso é muito importante. O que aumentar lá, diminuirá aqui — isso é fundamental.

Mas ainda faltam algumas coisas, e nós estamos tentando incidir sobre elas.

Primeiro, na nossa opinião, agrotóxico não tem que ter benefício tributário. Hoje eles estão colocados com uma carga de 50% da alíquota cheia. É preciso retirar os agrotóxicos. Eles deveriam estar no imposto seletivo, porque há um problema de saúde pública e ambiental nessa questão dos agrotóxicos.

Ao mesmo tempo é importante introduzir nesta reforma que a carga tributária sobre bancos não seja reduzida e continue sendo tributada sobre aquilo que os bancos têm de lucro bruto.

E terceiro, o Fundo de Desenvolvimento Regional precisa introduzir alguma característica social também. Há vários Governadores...

Peço alguns segundos para terminar, Presidente. Agradeço.

Que o Fundo de Desenvolvimento Regional não reproduza apenas o FPE, mas seja introduzido algum caráter social na redistribuição desse dinheiro para combater a desigualdade regional e também a desigualdade social. Em Estados como o meu, o Rio de Janeiro, também há pobreza, e a diferença não pode ser tão grande.

Dito isso, somos favoráveis à reforma.

Documento 175/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-13:12
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Washington Quaquá-PT -RJ	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. WASHINGTON QUAQUÁ (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus queridos Deputados e Deputadas, zero problema em estar na tribuna da direita ou da esquerda, porque este Parlamento, sobretudo, discute hoje um problema que está muito além da disputa ideológica. Este Parlamento discute hoje uma questão que é fundamental para o Brasil.

E eu espero, inclusive, que nossos colegas da direita tenham a sensibilidade de entender que a matéria que esta Casa vota hoje é uma matéria histórica. A matéria que esta Casa vota hoje deveria ter sido tratada na Constituinte de 1988. A última vez em que se mexeu na estrutura tributária brasileira foi ainda durante a ditadura militar. Esta matéria que nós votamos hoje é uma matéria de interesse não só do Governo Lula, embora tenhamos que registrar a importância que o Governo Lula tem para este País, em acordo com esta Casa, em acordo com este Congresso, ao colocar esta matéria em votação.

Então, quero destacar a importância disto; a importância do trabalho feito pelo Ministro Fernando Haddad, em toda a articulação política que realizou aqui nesta Casa; a importância do Presidente Lira, ao colocar esta matéria em votação; do nosso Relator e do Presidente da Comissão, que conversaram com o País inteiro para discutir esta reforma tributária. Esta é uma reforma importante para o País.

Essa singela brincadeira do nosso Presidente enseja esta questão. Esta não é uma matéria de interesse do Governo; esta é uma matéria de interesse do País. Quero instar os Deputados do campo mais à direita a que, pelo menos nesta matéria, não fiquemos de disputa para a rede social. Nesta matéria, vamos pensar no Brasil.

Ela simplifica todo o arcabouço fiscal do Brasil. Não é à toa que, na reunião dos Governadores do Sudeste, todos os Governadores se pronunciaram. Inclusive, o Governador Tarcísio, registre-se, teve uma boa posição em relação à reforma tributária. Todos registraram apoio à reforma tributária no seu

mérito, salvo uma questão ou outra, um ajuste, no qual os Governadores, inclusive, tinham razão. Todos apoiaram a reforma tributária.

Esta reforma tributária fará o Brasil crescer, fará crescerem os investimentos estrangeiros no País, fará, meus queridos colegas da direita neste Parlamento, o capitalismo avançar no Brasil. É uma loucura o que as pessoas falam de comunismo, comunismo, comunismo. Há 10 anos, diziam que o comunismo acabou, e agora dizem que o comunismo vai bater a nossa porta. O que vai bater a nossa porta com a reforma tributária é o avanço do capitalismo no Brasil, é a facilitação dos investimentos, é a prioridade na produção contra a especulação, e é a uniformização do Brasil como Federação, acabando com a política de incentivos fiscais que cada Estado dá, perdendo dinheiro do Estado, perdendo dinheiro de investimento na saúde, na educação, no desenvolvimento, para que possamos ter um País com uma política fiscal unificada, que sirva a todo o País, e não a pequenos interesses.

Vejam o caso da Ford na Bahia! Ela foi para lá, obteve por mais de décadas benefícios fiscais e depois foi embora. Precisamos ter uma política industrial que possa investir no agronegócio, na região do agronegócio, na indústria, na região mais propícia à indústria. Enfim, nós precisamos dessa reforma tributária.

Portanto, eu conclamo a todos os Deputados, a todas as Deputadas, independentemente de posição ideológica, que votem hoje essa reforma tributária. Essa é uma reforma tributária do Lula, no Governo Lula, mas é, sobretudo, uma reforma tributária que o Brasil deve a si mesmo.

A partir de hoje, o nosso País receberá investimentos e será um novo Brasil.

Documento 176/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-13:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Gilson Marques-NOVO -SC	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O que me deixa extremamente triste é que nós temos trabalhado

incansavelmente, durante muito tempo, em busca de uma reforma tributária. Nós somos a favor de uma reforma tributária. Ninguém aguenta mais não saber que boleto pagar e, quando vence, ele ser muito caro. Se a pessoa pagou a mais, não vai receber de volta. Se pagou a menos, poderá ir presa, porque a multa é de 100%. E quando o tema vai para a discussão, é feito um grupo de trabalho, e não uma comissão especial.

Nós fizemos uma questão de ordem para que alguém do Sul — não estou nem dizendo do nosso Estado — fizesse parte do grupo de trabalho. Não havia pessoas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para trabalhar no grupo de trabalho da reforma tributária. Em contrapartida, do Amazonas, havia três Parlamentares. Agora que nós estamos indo para o fim da discussão, não temos texto definitivo. E ainda que tivéssemos um texto definitivo, estaria dissociado, divorciado da lei complementar, porque tudo no texto principal remete a ela. Nada se responde. Como a maioria dos Parlamentares do Governo e o método utilizado não têm tanta credibilidade assim, não me trazem confiança, eu diria a V.Exas. que é como se tivesse que comer uma marmita que não sei o que é, porque ela está fechada. Tudo isso demonstra que o cheiro é muito ruim.

O que nos vai fazer votar a favor da reforma é o conserto e a garantia de quatro pilares principais. O primeiro é uma Federação respeitada de verdade; descentralização; mais Brasil e menos Brasília. O texto diz o contrário. O segundo, isonomia. O Sul e o Sudeste correspondem a mais de 55% da população e 70% do PIB. Se houver sete votos em comparação aos outros 20, porque são 27 votos, nós sempre iremos perder, porque não há isonomia na distribuição. O terceiro, a carga. Nós não podemos aumentar o boleto mensal e anualmente. Quanto mais recursos se tira da população, menos liberdade, para ter pouco em troca. Não há garantia. Precisamos ter uma trava muito explícita para isso. O quarto ponto é a simplificação. E nisso nós avançamos. Em vez de cinco, nós temos três tributos. Mas, nessa matemática, há três pontos negativos para um positivo.

Precisamos avançar, melhorar...

(Desligamento do microfone.)

Documento 177/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-13:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Adriana Ventura-NOVO -SP
ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a

reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Caros colegas, nós temos um custo de 320 bilhões por ano com litígios, com problemas, com advogados, com o custo da ineficiência do nosso sistema tributário. Isso faz com que o Brasil perca completamente a competitividade. A pauta da reforma tributária é uma pauta importantíssima para a Direita, para a Esquerda, para o nosso ambiente econômico. Então, hoje eu subo aqui deixando de lado bairrismos, setor A ou setor B. Aqui não é guerra de indústria contra serviço. Aqui não é guerra do meu Estado, São Paulo, contra outro Estado. Aqui temos que pensar em nosso País.

Temos questões problemáticas, e todos sabem do rito — parece que vamos votar hoje um texto em que há mudanças importantes a que não tivemos acesso. Hoje vamos votar um texto que foi concebido por um grupo de trabalho, um GT, em que vários Estados não estiveram representados e outros Estados estiveram super-representados. Então, há problemas sérios no rito.

Mas não posso deixar de falar, contudo, dos muitos ganhos que teremos com essa reforma. Sim, haverá um IVA, que é padrão de países desenvolvidos OCDE. Vamos sair da alienação. Vamos começar a entender quanto pagamos de imposto em cada produto, porque ninguém sabe. O povo adora contar a história A ou a história B, gritar e dar uns números, mas não sabe. O acumulado da cadeia ninguém sabe. O aproveitamento de crédito ao longo da cadeia ninguém sabe. Nosso País é inviável e não é competitivo. Há pontos bons, sim, nessa reforma: simplificação, padrão, transparência, adoção do IVA, tributação no destino, o que também é um padrão.

O SIMPLES será mantido, o que é uma grande preocupação. Então, a maior parte das empresas de serviço, que estão falando do aumento da carga tributária, não será afetada. Agora, há algumas questões de ajuste, como o caso do Conselho Fiscal, que é uma preocupação legítima, de realmente cuidar dos Estados mais populosos para terem voz. Não faz nenhum sentido um Estado com uma população que não representa 1% da de outros Estados ter o mesmo voto, o mesmo peso de voto. Portanto, já estão ajustando isso. Em relação à questão da autonomia dos Estados para mexer em sua alíquota, isso está tudo certo. Isso é mantido. Mas ficar fazendo guerra fiscal de um Estado contra outro não é pensar no País.

O último ponto que eu acho relevante de falar é a questão do Fundo de Desenvolvimento Regional. Todos os Estados têm bolsões de pobreza. Todo cidadão brasileiro merece ser tratado da mesma forma. Cidadão de Estado A ou de B, seja do Norte ou do Nordeste, não é melhor que cidadão do Sul e Sudeste. Há bolsão de pobreza em todo lugar. Então, precisamos achar um

critério que seja justo.

O que não podemos realmente permitir é que isso seja uma guerra de Direita contra Esquerda, uma guerra de Estado A contra Estado B. Essa reforma é uma reforma para todos. É uma reforma para o Brasil. Eu lembro bem que, em março de 2019, fui com o Deputado Alexis Fonteyne conversar com o Bernard Appy, conversar com o Prof. Eurico de Santi. Era o início do Governo Bolsonaro, e era a mesma reforma, era a mesma proposta. Então, falar que é do partido A, do Governo A, não é correto, gente! Essa reforma é para o Brasil. Temos que deixar de lado bairrismo, blá-blá-blá, guerrinha política e pensar nas próximas gerações, pensar no Brasil e fazer o que for melhor.

Estamos aguardando o texto. Espero que o Relator garanta o que solicitamos a ele, garanta que não teremos aumento de carga tributária, que haja travas no texto. Garanta, sim, que haja a preocupação da distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional e que possamos respeitar Estados e Municípios, pensando no que é melhor para o País. Estamos aguardando o texto.

Deputado Aguinaldo, por favor, solte esse texto com tempo hábil, para que eu possa votar a favor.

Documento 178/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-13:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Domingos Sávio-PL -MG	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colega Deputado Gilberto Nascimento, demais Parlamentares, primeiro, eu jamais pensei em votar — e não quero — contra um projeto de reforma tributária. Mas este projeto, da forma como está redigido, especialmente da forma como está sendo conduzido, eu sou obrigado a votar contra, por uma questão de consciência e de defesa da população. Eu estou aqui para representar a população.

Especialmente eu vou falar sobre a forma como está sendo conduzido. Ora, estou aqui com o relatório que foi lido ontem, mas nós não vamos votar o substitutivo que foi lido ontem.

Eu até reconheço que tenha havido avanços. Eu, por exemplo, apresentei, como Presidente da Frente Parlamentar em defesa do Comércio e Serviços — a reivindicação está aqui protocolada, não foi agora, eu protocolei, em nome da Frente do Comércio e Serviços, com o Relator —, a solicitação de que a cesta básica teria que ser com 100% de isenção. Ele anunciou que irá colocar. Está protocolado.

Nós protocolamos outras reivindicações, como o crédito do que é onerado na folha, porque o setor de serviço, o insumo maior dele, é mão de obra. O que ele tem para se creditar é o que ele paga na folha de impostos. Se o Relator acolher isso, ele melhora o projeto. Ele reconheceu que é justo, mas ainda não se manifestou. Então, nós não sabemos o que vamos votar.

Votarmos algo que não conhecemos, impor ao povo uma lei, isso é a democracia relativa de que o Lula gosta. Essa democracia relativa, para mim, é sinônimo de comunismo. Quando se relativiza a democracia, o poder se torna absoluto. É isto que eles querem: um poder absoluto para comandar o País de forma autocrática, ditatorial. Nós não podemos aceitar isso. Não é razoável. Então, não se pode votar um projeto que não se conhece.

Nós do PL queremos reforma tributária. Nós lutamos pela reforma tributária. É verdade que ela nasceu durante o período do Governo Bolsonaro. O pensamento liberal é um pensamento reformista. Agora, nós queremos uma reforma tributária construída de forma democrática, em que, primeiro, possamos simplificar, desburocratizar, diminuir o custo processual para pagar imposto, que é caro e se judicializa muito, mas não podemos aceitar aumento de imposto.

Um dado importante: toda hora se fala que não vai haver aumento de imposto. Aliás, no documento que eu protocolei o primeiro item é estabelecer com clareza que aquilo que for reduzido do PIS, do COFINS, do IPI, do ICMS e o que aumenta do IBS ou da CBS não seja maior, para que não haja de fato aumento de arrecadação. Isso ainda não está no texto, e eu defendo. Tem que estar claro que não vai haver aumento de imposto.

Por que eu estou preocupado com isso? Porque os Prefeitos estavam todos contra a reforma — havia até propaganda na televisão contra —, mas, quando chegaram a Brasília, foi apresentado a eles um estudo do IPEA dizendo que, dentre os 5.570 Municípios, 5.460 vão aumentar a arrecadação. Os Governadores estavam contra. E o Governador do Rio disse recentemente que o Estado do Rio vai aumentar em 5 bilhões a arrecadação. Ora, se vai aumentar a arrecadação nos Municípios, se vai aumentar a arrecadação nos Estados, se o Governo Federal tanto quer aprovar, porque a própria Ministra do Planejamento disse que, para o arcabouço funcionar, nós temos que aumentar em 200 bilhões a arrecadação no ano que vem, se o Governo espera aumentar 200 bilhões aqui, quem vai pagar a conta? O contribuinte, o empreendedor.

Nós temos que ter esta honestidade com você, cidadão, e dizer: se votarmos

uma reforma sem fazer uma análise adequada, ela pode gerar um aumento de imposto na área de serviços, porque na área de serviço é claro que aumenta, para o profissional liberal, para o setor de turismo, para os hotéis, para os serviços em geral.

Pois bem, Presidente, quero concluir dizendo o seguinte: eu reconheço que medidas como a que eu propus, pela Frente Parlamentar em Defesa do Comércio e Serviços, com o setor todo, com o Senador Efraim Filho, com o João Galassi, que representa a ABRAS, estão sendo acolhidas. A cesta básica zero nós é que defendemos. Agora, isso não resolve tudo. Então, o que eu proponho, para concluir? Vamos adiar a votação! Isso não é deixar de fazer a reforma. Vamos fazer a reforma. Eu até faria um pacto, porque defendo isto junto a toda a Oposição. Vamos votar em agosto. Vamos assumir o compromisso de não obstruir em agosto para que, até lá, todos tenham conhecimento do texto. Isso não é democracia relativa, é democracia verdadeira, com o povo sabendo o que vamos votar, uma reforma que não aumente impostos. É isso que nós queremos aprovar.

Documento 179/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-13:36
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Graças a Deus!

Meu caro Presidente Pompeo de Mattos, nas duas vezes que usei da tribuna, quis também que V.Exa. estivesse presidindo esta Casa, do Rio Grande do Sul ao Paraná, a Brasília e a todo o Brasil.

Este é um momento histórico nesta Casa. Esperei, por mais de 30 anos, este momento. Viemos lutando desde o meu primeiro mandato, em 1991, para fazer esta mudança, que, nos meus estudos, no meu entendimento e no de muitos neste País, é a mais importante reforma econômica que o Brasil fez até agora e que, a partir de hoje, vai dar este presente à Nação brasileira.

Primeiro: eu falei "Nação". Eu quero dizer que estou aqui como povo. Nós Deputados e Deputadas, povo do Brasil, protegemos o nosso povo. Nós criamos as leis e o ambiente de negócios para que as empresas possam

trabalhar numa economia de mercado. E nós é que oferecemos o mercado. Não existe "setor de economia" na economia de mercado, mas um só setor: a economia de mercado. Todos os bens e serviços deste País que são produzidos e vendidos internamente são consumidos pelo povo brasileiro.

Esta é primeira regra que eu quero colocar. Não existe isto: *"Meu setor está sendo prejudicado"*. Aqui, há um só setor: o Brasil, a economia brasileira, o povo brasileiro. Há um só sistema tributário, um só povo, um só tributo. O tributo não é para ser administrado com interesses particulares; o tributo tem que ser administrado no coletivo. É isso que está dentro da PEC 45, que está dentro da PEC 110, que é da mesma natureza, da mesma família.

Os nossos ideais se juntaram já há alguns anos na luta pelo IVA — Imposto sobre Valor Agregado, ou adicionado ou acrescentado, que foi inventado, criado na França no começo do século XX e é o único imposto no mundo que prevaleceu na base do consumo. Todos os antigos impostos sucumbiram.

Não existe imposto municipal de serviço em lugar algum do mundo. Não existe imposto estadual de bens, sozinho, em nenhum lugar do mundo. Não existe tripartição de base do consumo em lugar algum do mundo. A base do consumo de bens e serviços é una: bens e serviços são da mesma natureza porque são produzidos, comercializados, vendidos para toda a população brasileira, 215 milhões de brasileiros — o excedente é exportado, e o que nós não produzimos aqui é importado. Essa é a regra da economia de mercado.

Mas por que o Brasil não cresce se é o País mais rico do mundo, tem minérios abundantes, floresta, terra, água, sol, regime de sol, três safras por ano? Porque a regra de negócio está errada. A economia de mercado brasileira é fraudulenta. Uns pagam poucos, outros pagam muito, no conjunto, outros não pagam nada, e o povo paga tudo. Todo o incentivo fiscal que é feito, quem paga é o consumidor. Toda a inadimplência, quem paga é o consumidor. Toda a burocracia declaratória, que custa de 100 a 300 bilhões, é paga pelo consumidor.

Hoje, o consumidor, no ISS, ICMS, IPI e PIS/COFINS, que serão extintos, paga 600 bilhões de reais a mais do que o 1,3 trilhão de reais arrecadados. Esses cinco impostos representam 40% da arrecadação brasileira, numa média de 33%, que dá 13% do PIB, ou 1,3 trilhão de reais. Mas, por conta da guerra fiscal, da inadimplência e da burocracia, tudo isso tem custado ao povo brasileiro 600 bilhões a mais, que estão dentro dos preços relativos.

A guerra fiscal vai acabar. A inadimplência vai acabar. A cobrança será automática. Não haverá nem sequer necessidade de muito trabalho para esse novo Conselho.

Se hoje os bancos operam ou têm 1 bilhão de contas bancárias, considerando que o sistema de débito e crédito dos bancos funciona em tempo real...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Obrigado, Presidente.

Se os bancos têm 1 bilhão de contas, vamos precisar de 20 milhões ou de 25 milhões de contas, para controlar os pagamentos das compras das empresas.

O empresário nunca mais vai precisar fazer o ato declaratório para reclamar imposto, porque isso será automático. Assim como no cartão de crédito, no Pix, na TED ou no DOC, o imposto será retido no ato, gera um crédito financeiro e deixa a cadeia...

(Desligamento do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Peço a V.Exa. mais meio minuto, por favor.

O empresário, na cadeia produtiva, vai receber tudo de volta. Não fica nenhum imposto retido.

O agricultor brasileiro, que, hoje, é lesado em 12% do seu faturamento, vai receber de volta todo o imposto que ele paga hoje na produção do seu produto.

É isso que eu defendo. Essa é uma revolução da economia de mercado, para o bem do Brasil. O Brasil precisa dessa reforma para sair do atraso. Ela é suprapartidária. Ela não pertence à esquerda, nem à direita, nem ao centro. Ela pertence ao bom senso. Ela pertence a todos os homens e mulheres de bem deste País, que querem um futuro para seus filhos, netos e bisnetos.

Sem economia, não existe Brasil. A riqueza fica concentrada na mão de poucos.

Que Deus abençoe os Congressistas por este dia histórico da nossa Pátria. O Congresso está fazendo hoje o mais importante projeto econômico da história do Brasil.

Viva o IVA! Viva o Brasil!

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, meu querido Brasil, hoje é um dia muito importante para o nosso País.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que nós somos favoráveis à reforma tributária, somos, sim. Sempre defendemos a reforma tributária — não é de hoje. Inclusive, Sr. Presidente, batemos recordes com a redução de impostos. O País nunca arrecadou tanto como arrecadou nos últimos anos, com o Governo do Presidente Bolsonaro. Faziam oposição ferrenha a essa política, e discursavam falando o contrário, mas essa política avançou.

Sr. Presidente, votar uma proposta com tantas páginas — o relatório lido pelo Relator ontem está sendo modificado —, de forma tão rápida, açodada, não faz bem ao Parlamento, não faz bem à democracia.

Eu venho de um Estado que tem uma dificuldade enorme em geração de emprego, porque é governado pelos partidos aliados do desgoverno Lula já há várias décadas. Lá, como o Governador de Minas bem falou — isso é fato —, existem mais pessoas com Bolsa Família, assistencialismo, do que pessoas com carteira assinada, porque não dão incentivo a quem quer que seja, só observam a arrecadação de impostos. Arrocham o contribuinte. Na Paraíba é assim, em vários outros Estados do nosso País também.

Então, eu jamais poderia ser irresponsável — peço a atenção do Parlamento brasileiro — de aprovar uma proposta cujo texto nem sequer está finalizado. Vamos aprovar uma proposta dessa forma, sem debate? O que estamos falando aqui entra num ouvido e sai no outro. Eu peço aos Parlamentares responsabilidade. Isso independe de partidos. Podemos afundar o Brasil, que já está afundando bastante com o desgoverno Lula.

Podemos resgatar uma proposta que seja boa para todos os Estados, não apenas para o Governo Federal. Se não, vejamos, meus amigos. Todos nós sabemos também que no Brasil a questão tributária é uma loucura. Muitos pagam, poucos arrecadam, e o Governo Federal sempre fica rindo da nossa cara. A proposta que Lula faz sempre é: o Estado grande, e o povo pequeno. É assim que Lula governa este País. Foi assim que ele governou nos anos anteriores, quando foi Presidente por dois mandatos consecutivos.

Vejam só que gravidade querem aprovar dessa forma açodada! Este é o texto que foi lido ontem, que está sendo modificado até às 6 horas, quando o Presidente da Casa falou e afirmou que iria entrar em processo de votação.

Esperamos que a tirem. Vejam só como o PT age, como o desgoverno Lula age! *"Hipóteses de devolução do imposto a pessoas físicas, inclusive os limites e os beneficiários, com o objetivo de reduzir a desigualdade de renda* — vejam só, prestem atenção, Srs. Parlamentares —, *gênero ou raça"*. Eles têm que botar essa questão de gênero? Ora, todos nós somos brasileiros! A Constituição é clara! Sempre querem incentivar essa briga entre brasileiros. O desgoverno Lula não aprende, não tem vergonha.

Para que essa briga, Sr. Presidente? "Gênero", por que isso? Isso não existe na Constituição, amigo. A Constituição não está assim. Aí querem modificá-la novamente, insistindo nessa briga de gênero. Ora, todos nós somos brasileiros. O art. 5º da Constituição está em vigor e é uma cláusula pétrea. É importante saber disso.

Vamos para outra parte. Como é complicado os Srs. Parlamentares votarem desta forma! Por isso, eu peço a todos que não votem hoje. Vamos melhorar esse texto. Vamos agir. Precisamos da atenção do Parlamento.

Uma família constrói bastante através de muito suor, de muito esforço, de muito trabalho. Aí vem o desgoverno Lula, que quer concentrar toda a contribuição e toda a reforma tributária para encher os cofres públicos — nós já sabemos o que eles fazem. Vejam só o inciso VI do art. 155, que trata dos impostos dos Estados e do Distrito Federal: ele diz que o imposto será progressivo *"em razão do valor da transmissão ou da doação"*.

Ora, Srs. Parlamentares, e a população que trabalhou? E o senhor, lá em Goiás, que suou bastante? E as pessoas da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, do Amazonas, como ficam?

"Não" à reforma açodada do PT!

Por isso vamos adiar a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 181/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-13:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu acho que alguns Parlamentares são acometidos pelo que eu chamo de generofobia, em parte porque não entendem a concepção de gênero. Não entendem que nós, mulheres, não somos discriminadas porque nascemos mulheres, mas somos discriminadas porque se construiu uma concepção social e cultural, uma concepção de gênero que nos subalterniza. Isso faz com que eles se coloquem inclusive contra uma reforma tributária que vai baixar o preço dos gêneros alimentícios.

É tão profunda essa generofobia que provoca reação inclusive numa reforma que vai desonerar a cesta básica, os gêneros alimentícios, uma reforma que está em discussão nesta Casa há mais de 30 anos. E eles dizem: *"Precisamos de mais tempo para discutir"*.

É óbvio que nós temos uma estrutura tributária neste País que aprofunda as nossas desigualdades. Nós temos as fortunas e a renda, que são pouco taxadas, e temos uma taxação que incide sobre o consumo e, portanto, incide sobre a população de baixa renda de forma muito cruel.

É óbvio que essa reforma ainda não leva a uma justiça tributária. Nós temos que caminhar para uma segunda etapa desta reforma tributária, a fim de que possamos taxar a renda, o patrimônio e as grandes fortunas neste País. Nós não podemos achar que é natural esse nível de concentração de renda, esse nível de desigualdade. A desigualdade não é natural, bem como a fome não é natural.

Nós estamos com uma proposta de reforma tributária que simplifica e desburocratiza. Portanto, vai possibilitar uma consciência tributária maior, que tira o efeito cascata dos impostos — imposto incidindo sobre outro imposto —, ou seja, tira o caráter cumulativo e, portanto, dá mais transparência.

É uma reforma que está taxando aeronaves, que está taxando embarcações náuticas de luxo. Portanto, é uma reforma que caminha na perspectiva de termos uma justiça maior neste País, inclusive porque possibilita que nós encerremos a guerra fiscal, uma vez que unifica as condições para todo o Brasil, para todas as Unidades da Federação, ou possibilita essa unificação.

Não faz nenhum sentido defender que não votemos essa reforma tributária no dia de hoje com o argumento de que temos pouco tempo de estudo do tema. Como pouco tempo? Trinta anos é pouco tempo? Um GT que discutiu a reforma, passo a passo, todos os dias, desde a sua instalação, é pouco tempo? Não! É porque eles não têm preocupação com o País, não têm preocupação com o povo brasileiro, não têm preocupação em construir uma Nação que seja uma Nação onde caibam todas as pessoas!

Esta não é uma discussão partidária. É uma discussão do Brasil, do que é fundamental para este País. Mas eles não estão preocupados com o Brasil. Jogaram mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras na situação de fome;

acabaram com o Minha Casa, Minha Vida na Faixa 1. E o programa foi retomado pelo Governo Lula, que está eliminando a fome neste País, está baixando a inflação e já fez uma série de ações na área de saúde e na área de educação. Está trabalhando, inclusive — nós aprovamos nesta Casa —, o Programa Escola em Tempo Integral.

Portanto, vamos deixar de fazer política tentando punir, como Medeia, da tragédia grega, que assassinou os filhos para punir o ex-marido. Ou seja, não vamos punir o povo brasileiro pensando que assim puniremos Luiz Inácio Lula da Silva.

Tenham amor pelo povo brasileiro. E amor pelo povo brasileiro significa mexer nessa política tributária que penaliza os mais pobres.

Documento 182/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-13:56
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Bia Kicis-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, Brasil — falo ao Brasil —, acabamos de ter uma importante reunião do nosso Partido, o PL, para tratar da votação da reforma tributária.

Temos que lembrar, em primeiro lugar, que a reforma tributária se iniciou no Governo Bolsonaro e deve finalizar agora, no Governo Lula.

É preciso deixar muito claro que não houve nenhum Governo mais reformista do que o Governo Bolsonaro. Esse foi um Governo que aprovou inúmeras reformas, incontáveis reformas. Só para lembrarmos, foram aprovadas no Governo Bolsonaro as reformas do saneamento básico, da liberdade econômica, da Previdência e tantas outras.

Nós do PL somos favoráveis a reformas e, inclusive, à reforma tributária, muito necessária, diante do verdadeiro manicômio judiciário que nós vivemos no nosso País, Deputado Rogério Correia. Acontece que a forma como a proposta está sendo submetida à análise do Plenário nos deixa completamente inseguros. Nós estamos, desse modo, prestes a votar no escuro um texto que está sendo construído, que nós ainda não conhecemos, que não passou por uma

Comissão Especial — ou melhor, passou, mas não houve lá nenhuma conclusão, não houve um parecer votado. Foi criado um grupo de trabalho com pouquíssimos Deputados — penso que eram 12; depois, chegaram a ser 15 Deputados —, e no qual nem todas as regiões do Brasil estavam contempladas. Acontece que são muito mais interrogações e dúvidas do que conhecimento daquilo que nós iremos votar.

O que o PL quer é ter mais tempo para analisar o texto pronto, a fim de que possamos, aí, sim, apresentar sugestões, conversar com o Relator, assim como os setores fizeram, assim como os Governadores fizeram. Mas são os Parlamentares que votam, não são nem os setores, nem os Governadores, nem os Prefeitos. É claro que muitos de nós representamos muitos desses setores, mas várias propostas dos setores não foram atendidas até agora — e nós nem sabemos o que vai ou não ser atendido. Nós ouvimos aqui o Deputado Domingos Sávio, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Comércio e Serviços, da qual eu faço parte, assim como faço parte da Frente Parlamentar da Agropecuária, da Frente do Desenvolvimento Econômico, mas nós não sabemos quais são as propostas que foram ou deixaram de ser atendidas.

Do jeito que texto veio para cá, nós já vimos de cara um problema seríssimo, um ataque à soberania, um ataque ao pacto federativo — uma cláusula pétrea —, que é tirar poder dos Estados e Municípios para trazer para União. Agora parece que essa questão do Conselhão está sendo resolvida, mas nós não sabemos exatamente como, porque Legisladores têm a função de legislar. Delegar a função de legislar a um conselho de pessoas indicadas não está correto. Isso, inclusive, afronta a soberania do voto popular.

Então, nós precisamos de tempo. E o que nós queremos não é votar "não" à reforma. Nós queremos a oportunidade de votar uma reforma tributária em com relação à qual possamos ter a convicção, a certeza e a garantia de que não haverá aumento na carga tributária, já tão pesada nos ombros dos brasileiros. Nós estamos tendo uma atitude responsável. Nós só queremos o adiamento, uma vez que o acatamento ou não das diversas propostas que já foram feitas vier para cá, para que nós podemos analisá-las. Nós temos, por exemplo, na reforma, o aumento de base de cálculo por decreto. Nós não podemos concordar com isso. Isso dá muito poder ao Executivo, ao governante, e isso não é bom para o povo.

O setor de serviços está muito preocupado, e nós também estamos preocupados, porque essa reforma pode trazer muito mais problemas do que soluções.

Sr. Presidente, eu peço que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-14:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Léo Prates-PDT -BA
ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LÉO PRATES (Bloco/PDT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu ouvi atentamente, durante toda a manhã, as falas dos ilustres colegas. Algumas coisas me chamaram a atenção.

A primeira delas é o tempo de discussão da reforma tributária aqui nesta Casa.

A segundo, que eu considero muito importante, Sr. Presidente, é que esta reforma proposta na PEC 45 começou no ano passado, ainda no outro Governo.

E, acerca do que foi dito, eu queria começar fazendo uma consideração. Farei as minhas sugestões por escrito, porque houve um GT, como disse a Deputada Erika Kokay, mas não houve uma Comissão Especial este ano. Com isso, as emendas têm que ser apresentadas ao Relator, e não mais no prazo regimental de dez sessões, como diz o Regimento Interno desta Casa. Então, eu faço uma única consideração. Concordando com algumas críticas, eu faço um apelo ao Presidente Arthur Lira para que, nas próximas PECs, nós que somos iniciantes, digamos, nesta Casa, possamos ter acesso às Comissões Especiais e para que seja reaberto o prazo de dez sessões regimentais para a inclusão de sugestões.

Fora isso, Sr. Presidente, urge uma reforma tributária neste País.

Eu quero parabenizar o Presidente Arthur Lira e o Relator, Deputado Aguinaldo, e me posicionar a favor da reforma tributária.

É uma reforma tributária que faz justiça. Há muito se diz que o imposto deve ser cobrado no seu destino, fazendo justiça inclusive com quem mais precisa, os Estados que mais precisam, como a minha amada Bahia. Então, o imposto passa a ser cobrado no destino, no consumo, como deve ser. Aliás, Sr. Presidente, é assim na maioria dos países do nosso mundo.

Eu queria, ainda, Sr. Presidente, colocar a cobrança da cesta básica no destino, como disseram aqui a Deputada Benedita e a Deputada Erika Kokay. Isso alivia o preço dos alimentos, faz justiça social. Não é justo que o mais pobre

pague nos seus alimentos tanto imposto.

A reforma reduz a carga tributária para as mulheres, Sr. Presidente. Eu me refiro a itens da higiene menstrual.

Sr. Presidente, a reforma reduz a carga tributária para itens de acessibilidade, uma luta que nos é muito cara.

Além de tudo, eu quero parabenizar o Relator, Deputado Aguinaldo, por ter colocado no seu relatório a questão das cooperativas, o que também é um alívio. Esse me parece um importante avanço colocado no dia de ontem.

Sr. Presidente, para não dizer que eu só falei de flores, e como eu não tive a oportunidade de emendar o texto no prazo de 10 sessões regimentais, eu queria fazer algumas considerações e um apelo ao Relator Aguinaldo Ribeiro.

O primeiro diz respeito à pauta municipalista, que é cara a todos os Parlamentares. É no Município que acontece a vida das pessoas. Não é justo que a transferência da cota-parte dos Municípios, já que ela vai ser definida tecnicamente pelo Senado Federal, seja feita ao Estado, para depois ao Município. Que a União faça o repasse direto aos Estados e Municípios, Deputado Arlindo Chinaglia. Que nós possamos avançar nessa direção de proteção dos Municípios. Que cuidemos principalmente desses pequenos Municípios.

Depois, que o Deputado Aguinaldo Ribeiro possa isentar os Municípios do PASEP. Isso vai aliviar a carga tributária sobre os Municípios. Município não é empresa. Então, que possa ser isento desse imposto.

Além disso, Sr. Presidente, gostaria também de fazer um apelo acerca da retenção do Imposto de Renda nas estatais dependentes dos Municípios, fortalecendo e protegendo os Municípios. Nós cuidamos da vida das pessoas.

Esta é uma pauta da Frente Nacional de Prefeitos que acaba de ser apresentada ao Relator Aguinaldo Ribeiro. Parece-me uma pauta importante dentro dessa reforma tributária, uma proteção principalmente aos pequenos Municípios, àquele cidadão mais carente do nosso País que lá vive.

No mais, Sr. Presidente, quero dizer que esta reforma tributária faz justiça social. E mais: simplifica a vida do contribuinte, pois nós estamos reduzindo cinco impostos em dois — refiro-me aos impostos federais; nós estamos unificando a legislação, facilitando o ambiente de negócios e os empreendedores. Por isso mesmo nós vemos com muito entusiasmo não só o cuidado com o mais pobre, mas o manifesto da FIESP, porque aqui não há ninguém contra ninguém. Aqui é um só povo. Aqui é um só País.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de

comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 184/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-14:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Abilio Brunini-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Sem revisão do orador.) - A pergunta que se deve fazer é: se o Bolsonaro tivesse apresentado o projeto da reforma política, o PT votaria como? Certamente, o PT, o PSOL e a Esquerda votariam contra a reforma política, a reforma administrativa, a reforma tributária. Se o Bolsonaro tivesse apresentado a reforma tributária, toda a Esquerda se uniria contra ela e estaria aqui defendendo os Municípios, os Estados, os motoristas de aplicativos, os donos de salões de cabeleireiro.

Mas a Esquerda é cega: para apoiar o líder quadrilheiro deles, não importa o quão mal faz para a população. Se fosse Bolsonaro apresentando a reforma tributária, estaria todo mundo aqui pegando no pé do Presidente Arthur Lira: "*Não vota. Não põe para votar. Precisamos estudar o projeto*". Como não é Bolsonaro, mas o Lula, a Esquerda que a está apresentando, eles dizem: "*Não, vamos patrolar. Passa! Basta um dia, meia hora, 20 minutos para estudar o projeto"*.

Esse é um projeto pelo qual a Esquerda vai pagar caro na sua história. Mas sabem por que eles não estão tão preocupados? Porque o tempo de transição dessa reforma tributária é de 10, 15 anos. O Lula nem sabe se vai estar vivo. Ele está fazendo a desgraça no nosso País, para que no futuro outros ditadores tenham sossego com o dinheiro do povo. É uma vergonha!

Os Deputados do Maranhão, um dos Estados mais pobres deste País, cujo povo é sofrido, escravizado, ficam calados, aprovando aumento de imposto em cima do povo. É simples. É só fazer a conta: se hoje a população Brasileira paga 12% de PIS/COFINS, 20% de ICMS, 5% ou 6 % de ISSQN ou ISS, soma-se tudo, e isso vai dar quanto, se for pagar o imposto único? Somem 12% mais 20% mais 5%, 6%. A proposta está chegando a 36% de imposto, em

determinados casos. É só fazer a conta!

A ideia é: "*Ah, vai simplificar*". É lógico que vai simplificar! Vai simplificar para o Governo Federal tomar mais dinheiro de você! É isso que eles querem! Eles estão indignados porque o Lula quer viajar, gastar dinheiro, e está acabando o dinheiro.

Bolsonaro fez uma excelente administração por 4 anos. Agora, o dinheiro, aquela gordurinha — não a gordurinha que o Lula prometeu passar na farinha — do dinheiro federal que o Bolsonaro deixou está se acabando no Governo petista. Eles querem pegar o dinheiro dos Municípios, o dinheiro dos Estados e colocar tudo nas mãos do Lula.

Não posso aceitar que se prejudiquem motorista, entregador de aplicativo, donos de pet shop, dentistas; não posso aceitar que o Lula bote as mãos no dinheiro dos Municípios; não posso aceitar que o Lula coloque as mãos no dinheiro dos Estados, porque eu tenho certeza de que esse dinheiro que eles vão tomar de todos os Estados e Municípios vai parar na Argentina, vai parar na Venezuela, vai parar em Cuba, vai parar no grupo do Foro de São Paulo, já que, para eles, a democracia é relativa; para eles, o pacto federativo é relativo; para eles, a eleição é relativa; para eles, o poder se toma. Nós não podemos aceitar isso.

O meu nome é Abilio.

Documento 185/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-14:12
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Arlindo Chinaglia-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, a primeira pergunta que de fato tem que ser feita é: o sistema tributário brasileiro é bom? Porque, se alguém o defende, deveria vir aqui defendê-lo e explicar por que o defende.

Mas eu quero tentar demonstrar o contrário. Desde a Constituição de 1988,

foram editadas mais de 460 mil normas tributárias no Brasil, ou seja, 37 normas tributárias por dia. Qual é o resultado concreto disso? É que é impossível identificar, por exemplo, com acúmulo de impostos, uns incidindo sobre os outros, a quanto cabe uma fase de uma determinada linha produtiva. Exemplo: se nós temos uma montadora de veículos no Brasil, ela vai comprar peças, vai comprar parte elétrica, vai comprar pneu, qualquer coisa; cada uma das empresas que vender qualquer peça vai cobrar imposto; e, quando o consumidor comprar o carro, aquela última empresa, que é a montadora, pegará todos os impostos que já foram pagos, mais o que ela vai pagar, mais o lucro e colocará no preço final do carro. Ou seja, o consumidor paga muito mais impostos por causa disso.

Mas há outra consequência. A estimativa de que as demandas, tanto administrativas quanto judiciais, estejam em torno de 6,5 trilhões de reais, porque, em um cipoal de regras dessa magnitude, é óbvio que aquele que não quer pagar o imposto vai fazer recursos em qualquer nível que lhe seja possível. Portanto, isso pode significar, e significa, a tentativa de sonegação ou a sonegação real, bem como uma dificuldade que também é real de o Estado brasileiro arrecadar.

Aqui eu queria falar diretamente para aqueles que votaram e defendem legitimamente o ex-Presidente Bolsonaro. Ninguém — ninguém! —, no Brasil, teve o apoio do Bolsonaro, eu diria, mais exuberante do que quem ganhou as eleições para Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas. E ele não era nem sequer de São Paulo — não é esta a discussão.

Pois bem, o Governador Tarcísio fez uma reunião na noite do último domingo e, ali, ele disse que era a favor de 95% da proposta. Ele teve a coragem de fazer o que muitos Governadores paulistas não fizeram. Ele disse: "*Eu vou contrariar a história. Eu sou favorável à cobrança dos impostos no destino*".

Mais de 170 países já cobram impostos no destino. A única economia relevante no plano mundial que não o faz é o Brasil. Estamos em um País onde mais de 40% — 45%, 50% — dos impostos são arrecadados de forma indireta, de modo que, em relação àquele imposto daquela cadeia de impostos, se o pobre comprar uma caixa de fósforos, por exemplo, todos os impostos ali embutidos o pobre paga, o desempregado paga, exatamente igual ao que o ricaço paga. É por isso que há uma distorção que nós temos que acabar.

Agora, o IVA — Imposto sobre Valor Agregado também é imposto indireto. Aí alguém diz: "*Mas, então, por que nós o estamos defendendo?*" Estamos defendendo o IVA porque esta reforma tributária é o primeiro passo para, amanhã, nós tributarmos a renda e o patrimônio de forma adequada: quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos.

Finalmente, os pobres — são 72 milhões de brasileiros —, com essa proposta de hoje, vão poder adquirir a cesta básica de alimentos sem a cobrança de

impostos e vão receber parte dos impostos pagos na forma de dinheiro.

Documento 186/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-14:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Sargento Gonçalves-PL -RN	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e a benevolência.

É bom participar do debate. Infelizmente, é triste você debater ou discutir algo que você, na verdade, nem conhece, nem tem em mãos. Nós estamos discutindo aqui quase como que... Estou me sentindo, na verdade, meio que um palhaço. Eu falo sobre algo de que me falaram.

Ontem entregaram aqui 142 laudas de uma matéria muito séria, que vai definir o futuro das minhas filhas: a questão de carga tributária. É algo muito importante para a Nação, e nós não sabemos muitas coisas.

Eu me senti muito desprestigiado. Gosto de falar realmente olho no olho. Eu queria muito, com todo o respeito ao Presidente Arthur Lira, falar, aqui, como eleitor — e acho que o eleitor tem o direito cobrar. Votei no Presidente Arthur Lira e me sinto desprestigiado quando ele não nos ouve. É como se alguma coisa estivesse acontecendo nos bastidores, às escondidas, na calada da noite.

Eu preciso ser respeitado enquanto eleitor, assim como eu quero respeitar o meu eleitor — e ele me cobra que o respeite. Então, nós precisamos saber realmente o que nós iremos votar. Não podemos chegar às 18h, às 21h com um texto pronto, com cento e poucas laudas, e nós simplesmente colocarmos a nossa assinatura.

Deixo claro que nós não somos contrários — o Sargento Gonçalves, o PL, a Direita — a uma reforma tributária. Muito pelo contrário; quem muito fala de simplificação de impostos sempre foi a Direita. Não venha a Esquerda com *fake news,* desde ontem nos chamando de mentirosos, quando nós falávamos do aumento da carga da carga tributária sobre os alimentos da cesta básica. Chegou o Relator aqui e se tornou praticamente um réu confesso. *"Estão falando de carga tributária, mas já foi decidido: será*

alíquota zero". Ou seja, a Direita estava denunciando uma verdade. Carga tributária altíssima. Agora, ele apenas fala; ninguém viu escrito o que realmente existe.

Para resumir, sintetizar a reforma tributária à qual somos contrários, que é a reforma tributária do PT, o que se quer é poder centralizado. A reforma pode dar mais poder ao Governo Federal, diminuindo a autonomia dos Estados. IPVA ecológico: propõe IPVA progressivo e baseado em emissões de carbono, afetando os donos de veículos mais antigos. Imposto de Renda maior: a reforma sinaliza aumento no Imposto de Renda, sem garantia de compensação. Imposto sobre alimentos subindo: a cesta básica pode ficar 60% mais cara, impactando a população de baixa renda. IPTU mais caro: a reforma pode aumentar a tributação do patrimônio, tornando o IPTU mais caro. Insegurança jurídica: não garante a jurisprudência e as definições da Constituição, podendo ser alterada pelo Poder Judiciário a qualquer momento.

Tudo isso, sem falar do cheque em branco. E olhe que nós não podemos confiar muito, tendo em vista que no Poder desta Nação há um descondenado, um ex-presidiário que simplesmente quer um cheque em branco em uma reforma, por meio de PEC, que demanda 308 votos, e quer deixar tudo para depois, para o futuro, para ser decidido por meio de Lei Complementar, quando precisará soltar dinheiro para bem menos Deputados.

É uma vergonha nos fazer de palhaços.

E tem mais, agora defendendo de forma muito específica o meu Estado do Rio Grande Norte: o setor salineiro está sendo prejudicado, um setor que gera mais de 70 mil empregos. Já sofre com a concorrência desleal do sal do Chile, que chega ao Brasil mais barato. Vem o atropelo, sacrificando o setor salineiro, sobretudo no Rio Grande do Norte.

O setor hoteleiro nos procurou. Hoje, ele tem uma carga tributária de 8,5%, mas há a possibilidade de ela subir para 25%. Querem destruir o Rio Grande do Norte, que tem economia baseada na hotelaria e no turismo? Subir a carga tributária do setor hoteleiro de 8,5% para 25% é um absurdo; é sacrificar o futuro das minhas filhas!

Esta é uma reforma de sangra, sim, a classe média e os mais carentes, os mais humildes. Por isso, "não" à reforma tributária do PT, a reforma da fome.

É uma vergonha chegar a Esquerda mentindo, dizendo que está defendendo os pobres, como bem fez seu líder maior na campanha, dizendo que era contra o aborto, quando hoje tem políticas em defesa do aborto. Disse também que era a favor e contra tantas outras coisas e hoje está relativizando o comunismo, trazendo ditadores para dentro da nossa Nação brasileira.

Então, "não" à reforma tributária do PT. Se querem reforma tributária, deem tempo para que nós possamos estudar a matéria, votar com serenidade, com

consciência, com transparência.

Deixo claro ao Presidente Arthur Lira: isto aqui não é disputa política; não é disputa entre direita e esquerda; não é disputa ideológica, mas é convicção, é a certeza de que estou representando aqueles que me elegeram.

Deus salve o Brasil!

Documento 187/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-14:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Rogério Correia-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero defender, evidentemente, a reforma tributária, uma reforma de que o Brasil precisa, de que o Estado precisa, mas eu quero antes parabenizar algumas pessoas.

Quero parabenizar o Deputado Aguinaldo Ribeiro, o Relator da matéria. Ontem eu ouvi com bastante atenção a leitura do relatório. Se alguns tivessem também ouvido o que ele leu, em vez de ficar apenas destilando ódio, que é o que sabem fazer, não teriam falado tanta besteira aos microfones hoje. Eu li também o relatório, mas fiz questão de ouvir o Deputado Aguinaldo e quero parabenizá-lo, porque o relatório dele é realmente exemplar. Ele coloca inclusive a história da reforma, de mais de 30 anos. E vem gente aqui dizer: *"Querem fazer uma reforma apressada, de última hora"*. Pelo menos deveriam ter lido o relatório, em que ele cita os passos da reforma, como ela foi evoluindo. É muito importante.

Deputado Aguinaldo, parabéns! V.Exa. fez um belo relatório!

Eu quero parabenizar também o Deputado Reginaldo Lopes, que coordenou o grupo.

E, na coordenação do grupo, é claro, eu tenho que elogiar o Ministro Haddad, que conseguiu algo que muitos consideravam impossível. Hoje há um documento da FIEMG com 132 assinaturas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. E eu ouvi aqui alguém dizer: *"É reforma do PT. É*

comunismo". O outro diz: *"É aborto"*. O que aborto e comunismo têm a ver com isso? Eu fico impressionado com isso. Eles pegam o WhatsApp e começam ler as *fake news*. Um disse: *"Aborto"*. O outro disse: *"Gênero!"* Não pessoal. Trata-se de gênero alimentício. É com esse que nós estamos preocupados, para podermos diminuir o preço dos alimentos. Com a reforma tributária, a tarifa incidente sobre o gênero alimentício da cesta básica vai diminuir para zero. Então, o gênero de que nós estamos tratando é o gênero alimentício. Tarifa zero, Deputado Padre João. Os pobres vão comprar alimentos bem mais baratos.

Agora, aborto, eu não sei. Eu acho que aborto foi a derrota do Bolsonaro: foi abortado do Governo e não volta nunca mais. O aborto que eu consigo ver é esse: o aborto do Bolsonaro. Foi abortado da Presidência, perdeu a eleição. A inelegibilidade dele fez mais mal à ultradireita do que a cloroquina. A ultradireita está perdida. Eles dizem que não são contra, que são a favor, mas vão votar contra. Depois falam contra, dizem que a reforma não é a reforma de esquerda e direita, depois dizem que a reforma é do PT.

Vocês precisam fazer outra reunião, viu? O PL precisa fazer outra reunião, porque ninguém está entendendo nada do que vocês estão dizendo. É uma confusão danada!

Mas, Presidente, é bom nós dizermos o que há na reforma, para o pessoal compreender. Talvez os Deputados que não leram possam compreender agora.

A reforma tributária vai extinguir o IPI, o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS. Vai redistribuir a carga fiscal, trazer uma alíquota padrão, além de uma alíquota reduzida em 50%.

Então, atenção, não se pode pegar um imposto e dizer: *"Este aqui vale 12,5% e antes valia 8%"*. Isso não é possível, porque antes havia vários impostos; são unidos. Então, vocês têm que somar. Não podem fazer igual ao Zema, que foi dividir por 2 e errou as contas; têm que somar as alíquotas que estavam compondo o preço final daquela mercadoria.

A PEC está simplificando e cobrando menos, porque haverá menos impostos, e a carga tributária será ou igual ou menor — todos os setores estão estudando isso.

Mais do que isso, o projeto vai priorizar e baratear áreas especiais para o cidadão, como, por exemplo, transporte público coletivo, medicamento, dispositivos de serviço de saúde, serviço de educação, produtos e insumos agropecuários, alimentos, higiene pessoal, arte e cultura nacional. Todos esses terão alíquota especial. Agora, grandes fortunas, lucros e dividendos, poluidores, tabaco e bebidas terão alíquota maior.

É justo, pessoal! Quem ganha mais tem que pagar mais. Quem ganha menos tem que pagar menos. Isso é divisão de renda. Dividir renda não é sinal de

regime comunista, não! Calma! Existem países capitalistas que dividem renda também! É bom ler um pouco, porque senão vocês confundem socialdemocracia, socialismo, comunismo. Fazem uma confusão, depois põem aborto no meio da coisa, fazem essa confusão toda.

Então, esse é o sistema tributário que nós estamos querendo adotar. Vai evitar judicialização...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Sr. Presidente, peço só mais 30 segundos. É importante dizer o seguinte também: a expectativa é que, com esta reforma tributária nós tenhamos um crescimento de 17% na renda das famílias. A reforma também é um incentivo à produção verde no Brasil. Ela vai fazer crescer o PIB do Brasil. Com isso, vai gerar emprego e vai gerar renda. Por isso ela é uma reforma que está unificando vários setores no Brasil e, inclusive, tem o apoio do Governador de São Paulo, que é do PL.

Vamos ler, pessoal! Vamos fazer a leitura!

Documento 188/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-14:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	André Fernandes-PL -CE	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado que me antecedeu veio falar de desinformação, de *fake news*. É uma pena ele não saber nem a qual partido o Governador de São Paulo está filiado — não é o Partido Liberal — e vir com argumentos rasos, vazios para querer desqualificar a fala de outros Parlamentares. Disse, inclusive, que, nesse texto que chegou ontem, já à noite, quando se falava de gênero, na verdade, era gênero alimentício. Sr. Presidente, na mesma linha também havia a palavra "raça". Se o gênero era alimentício, então a raça deve ser do boi. Não sei.

Eu me sinto desrespeitado. E é isso que está acontecendo dentro desta Casa Legislativa. Fomos convocados para estar aqui a semana toda para debater esta

reforma tributária. Ontem — e somente ontem à noite — chegou um novo texto. Os estudos que havíamos feito eram de outro texto. A cada momento, o texto sofre mutações, muda. E vejam a responsabilidade: o Deputado Federal que votar agora esse texto estará votando algo que vai mudar o futuro do Brasil nos próximos 100, 200, 300 anos. Isso, numa votação em que nós tomamos conhecimento do texto horas antes. É inadmissível, Sr. Presidente!

Eu tenho vergonha de dizer para o povo que está nos acompanhando que não é somente o Deputado André Fernandes que ainda não tem conhecimento do novo texto, que ainda vai chegar. Nenhum outro Parlamentar, nem mesmo Relator — nem mesmo o Relator! — sabe ainda qual vai ser o texto que votaremos daqui a algumas horas! Nem mesmo Relator!

E por que isso? Estamos dizendo: *"Estamos debatendo há 30 anos, 40 anos"*. O texto de hoje não é o texto de ontem. O texto de ontem não era o texto de segunda-feira. O texto de segunda-feira não era o da semana passada, que também não era o de 2019, da PEC 45, que também não era o de 30 anos atrás. Nós estamos constantemente debatendo coisas diferentes.

E eu pergunto: cadê os estudos da Receita, dos departamentos, dos órgãos da área a respeito do texto que vai sair hoje? Não existem. Quem já viu isso? Este é o Parlamento brasileiro.

Eu espero que os Parlamentares entendam que nós, a Direita brasileira, o Centro, não somos contra a reforma tributária. Pelo contrário; foi no Governo Bolsonaro que aprovamos as mais importantes reformas deste País. Somos reformistas. Precisamos de uma reforma tributária, sim. Agora, o mínimo que se espera é que essa reforma tributária seja amplamente debatida. Não existe isso de que às 18 horas vamos encerrar a discussão, sendo que o texto vai chegar aqui às 17h30min. Que discussão é essa?

Incisos e artigos dentro do texto de ontem, que não vai ser o texto de hoje e que pode mudar daqui a alguns minutos, dizem, inclusive, que caberia ao Poder Executivo determinar a alíquota dos impostos, nos incisos I, II, III, IV e VIII. É o Poder Executivo que está definindo quanto vai cobrar de imposto, e não este Congresso. Isso é grave! Quantos jabutis não podem estar embutidos ali dentro?

E ninguém, Sr. Presidente — eu repito: ninguém! — tomou conhecimento do texto ainda, porque estamos debatendo o texto de ontem, mas que vai mudar daqui a pouco.

Por isso, votaremos "não". Não é que sejamos contra a reforma tributária, mas é que somos a favor do debate, do bom e sério debate. Que tal aprovamos o texto por unanimidade? Isso pode ser, inclusive, um feito desta Casa. Que tal, por unanimidade, o Congresso Nacional aprovar a reforma tributária em agosto? Por que não? Por que este atropelo?

Desculpe-me, mas eu não vou colocar a minha digital em algo que pode desgraçar o futuro do meu País.

Muito obrigado.

Documento 189/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-14:44
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Dr. Frederico-PATRIOTA -MG	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DR. FREDERICO (Bloco/PATRIOTA - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu lamento, que, neste momento tão difícil — como registrei ontem, em que estamos sendo feitos praticamente de palhaços e tendo de fazer milagres —, com pouco tempo para resolver tantos problemas importantes para o País, ainda tenhamos de nos deparar com essa situação tão difícil.

Realmente, ficou claro para todos nós que o Deputado do PT falou em "gêneros alimentícios", e depois o Deputado questionou: *"Se é gênero alimentício, do que se trata a raça?"* Ocorreu toda essa confusão aqui, em que foi imputada uma acusação de crime ao nobre Deputado.

Eu, realmente, entendo que isso deveria ser resolvido aqui, no plenário, entre os dois. É óbvio que não aconteceu nenhum crime aqui dentro. E é óbvio que isso está tumultuando o já tão espremido espaço para falarmos da reforma tributária. Eu lamento muito o acontecido, mas a nossa obrigação aqui é falar da reforma tributária hoje, é falar do texto.

Como eu registrei ontem, havia 12 dias que lemos, relemos e estudamos o texto para que pudéssemos fazer as observações. Uma pessoa que não tem mandato, que poderia estar em casa descansando, fez toda a diferença na análise do texto apresentado ontem. Refiro-me a Jair Bolsonaro, que, corajosamente, contra todas e todos, enfrentou todas as críticas e chamou a atenção: *"Essa reforma vai acabar com o pobre, ao taxar a cesta básica"*. Quem levantou esse assunto e o levou ao conhecimento da população foi Jair Messias Bolsonaro. Não foi a Esquerda, que, ou não leu, ou não se interessou. Realmente, eu duvido que quem faz uma reforma tributária dessa esteja preocupado com os mais carentes.

Resultado: parabenizo o Relator Aguinaldo Ribeiro, pela mudança no texto. Graças ao

trabalho forte da Oposição da Casa, liderado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro, foi incluída a mudança que zerou a taxa para a cesta básica, o que, na minha opinião, foi a grande melhoria do projeto ontem.

Além disso, quero também agradecer ao Deputado Aguinaldo Ribeiro e parabenizá-lo por ter atendido ao pedido da Frente Parlamentar da Agropecuária e da Frente Parlamentar da Saúde e ter mantido o ato cooperativo.

Para as pessoas que não sabem, as cooperativas hoje envolvem milhões de empregos diretos e indiretos e, na área da saúde, são responsáveis por cuidar de mais de 30 milhões de brasileiros. Essa parte não estava no texto há 12 dias, mas, felizmente, com o trabalho da agricultura, da saúde e da Oposição desta Casa o texto foi melhorado.

Tivemos a missão de ler as 140 páginas do relatório. Vamos falar a verdade, foram 40 páginas do substitutivo. Eu estou na Casa há 4 anos, e é difícil vermos um substitutivo de 40 páginas, que, a partir da votação atropelada que está sendo proposta aqui, entrará na Constituição.

Eu quero falar algumas delas e acho que dará tempo.

Já começa assim, no art. 43, § 4º:

Art. 43.....

.....

§ 4º Sempre que possível, a concessão de incentivos regionais (...) considerará critérios de preservação do meio ambiente.

Eu quero perguntar para todos os colegas e para todas as colegas aqui: qual é a área industrial que não afeta, de alguma forma, o meio ambiente? Qual? Qual produção não afeta o meio ambiente?

Então, a partir daqui, da primeira página do relatório, já se está falando: eu posso tributar o que eu quiser, do jeito que eu quiser, porque tudo afeta o meio ambiente.

E isso se repete nas páginas sucessivas, com o Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços, ferindo claramente o pacto federativo, que é uma luta dos Governadores do Sul, Sudeste, Centro-Oeste. É absurdo esse Conselho. E esse Conselho, só para V.Exas. terem ideia, está tendo a força de fazer lei. Nem o Ministério Público pode fazer lei; e o Conselho Federativo vai fazer lei.

Srs. Deputados, V.Exas. estão prestando atenção que mais um ente, roubando a tarefa do Parlamento, quer fazer lei? Isso é grave. É grave!

Só para concluir, esse Conselho Federativo tem nove incisos, nove alíneas e oito itens, que vão ser definidos em lei complementar. Isso não tem jeito!

Sr. Presidente, eu peço 30 segundos a V.Exa. para que eu possa concluir.

Não dá para votarmos essa reforma hoje. Todos nós queremos votá-la. Há pontos importantíssimos, como a simplificação tributária, que vai acontecer a partir de 2027.

Eu vou falar apenas da última folha, mas eu queria falar de uma por uma.

Art. 20. Ficam revogados:

I - em 2027, o art. 195 (...)

II - em 2033:

Aí vem mais um tanto de artigos. Então, até 2027, nós vamos aumentar a burocracia e vamos dificultar... Não vamos votar a reforma hoje!

Documento 190/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-15:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (Bloco/PT - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o atual modelo do nosso sistema tributário não serve ao País. Ele é defasado, regressivo, quer dizer, quem é pobre paga muito e quem é rico paga pouco ou quase nada. O atual modelo do nosso sistema tributário é burro e também é um emaranhado de normas ininteligíveis, incompreensíveis. O bom empresário, no final do ano, pergunta: *"Eu paguei tudo que devia?"* Ninguém sabe responder a essa pergunta.

Nós precisamos colocar todas as nossas forças no dia de hoje, para superar esse modelo que não serve ao País, que atravanca o desenvolvimento. Esse é um dos motivos para a votação da reforma tributária no dia de hoje pela Câmara dos Deputados.

Vejamos as inúmeras vantagens no texto da PEC. Ela simplifica os impostos,

unifica os impostos, transforma os impostos federais, estaduais e municipais num único imposto, como é feito na maioria dos países mundo afora. Além disso, ela tributa o consumo, e não a cadeia produtiva, garantindo o sistema progressivo, o que ajuda especialmente os mais pobres, quem mais precisa. Ela tributa o consumo no final da rede, acabando com aquela cobrança de imposto em cima de imposto, que encarece tudo no bolso do mais pobre.

Vou além: a proposta apresenta alíquota zero para a cesta básica, educação e medicamentos. Isso, por si só, merece o voto e aprovação de todos nós Deputados e Deputadas.

Tributa o consumo no final, desonerando os investimentos. Vai ficar mais barato investir no Brasil. E o nosso desejo é que possamos investir cada vez mais.

Simplifica o sistema tributário, Sras. e Srs. Parlamentares, combatendo a sonegação. A forma de garantirmos mais políticas sociais, sem aumentar a carga tributária, é combatendo a sonegação.

Vou além: a proposta permite a tributação de aviões e barcos. Eu vi um ou outro Deputado subir à tribuna, porque acha razoável uma pessoa pagar o IPVA do carro ou da moto, mas não quer que haja o mesmo imposto para o seu avião ou para a sua lancha de passeio.

A proposta prevê um *cashback*. Vou dar um exemplo prático de *cashback* que já existe hoje. Na declaração do Imposto de Renda, há um *cashback* dos gastos que se declaram em saúde e educação. Isso atende uma parte da classe média. Isso atende a elite. Eu quero *cashback* para atender o povo mais pobre. A proposta dessa reforma tributária prevê mais *cashback*, especialmente para quem mais precisa.

A proposta acaba com a guerra fiscal. Chega da guerra fiscal insana e burra, que prejudica o contribuinte, que prejudica as empresas, que prejudica o Estado brasileiro.

Essa proposta garante, senhores, aquilo que o Presidente Lula sempre falou ao longo de toda a campanha, aquilo que nós queremos: o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda. Esse é o primeiro passo, quando mudamos o modelo de tributação do nosso País.

O que nós queremos é avançar. Esse é um modelo em que ninguém perde e todo mundo ganha: os mais pobres ganham mais, mas os mais ricos ganham um pouco também. Essa é a proposta do ganha-ganha. Por isso, nós devemos aprovar a reforma tributária no dia de hoje.

Eu vi dois tipos de pessoas contra a referida proposta. O primeiro é quem prefere o atual modelo, que é injusto, regressivo, pune os mais pobres. E tem gente que faz política assim. Eu vi também muita gente aqui ressentida. A base

do bolsonarismo está ressentida, porque o ex-Presidente, em 4 anos, não teve a coragem de priorizar a reforma tributária. O Governo do Presidente Lula fez questão de apostar suas fichas, para que tenhamos a aprovação desta matéria que vai ser de importância fundamental para a população mais pobre do nosso País.

Documento 191/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-15:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Osmar Terra-MDB -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um apelo. Nós estamos discutindo um assunto que todo mundo é a favor, com o qual todo mundo concorda: a reforma tributária. O problema é que cada um tem uma reforma tributária diferente na cabeça. Ela é um bicho de sete cabeças: se ela beneficia um setor, por exemplo, como a indústria, pode prejudicar muito outro, como o setor de serviços. Em algum lugar, se não vai reduzir imposto — e parece que esse não é o objetivo dessa reforma —, vai tirar de um e dar para outro, vai aumentar o gasto de um setor, o que acabará aumentando o custo para a população. O setor de serviços é o mais dinâmico, o que mais cresce, e certamente vai aumentar o seu custo, assim como para a população.

Esse bicho de sete cabeças pode ter muito jabuti no meio. Eu até concordo com alguns discursos que ouvi da Situação, mas eles só falam de coisa boa e o resto que tem dentro da reforma? E o resto? O que vai ser feito? Quem garante que não haja um monte de jabuti no meio, porque até agora não temos o texto definitivo? Onde é que já se viu votar uma coisa tão complexa, tão importante, que vai afetar a vida de todo mundo e não haver o texto, faltando menos de 4 horas para a votação? Qualquer dia vamos ter votações aqui na Câmara que não será preciso ler o texto. Vai ser decisão da Mesa, e nós vamos ter que votar contra ou favor; se a Mesa estiver a favor, vamos ter que votar contra. Ninguém sabe o que é, nós não sabemos o que é o conjunto dessa reforma. Não temos informação. Quem tem mais acesso ao Deputado Aguinaldo Ribeiro, ou tem mais poder de fogo, vai lá e faça a sua... Aí está de acordo porque o seu assunto está resolvido, mas e os outros? E a piora que pode haver em outros lugares? Como é que vai ser feita a decisão dos impostos?

E os Municípios, por exemplo? Eu fui Prefeito e fui Presidente da Federação

dos Municípios do Rio Grande do Sul. Sou municipalista. O meu partido que, inclusive, é o partido do Deputado Baleia Rossi, é municipalista. Pelo que eu já vi da reforma, vai piorar o pacto federativo. Os Municípios, hoje ficam com 17% da receita de tudo que se arrecada. A fatia do bolo é 17% para o Município e 61% para a União. Ninguém está discutindo isso. Esse projeto, até onde eu vi, porque é tudo surpreendente, uma metamorfose ambulante, nós não sabemos o que vai... Pelo que eu vi, vai piorar. O Governo Federal vai concentrar recursos, vai aumentar o tamanho do pires que os Prefeitos vão precisar para vir pedir dinheiro, criando a ilusão de que, ao aumentar alguns impostos do Governo Federal, que o povo vai ter que pagar, vai melhorar a receita do Município, tirando a sua autonomia. Os Municípios médios e grandes ficaram sem autonomia para decidir a sua política fiscal. Isso é uma tragédia para o municipalismo. Nós não temos solução neste País, a não ser descentralizar. O Município, sim, tem que ficar no mínimo com a metade do que é arrecadado no Brasil. Os Municípios estão de joelhos e de pires na mão para pedirem até emenda de Deputado, para poderem sobreviver.

Onde está colocado isso? Cadê a profundidade da análise dessa discussão que está sendo feita aqui? Nada! Vai vir aí de afogadilho, tentando acertar com um setor ou com outro e nos enfiar goela abaixo. Isso contraria um princípio que me encantou muito no Governo passado, que é menos Brasília e mais Brasil. Nós vamos fazer o contrário. Vai ser mais Brasília e menos Brasil.

Escutem, Prefeitos, os senhores estão fazendo secretamente um novo pacto federativo que vai piorar muito a situação dos Municípios, não vai melhorar.

Eu queria deixar aqui o meu apelo. Nós estamos com um filho ilegítimo. Essa reforma é um filho ilegítimo do arcabouço fiscal, que foi montado para aumentar despesa. E diz o arcabouço fiscal que aumentando despesa, tem que se aumentar a receita. Então, está pronto. Nós vamos dar um gatilho pronto para o Governo Federal ficar aumentando a receita e ferrando...

Peço mais 30 segundos, Presidente.

Vai aumentar imposto, sim! Não se iludam, não nos façam de bobos. Nós somos Deputados, nós somos representantes do povo brasileiro. Nós somos o povo brasileiro. Estamos aqui falando por ele. E o povo brasileiro está sendo enrolado, está sendo enganado. Ele vai ter o aumento de impostos em curto, médio e longo prazo.

Então, eu faço um apelo: está na hora de, pelo menos em respeito ao Congresso, dar um prazo para discutirmos melhor.

(Desligamento do microfone.)

Ninguém é contra a reforma, mas essa é uma reforma ruim. Se não tivermos o prazo para discutir, vamos ser enrolados.

Todos nós Deputados vamos prestar conta nas eleições depois para a população. A população vai nos cobrar, quando a situação dos Municípios estiver pior. E o que nós vamos dizer? Eu, pelo menos, sou a favor de prorrogar o prazo. E se eu for forçado a votar hoje, vou votar contra.

Documento 192/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-15:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Pompeo de Mattos-PDT -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Maria do Rosário, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero dizer que faz pelo menos 40 anos que esta Casa debate a reforma tributária e a reforma fiscal. Eu mesmo estou aqui há 21 anos. Em todo esse tempo, debati, discuti, divergi, concordei, reclamei, contribui para que avançasse a reforma tributária. Mais do que isso: recordo-me de quando o meu colega Deputado Germano Rigotto, depois Governador do Rio Grande, presidia uma Comissão que andou pelo Brasil inteiro debatendo a reforma tributária.

Chegava a hora de votar, Deputado Osmar Terra, e ninguém queria. Cada um tinha uma razão, uma desculpa, um motivo. Não dava por isso, por aquilo e por aquele outro. Nunca deu! Se nós seguirmos no mesmo ritmo, nunca faremos reforma alguma, porque sempre vai ter alguém que não concorda.

Aliás, eu me lembro de que o Rigotto dizia assim: *"A reforma, para funcionar — façam o que quiserem —, tem que ter tempo para ela se adequar. O período de transição tem que ser longo"*. E essa reforma tem o período de 5 anos a 50 anos para se adequar ao sistema municipalista, ou seja, nós estamos fazendo um pouco daquilo que o Rigotto exigia e cobrava. Ele foi Relator e debatedor em 1999, 2000, 2001 e 2002. Desde lá, intensamente, vimos debatendo essa matéria.

No começo, não queriam a reforma porque era do FHC. O PT falava mal e era contra, porque o autor era o FHC. Depois, veio o Presidente Lula. Aí o pessoal do outro lado não queria, porque era do PT e do Lula. Eram contra. Veio a Dilma. Continuaram contra, porque o Governo era do PT. Aí veio o Temer, e o PT passou a ser contra, porque o Governo era do Temer. No Governo Bolsonaro: "*Deus nos livre! Somos contra!*" O PT era contra. Aí vem o

Governo agora do Presidente Lula. O PT é a favor, e os outros são contra. Pasmem, em grande parte, o projeto é o mesmo. O projeto é de 2019, do Deputado Baleia Rossi, do MDB. Houve contribuição do Deputado Luiz Carlos Hauly, decano nesta Casa. Esse projeto tramitou aqui no período do Governo do Presidente Bolsonaro. Quem era oposição ao Bolsonaro era contra esse projeto. O próprio Presidente Bolsonaro e seus próceres defendiam esse projeto, e agora, como o Governo é do Lula, eles são contra. Então, eles não são contra o projeto, mas são contra aquele que está governando, sob a égide de quem será aprovado o projeto. Aí é um absurdo, as pessoas não estão votando o Governo, estão votando o conteúdo, e eu defendo o conteúdo por inteiro.

Eu quero aqui chamar atenção do pessoal que apoia o ex-Presidente Bolsonaro, que têm meu respeito: vão cometer o mesmo erro histórico que o PT cometeu, quando não assinou a Constituição na Constituinte, e quando votou contra o Plano Cruzado. Foi um erro histórico, e vão cometer o mesmo erro histórico, votando contra a reforma tributária, porque ela não é da Direita nem da Esquerda, não é da Oposição nem do Governo. A reforma tributária é do Brasil, do Estado brasileiro. Isso é fundamental. É uma necessidade que todos nós temos.

E, como eu disse e defendendo, ela não aumenta imposto, não vai aumentar imposto para ninguém, eu chequei isso e posso dizer. Não vai diminuir os impostos dos Municípios, em alguns casos vai aumentar, não vai diminuir a renda, a receita dos Estados. Inclusive, o Governador de São Paulo, que é próximo do Presidente Bolsonaro, disse que concorda 95% com a reforma, porque conhece, porque olhou, porque viu. Ele não é bobo, é inteligente, ele sabe.

Mais do que isso, a reforma vai simplificar os impostos. Os empresários estão em uma parafernália montando equipe para preencher boleto, para preencher guia, para pagar imposto, porque há imposto da mãe, do pai, do filho, do avô, do neto, do bisneto, é imposto que não para nunca. Então, tem que simplificar e, além de simplificar, dar transparência: quem paga, quanto paga, para quem, quanto está pagando, quanto está pagando, para onde vai o dinheiro que pagou, o que é feito com o dinheiro pago.

Para concluir, o Fundo Constitucional, um instrumento de Estado, vai dar o equilíbrio para que se acabe com a guerra fiscal e que nenhum Estado prevaleça sobre o outro, tire proveito, abra guerra, ofereça vantagens para ter uma empresa aqui, ali, acolá, ou seja, nós temos uma proposta de reforma equilibrada, e esse equilíbrio precisa ser reconhecido.

Estamos fazendo a nossa parte com muita honra e com muito orgulho.

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-15:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Tabata Amaral-PSB -SP
ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu venho aqui compartilhar uma importante vitória que as grandes cidades tiveram hoje no texto da reforma tributária. O nosso Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, comprometeu-se a incorporar a nossa sugestão para criar incentivos tributários para a revitalização dos centros históricos. Estamos falando de atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e de reconversão urbanística, que poderão contar com isenção ou redução de alíquota em até 100%.

Nós vivemos uma situação muito grave quando pensamos nos centros históricos de cidades como a minha, São Paulo, que hoje enfrentam graves dificuldades para que essas áreas sejam seguras, para que por esses lugares a população possa transitar em segurança, para que os comerciantes possam as portas do comércio sem medo, e essa é uma resposta muito importante. O que nós queremos é que os Municípios tenham instrumentos para fazer a revitalização desses centros, para criar incentivos para que as empresas e a população possam de fato ocupar o centro da cidade, ocupar um local que tem um caminho histórico gigantesco, que tem infraestrutura, mas que, infelizmente, é cada vez mais esvaziado, pelo medo, pelo abandono, pelos problemas de segurança que nós enfrentamos.

O que queremos também é permitir a restauração de prédios antigos, preservando sua arquitetura original. Essa proposta nós apresentamos com base na experiência exitosa da cidade do Porto, em Portugal. Eu reafirmo isso porque é também o nosso papel, enquanto Parlamentares, enquanto lideranças políticas, olhar para o mundo, buscar as melhores experiências e trazer essas experiências, sempre adaptando, porque isso é muito necessário, para a nossa realidade.

Eu agradeço muito ao Relator, que se mostrou extremamente receptivo a essa simples política pública, mas que vai ter um tamanho gigantesco na revitalização dos centros históricos. Agradeço ao Prefeito João Campos, com quem formulei essa política pública, e também aos Deputados e amigos Pedro Paulo e Laura Carneiro, que estão levantando essa bandeira ao nosso lado. Nós estamos falando de uma oportunidade gigantesca, a de levar vida, comércios, empresas e, o que é mais importante, a população para o centro da cidade.

Eu aproveito a oportunidade para compartilhar outras importantes vitórias que obtivemos no texto da reforma tributária. Primeiro, a inclusão de princípios muito importantes, quando falamos sobre *cashback*. O que é *cashback*? É a devolução do tributo que a pessoa mais pobre paga. Por que isso é importante? Porque nós sabemos que, proporcionalmente, o mais pobre no Brasil paga muito mais imposto do que o mais rico. Está ali incluído que o *cashback* vai ser orientado por princípios muito importantes. Eu destaco a redução da desigualdade de renda.

Tivemos também a inclusão de produtos que vão ter a alíquota reduzida, ou seja, vão pagar metade do imposto: produtos de higiene menstrual e dispositivos que garantam a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Esse é o papel do Parlamento, dar espaço para as vozes dos mais vulneráveis serem ouvidas. Eu fico muito feliz com essas duas conquistas.

Tivemos ainda a inclusão, no Sistema Tributário Nacional, da observância de princípios muito importantes, como simplicidade, transparência, justiça tributária, equilíbrio e defesa do meio ambiente.

A lista de conquistas é, de fato, bastante longa.

Tivemos a inclusão de lanchas e jatinhos, que vão ter que pagar o IPVA, como a população sempre pagou o de seu veículo que fica em casa.

Tivemos ainda a clareza jurídica de dar continuidade à imunidade tributária para os livros no nosso País. Aqui eu falo como presidente da bancada da educação no Congresso Nacional: se quisermos um país desenvolvido, temos que investir em educação.

Cito também — e finalizo — o imposto seletivo, que vai garantir que aquilo que faz mal à saúde e ao meio ambiente pague mais imposto, e a diretriz de que o Fundo de Desenvolvimento Regional vai priorizar projetos que prevejam a preservação do meio ambiente.

"Bora" aprovar essa reforma!

Muito obrigada.

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, não existem, numa demanda tão importante como esta, que é a discussão e a aprovação de uma reforma tributária, aqueles que se dizem vencedores e aqueles que se dizem derrotados. A grande vitória neste momento, na minha opinião, em relação à reforma tributária, é do Parlamento brasileiro, é da conciliação de interesses.

Agora há pouco um Prefeito me ligou e perguntou o seguinte, Sra. Presidente: *"O Município vai ganhar mais?"*. Eu respondi: *"Objetivamente, ficou tudo empatado para Municípios e Estados. Para o setor produtivo, podem ter certeza de que nós vamos dar uma arrancada importantíssima para o desenvolvimento do País e do setor produtivo"*.

Nós vamos ter uma política que vai fazer o Brasil se integrar definitivamente ao que já acontece no mundo. São 174 os países no mundo que têm o Imposto sobre Valor Adicionado — IVA, e o Brasil não tem o IVA. Nós temos agora uma oportunidade muito grande, muito grande, de sair do rol dos 22 países do mundo em que existe outro regime, que não o IVA. Vão lá ver quais são esses países! Já os países ricos, os países mais avançados, os países que estão no comando do mundo, os da Europa, os Estados Unidos, os da Ásia, utilizam o IVA. Ele é um grande avanço porque vai simplificar, vai dar transparência, para que a população saiba para aonde vai o imposto que paga, vai aumentar, sim, a base de arrecadação, para fazer mais justiça fiscal, para melhorar a vida dos trabalhadores.

Anteontem aqui a reclamação era em relação à cesta básica. Quero abrir parênteses aqui e dizer que sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Comércio e também sou um dos coordenadores da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, e essas duas frentes trabalharam de forma contundente nesse debate sobre a situação da cesta básica. Ontem, 150 itens da cesta básica, Deputada Maria do Rosário, 150 itens, tiveram a alíquota zerada. Atendem a quem esses itens, melhoram a vida de quem? Dos trabalhadores.

Há alguém contra isso aqui? Alguém da Oposição está contra isso? Diga por quê.

"Ah, criaram um conselho para discutir decretos e portarias e tomar decisões". Se não houver o conselho, tudo vai ser decidido diretamente pelo Governo. Então, por que o conselho? Porque o conselho vai dar condições de se fazer o que tem que ser feito, de se debater melhor os temas, como foi feito nesta Casa.

Esta reforma é, sem nenhuma dúvida, uma decisão, eu diria, por demais

vantajosa, do ponto de vista fiscal, do ponto de vista tributário, mas também, Sra. Presidenta, do ponto de vista da maturidade do Poder Legislativo brasileiro, que vai aprovar uma reforma que vai atender ao País. Vamos sair da lógica de que tem que ser uma reforma do governo tal, uma reforma do partido tal. Não é isso. Não é uma reforma do Governo, não é uma reforma do partido — e o Governo tem, sim, seus interesses, porque está no momento governando —, é uma reforma de autoria do Parlamento, é uma reforma do debate. Não me venham com esta: *"Ah, vamos deixar lá para a frente"*. Estamos há 20 anos debatendo aqui. São 20 anos, Sra. Presidenta! No mês de março, foi constituído um grupo de trabalho. De março para cá, o grupo de trabalho viajou por Estados, fez reuniões com os setores, ouviu todo mundo.

Agora, na reta final, eu quero dizer que esta é uma grande vitória da democracia, do diálogo, do bom senso e do Brasil.

Viva o Brasil!

Viva o povo brasileiro!

Viva Zé Celso, que hoje se foi e deixa um legado importante!

Documento 195/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-15:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Maria do Rosário-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Deputada Carol Dartora. É uma alegria para mim vê-la conduzir os trabalhos desta sessão.

Eu quero tratar com os colegas Parlamentares da reforma tributária, mas me dirigir ao Brasil, porque a reforma tributária, feita a muitas mãos, inspirada na democracia, na transparência, realmente é dedicada ao povo brasileiro e tem vários aspectos que visam, ao longo dos próximos anos e décadas, democratizar e tornar mais transparente, eficiente e equânime o sistema tributário brasileiro. Vejamos que o aspecto positivo inicial da reforma é o de reduzir o grau de complexidade do sistema tributário.

É importante referir que a última reforma tributária foi feita em 1965. A Constituição Cidadã foi aprovada há 35 anos, está há 35 anos em vigor, e, de lá para cá, nem no período da ditadura, nem no período da democracia, fizemos uma reforma como esta que está acontecendo, que visa democratizar e enfrentar a guerra fiscal na qual irmãos, Estados e Municípios, foram jogados ao longo dos últimos anos, numa disputa para levarem investimentos que, na verdade, sempre custaram muito para o contribuinte, para a população, nem sempre oferecendo o saldo positivo da geração de emprego e da melhoria necessária. A guerra fiscal tem que ter um fim. O próprio Rio Grande do Sul, Estado que represento nesta Casa, muitas vezes esteve no núcleo central dessas disputas. Todas as vezes em que a guerra fiscal falou mais alto entre os Estados, perderam todos os Estados e a população.

Portanto, nós estamos aqui tratando de uma reforma que coloca um novo poder para os entes federativos, com a qual Estados e Municípios terão importante poder e que sobretudo contribui para o desenvolvimento econômico e para a justiça social, elementos que eu quero destacar neste pronunciamento.

O IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada fez uma pesquisa importante sobre o crescimento do Brasil e indicou que o Produto Interno Brasileiro poderá crescer na ordem de 2,39% no próximo período, com a reforma tributária que estamos aprovando.

Estamos também tomando uma decisão importante, ontem anunciada pelo Sr. Relator, que, ouvindo as camadas populacionais mais diversas, retoma a alíquota zero para a cesta básica, para tirar o discurso daqueles que, na verdade, jogavam com *fake news* em torno da reforma, porque nunca foi a intenção desta reforma onerar produtos da cesta básica. No entanto, foi anunciada também a reorganização da cesta básica, que hoje conta com 1.322 produtos. Certamente, grande parte da desoneração desses produtos acaba no lucro de alguns, e não favorecendo a população.

É por isso que, ao desonerar a cesta básica, nós também trabalhamos com outros aspectos. Muito se fala na extensão dos tributos no Brasil, mas é preciso falar que o grande problema da tributação brasileira é a concentração que incide sobre os consumidores, trabalhadores e trabalhadoras assalariados, que são os que, na verdade, pagam os impostos no Brasil.

Consideremos este exemplo: de uma trabalhadora que recebe um salário de 9.998 reais por mês, um salário importante no quadro brasileiro, bastante alto, positivo, e de um trabalhador ou uma trabalhadora que recebe salário menor que um salário mínimo, de 998 reais mensais, que se dirigem a um mercado. A trabalhadora que ganha mais e a que ganha menos pagam o imposto cobrado igualmente em todos os produtos, mas o que isso significa na renda de cada uma é diferente. É por isso que ambas, se decidirem comprar o mesmo produto, acabarão pagando percentual diverso: aquela que ganha mais compromete 1% da sua renda, e aquela que ganha menos compromete até 10%

da sua renda.

Quero dizer também que a redução para 50% da alíquota padrão de todos os serviços de educação e saúde, de dispositivos médicos de acessibilidade para pessoas com deficiência, de medicamentos, transporte público e produtos de higiene pessoal, como os necessários para a dignidade menstrual e todos os demais, representa algo muito importante para as mulheres e os homens brasileiros.

Senhores e senhoras, por ser uma reforma que enfrenta a regressividade e constrói a justiça fiscal no Brasil, eu quero defender que votemos esta proposta.

Os Governadores construíram um importante acordo. Já há um fundo de mais de 40 bilhões/ano para as possíveis perdas que Estados e Municípios tenham nesta primeira fase.

Portanto, querida Porto Alegre, querida Canoas, cidades do nosso Rio Grande e do nosso Brasil, nós estamos tratando de fazer com que não existam perdas para Municípios e Estados, nós estamos tratando de fazer com que exista justiça fiscal, tributária, no Brasil, para haver mais democracia e, no próximo período, haver mais educação, mais SUS, mais saúde, mais assistência e mais empregos, já que o crescimento econômico é algo que o IPEA indica como garantido para o próximo período.

Parabéns à Câmara dos Deputados! Vamos à votação em seguida! Certamente aprovaremos essa matéria!

Muito obrigada.

Documento 196/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-15:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Carol Dartora-PT -PR	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. CAROL DARTORA (Bloco/PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Boa tarde, Deputadas e Deputados.

Aguardada há mais de 20 anos, a reforma tributária chega em boa hora, tendo como objetivo a redistribuição da arrecadação geral do País, para o desenvolvimento mais igualitário de todas as regiões, e a criação de um sistema de imposto moderno e eficiente, em acordo com consensos internacionais, para deixar de ser um campo de disputa entre Estados e Municípios, para que o País seja finalmente tratado como uma nação.

Um dos focos da reforma é o de desonerar as populações de baixa renda, especialmente as mulheres negras. Para isso, desonera as alíquotas sobre itens da cesta básica em 100%, demarca essa alteração na Constituição Federal, o que, segundo estudos, poderá reduzir o valor final da cesta básica em pelo menos 1,7% no final, para o consumidor. Também serão desonerados itens de higiene que combatam a pobreza menstrual.

Nesse sentido, o foco da reforma é o de unificar o máximo possível os tributos, readequar medidas, redistribuir a arrecadação e gerar possibilidade de desenvolvimento socioeconômico para todo o território nacional.

Entendo que a reforma vai trazer desburocratização e que, pelo fato de ela incidir sobre consumo, indiretamente, vai promover mais justiça tributária. Porque hoje são as mulheres, mulheres negras, mulheres pobres, mulheres periféricas, que pagam mais impostos, proporcionalmente, para comprar um pacote de feijão, do que o milionário, para comprar um iate.

Em relação à extinção do ISS, uma preocupação de Prefeitos de grandes Municípios, é importante deixar claro que não haverá prejuízo nem a Municípios nem a Estados, inicialmente, porque o IBS — Imposto sobre Bens e Serviços é um imposto que contempla Estados e Municípios, com alíquotas a serem definidas pelos mesmos através de lei complementar.

Acho muito importante pontuar que ontem foi veiculada, na mídia, uma propaganda da Frente Nacional de Prefeitos, e o rosto dessa propaganda é o de uma mulher negra. Essa propaganda visa fazer com que as pessoas sejam contra a reforma tributária. A Frente Nacional de Prefeitos fez essa propaganda contra a reforma tributária usando o rosto de uma mulher negra para protagonizá-la. Isso é uma crueldade, é um abuso da população brasileira! Porque sabemos que a reforma tributária vai, principalmente, combater as desigualdades sociais do nosso País, que pesam mais fortemente sobre as mulheres negras. Chega de usar a população! Chega de tentar mentir para a população! Chega de usar a população negra como massa de manobra! A reforma tributária é urgente, é necessária. Nós, mulheres negras, somos favoráveis à reforma tributária, porque queremos justiça, porque não queremos mais ser a base da pirâmide social, porque queremos desenvolvimento econômico, e desenvolvimento econômico significa o desenvolvimento das nossas vidas, o desenvolvimento da vida das pessoas. Não estamos aqui para sermos usadas, não estamos aqui para sermos massa de manobra, não estamos

aqui para mentir para a população.

Além disso, haverá um prazo de transição entre os impostos hoje existentes e o sistema IVA, que será aprovado, o prazo de 50 anos. Nos primeiros 20 anos haverá a manutenção da receita real de Estados e Municípios, garantida a correção monetária, e nos outros 30 anos haverá a redução gradativa desse mecanismo, mantidos a receita real e o seguro contra perdas, custeado com a retenção de 3% da arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços.

A reforma tributária é o futuro. Nós desejamos que o nosso País saia deste atraso econômico em que se encontra. Portanto, somos favoráveis porque queremos o desenvolvimento, porque queremos avanço.

Basta de mentira! Ouvimos Deputados "bolsonaristas" criarem *fake news*, dizerem que os impostos sobre itens da cesta básica vão aumentar em 60%. É importante mandar um recado para a população brasileira: isso é mentira, isso é *fake news*! A população brasileira já foi suficientemente penalizada pela desinformação que esses tentam promover na nossa Nação.

Somos a favor da reforma tributária, somos a favor do desenvolvimento econômico e queremos justiça: justiça social e justiça tributária.

Muito obrigada.

Documento 197/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-15:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Kiko Celeguim-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Dever dos Parlamentares de atuação em prol do desenvolvimento socioeconômico do País. Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. KIKO CELEGUIM (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, colegas, eu fiquei muito feliz por ter recebido um telefonema da Liderança, no qual disseram que estava chegando a minha hora de falar. Achei que fosse falar um pouco mais tarde, porque há muitos inscritos para falar do lado de lá deste plenário.

Pelo que eu estou percebendo, a galera do lado de lá está desistindo de fazer o debate. O clima é outro. O clima é outro, as pessoas estão aos poucos

declinando, em nome de uma unidade, para o bem do Brasil.

(Manifestação no plenário.)

Quando tomei posse aqui, eu disse o seguinte: *"O Brasil, aos poucos, vai percebendo quem está neste Parlamento gastando dinheiro público para não produzir nada".*

O nosso Governo se dedica, desde o dia 1º de janeiro...

(Manifestação no plenário.)

Sra. Presidente, está difícil falar com o "gado" gritando. Posso concluir a fala?

(Manifestação no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Por favor.

Vamos repor o tempo do Deputado.

Quero pedir aos colegas Parlamentares que respeitem os colegas na tribuna. V.Exas. todos foram respeitados. Vamos respeitar os colegas na tribuna!

Retomem o tempo do Parlamentar na tribuna.

O SR. KIKO CELEGUIM (Bloco/PT - SP) - Isso!

Pois bem.

(Manifestação no plenário.)

Não é preciso gritar para ter razão sobre as coisas, não é preciso gritar para ter razão sobre as coisas. Nós estamos trabalhando para o Brasil melhorar, crescer e se desenvolver.

Cada membro desta Casa representa um pedacinho da sociedade, de regiões mais abastadas, de regiões mais pobres. Eu venho de uma das regiões mais pobres do País e do Estado de São Paulo e sei muito bem qual é a minha tarefa. Se não trabalharmos, se não melhorarmos o País, as pessoas do lugar de onde eu vim tem a sua vida piorada. Nós precisamos nos ater — e isto no Brasil precisa ficar claro — a quem está aqui para construir um ambiente político e econômico que faça com que o nosso País cresça.

Esta reforma tributária vem corrigir certas distorções causadas ao longo do tempo. Eu vejo que a minha região, que pouco produz e consome muito, vai ser beneficiada. Até aqui, em cidades nas quais se produz muito a tributação é cobrada na origem da produção, e agora a tributação será cobrada no destino, o que é justo. Quando se produz numa determinada região, além da geração de

emprego para aquela região, por conta da fabricação do produto, além da geração de oportunidades, todo o tributo fica concentrado ali. Portanto, as cidades que têm menos oportunidades de produzir vão passar agora a ser recompensadas pela riqueza que é gerada, pelo consumo que é estabelecido.

Esta reforma tem consenso porque ela preserva o jogo jogado. A regra do jogo não pode ser mudada no meio dele. Portanto, os Governadores e o Presidente da República, na figura do Ministro Fernando Haddad, diferentemente do Governo anterior, fizeram um esforço orçamentário para garantir, a partir do fundo de compensação e de desenvolvimento regional, bilhões de reais por algumas décadas, para que essas perdas do presente sejam compensadas, e os Prefeitos e as sociedades tenham tempo para recompensar a sua característica de desenvolvimento econômico, para não serem prejudicados no médio prazo.

Esta reforma vai garantir o crescimento porque ela desburocratiza, porque ela simplifica, porque ela preserva setores importantes do Brasil. Ela preserva a indústria, o setor produtivo, a agricultura familiar, o agronegócio. Ela prevê tributação especial para educação e saúde, para itens de consumo pessoal. Para a cesta básica o imposto é zero. Isso significa também que é uma reforma que dialoga com quem tem menos.

Vai ficando cada vez mais evidente para o País que no Congresso Nacional, além daqueles que não trabalham, que não produzem, há aqueles que torcem para o Brasil continuar preservando as injustiças, porque é assim que eles se elegem, com o conflito social, com a falta de oportunidades. Porque, à medida que o País é mais justo e gera mais oportunidades, a representação aqui melhora, e as pessoas percebem que têm que votar, para estar Casa, não naquele que grita mais alto ou que transmite mais *fake news*, mas naquele que produz e apresenta oportunidades.

Essa reforma vai ter perto de 400 votos, porque é a reforma do Parlamento, é a reforma do Brasil, e nós vamos fechar este primeiro semestre no Parlamento, Sra. Presidente, com esse gesto muito simbólico de unidade, em nome de um país que vai perseverar, no segundo semestre, garantindo mais crescimento e oportunidades para nossa gente.

Muito obrigado.

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós estamos debatendo a reforma tributária, a famosa "PEC 45", e nosso objetivo aqui é justamente trazer ao debate e mostrar à população brasileira o quanto nós estamos avançando ao aprovar esta emenda constitucional, que vai fazer com que o nosso sistema produtivo seja mais leve, tenha uma tributação menor, e, consequentemente, o preço dos produtos chegue mais barato à mesa do povo brasileiro, chegue mais barato para o consumo do povo.

Também é importante dizer que esta PEC vai permitir que milhares de Municípios pequenos, com pouca atividade produtiva, sejam mais beneficiados, pela distribuição dos recursos, porque a distribuição será feita levando em conta o local de consumo, e não mais o local de produção. Isso é uma mudança muito forte e muito importante para o sistema produtivo nacional.

É uma pena, Srs. Deputados e Sras. Deputados, vermos que não há o envolvimento de toda a Câmara dos Deputados neste projeto. Nós vimos inclusive, agora há pouco, cenas em que o Governador Tarcísio de Freitas, convencido da justeza desta PEC, propõe a todas as bancadas um voto propositivo, um voto de apoio, e assistimos ao ex-Presidente da República e seus asseclas atacarem o Governador, para que ele não possa exercer livremente o seu pensamento. Então, está mais do que na hora de todos aqui fazerem uma reflexão. Quem perdeu a eleição perdeu, volta daqui a 4 anos — não há nenhum problema, isso é muito justo.

Agora é importante buscarmos aperfeiçoar o texto, melhorar o texto. É isto o que a nossa bancada do PT, o que a nossa federação vem buscando fazer, ou seja, atuar junto com o Relator, para que o Relator melhore o texto. Outras bancadas também têm dialogado com o Relator no sentido de que o texto seja aperfeiçoado, porque, evidentemente, não é possível que faça um texto perfeito uma só cabeça. Este texto ainda será votado no Senado Federal. O Senado vai fazer a sua análise também, e o texto retornará à Câmara, para análise final. Esse é o processo democrático em nosso País.

Esta reforma vem sendo discutida há décadas. Realmente, por não termos feito uma reforma profunda na Constituição de 1988, nós perdemos a oportunidade de mudar o Sistema Tributário Nacional. Agora chegou a hora, depois de tanto tempo, de fazermos esta alteração.

Então, é muito positivo que nós tenhamos este avanço no dia de hoje, é muito positivo que o maior número de Deputados vote favoravelmente, ainda que, nos destaques, tenhamos divergências. Aí é que se dá o debate, é no destaque. É ao fazer a discussão concreta de item por item que nós podemos melhorá-lo.

A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar totalmente favoravelmente ao texto.

Agora, queremos dizer também que vamos buscar avançar na reforma tributária, para um sistema tributário progressivo. O que quer dizer isso? Que quem tem pouco não paga imposto, quem tem mais ou menos paga um pouco e quem tem muito paga muito. Isso não acontece no Brasil. Um dos motivos da concentração de renda absurda que nós temos no Brasil é justamente o sistema tributário injusto. Então, além de fazermos esta reforma, nós queremos discutir a reforma do Imposto de Renda no próximo semestre, nós queremos discutir a reforma do imposto sobre propriedade, a reforma do imposto sobre grandes fortunas, a reforma do imposto sobre herança, que, aliás, é muito desigual, porque a pessoa que tem uma pequena casa herdada não consegue transferir para o seu sucessor porque é muito caro, enquanto os milionários não pagam quase nada.

Então, ficam aqui registrados a nossa solidariedade e o nosso apoio à reforma tributária.

Vamos votar "sim"!

Documento 199/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-16:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Cezinha de Madureira-PSD -SP
ORDEM DO DIA QUESTÃO DE ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio às reações hostis de Deputados contra o Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, em face da celebração de acordo com o governo petista para a votação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (Bloco/PSD - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu queria perguntar que lei permite que Deputados hostilizem um governador que está defendendo o País, que está defendendo os mais pobres.

Sra. Presidente, nós estamos há quase 30 anos brigando por uma reforma tributária, e um patriota chamado "Tarcísio de Freitas" vem aqui e negocia, como Governador de direita, o apoio do maior Estado do País, da maior bancada do País, para a discussão e a votação da reforma tributária, que está atendendo o agronegócio, que está atendendo quem mais emprega no País, que está atendendo as entidades religiosas etc. Eu poderia falar por 1 hora dos

setores que estão sendo atendidos, além dos mais pobres. Aí eu leio agora no *Estadão* a seguinte manchete*: Tarcísio é hostilizado até por Bolsonaro após acordo com governo Lula por reforma tributária*. O Tarcísio não fez nenhum acordo com o Presidente Lula! Ele fez um acordo com o Brasil, independentemente da cor partidária.

Nós temos que ter respeito pelo voto popular, pelas pessoas eleitas pelo voto. Eu defendi por 4 anos, nesta Casa, o Presidente Bolsonaro. Estive ao lado dele e defendi as pautas em que eu acreditava. Hoje eu acredito na reforma tributária, no que está sendo feito. Só tenho que parabenizar e emprestar o meu ombro ao Governador Tarcísio, que está sendo um patriota nesta Nação.

É muito triste ver esses Deputados hostilizarem o Governador.

(Manifestação no plenário.)

É muito triste ver isso acontecer.

Vamos deixar o fígado de lado e vamos ao que interessa, que é a reforma tributária dos mais pobres, a reforma tributária do Brasil!

O Presidente Bolsonaro e o Presidente Lula precisam focar a paz no Brasil.

Vamos acabar com essa porcaria de briga, sem necessidade!

Documento 200/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-16:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Silas Câmara-REPUBLICANOS -AM	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, diante de críticas ao seu posicionamento a respeito da reforma tributária.

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, utilizo, serenamente, este microfone, para, como Deputado Federal do Amazonas que compõe a bancada do Republicanos, solidarizar-me com o Governador Tarcísio de Freitas, um governador que demonstra capacidade de diálogo, que tem mente aberta para os interesses do Brasil e que tem feito um grande trabalho. Basta ver a aprovação do seu Governo. Neste momento de discussão de uma reforma tributária, que está

caminhando na Casa, ele tem sido um importante interlocutor de diálogo com a Câmara dos Deputados, com o Senado Federal, com o Governo Federal e com todos os setores da economia do País. Portanto, manifesto a nossa solidariedade ao Governador Tarcísio de Freitas, que também tem sido um grande interlocutor, não apenas de São Paulo com esta Casa e o Brasil, mas também com todos os Governadores das Regiões Sul e Sudeste.

É lamentável que as pessoas não tenham capacidade de entender que neste momento o importante é o Brasil, é a população brasileira.

Portanto, ficam registrados a minha solidariedade e o meu apoio irrestrito, como republicano que sou, como Deputado Federal, a essa importante liderança do Brasil.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 201/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-16:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Adriana Ventura-NOVO -SP
ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre a disponibilização do novo parecer da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sra. Presidente. Agradeço por me conceder a palavra.

Na verdade, eu tenho uma pergunta para fazer, até por conta do acordo que foi feito ontem, de que o texto seria alterado, e nós teríamos tempo, muito hábil, para analisá-lo e votá-lo. Eu gostaria de saber de V.Exa. se existe alguma notícia, alguma previsibilidade de quando o texto, com as alterações, será disponibilizado. São 16h11min agora. Se a votação será às 18 horas, eu gostaria de saber se teremos tempo hábil para analisar 140 páginas. Eu gostaria de saber se há alguma notícia sobre a disponibilidade do texto.

Essa é a minha pergunta.

Muito obrigada.

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-16:12
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Padre João-PT -MG
ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidenta Maria do Rosário, colegas Deputados e Deputadas, cidadãs, cidadãos brasileiros, vejam bem, a PEC 45 mexe com a vida de todo mundo. Ninguém escapa. Ninguém. Agora, qual foi o esforço concentrado nos últimos 150 dias? Muitos dizem que não tiveram tempo, em 150 dias de trabalho. Na verdade, se fizermos uma análise mais ampla, vamos ver que há décadas tentam realizar uma reforma tributária justa. Ela é importante para todos os cidadãos, só que eles devem acompanhar a verdade e não *fake news*.

Qual é o apelo que tomo a liberdade, a ousadia de fazer inclusive aos colegas Deputados do PL e de toda a Oposição? É o de forcarmos sempre o aprimoramento. E já aprimoramos muito o texto. O Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, esteve o tempo todo aberto ao aprimoramento, fez mudanças que ocorreram de ontem para hoje, realizou aperfeiçoamentos. É nesse sentido que digo que é importante oferecermos ao Brasil esta reforma tributária, que muda a vida de todos, inclusive dos mais pobres. Tem cuidado com os mais pobres, para que tenham acesso a alimentação, a alimentação saudável.

Nem tudo vai para a Constituição. Lei complementar vai fazer aprimoramentos. Isso deve ser assim. Imaginem se todo assunto fosse tratado pela Constituição. Quero ressaltar é questão da cesta básica, que se remete também a lei complementar. Faço um apelo a todas as Deputadas, aos Deputados, aos médicos, a quem é da área de saúde. Espero que possamos priorizar a alimentação saudável. Milhares de itens estão relacionados à cesta básica. É uma coisa absurda. Existem itens que não têm nada a ver com alimentação. É verdade que nem tudo da cesta básica tem que ser necessariamente alimento, mas, em Estados, há itens colocados na cesta que são totalmente descabidos. Cada Estado faz uma lista. Então, esse é um ponto importante.

O que essa reforma traz também? Transparência. Promove transparência porque também simplifica. Simplifica. Todo mundo vai pagar porque o imposto vai ser pago no consumo. Todos, todos, todos vão pagar. Ela promove total transparência, mas sem tirar a autonomia dos demais entes, dos Estados e

dos Municípios. Isso também é importante, mas a simplificação garante o combate à sonegação. Quem sonega? Quem sonega não são os pobres. Por isso, às vezes isso incomoda alguns. Existem os grandes sonegadores. Alguns estão incomodados porque esse formato combate a sonegação.

É muito importante termos sabedoria para aprovar esta reforma, mas ela não se encerra por aqui. Faço um apelo aos colegas, sobretudo do PL, mas de outros partidos também, para que possamos iniciar uma construção para taxar as grandes fortunas numa outra fase, numa outra etapa. No segundo semestre, quem sabe, podemos avançar em relação a isso. Cumpre-se este papel aqui, o de valorizar os Estados, os Municípios, simplificar o processo, adotar um formato moderno, mas espero que possamos avançar numa reforma que seja, de fato, mais justa, solidária, o que o próprio Partido dos Trabalhadores já propôs nos anos anteriores. Propomos que sejam realmente taxadas as grandes fortunas, as grandes heranças. Assim, vamos avançar no sentido de distribuir renda.

Fazemos esse apelo para que o cidadão brasileiro possa dormir tranquilo, porque Lula sempre cuidou dos pobres. O Partido dos Trabalhadores sempre cuidou de educação pública de qualidade, saúde pública de qualidade, serviço de ação social pública de qualidade. A reforma avança no sentido de que haja mais dinheiro, maior arrecadação, para que esses recursos voltem para o cidadão brasileiro em forma de educação pública de qualidade, saúde pública de qualidade, moradia. Já estamos fazendo isso. Esse cuidado o Presidente Lula sempre teve. É esse o cuidado que deve ter a maioria dos diversos partidos, inclusive o PL. Tenho certeza de que vão votar com bom senso colegas da Esquerda, da Direita, do Centro, tendo em vista esse cuidado com o povo brasileiro. Já houve esse bom senso no aceno de alguns Governadores.

Tenham responsabilidade com o cidadão. Vamos arrecadar recursos para devolvê-los em forma de políticas e programas em favor da sociedade e, assim, assegurar a dignidade do povo brasileiro.

Obrigado, Presidenta Maria do Rosário.

Documento 203/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-16:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	General Girão-PL -RN	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Muitos colegas ocupam esta tribuna e fazem um discurso que beira as raias da mais alta demagogia. É lamentável o uso dos pobres como instrumento da atenção de alguns partidos, sobretudo dos partidos da Esquerda, e mais especificamente da figura do Presidente atual da República.

Ninguém nega que o sistema tributário brasileiro é caótico, é injusto. É impossível continuar aceitando esse sistema. Ninguém nega isso. Nós temos conversado com vários empresários, vários gestores públicos, Prefeitos, até mesmo Governadores e sabemos sim que o sistema tributário brasileiro precisa de reforma, mas não é de agora. A reforma tributária que está sendo votada agora é de 2019. Foi apresentada na época do Governo Bolsonaro, e não andou, porque as resistências são muitas nesta Casa. Há resistência nesta Casa e há resistência nos demais setores.

Alguns que serão prejudicados não querem que esse sistema, do jeito que está, venha a ser aplicado. Lamentamos, portanto, que demagogia esteja acontecendo aqui.

Além disso, querem que esta reforma seja enfiada goela abaixo. Foi isso que ouvi de representantes do PT em ambientes junto com empresários, em reuniões oficiais para se tratar da reforma. Foi dito o seguinte: *"A reforma vai goela abaixo porque precisamos que seja aprovada agora"*. Nós estamos vendo que a prioridade está sendo colocada desse jeito. Tudo foi retirado da pauta da Câmara nesta semana, só ficou a reforma tributária. Então, alguma coisa está errada nesse sentido, a começar pela própria reforma.

De ontem para hoje, sem garantia do Relator, foi anunciado que os produtos da cesta básica, que estavam sendo listados, sim, inclusive pela mídia da Esquerda, teriam aumento de até 60%, o que é um absurdo. Com aumento médio de 60% da cesta básica, cadê a prioridade com os pobres? É um discurso demagógico o que o PT faz aqui! Eu lamento muito. O PT e os partidos de esquerda apoiam esta reforma do jeito que ela está.

Nós queremos uma reforma tributária, mas não esta do jeito que está. Nós queremos mais tempo para discutir a reforma. Nós queremos que a Comissão Especial se dedique a isso. Nós queremos vir para este plenário quando aqui estiverem presentes o Secretário da Reforma Tributária, o Ministro, para que nos digam onde estão as peninhas. Essa reforma está sendo tocada, e estão dizendo que leis complementares vão regulamentar os percentuais de cada setor. Isso não está claro. É muita lei complementar, é muito "poderá". Há 26 "poderás" no texto, que só foi disponibilizado pelo Relator praticamente antes de ontem. Muitas condições não estão claras. Não dá para aprovar uma reforma a toque de caixa, do jeito que está.

Não somos contra a reforma, repito. O Brasil precisa, as Prefeituras precisam voltar a ter capacidade de investir, e hoje os Prefeitos não têm essa capacidade.

Fizeram a apresentação a alguns Prefeitos de Municípios pequenos, Deputado Luiz Philippe, dizendo que a reforma será boa para eles e será ruim para os Municípios grandes. Quem vai deixar de arrecadar não quer deixar de arrecadar, e quem pode arrecadar um pouquinho mais vai ficar feliz. Mas se esqueceram de dizer aos Prefeitos que vai ficar mais difícil pagar os serviços. A própria Prefeitura vai ter dificuldade de pagar os serviços, como já está tendo para pagar o reajuste dos enfermeiros, como está tendo para pagar vários outros serviços. Com certeza, com o aumento da alíquota de imposto, terão dificuldade de fazer aluguel de carro, de pagar a manutenção de veículos, de pagar contas de energia, contas de água. Isso não está claro na reforma tributária apresentada pelo atual Governo.

Na verdade, eu tenho repetido isto e vou repetir agora: na hora em que a reforma começar a dar chabu, na hora em que a reforma começar a não dar certo, vai aparecer o Presidente e vai dizer aquilo que ele já dizia antes: *"Não é nada meu, é de um amigo meu"*. Ele disse isso em vários interrogatórios da Lava-Jato. Todo o Brasil e o mundo puderam ver isso, e ainda podem, porque está gravado. Ele vai dizer: *"Não é nada meu"*. O PT vai dizer: *"A reforma não é nossa, a reforma é do Congresso. A reforma não é do Presidente Lula, a reforma é do Congresso"*.

Peço tempo adicional para concluir, Sra. Presidente, por favor. O meu antecessor teve direito a pelo menos duas extensões de 30 segundos.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - V.Exa. tem 30 segundos. Peço que conclua. Meus colegas estão me pressionando porque ainda querem usar a palavra.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) - Muito obrigado, mas quero ter o mesmo tempo que tiveram os que falaram a favor da proposta.

Ele vai dizer que não é dele a reforma, vai dizer que ela é do Congresso Nacional.

Nós precisamos sim de mais tempo. Eu peço o seguinte ao Presidente Arthur Lira, que é um democrata, que é uma pessoa que tem racionalidade na sua postura e na sua história de vida: não façamos esta reforma a toque de caixa. Ela precisa maturar mais. Precisamos que o Relator esteja presente aqui no plenário. Precisamos que o debate no plenário seja feito diante da presença do Relator, para que sejam realizadas mudanças e sejam estabelecidos compromissos.

É isso que o PL espera. É isso que nós, Deputados, esperamos.

Muito obrigado.

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-16:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP
ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu queria que as minhas palavras aqui tivessem algum impacto nos colegas. Eu gostaria que qualquer discurso de qualquer Deputado tivesse, de fato, impacto nos demais Deputados, para que pudéssemos fazer um julgamento do tema conforme ele foi apresentado. Mas não temos esse privilégio. O Parlamento não tem mais o privilégio de discutir os temas que afetam a Nação e que são prerrogativas do Parlamento. Acontecem aqui acordos com Governadores que mal leram o texto, nem sabem do que trata uma reforma tributária e já sucumbem às vontades do Governo, daqueles que têm na mão a caneta do Orçamento, que liberam recursos a Governadores para que mudem de opinião da noite para o dia. Existem aqui Deputados de bancadas inteiras que, através de seus Líderes ou individualmente, se vendem, entregam-se ao poder do Executivo por causa de liberação de emendas.

Para que serve o discurso feito aqui da tribuna? Para que servem os temas que aqui vão ser votados? Fechem logo o Congresso! Acabem com essa grande piada! É isso o que esta Presidência tem feito? É isso o que este Governo quer? Pronto, simbiose perfeita! Democraticamente, fechamos o Parlamento. O que acham? O que acham, Deputados? Vamos votar isso? Ou talvez os seus Líderes decidam por V.Exas. Isso mesmo, porque é isso que está em jogo. V.Exas. não valem nada, a opinião e os votos aqui não valem nada! A discussão no Parlamento não vale nada! Somos Deputados ou vendilhões? Como é o nosso negócio, afinal de contas? Vamos deixar isso claro para a população brasileira, com hombridade. Deixem isso claro uma vez na vida. Temos que discutir este tema com tempo! Há coisas nocivas neste texto. Queremos uma reforma tributária, mas há coisas nocivas neste texto. A cesta básica não está bem montada. Não existe lei que define a cesta básica. Vai haver impacto na cesta básica? *"Ah, eu acho que não vai haver impacto"*. Quem disse que não vai? *"¿La garantía soy yo?"* Que palhaçada é essa! Que Parlamentares somos nós que não nos indignamos com medidas que afetam de maneira negativa e direta a população?

Esta proposta afeta diretamente a população. Não podemos deixá-la entregue a

esses acordos espúrios, fora do Parlamento, fora da luz da discussão. Adoraria estar debatendo aqui com os nossos colegas da Esquerda. Adoraria estar debatendo com os nossos colegas do Centro. Temos temas importantes a serem discutidos, como questões federativas. Vamos continuar como uma Federação ou vamos ser um País unitário? Vamos fechar as Prefeituras e as Câmaras Municipais e ver tudo ser definido pelo Centro. Que tal? Por que não discutir isso? Ou será que isso também se entrega a um acordo qualquer?

É isso que está em jogo aqui. Temos um projeto de suma importância para a nossa Nação entregue, em absoluto, para as negociações fora do Parlamento! E o Parlamento é colocado como cúmplice dessa jogatina de interesses. Estamos aqui chancelando grandes interesses, e não fomos eleitos para fazer isso! Fomos eleitos para representar a nossa população brasileira em toda a sua multiplicidade.

Adoraria estar levando esse debate. Eu gosto do debate. Eu me interesso pelo debate, com a Esquerda mais radical que seja, com os que têm princípios muito distantes dos meus. Eu gosto do debate. E a população sai ganhando com esse debate. Mas não estamos tendo o privilégio de debater o que é da nossa competência. Infelizmente, esse processo tem sido conduzido de maneira espúria do começo ao fim, porque sabem que, em relação a este texto, se for dado tempo aos Deputados, esses mesmos Deputados, em sua maioria, votariam contra, votariam contra porque vão ver que, no detalhe, nos desdobramentos do raciocínio, no polimento do debate, estariam criando uma visão completamente diferente daquilo que está proposto no texto.

Eu passei por esse texto algumas vezes. Ontem à noite, por exemplo, fiz isso. Hoje também. Há 3 anos, já sabia a natureza da proposta que viria. Entendo bem os desdobramentos disso. Tenho certeza de que os outros Deputados não tiveram o privilégio que eu tive, porque tive tempo para me dedicar a isso. Mas gostaria de estar levando isso a debate, tudo o que aprendi, tudo o que vi. No entanto, isso não está sendo conduzido de maneira própria. O Congresso, este estabelecimento não é o melhor lugar para a discussão. Já está comprovado isso. E as Comissões? Fomos privados de discussão nas Comissões. Então, onde vai acontecer esse debate? Nós o deixamos para os Governadores, que mal leram as propostas. E, depois de lerem, vão ter que arcar com uma rebordosa da opinião pública contra eles mesmos, porque vão ter que gerenciar um Estado que vai se tornar ingerenciável e que possivelmente vai sumir do mapa como relevância. É isso que está em jogo. É o nosso mandato, Deputados, que está em jogo. É a nossa relevância que está em jogo.

Este é um projeto importante. É um projeto tão importante que o Governo está gastando bilhões para convencer Deputados de que o projeto é bom, sem que V.Exas. tenham oportunidade de fazer a leitura e debatê-lo! Estão tirando e comprando o privilégio de V.Exas. de poderem debatê-lo comigo, que entendi a proposta, e que não gosto dela, e que vou votar contra. Não importa se houve acordo com o Governador do meu Estado, eu não sou subjugado por absolutamente ninguém, a não ser por minhas análises, por minhas opiniões. E

elas são contrárias. Mas gostaria de ter tempo para compartilhá-las com todos. Não temos esse privilégio, Presidente.

Aqui fica o meu parecer contrário a esta proposta. Não vou entrar em detalhes quanto ao impacto na cesta básica, quanto ao impacto no IPVA, que toda a classe média quer extinguir, mas ele ainda faz parte deste projeto, que centraliza toda a arrecadação e elimina a competência e a autonomia dos Estados e Municípios, conquistado ao longo de 100 anos de tentativas republicanas. Mas, de repente, sem discussão nenhuma, sob o aplauso da mídia e por conta de graxa muito espessa e suja das emendas e dos créditos que são submetidos aos Governadores, os Deputados ficam sem debater nada e alguns até apoiam, sem mesmo ter lido o texto, simplesmente porque fazem parte da base do Governo.

Adoraria estar debatendo com integrantes da base do Governo, mas não teremos esse privilégio.

Esperamos ter um Parlamento relevante numa próxima oportunidade.

Meus amigos, Presidente, muito obrigado.

Documento 205/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-16:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Jack Rocha-PT -ES	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sra. Presidenta, nobres colegas Deputados e Deputadas, este é um momento muito importante para o nosso País, em que se debate uma reforma que é urgente e necessária.

Inicialmente, quero falar sobre os princípios tributários desta reforma que orientam este relatório. Antes, parabenizo o nosso Relator Aguinaldo Ribeiro e especialmente este meu companheiro do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Reginaldo Lopes, que viajou aos Estados, que conversou com as lideranças, que esteve presente em várias reuniões de bancada tentando construir uma saída para esta reforma. Hoje, apenas a grande maioria do povo brasileiro paga a conta, e isso, muitas vezes, não é revertido como serviço

público de qualidade para a maioria da população brasileira. É por isso que esta reforma tributária, que tem hoje como princípios constitucionais a simplicidade, a transparência, a justiça tributária, o equilíbrio do meio ambiente, ressalta sobretudo quais são os deveres hoje do Tesouro Nacional.

Eu quero dizer a todos e todas que devemos, sim, aprovar a reforma tributária. Uma coisa eu não ouvi ainda alguns Parlamentares dizerem aqui. Ela não é uma reforma instantânea, ela vai ocorrer em longo prazo. Existem prazos, alguns começam em 2029; outros, em 2030; outros, em 2032. Há essa questão da guerra fiscal, que acontece entre empresas, muitas vezes alcança o ambiente competitivo dos Estados. Nós precisamos promover geração de emprego e renda também para aqueles Municípios que têm menos de 50 mil habitantes. Ou vamos deixar de pensar no desenvolvimento dos pequenos territórios do País? É aí que entra a reforma tributária inclusiva e participativa e se refere inclusive a uma grande parte do território brasileiro que hoje está invisibilizada.

Acabar com a guerra fiscal significa unir a Zona Franca e, ao mesmo tempo, a Região Sul e a Sudeste por um Brasil de prosperidade e oportunidade. Muitos aqui não falam exatamente quais são os ganhos. Já imaginaram o que significa a isenção dos medicamentos ou o que significa a isenção dos mais de 1.380 produtos, Deputados, que compõem hoje a cesta básica? A nossa maior luta no País é acabar com a fome.

Ao mesmo tempo, digo àquele produtor rural, àquele que é presidente de cooperativa ou de associação que ele vai ser protegido por uma legislação que vai incluí-lo num contexto como um grande incentivador do desenvolvimento e vai ser tratado como as grandes empresas. Aliás, algumas delas, muitas vezes, sonegam os impostos. Essa legislação traz uma grande transparência que alcança a sonegação de impostos.

Por fim, quero ressaltar a importância desta reforma tributária quanto ao consumo. Falar em consumo significa também fazer um recorte a respeito de quem compõe a maioria da população brasileira, que são as mulheres, é o povo negro deste País, que seguiu, até este momento, totalmente invisibilizado na estrutura econômica. Nós que temos hoje milhões de pequenos negócios espalhados pelo Brasil não podemos ficar sem dar uma resposta sobre a importância de que incentivos tributários e especialmente incentivos à geração de emprego e renda alcancem também aquelas pessoas que têm uma padaria no seu bairro, uma pequena cooperativa, um salão de beleza, um *pet shop* ou um mercadinho de verduras no qual fazemos compras quando vamos para a rua e encontramos isso como uma grande oportunidade.

Portanto, espero que esta reforma tributária seja a reforma tributária da simplicidade, da justiça, do equilíbrio do meio ambiente e, principalmente, da transparência para a maioria do povo brasileiro.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 206/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-16:36
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Coronel Fernanda-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Parlamentares.

Um momento histórico para a nossa Nação é o de trabalhar a reforma tributária, mas não da forma como está sendo tratada, a toque de caixa e no apagar das luzes. Precisamos mostrar ao Brasil e aos Parlamentares o que realmente está no texto que nos foi entregue ontem, quase meia-noite. Não tivemos tempo para entender completamente a proposta. Falar de matéria tributária não é ler uma cartilha ou um romance. Matéria tributária precisa de muito trabalho, muita leitura e muito entendimento.

Hoje foi dito que acabaram os incentivos fiscais entre regiões. Só isso já condena algumas regiões do Brasil ao fracasso, porque há Estados que necessitam ainda de melhorias para que a indústria possa chegar a eles, para que a população possa ter qualidade de vida. A Região Centro-Oeste e a Região Norte precisam ser mais bem cuidadas, e esta reforma tributária não está olhando para isso, ela está olhando somente para os grandes centros, onde já existe uma estrutura. Que regime tributário é esse que não avalia as qualidades dos Estados e Municípios?

Eu falo pelo meu Estado de Mato Grosso, que é maior do que muitos países. A distância entre alguns Municípios e a Capital é de mais de 1.300 quilômetros. E necessitam de pavimentação. Temos rodovias federais que sequer conhecem asfalto.

Os Estados do nosso País estão sendo tratados de forma igual. É preciso que haja primeiro políticas de tratamento igual para esses Estados. Precisamos dizer à população que esta reforma tributária não vai ajudar ninguém, até porque o texto, quando trata de um dos tributos propostos, faz uma soma quando unifica o ISS e o ICMS. Está sendo estabelecido um imposto novo, mas esses tributos estão sendo somados. Que imposto novo é esse? Aquele cidadão que só pagava ISS agora vai pagar um imposto dobrado, triplicado,

porque está havendo uma soma e não a criação de um imposto com uma alíquota nova. Ele vai pagar mais caro. Se pagava de 5% a 8% de ISS, vai pagar 25%. Será que pensaram no cidadão que está lá na ponta? Quem está ganhando com esta reforma não é o cidadão brasileiro, são os bancos. Quem está ganhando com esta reforma são outras pessoas, não é o povo brasileiro. Queremos reformas. Queremos reforma tributária, mas queremos uma reforma clara, uma reforma que atenda a população brasileira.

Antes desta reforma, deveríamos trabalhar a reforma administrativa, para desinchar o Estado. Não podemos mais pagar pelas benesses do Governo Federal. Hoje, existem 37 Ministérios; antes, havia pouco mais de 20 Ministérios. Estão querendo atribuir mais imposto ao povo brasileiro, mas não estão ainda dando ao povo brasileiro o devido tratamento.

Não cabe esta reforma do jeito que está sendo conduzida. Queremos reformas, mas queremos que todos saiam ganhando e não grupo A, grupo B ou grupo C. Queremos que todos ganhem, sem exceção. A reforma tributária é séria, é necessária. Não podemos brincar com ela. No texto, eu achei mais ou menos 12 inserções a respeito de meio ambiente. Uma parte do texto da reforma tributária fala da transparência, da simplicidade e da preservação do meio ambiente. Meio ambiente deve ser considerado em outra lei, não na que trata de reforma tributária. O texto, como está, vai acabar punindo o cidadão, vai fazer distinção entre pessoas. Hoje, mais cedo, houve aqui uma discussão um pouco acirrada por causa do entendimento de uma fala. Isso deixa claro que a proposta tem várias dubiedades no seu contexto. Este texto tem que ser mais claro, este texto tem que ser adequado, este texto tem que ser de mais fácil entendimento. Do jeito que está, não pode ficar.

Mato Grosso não aceita esta reforma tributária do jeito que está. Estamos perdendo a chance de dar melhores condições de vida para os povos de Mato Grosso, da Região Centro-Oeste e da Região Norte. Não vamos mais aceitar isso. Não vamos votar a favor desta proposta.

O meu voto vai ser "não" enquanto ela não for clara. Texto sobre reforma tributária não é como o de um romance. Lei sobre tributação é coisa séria, pode levar um cidadão para a cadeia quando ele não cumpre suas obrigações. Por isso, o texto tem que ser mais claro, mais justo e mais simples e favorecer o desenvolvimento do povo brasileiro.

Agradeço a oportunidade.

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Deputada Maria do Rosário, para mim é uma alegria muito grande, é uma satisfação tê-la dirigindo esta importante sessão neste momento de debate sobre a reforma tributária.

Cumprimento também todos os demais pares, os Deputados, as Deputadas, todos que estão nos assistindo pela *TV Câmara* ou nos ouvindo pela *Rádio Câmara*, pelos meios de comunicação da Casa.

O debate sobre a reforma tributária é antigo, tem muitos anos. Eu me lembro de que, antes de ser Deputado, já escutava pessoas dizerem que o nosso País precisava realizar algumas reformas, entre elas a reforma tributária.

Estou há vários mandatos como Deputado, ouvindo neste plenário vários Deputados e Deputadas, Prefeitos que recebemos em Brasília e Governadores reclamarem uma reforma tributária, criticarem o modelo tributário existente em nosso País.

A proposta de reforma tributária que votaremos e aprovaremos aqui hoje é, na verdade, uma proposta de emenda à Constituição apresentada em 2019. Portanto, tem mais de 3 anos que está tramitando nesta Casa, desde a legislatura anterior.

Estamos agora, sim, diante de um novo Governo, o Governo do Presidente Lula, que inova. Pela primeira vez um Presidente eleito conseguiu, antes de tomar posse, que fosse aprovada uma PEC que nos possibilitou a transição, as condições de governar e reconstruir este País.

A reforma tributária faz parte desse contexto. Nós precisamos realizar a reforma tributária para que o País destrave o desenvolvimento, volte a crescer e a se desenvolver. Esse é o desejo do Presidente Lula.

Portanto, revoltam-se aqueles que destruíram este País durante 4 anos. Agora nós temos que o reconstruir, e estamos reconstruindo-o. Também se revoltam alguns que estão questionando Governadores que são aliados deles, Governadores que estão a favor da reforma tributária. Esta reforma vai unificar e simplificar o modelo de legislação tributária no nosso País, vai reduzir o custo operacional das empresas, vai dificultar a guerra fiscal entre Estados,

entre Municípios e vai dar mais transparência aos tributos.

Nós queremos, sim, construir uma proposta de reforma tributária, e é o que estamos fazendo. O Presidente da Câmara constituiu um Grupo de Trabalho, liderado pelo Deputado Reginaldo Lopes, sob a relatoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que está apresentando uma proposta aqui na Câmara. Nós estamos em Brasília, na Câmara dos Deputados, desde segunda-feira realizando essa discussão, hoje aqui o dia inteiro, e agora à tarde, a partir das 18 horas, vamos votar essa proposta que vai alterar a nossa Constituição. É lógico que não teremos ainda uma reforma tributária que seja a dos nossos sonhos, que talvez seja a dos sonhos do PT ou da Esquerda, como alguns aqui querem dizer, mas vamos votar o possível, de acordo com o quadro e com o número de Deputados e Deputados e de partidos que temos no Parlamento nacional. Nossa expectativa é de que possamos atender os interesses da sociedade brasileira, contribuindo para destravar o desenvolvimento do nosso País, a geração de emprego e renda; contribuindo para taxar pelo menos alguns que hoje não contribuem, como, por exemplo, os proprietários de certas embarcações, os proprietários de aeronaves.

Documento 208/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-16:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Florentino Neto-PT -PI	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Deputada Maria do Rosário, é uma satisfação vê-la na Presidência desta sessão.

Venho aqui defender a reforma tributária. Hoje é um dia histórico para este Parlamento. Há mais de 40 anos, o Brasil anseia deixar de ter um sistema tributário ultrapassado, um sistema tributário que não corresponde à necessidade de competitividade, de crescimento econômico, que não representa a pujança da economia brasileira, e passar a ter um sistema tributário moderno.

Eu gostaria, nesta tarde, de parabenizar os Governadores do Nordeste, que ontem fizeram uma carta de apoio à aprovação da reforma tributária. Ressalto a posição do Governador do meu Estado, o Governador Rafael Fonteles, que é um dos líderes, uma das pessoas que, quando era Secretário de Fazenda, foi Presidente do COMSEFAZ, e que, nos últimos 5 anos, trabalhou para que

chegássemos ao momento que estamos vivendo hoje.

Quero parabenizar o Presidente Arthur Lira, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, Relator desta reforma tributária, os Líderes partidários, particularmente o Líder do Governo, o Deputado José Guimarães, e o Líder do meu partido, o Deputado Zeca Dirceu.

Esta reforma tributária é importante para que haja mais transparência, crescimento econômico, mais competitividade, interna e externamente, menos litígios tributários, menos custos para as empresas, para os contribuintes e cesta básica isenta de tributos. É esta a reforma possível de se fazer hoje, com a extinção do IPI, do PIS, da COFINS, do ICMS e do ISS e o estabelecimento de um novo modelo tributário, de um novo imposto, na modalidade que 174 países do mundo estão adotando, a modalidade que contempla um imposto sobre valor agregado, que será o IBS, de base ampla, que tributa não só o consumo de mercadorias como também o de serviços.

A não cumulatividade é o princípio desta reforma tributária. A incidência ocorre por fora do tributo, permitindo que o contribuinte possa ver, na nota fiscal, o valor que ele está efetivamente pagando de tributo. A desoneração das exportações, a desoneração dos investimentos, todos esses pontos desta reforma tributária são fundamentais, justificam o que o Governo do Presidente Lula está fazendo, trabalhando pela sua aprovação nesta Casa, porque sabe da importância da reforma tributária para o Brasil.

Quero elogiar também os nossos líderes, aqueles que trabalharam de forma árdua na construção deste texto, que estabelece regras de transição de 2, 8, de 10 anos, que estabelece transição quanto à modalidade de repartição da receita, que vai perdurar pelos próximos 50 anos. Desta forma, o Brasil também está dando para o mundo um indicativo de organização, um indicativo de um país de alta credibilidade. O seu Legislativo está correspondendo ao que o Governo está propondo.

Por tudo isso, Sra. Presidente, mais tarde estaremos aqui votando. Voto com muito orgulho, voto pelo Piauí, voto pela minha Parnaíba, voto pelo Brasil, a favor desta reforma tributária, que vai gerar crescimento e diminuir as desigualdades no nosso País.

Muito obrigado.

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. FERNANDO MINEIRO (Bloco/PT - RN. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, colegas Deputadas, colegas Deputados, hoje é um dia histórico não só para esta Casa mas também para o País. Temos diante de nós a tarefa de votar a matéria que eu considero a mais importante deste semestre de exercício parlamentar.

É interessante, se não fosse engraçado, ouvir aqui dizerem que vão votar uma reforma sem debate. Há 40 anos o Parlamento brasileiro debate reforma tributária. Aliás, eu recomendo que quem assim fala leia o relatório apresentado ontem aqui pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro. O relatório, além de considerar o factual sobre a proposta de reforma tributária, faz um verdadeiro resgate histórico da luta deste País e da sociedade brasileira em se tratando de debate sobre a questão tributária no Brasil. Cita inclusive Constituições do século passado.

Sra. Presidente, eu quero aqui registrar algumas questões que considero fundamentais e positivos da reforma tributária. A primeira diz respeito à transparência. Quem neste plenário — nem vou fazer esta pergunta a quem está nos acompanhando — sabe qual imposto é pago em cada mercadoria? Ninguém sabe ou pouquíssimas pessoas sabem, porque o imposto é embutido, está escondido. A partir da reforma tributária, teremos o imposto claro, definido e exposto à sociedade. A nota fiscal indicará o valor da mercadoria e o do imposto. Isso ajuda inclusive o controle e, principalmente, o combate à sonegação no Brasil.

A segunda questão, Sra. Presidente, é a mudança a respeito de origem e destino. Hoje, no caso de qualquer mercadoria comprada, o imposto vai para onde foi produzida. A partir da implementação desta reforma tributária, o imposto vai ser recolhido e vai ficar no destino, o que significa que Municípios e Estados terão mais recursos para que possam dar conta das demandas da sociedade.

A terceira questão positiva é o fim da guerra fiscal. Eu desafio quem pode aqui mostrar qual é o ganho que a sociedade tem com os benefícios fiscais? Praticamente nenhum. Então, vai acabar a guerra fiscal no Brasil. Será tratada nacionalmente a questão tributária. Para isso, a questão do fundo será fundamental para que os Estados possam ser compensados.

Por fim, Sra. Presidenta, a questão da cesta básica. Os useiros e vezeiros das *fake news* têm dito que o valor da cesta básica vai aumentar 60%. De onde tiraram esse número? Não sabem. Saem repetindo, saem papagueando, saem dizendo coisas para tentar fazer com que haja uma disputa desonesta com a

opinião pública. Na verdade, sobre a cesta básica, vai diminuir a incidência de imposto, por uma razão muito simples. Hoje, mais de 1.300 produtos no Brasil que podem compor a cesta básica terão imposto de 50% da tarifa básica, da tarifa-padrão. Há mais do que isso. Ontem foi dito aqui pelo Deputado Aguinaldo que haverá tarifa zero para a cesta básica. Serão definidos os produtos básicos da cesta básica, é óbvio, e haverá tarifa zero.

Essas quatro questões, Sra. Presidenta— eu poderia citar outras aqui — são fundamentais e nos dão a certeza de que esta Casa está caminhando no rumo certo, em consonância com o desejo do Presidente Lula, em consonância com o desejo da maioria da sociedade brasileira, com o das suas instituições, inclusive as empresariais sérias, que querem fazer um debate. É muito engraçado, todos falam da necessidade da reforma tributária, e, na hora do vamos ver, alguns começam a criar *fake news* para não votá-la.

Vamos votá-la, aprová-la e avançar na reconstrução deste País.

Documento 210/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Alberto Mourão-MDB -SP	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP. Sem revisão do orador.) - Muito boa tarde, Srs. Deputados.

Eu queria cumprimentar a nossa Presidenta da Mesa.

Para mim, é um momento de emoção falar pela primeira vez, porque, em 2000, eu era membro da Comissão da Reforma Tributária, que era presidida pelo Deputado Rigotto, do Rio Grande do Sul, da qual o Palocci fazia parte, representando o PT, da qual o atual Prefeito do Rio de Janeiro também era membro pelo PFL. Eu coordenava o MDB nessa Comissão.

Um belo dia, numa segunda-feira, nos jornais *Estadão* e *Folha de S.Paulo*, em uma entrevista, o Governo que dizia: "*O Congresso não quer trabalhar na reforma tributária*". E nós passamos 1 ano andando pelo País, ouvindo todos os segmentos.

Na terça-feira, reunimos a Comissão, o relatório estava quase pronto, fechamos o relatório e entregamos ao Presidente da Casa o projeto pronto, que ficou dormindo aqui até hoje, o projeto finalizado. É lógico que a modernidade e a transformação demandam um novo projeto. Essa é a realidade.

Ao longo desses 40 anos, nós estamos assistindo aos Municípios perderem receita. Eu já vi muita gente falar que defende o municipalismo. Mas a Constituição de 1988, quando criou a partilha dos impostos, colocou impostos. O Governo, com a necessidade de arranjar mais recursos, começou a criar as contribuições que não entraram na partilha e que, hoje, representam mais de 500 bilhões de reais. Essa é a realidade. Esses 500 bilhões de reais entraram na partilha. E os Municípios, que tinham 22% da receita depois de todas as transferências, passaram a ter, em média, 16% do total da carga tributária brasileira. É essa a defesa do municipalismo? Então, nós temos que começar a pensar o que fizeram de 1988 para cá. Eu falo que foi um golpe tributário.

Nós precisamos melhorar a receita dos Municípios? Precisamos. A cobrança na origem, no consumo, que está na proposta, vai acabar com outro problema. Ao longo desses 30 anos em que não se fez a reforma, a estrutura se modernizou do ponto de vista de consumo, de tecnologia. Nós deixamos de ter lojas nas pequenas cidades, nas médias cidades. Nós temos pontos de vendas. Mas, na realidade, os centros de produção e de refino de petróleo, as novas hidrelétricas, as lojas e os centros de distribuição ficaram em cidades que criaram a guerra fiscal, para atrai-los para eles.

O cidadão esquece que, quando compra uma geladeira, compra um fogão — e na família há em média quatro pessoas, que vão demandar saúde, educação, manutenção do equipamento público —, o dinheiro fica lá na cidade onde está o CD. Enriqueceu às custas... Quando compramos um carro para andar na nossa cidade, todo o investimento para aquela família que usa aquele carro é feito pelo Município, mas o dinheiro ficou onde? Onde foi fabricado o automóvel. Quando alguém pega esse automóvel e para numa bomba de combustível, ele abastece e manda o dinheiro para as cidades onde fica o refino de petróleo, mas a responsabilidade do serviço público ficou. Aí, o IBGE fala que houve um êxodo. Houve, porque nas cidades pequenas, por não haver qualidade de vida, não haver acesso aos bens sociais, muda-se para os grandes centros.

Nós precisamos fazer a lição de casa: votar a reforma para o País mudar. Eu digo que mudar é um grande pacto federativo, construir o novo, o Brasil passa a se tornar mais competitivo, porque organizamos a tributação para a exportação, para a produção e dá noção de que vamos ter um país que vai melhorar.

Vamos fazer a reforma!

Muito obrigado.

Documento 211/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Valmir Assunção-PT -BA	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um momento importante para todos nós, Parlamentares.

Inicialmente, quero saudar o INCRA, que hoje comemora 53 anos de uma política de democratização do acesso à terra, um instrumento fundamental para o povo brasileiro. Participei da atividade hoje durante a manhã dizendo à população da necessidade de fazermos a reforma agrária neste País e o INCRA é esse instrumento fundamental na construção da reforma agrária.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia de hoje é histórico para todos nós, porque estamos fazendo um debate sobre a reforma tributária que tem 20 anos, 30 anos, 40 anos nesta Casa. Nós temos que ter a percepção da nossa responsabilidade de construir as leis e aperfeiçoá-las durante o processo. O que nós estamos fazendo aqui hoje é tentar aperfeiçoar a legislação tributária no Brasil para que possamos dar transparência, ampliar a base de tributação e termos o cuidado de impedir o aumento de impostos.

O que esses bolsonaristas têm feito durante todos esses dias é dizer que serão aumentados os impostos justamente da cesta básica. O Relator afirmou aqui que não haverá aumento de impostos, ao contrário, a cesta básica será isenta de tributação, porque isso é importante para todos nós. Os bolsonaristas criticam dizendo que não há debate. Nós estamos desde segunda-feira aqui debatendo a reforma tributária, há mais de quatro décadas debatendo a reforma tributária. Como é que não há debate?

Eu quero parabenizar o Presidente desta Casa por ter tomado a iniciativa de colocar esta pauta em votação, da mesma forma, os Governadores, os Líderes que estão a favor da matéria, sobretudo o nosso Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, que esteve aqui e orientou a sua bancada a votar a favor da reforma tributária. Toda a nossa bancada continua debatendo este tema, porque é fundamental para todos nós.

Qual o debate havia no Brasil? Era justamente o imposto cobrado na origem,

que faz com que os Estados mais ricos continuem ricos, ou seja, a desigualdade que existe na questão tributária não diminui. Quando se trata de cobrar no destino, vai haver condições de distribuir mais renda, mais riqueza, gerar mais desenvolvimento.

Outro debate que é fundamental esclarecer para todos os que estão nos acompanhando é o de que esta reforma tributária é de interesse especificamente do Presidente Lula. É lógico que o Presidente Lula tem interesse nesta reforma tributária, mas ela é de interesse do povo brasileiro, da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, de todas as entidades sérias que existem neste País. O interesse é do nosso povo, da nossa gente.

Sra. Presidente, para o nosso Governo o impacto da reforma tributária, do ponto de vista dos recursos, da tributação, é nenhum, porque a cobrança só vai ser feita a partir de 2030. O que o Governo Lula, através do Ministro Haddad, está fazendo é justamente ter responsabilidade de Estado com o nosso País, trabalhando para o futuro do nosso País, não está preocupado com eleição, com este momento, mas com o futuro. E para o futuro nós temos que gerar emprego, desenvolvimento e, ao mesmo tempo, fazer com que diminua a desigualdade social que existe no Brasil.

A reforma tributária tem que ser justa, criar expectativas e sonhos, para que as pessoas que vão pagar o imposto saibam o destino desses recursos. Portanto, é preciso haver muita transparência.

Estão de parabéns todos aqueles que dedicaram dias, meses, anos, para construir esse projeto que nós vamos votar aqui hoje para poder valorizar, reconhecer o trabalho deste Parlamento brasileiro, para poder criar oportunidade para o povo brasileiro. Essa deve ser a nossa função.

Parabenizo todos que estão construindo esse projeto fundamental para o Brasil, que nós vamos votar hoje.

Documento 212/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Gabriel Nunes-PSD -BA	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GABRIEL NUNES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é uma honra muito grande estar hoje, nesta tribuna, para fazer parte da história. Este Plenário, o Congresso Nacional já vem discutindo a importância da reforma tributária, há mais de 30 anos.

Hoje será um dia histórico, dia em que o nosso Presidente da Câmara se empenhou de maneira muito séria, atuante, para que pudéssemos votar esse importante texto que, discordando da Oposição, foi amplamente debatido aqui nesta Casa. Já foi debatido, inclusive, em diversas Comissões Especiais.

Nesta oportunidade, parabenizo o Relator Aguinaldo Ribeiro por ter discutido muito o texto, ter ouvido todas as entidades, os Governadores, os Prefeitos, enfim, a sociedade civil, e estar buscando a modernização do sistema tributário brasileiro, esse sistema tão complexo, tão perverso que hoje vai dar um passo importante aqui nesta Casa e vai ter ampla aprovação. Não tenho dúvida de que os nossos pares vão votar de maneira competente, atuante, massiva na aprovação desse projeto, reduzindo cinco impostos, diminuindo para apenas dois, que serão a CBS e o IBS.

Portanto, estamos firmes, assim como o nosso partido, o PSD, sob a liderança do grande Líder Antonio Brito, que vai ser firme na aprovação desse projeto. Além de esse projeto estar preservando o SIMPLES Nacional, que hoje é optante por mais de 90% dos CNPJs brasileiros, o texto garante que a empresa que quiser continuar através do Simples Nacional vai poder estar no Simples Nacional, além de estar se creditando também através do novo regime tributário.

Portanto, Sra. Presidente, estamos atuando para que esse texto possa ser aprovado, mas pedimos também ao Relator uma atenção especial, como o nosso Governador Jerônimo Rodrigues solicitou, para que possa ser prorrogado o regime automotivo do Nordeste, que vem gerando muito emprego, muito desenvolvimento, fazendo com que possa haver atração de novas indústrias para a Região Nordeste. Fazemos um apelo para que o texto final possa também contemplar o regime diferenciado automotivo para o Nordeste, que trouxe uma importante ferramenta, a segurança jurídica para as empresas que se instalaram no Nordeste e que estão se instalando através dos incentivos fiscais.

Portanto, o texto está maduro para ser votado e também é uma importante conquista por estar desonerando a cesta básica, zerando as alíquotas, o que através de lei complementar também será tratado. Portanto, é um texto muito importante para o Brasil se modernizar e se adequar a mais de 170 países que já usam o IVA. O Brasil vai dar um passo muito importante. Eu tenho certeza de que esta Casa irá hoje apreciar um momento muito importante da nossa história.

Portanto, estou a favor do texto. Parabenizo, mais uma vez, o Relator, o

Presidente desta Casa, todos os Líderes partidários que se empenharam para que esse texto possa ser votado no dia de hoje. Vamos juntos votar a favor do texto da reforma tributária e do desenvolvimento econômico do nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 213/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Welter-PT -PR	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é um prazer falar com o povo brasileiro em um momento tão importante como este.

Alguém deste País tem dúvida de que a vontade do Presidente Lula é distribuir renda e combater a fome? Eu não tenho dúvida, porque ele fez isso nos Governos anteriores. Inclusive é reconhecido pela ONU. Alguém tem dúvida de que essa reforma tributária também ajuda a combater a fome? Eu não tenho dúvida. Certamente, vai combater a fome, porque vai diminuir e zerar os impostos sobre os alimentos da cesta básica. Isso é uma visão de Governo. O Relator acatou essa medida tão interessante para ajudar o povo a ir ao supermercado e encher mais o carrinho de comida e de alimentos, para ter facilidade de comprar, a fim de suprir as reais necessidades e poder tomar café, almoçar e jantar, como é o desejo do Presidente Lula.

Nós estamos legislando neste momento como um papel de Estado. O que este Parlamento vai fazer hoje é uma vontade nacional, uma vontade de melhorar a vida do povo brasileiro. A legislação vai criar condições para desonerar o consumo, para devolver, inclusive, dinheiro indiretamente para o povo trabalhador mais pobre. Está garantido isso também nessa proposta do Relator, essa proposta que é tão brilhante.

Depois de todas essas décadas e décadas em que se falava de reforma tributária, agora, até que enfim, criou-se a maturidade política. Este Parlamento vai votar essa PEC, essa reforma à Constituição, para garantir aquilo que é possível. Nem sempre conseguimos fazer o que desejamos, mas aquilo que é possível está aqui garantido, porque o povo brasileiro certamente baterá palma a cada Parlamentar que votar com o seu "sim" à PEC 45, que trata da reforma

tributária.

O povo brasileiro vai reconhecer cada um dos senhores e das senhoras, porque, realmente, será um avanço, na medida em que se garante que o povo, com essa mudança através da PEC, possa comer mais e se alimentar melhor. Então, zerando os impostos sobre a cesta básica, certamente com cada centavo que o trabalhador ganhará a mais, com a correção do salário mínimo acima da inflação — que também é proposta deste Governo — ficará mais fácil trazer os alimentos para dentro de casa.

Aliás, há outro ponto fundamental que vai ajudar Estados e Municípios que são menos ricos, estão mais empobrecidos e que têm maior dificuldade de promover desenvolvimento. Quando se acaba com o antigo balcão de negócios que existia com relação à guerra fiscal, se acaba com a guerra fiscal, os negócios começam a se instalar de acordo com a vocação regional. Não é um Município rico que dá monte de estímulos a uma indústria que vai levar a empresa para lá, ou um Governador mais rico. As empresas precisam se instalar de acordo com estímulos regionais que o Estado pode promover para desenvolver determinada região. Isso ajudará em muito o País na geração de empregos e na diminuição das desigualdades regionais.

Eu estou muito feliz de estar aqui e garantir ao povo brasileiro que nós vamos diminuir as desigualdades regionais com essas medidas que estamos votando no dia de hoje. Acabando com a guerra fiscal, nós vamos garantir que o Estado brasileiro possa intervir com qualidade na promoção do desenvolvimento regional, dando estímulos maiores aos Estados que precisam enriquecer mais. Isso é possível por meio dessa medida. Isso nós vamos construir gradativamente regulamentando por novas leis para aperfeiçoar aquilo que estamos votando hoje.

Não tenham dúvida: quando um Governo pensa no povo mais sofrido, quer distribuir renda, zera os impostos sobre a alimentação, quem vai ganhar será cada Parlamentar que votará o seu "sim" no dia de hoje. Não tenham dúvida de que quem vai ganhar com isso será o povo brasileiro, que perceberá que a vida vai melhorar gradativamente.

Uma coisa de cada vez. Está se encerrando o semestre e certamente esta medida sendo votada no dia de hoje será a medida mais acertada que este Parlamento tomará nesses dias que finalizam este semestre.

Muito obrigado. Um grande abraço a todos.

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um grande dia, um dia histórico. Após mais de 20 anos, vamos aprovar a tão esperada e necessária reforma tributária. Garantimos menos impostos. Menos impostos, sim. A cesta básica vai ficar mais barata, produtos serviços ficarão mais baratos ao consumidor.

Por essa razão, hoje é um dia de comemorar, porque além de garantir uma redução de impostos aos consumidores brasileiros, vamos garantir mais transparência. Hoje, não sabemos quanto custa o imposto que pagamos quando vamos comprar um pão. Esta caneta, quando vamos comprá-la, não sabemos quanto de imposto estamos pagando. Quando se contrata o serviço de um Uber, não sabemos quanto de imposto, hoje, está sendo embutido nesse serviço. Quando no final de um domingo se solicita a compra de uma pizza para ser entregue pelo aplicativo iFood, não se sabe quanto de imposto está sendo pago e para onde ele vai. Essa história vai mudar, porque a reforma tributária, além de garantir mais transparência, vai garantir também justiça tributária, porque hoje o consumidor da minha cidade, de São Luís do Maranhão, quando pede um Uber, quando pede uma pizza, pelo iFood, um terço dos impostos vai para São Paulo. Essa história vai mudar, porque agora o consumo vai ser tributado, a arrecadação vai para o local do consumo. Se se consome em São Luís, o dinheiro fica em São Luís. E se o dinheiro ficar em São Luís, ficar na cidade, é garantia de mais investimentos para saúde, para educação. Isso é muito importante, é dinheiro para tapar o buraco da rua do cidadão. Isso é justiça tributária.

Falando em Uber e em iFood, há uma notícia também muito importante. Garantir que esses recursos fiquem nas cidades não é só essa medida que a reforma tributária vai garantir não, nós vamos também incentivar recursos para a revitalização do centro histórico.

Aproveito para cumprimentar o Prefeito João Campos, do meu partido, PSB, que, em debate ontem com o Relator e outros Parlamentares, conseguiu garantir incentivos para a revitalização do nosso centro histórico. É mais dinheiro para São Luís.

Quero também falar de uma grande conquista do nosso mandato. Agora, com a reforma tributária, as pessoas com deficiência pagarão 50% menos de impostos para aquisição de produtos para saúde, como medicamentos e também produtos que garantam a acessibilidade. Por essa razão nós vamos votar pela reforma tributária, por mais transparência, por menos impostos, para garantir justiça

tributária.

Eu peço o apoito de todos os Deputados, independentemente de ideologia, porque essa é uma questão do País, este projeto tramita nesta Casa há décadas. É por essa razão que eu peço o apoio de todos. Não existem dois brasis, existe apenas um Brasil e existe um tributário que precisa ser atualizado, precisa ser reformado para garantir mais direitos, para garantir mais respeito e para garantir acesso a todos.

Viva a inclusão! Viva o direito daqueles que mais precisam! Viva uma reforma tributária justa e necessária! E é essa que nós vamos aprovar aqui, no dia de hoje.

Muito obrigado.

Documento 215/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Laura Carneiro-PSD -RJ	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ. Sem revisão da oradora.) - Que honra, minha Presidente, nobre Deputada Katarina, V.Exa. presidir a sessão neste momento!

Sra. Presidente, primeiro quero lembrar que este não é um tema qualquer, é um tema absolutamente especial, Deputado Reimont. São 40 anos! Eu estou no meu quinto mandato. No meu primeiro mandato, já dizia: *"Vamos votar a reforma tributária!"*.

Eu vejo aqui alguns Deputados que participaram disso, não é, meu querido. Fico imaginando a importância do que vamos fazer hoje. É claro que vamos começar pela questão da taxação no destino. São mais de 30 anos que eu ouço isso, desde o meu primeiro mandato. Quando eu era uma menina já ouvia isso: *"Temos que taxar no destino e não na origem"*. Agora nós conseguimos esse avanço. Quando poderíamos imaginar que, enfim, vamos votar uma reforma que resolve o problema da cesta básica? Mas não será qualquer cesta básica, é uma cesta básica responsável, a partir de uma lei complementar que vai estipular os itens, e esses itens estarão sempre com a responsabilidade de

quem entende o momento de fome que se vive no Brasil.

E ainda, Sra. Presidente, Deputada Maria do Rosário, avança-se na área da saúde, na área da educação e na área do transporte público. Portanto, as quatro áreas que afetam diretamente o trabalhador brasileiro. E é para eles que esta Casa funciona, é para eles nós trabalhamos, é para essa população mais pobre e mais vulnerável que nós temos que montar e escrever uma reforma tributária.

Sra. Presidente, acompanhamos nos últimos dias, especialmente de segunda para cá, eu, Deputado Pedro Paulo, Deputado Gastão Vieira, Deputado Sidney Leite, várias reuniões com os Prefeitos, com os Governadores. Nós todos acompanhamos, ao longo do dia, várias modificações que estão sendo feitas. Então, neste momento, já há um texto modificado pelo Conselho, um texto modificado para o Fundo, que possibilitará essa equiparação, que possibilitará que efetivamente tenhamos, na Nação brasileira, uma Federação minimamente equânime.

Eu vou dar o exemplo do Rio de Janeiro, Deputada Katarina. Todo mundo diz que o Estado do Rio de Janeiro é o primo rico. Não é o primo rico. E a prova maior disso é que, dos quatro Estados que estão em regime de recuperação fiscal, três deles estão no Sul e Sudeste, o que significa dizer que não é verdade essa dicotomia entre Nordeste e Sul/Sudeste. Temos problemas porque o nosso problema não é a região, o nosso problema é a fome, é a vulnerabilidade, é a pobreza, é a falta de investimento em saneamento. Esses são os nossos problemas.

Sra. Presidente, esses temas serão equacionados. Sobre a questão dos serviços e do comércio, eu e o Deputado Gastão tivemos hoje pela manhã várias reuniões para resolver como atender o setor de serviços e comércio.

Padre, olhando para V.Exa., eu não poderia deixar de dizer que acredito que o objetivo de todos nós é achar justiça social através das reformas, e a reforma tributária é uma dessas possibilidades. Através da reforma tributária vamos, de alguma maneira, utilizar os iguais e resolver os problemas.

Quero parabenizar o Presidente Lira pela capacidade e pela coerência que teve desde o primeiro momento, pela luta em ouvir a todos. Todos nós vimos o que ele tem passado nesses últimos dias. Ele manteve a sua posição para que pudéssemos votar uma matéria dessa importância hoje.

E, é claro, quero saudar o nosso Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro. Eu não queria estar um minuto sequer no lugar dele. O Aguinaldo tem sido um leão. Ontem ele não almoçou, não jantou. Hoje ele não dormiu. Enfim, ele tem ouvido todos os setores, todos os Parlamentares, de maneira célere, responsável, até porque, em relação a todas as matérias, ele, além de ter que de alguma maneira conversar com o Parlamento, também conversa com o Poder Executivo.

Aproveito para agradecer a todos os Líderes, em especial ao nosso Líder Antonio Brito, pelo trabalho que desenvolveu e tem desenvolvido para que esta reforma seja possível.

Terminando, Sra. Presidente, quero agradecer à Deputada Tabata, ao Deputado Pedro a chance de trabalharmos a questão da revitalização dos centros históricos. Isso é muito importante, principalmente para as capitais.

Enfim, Sra. Presidente, a reforma é uma transformação importante para este País. Quarenta anos depois, esta Casa mostra como é hoje muito mais madura, muito mais eficiente e que, enfim, aprovará a reforma tributária do Brasil.

Documento 216/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Átila Lins-PSD -AM	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Declaração de voto pela aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, apenas para registrar o fato de que hoje estamos vivendo um dia histórico. Eu já estou aqui cumprindo meu 9º mandato como Deputado Federal, portanto, há 33 anos nesta Casa. Em todas os mandatos, em todas as gestões, havia a intenção de se criar e de se aprovar um sistema tributário novo. E finalmente, hoje, depois de tanto tempo, parece-me que a reforma tributária vai acontecer.

Eu quero aqui cumprimentar o Presidente Arthur Lira, o Relator Aguinaldo Ribeiro e todos que participaram ativamente desse esforço.

Nós, que somos do Estado do Amazonas, Sra. Presidente, estamos recompensados, porque fizemos um acordo, com apoio do Governo do Presidente Lula, do Ministro Fernando Haddad, do Governador Wilson Lima, dos nossos Senadores, dos nossos Deputados, para preservar a Zona Franca de Manaus na sua competitividade, na sua segurança jurídica, nas suas vantagens comparativas, enfim, colocando na reforma tributária as ferramentas necessárias para continuarmos desenvolvendo a Zona Franca de Manaus, o Amazonas e a Região Amazônica. Com certeza isso nos faz votar a favor da reforma, que não é a reforma que todos gostariam que fosse aprovada, mas é a

reforma possível, Sra. Presidente.

Documento 217/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Paulo Foletto-PSB -ES	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. PAULO FOLETTO (Bloco/PSB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Maria do Rosário.

Eu não poderia deixar este dia passar sem me manifestar. Vivemos um momento histórico. São mais de 4 décadas à espera de uma reforma tributária. De forma parcimoniosa, com paciência, fizemos uma discussão e ouvimos todos.

Nós contamos com a presença dos Governadores do Sul e Sudeste, reforçados pelo Mato Grosso do Sul, e todos se manifestaram favoravelmente à reforma tributária. Nós tivemos a dedicação do Relator Aguinaldo Ribeiro, e o Deputado Reginaldo Lopes coordenou a comissão da reforma tributária. Nós tivemos a conscientização deste Plenário sobre esse momento, neste mandato que vai ficar para a história do Brasil.

A reforma vai diminuir o Custo Brasil e vai favorecer a reindustrialização do País, que sofre demais com a perda da eficiência da indústria, com o comércio sem a cumulatividade dos impostos. Com a cesta básica desonerada, a reforma vai atender à população mais vulnerável, mais pobre deste País.

Sem dúvida nenhuma, é um dia histórico na história do Brasil o dia da reforma tributária ser acolhida por todo este Plenário e pela maioria dos partidos.

Obrigado, Presidente Maria do Rosário.

Documento 218/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:36
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Romero Rodrigues-PSC -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à realização da reforma tributária. Defesa da inclusão de empresas aéreas e de outros modais de transportes no regime especial de tributação.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PSC - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, muito obrigado pela gentileza, pela oportunidade e pelo espaço.

Serei bastante objetivo para também com alegria registrar o encaminhamento para a deliberação da reforma tributária e ver como avança a questão da inclusão dos itens que serão beneficiados, como o setor da educação, o setor da saúde e a cesta básica com os impostos zerados, o que é fundamental para atender principalmente as pessoas que mais precisam neste País.

E não poderia deixar de fazer um registro importante por ser Presidente da Comissão de Turismo. Agora, recentemente, também o segmento de turismo foi incluído naquele regime especial, que é fundamental, tendo em vista que esse setor foi o que mais enfrentou dificuldade no período recente da pandemia e no período da retomada.

Então, foi mais do que justa a inclusão do setor de turismo.

Faço um apelo ainda, finalmente, para incluir nos modais de mobilidade também as empresas aéreas, como todos os demais, Sra. Presidente, modais de mobilidade, transporte urbano e aquaviário. Peço que inclua também o segmento aéreo, até porque não se faz turismo sem transporte aéreo.

Então, é um apelo final para ver se se inclui, finalmente, o setor das empresas aéreas também nesse regime especial.

Muito obrigado. Um abraço e que Deus abençoe a todos.

Documento 219/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:36
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Helder Salomão-PT -ES	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Natureza histórica da realização da reforma tributária.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Hoje é um dia histórico para o Parlamento brasileiro. Eu estou aqui há 8 anos e meio, mas muitos estão aqui há muito mais tempo. São 4 décadas em que nós discutimos a necessidade de uma reforma tributária. E este Congresso, esta Casa em especial, fará o dever de casa que deveria ter feito há muito tempo: aprovar uma reforma tributária, fazendo com que o Brasil adote um modelo do IVA, que é um modelo adotado pela grande maioria dos países do mundo que conseguiram avançar para ter crescimento sustentável, inclusão social e fazer justiça tributária.

Portanto, hoje, de fato, é um daqueles dias em que vamos votar com muita convicção de que estaremos fazendo o melhor para o presente e para o futuro do Brasil. Esta não é a reforma para um Governo, é a reforma para as futuras gerações, que poderão ver mais justiça tributária, impostos unificados e simplificação, acima de tudo, fazendo com que aqueles que menos têm sejam beneficiados pelo sistema tributário.

Documento 220/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Delegada Katarina-PSD -SE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Presença, na Câmara dos Deputados, da Secretária de Estado da Fazenda de Sergipe, Sara Tarsila. Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. DELEGADA KATARINA (Bloco/PSD - SE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente, pela oportunidade.

Boa tarde a todas e a todos.

Gostaria de registrar a presença da nossa Secretária de Estado da Fazenda lá de Sergipe, a Dra. Sara Tarsila, que está aqui a semana toda discutindo o tema.

Hoje realmente é um dia histórico. Esse tema não foi debatido suficientemente, realmente, ou é falta de conhecimento ou má-fé. Mais de 30 anos, discute-se esse tema. A PEC, desde 2019, já passou pelas Comissões mais importantes da Casa. O avanço que a reforma tributária trará para o nosso País é muito grande

e vai tratar realmente da questão da justiça social.

Então, aqui, eu não tenho mais tempo para falar, mas quero dizer que o Brasil merece. Este País não é de esquerda, nem é de direita, este País é de todos nós, é do povo brasileiro, e precisamos nos conscientizar disso.

Este Parlamento vai dar essa vitória, vai dar ao povo brasileiro o que ele merece: um sistema tributário digno e justo.

Muito obrigada.

Documento 221/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Renildo Calheiros-PCdoB -PE	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Sem revisão do orador.) - De Pernambuco, Presidente.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio que os astros estão se realinhando, e nós iremos viver hoje à noite um momento histórico nesta Casa, que é a votação do projeto de reforma tributária.

Ao contrário do que alguns falaram aqui, essa matéria é debatida há quase 40 anos no Congresso Nacional. Eu próprio participei, no mandato passado, de uma Comissão Especial para debater a reforma tributária e também do debate dessa PEC 45, em 2019, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. É, portanto, um assunto do conhecimento de todos. É claro que, por ser um assunto complexo, é necessário estudá-lo para tentar compreender melhor a questão tributária.

Há um consenso de que o sistema tributário brasileiro é ineficiente, é disfuncional, é desequilibrado e injusto. Então, a pior coisa que nós podemos fazer é não aprovarmos a reforma tributária. Essa é a pior solução, mesmo que, no projeto de reforma tributária, não estejam presentes todas as questões que nós gostaríamos de modificar. Isso não invalida nós aprovarmos o atual projeto, porque significa resolvermos parte do problema. Creio que essa maturidade toma conta hoje da Câmara dos Deputados. A reforma tributária

não foi votada no passado por causa de duas ou três grandes questões, nas quais se juntavam pequenos conflitos, disputas de interesses legítimos, todos, que acabavam por criar um ambiente em que a reforma tributária não prosperava. A maturidade desta Casa fez com que uma série de negociações fossem realizadas. E, aqui, as pessoas falam contra a negociação, contra o acordo.

Ora, é a negociação e o acordo que viabilizam a aprovação do projeto. Quanto mais negociado, quanto mais acordado, mais representativo o projeto. Aprovar a reforma tributária aqui é sobretudo uma vitória da política, é a política no comando, porque ela é capaz de resolver os conflitos e capaz de encontrar as soluções para as grandes questões do País.

A matéria é muito abrangente, mas eu vou aqui entrar no desafio de tentar falar sobre três ou quatros questões e tentar pontuá-las. A primeira é que a reforma tributária se propõe a simplificar o nosso sistema. Então, ela pega cinco ou seis impostos: o ISS, um imposto municipal; o ICMS, um imposto estadual; o IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados, um imposto federal; o PIS; o PASEP; o COFINS e transforma tudo isso em um ou dois: o IBS, que é um imposto e a contribuição, que é a CBS. A CBS é um imposto sob o comando da União, e o IBS, sob comando dos Estados e Municípios.

Há uma simplificação muito grande que torna o nosso sistema mais eficiente, mais transparente e mais adequado para os dias atuais. Fica um problema. Quando acabar o ICMS, que política de desenvolvimento regional o Estado pode ter, já que aquele diferencial que ele poderia oferecer no ICMS não mais existirá? O projeto sabiamente está criando o Fundo de Desenvolvimento Regional. Está no relatório inicial uma ideia de 40 bilhões, que acho pouco. Devemos tentar ampliar esse valor de 40 bilhões, para enfrentarmos as desigualdades regionais em melhores condições.

Há uma questão importante também. Sabiamente o projeto deixa fora regimes tributários especiais, como o regime do Simples, que pega as pequenas e microempresas, e a Zona Franca de Manaus, que é também uma obra interessante e inteligente para a Região Norte, já em curso há algum tempo. Ao contrário do que se diz, vários setores terão alíquota diferenciada para menos, com a redução de 50%. Por exemplo, o setor de transporte público, redução de 50%; o setor de medicamentos — ninguém aguenta mais comprar remédio no Brasil —, redução de 50%; serviços de saúde e dispositivos médicos, redução de 50%; serviços da educação, redução 50%; produtos agropecuários, 50% de abatimento; atividades artísticas e culturais — estamos tentando botar aí também o turismo —, 50% de redução na alíquota.

Há uma série de avanços que o tempo de exposição aqui não permite detalhar. Ainda é criada a figura do *cashback*, que é a possibilidade de parcela expressiva da população receber a devolução do imposto pago, uma grande inovação do sistema tributário nacional, que pode beneficiar enormemente a população de baixa renda. Com a tecnologia existente hoje, é completamente

possível e até fácil a implantação desse sistema.

Por isso, Sr. Presidente, mesmo nesse imprensado do tempo, eu gostaria de dizer que é uma grande conquista votarmos a reforma tributária.

Documento 222/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Gilson Daniel-PODE -ES	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, agradeço muito a oportunidade de falar de um tema que fará com que esta Casa marque a história. Esta legislatura marcará a história do Brasil votando essa reforma.

A reforma tributária é esperada pelo Brasil há muitos anos. Eu, como contador, pude acompanhar isso ao longo desses anos. Nós contadores não temos como acompanhar uma legislação que é alterada todos os dias, principalmente a legislação do ICMS. Como o sistema tributário brasileiro se alterou ao longo desses anos, hoje esta Casa poderá marcar a história votando essa reforma tão importante.

Ontem, nesta tribuna, eu falei sobre essa reforma com relação aos impostos, principalmente sobre serviços. A preocupação que eu tinha era principalmente com o turismo, com a hotelaria. Eu vi que o Relator Aguinaldo Ribeiro, com muita sensibilidade, com muita tranquilidade, com diálogo com todos os partidos e com o sistema produtivo deste País, pôde atender os pedidos que fizemos. Assim, hoje estamos em condições de votar uma reforma muito importante para o nosso País.

Ontem, quando o nosso Relator falou em zerar a carga tributária sobre a cesta básica, alegrou-se este Plenário. Todos os Deputados comemoraram, porque essa era uma luta de todos. Nós queremos que a população brasileira tenha condições de comprar uma alimentação digna. Com o trabalho que está sendo feito por esta Casa, que zera o imposto sobre a cesta básica, o Governo Federal e esta Casa dão uma amostra de que nós estamos trabalhando para os brasileiros.

Por isso, reitero a minha felicidade de hoje falar aqui favoravelmente a essa reforma. Vou votar favoravelmente a essa reforma, porque vejo que é a solução para o desenvolvimento do Brasil. Ninguém aguenta mais a carga tributária que nós temos hoje em nosso País. Nós não sabemos o que vamos pagar e o imposto que está embutido em cada produto que compramos. Essa reforma, mesmo que seja longa — ela é longa, pois precisou de 50 anos para ser implementada —, é um grande passo que esta Casa está dando hoje.

Quero parabenizar todos os nossos Deputados que trabalharam no grupo de trabalho dessa reforma. Nós tivemos um representante do Podemos nesse grupo de trabalho.

Quero parabenizar também o nosso Relator, que trabalhou incansavelmente para que pudéssemos ter condições de, hoje, aprovar essa reforma nesta Casa.

Quero parabenizar o Presidente Arthur Lira pelo esforço que fez com os Parlamentares para que pudéssemos discutir, ontem e hoje, durante todo o dia, antes da Ordem do Dia, esse tema tão relevante para o Brasil.

Quero parabenizar os Deputados que hoje estão se posicionando favoravelmente à reforma.

Este Parlamentar fará o necessário para defender o pequeno, para defender a população brasileira, para defender aquele que mais precisa, para defender aqueles que buscam viver com dignidade em nosso País. Eu estarei aqui para defendê-los.

A proposta do nosso Relator de zerar o imposto sobre a cesta básica faz com que nós tenhamos condições de votar essa reforma com muita tranquilidade.

Mais uma vez, Sra. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de falar desse tema tão relevante.

Quero dizer que eu voto "sim" à reforma.

Muito obrigado.

Documento 223/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:52
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luciano Alves-PSD -PR	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a

reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUCIANO ALVES (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Muito boa tarde, Sra. Presidente, caros colegas Deputados, caras colegas Deputadas.

Nesta data importante para o País, é uma honra estar aqui com os colegas para falar do Brasil. Essa reforma tributária não é uma reforma do Presidente Lula, não é uma reforma do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Essa reforma tributária é dos brasileiros, dos empresários, dos trabalhadores, das pessoas que acreditam num país melhor, das pessoas que esperam um país em que possam investir e ver que o imposto que elas pagam é bem distribuído e retorna para o cidadão.

Eu, Luciano Alves, sou jornalista. Nós investigamos, lemos, buscamos informações e estudamos para escolher a melhor opção, ainda mais no cargo de Deputado Federal, que ocupo hoje, junto com os demais colegas. Tenho certeza de que hoje é um dia em que Oposição e Situação devem esquecer as divergências e os objetivos políticos e votar pelo Brasil.

Há muito tempo, eu escuto falar sobre essa reforma tributária. Hoje é o dia! Chegou o dia de nós votarmos! E digo mais: está sendo uma vitória do povo brasileiro. Nas últimas 48 horas, essa proposta já teve muitas mudanças. O povo pode ter certeza — estou aqui, deste lado, inclusive, falando isto para que a população saiba — de que o melhor vai acontecer. Essa reforma tributária vai ser benéfica para a população.

Quero dar parabéns à população brasileira que usou as redes sociais para cobrar os Deputados desta Casa dizendo: *"Não! Votem 'não'! Votem 'não'!"* Quero aliviar essa população, pois os Deputados estão atentos. Junto com Governadores de vários Estados e com Prefeitos que vieram a Brasília e se reuniram nesta Casa, nós construímos uma reforma que hoje realmente atende os Estados, atende os Municípios e, principalmente, atende o cidadão, que nos colocou aqui nesta Casa.

Senhoras e senhores, parabenizo os Governadores. Quero destacar a atuação do Governador Tarcísio, de São Paulo, que foi coerente, inteligente, analisou e viu que a reforma é algo que realmente o Brasil está precisando.

Outros países já avançaram e utilizam esse sistema do IVA. Chegou a nossa vez. É preciso simplificar. Há muito imposto neste Brasil. Eu acho que precisamos de menos imposto e mais ação para a população.

Que cada um de vocês hoje possa refletir, pensar, analisar! Desde ontem, estamos discutindo isso aqui. O Deputado Aguinaldo Ribeiro, ontem, leu 142 páginas do relatório dessa proposta. Eu nunca tinha visto nesta Casa alguém ficar quase 3 horas falando. Foi algo muito importante.

Eu quero dar parabéns ao Governador Carlos Massa, o Ratinho Junior, do

Estado do Paraná, que veio ao Congresso Nacional e disse: *"Não vim aqui dizer como vocês devem votar, mas eu, como Governador do Paraná, tenho a obrigação de dizer o que é bom ou não para o nosso Estado"*. Ele disse que a reforma beneficia, sim, Estados e Municípios.

Agora nós temos que ficar atentos ao Conselho Federativo, que decidirá quanto vai para cada Município. E isso já está acontecendo.

É preciso avisar aos motoristas de aplicativos que eles também estão sendo beneficiados, assim como os amigos que trabalham com o turismo — eu sou de Foz do Iguaçu, a terceira cidade mais visitada por turistas. Também será contemplada a categoria do turismo.

Muito se falou sobre a cesta básica. Disseram que o valor da cesta básica aumentaria em razão dos impostos. A cota será zero para a cesta básica do brasileiro. Muita coisa boa está para acontecer.

Senhoras e senhores, eu quero dar parabéns também ao Deputado Antonio Brito, nosso Líder do PSD aqui na Casa, que se esforçou para promover debates, explicar o tema e orientar a nossa votação.

Eu digo ao povo do Paraná que estou atento, junto com os colegas. Esta reforma tributária veio para beneficiar o povo brasileiro.

Que Deus abençoe o Brasil e o Estado do Paraná! Queremos um Brasil melhor para todos, não só para alguns!

Obrigado.

Documento 224/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-17:56
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Sidney Leite-PSD -AM	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu entendo que nós vivemos um momento histórico.

O Brasil tem o sistema tributário mais complexo do mundo. Nós não sabemos afirmar, em determinados produtos, Deputado Helder, quanto é a carga tributária, pela cumulatividade e pelo número de normas. Isso cria dificuldades. Mais de 400 mil normas regem o sistema tributário brasileiro.

A França, Sra. Presidente, utiliza a simplificação desde a década de 50, no século passado. A Nova Zelândia já está no IVA 4.0.

É importante que algumas *fake news* sejam esclarecidas. A indústria — o setor industrial brasileiro, na década de 80, já representou 35% do PIB, com a indústria de transformação, e hoje, Deputado Helder, representa pouco mais de 10% — terá a garantia da não cumulatividade e, com isso, terá alíquota zero, porque ela vai se creditar. O comércio terá alíquota neutra, zero, porque, a partir do momento em que se consolidar a transação comercial e se efetivar aquilo, ele vai ser creditado, e quem vai pagar o imposto é o consumidor, porque este é o imposto do consumo. E ele também vai poder se creditar de outros insumos, como energia elétrica e transporte.

Então, haverá um ganho do ponto de vista da política fiscal, da política econômica, da geração de emprego e renda e da retomada do desenvolvimento do nosso País.

Lembro que as indústrias e os setores de exportação vão parar de exportar tributos e vão exportar o seu produto, porque haverá essa mudança, que é um dos conceitos do IVA, que é a tributação no destino.

Então, eu entendo que hoje nós vivemos um marco histórico.

E há um detalhe: infelizmente, o contencioso no Brasil representa 75% do nosso PIB, o que dá em torno de 7,5 trilhões de reais. Nós temos a expectativa de reduzir esse contencioso em mais de 99%. Esse é um dado importante.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos últimos dias, nós tivemos um grande debate sobre a forma como se dará a partilha do desenvolvimento regional. É importante lembrar que o nosso País, que nós tanto amamos, que é o nosso querido Brasil, tem duas grandes desigualdades: a desigualdade social — o País é um dos mais desiguais do mundo — e a desigualdade regional.

Eu vou citar só um exemplo, Sra. Presidente. O Estado do Nordeste tem o IDH na casa de 0,663, enquanto o Sudeste tem o IDH na casa de 0,766. Mas veja o seguinte, Deputado Helder: a tributação é no destino. Eu não tenho nada contra ninguém. Nós somos irmãos, somos brasileiros, mas o Sudeste e o Sul do Brasil são melhores em infraestrutura, logística, telecomunicação e pesquisa. O grosso das pesquisas está nessa região. Além disso, 72,8% do PIB da indústria estão nessa região e somente 27,2% do PIB da indústria estão no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Por isso, eu entendo que o critério de distribuição do desenvolvimento regional

tem que levar em consideração o PIB investido, para que nós possamos fazer justiça. Não há riqueza, Sra. Presidente, numa ilha cercada de miséria. Não há riqueza que se sustente. Nós precisamos ter uma visão global de país e não uma visão do Estado, daquilo que ele ganha. Quando foi instituído o FPE, tiveram essa preocupação. Nós precisamos garantir isso.

Sra. Presidente, há algo que eu acho muito interessante neste Parlamento e no Brasil de hoje: gente que se diz liberal, mas é contra a reforma. Eu não consigo entender que liberalismo é esse. É liberalismo de ocasião? É liberalismo de conveniência? Nós estamos votando o que há de mais moderno no liberalismo econômico, que é a transparência, que é a simplificação tributária, que é garantir que quem queira trabalhar, produzir e empreender consiga fazê-lo. Nós estamos resolvendo um cipoal tributário e credenciando o Brasil, definitivamente, para entrar na OCDE.

Eu entendo que hoje, Deputado Helder, nós vivemos um marco na história deste País. Essa proposta não é de governo A, de governo B, de partido A, de partido B. Essa proposta é do Parlamento. Ela está sendo debatida há 30 anos. Esta PEC se iniciou no ano de 2019.

Portanto, eu conclamo todos os Deputados que ainda têm dúvida a apostarem no Brasil, na retomada do emprego e do desenvolvimento econômico, afinal, nós estamos aqui para representar o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

Solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.

Documento 225/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido aos Líderes de ampliação do prazo de discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Somos favoráveis, obviamente, Sra. Presidente, à reforma tributária. Essa é uma bandeira nossa, que defendemos não é de agora. Ela não está em debate há 20 anos, há 40 anos. Ela é, mais precisamente, da década de 60, Sra.

Presidente. É o que precisamos aprovar no Parlamento. Isso é indiscutível. Todas as bancadas assim concordam.

No entanto, Sra. Presidente, eu faço um apelo humildemente a todos os Líderes partidários da Câmara dos Deputados para que possamos estudar o texto, que nem está completo ainda. Não temos amplo conhecimento do texto, que tem quase 200 páginas. Não podemos acabar com um debate de quase 60 anos em apenas uma noite.

Então, eu peço aos Líderes partidários mais tempo para melhorarmos o texto, para que todo o Parlamento vote "sim". Hoje não temos como votá-lo.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 226/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Couto-PT -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de votação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, precisamos entender como é importante o que nós vamos votar hoje. Estamos falando de uma reforma tributária.

Até ontem, havia gente dizendo que o Brasil iria acabar. Parece-me que agora estão mudando de ideia e estão querendo votar. Na realidade, sabem que essa proposta é importante para que o Brasil continue progredindo, avançando na educação, na saúde, nos direitos humanos, na cultura. Essa é a realidade.

Aqueles que ainda teimam em não querer votar vão responder à população brasileira, que vai cobrar deles por que não ajudaram a votar a reforma tributária.

Nós estamos aqui para dizer que lutamos e, agora, vamos ter a nossa reforma tributária. Agora o povo da Paraíba pode dizer que vamos ter uma reforma.

Antes mesmo da reforma, o Presidente Lula já aumentou em 39% o valor destinado à merenda escolar, o que vai beneficiar 40 milhões de estudantes.

Um abraço!

Muito obrigado.

Documento 227/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Da Vitoria-PP -ES	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DA VITORIA (Bloco/PP - ES. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é importante a nossa participação nesta tribuna, um instrumento que nós Parlamentares temos para representar a sociedade brasileira. Aqui eu quero fazer um registro na condição de coordenador da bancada federal capixaba.

Os nossos Parlamentares do Espírito Santo se reuniram para que pudéssemos fazer o debate sobre a reforma tributária. É um tema que nos une como representantes do Estado. Nós trabalhamos muito no decorrer deste semestre. Especificamente nos últimos dias, dialogamos com o Governo do Estado, que, aliás, está representado aqui pelo Auditor Rômulo Chaves, da Secretaria da Fazenda, e pelo Secretário Benício. Ambos contribuíram com informações técnicas para que ficássemos um pouco mais seguros em relação ao texto da reforma tributária.

É certo que nós já debatemos isso na legislatura passada. Desde quando eu nasci, este tema é discutido no Congresso. Isso se arrasta por muitos anos. A expectativa de muitos Parlamentares, em outras legislaturas, era entregar um texto para tirar o Brasil desse buraco. Nosso País está na posição 184 no quesito regras tributárias. Esse emaranhado de regras confunde todo o mundo. Nem os especialistas, os técnicos, os nossos auditores, os nossos contadores, os nossos advogados tributaristas entendem o que o Brasil paga de tributo, quanto mais o cidadão brasileiro, que compra um produto e não sabe o que está pagando.

Nós pagamos impostos sobre impostos. Toda a sociedade brasileira é penalizada, porque no Brasil não é atrativo empreender. Aqui, a indústria, a cada dia que passa, vai se desfazendo. Nós não temos capacidade de competitividade com os setores do mundo. Nós precisamos fazer com que, no nosso País, sejam simplificadas as nossas regras. O País possuiu mais de 600

mil regras, nos últimos 30 anos, aplicadas em todos os entes federados: Municípios, Estados e União. A simplificação desses cinco impostos é uma obrigação que cabe a este Congresso.

Às vezes, em nossos veículos de comunicação, pelos quais dialogamos com a sociedade — WhatsApp, Instagram —, percebemos muita insegurança do setor produtivo. Mas uma coisa é certa: só pelo fato de tornarmos o nosso País mais simplificado, vamos aumentar a capacidade de competitividade do nosso Brasil. Hoje o Custo Brasil faz com que cada uma das empresas que pensam em vir para cá não dialoguem com o Brasil e vão para outro lugar. Os nossos filhos estão se formando para passar em concurso público ou para ir para o exterior. Precisamos gerar empregos e oportunidades aqui. Para isso, precisamos promover a reforma tributária.

O Espírito Santo é a nossa preocupação, Deputado Paulo Foletto. Nós já dialogamos muito sobre isso.

Eu quero fazer esse registro e agradecer ao Presidente Arthur Lira pelo respeito com todos os Estados, principalmente com o nosso Espírito Santo. Ele esteve lá conosco.

O nosso Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro, atendeu o chamado da bancada capixaba, assim como o Deputado Reginaldo Lopes, que coordena o grupo de trabalho, e o Bernard Appy, que é o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, do Ministério da Fazenda.

Nós dialogamos com o setor produtivo, a indústria, o comércio. Todos tiveram oportunidade de se manifestar.

Temos um destaque do nosso partido, o Progressistas, para garantir aquilo que já é regra. Eu fui o Relator dos nossos benefícios fiscais na legislatura passada. Aquilo que está no jogo não pode mudar. Precisamos garantir que Estados, como o Espírito Santo, tenham seus benefícios. Isso gera oportunidade. Vamos nos adequar posteriormente, mas até 2032 precisamos manter as nossas receitas. Não podemos comparar o Espírito Santo com São Paulo, com o Paraná, com Minas Gerais. A atratividade também ocorre pela oportunidade que as empresas e os empreendedores têm com os nossos benefícios fiscais.

Precisamos dar segurança nessa transição da reforma. É certo que 50 anos é muito tempo. Talvez não estejamos mais aqui, mas os nossos filhos, os nossos netos precisam de uma regra segura para que o Brasil possa avançar.

Precisamos, nesse momento, não ficar só no debate. A nossa história aqui precisa ser de vitória. Nós vamos entregar a reforma tributária e virar essa página, para tratar de vários outros temas que alcançam a vida do nosso brasileiro. Precisamos dar conta disso aqui neste Parlamento.

A nossa bancada federal do Espírito Santo está muito preocupada — é lógico

—, mas vamos garantir um texto para continuar fazendo o Brasil se desenvolver. Os nossos capixabas estarão juntos nesse desenvolvimento que nós vamos promover em nosso País.

Obrigado, Presidente.

Documento 228/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:12
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Reimont-PT -RJ	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Maria do Rosário, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trabalhadores da Câmara Federal, a quem cumprimento e agradeço pelos serviços que nos permitem fazer do Parlamento o espaço de produções legislativas e de debates tão importantes, hoje é um dia muito especial para o Brasil. O Brasil precisa deste dia. O que nós estamos fazendo aqui marcará a história e marcará a nossa passagem pelo Congresso Nacional.

Nós estamos votando uma reforma tributária que já vem sendo necessária há muito tempo por diversos motivos. Nós temos processos muito complicados. A reforma tributária trabalha a simplificação, que nos ajudará a entender melhor como os preços chegam à vida do consumidor.

Nós sabemos que uma das questões mais difíceis que temos é decodificar o que discutimos aqui no Parlamento, para que o povo, lá nas nossas bases, entenda. Nós vivemos, nesses últimos dias aqui, episódios de muitas mentiras, muitas mentiras. Fizeram vídeos para colocar na Internet dizendo aos quatro ventos deste Congresso que essa reforma tributária penalizaria os mais pobres. Chegaram ao absurdo de dizer que o preço da cesta básica aumentaria em 60%. Chegaram a dizer que este Governo, que tem promovido o maior debate sobre políticas públicas, o Governo do Presidente Lula, que tem reorganizado a nossa sociedade, é um Governo que não tem alinhamento com os pobres, quando, na verdade, o que mais temos feito é isso. Mentiram dizendo para o nosso povo que a reforma tributária prejudicaria os mais pobres.

Pois bem, hoje nós estamos às vésperas de votar a reforma tributária, às vésperas de votar essa proposta de emenda à Constituição, às vésperas de dar uma resposta positiva do nosso Parlamento à sociedade brasileira. Eu dizia ao

meu colega Deputado, ali embaixo, sentado ao seu lado, que, daqui a pouquinho, se demorássemos, teríamos a proposta aprovada por unanimidade, porque todo o mundo está se convencendo. Os que ontem mentiram, os que ontem disseram que o preço da cesta básica iria aumentar, hoje, já estão voltando os remos para o lado de cá, dizendo que a reforma precisa ser feita e que, portanto, vamos avançar.

Em 1967, ainda sob o governo da ditadura civil-militar-empresarial brasileira, nós tivemos uma reforma tributária. Portanto, estamos há 58 anos esperando mais justiça distributiva, diminuição de desigualdades, avanço de políticas públicas que cheguem à vida do nosso povo.

Nós vivemos num país onde um assalariado e uma pessoa que ganha um salário milionário pagam o mesmo imposto — dou esse exemplo para facilitar a decodificação para o povo que nos escuta — sobre o pãozinho que compram na padaria ou sobre o feijão que compram no supermercado. O imposto que paga um assalariado, um trabalhador que recebe o salário mínimo ou um trabalhador beneficiário do Bolsa Família é o mesmo imposto que paga um milionário ou um bilionário brasileiro. Nós precisamos corrigir isso.

É preciso que a reforma tributária seja aprovada hoje, e será aprovada hoje. Ela carecia de um Governo corajoso. Ela carecia de um Governo com propostas. Ela carecia de que chegasse ao Palácio do Planalto um homem destemido, como Presidente Lula. Ela carecia, durante muito tempo, de que chegasse ao Ministério da Fazenda um Ministro como o Fernando Haddad, para propor, para discutir, para abrir o debate.

Dizem alguns por aí que a reforma está sendo passada goela abaixo do Congresso. A reforma já está sendo discutida há muito tempo. Nenhum partido, nenhuma bancada de nenhum Estado da Federação poderá dizer que o Relator não conversou conosco. Nenhuma bancada, nenhum partido poderá dizer que o Deputado Reginaldo Lopes não conversou conosco. O Governo foi aberto e a reforma tributária será aprovada.

Documento 229/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Bibo Nunes-PL -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição pela Casa da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Grato,

digníssima Presidente.

Daqui a pouco, votaremos essa reforma que eu classifico como altamente prejudicial e pejorativa para o povo brasileiro. Nós somos do "mais Brasil, menos Brasília". Essa reforma é "mais Brasília, menos Brasil".

Com todo o respeito, o nosso descondenado Presidente, que se orgulha do comunismo, está tentando dizer que vai nos salvar com a reforma tributária, está dizendo que vai nos oferecer uma ambulância, quando, na verdade, está nos oferecendo um carro fúnebre.

Sou totalmente contra a reforma. Pelo Brasil, "não" a esta reforma!

Documento 230/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este é um momento histórico para o Brasil.

O Brasil errou, em 1965, quando criou o mais anacrônico e incompleto sistema tributário, que é o 184º pior sistema do mundo. O Brasil tem a oportunidade de consertar a sua economia de mercado.

Para quem não entendeu, ainda há tempo. Estou disponível 24 horas para esclarecer o que está acontecendo aqui.

A reforma de hoje cria uma nova ordem de negócios no Brasil, em que as empresas não serão mais sacrificadas e o povo pagará menos impostos.

A reforma do IVA é suprapartidária, é de interesse da União, dos Estados, dos Municípios, dos empresários e, principalmente, das famílias.

Documento 231/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:20

Publ.: DCD - 7/7/2023 - Flávio Nogueira-PT -PI

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (Bloco/PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós estamos hoje num dia histórico — é verdade! Estamos votando a reforma tributária, contra a qual, num primeiro instante, havia muitas críticas, muitas *fake news*. Disseram, por exemplo, que aumentaria o preço da cesta básica. Ontem, o Relator da reforma simplesmente disse que vai zerar os impostos da cesta básica.

Nós vamos ter, se Deus quiser, um sistema diferente, um sistema que deixa de ser anacrônico para ser um sistema moderno. Todos os países modernos têm um sistema tributário que favorece as políticas econômicas e sociais, tão necessárias para este País, principalmente no Governo do Presidente Lula.

Não há nada mais que possamos dizer sobre essa reforma. Trata-se de uma reforma real, que vai taxar inclusive aqueles que têm muitas rendas. Agora, aqueles que possuem avião particular, helicóptero, grandes navios ou barcos vão pagar IPVA.

Muito obrigado.

Documento 232/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-18:24

Publ.: DCD - 7/7/2023 - Merlong Solano-PT -PI

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Deputada Maria do Rosário, colegas Deputados e Deputadas, telespectadores da *TV Câmara*, eu quero aqui, junto com todas e todos, celebrar o passo importante que esta Casa se prepara para dar hoje, ao votar um novo sistema tributário para o Brasil, ao votar a reforma tributária.

Começo enfatizando que não se trata nem de uma obra do Governo nem de uma obra da Câmara. Trata-se de uma obra coletiva, com participação da Câmara, do Congresso, do Governo, da sociedade, que resulta de um esforço grande, ao longo de meses, em que todos os segmentos da sociedade com alguma relação direta com a questão tributária foram ouvidos inúmeras vezes pelo Relator, pelos Deputados, pelas Comissões, nas audiências públicas, em visitas.

Esta Casa amadureceu, ao longo do tempo, uma leitura muito profunda sobre a atual situação tributária do Brasil. Nós estamos nos preparando para votar uma reforma — não para o Governo, mas para o Brasil — que responde às necessidades do nosso povo, enterrando de vez um sistema tributário ultrapassado, que incentiva desigualdades sociais e regionais, que sacrifica os mais pobres ao obrigá-los a pagar mais tributos, proporcionalmente, do que os mais ricos, sem beneficiar na mesma medida as empresas, que são submetidas a altos custos de administração tributária e, muitas vezes, têm que recorrer à Justiça, o que gera insegurança jurídica e mais despesas. Como já foi dito aqui, o contencioso fiscal na Justiça gira em torno de 75% do PIB brasileiro.

Então, trata-se de um modelo que amarra o Brasil, que onera o investimento e, por isso, também produz desemprego, porque mantém a nossa economia crescendo a taxas pífias, a taxas muito baixas, sem uma sustentação de crescimento acelerado no médio e no longo prazos.

Esta Casa se prepara para dizer "sim" a um sistema tributário moderno, baseado no Imposto sobre o Valor Agregado, que acaba com o efeito cascata, que é aquela história de imposto sobre imposto.

Com uma reforma transparente, cada um de nós saberá, cada vez que comprar um produto, quanto está pagando de imposto. Essa reforma acaba com a guerra fiscal, porque elimina essa excrescência do imposto sobre o consumo na origem, consagrando o imposto no destino. Essa reforma olha também para os mais pobres, quando, por exemplo, estabelece a devolução de parte do imposto pago pelos mais pobres, quando zera as tarifas, as alíquotas sobre os produtos da cesta básica de consumo.

Sra. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, essa reforma tem uma base ampla, porque é justo um sistema tributário em que todos pagam para que todos possam pagar menos. Essa reforma desincentiva a sonegação fiscal, que é fortíssima no atual sistema.

Portanto, mais uma vez, celebro a coragem da Câmara dos Deputados, numa aliança que envolve Governadores — inclusive, o Governador do Estado do Piauí, Rafael Fonteles, está aqui acompanhando o processo, assim como muitos outros Governadores —, envolve o Poder Executivo, envolve diversos segmentos da sociedade, para que o Brasil deixe para trás o sistema do atraso e adote um sistema que ajude o País a crescer, a gerar empregos, a diminuir

desigualdades regionais e sociais.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja publicado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 233/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu quero me dirigir às Sras. Parlamentares e aos Srs. Parlamentares que estão aqui; aos que estão em casa, acompanhando a sessão pela Internet, aqui em Brasília ou em seus Estados — até porque podemos votar pelo Infoleg.

Eu faço um desafio, com muito respeito: nenhum dos senhores, com exceção de cinco Parlamentares — não fecha uma mão —, sabe o que irá votar hoje. Nenhum dos que estão aqui nem daqueles que estão em casa sabe o que está sendo votado hoje.

Todos nós aqui defendemos a reforma tributária, sem exceção. Eu peço a atenção principalmente da bancada governista e dos partidos de centro, para depois não serem cobrados. Essa reforma, da forma como está, não tem como dar certo. Isso não é matemática exata, Srs. Parlamentares. Estamos votando algo muito sério para o Brasil, não só para este momento, mas também para as futuras gerações. É um debate que persiste no Parlamento brasileiro desde a década de 60. Todos sabem disso.

Srs. Parlamentares, às 18h30min de hoje, o texto ainda não está pronto, ainda está sendo finalizado. O que temos até agora é o relatório lido ontem. E os senhores querem votar dessa forma açodada? O senhores querem defender a Nação brasileira com esses argumentos? Coloquem a mão na cabeça! Coloquem a mão na consciência, Srs. Parlamentares!

Repito e insisto: cinco Deputados desta Casa sabem o que estão votando agora — cinco! É um desafio que eu faço, com muito respeito. Há raríssimas

exceções, porque o texto nem sequer ficou pronto, às 18h30min!

Insisto, senhores: tenham responsabilidade com o voto! Os senhores representam mais de 200 milhões de brasileiros. Daremos o pontapé inicial na Câmara dos Deputados. Somos favoráveis à reforma tributária, mas o debate é longo, é extenso, leva muito tempo, e não podemos votar algo que não sabemos. Os senhores sabem que eu estou falando a verdade.

Não quero fazer *fake news* nem quero desmerecer os argumentos dos Parlamentares contrários, mas os senhores não sabem o que estão votando. É um desafio que eu faço a todo o Parlamento brasileiro, em especial à Câmara dos Deputados.

Sabemos que a reforma tributária é urgente. Sabemos disso. Sabemos que muitos pagam, poucos arrecadam, e tudo sobra para o Governo Federal fazer o que quer.

O Governo Federal, do Sr. Lula, já aprovou o "calabouço" fiscal — aquilo foi um "calabouço" fiscal — e rasgou Brasília do mapa. Juscelino Kubitschek gastou vários anos de suor, de sangue, de união do povo brasileiro para construir Brasília, vários anos. Veio o Presidente Lula e, numa cajadada só, acabou com Brasília, com o "calabouço" fiscal. Ou eu estou mentindo?

Deram um cheque em branco para o Governo Federal, um Governo que não tem credibilidade. Vamos ser corretos! Vamos ser justos! O Governo Lula não tem credibilidade perante a opinião pública, muito menos perante este Parlamento. Os senhores sabem disso. A base do Governo não chega a 150 Deputados. Os senhores sabem disso.

A PEC da Transição foi outro cheque em branco para o desgoverno Lula. Os senhores querem aprovar uma reforma tributária que vai favorecer e vai dar superpoderes ao desgoverno Lula, de forma açodada, sem nem saberem o que estão votando? Acham que estão fazendo grande coisa? E vêm aqui com discursos morais, atacando todos os Parlamentares que estão tendo consciência de apenas solicitar mais tempo. Provem! Cadê o relatório? Provem! Cadê o texto? Provem que sabem o que estão votando. Não sabem! Os senhores sabem disso. Lula sabe disso.

Por que querem votar tão rapidamente, se temos tempo, se temos prazo? Por quê? Se esperamos 60 anos, por que não podemos esperar mais 1 semana, 2 semanas, ou o recesso, para que todos os setores sejam ouvidos, para que todos participem, para que a reforma tributária saia das mãos dos Governadores, dos Prefeitos, do Parlamento, do povo brasileiro? Não! Querem aprovar dessa forma e acham que estão fazendo grande coisa. Enchem o peito e falam como se fôssemos contrários ao avanço do Brasil. Ora, quem votou contra a Constituição Federal foi o desgoverno Lula. Quem votou contra o Plano Real foi o desgoverno Lula. Na votação de todos os avanços do Brasil, o desgoverno Lula votou contra. Quem votou contra o saneamento básico? A bancada inteira

do PT. São fatos. Contra fatos, não existem argumentos.

Os senhores votam contra tudo, e nós temos responsabilidade. Queriam votar até contra os 600 reais, que eram para matar a fome do povo brasileiro. Os senhores queriam votar e faziam um discurso aqui constantemente. Eu era Deputado Estadual, mas acompanhava atentamente os trabalhos do Congresso Nacional. Nós os respeitamos, até porque os senhores e as senhoras representam uma parcela da população. Diferentemente de muitos, Deputado Pompeo de Mattos, nós respeitamos o Parlamento e respeitamos a vontade popular. Estão aqui porque foram votados. Temos a obrigação de respeitar a todos. Mas votam contra tudo e querem fazer discurso de moral, como se fôssemos contra o Brasil.

Quem sempre defendeu reformas? Os senhores foram contra todas as reformas. Por que querem votar tão rapidamente?

Então, neste último minuto que está faltando, peço a atenção em especial dos Líderes partidários. Aqui não falo para o partido A, para o partido B, para o partido C, para o partido D ou para os 32 partidos que estão aptos pela Justiça Eleitoral; eu falo para todos os Líderes que têm representação na Câmara dos Deputados: tenham responsabilidade com as suas respectivas lideranças, tenham responsabilidade com o povo brasileiro, tenham responsabilidade com a Câmara dos Deputados. Vamos votar a reforma tributária, mas não hoje.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 234/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:36
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Emanuel Pinheiro Neto-MDB -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta governamental de reforma tributária.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/MDB - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, aqueles que espalham boatos e *fake news* sobre o projeto da reforma tributária o fazem porque não podem suportar o fato de o Governo Lula já estar com uma previsão de crescimento do PIB em mais de 2%, já ter reduzido a inflação de 10% para 3,5% e de ter aprovado o arcabouço fiscal, que tem atraído investimentos para o País e tem abaixado o câmbio. Tudo isso, somado à reforma tributária, que tem a capacidade de aumentar a produtividade brasileira e diminuir a burocracia, fará com que o Brasil, a médio e longo prazos, tenha um crescimento sustentável e não

somente os chamados voos de galinha, que historicamente marcaram a economia brasileira.

Fora isso, vamos ter a possibilidade de zerar a alíquota sobre a cesta básica e também tributar aqueles que têm aviões e iates, que não eram tributados. Tributava-se somente quem pagava suadamente a sua moto ou o seu carro. Vale também falar sobre a exceção aos aviões e às aeronaves agrícolas, para se valorizar os agricultores e a agricultura brasileira, que sabemos são tão importantes para o nosso País.

Por isso, o Governo vai apoiar, referendar e votar "sim" a essa reforma tributária importante para o País.

Obrigado, Presidente.

Documento 235/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:36
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Osmar Terra-MDB -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de ampliação do prazo de discussão da proposta governamental de reforma tributária. Defesa de adiamento da votação da propositura.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu só queria chamar a atenção para uma fala aqui do nosso querido Deputado Cabo Gilberto. Não há cinco Deputados aqui que saibam o que vai estar no texto final. Tem 30 anos a discussão? Tem, mas uma coisa é discutir milhares de possibilidades e outra coisa é ter um texto final que vamos ter que aprovar. O que pode ser bom para um setor — vejo muitos Deputados dizendo que o seu setor está atendido — pode não ser bom para outro. E os outros setores, os que serão prejudicados?

Então, eu quero chamar a atenção e dizer que estamos votando numa caixa-preta, no escuro. Essa história de dizer que vai melhorar isso, que vai taxar isso e aquilo é tudo da imaginação dos Deputados que estão falando aqui. Isso não está garantido em texto algum, porque não existe texto final.

Eu só queria dizer que nós precisamos de um tempo maior, até o início de agosto, para poder avaliar com calma inclusive o prejuízo que vão ter os

Municípios brasileiros. Vejam bem: há um novo pacto federativo secreto embutido nessa reforma tributária que vai prejudicar muito os Municípios brasileiros. Por favor, tenham cuidado. Vamos trabalhar para a construção de um acordo que possa ser votado no início de agosto. Aí todo mundo vota.

Documento 236/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Carlos Veras-PT -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Primeiro, quero tranquilizar os Deputados e Deputadas de oposição que fazem oposição com responsabilidade, não aqueles que apostam para piorar a situação e a vida do povo, que querem retardar o desenvolvimento e a reconstrução deste País.

Há 30 anos nós discutimos a reforma tributária. Todos sabem o que é consenso na reforma tributária e todos sabem o que nós estamos discutindo no momento para melhorar. Alguns irresponsáveis querem ganhar tempo para impedir o desenvolvimento do País, porque sabem o que estamos discutindo no texto final para poder melhorar.

Quanto aos Municípios, o imposto pago inclusive vai ficar no destino final, gerando desenvolvimento local para Municípios e Estados. O imposto terá alíquota zero para a cesta básica. Ou V.Exas. são contra? Então, não venham com conversa mole tentando retardar a reconstrução e o desenvolvimento deste País.

O Brasil agora está no rumo certo, e nós vamos aprovar hoje a reforma tributária.

Documento 237/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Pompeo de Mattos-PDT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Defesa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Maria do Rosário, esta casa há 40 anos discute reforma tributária. Eu estou aqui há mais de 20 anos e participo dessa discussão. Esta PEC 45 é de 2019, ou seja, há mais de 4 anos ela é discutida aqui em várias Comissões, em várias etapas.

Eu sei que a discussão vai avançando e que não há texto final porque esse texto só vamos tê-lo no final. O texto vai sendo ajustado, corrigido, ampliado, aperfeiçoado, incluído, retirado. Enfim, são feitos ajustes, e é sempre assim. Quem é Deputado sabe que funciona desse jeito. Agora, o que me impressiona é que alguns colegas Deputados que não conhecem o texto, porque o texto não existe, criticam o texto que dizem que não existe, que não leram. Ora, como é que vão criticar o que não leram? Ora, como é que vão criticar o que não leram, o que não viram, o que não existe?

Essa PEC não é do Presidente Bolsonaro, embora seja de 2019, quando o Presidente Bolsonaro era Presidente. Essa PEC, embora votada em 2023, não é do Presidente Lula, não é da Direita, não é da Esquerda, é do Brasil. É sua, é minha, é nossa. Nós temos a responsabilidade, cada um de nós, de fazer a nossa parte. Eu estou tentando fazer a minha em favor dos Prefeitos, até porque fui Prefeito, lidando com a CNM, com os Governadores que aqui estiveram, com todos que estão participando, de todos os partidos, de todas as cores, de todas os matizes. Nós estamos dialogando com os empresários, com os empreendedores, com os trabalhadores. Quem precisa é o nosso povo, que não pode pagar mais imposto do que está pagando.

Por isso é que nós precisamos avançar, sim, e votar a PEC, aperfeiçoar até o último segundo, mas votar, cumprir o nosso dever.

Muito obrigado.

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Protesto contra a manutenção no bojo da propositura, do Fundo Constitucional do Distrito Federal, bem como de privilégios concedidos à Zona Franca de Manaus.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero inicialmente dizer que sou a favor da reforma, mas eu tenho algumas colocações a fazer sobre privilégios que vão ser mantidos pela reforma tributária brasileira.

Um dos privilégios, Sras. e Srs. Deputados, é a Zona Franca de Manaus. Eu não sou contra o Amazonas. Quando a Zona Franca foi instituída, Manaus tinha a metade da renda *per capita* brasileira. Hoje, Manaus está acima da renda *per capita* brasileira.

O que acontece? Em 2014, a renúncia da Zona Franca era de 24 bilhões de reais; em 2021 e 2022, foi de 45 bilhões de reais; e para 2023 a previsão é de 55 bilhões de reais. Vejam bem, 55 bilhões renunciados pelo Governo ao lado do Fundo Constitucional de 24 bilhões são quase 70 bilhões. E o Fundo de Desenvolvimento Regional poderá chegar a 50 bilhões para compensar as perdas daqueles Estados que estão perdendo. Então, mesmo me manifestando a favor, eu quero dizer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que tem que ter ajuste! É preciso pelo menos congelar estes fundos, congelar este incentivo, mesmo que sejam mantidos. Mas não devem crescer 130% em apenas 2 anos.

Outro privilégio é o critério de distribuição dos *royalties* do petróleo, esse *royalty* que é produzido pela PETROBRAS. O art. 20 da Constituição diz que o mar territorial e a zona franca economicamente pertencem à União. Por que vão pertencer aos Estados? Por que vão pertencer ao Rio de Janeiro? Então, nós temos que aplicar aquela lei que aprovamos em 2012, que dá nova destinação aos *royalties,* que os distribuem a todos os Estados brasileiros.

Sobre esta lei, houve uma liminar de suspensão da sua vigência pela Ministra Cármen Lúcia. O Supremo Tribunal agora editou uma norma dispondo que toda liminar tem que ser apreciada em 90 dias. Isso já aconteceu, e o Tribunal ficou de agendá-la para agosto. Mas existe lá uma secretaria que está pedindo para avaliá-la e tomar o tempo todo, não ser apreciado pelo Pleno do Supremo. Então, este é um País de privilégios, de injustiças.

A reforma tributária é o melhor projeto que eu já vi aqui nesta Casa, mas mantém privilégios em favor de uns, tirando de outros. Daquilo que se tira do Fundo Constitucional e daquilo que se renuncia para a Zona Franca de Manaus e para as áreas de livre comércio — com todo o respeito aos Deputados lá do Amazonas, eu tenho respeito, eu já fui contra demais —, o que eu quero hoje é pedir o congelamento desse excesso de privilégios em favor de apenas uma cidade. Acabaram com o FINOR, acabaram com o FINAM, que eram fundos

de desenvolvimento do Nordeste, mas não acabam com o Fundo Constitucional, com a Zona Franca, nem com o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Dizendo tudo isso, com todo o respeito, eu já vi a manifestação de Deputados do Amazonas, que talvez queiram me contestar, mas os dados não são meus. Os dados estão no Orçamento, os dados estão no relatório do Relator, mas mesmo assim eu vou aprovar. Eu vou aprovar e votar a favor, mas vou continuar lutando para, mesmo que sejam mantidos esses privilégios, que sejam congelados para diminuir os subsídios que o Governo Federal dá a eles.

Documento 239/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-18:52
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	José Nelto-PP -GO	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a reforma tributária é a reforma mais importante deste País. Não podemos continuar sendo um país da desorganização tributária. Aqui nós pagamos imposto sobre impostos. É uma vergonha! São 173 países no planeta que adotam o IVA.

Nesta reforma, conversando com o Presidente Arthur Lira e também com o Deputado Aguinaldo Ribeiro, Relator da matéria, conversando com os empresários do meu Estado de Goiás e conversando com Prefeitos e o Governador, nós vamos dar segurança jurídica para os empresários. O IVA não será distribuído pelo Presidente da República. O IVA será distribuído pelos Governadores, pelos Prefeitos das capitais e pelos Prefeitos das pequenas cidades.

A reforma tributária não é uma reforma de partido político. A reforma tributária é uma reforma de Estado. Por isso, nós estamos debatendo com muita seriedade, para dar tranquilidade ao cidadão, para acabar com as *fake news*. A cesta básica, Sra. Presidente e povo brasileiro, não vai pagar imposto. Imposto zero para a cesta básica. As *fake news* têm atrapalhado muito a reforma tributária. É preciso que todos tenham atenção.

Ela será aprovada pela Câmara dos Deputados e depois irá para o Senado. No Senado haverá um grande debate, porque o Senado representa a Federação, os Estados. Lá, ela vai sofrer mudanças. Depois, ela voltará para a Câmara. Por

isso, o povo brasileiro pode ficar tranquilo. Iremos votar uma reforma segundo a qual quem ganha mais paga mais.

Obrigado.

Documento 240/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Domingos Sávio-PL -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da votação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Colegas Parlamentares, eu peço a atenção de todos os colegas. Nós estamos vivendo uma coisa inusitada. Vamos votar uma emenda constitucional. Vejam bem, o Presidente Arthur Lira, ontem, fez conosco um acordo no sentido de discutir, a partir do meio-dia até as 18 horas — e já passou disso, pois já são 19 horas —, o projeto que nós vamos votar hoje.

O Relator, ontem, apresentou o relatório, e nós estamos discutindo o relatório que foi apresentado ontem. Nós vamos encerrar a discussão daqui a pouco. Quando encerrar a discussão e não se puder mais discutir, o Relator vai vir aqui e vai ler um novo relatório, um novo projeto. Isso é muito sério!

Eu faço um apelo. Nós vamos, logo em seguida, entrar com um requerimento de adiamento da votação. Eu fui além, hoje, no uso da palavra na tribuna e disse que nós fazemos até um acordo para votarmos em agosto. Eu me empenho junto à Oposição para que seja votado em agosto. Mas que o Brasil conheça o projeto, que os Deputados conheçam o projeto, porque senão nós vamos votar daqui a pouco um projeto que, na realidade, vai ser lido em 5 minutos, antes de ser iniciada a votação, apenas com a orientação de cada Líder: "sim" ou "não". Isso é sério.

Eu não sou contra a reforma tributária, eu quero votá-la. Mas quero votar uma reforma tributária justa, uma reforma tributária que não aumente imposto. Por exemplo, que se credite o que se paga de imposto na folha de pagamento para o setor de serviços. E até já fiz um destaque.

Então, é isso, Presidente. Vamos adiar essa votação, olhar de forma séria e votar de forma conclusiva.

Documento 241/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Jilmar Tatto-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de votação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, sou eu, Deputado Jilmar Tatto.

Deputado Sávio, o Brasil está discutindo a reforma tributária há 40 anos, e V.Exa. ainda precisa de mais tempo. O fato é que esse modelo que está sendo discutido aqui vai ser votado daqui a pouco e já está implantado em 174 países. Isso é fundamental.

Um estudo do IPEA que saiu hoje e é muito importante mostra que vamos ter um crescimento na economia nos próximos 5 anos, a partir de 2027, de 2,34%. O fato é que nós vamos desburocratizar toda a carga tributária no País, e a desigualdade existente nos Municípios e nos Estados vai ser corrigida hoje.

Portanto, o projeto está maduro, está na hora de votar. Vamos votá-lo para o bem do Brasil, para o bem do povo brasileiro, para que possamos ter crescimento econômico e geração de emprego e para diminuir a desigualdade neste País.

Vamos votar a reforma tributária!

Documento 242/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Rogério Correia-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, recebi também o relatório. Já estamos prontos, depois de 30 anos de debate, para discutir e votar a reforma tributária. Este é um momento muito importante para o Brasil, e esse reconhecimento é geral.

Estou lendo uma notícia boa que vem lá das Minas Gerais. O Presidente da Associação Mineira de Municípios, que é Prefeito da cidade de Coronel Fabriciano e partidário do Presidente Jair Bolsonaro — fez campanha para ele e é daqueles bolsonaristas empedernidos —, veio a Brasília e está solicitando a aprovação da reforma tributária. Segundo ele, *"Em Minas Gerais, 86% das prefeituras querem a reforma"* — palavras do Presidente da Associação Mineira de Municípios, um bolsonarista.

Ainda segundo o Presidente da Associação Mineira de Municípios, *"Apenas 17 Municípios mineiros poderiam ter alguma perda, mas isso também é relativo"* — disse ele. Todo o restante dos Municípios ganhará, e 86% deles é favorável. Repito: esse Prefeito é um bolsonarista daqueles empedernidos, que fez campanha para Bolsonaro, mas já está a favor da reforma tributária.

Vamos aprová-la, Sra. Presidenta.

Documento 243/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Abilio Brunini-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente. Muito obrigado.

Estou ansioso por tudo isso. A única questão que eu gostaria de deixar clara para toda a população brasileira que está acompanhando essa situação é que, até o momento, não temos o texto final da reforma tributária. São 19 horas e 6 minutos, e se o texto saiu vamos saber só agora. Se sair agora, vamos começar a votação daqui a pouco.

Não deu tempo para estudarmos o que será votado. A única coisa que vejo é o PT e a Esquerda recomendando o voto a favor de algo que eles nem conhecem. Então, se eles, que não conhecem, recomendam voto a favor, nós recomendamos contra. Vamos votar contrariamente. Não há como fazer diferente. Sem saber qual é o texto, no escuro, e ainda com o apoio do PT, então somos contra.

Documento 244/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Airton Faleiro-PT -PA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Maria do Rosário, V.Exa. vem conduzindo os trabalhos brilhantemente.

Quem está nos assistindo pela *TV Câmara* talvez fique se perguntando: *"Espera aí. Existe relatório ou não existe relatório?"* Pelo amor de Deus! Esse relatório está nas nossas mãos há tempos! Ontem foi lido todo o relatório, e foi combinado politicamente que, com base nos nossos discursos aqui e com base nas articulações de entendimentos políticos, poderiam ser agregados ao relatório novos componentes.

O Presidente Lira está chegando. É exatamente porque o relatório já está no sistema com as incorporações.

Então, não tem esse negócio de que não existe relatório. O relatório está no sistema, e vamos aprovar a reforma.

Documento 245/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Defesa da manutenção, no bojo da propositura, de benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Venho à tribuna para falar sobre a Zona Franca de Manaus. Eu escutei agora o Deputado Júlio Cesar, com todo o respeito, falando algo que não procede. Primeiro, o Parlamento tem que entender o papel da Zona Franca para o nosso Brasil. A Zona Franca de Manaus não é de Manaus. A Zona Franca de Manaus é do Brasil.

Você só paga uma TV mais barata se compara o preço da TV no Paraguai, você que mora no Rio Grande do Sul, você que é de Foz do Iguaçu, que é vizinho. Se você for comprar uma TV no Paraguai, você vai comprar mais caro. Você só paga produtos mais baratos porque você tem uma Zona Franca de Manaus.

Essas indústrias são multinacionais. Se elas não estiverem na zona franca do Brasil, se elas não estiverem na Zona Franca de Manaus, elas vão estar no Uruguai, elas vão estar no Paraguai, elas vão estar no México, e nós vamos perder um projeto que é de Estado, um projeto que reduziu a desigualdade regional, que levou mais prosperidade para o Norte do Brasil e que ajuda a frear o desmatamento.

O Brasil não conseguiu ainda fechar o acordo com a União Europeia devido ao aumento do desmatamento na Região Amazônica. E aí o Deputado Júlio Cesar quer acabar com o único projeto que defende a floresta e que gera empregos na Região Norte. Só de empregos diretos temos mais de 116 mil, e os empregos indiretos chegam a 0,5 milhão.

Senhores, nós temos que ter clareza. A Zona Franca de Manaus não compete com nenhum Estado. Ela protege o nosso Brasil, ela protege o agro. Ninguém vai querer comprar soja, ninguém vai querer comprar carne do Brasil se o Brasil continuar desmatando a floresta. Isso é muito claro. Logo, a Zona Franca de Manaus protege a economia brasileira. São multinacionais. Se a Samsung e a Coca-Cola saírem de Manaus, elas não vão para o Rio Grande do Sul ou para São Paulo. Elas vão para o México, elas vão para o Uruguai, e nós vamos perder uma grande oportunidade de proteger a única política de Estado que perdura por anos. São 55 anos.

Não é fácil, gente. Não é fácil colocar uma indústria no meio da floresta, sem infraestrutura. A BR-319, que foi construída nos anos 70, está abandonada. Não conseguimos asfaltar, devido a uma política extremista ambiental, sequer uma estrada para melhorar o ambiente de negócios e levar prosperidade para o Norte do Brasil. E alguns querem tirar o único vetor econômico que protege a

floresta, que leva prosperidade, que melhora os índices educacionais do povo do Norte.

Eu quero dizer que o povo do Norte pertence ao Brasil. O povo do Norte não é segunda categoria. Então, eu não aceito. Eu não consigo ouvir alguém falando da Zona Franca de Manaus só com números, e os números podem ser maquiados. Há renúncia fiscal porque se trata de uma zona franca. Mas do contrário esse dinheiro não viria para os cofres públicos, porque a empresa não estaria no Brasil. É simples assim. A Zona Franca de Manaus compete é com a zona franca dos outros países. Nós temos que trabalhar é para desenvolver mais ainda a Zona Franca para o viés exportação.

O momento geopolítico é importante. O Brasil hoje virou um país estratégico para o mundo, com a instabilidade da Europa, a guerra da Rússia contra a Ucrânia, a intenção da China de invadir Taiwan. O Brasil, com 205 milhões de brasileiros, um mercado consumidor fantástico, um país amigo, estratégico, com grandes riquezas naturais, tem que aproveitar este momento para se industrializar mais ainda, e não acabar com o que nós temos.

Acabar com a Zona Franca de Manaus é condenar o Norte à pobreza!

Obrigado, Presidente.

Documento 246/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Reformulação do parecer oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Hoje vai ser mais rápido.

Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, antes de trazer ao conhecimento da Casa as modificações que fizemos e que constam do texto, que, há pouco tempo, acabou de ser disponibilizado para todos os Srs. e Sras. Parlamentares, eu quero aqui, primeiro, pedir desculpas aos meus colegas e às minhas colegas Parlamentares, porque durante o dia de hoje eu não tive condição, por algum motivo, de atendê-los.

Foram muitas demandas, e eu tive um dia muito corrido para apresentar essas modificações, fruto dos entendimentos, inclusive vários deles patrocinados pelo nosso Presidente, o Deputado Arthur Lira, mas também pelos Líderes partidários. Eu não poderia iniciar esta fala sem pedir, olhando no olho de cada um e de cada uma de V.Exas., desculpas aos amigos por eu não ter tido tempo para lhes dar a atenção que todos os senhores merecem. Então, eu queria pedir aqui a compreensão, porque de fato foi muito pouco tempo para fazermos os ajustes numa matéria tão complexa como essa.

Fizemos ajustes importantes, que nós passaremos aqui a colocar para todos os senhores e senhoras. Depois vamos ficar aqui à disposição para o debate, para os esclarecimentos de cada ponto desses. Em algum ponto que porventura possa ser adequado — acho que nós vamos ter ainda algum tempo —, se for necessário e se o Presidente permitir, nós faremos os ajustes finos finais.

Leio o parecer:

"Após a apresentação do Parecer e do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, no dia 5 de julho de 2023, as negociações com os Governos Federal, Estaduais e Municipais e com diversos setores econômicos evoluíram e resultaram no aperfeiçoamento do texto em prol de uma reforma tributária mais consensual, que apresentamos na presente complementação de voto.

Um importante aperfeiçoamento se deu no art. 156-B, com novas regras de composição e de deliberação do Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços. Os Estados e o Distrito Federal terão 27 membros, um para cada ente federado, enquanto os Municípios e o Distrito Federal serão representados por 27 membros, 14 eleitos com base nos votos igualitários desses entes e 13 com base nos votos ponderados pelas respectivas populações. Quanto às deliberações nesse órgão, serão aprovadas se obtiverem, cumulativamente, os votos (i) em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal: a) da maioria absoluta de seus representantes e b) de representantes que correspondam a mais de 60% da população do País; e (ii) em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.

Outra mudança relevante diz respeito ao tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio (arts. 92-B e 92-C do ADCT), fruto de importante acordo entre os Estados amazônicos e o Governo Federal, em que foram previstos mecanismos para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado a essas áreas nos níveis estabelecidos pela legislação relativa aos tributos extintos. Garantimos, ainda, o diferencial competitivo das Zonas de Processamento de Exportação." As ZPEs também foram fruto de pedidos para que pudéssemos preservá-las.

Sobre as alíquotas dos regimes favorecidos. Aqui eu quero me dirigir aos produtores rurais, ao setor de serviços, de saúde, de educação, de

medicamentos e a todos esses setores que tinham uma alíquota reduzida de 50%. Nós passamos a adotar alíquota de 40%. Então, nós estamos dando 60% da alíquota para que se possa mitigar de uma vez por todas essas questões. Isso foi fruto de entendimento com o Deputado Arthur Lira, com o Ministro Haddad, com Líderes partidários, com todos que participaram e construíram essa condição para que nós tivéssemos essa redução nesses produtos e serviços e direitos que são atendidos com as alíquota reduzidas.

Eu quero me referir tanto ao PSOL, que tinha conversado conosco, como também à bancada ruralista. Essa é uma matéria que foi demanda de todos, Deputado Ivan Valente.

"As alíquotas dos regimes favorecidos foram reduzidas para 40% da alíquota padrão (art. 9º). Além disso, retiramos a referência à Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, na redução para insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal; fizemos ajustes no inciso VIII para beneficiar produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais; criamos regime favorecido para hotelaria"...

Aqui, é importante falar, para todo o setor da cadeia de turismo, o turismo como um todo. Nós também conversamos o dia todo para encontrar uma solução, preservando aquilo que temos como conceito do IVA, preservando a carga tributária, mas que não se pesasse a mão naqueles setores que são importantes para o nosso País.

(...) "criamos regime favorecido para hotelaria e diferenciado para serviços de hotelaria, parques de diversão e temáticos, restaurantes e aviação regional; e concedemos" — queria aqui mencionar o Deputado Carlos Gomes — "crédito presumido para resíduos e demais materiais destinados à reciclagem, reutilização ou logística reversa, de pessoa física, cooperativa ou outra forma de organização popular".

Esse é um sinal importante de que nós nos comunicamos com a nossa população e com um setor que é muito significativo no nosso País.

"Quanto ao Imposto Seletivo do art. 153, inciso VIII, garantimos que não incidirá sobre bens e serviços que contam com redução de alíquotas.

Em benefício dos Municípios, prorrogamos, até 2032, a desvinculação de 30% das receitas municipais (arts. 76-A e 76-B do ADCT) e ampliamos as possibilidades de aplicação dos recursos da COSIP — Contribuição para Iluminação Pública."

Essas foram demandas feitas hoje numa reunião que tivemos com os Prefeitos. A Deputada Laura, o Deputado Pedro Paulo, a Deputada Tabata e o nosso Prefeito João Campos também estiveram na reunião, bem como o Prefeito Edvaldo Nogueira, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, que tomou

agora uma posição importante, de apoiamento à reforma tributária.

"Quanto ao ITCMD, excluímos da incidência sobre as transmissões e doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei complementar.

Por fim, efetuamos ajustes nos regimes diferenciados de combustíveis e de cooperativas (art. 156-A, § 5º, inciso V, alíneas "a" e "d"); na definição dos objetivos do *cashback* (art. 156-A, § 5º, inciso VIII, e art. 195, § 17); nas imunidades do IBS aplicadas à CBS, e na conceituação de serviços financeiros, submetendo suas tarifas e comissões ao regime normal, e de operações com bens imóveis (art. 10)".

Quero aqui colocar que esse foi um tema sobre o qual consultei o Deputado Mauro Benevides Filho, que, no grupo de trabalho, é o nosso mentor quando se trata de tributos e dessa questão financeira. Alguns Parlamentares trataram aqui de possível benefício a quem quer que fosse. Houve essa ilação no plenário. Para deixar isso claro, nós estamos dizendo neste texto que vamos tratar toda a parte de tarifa e de serviço bancário como IVA e vamos tratar a questão do *spread* da forma como é tratada hoje, com alíquota definida em lei complementar.

(Pausa.)

Não subiu no texto? Então vai subir já, enquanto discutimos. Aqui estou fazendo o que é possível neste momento.

"Pelas razões expostas, submeto aos ilustres pares meu voto pela admissibilidade das emendas apresentadas, exceto das Emendas nºs 35; 79; 106 a 109; 198; 201 a 203; 206 a 209; e 219.

No mérito, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 10, 12, 15 a 18, 21 a 24, 31 a 34, 36 a 39, 40, 43, 44 a 47, 50, 51, 53, 55 a 58, 61, 62, 68 a 71, 73, 78, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 110, 112, 117 a 119, 122 a 124, 128, 131, 135, 137 a 139, 141, 143, 150 a 153, 158, 161, 163, 166 a 169, 170, 172, 175, 177, 178, 180, 181, 185, 189, 190 a 193, 194, 212, 214, 216 e 218, na forma do substitutivo e pela rejeição das Emendas nºs: 2, 3, 6, 7, 9, 11, 13, 14, 19, 20, 25 a 30, 35, 38, 41, 42, 48, 49, 52, 54, 59, 60, 63 a 67, 72, 74 a 77, 79 a 81, 83, 86, 90, 92 a 94, 97, 99, 100, 103, 106 a 109, 111, 113 a 116, 120, 121, 125 a 127, 129, 130, 132 a 134, 136, 140, 142, 144 a 149, 154 a 157, 159, 160, 162, 164, 165, 171, 173, 174, 176, 179, 182 a 184, 186 a 188, 195 a 211, 213 a 215, 217 e 219."

Esse é o nosso voto atualizado, Sr. Presidente.

Continuo me colocando à disposição de todos. E rogo mais uma vez a compreensão dos meus pares. Repito: não foi possível atendê-los durante o dia, mas estou à disposição de todas as senhoras e senhores.

Muito obrigado.

Documento 247/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Baleia Rossi-MDB -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há exatos 1.548 dias eu apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a base desta reforma tributária que nós vamos votar hoje. Era uma quarta-feira, 10 de abril de 2019. Em tempo recorde, nós conseguimos 172 assinaturas, apoiamentos de Parlamentares do PSOL ao então PSL, que hoje é o União Brasil. Isso mostra quão democraticamente nasceu a discussão da reforma tributária nesta Casa, sem nenhum caráter partidário ou ideológico. A reforma tributária é uma questão de Estado, não é da Situação, não é da Oposição, é do Parlamento para o povo brasileiro.

Todos sabemos quão arcaico é o nosso sistema tributário, complexo, atrasado, confuso e até estúpido. O nosso sistema tributário atrapalha o crescimento do nosso País. Nenhum lugar do mundo tem um sistema tributário que atrapalha quem quer produzir e quem quer empreender.

Em 5 anos fizemos centenas de reuniões e debates ouvindo a todos. Ouvimos os Deputados, ouvimos os Senadores, ouvimos os Estados, os Governadores, os Municípios, os Prefeitos, setores da economia e os trabalhadores.

A aprovação da reforma tributária — não tenho a menor dúvida — vai gerar crescimento econômico para o nosso País. O economista Samuel Pessôa afirmou que a aprovação desta reforma pode propiciar ao País um efeito semelhante ao do Plano Real.

Eu queria agradecer aos economistas Marcos Lisboa, Armínio Fraga e tantos outros que voluntariamente ajudaram nessa discussão.

Vamos simplificar os impostos sobre o consumo. Vivemos num verdadeiro manicômio tributário. Temos diferentes alíquotas entre perfumes e água de cheiro, entre bombom e bolacha *wafer* — é uma insanidade!

Temos um contencioso, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em torno de 5 trilhões de reais, dinheiro que devia estar na nossa economia para gerar emprego e renda.

A reforma combate o Custo Brasil, que tanto prejudica os brasileiros; acaba com a guerra fiscal, com a qual, hoje, todos os Estados perdem; diminui as desigualdades com a cesta básica mais barata e com justiça tributária. Nós zeramos os tributos sobre a cesta básica, protegendo principalmente os mais pobres, que hoje pagam mais impostos no Brasil, proporcionalmente, do que os ricos.

Quero agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui nesta tribuna para falar com as senhoras e com os senhores.

Quero agradecer ao economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal — CCiF, ao Nelson Machado, à Vanessa Canado e ao Eurico Santi, que foram os autores intelectuais do texto que nós apresentamos.

Quero agradecer aos Governadores, que, na sua maioria, ajudaram a aperfeiçoar o texto. Em especial, quero fazer um agradecimento ao Governador do meu Estado, São Paulo, o Governador Tarcísio. É a primeira vez na história deste País que um governador de São Paulo apoia a reforma tributária sobre o consumo.

Quero agradecer aos Prefeitos, em especial aos da Confederação Nacional de Municípios, ao Presidente Paulo Ziulkoski e a todos os Prefeitos que também contribuíram.

Faço um agradecimento especial ao Ministro da Fazenda, o Fernando Haddad, que, desde a transição, afirmou que colocaria como prioridade também do Ministério da Fazenda esta proposta.

Agradeço também à Ministra do Planejamento e Orçamento, a Simone Tebet.

Quero agradecer ao ex-Presidente da Câmara dos Deputados, o Rodrigo Maia, que deu o pontapé inicial nesta reforma.

Quero agradecer, em especial, aos Líderes partidários, que ajudaram muito na construção deste texto. Em nome do meu Líder, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., do MDB, em nome do Deputado Antonio Brito, que é o Líder do nosso

bloco, quero agradecer a todos os Líderes partidários.

Quero agradecer aos membros do GT da reforma tributária, aos Deputados Reginaldo Lopes e Newton Cardoso Jr e a todos aqueles que contribuíram muito para que este assunto pudesse avançar nesta Casa.

Quero, é claro, fazer um agradecimento muito especial ao Presidente Arthur Lira. Sem a liderança firme, sem a palavra sempre correta do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, nós não estaríamos conseguindo votar uma matéria tão importante como esta.

Tenho certeza de que, juntos, nós vamos fazer história neste Parlamento. Esta vai ser a primeira reforma tributária da era democrática do nosso País. Não é pouca coisa. Por isso, eu peço o apoio de todos.

(Palmas.)

Peço a Deus que abençoe esta votação, para que nós consigamos entregar para o povo brasileiro uma reforma justa, uma reforma que possa significar a retomada do crescimento da nossa economia e o aumento do PIB, porque isso vai gerar emprego e renda para todos os brasileiros.

Pelo Brasil e pelos brasileiros, vamos votar "sim" à reforma tributária.

Queria fazer, por fim, um agradecimento mais do que especial a um Deputado que mostrou que tem não só experiência, mas credibilidade para dialogar com sensatez com todas as correntes políticas, com todos os Parlamentares e com a sociedade, que é o nosso Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

(Palmas.)

O Deputado Aguinaldo foi um gigante. Com paciência, com muito zelo, produziu um texto que conseguiu avançar muito, com o apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária, com um olhar especial para a educação, para a saúde, para temas sensíveis da nossa sociedade.

Agradeço de coração a atenção de todos. Vamos, juntos, fazer história pelo Brasil e pelos brasileiros.

Muito obrigado.

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por cinco sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, confesso que foram poucas as vezes que eu subi a esta tribuna sentindo inclusive fisicamente, estando aqui uma alteração... Estamos todos apreensivos, neste momento histórico, e cautelosos com o que vamos dizer, primeiro, porque esta reforma tributária já é esperada no nosso País há muitos anos; segundo, porque nós do NOVO sempre defendemos uma reforma tributária que simplificasse, que não aumentasse a carga tributária e que descentralizasse; e, terceiro, Sr. Presidente, porque estamos hoje com um Governo perdulário, incompetente e corrupto, contra a iniciativa privada. Por isso mesmo, precisamos defender quem produz neste nosso País, que muitas vezes não é defendido nem mesmo neste Parlamento pelos representantes do povo brasileiro.

No entanto, Sr. Presidente, venho aqui humildemente pedir o apoio dos colegas Parlamentares para que adiemos esta votação, porque eu me sinto desrespeitado como Deputado Federal — repito, desrespeitado como Deputado Federal — ao ter que votar uma proposta de emenda à Constituição cujo relatório, com mais de 40 páginas, foi protocolado há poucos minutos. Eu preciso dizer para o meu eleitor se meu voto será favorável ou contrário a um tema tão relevante sem conseguir ler o parecer do início ao fim até o momento do voto. É essa a realidade que agora se está impondo sobre nós.

Sinceramente, não quero votar contra um projeto de reforma tributária por falta de oportunidade de ler o texto até o final. Aliás, esse texto não passou por Comissão Especial com aprovação na legislatura passada, e nesta legislatura não houve Comissão Especial. Faço um alerta aos Deputados novos, aos novatos: dos 12 membros do grupo de trabalho, apenas um era Deputado eleito para este mandato.

Caros colegas Parlamentares, muita coisa está em jogo aqui. O que nos foi apresentado até ontem só resolvia, de fato, o primeiro problema, o da simplificação. Não há uma trava clara contra o aumento de carga tributária no relatório que nós tivemos a oportunidade de ler, muito menos uma regra clara que garanta a descentralização e o pacto federativo na íntegra.

Neste momento, Sr. Presidente, baseado no texto antigo, eu digo que sou

contra a PEC como ela está, mas sou a favor de reforma tributária.

Por isso, peço a todos que adiemos esta votação.

Documento 249/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:44
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por cinco sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós somos contra o requerimento porque, de fato, este é um debate que está maduro na sociedade brasileira. Há 40 anos a sociedade brasileira sonha com um novo sistema tributário. Em 1965, Roberto Campos, o avô, sonhou com um novo sistema tributário, mas reconheceu depois que o sistema se tornou um manicômio tributário.

O que nós estamos apresentando aqui hoje não é um modelo que tenha alguma doutrina ideológica, muito pelo contrário. O que nós estamos apresentando para a sociedade brasileira é um modelo internacional, praticado em 95% dos países. Portanto, eu posso falar com muita clareza que não se trata de uma disputa ideológica. Trata-se de dar ao Brasil e à economia brasileira um novo sistema tributário, capaz de reposicionar o Brasil nas disputas das cadeias globais de produção e de componentes; capaz de dar ao setor produtivo brasileiro competitividade; capaz de dar ao Brasil eficiência produtiva; capaz de tirar de 8% a 20% dos custos dos produtos comercializados aqui no País, que sofrem cumulatividade tributária. Nós vamos trazer para o Brasil a tributação justa, ao fazer a cobrança apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção. Esse novo modelo vai fazer a economia brasileira enfrentar as importações, que dominam o mercado brasileiro e que tiram das famílias brasileiras os empregos e a multiplicação de riqueza e renda.

Esse modelo vai dar à economia brasileira competitividade para vender para fora do País, porque nós vamos tirar os resíduos tributários. O Brasil, com a

inteligência do seu povo; a economia, com a sua dinâmica; o parque industrial, que nós temos hoje obsoleto; a riqueza dos recursos naturais, do clima, do solo; a nossa agroindústria, que já exporta para 195 países; tudo isso vai ganhar uma dinâmica extraordinária. Ao vender para o mundo, nós vamos resolver o problema que o censo demográfico nos aponta. Estamos envelhecendo e, se não tivermos um modelo econômico capaz de produzir e multiplicar riqueza, nós não vamos financiar um Estado do tamanho do sonho do povo brasileiro, que é ter dignidade, que é ter saúde, que é ter educação, que é ter segurança pública.

Vamos ao debate, Presidente! Vamos votar!

Documento 250/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Adriana Ventura-NOVO -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós fizemos um acordo ontem aqui de boas práticas e bons procedimentos, e ficou claro que teríamos tempo para ler o texto. Cinco pontos elencados seriam alterados no texto, e isso foi acordado aqui até para podermos discutir um texto que não sabíamos como ia ser.

Causa-me muita indignação, uma vez que o acordo foi feito, ainda estarmos esperando para ver como fica o Fundo de Desenvolvimento Regional, porque os Estados do Sul e do Sudeste... Aliás, todos os Deputados do Sul e do Sudeste precisam exigir que esse ponto do texto seja esclarecido. Para mim, não ficou esclarecido.

Por essa razão e porque o texto ainda está em análise, pois acabou de ser protocolado, nós queremos o adiamento da votação pelo menos até o Relator esclarecer a questão do Fundo de Desenvolvimento Regional, porque há bolsões de pobreza em todos os Estados brasileiros.

Documento 251/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:52

Publ.: DCD - 7/7/2023 - Cabo Gilberto Silva-PL -PB

ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por cinco sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Sra. Presidente, solicita ao Parlamento, mais uma vez... Como eu falei anteriormente, conta-se em uma mão fechada a quantidade de Deputados — cinco — que não sabem o texto que estão votando hoje. Foram 60 anos de discussão, e o texto ficou pronto agora. Então, eu faço um apelo a este Parlamento, que representa os 200 milhões de brasileiros: tenhamos responsabilidade com o nosso voto.

Srs. Parlamentares, votaremos a reforma tributária mais importante da história do nosso País. E vamos votar desta forma, em que cinco Deputados desta Casa não sabem qual é o texto? Ficam só conversando e enrolando, querendo colocar a opinião pública contra todos nós Parlamentares que temos responsabilidade. Temos responsabilidade não só com o Parlamento, mas com a população brasileira e, especial, com o nosso voto.

Por isso, peço a todos que votem "sim". Vamos respeitar o Brasil.

Documento 252/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-19:52

Publ.: DCD - 7/7/2023 - Jandira Feghali-PCdoB -RJ

ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por cinco sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, veja como é a vida. Ontem tínhamos um texto em que havia demandas a serem atendidas. E, muitas vezes, alguns Líderes aqui que queriam adiar a votação diziam: *"Se tivesse sido atendida essa demanda, eu votaria a favor"*. Hoje o Líder Aguinaldo chega aqui com essas demandas

atendidas, demandas, aliás, cujas soluções ele anunciou ontem que estava construindo. Ele atendeu demandas de Governadores e Prefeitos de vários Estados, demandas de vários setores, e chegou aqui com essas demandas resolvidas. Aí agora dizem assim: *"Eu não vi o texto"*. Mas ele acabou de ler as soluções das demandas resolvidas!

Portanto, não há razão para o adiamento da votação. Vamos votar a reforma tributária e aprová-la.

Nós orientamos "não" ao adiamento.

Documento 253/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:52
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Mauricio Marcon-PODE -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por cinco sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição, Presidente, orienta "sim", porque nós precisamos discutir se haverá ou não aumento de impostos para os brasileiros. Nós estamos discutindo aqui o futuro da Nação e o futuro dos pagadores de impostos. Isto aqui é o Parlamento, lugar onde devemos discutir ideias. Aliás, a única pessoa que manda, de cima para baixo, no meu voto é a minha esposa. Aqui não existe Presidente que manda. Temos que estudar a matéria e votá-la para o bem do Brasil.

Então, eu oriento "sim", e a Oposição orienta "sim".

Obrigado, Presidente.

Documento 254/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-19:56
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	José Guimarães-PT -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por cinco sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Razões do posicionamento do orador favorável à aprovação da propositura.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Deputada Maria do Rosário, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Parlamentares, o voto do Governo é "não" à retirada de pauta desta matéria.

Considero importante que o Parlamento, neste momento, tenha a grandeza que tiveram os componentes do grupo de trabalho, os Governadores, o conjunto das bancadas, os Prefeitos de capitais, o setor de serviços, o setor de turismo. Todos se uniram em torno do relatório apresentado pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro, do GT da reforma, presidido pelo Deputado Reginaldo Lopes. Foi um trabalho que tem que ser reconhecido por este Parlamento; foi uma construção coletiva, que teve as mãos, a consciência e o coração de todos aqueles que querem o melhor, que querem o bem, que querem o crescimento, que querem a reconstrução do Brasil.

Com seu trabalho como Relator, Líder Aguinaldo, V.Exa. está dando ao País o exemplo de como se constrói coletivamente uma ideia que passa a ser majoritária aqui no Parlamento brasileiro.

Aqueles que estão contrários à reforma estão escondidos sob o manto do requerimento para retirada de pauta, porque eles são contrários ao Brasil, ao desenvolvimento do Brasil, não têm compromisso sequer com o Governador de São Paulo, que hoje foi vaiado em um evento por não aceitarem a posição correta dele. Todos os Governadores estão unificados em torno desta proposta de reforma tributária.

A reforma tributária tem eixos centrais que ajudam na retomada do crescimento do Brasil. Desde as primeiras conversas, desde os primeiros debates coordenados pelo Ministro Haddad, juntamente com os Deputados Reginaldo e Aguinaldo e com todos os Líderes partidários, o Haddad sempre nos diz: *"No nosso Governo, no Governo do Presidente Lula, nós temos que fazer com que o Parlamento se debruce sobre as matérias"*. Primeiro, o Parlamento se debruçou sobre a PEC da Transição; depois, sobre o novo Regime Fiscal Sustentável, além de outras matérias; e, agora, sobre a reforma tributária, que é o caminho que sinaliza o futuro para o Brasil. Não é o caminho da acomodação, não é o caminho da desorganização fiscal do Brasil. Esta reforma tributária recompõe a nova base fiscal do País e dá ao Brasil a oportunidade, Deputado Reginaldo, de crescer, se desenvolver, gerar emprego e retomar o processo de crescimento.

Pelo que nós conhecemos do relatório, além da simplificação dos tributos, a reforma acaba com essa bagunça tributária em que cada Estado faz a guerra

fiscal que quer, o que compromete o princípio federativo, compromete o equilíbrio federativo. Portanto, além desse elemento, que para mim é central, a unificação do Sistema Tributário Nacional garante a unidade federativa. Quem quer governar dentro do princípio democrático tem que respeitar a Federação. Por isso, V.Exas. trabalharam tanto o equilíbrio com os Governadores.

Além disso, Sras. e Srs. Parlamentares, a reforma vai promover um aumento real no PIB de 12% a 20% nos próximos 15 anos. Como ser contra isso? O que está em jogo é o País. Nós queremos crescimento para gerar emprego. Como é que o País vai gerar emprego se não tiver crescimento econômico? A reforma atua no sentido de destravar, de unificar e de gerar aquilo que é fundamental, que é o crescimento econômico.

Na reforma, Deputado Reginaldo — V.Exa. coordenou o grupo de trabalho —, há uma questão central, que é exatamente a cesta básica nacional, a redução drástica dos impostos que recaem sobre a cesta básica.

Pegue as iniciativas, meu caro Líder do PT, Deputado Zeca Dirceu, que o nosso Governo está fazendo. Pegue as medidas que estão sendo tomadas para combater a pobreza de 33 milhões de pessoas, a redução do gás de cozinha, o Bolsa Família com aumento de 150 reais. Some-as a esse esforço.

Portanto, a reforma dialoga com as medidas que o nosso Governo vem tomando no combate à pobreza, porque é nosso objetivo retirar mais de 33 milhões de pessoas da pobreza. A reforma adotou uma coisa que alguns não conhecem ainda, sobre a qual passaram a dialogar, que é o chamado *cashback*. O que é isso? É a devolução para os pequenos. A pessoa vai poder receber uma pequena devolução. Isso inclui aquelas pessoas que não têm renda e que não têm patrimônio no processo produtivo e no processo de reconstrução nacional.

Quanto às entidades que apoiaram esta proposta, Deputado Reginaldo, nós devemos, sim, elogiar todas elas. E eu me refiro aqui ao trabalho importante que fizeram, porque esta proposta não é de uma ou de outra força, não é de um ou de outro partido — é do País. E o nosso Governo, senhoras e senhores, está comprometido com ela. É claro que nós temos um governo eleito democraticamente, mas ele representa o País. Portanto, a reforma tributária, se é boa para o País, é boa para o Governo. É por isto que o Governo orienta o voto "sim" a esse texto da reforma tributária: ele é um sinal mais do que evidente do processo de inclusão que nós estamos vivendo no Brasil.

Todas as medidas que nós tomamos até agora, Sras. e Srs. Parlamentares, vão nessa direção. É por isso que eu entendo que amanhã nós não temos outro caminho a não ser votar o novo regime fiscal e o CARF — o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Nós queremos aprovar o novo Regime Fiscal Sustentável e o CARF. É por isso que o Ministro Haddad vem se esforçando para dar ao País a arrecadação dos recursos necessários para patrocinar a inclusão social, patrocinar o emprego e fazer com que empregos

sejam gerados, preservando, sobretudo, o investimento público.

O Governo é a favor de debater, de discutir, nos dois turnos, a PEC hoje, fazendo com que este País se unifique, porque as vozes do além, que ficam perambulando por todo canto, usam o argumento fajuto de que não é hora de votar, de que temos que adiar. Há mais de 40 anos, as propostas estão dormitando nas gavetas aqui do Congresso. Agora nós as destravamos, e este destravamento, Sras. e Srs. Parlamentares, vai dar oportunidade ao Brasil de se conectar com a modernidade, com um sistema tributário moderno, simplificado e voltado para os interesses da Federação.

Eu estava agora numa reunião com o Presidente Arthur Lira, o Relator da matéria e vários Parlamentares. A cada hora, chega um pedido de mudança. O que o Relator colocou para nós? Aquilo que ainda não está pacificado, aquilo que ainda não está construído nós vamos remeter para lei complementar ou para o Senado Federal — não é, Deputado Reginaldo? —, para ver se lá construiremos o entendimento necessário. É assim o Parlamento, é assim a democracia. Discutimos um tema tão polêmico como o de hoje para chegarmos todos, nesta noite, maduros para votar a reforma tributária.

V.Exas. vão ver, na hora da discussão do mérito da matéria, que vão aparecer aqueles que vão ser contrários à PEC. Eles são contrários ao Brasil. Eles são contrários não ao Governo do Presidente Lula, mas a este processo de reconstrução que o Brasil está vivendo. É por isso que nós temos que seguir em frente sem receio. Vamos emplacar aqui os 308 votos necessários para dar ao País uma proposta moderna, que está à altura dos desafios do nosso Governo com o seu programa de reconstrução nacional.

Eu termino dizendo para V.Exa., Deputado Reginaldo, e para o Deputado Aguinaldo que eu nunca vi uma matéria ser tão discutida como esta, em todos os Estados. As Assembleias Legislativas a discutiram, os Governadores a discutiram, os movimentos sociais a discutiram.

Portanto, o nosso passo aqui é dizer "sim" à reforma tributária, porque ela é necessária para o País. O nosso Governo precisa dela para completar o ciclo comandado pelo Ministro Haddad nesta reconstrução econômica do Brasil.

Muito obrigado.

Sumário

Razões do posicionamento do PL contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, hoje é um dia esperado há muito tempo, que é o dia de votar no País uma reforma tributária pela qual o Presidente Bolsonaro sempre lutou e trabalhou. Mas eu faço um desafio a qualquer Deputado que esteja aqui e que tenha a palavra, obviamente. Eu acredito muito em todos os companheiros Deputados, do PL e de qualquer partido. Se nós estamos tratando a reforma tributária sem misturar Governo e Oposição, eu desafio qualquer Deputado a provar que conhece 100% desse texto neste momento.

Nenhum Deputado deste Plenário conhece 100% do texto. Sabem por quê? Porque é humanamente impossível, Deputado Aguinaldo, que fez o trabalho como Relator, um Deputado ter o domínio de um texto com 150 páginas que foi modificado aqui e ali.

Nós não estamos tratando de um projeto comum, nós estamos tratando de uma reforma tributária que vai mudar o sistema tributário do Brasil, algo esperado por nós, há anos, e pelo Presidente Bolsonaro. Aliás, a espinha dorsal da reforma tributária sempre foi uma aposta, uma opinião do Presidente Bolsonaro. Mas é importante perguntar: qual seria o comportamento dos partidos de Oposição se tivesse havido, no Governo do Presidente Bolsonaro, uma proposta complexa como esta, modificada em cima da hora, sendo votada? Do fundo do coração, qual seria o papel que a Oposição naquele momento faria? Será que os Deputados iriam subir aqui e dizer que achavam ruim, achavam que não era justo? Nós queremos uma reforma tributária justa.

E hoje eu digo a V.Exas., independentemente das divergências partidárias, que, outro dia, o Ministro Haddad foi a uma das discussões que tivemos este ano na casa do Presidente Lira, e, numa entrevista, eu disse que o Ministro era uma pessoa — não é porque o meu sobrenome é Côrtes — cortês, acessível, que respondia. Mas, hoje, depois da nossa reunião no PL, em que nós decidimos ser contra a reforma tributária por não termos tempo para discutir o texto e não querermos fazer injustiça com os brasileiros, eu arguí o Ministro Haddad, e ele me respondeu, mas, sinceramente, com toda a confiança que eu possa ter no Ministro, eu não me sinto confortável.

Por exemplo, o § 5º de um dos artigos diz que lei complementar, que eu não sei... Inclusive, peço até desculpa, porque isto pode ter mudado de lugar no texto. Como o texto muda toda hora, eu não sei. Eu até pedi à Assessoria do PL que tomasse cuidado para não errar no destaque, porque poderiam ter mudado o parágrafo ou o artigo.

§ 5º Lei complementar disporá sobre:

.....

V - regimes específicos de tributação para:

a) combustíveis e lubrificantes (...).

Não vou nem entrar nisso, porque combustível é um assunto essencial para o Brasil. Então, vamos passar para lei complementar, que é aprovada com 257 votos, a discussão sobre o tema combustíveis.

Mas indago: é justo colocar, na alínea "b", os serviços financeiros, que são os bancos? Os bancos saem da regra, mas o serviço fica na regra, o agricultor fica na regra? Operações de bens imóveis — construção civil — saem da regra, enquanto o pequeno fica na regra, enquanto o agro fica na regra? Se eu estiver cometendo uma injustiça aqui, o Relator tem que me perdoar, porque não deu tempo de saber se ele mudou esta parte do texto.

Os planos de assistência à saúde, que são os planos de saúde — quanto no Brasil já vimos de corrupção no tema planos de saúde? —, estão excetuados, fora da regra?

Quanto aos concursos de prognósticos, desculpem a minha ignorância, Deputados mais experientes, mas, quando li isso eu não entendi. O que significa concurso de prognóstico? Loterias! Loterias, jogos! Cadê a bancada evangélica daqui? Jogos! Nós vamos excetuar, tirar da regra os jogos, para que passem para lei complementar e sua tributação possa ser aprovada com 257 votos? É justo isso?

Então, eu quero registrar aqui que nós sabemos... Vários Governadores colocaram o seu posicionamento, e é óbvio que todo mundo quer uma reforma tributária, mas, sinceramente, a maioria do PL — a maioria do PL, a enorme maioria do PL — se sente desconfortável com este texto sendo mudado em cima da hora.

Eu quero aqui dizer do meu respeito pelo Deputado Aguinaldo, por aqueles que se opõem à minha opinião, mas não é justo, não é seguro apreciarmos uma matéria de tamanha complexidade com tanta mudança. Se nós formos cometer uma injustiça que seja com algum setor, esta matéria não deve ser votada.

Então, eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que votem com consciência. Aqueles que têm certeza absoluta de que não vão cometer injustiça, que deem o seu voto. No entanto, aqueles que não conhecem o texto, que pensem duas vezes. O PL sempre apoiou a reforma tributária e sempre apoiará a reforma tributária, desde que esteja clara, não tenha dúvida, que seja boa e não penalize nenhum brasileiro. É isso o que o PL deseja.

O PL vai orientar contrariamente a essa matéria, porque o PL entende que nós tínhamos que discutir e temos que discutir essa matéria com mais profundidade, com todo o respeito a todos os Governadores, porque, é claro, os Governadores querem a reforma. E é lógico que eles querem. Porém, esse texto, sendo mudado a cada momento...

(Desligamento do microfone.)

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ) - Muito obrigado, Presidente.

Para concluir, eu gostaria que todos os Deputados, que representam aqui o povo brasileiro, pensassem que essa é uma matéria que poderá mexer com, talvez, um brasileiro humilde em qualquer canto deste País. Essa matéria merecia, sim, ter todos os seus itens, cada frase, cada parágrafo super, hipertransparente aqui.

Documento 256/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-20:12
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Alencar Santana-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, esse texto da reforma foi trabalhado longamente e com muito debate, como já disseram aqui outros colegas. Tivemos muitas audiências e conversas com amplos setores. O texto está maduro para ser votado, dialogado não só internamente nesta Casa, mas também com a sociedade, através dos setores organizados que trouxeram suas contribuições, suas considerações e eventuais críticas. Tanto que o texto foi sendo elaborado, inclusive alterado de ontem para hoje, e foi aprimorado pelo Relator, Deputado Aguinaldo, a quem parabenizamos pelo conjunto do trabalho, ao lado do Presidente Reginaldo.

O texto é desta Casa, que já vem debatendo esse tema inclusive há anos. As propostas originárias são da legislatura anterior.

Quero também parabenizar V.Exa., Presidente Arthur Lira, pela condução

desse processo. Sabemos da importância da posição de V.Exa. para a aprovação que teremos em breve.

O Brasil precisa dessa reforma, que ainda não é uma reforma completa do sistema tributário, e sim uma reforma do sistema de tributos sobre o consumo. Essa reforma simplifica, traz mais transparência e garante o direito ao consumidor de saber, de fato, o tributo que está pagando, além de outros avanços.

Quero dizer àqueles que querem e defendem — de maneira correta, concordo — uma reforma sobre a renda que esta virá em outro momento. Por isso, não tem sentido adiarmos a votação. Todos foram avisados pelo Presidente, desde a semana passada, que esta semana a reforma seria votada. Portanto, todo mundo se preparou, estudou, leu o relatório e conversou com suas bancadas, para trazer sugestões e tomar posição.

Aqueles que, porventura, querem adiar a votação estão jogando não contra o Brasil somente, mas também contra o povo brasileiro. Por isso, defendemos a votação e a aprovação da reforma tributária na noite de hoje.

Tenho certeza de que vamos ter votos em todas as bancadas. Todas darão sua contribuição. Muitos Deputados, mesmo que sua Liderança aponte caminho diferente, vão votar favoravelmente, porque sabem da importância da aprovação da reforma para o povo brasileiro, para este País que só vai crescer cada vez mais.

Documento 257/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-20:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, assim como ontem me inscrevi, na discussão, para falar favoravelmente à PEC 45 — lembro que, desde 2019, somos favoráveis à reforma tributária e ao texto original, ainda que tivéssemos pequenas divergências —, hoje me inscrevi para encaminhar contrariamente a

esse texto. E faço aqui a minha principal ponderação, a violência cometida contra o devido processo legislativo.

É constitucional que os Parlamentares possam estudar as matérias com a devida calma, com o devido debate com a sociedade. E é por isso que a violência que está sendo feita contra nós, Parlamentares, em virtude da forma que o rito está sendo seguido aqui, ou seja, sem um rito conforme o que diz o Regimento, sem Comissão Especial, sem debate com a sociedade, é também uma violência contra o nosso eleitor, que merece transparência.

O art. 37 da Constituição nos exige ampla publicidade. Se nem nós, Parlamentares, sabemos exatamente o que está no texto, como garantir que o nosso eleitor saiba, agora, em poucos minutos, tudo o que está em jogo com esta votação? Isso é muito sério! Isso é muito sério! Repito: trata-se de uma reforma importantíssima para o Brasil, que pode revolucionar o nosso sistema tributário e garantir ao nosso empreendedor, às pessoas que estão lá na ponta, ao cidadão, uma melhor condição.

No entanto, de outro lado, vimos uma pioria no texto, que é a retirada da trava para aumento de impostos no âmbito da União. Não adianta conceder para o povo de um lado e retirar do outro, ainda mais com o Governo que hoje está aí, que, sabemos, não tem compromisso com responsabilidade fiscal aqui em Brasília, com mais de 200 bilhões de reais de furo no teto para serem honrados com o dinheiro de quem? Do cidadão brasileiro. Lamentavelmente, essa reforma tributária, que tem muitos pontos bons, muitos pontos positivos, está agora também abrindo a porteira para que ocorra um inchaço ainda maior da máquina pública do Estado.

É uma tristeza ter que vir aqui fazer este discurso. É uma tristeza dizer que voto contra porque até o momento não há condições de analisar esse texto a menos que se adie a votação para outro momento, e, assim, chegarmos a um texto, que nunca vai ser perfeito, mas o melhor possível — não é o caso, lamentavelmente, disso que estamos debatendo hoje. Reforma tributária deve simplificar, reduzir impostos e descentralizar, e isso não está garantido.

Documento 258/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-20:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Bohn Gass-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, todos nós falamos sempre que o sistema tributário brasileiro é caótico, burocrático, concentrado, regressivo, injusto, sem transparência, pega no consumo e não na progressividade, estimula a sonegação, é cumulativo, e agora nós construímos um projeto entre muitas mãos — Governo, sociedade e Lideranças.

Eu quero, além de todos os Líderes já citados aqui, citar o Afonso Florence, que está aqui, que foi nosso Líder, acompanhou tão de perto sempre as negociações e nos acompanha hoje, do Governo da Bahia.

A primeira parte do sistema da reforma tributária nós fizemos, está aqui: simplificar a tributação no País para que possamos trabalhar contra a guerra fiscal. Ao se manterem as cobranças na origem, acaba-se prejudicando a área onde é efetivado o consumo, que é o destino. Essa é a grande mudança que é feita para evitar a guerra fiscal.

Isso nos vai permitir produzir projetos de desenvolvimento nos fundos regionais, com a participação dos Governos Estaduais e Municipais de forma transparente, para podermos desenvolver regiões sem fazer guerra fiscal. Isso porque a guerra fiscal faz com que a grande empresa possa obter benefícios que não são dados para os demais setores instalados nos Municípios e nos Estados e depois faça uma chantagem para ter novamente estímulos, levando esses seus lucros para fora do País contra o desenvolvimento no nosso País.

Nós queremos gerar empregos, nós queremos diminuir custos, nós queremos desburocratizar, nós queremos acabar com a sonegação, nós queremos fazer um crescimento como, felizmente, o Brasil começa a sonhar de novo, pela grande potência que é.

E esta Casa tem também um segundo desafio. Esse é um debate que faremos após a aprovação do dia de hoje. Nós precisamos fazer uma reforma tributária não só sobre consumo, mas também sobre lucros, dividendos, grandes propriedades, altas riquezas que não são tributadas, ou são tributadas injustamente, de maneira que o menor paga mais do que o mais rico, do que o milionário. Então, esse é o segundo tema.

Hoje, com certeza, será um dia histórico, porque nós simplificaremos a tributação, que passará da origem ao destino. Isso vai acabar com a guerra fiscal. Daremos transparência a esse processo. E essa aposta não será concluída hoje. Votaremos hoje, mas continuaremos com o tema da progressividade, para que dividendos, lucros e patrimônio paguem mais, e não só o povo brasileiro.

Documento 259/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-20:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Glauber Braga-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras, senhores, eu entendo a empolgação, mas tenho que dizer que ela não é minha. Sejamos evidentes. O que garantiu os mais de 350 votos, que vão se repetir na aprovação da PEC, é que os conjuntos dos setores que deram sustentação à agenda econômica ultraliberal do Governo de Jair Bolsonaro entraram em campo também para fazer com que os setores liberais votassem a favor dessa proposta. Esse é o fato.

A hipocrisia da bancada bolsonarista salta aos olhos, evidentemente, porque eles não teriam dificuldade nenhuma em aprovar algumas das propostas que estão aqui colocadas.

Fazer com que a tributação não fique na origem e vá para o destino é sem dúvida nenhuma uma medida positiva, só que infelizmente o indicativo para que isso aconteça de maneira plena é 2050.

Ter zerados os impostos da cesta básica é uma medida maravilhosa, mas infelizmente se joga isso para uma legislação complementar, e já se tem uma articulação de tentativa da bancada do latifúndio de inserir o agrotóxico como um dos insumos que vão estar ali colocados.

Eu não posso ver com alegria o fato de se zerarem impostos federais em relação às exportações de minério e do agronegócio, até porque nós sabemos o que é a representação da Vale, Brumadinho e companhia.

Sabemos também que esse movimento que foi feito pela bancada de extrema direita, que é de poucas convicções e de muito oportunismo político, não tem o sentido de se preocupar contra aquela que foi a manifestação pública da FEBRABAN, do conselho nacional dos bancos, não tem o sentido de atacar aquela que é a posição da FIESP e do conjunto das suas entidades que legitimou a aprovação dessa proposta.

No dia de hoje, pela primeira vez desde 2009, quando cheguei ao Parlamento, eu vou votar "abstenção", como um sinal de alerta a esse conjunto de matérias que, sem dúvida nenhuma, estão longe de representar o que o conjunto da população brasileira precisa e merece em atenção.

Documento 260/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-20:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Danilo Forte-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 5 de outubro de 1988, neste mesmo plenário, ao se encerrar a votação da Constituinte, no centro da Mesa Diretora, Dr. Ulysses bradou ao Brasil e ao mundo que tínhamos a maior e mais importante lei do Brasil, a Constituição Cidadã, uma Constituição social, e que a grande quimera dos homens era a perfeição, o que eles não têm.

Nós nunca vamos fazer uma reforma tributária do tamanho de um país continental como o Brasil, com tantas diversidades, social e regional, que unifique a todos nós. No entanto, nós podemos construir um consenso capaz de dar ao Brasil o conforto de ter uma legislação tributária que ajude o País a voltar a crescer, a se desenvolver, a gerar emprego, a dar segurança aos empresários e aos empreendedores para que possam investir e, com isso, ajudar a distribuir riqueza pelo País.

Há muito tempo, desde 1988, que se brada que o Brasil precisa de uma reforma tributária. Em todos os lugares do Brasil, todos nós estamos cansados de ser massacrados por uma das mais altas cargas tributárias do mundo.

Nós conseguimos unificar este Plenário, no ano passado, quando votamos a redução dos impostos dos combustíveis, da energia, da telefonia celular — projeto de lei de minha autoria, transformado na Lei Complementar nº 194, de 2022. E nós vimos e percebemos, de imediato, a receptividade, o carinho, o afeto da população quando entendemos que nós temos que baixar impostos. No entanto, só vamos conseguir baixar impostos se tivermos a coragem de mudar a legislação tributária, de mudar a legislação que oprime o mais pobre e imprime a ele mais sacrifício para pagar mais impostos.

O poder cumulativo dos impostos no Brasil, a sucessão de impostos, os tributos

e taxas sacrificam e empobrecem cada vez mais a população. E nós queremos construir também justiça social a partir de uma reforma tributária. Nós não nos podemos negar nem nos acovardar ao ponto de simplesmente nos omitirmos diante de um clamor nacional, que é exatamente a luta do povo brasileiro para ter uma vida mais saudável.

Hoje o grande gargalo impeditivo de o Brasil não ter competitividade em âmbito internacional é nossa carga tributária. Nossa participação no comércio mundial é irrisória, menos de 2%. E o que é essa diferença em um país tão rico e tão frondoso como o Brasil? É exatamente o excesso da carga tributária.

Hoje, Presidente Arthur Lira, nós estamos aqui dando ao Brasil uma resposta muito clara de que a Casa que representa o povo brasileiro está enfrentando esse desafio, está construindo uma solução para o maior problema do País. Temos que dar oportunidade para todos. E digo isso não porque sou contra ou a favor do Governo de plantão, os Governos passam, mas porque o sacrifício e a miséria do povo brasileiro têm persistido por longo tempo.

Nós do Nordeste sabemos o que é miséria e sabemos o que é sofrimento. São 500 anos pagando uma conta que o povo nordestino não merece pagar, pagando e exportando impostos para o Centro-Sul do País, principalmente para São Paulo.

E aqui quero agradecer ao Deputado Aguinaldo Ribeiro, da Paraíba, e parabenizá-lo por ter tido a sensibilidade de mudar radicalmente a forma de contribuição dos impostos, o que irá gerar riqueza e oportunidades ao se levarem esses tributos para serem distribuídos exatamente nos Estados periféricos do Brasil.

Todos os Municípios do Nordeste ganharão com essa reforma tributária. O Município de Irauçuba, lá no interior do Ceará, ganhará mais de 6% ao ano em cima do que tem de repasse de arrecadação com essa reforma tributária. E os Estados poderão continuar os seus investimentos, com a garantia do Fundo de Desenvolvimento Regional, que aportará os recursos distribuídos para que cada um dos Estados possa, a partir daí, ter um caixa permanente para gerar e estimular o desenvolvimento, a atração de empreendimentos, a atração de indústrias.

O Nordeste clama por uma economia nova. A energia renovável do Nordeste é a energia mais barata do mundo. E o que precisamos neste momento é exatamente dar condição para que essa energia possa chegar ao centro consumidor e ser exportada pelo hidrogênio verde, que o mundo está apto a comprar.

Então, meus amigos, votar a reforma tributária hoje é um dever cívico, é uma obrigação nossa, pois essa é uma chaga que perdura por mais de 30 anos e que precisa ser sanada. E hoje atua o Parlamento — e aqui parabenizo mais uma vez a liderança e a imposição do Presidente Arthur Lira de fazer essa votação

— para dar ao Brasil, a partir de amanhã, um novo momento, um momento de maior retorno, exatamente para que a sociedade possa garantir a geração de riqueza, possa se industrializar em patamares e em níveis de competitividade internacional, com a energia barata do Nordeste e com os tributos baixando para a produção.

O fim do IPI é fundamental para que possamos fomentar e estimular a indústria. A garantia que foi dada para aqueles consumidores da cesta básica, com a isenção total dos impostos, é outra retribuição que nós estamos dando exatamente para a população mais carente do nosso País.

E é dessa forma, na comunhão dos esforços, no debate sério, leal e honesto que nós podemos dar ao País, sem a prerrogativa muitas vezes manipulada e mal usada, quando nós votamos aqui por interesses, uma votação pelo interesse do Brasil, pela defesa do povo brasileiro, dando a dignidade da garantia do sustento a milhões e milhões de brasileiros que não têm oportunidade, mas que precisam do apoio governamental, muitas vezes, para garantir a sua sobrevivência.

Todos ganham com essa reforma: ganha o Brasil, ganham os Estados, ganham os Municípios, ganha a sociedade brasileira.

É natural que uma reforma dessa profundidade precise ter um tempo de transição, e a transição está garantida.

Precisamos ampliar a compensação, e a compensação está ampliada para todo mundo que quer produzir no Brasil. No setor de energia, da geração até a distribuição, em cada etapa haverá a compensação dos impostos, acabando inclusive com a duplicidade da cobrança de imposto que nós temos hoje na transmissão e na distribuição da energia elétrica pelo País.

Isso é fundamental porque é o principal insumo para a reindustrialização, para a retomada da indústria no Brasil, que já foi pujante há 50 anos. A indústria brasileira respondia por quase um terço da formação do nosso PIB, da nossa riqueza nacional, e hoje responde por apenas 10%, um décimo da produção da riqueza do País. Isso é muito pouco para um país que tem condições de ser reindustrializado.

É inadmissível sermos, ainda hoje, o maior exportador de minério de ferro do mundo, participando com 18% do comércio de minério de ferro do mundo, e, na metalurgia e nos produtos derivados, participarmos com menos de 1% do comércio internacional.

Isso é um desastre, meus amigos, porque o fruto da acumulação da geração da riqueza está na exportação do manufaturado. E, para ter produto manufaturado, para ter indústria, para ter emprego, precisamos de impostos baixos e de energia barata. E é exatamente isso o que nós estamos tentando construir nesta

pauta.

Eu fico muito feliz, porque, seguindo a Liderança do nosso partido, o Deputado Elmar Nascimento, que hoje aniversaria — está aqui a prova, na bancada, do respeito ao nosso Líder —, 75% dos Deputados do União Brasil votaram a favor desta votação hoje e acompanharão o Líder Elmar Nascimento votando "sim" à reforma tributária, dizendo ao Brasil que o União Brasil está participando deste novo momento da reconstrução nacional.

Somos um partido reformista. Somos um partido que quer avançar na pauta econômica. Temos compromisso com o Brasil. Nós não vamos entrar na disputa política da polarização estéril que muitas vezes, no clamor, no fervor da disputa eleitoral, ainda padece de um momento triste de querer manter palanque eleitoral diante de uma matéria tão importante e tão profunda para a solução dos problemas brasileiros.

O União Brasil deu a resposta, Sr. Presidente Arthur Lira, e não vai decepcionar o Brasil nem o Plenário desta Casa. Seguiremos, sim, a liderança do nosso Líder Elmar Nascimento. Vamos votar "sim" à reforma tributária, para que o Brasil possa, a partir de amanhã, ganhar competitividade e dizer ao mundo que o Brasil é um país moderno, é um país pujante, é um país capaz de dar condição de vida e tranquilidade para suas famílias, de fomentar esse desenvolvimento do Acre ao Rio Grande do Sul, da Paraíba ao Mato Grosso, passando por todos os Estados e todas as regiões.

Viva o Brasil!

Documento 261/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-20:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Newton Cardoso Jr-MDB -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Quero desejar uma boa noite aos nossos estimados Parlamentares, Deputadas e Deputados que hoje se reúnem em ampla maioria neste Congresso, neste plenário, para, Sr. Presidente, tratar do futuro do nosso País.

Hoje temos diante de nós a oportunidade de escolher entre manter o Brasil no atraso ou colocar o País na vanguarda da modernidade, como mais de 140 países, vários deles membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE.

Quero recobrar a minha participação no Grupo de Trabalho que tratou desta matéria ao longo de mais de 3 meses. Eu resgato que nesse período nós começamos tratando, de forma genérica, de forma ampla, o que seria a implantação de um novo regime tributário no nosso País. Confesso que não imaginei que esse dia chegaria, não imaginei que nós teríamos a condição de reunir tantas lideranças em nosso País para discutir um tema de tamanha complexidade, pela magnitude da economia do nosso País.

O Brasil tem dimensões continentais e realidades distintas. Nós temos uma Zona Franca de Manaus com Áreas de Livre Comércio em todo o ocidental amazônico que tratam de realidades necessárias para o desenvolvimento econômico daquelas áreas, que 30 anos, 50 anos atrás nem sequer podiam ser imaginadas porque nem asfalto havia naquelas regiões. Hoje, essa região exporta para o Brasil e para o mundo grandes produtos industriais, graças à política de respeito às zonas francas. Isso permitiu que diversas indústrias de base sediadas em regiões como o nosso Sudeste, do meu Estado de Minas Gerais, pudessem abrir o mercado para novos clientes. Assim foi acontecendo, passando também pelas políticas fiscais que o Nordeste brasileiro recebeu, o que pôde ser convertido em grandes avanços e investimentos de grandes fábricas nos diversos Estados daquela região.

Fato é que esse projeto, essa visão de complexidade, perdeu-se pelo caminho. Perdeu-se porque o nosso País é um país de realidades tão distintas que cada Estado tem uma legislação fiscal para o nosso chamado ICMS, com mais de 500 mil páginas, se formos somar tudo. É impossível que qualquer ser humano, que qualquer um, tenha conhecimento pleno dessa legislação.

Por esse motivo, com o viés de unidade nacional, o viés de tornar o Brasil um só, numa visão de crescimento econômico, é que esta Casa se transformou na maior protagonista do fortalecimento da economia brasileira. A reforma tributária que está aqui no nosso texto traz uma grande inovação para a legislação tributária brasileira. Estamos falando do princípio da neutralidade.

Ouçam bem! O princípio da neutralidade, caros Deputados, caras Deputadas, trata, nada mais, nada menos, da garantia de que não haverá aumento de impostos, não haverá aumento do custo de vida no nosso País, aliás, muito pelo contrário. Peço a qualquer um de V.Exas. que tente dizer quanto é a tributação de qualquer produto que se vende neste País hoje. É impossível responder a essa questão. Mas, com a adoção da não cumulatividade, com a adoção do princípio da neutralidade, que garante a isenção a diversos produtos e garante que a tributação só seja exigida, no final, do último consumidor na cadeia produtiva, nós saberemos quanto há de imposto, qual é a carga tributária verdadeira para a população brasileira, para o cidadão de bem, que luta de sol a

sol para fazer a sua família progredir na vida.

E isso vai acontecer graças à visão de todos e todas que se uniram no Grupo de Trabalho. Quero parabenizar cada Deputado e cada Deputada que trouxe, ainda que com pensamentos divergentes, com ideologias distintas, uma visão consolidada do que queremos para o Brasil. Todos e todas foram ouvidos. Tudo aquilo que era crítico e fundamental para quem precisava tratar do texto foi dialogado. Com isso, construímos esse texto final que o ilustre Deputado Aguinaldo Ribeiro apresentou nesta tarde.

Quero ressaltar que, a princípio, a minha posição, internamente no nosso partido, o MDB, minha querida Deputada Maria do Rosário, foi contrária. Não tenho medo de dizer aqui, caro Deputado Altineu, que me posicionei internamente, no MDB, contrário à aprovação desta matéria, porque entendia que os temas necessários não estavam sendo acolhidos no texto. Mas foi o diálogo e a força da democracia nesta Casa que permitiu, e sempre permitirá, a discussão de ideias e a mudança de posições.

Subo a esta tribuna falando pela Liderança do nosso partido, o MDB, agradecendo ao nosso Líder Isnaldo por este espaço para ressaltar que todos os pedidos democráticos, republicanos, justos para os diversos segmentos da economia brasileira foram acolhidos. O agronegócio brasileiro, o virtuoso agronegócio, a agricultura brasileira, que põe comida na mesa de todas as V.Exas. está representado na votação desta matéria.

O setor de turismo, que incorpora os serviços, está acolhido na matéria. Esse setor, que representa a movimentação de mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras todos os anos e de mais de 6 milhões de estrangeiros que nos visitam, Deputado Jonas Donizette, está acolhido no texto.

Vamos respeitar e honrar aquele pequeno comerciante que cuida do SIMPLES, um regime simplificado de tributação, para que ele possa aderir voluntariamente ao programa do novo Imposto sobre o Valor Agregado.

Estamos construindo um novo Brasil. Os Municípios brasileiros serão reconhecidos com a mudança na tributação, da origem para o destino. Isso fará com que as nossas diversas regiões brasileiras, especialmente as nossas Minas Gerais, detentoras do maior número de Municípios no Brasil, possam crescer sem precedentes. Os 853 Municípios mineiros irão crescer, irão prosperar. E, mais do que isso, os nossos Prefeitos e Prefeitas saberão qual é a sua arrecadação, qual é o seu potencial de investimento público.

Esta é a função desta Casa. É isto que o Parlamento brasileiro entrega à população brasileira nesta noite. Portanto, rogo aos senhores e senhoras que votem juntos, para aprovar a reforma tributária no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 262/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-20:52
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Arthur Lira-PP -AL	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Natureza histórica da votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu queria, muito rapidamente, ler um discurso para não cometer nenhum tipo de deslize no sentimento de gratidão a esta Casa por poder propiciar ao Brasil este momento que, independentemente do resultado, eu espero que seja consagrador para o Congresso Nacional, oportuniza a discussão e a votação da principal mudança constitucional, que é a PEC da Reforma Tributária, desde o período da sua redemocratização.

Estamos vivendo hoje um momento histórico para o País e para as nossas vidas parlamentares. O País olha para este plenário esperando uma resposta nossa para a aprovação de uma reforma tributária justa, neutra, que dê segurança jurídica e promova o desenvolvimento econômico e social.

Não podemos e não devemos nos furtar a essa responsabilidade. A pressa, o dito açodamento, e a necessidade de votarmos a reforma tributária não são nossas. A urgência de votar a reforma tributária é do Brasil.

(Palmas.) Essa urgência é dos brasileiros, que precisam de mais emprego, de mais renda e de menos impostos; é dos empresários e de todos os setores da economia, que querem um sistema tributário racional, equânime e justo. Eles querem acabar com as amarras do emaranhado das leis que impedem a expansão dos seus negócios.

Não falem, por favor, em celeridade nesta Casa. Há 6 meses a Comissão Especial se desdobra na apresentação de uma proposta com base em duas PECs que estão sob análise deste Congresso Nacional desde 2019. Como falar de velocidade e rapidez na votação de uma reforma tributária que é esperada pela Nação há mais de 50 anos? Se não formos ágeis, se não formos determinados, aí, sim, perderemos o *timing* para cumprir nossas responsabilidades.

Repito: todo o Brasil está nos vendo, ansioso por uma resposta imediata que acabe com essa longa espera. O momento é histórico, eu repito. Não nos deixemos levar por críticas infundadas, por análises apressadas de quem nunca

quis uma reforma tributária que mude a face do País. Quando o País busca olhar para a frente, surgem vozes acorrentadas ao passado.

Não há brasileiro feliz com o nosso atual sistema, todos querem um sistema tributário com justiça social, simplificado e eficiente. Isso é a chave para uma economia que quer e vai crescer.

Não nos deixemos também levar pelo que eu sempre critiquei, que é o radicalismo político. O povo brasileiro está cansado disso. As eleições já ocorreram. Os vitoriosos, como nós, estão no poder. Lembro a vocês que o meu candidato, que apoiei nas eleições, perdeu a eleição presidencial. Deixemos as urnas de lado e voltemos nossos olhos para o povo brasileiro.

Reforma tributária não será na boca de ninguém joguete político. Reforma tributária não é instrumento de barganha política. Reforma tributária não é batalha político-partidária. Reforma tributária não é pauta de Governo. Reforma tributária é pauta de Estado.

(Palmas.)

Reforma tributária é o futuro do nosso País. Reforma tributária é segurança jurídica.

Com a confiança que sei que tenho e deposito, renovo aqui o meu apelo aos amigos e amigas para que enfrentemos esse desafio de forma altiva, soberana, tecnicamente debatendo os pontos e procurando aperfeiçoá-los.

Tenho certeza de que hoje, Srs. Líderes, Sras. Líderes, Srs. Deputados e Sras. Deputados, Presidentes de partidos e Governadores presentes, Prefeitos de capitais, empresários de todos os setores, a Câmara dos Deputados precisa e vai cumprir o seu papel histórico. Sairemos daqui com a cabeça erguida. Estou seguro — e transmito isso a vocês — de que vamos ter o reconhecimento da Nação. Todos nós vamos escrever nossos nomes na história do Brasil e deste Parlamento.

Vamos à vitória, pelo Brasil e pelos brasileiros!

Muito obrigado.

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Partido Liberal sempre foi a favor de uma reforma tributária, mas de uma reforma tributária justa, que não deixasse ninguém de fora, injustiçado. Então, sobre esta reforma tributária, o Partido Liberal é contra.

Hoje realmente é um dia histórico. Aqueles que votarem contra estarão tentando salvar o Brasil, e isso vai ficar registrado. E é um dia histórico também porque vemos aqui que a Esquerda virou "tchutchuca" de banqueiro.

Então, por Deus, pátria, família e liberdade, o PL orienta contra, "não"!

Documento 264/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Benedita da Silva-PT -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT vota "sim", Sr. Presidente.

Entendemos que esta reforma tributária já vem tarde e que 50 anos esperando é muita coisa para o povo, que paga altos juros; para o povo, que compra comida muito cara. É por isso que nós estamos apoiando e dizendo esta reforma tributária pode não ser a dos nossos sonhos, mas é a reforma tributária que vai dar ao País a governabilidade econômica de que ele precisa.

Por isso, o PT vota "sim", "sim", "sim"!

Documento 265/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Danilo Forte-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o União Brasil neste momento se une a esse grande coro nacional pela necessidade de fazer o Brasil avançar para distribuir renda, para fortalecer as instituições, para gerar emprego, para diminuir a miséria e para fazer com que possamos ter competitividade em âmbito internacional, baixando a carga tributária. O União Brasil não se furtará e não faltará ao Brasil.

O União Brasil vota "sim".

Documento 266/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	André Fufuca-PP -MA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (Bloco/PP - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da última vez que esta Casa tratou deste tema, era o ano de 1965, o País era uma ditadura.

Hoje, em um ambiente democrático, com Parlamentares eleitos pelo voto democrático, e, acima de tudo, em um ambiente livre, em que todos podem expressar e demonstrar a grandeza de suas ideias, nós, à frente do

Progressistas, fazemos parte do momento histórico e encaminhamos o voto "sim".

"Sim", a favor da reforma tributária; "sim", a favor de uma reforma que não fique apenas escondida nas mentes e nos corações, mas que se torne real e que possa ajudar a população brasileira a melhorar sua qualidade de vida.

Voto com a consciência tranquila, sabendo que hoje é um dia histórico para esta Casa, porque, após 50 anos de debate, o Brasil está ganhando uma nova reforma tributária.

O PP vota "sim".

Documento 267/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Sidney Leite-PSD -AM	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "sim".

O Brasil precisa de uma reforma tributária que qualifique o empreendedorismo. Não é aceitável que o Brasil tenha o pior sistema tributário do mundo.

Nós precisamos voltar a gerar emprego, a empreender, a gerar oportunidade.

Que a indústria brasileira possa ganhar competitividade e que quem está na atividade empreendedora possa ter a oportunidade de desenvolver e de gerar emprego!

Por isso, o PSD, Sr. Presidente, recomenda o voto "sim", acreditando que é hora de o Brasil e este Parlamento darem sua contribuição para a retomada do desenvolvimento econômico. Com isso, poderemos gerar emprego, renda, desenvolvimento econômico e qualidade, para diminuirmos as desigualdades sociais e contribuirmos efetivamente para o desenvolvimento do nosso País.

Por isso, o PSD recomenda o voto "sim".

Documento 268/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Baleia Rossi-MDB -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o MDB orienta "sim" à reforma tributária. Entendemos que, depois de 30 anos de debates, nós temos hoje um texto maduro, que significa simplificação tributária.

Hoje esse manicômio tributário que nós temos atrapalha quem quer empreender, quem quer gerar emprego, quem quer gerar renda para a população. E conseguimos avançar no texto, para proteger as pessoas mais pobres, com alíquota zero para o alimento da cesta básica.

Portanto, agradecendo a todos os Deputados e Deputadas do MDB, agradecendo ao MDB, que abraçou essa bandeira como uma bandeira do MDB Nacional, nós orientamos "sim".

Documento 269/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Hugo Motta-REPUBLICANOS -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso partido se reuniu ontem, e decidimos fechar questão a favor desse tema, porque a reforma tributária que ora está sendo discutida, apreciada e votada aqui pelo Plenário representa para nós uma discussão a favor do Brasil. Não é uma vitória deste ou daquele Governo, deste ou daquele partido, e, sim, do Parlamento, que decidiu, com o seu protagonismo, enfrentar este tema, vencer o radicalismo e votar aqui, unido, para o bem do nosso País.

Ganhará o Brasil. Ganharão os pais e mães de família, que passarão a ter mais oportunidades de emprego. Ganhará, sem dúvida alguma, o nosso sistema tributário, que será modernizado, que será, cada vez mais, na busca da eficiência, um sistema que trará competitividade para o nosso Brasil.

É por isso que o Republicanos orienta o voto "sim" e faz também aqui uma homenagem aos ex-Deputados que, por tanto tempo, discutiram essa matéria aqui e não estão tendo a oportunidade de votá-la. Por mais de 30 anos, Sr. Presidente, essa matéria é aqui discutida. Por muitos anos, a reforma tributária foi pautada, e, infelizmente, não conseguiu ser votada.

Na noite de hoje, o Parlamento cumpre seu papel e faz história, enfrentando um tema tão importante para a sociedade brasileira.

Parabéns, Presidente Arthur Lira!

Parabéns, Relator Aguinaldo Ribeiro!

Parabéns a todos os Líderes!

O Republicanos vota "sim".

Documento 270/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-21:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Mauro Benevides Filho-PDT -CE
ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa reforma tributária vai acabar com 5.570 normas do ISS em todo o território brasileiro, vai acabar com as 27 regras diferenciadas dos Estados brasileiros, sem falar naquelas da União.

É impossível trabalhar no Brasil com tanta parafernália de regulação que a tributação brasileira tem. Não é verdade o que se está dizendo aqui nesta Casa: que a cesta básica vai ter o valor de seus produtos aumentado com a nova alíquota. Isso é uma mentira! Esse projeto vai colocar alíquota zero na cesta básica e retirar dela o filé *mignon*, o queijo suíço, o presunto de parma...

(Desligamento do microfone.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Serão retirados da cesta básica, Sr. Presidente, produtos que são característicos dos ricos brasileiros.

O PDT encaminha o voto "sim", para aquecer o Brasil e gerar emprego.

Documento 271/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Jonas Donizette-PSB -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, teve dois representantes no Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, eu e a Deputada Tabata Amaral. Primeiro, eu quero cumprimentar esse grupo, que foi coordenado pelo Deputado Reginaldo Lopes e teve a relatoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro.

Nós conseguimos apresentar aqui um trabalho ouvindo todos os Deputados e Deputadas, ouvindo a sociedade. E é claro que o Brasil quer essa reforma. Nós temos vários abaixo-assinados de diversas entidades empresariais e industriais clamando por este momento no qual estamos votando.

Estudo do IPEA mostra que, com o tempo, 90% dos brasileiros deverão pagar

menos impostos do que pagam hoje. Então, nós teremos redução de tributos. Com o andar da carruagem, nós teremos também a diminuição do pagamento de impostos.

Por isso, o PSB encaminha o voto "sim", Presidente.

Documento 272/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Vitor Lippi-PSDB -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, quero cumprimentá-lo pela coragem de fazer algo que o Brasil espera há 30 anos. Cumprimento também o Parlamento, porque esse é um trabalho desta Casa, não é de governo. Isso começou há vários anos, é um trabalho que foi aperfeiçoado, discutido, um compromisso desta Casa com o Brasil.

O Brasil é um dos países, Presidente Lira, que menos cresce no mundo há 30 anos, muito menos do que a média mundial. Nós sabemos que o Brasil tem muitas potencialidades, e o maior e mais grave problema do Brasil é o péssimo sistema tributário, o 184º pior sistema tributário do mundo.

Nesse sentido, foi baixado para zero o imposto dos alimentos. Em média, Presidente Lira, vai cair entre 10% e 12% o Imposto sobre Produtos Industrializados neste Brasil. O sapato, o calçado, a roupa, o equipamento, a máquina, tudo que se for comprar vai ter redução de preço.

Nós somos absolutamente favoráveis, porque temos um compromisso com o Brasil. E muita gente aqui disse que não está votando porque não conhece a matéria. É verdade! Se conhecesse, votaria a favor do Brasil.

O voto é "sim".

Obrigado.

Documento 273/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Guilherme Boulos-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, apesar do fato de o texto, na nossa leitura, não ser o ideal, porque nós defendemos uma reforma tributária que taxe lucros e dividendos, em que os bilionários paguem mais, nós reconhecemos avanços importantes, avanços na simplificação de impostos, avanços no fim das desonerações e isenções de impostos abusivas para grandes empresas, avanços no início da cobrança de IPVA para jatinho, iate e helicóptero.

Por essas razões, pela desoneração da cesta básica, que é essencial para o povo brasileiro, com muita convicção, o PSOL vota "sim" à reforma tributária.

Documento 274/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:12
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, está aqui o Deputado Fábio Macedo. Eu, Deputado Luiz Carlos Hauly, em nome da bancada do Podemos, que tem 90% de votos "sim", parabenizo o Presidente Arthur Lira; o Deputado Baleia Rossi,

autor desta PEC; o Relator Aguinaldo Ribeiro; e o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que foi o nome da PEC anterior a esta.

Meu caro Deputado Reginaldo Lopes, o Brasil hoje está fazendo a sua reforma econômica mais importante. Eu ouvi de alguns embaixadores que é a reforma econômica mais importante no mundo hoje. O Brasil é uma das maiores economias do mundo e tem o pior sistema tributário do mundo. É uma reforma liberal, é uma reforma da economia, é uma reforma que vai facilitar os negócios entre as empresas, vai beneficiar os trabalhadores, gerando milhões de novos empregos por ano, vai melhorar o salário, o lucro das empresas, e vai aumentar o poder de compra das famílias brasileiras. É um ganha-ganha. É uma reforma que vai aumentar a receita da União, dos Estados e dos Municípios e que vai combater a sonegação e os privilégios.

Viva o IVA!

Viva a PEC 45!

Documento 275/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-21:12
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Jandira Feghali-PCdoB -RJ
ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a última reforma tributária foi feita há 58 anos, no período autoritário deste País. Portanto, essa é a primeira reforma tributária num período democrático. Por isso, é importante realçar a compreensão dos Líderes dos partidos desta Casa em relação a este momento. É importante realçar o papel do Relator Aguinaldo Ribeiro, dos autores, do Presidente da Casa, porque esse é um primeiro grande passo em direção à progressividade, à superação da desigualdade e à redistribuição da renda no Brasil. Cesta básica desonerada, combate à sonegação, superação de uma série de confusões no cipoal tributário brasileiro: este é um momento importante do Brasil.

Presidente, o Partido Comunista do Brasil orienta "sim" a esta reforma tributária, porque compreende que nós chegaremos à segunda fase, a da tributação sobre renda, sobre herança, sobre patrimônio, a essa reforma

tributária realmente progressiva, como segue o mundo inteiro.

O Partido Comunista do Brasil segue com a maioria desta Casa, para aprovar a reforma tributária no período democrático brasileiro.

O PCdoB orienta o voto "sim".

Documento 276/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Clodoaldo Magalhães-PV -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. CLODOALDO MAGALHÃES (Bloco/PV - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV, Sr. Presidente, orienta "sim" e acredita que esta reforma, que tem sido discutida pela sociedade brasileira há mais de 6 décadas, vai trazer equilíbrio, transparência, simplificação tributária. O mundo vai olhar para o Brasil como olha para os países desenvolvidos. Ela vai trazer equilíbrio na geração de emprego e renda, e esse equilíbrio fará com que o pobre pague menos imposto. Ela nos trará equilíbrio no pagamento de impostos, fará que a geração de emprego seja o resultado final e que a cascata de geração de emprego e renda venha a beneficiar o Brasil.

Parabenizo sua Presidência; o Relator Aguinaldo Ribeiro; o Governo, pela capacidade de embarcar numa reforma que nasceu no Parlamento; e a Câmara dos Deputados, que dá, com coragem, a demonstração de que esta é a Casa do Povo e, sobretudo, não vai permitir que, na alíquota final, tenhamos aumento de carga tributária.

Isso foi um grande pilar. Todos os setores produtivos foram ouvidos. Eu acredito e o PV acredita que teremos geração de emprego, com sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PV, Deputado, por favor?

O SR. CLODOALDO MAGALHÃES (Bloco/PV - PE) - A orientação, Sr.

Presidente, como comecei dizendo, é "sim". O PV vota "sim".

Documento 277/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Alex Manente-CIDADANIA -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. ALEX MANENTE (Bloco/CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Cidadania, Presidente, orienta "sim" com muita tranquilidade, primeiro, porque nós somos um partido reformista, reformista porque acreditamos que sem reforma não há modernização, não há adequação aos novos momentos que vivemos e não se consegue ter eficiência na gestão pública e na entrega do resultado à sociedade.

Este Parlamento conseguiu levar adiante uma reforma que há décadas se discute no Brasil. E nós temos aqui que deixar registrado este momento, através da sua Liderança, Presidente Arthur Lira, que, com muita firmeza, levou esse espírito da coluna dorsal da nossa reforma tributária. É ela que está sendo votada, porque os acessórios podem ser debatidos, mas, fundamentalmente, a Câmara, na noite de hoje, pode entregar à sociedade uma resposta que ela espera há muitos anos, mudando o pilar central da estrutura de cobrança de tributos no Brasil, que é um dos mais burocráticos e que mais afasta investidores, que mais afasta o desenvolvimento do nosso País. A simplificação, sem dúvida, é um grande resultado.

Parabéns, Presidente Arthur Lira! Parabéns a todos os Líderes que trabalharam incansavelmente por este momento!

Documento 278/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aureo Ribeiro-SOLIDARIEDADE -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AUREO RIBEIRO (Bloco/SOLIDARIEDADE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero destacar aqui, Presidente, primeiro, a sua Liderança nesse tema tão importante para o Brasil.

Quero dar os parabéns ao Deputado Baleia Rossi e a todos os autores. Quero dar os parabéns ao Deputado Aguinaldo Ribeiro, pelo processo de escuta, pelo processo de abrir a participação de todos os Governadores, de todos os Prefeitos, pelo diálogo que foi exercido pela Câmara dos Deputados, Deputado Reginaldo Lopes, que possibilitou a construção de um texto que vai simplificar. Só quem gera emprego no Brasil sabe a dificuldade que temos com o sistema tributário.

Por isso, é fundamental essa reforma. Não é uma reforma de direita, não é uma reforma de esquerda, é a reforma da geração de emprego, renda e oportunidade para o povo brasileiro.

E eu estou aqui hoje, Presidente, muito feliz por fazer parte da história do Brasil. No dia de hoje, estamos votando uma reforma robusta, mas que foi exercida em pleno diálogo com todos.

Eu quero destacar a participação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, o nosso Governador Cláudio Castro, e de toda a sua equipe nas discussões aqui na Câmara dos Deputados, o que possibilitou o entendimento do texto e a votação dessa matéria hoje.

Documento 279/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Adriana Ventura-NOVO -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, hoje é um dia muito triste para o Partido Novo. Todos sabem que nós somos o partido e as pessoas que mais defendem a reforma aqui, somos reformistas por natureza, e nós conseguimos hoje perceber como essa reforma poderia ser melhor, poderia ser mais discutida. Nós poderíamos trabalhar pontos que ficaram de ser arrumados, inclusive.

Então, a bancada resolve liberar o voto, porque cada um de nós... Nós conseguimos enxergar pontos positivos, sim, como o fim da cumulatividade, destino e o Brasil seguindo um padrão da OCDE. Mas ela tem também pontos preocupantes, e nós não temos essa visão clara do que pode vir a acontecer. Por isso, o NOVO, infelizmente, vai liberar a bancada.

Documento 280/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Túlio Gadêlha-REDE -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, aqui nesta Casa, quando se amontoam Deputados atrás de V.Exa., coisa boa está chegando.

Eu queria dizer que a REDE orienta "sim" à reforma tributária, mas orienta "sim" porque essa reforma vai deixar o alimento mais barato, vai tirar impostos dos livros, porque este Governo é um Governo que valoriza a educação e a leitura, não é um Governo que queima livros. A REDE orienta "sim" porque essa é uma reforma necessária para o Brasil, fruto de muito diálogo. Disse a extrema direita que essa é uma reforma impositiva de um Governo ou de outro. Muito pelo contrário, essa reforma é uma reforma democrática, do povo brasileiro; é uma reforma esperada há décadas pelo povo e por este Parlamento.

Por isso, a nossa orientação é "sim", pela reforma tributária.

Documento 281/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aliel Machado-PV -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. ALIEL MACHADO (Bloco/PV - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria vai orientar o voto "sim".

Fica registrada no dia de hoje a votação de uma das matérias mais importantes da história do nosso País, porque o nosso País é um país rico, porém é um dos países mais injustos do mundo.

Essa reforma, que foi debatida exaustivamente, leva em consideração o tema ambiental, leva em consideração a gravidade das distorções econômicas que nós temos, que atingem as famílias mais humildes, leva em consideração e corrige o problema da guerra fiscal entre os Estados e Municípios, traz mais transparência e segurança jurídica e acaba com passivo de discussão fiscal na Justiça, ou seja, é uma emenda constitucional que vai colocar o nosso País em outro patamar.

E V.Exa., Presidente Arthur Lira, que foi eleito com a maior votação da história desta Câmara dos Deputados, tem a oportunidade neste momento de unir diferentes pensamentos ideológicos em torno de um objeto, que não é um debate de esquerda ou de direita, mas é um debate pelo nosso País, para combater as injustiças, para fazer com que o nosso País saia da lista dos países mais injustos do mundo, porque o nosso principal objetivo aqui é combater a desigualdade.

Nós orientamos "sim".

Documento 282/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria orienta "não".

Mas nós fazemos aqui a consideração de que muitos aqui estiveram presentes durante a reforma da Previdência, que demorou vários meses. E vários Deputados, mesmo sem ter tido contato com o texto, tinham noção do que estava sendo discutido dentro da Comissão que tratava da reforma da Previdência, porque foi amplamente discutida. Nada disso foi realizado nesta proposta. Os Deputados aqui nada sabem da proposta. Os Governadores que apoiaram a proposta nada sabem da proposta. Foi uma compra de apoio o que aconteceu aqui, Presidente, que apequenou o Parlamento, Presidente.

Votamos "não", porque queremos um Parlamento forte.

Presidente, essa é sua responsabilidade.

Obrigado.

Documento 283/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Carlos Jordy-PL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Hoje, nós vemos a hipocrisia reinando pelo lado dos governistas. Vemos os governistas falando o tempo inteiro em reforma tributária, enchendo a boca para falar de reforma tributária, atacando os ditos bolsonaristas, como se nós fôssemos contra a reforma tributária, justo nós que fomos parte do Governo mais reformista da história do País, o Governo que mais fez reformas,

enquanto eles sempre foram contrários às nossas reformas.

Nós não somos contrários à reforma tributária. Nós somos contra a forma como a reforma está sendo implementada e conduzida. Ficamos duas semanas sem sessões, para, no domingo, sermos convocados às pressas para cá para fazermos uma votação açodada, sem um texto que conhecêssemos, sem que pudéssemos realmente nos debruçar sobre ele e saber o que estamos votando. Não é só a Oposição, o Governo, mas também a população não sabe o que nós estamos votando aqui. E isso é uma falta de responsabilidade com o futuro do País.

Por isso, a Oposição orienta "não".

Documento 284/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Rogério Correia-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, ressalvados os destaques.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo do Presidente Lula orienta "sim". O Governo do Presidente Lula escolheu a reforma tributária como a principal reforma a ser feita no País. Mas escolheu também fazê-la pela via do acúmulo que já existia no Parlamento e, portanto, com muito diálogo para que todos pudessem compreender a necessidade dessa reforma tributária.

Por isso, o Governo do Presidente Lula, ao dizer "sim" a essa reforma, diz "sim" para simplificar os tributos, para fazer o Brasil crescer, para fazer o Brasil gerar emprego, dividir renda e fazer justiça social.

A nossa homenagem ao Presidente Arthur Lira, que comandou esse processo; ao Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro; e ao Coordenador, Deputado Reginaldo Lopes, que souberam unificar a base quase que total do Governo neste Parlamento.

E queria dizer que aqui todos sabem o que estão fazendo. Não existe ninguém aqui que não tenha uma opinião sincera e concreta sobre o que está votando. O

voto aqui é consciente. E a reforma tributária será, sim, um passo importante para o Brasil dividir renda e fazer justiça social.

O Governo Lula orienta "sim".

Documento 285/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, aos Líderes partidários e Parlamentares pelo apoio ao orador na elaboração do parecer à proposição.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Presidente, antes de fazer os esclarecimentos, eu queria aproveitar esta oportunidade para um breve relato.

Depois de uma semana tão intensa, quero dizer que, ontem, escolhi falar do lado direito da bancada; hoje eu vim falar do lado esquerdo, que é o lado da Direita. E aqui estou, Sr. Presidente, porque acho que este momento, de fato, é um momento histórico. E o simbolismo de falar desta tribuna é para dizer que estamos vivendo — eu, particularmente — um momento ímpar. Foram muitas noites mal dormidas, foram muitos dias sem comer, muitos deslocamentos por todo o País, com o peso de deixar a família — o que todos aqui fazemos muito, em razão da nossa atividade —, abdicando do convívio com nossos familiares, esposa, filhos.

E tudo isso me passa como um filme, Presidente. Permita-me fazer esse pronunciamento, porque acho que este momento — que é também histórico para V.Exa. — nos remete a quando chegamos a esta Casa, em 2011. Chegávamos aqui, como muitos estão chegando, e víamos o seu pai, o nosso Biu, amigo do meu pai, Enivaldo Ribeiro, amigo de muitos que estão aqui ainda, como o Deputado Dilceu e tantos outros.

Eu fico pensando, Presidente, que isto é mais ou menos aquele adágio popular, que se aplica a nós: *"Sem saber que era impossível, foi lá e fez"*. Nisso, eu quero parabenizar V.Exa., porque eu não acho que conseguiríamos votar uma reforma tributária de outra forma. Hoje eu tenho convicção de que a reforma tributária só poderia ser tocada da forma como V.Exa. tocou, com o seu tino de conduzir a Casa, por uma razão muito simples: não existia um texto perfeito,

porque sempre se pode aprimorar um texto.

E eu digo isso com muita tranquilidade. Hoje eu até ri, ainda agora, porque um Parlamentar me procurou e ontem brigou comigo para trocar o texto. Eu disse: *"Eu tenho a convicção de que o que você quer é o que eu estou escrevendo"*. E ele, ainda agora, há poucos instantes, chegou para mim e disse: *"Posso lhe fazer um último pedido?"* Respondi: *"Diga"*. Ele: *"Volte ao texto que você tinha feito, que era melhor do que o que eu propus"*.

É essa a arte do diálogo, da construção. Aqui eu estou emocionado porque eu acho que nós estamos construindo um País. Eu acho que essa reforma que nós estamos prestes a aprovar, se Deus quiser, tem a participação de muitos atores, muitos que atuaram no passado e não estão mais nem entre nós, como Deputado Mussa Demes e tantos outros que brigaram, brigaram e brigaram, abnegados, pensando em construir um País melhor.

Esta reforma — e eu falo aqui para os meus amigos da Direita —, a PEC 45, é uma reforma que eu comecei a discutir com o então Presidente Bolsonaro e com o ex-Ministro Paulo Guedes. E o que nós estávamos querendo ali era tão somente construir este mesmo País, que não é um País que olha para a direita, não é um País que olha para a esquerda, é um País que olha para a frente, é um País que quer deixar de ser o País do futuro para ser o País do presente.

(Palmas.)

Nós temos que entregar a este País uma reforma estruturante para as gerações que estão vindo, para os nossos filhos e para os nossos netos. É isso que nós estamos fazendo aqui. Podemos não estar fazendo o melhor, mas estamos fazendo o melhor que podemos fazer na noite de hoje. Se me perguntassem: *"Você poderia fazer melhor?"*, eu diria que poderia, acho que poderia, nem sei se poderia, mas eu tenho certeza e convicção de que todos juntos hoje faremos história neste País — todos vocês.

Eu quero fazer um pedido a vocês, a quem estiver me ouvindo, a quem se colocou, de alguma forma, simplesmente contra a reforma porque é lado A ou lado B. Por isso eu vim falar daqui hoje. Ainda dá tempo, o painel está aberto. Eu sei pedir, como vocês, voto, não é? A reforma vai mudar a história do nosso País, minha gente. O conceito da reforma é o mesmo que nós discutimos anos atrás, o que todos nós estávamos construindo juntos. E da mesma forma eu pedia, no passado, o olhar dessa história de direita e esquerda, como estou dizendo.

Eu acho que também os brasileiros que estão nos vendo agora, acompanhando esse processo, às vezes devem ficar cansados desse negócio. O que queremos de verdade, minha gente, é um Brasil mais justo, é um Brasil mais rico, que possa distribuir riqueza, é um Brasil que desonere a produção, que traga competitividade, que gere emprego, que deixe de ser esse País que impõe ao empresário brasileiro a insegurança de pagar tanto imposto e depois ainda ser

multado porque tem uma interpretação errada, e, depois de pagar multa, ainda ser multado novamente por conta de um novo entendimento jurídico. É esse o País que nós não queremos mais.

Sr. Presidente Arthur Lira e tantos colegas que eu estou vendo aqui, depois de tudo o que nós já fizemos — e V.Exa. na sua carreira fez muita coisa — e com tudo o que aconteceu, quis o destino que hoje estivéssemos aqui, V.Exa. presidindo e eu relatando a matéria da reforma tributária.

Neste momento, meus amigos e minhas amigas, eu queria, como fiz antes, pedir desculpas a todos aqueles que, de alguma forma, eu não pude atender; às vezes, por telefone. Fernandinho Monteiro ligou hoje para mim e Dudu da Fonte — alguns eu só vi agora —, entre tantos outros amigos, que eu tenho certeza de que tinham pedidos importantes para serem colocados no texto. Quero pedir desculpa, também pelo erro que eu tenha cometido na inclusão, mas tentamos retificar agora nessa aglutinativa que nós vamos trazer na sequência.

Mas a minha compreensão é que tudo isso, minha gente, nós fizemos juntos, estamos prestes a fazer juntos. Eu queria agradecer não só ao Presidente Arthur Lira. Agradeço a todos os Líderes partidários, a todos vocês, nossos Líderes, que estiveram à frente desse processo de voto de forma tão importante. Eu brincava hoje com o Líder Elmar Nascimento: *"Rapaz, talvez você nunca mais se esqueça da reforma tributária, que, se Deus quiser, vai ser aprovada no dia do seu aniversário!"*.

(Palmas.)

Aproveito para parabenizar o nosso Líder Elmar Nascimento.

Agradeço ao meu Líder, o Deputado André Fufuca, que esteve sempre conosco apoiando, suportando, ajudando a construir este texto; ao Líder Isnaldo Bulhões Jr., que também esteve conosco de forma muito ativa; ao Líder Hugo Motta, do Republicanos, que fez um gesto muito importante, não só ontem, no fechamento, mas também hoje.

Eu queria reconhecer também a posição serena do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que teve uma postura democrática e pensou, assim como eu, no Brasil.

(Palmas.)

Eu estou aqui olhando o painel para não me esquecer de agradecer a ninguém.

Agradeço ao Líder Felipe Carreras, que está aqui na minha frente e que, ainda há pouco, estava junto conosco cuidando dos últimos detalhes, trabalhando neste texto; a todos os Líderes que aqui estão; ao Líder Zeca Dirceu, que esteve nos ajudando também; ao Líder José Guimarães; ao Líder Antonio Brito,

sempre cuidadoso e participante, do PSD, partido que tem uma importância muito grande na construção desta reforma — é o chamado "Líder dos Líderes"; a todos os nossos Líderes; ao Deputado André Figueiredo, Líder do PDT, que ajudou também muito nesta construção; ao Líder do Solidariedade, o Deputado Aureo Ribeiro.

Meu amigo Deputado Altineu Côrtes, eu queria lhe agradecer também, meu irmão, a sua sempre respeitosa atenção e o carinho que V.Exa. — eu tenho certeza disto — tem comigo.

(Palmas.)

Vou falar aqui do nosso Deputado Pedro Lupion, que comanda a nossa FPA, que esteve tão presente nesta discussão, junto com o Deputado Alceu Moreira, o Deputado Arnaldo Jardim, o Deputado Sergio Souza e tantos outros.

Nosso amigo Deputado Guilherme Boulos também esteve nos ajudando, cobrando temas importantes.

A nossa amiga Deputada Jandira Feghali foi uma daqueles a quem pedi desculpas, porque faltou uma coisinha. Mas nós temos que deixar o Senado ajudar também nesta construção e aperfeiçoar mais ainda este texto. Nós vamos ter essa oportunidade lá.

Agradeço ao nosso amigo Deputado Eli Borges, que coordena a nossa Frente Parlamentar Evangélica — também estive com os nossos irmãos hoje pela manhã.

Cumprimento o Líder Fábio Macedo, do Podemos. Também quero cumprimentar aqui a Presidente do Podemos, a Deputada Renata Abreu.

De forma muito especial, quero cumprimentar o Deputado Marcos Pereira *(palmas)*, Presidente do Republicanos e Vice-Presidente da Casa, que tem muita temperança e que nos ajudou bastante no processo de contemporizar as coisas, porque, às vezes, ficamos exaltados.

Presidente Arthur, hoje, quando o povo chegava até mim, eu dizia: *"Calma, a gente vai resolver. De alguma forma, vai se dar a solução"*. E, graças a Deus, ela foi dada.

Quero cumprimentar os nossos amigos Deputados Adolfo Viana e Alex Manente, que também trabalharam tanto neste processo.

Vou falar agora do GT — não sei se já cumprimentei todos os Líderes, não sei se faltou alguém.

Quero cumprimentar o nosso Deputado Pastor Sargento Isidório, que está aqui

conosco também, sempre na defesa da nossa reforma.

(Palmas.)

Quero agradecer agora ao nosso querido amigo Baleia Rossi, autor desta PEC.

Deputado Baleia, V.Exa., assim como todos nós, entrará para a história.

(Palmas.)

Quero cumprimentar o nosso amigo Deputado Reginaldo Lopes, que coordenou o grupo de trabalho.

(Palmas.)

Presidente, se puder, peço que aumente um pouquinho o som do microfone, porque minha voz já está indo para o beleléu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Amigo Deputado Aguinaldo, finalize.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Vou finalizar, Presidente. É que eu fui instruído a...

Vou só agradecer a todos os que trabalharam no grupo de trabalho: ao Deputado Reginaldo Lopes; ao Deputado Sidney Leite, que está aqui; ao Deputado Jonas Donizette; ao Deputado Ivan Valente; à Deputada Tabata Amaral; ao Deputado Mauro Benevides Filho; ao Deputado Adail Filho; ao Deputado Saullo Vianna.

(Palmas.)

Estou esquecendo alguém?

Quero agradecer a um dos Deputados mais entusiastas da reforma, o nosso Deputado Vitor Lippi.

(Palmas.)

Agradeço ao Líder do PV, o Deputado Clodoaldo Magalhães, também um entusiasta da reforma.

Quero agradecer à bancada feminina, na pessoa da nossa Deputada Benedita da Silva, que também contribuiu muito para este processo.

(Palmas.)

Olhe só como Deus faz as coisas, meu Deputado Sóstenes Cavalcante, que,

como eu, crê Nele com convicção: quis o destino que nosso Deputado Luiz Carlos Hauly estivesse aqui nesta Casa para votar e aprovar uma reforma tributária.

(Palmas.)

Quero agradecer a todos os Governadores, aos Governadores do Norte, aos Governadores do Nordeste.

Quero aqui cumprimentar o Governador Rafael Fonteles, que foi Presidente do COMSEFAZ, discutiu comigo durante 4 anos a reforma tributária e virou Governador do Piauí. Ele também esteve hoje coordenando os Governadores do Nordeste.

Cumprimento o Governador Eduardo Leite, o Governador Tarcísio de Freitas, o Governador Cláudio Castro, o Governador Jerônimo Rodrigues, o meu Governador João Azevêdo, todos os Governadores que nos ajudaram, bem como os Prefeitos.

Eu quero agradecer à CNM — não poderia deixar de fazê-lo.

(Pausa.)

Estão me dizendo que estamos ao vivo na TV. Eu não sabia.

Agradeço a todos os Prefeitos, à CNM e mesmo à FNP, que nos criticou, Presidente Arthur. Mas agora, no final, fizemos as pazes, porque neste Brasil que queremos com a reforma tributária cabe todo mundo.

(Palmas.)

Deus abençoe o Brasil e esta Casa!

Vamos em frente aprovar a reforma tributária.

Documento 286/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:08
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Gilson Marques-NOVO -SC	
	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM DISCURSO

Sumário

Questão de ordem sobre a inobservância do disposto no § 3º, art. 118, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, na apresentação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de

2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o texto foi alterado, e a pretensão é através uma emenda aglutinativa. O Regimento Interno, no § 3º do seu art. 118, diz o seguinte: *"Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas, ou destas com o texto, por transação tendente à aproximação dos respectivos objetos"*.

Parece-me incongruente usar uma emenda aglutinativa que não aglutina nada. Então, eu gostaria que V.Exa. ponderasse a minha questão de ordem com relação a esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu recolho a questão de ordem, Deputado Gilson, e daqui a pouco darei a resposta, inclusive por escrito.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Obrigado, Presidente.

Documento 287/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:12
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Parecer oferecido pelo orador às emendas apresentadas à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Nós também atendemos, Presidente, ao acordo que V.Exa. patrocinou com relação à questão da FNP, do comando de destinação para a cota-parte dos Municípios.

Atendemos também aqui, enfim...

Bom, finalizando, Presidente:

Pelas razões expostas — e aqui para dar a formalidade necessária —, submeto

aos ilustres pares meu voto pela admissibilidade das emendas apresentadas, exceto das Emendas nºs 35, 79, 106 a 109, 198, 201 a 203, 206 a 209 e 219.

No mérito, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 10, 12, 15 a 18, 21 a 24, 31 a 34, 36 a 39, 40, 43, 44 a 47, 50, 51, 53, 55 a 58, 61, 62, 68 a 71, 73, 78, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 110, 112, 117 a 119, 122 a 124, 128, 131, 135, 137 a 139, 141, 143, 150 a 153, 158, 161, 163, 166 a 169, 170, 172, 175, 177, 178, 180, 181, 185, 189, 190 a 193, 194, 212, 214, 216 e 218, na forma do substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 9, 11, 13, 14, 19, 20, 25 a 30, 35, 38, 41, 42, 48, 49, 52, 54, 59, 60, 63 a 67, 72, 74 a 77, 79 a 81, 83, 86, 90, 92 a 94, 97, 99, 100, 103, 106 a 109, 111, 113 a 116, 120, 121, 125 a 127, 129, 130, 132 a 134, 136, 140, 142, 144 a 149, 154 a 157, 159, 160, 162, 164, 165, 171, 173, 174, 176, 179, 182 a 184, 186 a 188, 195 a 211, 213 a 215, 217 e 219.

É o voto.

Documento 288/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Deputado Altineu Côrtes sobre a inclusão de dispositivo na Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Vou explicar, com a maior satisfação, a V.Exa.

Este texto aqui foi um pedido, que foi aquiescido pelos Governadores, para atender ao Governador Caiado, que fez campanha contra a reforma tributária. Nós estamos atendendo a isso. Ele entendia que é um fundo que já existe no Estado de Goiás, em Mato Grosso...

Na verdade, não é só Governador Caiado. Aliás, deixe-me fazer justiça aqui. Eu tenho todo o respeito pelo meu Governador Caiado, gosto muito dele, mas o bom da democracia é divergirmos. Ele estava divergindo, é legítimo.

São fundos existentes. Se V.Exa. ler... Leia comigo: *"(...) de que trata o art.*

155, II, da Constituição Federal, prevista na respectiva legislação estadual em 30 de abril de 2023". Eram só os Estados. São quatro Estados. Vou dizer quais são: Mato Grosso, do Governador Mauro Mendes; Mato Grosso do Sul, do Governador Eduardo Riedel; Goiás, do Governador Caiado; e Pará, do Governador Helder Barbalho.

São fundos que já existiam nos Estados e que são específicos, que eles já cobram, que estão atrelados à infraestrutura. No acordo, pediu-se *phase out*, para que se acabasse o fundo. Esse prazo de 2043 é para que haja o *phase out*, e esse fundo seja acabado durante a transição, como nós estamos propondo em consenso com todos os Governadores.

Documento 289/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Altineu Côrtes-PL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à inserção do art. 20 no corpo da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Com todo o respeito ao pleito dos Governadores e a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado...

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ) - Só um instantinho, Presidente Arthur. Eu gostaria de saber de onde saiu isso do texto, porque, para aglutinar, tem que sair de algum lugar, e não por desejo dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Altineu, eu tenho uma questão de ordem do Deputado Gilson para responder. E a respondendo, vou responder a sua pergunta.

As partes do texto, por aproximação, fazem as aglutinativas, e V.Exa. sabe que é regimental. Então, parte do texto e do escopo trata desses assuntos. E esse assunto é pertinente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Inclusive, já tinha...

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ) - Isso não foi claro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não quer dizer que é texto. É aproximação do texto.

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ) - Presidente Arthur, V.Exa. teve uma vitória hoje na aprovação dessa reforma. E eu dou os parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós vamos continuar, Deputado Altineu.

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ) - Esse assunto do art. 20 é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. tem a possibilidade, se discordar do art. 20, de destacá-lo no segundo turno, Deputado Altineu, com uma emenda supressiva.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente...

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ) - A questão não é essa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. não concorda com o texto, mas, se foi motivo de acordo, nós não vamos ficar polemizando.

Eu tenho nove destaques para votar no primeiro turno ainda, mais essa emenda aglutina.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, com a mesma deferência que foi dada ao Líder...

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ) - Acontece que isso não caberia na emenda aglutina. É um absurdo, Presidente!

Documento 290/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:16
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Altineu Côrtes-PL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido ao Relator Aguinaldo Ribeiro de esclarecimento sobre a inclusão do art. 20 na Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALTINEU CÔRTES (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Rapidamente, Presidente.

Deputado Aguinaldo, o art. 20 foi incluído aqui na aglutinativa. Como foi construído esse art. 20? De onde saiu? Porque o novo tributo aqui diz... Isso não constava no texto. Sinceramente, Sr. Presidente, depois inclusive o PL orientou contra. Nós somos contra em função do tempo da discussão dessa matéria. V.Exas. foram vencedores, mas eu acho que não cabe uma maioria incluir o que não estava listado no texto.

O art. 20 diz:

Art. 20. Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos respectivos territórios, para investimento em obras de infraestrutura e habitação, em substituição a contribuição a fundos estaduais, estabelecida como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado, relacionados com o imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, prevista na respectiva legislação estadual em 30 de abril de 2023.

Isso não constava do texto em momento algum.

E diz o parágrafo único: *"O disposto neste artigo aplica-se até 31 de dezembro de 2043"*.

Isso não constava do texto. Então, eu gostaria de pedir o esclarecimento a V.Exa., com todo o respeito.

Documento 291/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Glauber Braga-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido ao Relator Aguinaldo Ribeiro de esclarecimento sobre a alteração da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, com relação a entidades religiosas.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Relator, a minha pergunta é a seguinte: hoje, quando se trata de impostos relacionados a igrejas, a alínea "b" fala de "templos de qualquer

culto".

Houve uma alteração nessa emenda aglutinativa onde fala de "entidades religiosas, templos de qualquer culto, incluindo suas organizações assistenciais e beneficentes". Isso quer dizer que o conjunto ou o conglomerado de organizações, por exemplo, de Silas Malafaia e de Edir Macedo também vão estar livres de qualquer tributação? É isso? Houve uma ampliação daquilo que já existia nessa emenda aglutinativa que vai ser avaliada e votada no Plenário?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Essa nós já votamos.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Não, não. Essa ainda vai ser votada. Está aqui no texto a ser apreciado na emenda aglutinativa.

Documento 292/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Deputado Glauber Braga sobre a contemplação de entidades beneficentes vinculadas a associações religiosas no texto da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Estamos, sim, contemplando as organizações que são beneficentes e têm vinculação com associação religiosa, porque a igreja é uma associação. Se a associação tem participação em um ente que é beneficente, ela terá o mesmo tratamento. Foi isso que nós colocamos, que também foi fruto de acordo com a bancada evangélica. Agora, sobre se há extensão, ela só se comunica com a própria entidade.

Documento 293/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:20
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Arthur Lira-PP -AL	
	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

Sumário

Informação ao Plenário sobre as razões do indeferimento, pela Presidência, de questão de ordem suscitada pelo Deputado Altineu Côrtes.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicitará a orientação das bancadas.

Antes, porém, eu queria que o Plenário prestasse bastante atenção na resposta à questão de ordem do Deputado Gilson Marques.

O texto da reforma tributária aprovado por este Plenário é coeso e de tal forma tendente à aproximação, como preceitua para as Lideranças e assessorias o art. 118, § 3º, lido por V.Exa., mas também o art. 122 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A bem da verdade, quase a totalidade dos destaques apresentados — quase a totalidade dos destaques apresentados — poderiam ter seus recebimentos recusados por esvaziarem substancialmente o texto. Por exemplo: um Destaque nº 9, que exclui o Conselho Federativo, na prática, se aprovado, comprometeria toda a reforma. Mesmo assim — mesmo assim! —, esta Presidência está fazendo questão de votar todos os requerimentos apresentados pelos Líderes, para garantir o melhor tratamento e evitar qualquer questionamento à deliberação desta matéria.

Portanto, a questão de ordem não tem pertinência, como a referendada pelo Líder Altineu.

Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco União?

Documento 294/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Pedro Paulo-PSD -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PEDRO PAULO (Bloco/PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, em 1965 foi a última reforma tributária que nós tivemos. Foi há quase 60 anos. Hoje esta Casa faz história. Eu queria parabenizar V.Exa. e o Relator Aguinaldo pela perseverança e pela paciência na construção de um texto dificílimo, mas que muda este País. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil crescerá a partir da decisão que nós tomamos hoje nesta Casa.

Por isso, o bloco orienta "sim", pela aprovação da emenda aglutinativa, parabenizando esta Casa por fazer avançar o Brasil.

Documento 295/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL orienta "não".

Eu não estou entendendo essa emenda aglutinativa. Eu entendi que a proposta que aprovaram era para simplificar, mas estamos criando um novo imposto com o art. 20, que está incluso nessa proposta aglutinativa. É isso mesmo?

Votamos "não".

Há muita inconsistência nessa emenda aglutinativa, que não mostra a origem da discussão que pacificou esse tema. Portanto, temos que votar "não", meus colegas.

Obrigado.

Documento 296/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Renildo Calheiros-PCdoB -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Federação PT/PCdoB/PV encaminha o voto "sim".

Entendemos que essa reforma tributária é um grande avanço, uma grande conquista. Ela tem como fundamento, Presidente, simplificar o nosso sistema tributário. Esse sistema tributário atual é anacrônico, ele não funciona, ele é injusto. E essa modificação já vem com atraso. Mesmo assim, deve ser festeja e comemorada a simplificação do nosso sistema tributário.

Ela introduz também uma modificação, que é a cobrança do imposto no destino, ali onde o bem ou o serviço é adquirido. Essa é uma grande mudança no sistema tributário brasileiro, que vem em benefício das regiões e dos Municípios. Ela cria o Fundo de Desenvolvimento Regional, que será um instrumento importante para a diminuição das desigualdades sociais.

Por isso, Sr. Presidente, a Federação encaminha o voto "sim".

Comemoramos a grande negociação que aqui foi feita com Estados, Municípios e vários segmentos da nossa economia. Nós não vemos isso como um problema, pelo contrário: é a afirmação e a vitória da política, ao se dirimirem conflitos e se encontrarem soluções. O Brasil precisa muito deste caminho.

A federação vota "sim".

Documento 297/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:24
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Marcelo Queiroz-PP -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCELO QUEIROZ (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "sim", lembrando a importância da reinclusão do PERSE, tão importante para o setor do turismo e da cultura, e também a inclusão do esporte nessa emenda tão importante.

Documento 298/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:44
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Ivan Valente-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VI, § 1º, art. 155, inserido pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos um projeto de resolução que está para ser votado no Senado sobre a questão das heranças e que nunca foi votado. A PEC está tratando aqui apenas de progressividade.

Na verdade, o que está na alíquota é 8%, e a maioria dos Estados dá 4%. Nos Estados Unidos, é 40%; na Europa, é 40%, 50% e até 60% o imposto *causa mortis*.

O que nós estamos fazendo aqui agora é só indicando uma progressividade. Isso é pouco ainda, porque nós temos que estabelecer um imposto sobre heranças e taxar essas heranças para não se acumular mais riqueza neste Brasil. Essa é uma emenda que não se sustenta.

Por isso, nós votamos "sim".

Documento 299/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:44
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VI, § 1º, art. 155, inserido pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta "não" e quer mais uma vez aqui lamentar o que tem sido feito nesta noite no plenário.

Sinceramente, é inadmissível que nós estejamos agora, por meio de emenda aglutinativa, na matéria passada, e na discussão dos destaques, inovando no texto. Aquela emenda aglutinativa jamais poderia ter sido colocada aqui em votação.

Nós vamos recorrer, na nossa questão de ordem, à CCJ. Entendemos que uma reforma tributária tem que ser encarada com toda a seriedade, e infelizmente faltou seriedade em grande parte do processo. Agora se corrobora isso com a votação da emenda aglutinativa anterior.

Documento 300/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:44
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Gilson Marques-NOVO -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VI, § 1º, art. 155, inserido pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria orienta "não".

A discussão sobre a progressividade é muito cara. Mesmo que não seja isso, os efeitos do destaque não alcançarão o que se pretende.

Por isso, nós preferimos a orientação "não".

Obrigado.

Documento 301/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:44
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VI, § 1º, art. 155, inserido pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição orienta "não".

Só reiterando aqui, progressividade significa desproporcionalidade na cobrança. Se é estabelecida uma alíquota única, isso de fato é proporcional: você tem pouco, uma alíquota única, paga pouco; você tem muito, com a mesma alíquota única, você paga muito. Quando se tem progressividade, desproporcionaliza-se esse pagamento. Há uma distorção semântica aqui.

É muito importante dar segurança às famílias que têm patrimônio. Senão, estaremos criando aqui um âmbito em que, potencialmente, quanto mais se tem, menos se tem. Muito perigoso, Presidente.

Por favor, colegas, votem "não".

Documento 302/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VI, § 1º, art. 155, inserido pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (Bloco/PT - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo orienta "sim".

Para mim, é extremamente prazeroso ver o painel, ver quem defende a progressividade e quem é contra a progressividade, e ver os partidos que não têm medo de colocar lá o "não", porque, de fato, eles gostam é do imposto regressivo mesmo, não concordam que esse tipo de progressividade vem justamente para ajudar na distribuição das riquezas, nos combates às desigualdades. Portanto, repito que a progressividade deveria e deverá ser a regra.

O Governo orienta "sim".

Documento 303/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da tributação de grandes fortunas.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quem mais tem pode pagar mais, em um país que é cravado por tantas desigualdades. Quem mais tem, e tem valor de heranças ou de doações, pode pagar mais, para que o Brasil possa fazer o luto dos seus períodos traumáticos, sempre cravados por muitas desigualdades. Mas aqui se quer que quem mais ganha continue pagando o mínimo e que aqueles que não têm paguem a mesma alíquota.

Portanto, é necessário que nós possamos rever as alíquotas. Nós temos imposto sobre o patrimônio, e não existe imposto sobre as grandes fortunas neste País. Isso precisa ser revisto para que nós tenhamos um País mais justo e igualitário.

Documento 304/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:52
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Abilio Brunini-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante o discurso da Esquerda em defesa dos empresários e trabalhadores para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não faz nem 3 minutos que tivemos a primeira votação. Já tivemos aumento de imposto. E a questão mais interessante de se falar é ver o Partido Comunista do Brasil, o PSOL e o PT defenderem uma reforma tributária.

Você já viu comunista defender empresário? Você já viu comunista defender trabalhador? Se eles estão defendendo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Abilio Brunini, a Presidência dá essa deferência regimental, perdoe-me, para tentarmos enaltecer alguma coisa, porque senão daqui a pouco levanta um Deputado do outro lado para responder V.Exa...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Presidente, são só 30 segundos e eu concluo, sem tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sem essas especificações.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Sem esse sentido, Sr. Presidente. Vou concluir.

Eles estabeleceram o cronômetro. O tempo está passando. Em 3 anos e meio, você poderá mudar tudo isso. Em 3 anos e meio, você poderá resgatar o nosso País.

Documento 305/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:52
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Domingos Sávio-PL -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Alerta ao Plenário sobre a votação do requerimento de destaque a respeito da tributação do patrimônio, apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Exatamente sobre o destaque que estamos votando, eu vinha alertando, Presidente Arthur e demais colegas — acho que ainda dá tempo de V.Exas. alterarem o seu voto —, que esse é um artigo que trata de tributação sobre patrimônio. O nosso projeto de reforma tributária é sobre o consumo. Mas o problema é que ele trata sobre patrimônio de uma maneira generalizada, propondo o imposto progressivo sobre herança.

Ora, o imposto progressivo sobre herança, principalmente para o produtor rural, Presidente, pode ser trágico, porque, às vezes, a constituição de um patrimônio para uma família, como, por exemplo, uma fazenda, dá-se ao longo de várias gerações. Por várias gerações é que se constrói um patrimônio. O pai vai deixar aquela propriedade, fruto da luta, que veio de várias gerações, para alguns filhos, mas eles vão ter que vender a propriedade para pagar o patrimônio.

Isso também pode valer para uma rede de lojas, que é fruto de uma luta familiar. E, quando se vai construir a sucessão familiar...

(Desligamento do microfone.)

Documento 306/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:56
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aliel Machado-PV -PR	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo do inciso X, § 1º, art. 156-A, do Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALIEL MACHADO (Bloco/PV - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós vamos encaminhar o voto contrário a essa proposta, para manter o texto do Relator Aguinaldo, pois o destaque proposto pelo PL fere de morte um dos principais objetivos da reforma tributária. E eu não vejo como ter divergência nesse assunto.

Hoje um dos maiores problemas enfrentados em nosso País, que é um país

federativo, é a guerra fiscal. Nós temos disputas entre os Estados, entre os Municípios, temos distorções. E o que o texto muito bem elaborado pelo Relator Aguinaldo colocou é uma restrição na ampliação de benefícios que são negociados politicamente e que criaram uma colcha de retalhos que é a tributação em nosso País.

Por isso, de maneira muito assertiva, o Relator Aguinaldo coloca aqui um dispositivo que cria uma regra pela qual essa distorção, essa colcha de retalhos, não será permitida, porque, novamente, se for colocada essa brecha, em pouco tempo nós teremos que resolver no Congresso Nacional disputas tributárias que causam injustiças e que não ajudam no desenvolvimento e no crescimento do nosso País.

Não foi nem uma, nem duas, nem três vezes que pudemos observar no Brasil como um todo, nos Municípios e nos Estados, as negociatas políticas, as ações que não se fundamentam com questões técnicas, as disputas fiscais que trazem prejuízo na ponta: que é a população que mais precisa; que é o Estado que fica travado, que fica engessado; que traz injustiça.

Portanto, para manter a essência de um dos pontos mais importantes da reforma, nós orientamos "não" à emenda, ao destaque, e "sim" à manutenção do texto.

Documento 307/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-21:48
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Newton Cardoso Jr-MDB -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Parlamento brasileiro pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Vou fazer aqui só uma coisa que eu não havia feito, Deputado Newton Cardoso Jr: dar-lhe parabéns, meu irmão.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG) - Parabéns a V.Exa., Líder Aguinaldo, grande Relator. É uma honra e um privilégio poder partilhar

desta tribuna com V.Exa. nesta noite. Antes de mais nada, dou-lhe os parabéns e, em seu nome, parabenizo todo o grupo de trabalho e cada Deputada e Deputado que mostrou, nesta vitória maiúscula da sociedade brasileira, a importância da decisividade deste Plenário.

Eu quero recordar, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que, inicialmente, um dos setores que se posicionaram contra a reforma, pela preocupação com o impacto dela, foi o setor da agricultura brasileira. A agricultura brasileira é reconhecida mundialmente pelo seu potencial produtivo. Eu quero lamentar que, durante as discussões acerca da reforma tributária, não pude me reunir pessoalmente com uma pessoa que muito quis a votação deste texto, que foi o nosso saudoso Ministro Alysson Paulinelli. Falei com ele pessoalmente, Deputado Pinheirinho, poucos dias antes que ele se internasse para o tratamento de saúde. Infelizmente, hoje ele está reunido com Deus, olhando, certamente, pela Nação brasileira. Se estivesse aqui, certamente parabenizaria cada membro da Frente Parlamentar da Agropecuária, que hoje mostrou seu compromisso com o segmento, seu compromisso com o agronegócio e com o pequeno agricultor brasileiro. O texto, que acolheu as demandas do setor, representa um crescimento na capacidade produtiva do pequeno agricultor.

Eu fazia, ainda com o Deputado Pedro Lupion, com o Deputado Alceu Moreira e com o Deputado Sergio Souza, os cálculos do que representaria o impacto não só das novas condições fiscais para o setor, mas também das mudanças, especialmente quando passamos a tributar no destino e não na origem. A agricultura brasileira passará por uma nova revolução a partir da reforma tributária.

Além da agricultura, outros segmentos importantes da nossa economia, como a saúde e a educação, vão se encontrar não em condições privilegiadas, mas em condições dignas de prestar um serviço adequado à sociedade brasileira, Deputada Tabata Amaral.

A saúde brasileira será beneficiada, pois os medicamentos produzidos no País terão uma tributação menor a partir da reforma. As compras destinadas aos hospitais públicos Brasil afora, Deputado Júlio Cesar, passarão a ter imposto zero nas notas fiscais. Isso é uma revolução, Deputado Marcelo Queiroz, pois a saúde impacta a vida de milhares de brasileiros. E nós, neste Parlamento, precisamos dar respostas à sociedade, por meio de soluções que impactem de verdade a vida de nossa população.

Sem dúvida, proporcionando uma condição justa também para a educação brasileira, vamos permitir, Deputado Maurício Carvalho, que a população tenha mais acesso à educação superior, mais acesso a uma educação de qualidade, pois a tributação será justa e digna, capaz de manter os grandes investimentos que o setor educacional precisa fazer para que a nossa sociedade possa prosperar com mais conhecimento e mais qualificação profissional.

Foi nesse sentido, Sr. Presidente, que os diversos segmentos foram acolhidos.

E quero ressaltar que uma grande indústria neste País é a indústria automotiva, não apenas pelo trabalho em si. É importante destacar, Deputado João Carlos Bacelar e caro Deputado Henderson Pinto, que a indústria brasileira automotiva começa com o minério de ferro, extraído das montanhas mineiras ou das terras do Pará, e acaba com o automóvel que nos traz até as portas deste Parlamento.

Nós sempre tivemos dificuldade em entender qual era o imposto incidente sobre o automóvel, tanto é que, em dias recentes, o Governo se viu obrigado a fazer um novo programa de redução de impostos para acolher a importante necessidade de retomada de vendas desse setor. Agora, com a reforma tributária, Sr. Presidente, não apenas saberemos quanto de impostos incide sobre cada carro brasileiro como também, de forma igualitária, por todo o País, em cada região do Brasil, haverá a mesma tributação para os carros, sem favorecimento de uma região em detrimento de outra. Saberemos quanto, de fato, existe de imposto sobre um carro. Essa fundamental parte da economia nacional gera milhares de empregos e responde também por uma parcela importante das nossas exportações.

Temos muito a fazer pelo nosso País, mas hoje este Parlamento, em sua ampla e irrestrita maioria, deu, mais uma vez, uma demonstração de compromisso social, de compromisso com a República, de compromisso com a democracia, de compromisso com o povo brasileiro, ao aprovar a reforma com mais de 380 votos, para a surpresa de muitos que estão aqui, para calar os indecisos, os duvidosos, e mostrar que este Poder, quando se une, ressoa e dá o recado necessário à sociedade brasileira e a todos os demais Poderes da República.

Viva o Parlamento brasileiro, que hoje foi protagonista e mostrou a sua força e a sua determinação, aprovando a maior reforma dos últimos 50 anos do Estado brasileiro, a reforma tributária do consumo nacional!

Viva o Parlamento! Parabéns a cada Deputado e cada Deputada que hoje teve coragem e determinação para promover esta votação!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questão de ordem sobre a concessão de tempo à oradora para análise da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Essa emenda aglutinativa acabou de subir no sistema. Por favor, eu peço tempo para que saibamos o que está acontecendo. Não fui informada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vou chamar algum Parlamentar para fazer uso da palavra pelo tempo de Liderança da Maioria, para que o NOVO tenha acesso à emenda aglutinativa, cujas alterações já foram dezenas de vezes repetidas aqui no plenário.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Dezenas de vezes, não! Subiu no sistema, Presidente...

(Desligamento do microfone.)

Documento 309/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre o teor da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional. Agradecimento aos servidores da Casa, especialmente aos Consultores Legislativos, pelo apoio ao orador na elaboração do parecer à proposição.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Pois não, Presidente.

Esta emenda aglutinativa visa tão somente cumprir os novos acordos que foram firmados para possibilitar o consenso em torno da reforma tributária.

No art. 9º, foram incluídos, na redução da alíquota, produtos e insumos aquícolas, o que foi um pedido do PSD, do Ministro André. E é justo, porque

já estavam incluídas todas as atividades correlacionadas.

Quanto às atividades desportivas, na redução em 100% da CBS... Manteve-se, na verdade, aquilo que já tínhamos concedido às demais. Até 28 de fevereiro de 2027, serviços beneficiados pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos — PERSE... Isso estava no primeiro texto. Se, no segundo texto, nós tínhamos o entendimento de que, como havíamos colocado hotéis... E aí eu aproveito para retificar e fazer constar do texto hotéis, bares e restaurantes. O nosso prudente e diligente Deputado Domingos Sávio me fez um questionamento sobre isso, e ele está correto, porque é exatamente essa a intenção do legislador. Então, nós tínhamos colocado naquele regime e estávamos entendendo que, como o PERSE naturalmente acabava naquele momento, isso poderia ser retirado. Houve uma demanda para que voltasse ao texto, portanto nós colocamos de volta.

A redução de 100% do IBS e da CBS, Sr. Presidente, é para atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística. São aqueles centros históricos das nossas grandes capitais, que têm hoje um problema sério e estão virando áreas degradadas. Eu, no meu tempo de Ministro das Cidades, conheci várias experiências exitosas, no mundo todo, de recuperação desse tipo de área. Então, nós incluímos esse tema. Foi um pedido também do Prefeito João Campos, da Deputada Tabata Amaral. Acho que isso atende ainda a FNP. O Prefeito Cícero Lucena também me ligou pedindo isso, assim como o Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro. Então, nós estamos também atendendo a um ponto que é, de fato, uma necessidade da realidade brasileira, dos nossos centros urbanos, dessas cidades.

Além disso, o produtor integrado, de que trata o art. 2º, inciso II, da Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016, com redação vigente em 31 de maio de 2023, passou a optar por ser contribuinte do IBS e da CBS.

Essa aqui é aquela história daquele amigo que me pediu, que tinha pedido um texto... Eu troquei o texto, e já estava no texto anterior. Ele me pediu para voltar. Eu voltei ao texto. Já constava. Apenas fiz voltar.

Deputada Adriana, isso trata da integração. A integração é uma atividade na agricultura em que há tributação específica, porque o integrador recebe... Por exemplo, o integrador de frango recebe os pintos de 1 dia da empresa, recebe a ração, recebe os insumos, e ele devolve para a empresa e tem uma parte de remuneração. Então, nós estamos voltando tão somente para tratar especificamente do que chamamos de produtor integrado.

O inciso I do § 4º do art. 12 passou a ter a seguinte redação, que é esta: *O produtor integrado de que trata o art. 2º, II, da Lei n 13.288, de 16 de maio de 2016, com a redação vigente em 31 de maio (...).*

O § 7º do art. 129 passou a ter a seguinte redação: *O cálculo das alíquotas será realizado com base em proposta encaminhada pelo Ministério da Fazenda,*

que deverá fornecer todos os subsídios necessários, mediante o compartilhamento de dados e informações, inclusive as protegidas por sigilo fiscal, cujo formato e conteúdo deverão ser regulamentados pelo Tribunal de Contas da União.

Essa emenda, Sr. Presidente, é uma demanda... Eu tenho conversado com o Presidente do Tribunal de Contas, o Ministro Bruno Dantas, que pediu — e isso já fazia parte do nosso texto — que o TCU pudesse ter essas salvaguardas para poder garantir que a alíquota padrão seja calculada com precisão.

O art. 20 passou a ter a seguinte redação: *Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos respectivos territórios, para investimento em obras de infraestrutura e habitação, em substituição à contribuição a fundos estaduais, estabelecida como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou tratamento diferenciado, relacionados com o imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, prevista na respectiva legislação estadual em 30 de abril de 2023. O disposto nesse artigo aplica-se até 31 de dezembro de 2043.* São 20 anos.

E isso atende — já estava no acordo, Presidente, quando V.Exa. reuniu os Governadores — àqueles Estados que já tinham esse fundo, com *phase out* de 20 anos para concluir esses fundos que são vinculados à infraestrutura.

Pelas razões expostas...

Deixe-me ver se está faltando alguma coisa, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Aguinaldo, nós tínhamos combinado, no regime específico de tributação, a inserção do hidrogênio verde. Estava combinado, mas isso não está constando na emenda aglutinativa.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Deputado Mauro, tenho certeza de que V.Exa. é um homem paciente, assim como eu, e compreensivo, assim como eu. Eu expliquei a V.Exa. que alguns comandos que nós havíamos dado para nossa equipe...

Aliás, Presidente, eu me esqueci de fazer uma menção à equipe e quero fazer isso agora.

Eu queria parabenizar todos os funcionários da Câmara dos Deputados. Nós temos aqui os melhores quadros da República, eu não tenho dúvida nenhuma disso. Eu quero cumprimentar todos os Consultores que estiveram conosco diuturnamente durante todo esse tempo. Foram 4 anos e meio de dedicação. Estou aqui olhando para o Fabiano, a Lucíola, o Aurélio, o Evande e o Marco Antônio. O Grazi, que está aqui comigo, e a Alexandra também ficaram esse tempo todo. Não sei como a "bichinha", que está aqui perto de mim, não

sofreu, não teve um troço por aguentar esse rojão.

Eu quero agradecer a todos vocês, minha gente.

Quero agradecer à minha equipe, à equipe do gabinete, a Felipe, a toda a nossa turma do gabinete, que esteve conosco fazendo esse trabalho.

Presidente, eu queria fazer justiça. Eu me esqueci de agradecer, na minha fala anterior, ao Ministro Fernando Haddad, que foi muito importante na construção e na viabilização dessa reforma. Se não fosse ele, que tem habilidade de construção, que acredita no País e que colocou recursos no Fundo de Desenvolvimento Regional, nós talvez não tivéssemos condições de aprovar uma reforma tributária. Eu havia me esquecido de agradecer.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - O senhor vai colocar aquele tema no texto?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Eu tenho a intenção de colocar, mas cabe à Mesa dizer se isso é possível. Não tinha subido ainda. É o artigo que trata do hidrogênio verde, que é uma matéria de interesse de todo o País.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Eu queria ouvir de V.Exa. se o acordo é para manter o hidrogênio verde. Era só isso.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Sim.

Documento 310/326

117.2023 Sessão Ordinária - CD 06/07/2023-23:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 - Marcel van Hattem-NOVO -RS
ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre as razões do voto do partido Novo contrário ao requerimento de destaque supressivo do inciso X, § 1º, art. 156-A, do Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pela Oposição, Presidente, vou explicar melhor, porque fui consultado sobre o nosso voto, que é para impedir que fora de proposta de emenda à Constituição possam ser criados novos regimes tributários especiais.

Esse é um dos corações da PEC. Na verdade, nós do NOVO entendemos que já há exceções demais na proposta de emenda à Constituição, e por isso nós estamos votando pela manutenção do texto.

Documento 311/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-23:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque supressivo do inciso X, § 1º, art. 156-A, do Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos aqui com um destaque que vai fazer retornar a guerra fiscal. É fundamental que nós possamos eliminar essa guerra fiscal e que nós tenhamos um processo em que não haja esse nível de disputa.

Existem méritos que são incontestes na reforma tributária, como o imposto cobrado no destino e a isenção da cesta básica. E um desses méritos é acabar com a guerra fiscal, que foi elogiada por vários segmentos aqui representados nesta Casa. Não faz sentido voltar à guerra fiscal. É preciso eliminar a guerra fiscal para que possa haver justiça neste País.

Por isso a Maioria vota a favor do texto.

Documento 312/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-23:04
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque supressivo do inciso X, § 1º, art. 156-A, do Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário

Nacional.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vou orientar pela Oposição e pela Minoria.

Presidente, essa questão de guerra fiscal se aplica a somente uma parcela pequena de grandes empresas que de fato têm esse quesito. Agora, fazer uma distinção fiscal em todo o Brasil é necessário para a sobrevivência de pequenas e médias empresas, que necessitam de tratamento fiscal diferenciado porque há um nível de desenvolvimento no Brasil que é extremamente diverso. Ao se criar uma tarifa homogênea, você cria um grande problema para pequenas e médias empresas, que necessitam desses pequenos espaços para poder sobreviver. Essa não é uma questão de guerra fiscal; é uma questão de sobrevivência de vários setores, de pequenas e médias empresas em todo o território nacional, em toda a sua diversidade.

Por favor, colegas: Minoria e Oposição orientam "não" ao texto.

Obrigado.

Documento 313/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Ivan Valente-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Apresentação, à propositura, de requerimento de destaque para supressão de dispositivo acerca da redução de tributos incidentes na comercialização de agrotóxicos.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE vota "sim", ressalvados os destaques.

Eu queria dizer que esta reforma tributária não é, ainda, aquela de que o Brasil necessita. Nós precisamos tratar de patrimônio e de renda. Nós precisamos ter menos regressividade e precisamos aumentar a progressividade. De outro lado, esta reforma ataca problemas centrais, como a iniquidade do atual sistema, que é, evidentemente, a guerra fiscal, a questão do destino, a simplificação e a transparência. Tudo isso conta, e nós obtivemos vitórias importantes, inclusive

o PSOL. O prazo para termos a reforma da renda é de 180 dias, depois de passada a emenda constitucional nesta Casa. Este é um prazo importante. Lembremos que, à medida que aumenta a arrecadação, cai a regressividade.

Nós apresentamos um destaque importante para tirar os agrotóxicos da liberação ou da constitucionalização dos agrotóxicos, num país que liberou, nos últimos 4 anos, 1.600 agrotóxicos. Por isso, eles precisam estar no imposto seletivo, e não ter descontos para envenenar a comida.

Documento 314/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Adriana Ventura-NOVO -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu acho lamentável que, neste plenário, hoje nós vejamos acontecer este tipo de artifício ou subterfúgio. Emenda aglutinativa, todos aqui sabem muito bem, deve substituir ou alterar algo que já existe. Isso é um subterfúgio, uma troca de texto! Estão criando tributo, coisa que não estava combinada. Esse jogo não é sério, não é transparente, não é justo!

Eu quero deixar manifestada minha indignação. Eu votei a favor no primeiro turno e vou votar, com veemência, "não" neste caso, porque isso não pode ser feito neste plenário. O jogo tem que ser limpo, transparente. Todos os Deputados têm que ter acesso ao texto antes. Subir um texto na hora da primeira votação e, depois que acabar a votação, subir outro, chamando-o de emenda aglutinativa como subterfúgio, não é certo, não é justo, não é correto. Isso é uma vergonha!

Documento 315/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:28
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Gilson Marques-NOVO -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta discussão de agora contamina o que foi aprovado. Uma das justificativas que eu escutei foi a seguinte: *"Gilson, vote a favor, porque é o esqueleto, é o que precisa. Confie, vai dar certo, vale a pena"*. Não demoraram 30 segundos para se votar um novo texto. Para quê? Para criar uma contribuição. Segundo o art. 20, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição.

Ora, a justificativa do Relator é que o Governador fez um pedido. É óbvio que o representante do Estado tem a sanha de arrecadar mais e criar tributo! Então, nós vamos criar um tributo a cada 30 segundos depois de aprovarmos uma reforma tributária que é para simplificar?! Isso complica e gera ainda mais tributo, mais arrecadação. É um absurdo!

A Minoria orienta "não".

Documento 316/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Acácio Favacho-MDB -AP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ACÁCIO FAVACHO (Bloco/MDB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, registro que a Maioria vota "sim".

Faço um registro ao Relator e Líder da Maioria, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, que fez um trabalho tanto quanto possível exemplar, ao construir um texto que pudesse atender aos Estados, aos Municípios, ao Governo, ao Parlamento, aos partidos. Até o último momento, esta emenda aglutinativa estava sendo discutida aqui, para dar mais conforto a este Plenário, para que este entregasse uma reforma tributária que tem mais de 380 votos.

Eu gostaria de aproveitar o momento para fazer um registro, Deputado Aguinaldo, pelo Estado do Amapá. V.Exa. reconstruiu o art. 92-B na emenda aglutinativa. Em nome do povo do Estado do Amapá, eu queria lhe agradecer por ter construído conosco este texto das Áreas de Livre Comércio.

A Maioria orienta o voto "sim".

Documento 317/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição, Presidente, orienta contrariamente.

Quando nós estivemos debatendo o mérito, sempre havia a seguinte dúvida: *"A reforma é uma espinha dorsal importante para a iniciativa privada, com a qual nós concordamos. Mas, por outro lado, também vai ampliar o tamanho do Estado e, inclusive, uma confiança a um Governo que não merece nossa confiança"*. Por isso, nós liberamos a bancada do NOVO, e eu votei contra o projeto da reforma.

Agora, com um imposto incluído, com uma contribuição numa emenda aglutinativa irregular, está mais do que comprovado que a desconfiança que nós tínhamos quanto à tramitação do projeto e à forma como as coisas estão sendo feitas nesta Casa justificava, e muito, o voto contra. É um absurdo, a esta hora da noite, às 22h34min, uma nova contribuição ser criada desse jeito!

A Oposição vota "não".

Documento 318/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:32
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre a inserção de dispositivo no corpo da Emenda Aglutinativa nº 1, de 2023, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para deixar todo mundo tranquilo, esclareço que aqui nada está sendo feito com subterfúgio, nada!

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Então, por que não estava na reforma?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Deputado, tenha calma! Eu vou explicar com toda a tranquilidade do mundo. Peço a V.Exa. que pegue o texto para acompanhar o que passo a dizer.

No primeiro substitutivo, o art. 129, inciso I, alínea "b", diz o seguinte: *"b) das receitas destinadas a fundos estaduais vigentes em 31 de maio de 2023, vinculadas à fruição de incentivos e benefícios fiscais, regimes especiais ou outros tratamentos diferenciados relativos ao imposto previsto no art. 155, II, da Constituição Federal"*.

Em se tratando deste artigo e desta alínea, o condão é exatamente o contrário: acabar com os fundos existentes. Estes fundos já existem nesses quatro Estados. Nós estamos fazendo um *phase out* durante 20 anos, porque também não se pode acabar assim. Nós estamos respeitando a convalidação dos benefícios concedidos. Existe a transição da reforma que os senhores conhecem.

Portanto, nós trouxemos isto aqui na emenda aglutinativa porque observamos que, nesta fruição aqui — trata-se de uma demanda dos outros Governadores —, nós estaríamos passando estes fundos vinculantes específicos de cada Estado para distribuir este impacto entre todos os entes. Assim, nós o mantivemos na emenda aglutinativa e o voltamos para que estes fundos continuassem apenas nestes anos, com o *phase out*, para que acabem estes fundos. É isso.

Sumário

Agradecimento ao Deputado Aguinaldo Ribeiro, Relator da proposta de reforma tributária, pelo atendimento ao pleito da Comissão Especial de Enfrentamento a Câncer no Brasil.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Como Presidente da Comissão Especial de Enfrentamento ao Câncer no Brasil, quero dizer que o câncer, até 2030, será a doença que mais vai matar no País. Em muitos Municípios, ele já é a segunda doença que mais mata. Hoje, as doenças do coração estão em primeiro lugar. Só em Minas Gerais, em 111 Municípios, é a doença que mais mata.

Quero parabenizar o Relator pela sensibilidade de ter atendido à solicitação da Comissão de colocar tarifa zero para os medicamentos que se destinam ao tratamento de câncer. Quem tem câncer tem pressa. São milhares e milhares de pacientes que morrem no Brasil por falta de medicamento. Cito o mieloma, um tipo de câncer na medula óssea. Infelizmente, o medicamento para o tratamento deste tipo de câncer não está disponível no SUS. Portanto, é muito importante a isenção para medicamentos que se destinam ao tratamento de câncer, assim como para equipamentos.

Parabéns!

Documento 320/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-23:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Abilio Brunini-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque supressivo do inciso X, § 1º, art. 156-A, do Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos tentando resgatar um pouquinho que seja do nosso País nesse projeto tão desastroso.

Esse destaque proposto pelo PL arranca do texto um pedaço danoso ao nosso País, arranca deste texto um pedaço que prejudica o nosso entendimento sobre

tributos.

Para isso, pedimos o voto "não". Votem "não" para arrancar do texto esse pedaço que nos prejudica.

Documento 321/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-23:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Dandara-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque supressivo do inciso X, § 1º, art. 156-A, do Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Federação PT/PCdoB/PV orienta "sim" ao texto.

Nós precisamos acabar com a guerra fiscal que vive este País. Não dá para construirmos a lógica do privilégio. Nós precisamos construir igualdade, justiça tributária. Esse é um ponto da coluna cervical desta reforma tributária. E ao querer abalar essa coluna o PL tenta desmontar a reforma que foi aprovada neste plenário Nós não aceitaremos esse tipo de tratativa.

Hoje, o maior derrotado da noite, sem dúvida nenhuma, é Bolsonaro.

Nós sabemos muito bem que a organização coletiva foi o que nos trouxe até aqui.

A Federação PT/PCdoB/PV orienta "sim" ao texto, Presidente.

Documento 322/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-23:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Tarcísio Motta-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque supressivo do inciso X, § 1º, art. 156-A, do Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE orienta "sim" ao texto e, portanto, "não" a este destaque.

O fim da guerra fiscal é um dos pontos mais positivos da reforma que nós acabamos de aprovar. Eu venho lá do Rio de Janeiro, sou da Capital do Rio de Janeiro, vi quão perniciosa foi a farra das renúncias fiscais. Aqui estamos abrindo margem, caso este destaque seja aprovado, para voltar uma lógica de desoneração que precisa ser fortemente limitada. Para termos a lógica de uma tributação que é no destino e não mais na origem e acabar com a guerra fiscal, precisamos derrotar este destaque.

A nossa orientação é "sim".

Documento 323/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-23:00
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque supressivo do inciso X, § 1º, art. 156-A, do Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta contra o destaque, Presidente, portanto, "sim" ao texto. Esse é um dos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O NOVO orienta "sim", contra o destaque?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - "Sim" ao texto. Contra o destaque e "sim" ao texto. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Presidente.

O NOVO entende que esse é justamente um dos ganhos da reforma. Precisamos ter o mínimo possível de sistemas com preferências de quaisquer tipos.

Por isso nós orientamos pela manutenção do texto nesse ponto específico do Destaque 18 do PL.

Obrigado, Presidente.

Documento 324/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VI, § 1º, art. 155, inserido pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (Bloco/PT - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, em homenagem ao Relator pelo trabalho por ele realizado, que do início ao fim ouviu todas as bancadas e acatou diversas sugestões, nosso entendimento será o de que votaremos pelo texto original, rejeitando todos os destaques. Esta é uma homenagem também ao grupo de trabalho coordenado pelo Deputado Reginaldo Lopes e ao Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, que conduziu democraticamente este debate.

Politicamente, nós votaremos contra todos os destaques, mas temos que apreciar o mérito especificamente desta matéria. Este destaque tenta acabar com a progressividade no ITCMD, o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação. O texto do projeto prevê que este imposto será progressivo. O que significa isso? Se o valor do bem é pequeno, cobra-se pouco; se o valor do bem é grande, cobra-se mais.

Nós queremos, em toda a reforma tributária, que o caráter progressivo seja

incluído, mas esta emenda retira o caráter progressivo deste imposto, deixando um caráter regressivo, uma alíquota única, pouco importando se se trata de um bem de 10 mil reais ou de 1 milhão de reais. O que queremos é prestigiar o trabalho do Relator, aprovar a reforma tributária e garantir a progressividade em todos os tributos no nosso País.

Portanto, nosso encaminhamento é que se rejeite este destaque e se mantenha o texto original.

Documento 325/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VI, § 1º, art. 155, inserido pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "não".

Eu não entendo essa coisa de progressividade. Progressividade chama-se desproporcionalidade. Progressividade é alíquota única. Quando mais se tem de patrimônio, mais essa alíquota incide proporcionalmente: 10% de pouco é pouco; 10% de muito é muito. Para que adotar uma alíquota desproporcional? É isso que nós estamos votando aqui.

Portanto, matematicamente, não faz sentido considerarmos isso, porque isso inibe até a criação de valor e de patrimônio.

O PL orienta "não".

Obrigado.

Documento 326/326

117.2023	Sessão Ordinária - CD	06/07/2023-22:40
Publ.: DCD - 7/7/2023 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VI, § 1º, art. 155, inserido pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós votamos com o texto. É muito importante que possamos assegurar a progressividade. Se o bem tem maior valor — nós estamos falando aqui de imposto sobre doação e herança —, há que se cobrar mais. Aliás, alguns Estados já cobram de forma diferente.

É bom lembrar que a alíquota máxima é 8%. Nós não estamos mexendo na alíquota máxima. Também é bom lembrar que as entidades sociais de ciência e tecnologia e entidades religiosas estão isentas deste imposto no que diz respeito às doações. Mas é óbvio: se você tem uma doação ou uma herança que tem um valor maior, é justo que pague uma alíquota maior.

Nós votamos com o texto porque é preciso assegurar o caráter de que nós tenhamos diferenciações de acordo com o patrimônio e de acordo com o valor.